



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

ESTADO, TERRITÓRIO E MINERAÇÃO NO BRASIL: o caso do Projeto
S11D/Vale em Canaã dos Carajás-PA

SIMONE CRISTINA CONTENTE PADILHA

Sob a orientação do professor

Sérgio Pereira Leite

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **doutora**.

RIO DE JANEIRO

Dezembro de 2020

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central
/ Seção de Processamento Técnico**

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P123e Padilha, Simone Cristina Contente , 1971-
Estado, Território e Mineração no Brasil: o caso do
Projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-Pa / Simone
Cristina Contente Padilha. - Marabá, 2020.
365 f.

Orientador: Sérgio Pereira Leite.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2020.

1. Estado. 2. Mineração. 3. Território. 4. Carajás.
5. S11D. I. Leite, Sérgio Pereira , 1965-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

SIMONE CRISTINA CONTENTE PADILHA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 10/12/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof. Dr. SERGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)

(Orientador)

Prof.a Dr.^a KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. NELSON GIORDANO DELGADO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. BRUNO MILANEZ (UFJF)

Prof. Dr. GILBERTO DE SOUZA MARQUES (UFPA)

Para Wanderley, Clara e Hugo com amor

Ao mestre e amigo Jean Hebétte (in memorian)

Para os bravos lutadores de Canaã

AGRADECIMENTOS

O paradoxo de uma tese é que apesar de te impor uma solidão, não se faz sozinha. Foram muitas as contribuições diretas e indiretas para sua realização, sem as quais teria sido impossível a conclusão deste trabalho.

Posso considerar que essas contribuições estiveram ancoradas lá nos ensinamentos dos meus pais, Reinaldo e Marluce, que souberam direcionar meu olhar para as injustiças sociais, de onde veio minha inquietude, característica seminal ao ato de pesquisa. A vocês todo meu amor.

Agradeço também aos companheiros de luta. Sem essa prática política qualquer reflexão teórica estaria vazia de significado.

Em casa tive o aconchego e compreensão da minha família, que me garantiu a tranquilidade necessária para encarar essa caminhada.

No CPDA encontrei muitos amigos e debates frutíferos para a tese. Tive professores maravilhosos com quem aprendi muito, dentre eles dedico agradecimento especial ao professor Sérgio Leite, por me acolher entre seus orientandos, e ter contribuído com sua experiência nos momentos certos da tese. Através dele participei do GEMAP, onde tive grande aprendizado no fazer da pesquisa. Agradeço também, aos servidores do CPDA, sempre tão atenciosos comigo, um beijo para Diva e Tiemi. Ainda no CPDA fiz parte da turma de 2016, e juntos enfrentamos todas as adversidades de fazer um doutorado nesses anos loucos da conjuntura nacional. Agradeço em especial ao Matheus, um mano querido, que se encantou pelo Pará e me deu o prazer do diálogo frequente sobre a região.

No Rio, passei três anos como tijucana. Um bairro de pessoas difíceis, já me diziam. De fato era, mas foi lá, no espaço fantástico do “Centro de Referência da Música Carioca Artur da Távola”, que participei do projeto Toquesetoque, conduzido pela professora e maestrina Maria Alice. Todo sábado eu pegava meu pandeiro e ia desanuviar a cabeça. Foi nesse espaço que conheci os autointitulados “copos comunicantes”. Não era só a turma do bar e da música, tornou-se uma família no Rio, que quero guardar para vida toda. Obrigado, Chah, Roberto, Peterson, Mauro, Graça, Vinícius, Renato, Ana, Vanderlei, Flora, Maga, Beta, Pri, Gê, Rogério e Cris, vocês foram essenciais. E pasmem, estavam todos lá, na Tijuca!

No processo de minha pesquisa em Marabá outros, amigos foram fundamentais para entender tantos “nós” do campo. Meu agradecimento especial vai para o Batista, Raimundinho e Helbert, que sempre estavam prontos para me ajudar. Para manter o sigilo em relação aos contatos estabelecidos em Canaã dos Carajás, vou agradecer genericamente a todos, muito obrigado pelas andanças, aprendizado, acolhimento e confiança, cada palavra dessa tese foi escrita pensando em vocês. Agradeço também a Nazaré e Anilson, amigos e irmãos de todas as horas.

Relembrando todas essas pessoas, penso que enfrentar uma tese nesses anos fatídicos, (fechando em meio a uma pandemia), não foram assim tão ruins.

*Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para
ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!*

Pedro Casaldáliga.

RESUMO

PADILHA, Simone. Estado, Território e Mineração no Brasil: o caso do Projeto S11D/Vale em Canaã dos Carajás-Pa. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Em 2012 a mineradora Vale conseguiu a licença prévia pelo Estado para dar início às obras de instalação do maior projeto de ferro de sua história, o Projeto S11D. Nesse período já havia uma crise financeira aberta em 2008, que rebateu negativamente no mercado internacional do ferro, depois do grande *boom* da primeira década do século XXI. Diante desse cenário a Vale respondeu com a necessidade de aumentar a escala de produção, para compensar a queda do preço do minério, e se manter como grupo competitivo dentro do mercado oligopolizado da mineração industrial. O projeto S11D foi peça fundamental na estratégia da Vale, pelo volume e qualidade do minério a ser explorado, possibilitando a extração de uma maior renda mineral e consequentemente mais lucro. Para a operacionalização do projeto a ação do Estado possuía uma centralidade. Primeiro como agente legal dos bens minerais do país, é quem autoriza e fiscaliza essa exploração. Segundo, pode incidir sobre a taxa de lucro da empresa, através da redução do custo operacional da obra, via financiamentos públicos e garantias infraestruturais no entorno do projeto. Terceiro, como órgão mediador de conflitos sociais. Nesse período, ainda que sob um governo nacional dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, o setor de *commodities* em geral, e a Vale em particular, atuavam *fortemente* por dentro do bloco de poder do Estado, o que resultou num modelo de desenvolvimento pautado na renda advinda desses setores, que se convencionou chamar, na literatura crítica, de neoextrativismo. Havia, portanto, um sentido geral da política estatal em função do projeto S11D. Por outro lado, identificou-se conflitos locais em torno da questão agrária e ambiental, tratados como conflitos territoriais, que precisavam da mediação do Estado, dessa feita no âmbito de um complexo aparelho burocrático e de várias instâncias institucionais. Nesse sentido, o principal objetivo da tese, esteve em desvendar as ações concretas do Estado diante das demandas de territorialização do Projeto S11D da Vale, a fim de perceber como os conflitos decorrentes dessa demanda entraram no Estado e como foram tratados pelo mesmo. A tese defende a centralidade do Estado para a institucionalização do território da mineração em Canaã dos Carajás.

Palavras-chave: Estado, Mineração, Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

PADILHA, Simone. **State, Territory and Mining in Brazil: This case of S11D/Vale Project in Canaã dos Carajás-Pa.** 2020. Thesis (Doctorate in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Department of Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropedica, Rj, 2020

In 2012, the mining company Vale obtained the prior license by the State to start the installation of the largest iron project in its history, the S11D Project. In that period, there was already a financial crisis that opened in 2008, which had a negative impact on the international iron market, after the great boom of the first decade of the 21st century. Faced with this scenario, Vale responded with the need to increase the scale of production, to compensate for the drop in the price of ore, and to remain a competitive group within the oligopolized industrial mining market. The S11D project was a fundamental part of Vale's strategy, due to the volume and quality of the ore to be explored, enabling the extraction of greater mineral income and consequently more profit. For the operationalization of the project, the State's action had a central role. First as a legal agent for the country's mineral assets, it is who authorizes and supervises this exploitation. Second, it can affect the company's profit rate, by reducing the operational cost of the work, via public financing and infrastructural guarantees in the vicinity of the project. Third, as a mediator of social conflicts. During this period, although under a national government led by the Workers' Party, the commodities sector in general, and Vale in particular, acted strongly within the state power bloc, which resulted in a development model based on the income arising of these sectors, which was conventionally called, in the critical literature, neoextractivism. There was, therefore, a general sense of state policy due to the S11D project. On the other hand, local conflicts were identified around the agrarian and environmental issue, treated as territorial conflicts, which needed State mediation, this time within the framework of a complex bureaucratic apparatus and several institutional instances. In this sense, the main objective of the thesis was to unveil the concrete actions of the State in the face of the demands for territorialization of the Vale S11D Project, in order to understand how the conflicts arising from this demand entered the State and how they were treated by it. The thesis defends the centrality of the State for the institutionalization of the mining territory in Canaã dos Carajás.

Keywords: State, Mining, Territorial Conflicts.

RESUMÉ

PADILHA, Simone. **État, territoire et exploitation minière au Brésil : le cas du projet S11D/Vale à Canaã dos Carajás-Pa.** 2020. Thèse (doctorat en sciences sociales). Institut des sciences humaines et sociales, Département de l'agriculture et de la société, Université fédérale rurale de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

En 2012, la société minière Vale a obtenu la licence préalable de l'État pour démarrer l'installation du plus grand projet sidérurgique de son histoire, le projet S11D. Dans cette période, il y avait déjà une crise financière ouverte en 2008, qui a eu un impact négatif sur le marché international du fer, après le grand boom de la première décennie du 21e siècle. Face à ce scénario, Vale a répondu avec la nécessité d'augmenter l'échelle de production, de compenser la baisse du prix du minerai et de rester un groupe compétitif sur le marché oligopolisé de l'exploitation minière industrielle. Le projet S11D était un élément fondamental de la stratégie de Vale, en raison du volume et de la qualité du minerai à explorer, permettant l'extraction de revenus miniers plus importants et par conséquent plus de profits. Pour l'opérationnalisation du projet, l'action de l'Etat a eu un rôle central. D'abord en tant qu'agent légal des actifs miniers du pays, c'est lui qui autorise et supervise cette exploitation. Deuxièmement, elle peut affecter le taux de profit de l'entreprise, en réduisant le coût opérationnel des travaux, via des financements publics et des garanties infrastructurelles à proximité du projet. Troisièmement, en tant qu'organe de médiation pour les conflits sociaux. Pendant cette période, bien que sous un gouvernement national dirigé par le Parti des travailleurs, le secteur des matières premières en général, et Vale en particulier, ont fortement agi au sein du bloc de pouvoir de l'État, ce qui a abouti à un modèle de développement basé sur les revenus générés par ces secteurs, qui était classiquement appelé, dans la littérature critique, néoextractivisme. Il y avait donc un sens général de la politique de l'État en raison du projet S11D. En revanche, des conflits locaux ont été identifiés autour de la question agraire et environnementale, traités comme des conflits territoriaux, nécessitant une médiation étatique, cette fois dans le cadre d'un appareil bureaucratique complexe et de plusieurs instances institutionnelles. En ce sens, l'objectif principal de la thèse était de dévoiler les actions concrètes de l'État face aux demandes de territorialisation du projet S11D de Vale, afin de comprendre comment les conflits résultant de cette demande sont entrés dans l'État et comment ils ont été traités par elle. La thèse défend la centralité de l'État pour l'institutionnalisation du territoire minier de Canaã dos Carajás.

Mots-clés : État, exploitation minière, conflits territoriaux.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1	ENTREVISTAS REALIZADAS NA PESQUISA	27
Quadro 2	PARTICIPANTES (MINERADORAS) NO MERCADO TRANSOCEÂNICO POR PAÍS E TIPO DE PRODUÇÃO DE FERRO (2010)	37
Quadro 3	EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E BAUXITA E EMPREGOS ASSOCIADOS	44
Quadro 4	INVESTIMENTOS/AQUISIÇÕES DA VALE (2001-2016)	101
Quadro 5	OPERAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL (2016)	104
Quadro 6	DESINVESTIMENTOS E VENDAS DE ATIVOS VALE (2001-2016)	105
Quadro 7	ETAPAS E CRONOLOGIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA MINA DO PROJETO S11D	167
Quadro 8	CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS E PROCESSOS RELACIONADOS A VILA MOZARTINÓPOLIS	198
Quadro 9	PLANO DE SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO PROJETO S11D	213
Quadro 10	ROTEIRO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS E PORTARIA DE LAVRA	243
Quadro 11	MANDATOS PRESIDENTE, GOVERNADOR DO PARÁ E PREFEITO DE CANAÃ DOS CARAJÁS (2009-2016)	259

GRÁFICOS

Gráfico 1	PREÇO NOMINAL X DEMANDA TRANSOCEÂNICA DE MINÉRIO DE FERRO (1970-1990)	33
Gráfico 2	PRODUÇÃO MUNDIAL DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)	35
Gráfico 3	PRODUÇÃO MUNDIAL DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)	35
Gráfico 4	DINÂMICA DOS QUATRO MAiores PAÍSES IMPORTADORES DE MINÉRIO DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)	36
Gráfico 5	PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DAS TRÊS MAiores MINERADORAS (2008-2015) (EM MIL TON)	38

Gráfico 6	Evolução da curva de custos das três principais mineradoras do mundo, para custo total de produção (2004-2008)	38
Gráfico 7	Preços de referência anunciados pelas mineradoras, Rio Tinto, BHP Billiton e Vale (US\$/DMTU) para Sínter Feed (2004-2008)	39
Gráfico 8	Preço por demanda mundial de ferro no mercado (2000-2015)	40
Gráfico 9	Custo médio de minério fino por país (2008)	41
Gráfico 10	Valores de produção da mineração (1978-2011 em bilhões de US\$)	42
Gráfico 11	A contribuição da mineração para o PIB (2004-2009 a preços constantes)	42
Gráfico 12	Contribuição do setor de mineração para balança comercial brasileira em milhões de US\$ (2006-2010, estimativa para 2011)	43
Gráfico 13	Exportação brasileira de minério de ferro (2011)	44
Gráfico 14	Produção das principais minas de ferro do Brasil (2017)	45
Gráfico 15	Evolução da produção bruta de minério do estado do Pará (tonelada)	46
Gráfico 16	Volume das exportações dos produtos das indústrias minero-metalmúrgicas do estado do Pará (1989-2012)	47
Gráfico 17	Exportações da indústria extractiva mineral, Pará (2017)	47
Gráfico 18	VALE: composição acionária por tipo de investidor (2006)	64
Gráfico 19	Investimento por modalidade (em US\$ milhões) e intensidade do CAPEX (em %) (2010-2018)	72
Gráfico 20	Evolução da participação percentual (%) dos lucros líquidos por setor de atividade	82
Gráfico 21	Estoque de crédito do BNDES em relação ao PIB (2001-2016) %	88
Gráfico 22	Composição do passivo do BNDES, posição em 31 de dezembro (2001-2016) (R\$ bilhões de valores correntes)	89

Gráfico 23	INVESTIMENTOS DO BNDES POR SETOR ENTRE (2008-2014) (em R\$ bilhões)	90
Gráfico 24	COMPOSIÇÃO DO FINANCIAMENTO DO BNDES AO SETOR DE MINERAÇÃO (2015)	91
Gráfico 25	CVRD: PROJETO FERRO CARAJÁS. DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO (2004)	125
Gráfico 26	CANAÃ DOS CARAJÁS. SETORES DA ECONOMIA SEGUNDO COMPOSIÇÃO DO PIB (2000 E 2012)	137
Gráfico 27	IDH MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES - CANAÃ DOS CARAJÁS (2000 e 2010)	140
Gráfico 28	CANAÃ DOS CARAJÁS USO DO SOLO (2006)	145
Gráfico 29	CANAÃ DOS CARAJÁS ÉREA DESFLORESTADA EM KM ² (2000-2009)	148
Gráfico 30	CANAÃ DOS CARAJÁS. NÚMERO DE EMPREGO FORMAL (2006-2018)	151
Gráfico 31	CANAÃ DOS CARAJÁS. NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR	151
Gráfico 32	CANAÃ DOS CARAJÁS. EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CORRENTES (2003-2015)	153
Gráfico 33	EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO CFEM (R\$ MIL CORRENTE) CANAÃ DOS CARAJÁS (2005-2020)	154
Gráfico 34	DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DA CEFEM DISTRIBUÍDOS POR FUNÇÃO. CANAÃ DOS CARAJÁS (2018)	154
Gráfico 35	HISTOGRAMA DE MÃO DE OBRA PARA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO S11D	183
Gráfico 36	DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO	184
Gráfico 37	DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS NA FASE DE OPERAÇÃO	184

TABELAS

Tabela 1	PREÇO MINÉRIO DE FERRO E TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (2000-2015)	39
-----------------	---	-----------

Tabela 2	PARTICIPAÇÃO DO SETOR MINERAL NO PIB BRASIL (%) (1970 -2008)	43
Tabela 3	PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD NO TOTAL NACIONAL	54
Tabela 4	INVESTIMENTOS DO BNDES EM INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E ENERGIA 2008-2014. OPERAÇÕES DIRETAS. VALOR EM MILHÕES DE REAIS (R\$)	92
Tabela 5	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL. MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS (2000-2010)	136
Tabela 6	CANAÃ DOS CARAJÁS. PERCENTUAL DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE E COLETA DE LIXO, SEGUNDO ESTADO E MUNICÍPIOS DE ENTORNO (2000) ..	136
Tabela 7	CANAÃ DOS CARAJÁS. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (2000 E 2010) ..	138
Tabela 8	PREÇOS REFERENCIAIS CORRENTES DE TERRAS E IMÓVEIS RURAIS. PARAUAPEBAS, CANAÃ DOS CARAJÁS, CURIONÓPOLIS, ELDORADO DOS CARAJÁS, ÁGUA AZUL DO NORTE (2001, 2004, 2012)	138
Tabela 9	NÚMERO DE EMPREGOS POR SETOR. CANAÃ DOS CARAJÁS (2003-2008)	139
Tabela 10	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CANAÃ (2010)	143
Tabela 11	CANAÃ DOS CARAJÁS. ÁREA E PERCENTUAL DE ÁREA POR UTILIZAÇÃO DE TERRAS (2006)	147
Tabela 12	CANAÃ DOS CARAJÁS. Área dos Estabelecimentos agropecuários-percentual do total geral, por grupo de área (2006)	147
Tabela 13	CANAÃ DOS CARAJÁS. Área dos estabelecimentos agropecuários-percentual do total geral por grupo de área. COMPARATIVO DE 2017 COM 2006 ..	153
Tabela 14	DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES NA AID DO PROJETO S11D	177
Tabela 15	DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES DA ADA DO PROJETO S11D	177

IMAGENS

Imagen 1	LOCALIZAÇÃO DAS MINAS COM PRODUÇÃO ROM ACIMA DE 1.000.000 EM 2017 PARA AS ONZE PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS	45
Imagen 2	PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PARÁ (2018)	48

Imagen 3	GRANDES PROJETOS MINERÁRIOS, E MODAL DE INFRAESTRUTURA NO PARÁ	49
Imagen 4	ESTRUTURA ACIONÁRIA DA VALE EM 31 DE DEZ DE 2016	65
Imagen 5	ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA VALE	67
Imagen 6	ESTRUTURA ACIONÁRIA PÓS-OPERAÇÃO	71
Imagen 7	ATIVIDADES DA VALE NO BRASIL (2006)	100
Imagen 8	ATIVIDADE DA VALE NO MERCADO INTERNACIONAL (2014)	101
Imagen 9	PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS. LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DEPÓSITOS MINERAIS (1988)	115
Imagen 10	LOCALIZAÇÃO DE CANAÃ DOS CARAJÁS NO PARÁ	127
Imagen 11	CANAÃ DOS CARAJÁS E MUNICÍPIOS VIZINHOS	128
Imagen 12	MINAS EXISTENTES NA FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS	128
Imagen 13	DIAGRAMA DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	129
Imagen 14	IMPACTO DO DECRETO 1164/71- FEDERALIZAÇÃO DE TERRAS DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS	130
Imagen 15	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DAS MINAS DA CVRD	131
Imagen 16	MAPA HISTÓRICO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS, COM DESTAQUE AO NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO CEDERE II (1985)	132
Imagen 17	EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO E ÁREA DE PASTO EM CANAÃ, NOS ANOS DE 1990 E 2000	134
Imagen 18	EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS	141
Imagen 19	MAPA DE REQUERIMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS SOLICITADAS AO DNPM NA REGIÃO DA FLONA CARAJÁS (2016)	146
Imagen 20	CANAÃ DOS CARAJÁS. SEDE URBANA E VILAS RURAIS (2007)	148
Imagen 21	ALTERAÇÕES LEGAIS REALIZADAS NO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO NO PERÍODO DE 2008 A 2012	149
Imagen 22	MATÉRIA DA REVISTA EXPRESSÃO	150
Imagen 23	RADAR DE DESENVOLVIMENTO- CANAÃ DOS CARAJÁS E PARÁ	155
Imagen 24	CASAS DO BAIRRO AMEC. CANAÃ DOS CARAJÁS	156

Imagen 25	LOCALIZAÇÃO DO PROJETO S11D	164
Imagen 26	COMPLEXO MINERADOR DE CARAJÁS	165
Imagen 27	LOCALIZAÇÃO DO CORPO D DA MINA S11D	166
Imagen 28	AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO S11D, NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS. 29/11/2010	170
Imagen 29	OUTDOOR DE MOBILIZAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA. INSTALADO NA AVENIDA WEYNE CAVALCANTE, ENTRADA DE CANAÃ DOS CARAJÁS	170
Imagen 30	MAPA DA HIDROGRAFIA DO PROJETO S11D E TERRA INDÍGENA XIKRIN	173
Imagen 31	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA E ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO PROJETO S11D (2010)	175
Imagen 32	CONFIGURAÇÃO DA CAVA DA MINA NO ANO DE 2020 E CONFIGURAÇÃO FINAL	175
Imagen 33	PLANO DIRETOR DA PILHA DE ESTÉRIL APRESENTADO NO EIA E O LICENCIADO	176
Imagen 34	VISTA AÉREA DA MINA DO PROJETO S11D	178
Imagen 35	LAVRA CONVENCIONAL E SISTEMA TRUKLESS	179
Imagen 36	RACHADURA NA CASA DE MORADORA DA VILA SOSSEGO	180
Imagen 37	MÓDULO DA USINA SOB EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	181
Imagen 38	VISTA AÉREA DA USINA DE PROCESSAMENTO	181
Imagen 39	ARRANJO GERAL DAS ESTRUTURAS DO PROJETO FERRO CARAJÁS S11D	182
Imagen 40	LOCALIZAÇÃO DA VILA MOZARTINÓPOLIS EM RELAÇÃO A ADA E AID DO PROJETO S11D	186
Imagen 41	ÁREA DA VILA MOZARTINÓPOLIS	187
Imagen 42	VISTA AÉREA DA VILA MOZARTINÓPOLIS	188
Imagen 43	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PARA O MEIO FÍSICO, BIÓTICO E SOCIOECONÔMICO DO PROJETO S11D	190
Imagen 44	BLOQUEIO DA ESTRADA DE ACESSO AO PROJETO S11D E NEGOCIAÇÃO COM FUNCIONÁRIO DA VALE	193
Imagen 45	MODELO DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELA VALE NO PA AMÉRICO SANTANA	196
Imagen 46	ESCOLA NA VILA OURO VERDE	196

Imagen 47	MOSAICO DE CARAJÁS APÓS A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS FERRUGINOSOS	202
Imagen 48	DESTAQUE DAS ÁREAS DA SERRA DA BOCAINA INTERCEPTADA PARA PARNA	203
Imagen 49	FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO GROTÃO DO MUTUM	206
Imagen 50	DESTRUIÇÃO DO ACAMPAMENTO GROTÃO DO MUTUM	208
Imagen 51	FACHADA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA FEITOSA	220
Imagen 52	IDENTIFICAÇÃO DE <i>STAKEHOLDERS</i> E LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVIDADAS FORMALMENTE PELA VALE PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO S11D EM CANAÃ DOS CARAJÁS	221
Imagen 53	INFORMATIVOS DO PROJETO S11D-VALE	224
Imagen 54	CHAMADA PARA CURSO PROFISSIONALIZANTE	225
Imagen 55	LICENÇA PRÉVIA DO PROJETO S11D	237
Imagen 56	PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA SERRA DA BOCAINA. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	238
Imagen 57	PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA SERRA DA BOCAINA. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	242
Imagen 58	ORGANOGRAMA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS	248
Imagen 59	OFÍCIO DO INCRA-SR27 A VALE PARA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VILA MOZARTINOPOLIS	251
Imagen 60	TERMO DE ACORDO FIRMADO ENTRE MDA, INCRA, VALE E COMUNIDADE DA VILA MOZARTINÓPOLIS	252
Imagen 61	ORGANOGRAMA PARCIAL DO SISTEMA JUDICIAL BRASILEIRO ..	254
Imagen 63	FEIRA LIVRE E MERCADO MUNICIPAL (EXTERNO E INTERNO) CANAÃ DOS CARAJÁS	270
Imagen 64	ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO	272

LISTA DE SIGLAS

ACIACCA	Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Canaã dos Carajás
ALBRAS	Alumínio Brasileiro S.A
ALUNORTE	Alumina do Norte Brasil
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
ALPA	Aços Laminados do Pará
AII	Área de Influência Indireta
AID	Área de Influência Direta
ADA	Área Diretamente Afetada
ADPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ANA	Agência Nacional de Águas
ANM	Agência Nacional de Mineração
AMASA	Amazônia Mineração S/A
AMAT	Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins
ARIM	Área de relevante interesse mineral
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CBMS	Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia
CEDERE	Centro de Desenvolvimento Regional
CEFEM	Compensação Financeira para Exploração de Recursos Minerais
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CNDFM	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração
CNPM	Conselho Nacional de Política Mineral
CIBRAZEN	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIME	Companhia de Missões Especiais
COMOC	Coordenação de Mineração e Obras Civis
CGTMO	Coordenação Geral de Transporte Mineração e Obras Civis
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral

DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
DGTM	Diretoria de Recursos Minerais
DOCEGEO	Rio Doce, Geologia e Mineração
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EFVM	Estrada de Ferro Vitória Minas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores agrícolas
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FERTECO	Companhia de Mineração de Ferro e Carvão
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FMI	Fundo Monetário Internacional
FLONA	Floresta Nacional
FUNCEF	Fundos de Pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GEMF	Grupo de Exportação de Minério de Ferro
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
IUM	Imposto Único sobre Minerais
ISA	Instituto Socioambiental
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAM	Movimento dos Atingidos pela Mineração
MME	Ministério das Minas e Energia

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio Norte
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem-terra
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
ONGS	Organização não Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA	Parque Nacional
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PBA	Plano Básico Ambiental
PEA	População Economicamente Ativa
PEM	Plano Estadual de Mineração do Estado do Pará
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PMCC	Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PIL	Programa de Investimento em Logística
PL	Projeto de Lei
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNEA	Programa de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNM	Plano Nacional de Mineração
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores

PP	Partido Progressista
PREVI	Fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil
PETROS	Fundos de Pensão dos funcionários da Petrobrás
PROCAMPO	Programa Municipal de Desenvolvimento no Campo
PIN	Programa de Integração Nacional
RADAM	Radar Amazônia
RENCA	Reserva Nacional de Cobres e Associados
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEICOM	Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará
SICAMPO	Sindicato dos Produtores Rurais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEP	Superintendência da Pesca
SR	Superintendência Regional
SERFAL	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Tis	Terras Indígenas
UCs	Unidades de Conservação
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
O lugar de partida e a delimitação do tema de pesquisa	23
Objetivos e hipóteses de pesquisa	25
Notas sobre a investigação de campo	25
Estrutura da tese	27
1 O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO: VALE, ESTADO E A POSSIBILIDADE DO PROJETO S11D	30
 1.1 O mercado mundial de ferro e sua influência na economia brasileira	30
1.1.1 A formação do mercado oligopolista do minério de ferro no mundo	31
1.1.2 Anos 2000: Efeito China e financeirização no mercado mundial de ferro	34
1.1.3 A mineração na economia brasileira nos anos 2000	41
1.1.4 Dinâmica da mineração no Pará e sua relação com o mercado mundial de ferro	46
 1.2 Da CVRD a Vale: A relação Estado-Empresa	49
1.2.1 CVRD: A genealogia da grande estatal brasileira	50
1.2.2 CVRD e o processo de privatização	58
1.2.3 Os donos do poder: A reestruturação societária da Vale pós-privatização	63
 1.3 A mineração nas estratégias de desenvolvimento do estado brasileiro	73
1.3.1 Mineração: Do estado desenvolvimentista ao neoliberal	75
1.3.2 O modelo neoextrativista dos anos 2000	80
1.3.2.1 O novo código da mineração	83
1.3.2.2 Financiamento do BNDES para mineração nos anos 2000	87
 1.4 Relação Estado-Empresa e o sentido do desenvolvimento por trás do Projeto S11D	93
2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E O AVANÇO DA MINERAÇÃO EM CARAJÁS	99
 2.1 A Vale e a emergência do controle territorial	99
2.1.1 Território corporativo e acumulação por espoliação	99
2.1.2 A Vale e as estratégias sociais de gestão do território	109
 2.2 O Estado e a construção do território da mineração em Carajás	114
2.2.1 Planejamento estatal e o monopólio da terra na região de Carajás	115
2.2.2 PGC e a formação do território da mineração	120

2.3 Avanço do território da mineração para Serra Sul de Carajás a partir do século XXI	127
2.3.1 Formação histórica do município de Canaã dos Carajás	129
2.3.2 Aspectos socioeconômicos de Canaã dos Carajás a partir da dinâmica da mineração	135
2.3.3 A mineração e o poder local	142
2.3.4 Uso e ocupação do território	145
2.3.5 A chegada do projeto S11D em Canaã dos Carajás	150
2.4 Mineração e o sentido da política territorial para Amazônia no século XXI	157
3 O PROJETO S11D: DEMANDAS E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE TERRITORIAL DA VALE	163
3.1 Projeto S11D: Principais características	163
3.1.1 A dinâmica do licenciamento ambiental do Projeto S11D	164
3.1.2 Demanda por recursos hídricos	171
3.1.3 Fonte de energia	173
3.1.4 Área de intervenção direta e supressão vegetal	174
3.1.5 Método de lavra e inovações tecnológicas do projeto	178
3.1.6 Mobilização de mão de obra	183
3.2 Demandas territoriais do projeto S11D: Apresentação dos casos	185
3.2.1 No lugar da Vila ficou a Vale: O deslocamento da Vila Mozartinópolis/racha-placa	185
3.2.2 Da condicionante ambiental à crise fundiária: A formação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos	202
3.3 O plano de sustentabilidade socioeconômica da Vale e a licença social para operar	210
3.3.1 A perspectiva de um universo de possibilidades	217
3.3.2 Nós não somos o Estado	217
3.3.3 Nós não somos a Vale	218
3.3.4 Identificação dos Stakeholders: Da parceria à invisibilidade	221
3.3.5 A comunicação organizacional	223
3.3.6 Educação para o mercado de trabalho	225
3.4 Estratégia de territorialização da Vale, Estado e Resistência local	226
4 ARRANJOS ESTATAIS DIANTE DA DEMANDA DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO S11D DA VALE	231
4.1 O poder político nas ações do Estado em relação ao Projeto S11D	231
4.1.1 Órgãos ambientais: IBAMA e ICMBIO	232

4.1.2	Órgãos minerários: MME e DNPM/ANM	240
4.1.3	Órgãos agrários: MDA, INCRA e EMATER	246
4.1.4	O Judiciário	254
4.1.5	Cargos eletivos do Estado: Executivo e Legislativo	258
4.2	A materialidade do Estado nas ações do Projeto S11D	277
	CONCLUSÕES	290
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299
	ANEXOS	316
ANEXO 1	Terra Indígena Xikrin do Cateté	316
ANEXO 2	Resposta do PFE/R ao INCRA sobre o processo de desafetação da área para constituição do Assentamento de famílias da Vila Martinópolis	323
ANEXO 3	Despacho INCRA/SR27 ao STR de Canaã dos Carajás sobre informação cartográfica da área da Fazenda São Luiz	326
ANEXO 4	Termo de Referência de abertura do Processo de licenciamento do Projeto S11D pela Vale	327
ANEXO 5	Ata da reunião entre IBAMA, ICMBIO e MMA sobre projeto S11D	331
ANEXO 6	Laudo Técnico DNPM sobre expansão da área de servidão minerária do Projeto S11D	332
ANEXO 7	Nota técnica do ICMBIO negando a aprovação do TR do projeto S11D	333
ANEXO 8	Despacho Incra n° 050/2016	336
ANEXO 9	Solicitações de documentos	339
ANEXO 10	Roteiro de Entrevistas	345

INTRODUÇÃO

O lugar de partida e a delimitação do tema de pesquisa

A aprovação no concurso público para assumir o cargo de professora na Universidade Federal do Pará, campus de Marabá, atualmente Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA¹, tornou-se o ponto de partida para as reflexões da tese. Ao chegar em Marabá, logo observou-se a alta do mercado imobiliário, diante de uma perspectiva de instalação na cidade da siderúrgica Alpa laminados do Pará, além de ampliação de novos projetos minerários da Vale em Carajás.

Nesse período, chamava atenção a efervescência econômica da cidade diante de um cenário de crise financeira mundial, e o protagonismo da Vale por trás dessa dinâmica. Era claro a força do grande capital atuando decisivamente na região, de forma completamente distinta do que se tinha presenciado em passagem pelo Sul e Sudeste do Pará durante a década de 1990, quando a economia e política local ainda eram ditadas pelos fazendeiros e latifúndios regionais.

No exercício do trabalho na Universidade, os conflitos territoriais advindos da instalação desses projetos ficaram cada vez mais latentes. Nessa questão também havia uma distinção muito grande quanto as formas de conflitos agrários protagonizadas pelos fazendeiros regionais. Primeiro, que essas lutas agora se davam contra uma corporação, que tinha toda *staff* atuando fora da região e até do país, no local dos projetos, existiam apenas pequenos escritórios, de difícil acesso. Em segundo lugar, esses conflitos traziam a mediação central do Estado e não mais dos pistoleiros particulares, como era costumeiro na região.

Em 2014, aconteceu em Marabá o fórum preparatório para o Seminário Internacional Carajás 30 anos, realizado posteriormente em São Luiz no Maranhão, cuja questão principal era justamente discutir as estratégias de resistência frente aos projetos minerários e de desenvolvimento na Amazônia Oriental, encabeçado por grandes mineradoras e pelo Estado Nacional. Neste Fórum foram recorrentes falas que colocavam o Estado também como causador direto de conflitos territoriais, principalmente ligado a construção de barragens e hidrelétricas, obras de infraestrutura fundamentais para instalação de projetos minerários na região. O depoimento de uma liderança, denunciava que existiam 36 projetos de assentamento e 11 agrovilas impactados por esse tipo de projeto. Ressalta-se que estava se falando nesse período de um Estado dirigido nacionalmente pelo Partido dos Trabalhadores, o que parecia

¹ Em 2014 o campus de Marabá da UFPA ficou constituído como uma nova Universidade diante do projeto de expansão das universidades brasileiras do governo Lula.

contraditório para os denunciantes, por se tratar de um partido com forte referência nos sindicatos rurais e movimentos sociais locais.

Dessa forma, o debate sobre o Estado foi assumindo uma importância, justamente em função de investigar sua ação diante dos conflitos territoriais com os grandes projetos de mineração na região. Apenas no decorrer do doutorado veio a definição por tratar especificamente do projeto S11D, não apenas pelo sentido metodológico claro, de delimitação do tema, mas também, pelo seu grau de relevância nacional e possibilidade de abrangência das várias escalas do Estado, enquanto um projeto ancorado em relações internacionais, e ao mesmo tempo, profundamente territorializado no local.

O eixo teórico central da tese está pautado na conexão entre Estado e território. Assume-se a definição marxista do Estado enquanto produto das relações históricas de produção e instrumento essencial de dominação de classe. No Estado capitalista o poder político é hegemônico pela burguesia, ainda que em disputas permanentes entre suas várias frações e da luta de classes. Essa relação de conflito está expressa na própria ossatura material do Estado, por isso sua estrutura condensa essa relação de forças (POULANTZAS, 2000).

As obras *O 18 Brumário de Marx* (2002 [1869]) e *Poder político e Classes Sociais* (1986 [1968]) de Poulantzas, foram importantes inicialmente para perceber como as contradições de classes e frações atuam no Estado e acabam se fixando na sua ossatura material. Conceitos como autonomia relativa e bloco no poder, permitiram o entendimento sobre a excepcionalidade dos governos do PT, à frente do executivo nacional.

Para avançar nos processos concretos da mediação entre o bloco no poder e o aparato do Estado, a obra *O Estado, o poder e o Socialismo* ([1978], 2000) de Poulantzas, tornou-se o eixo condutor para compreensão do movimento das várias instâncias dos aparelhos estatais e seu corpo de funcionários, diante dos interesses conflitantes de classe em torno da implantação do projeto S11D no território de Carajás.

A conexão entre Estado e território tiveram uma ancoragem forte nas obras de David Harvey, *A Produção Capitalista do Espaço* ([2001], 2005) e *O Novo Imperialismo* ([2003], 2014), que situam o Estado como um agente, por excelência, que garante e sustenta uma coerência estruturada do território, possibilitando um processo de acumulação, que sob a ótica recente da financeirização da economia e crise do capital, assume o caráter de acumulação via espoliação.

De forma geral, essa foi a linha empírica e teórica central para delimitação do tema de pesquisa. A partir desses eixos, abordou-se outros conceitos e autores, redimensionando o

universo de campo diante das adversidades, assim como, selecionando as informações que seriam trabalhadas, até a definição dos objetivos da pesquisa.

Objetivos e hipóteses de pesquisa

Esta tese tem como principal objetivo analisar o papel do Estado diante dos interesses de territorialização da empresa Vale na implantação do projeto S11D. Parte-se da hipótese de que havia um sentido geral que norteava a política nacional em favor das *commodities* (agrárias e minerais), que era determinado pela dinâmica do mercado internacional na primeira década do século XXI e pelas vantagens comparativas em recursos naturais existente no país, o que poderia lhe colocar de maneira ativa nesse mercado em ascensão. A Vale, como a maior mineradora nacional e com grande participação acionária do Estado brasileiro, esteve no bloco no poder atuando para garantir a implantação do projeto S11D.

Afirmar um sentido geral da política governamental desse período, em função do projeto S11D, não significa desconsiderar os conflitos e contradições na sua operacionalização. Como segunda hipótese está a necessidade de garantir uma coerência estruturada ao território da mineração no local do projeto, representou o principal foco de conflito entre Vale e a população atingida, impondo a mediação do Estado. Dessa forma, um dos objetivos específicos foi identificar em que consistiam essas demandas territoriais da empresa e que conflitos traziam.

A partir dessa identificação, o objetivo foi apreender o movimento concreto do Estado brasileiro, em relação aos interesses conflitantes gerados pelo projeto S11D. Nesse ponto, a hipótese entendia que no nível burocrático administrativo do Estado se refletia de forma mais clara as contradições de classes, que poderiam colidir com algumas demandas da Vale, ainda que existisse uma forma de poder estatal fortemente impermeável às classes dominadas. Por fim, a tese defende a centralidade do Estado para institucionalizar o território da mineração em Canaã dos Carajás

Notas sobre a investigação de campo

A pesquisa possuía o recorte temporal que abrange a fase de implantação do projeto S11D, entre os anos de 2009-2016.

Geograficamente, o projeto S11D como um todo, envolve a Mina S11D, a construção de um Ramal ferroviário, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, e a ampliação do Terminal Portuário de Itaqui, impactando vários municípios, comunidades, projetos de assentamentos,

terras indígenas e quilombolas em todo seu percurso. Para cumprir o objetivo de apreensão mais detalhada das ações do Estado em relação a implantação do projeto, optou-se por focar as observações de campo no ambiente de instalação da mina do projeto S11D em Canaã dos Carajás.

A primeira ida em Canaã foi em dezembro de 2017 quando foram feitas sondagens de campo e na ocasião através de participação num seminário organizado pela *Ecology Brasil*, uma contratada da Vale, para tratar de programas de educação ambiental com comunidades e organizações rurais no município. Neste seminário, houve um primeiro contato (ainda sem entrevistas), com o gerente de projeto ferroso da Vale, técnicos da *Ecology Brasil*, representante da Agência Canaã e de várias associações rurais. Por questões de moradia no estado do Rio de Janeiro, à causa do doutorado, o retorno à Canaã aconteceu apenas em 2019.

Entre maio e outubro de 2019, o trabalho de campo foi intensificado em Canaã dos Carajás, para realização de entrevistas, pesquisa em repartições públicas, visita em áreas rurais (Projeto de Assentamento, vilas rurais e acampamentos). Infelizmente durante todo esse período não houve autorização da Vale para acesso as instalações do projeto S11D.

O único contato direto com a Vale se deu fundamentalmente através de um diretor com quem houve diálogo em 2017 e foi retomado o contato em 2019. Em todas essas ocasiões foram conversas rápidas sobre a pesquisa e a possibilidade de autorização da empresa para visita a área do projeto e de concessão de uma entrevista. Nesses diálogos o diretor sempre se mostrou muito acessível, condicionando essas questões a um pedido formal com um roteiro da entrevista. Assim foi feito e encaminhado por várias vezes a empresa, sem obter retorno. Dessa forma, tentou-se aproximação com outros diretores, do mesmo modo sem sucesso. Por outro lado, em duas idas a campo, em área próxima aos projetos da Vale, seguranças impediram que ocorresse qualquer tipo de aproximação. Segundo informação local, isso é uma prática comum utilizada pela empresa, quando percebe movimento considerado “estranho” nas proximidades dos seus projetos, assim como, era extremamente fechada a qualquer tipo de informação, fora das que disponibilizava oficialmente em seu site.

Independente da Vale, as entrevistas foram organizadas em função de abranger três grupos de informantes: representantes do Estado (políticos, administradores e funcionários de carreira), de entidades patronais da região e também de organizações sociais e comunidade atingida. Além de Canaã dos Carajás, este trabalho de campo estendeu-se a Marabá, Belém e Brasília, onde foi realizada pesquisa documental em órgãos públicos e um total de 25 entrevistas. Abaixo segue os grupos sociais e instituições visitadas no trabalho de campo:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas na pesquisa

Local	Estado/órgãos públicos	Organizações patronais	Organizações de trabalhadores e comunidade atingida
Canaã dos Carajás	Prefeitura, Emater, Sema e Câmara dos vereadores, SINE	SICAMPO, ACIACCA e Agência Canaã ²	STR, PA União Américo Santana, Vila Bom Jesus, Vila Feitosa, Acampamentos Rio Sossego, Eduardo Galeano e Planalto Serra Dourada, Associação de economia solidária de Canaã
Marabá	Incra, Vara Agrária e SEMA	AMAT	CPT, MAM, CEPASP
Belém	Governo do Estado do Pará	****	****
Brasília	IBAMA, ICMBIO e ANM	****	****

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para resguardar a privacidade das fontes optou-se por manter o sigilo do nome dos entrevistados no corpo do trabalho, fazendo referência apenas ao órgão, função ou instituição que representam.

Por fim ressalta-se que foi fundamental para esta pesquisa o acervo de documentos do IBAMA sobre o licenciamento ambiental do projeto S11D entre os anos de 2009 e 2016. Esses documentos possibilitaram reconstruir com muitos detalhes, o histórico institucional desse processo, a partir do qual, houve cotejamento com documentos da Vale, justiça, imprensa e das pesquisas de campo. Esses, tornaram-se a espinha dorsal por onde a análise foi construída, o problema esteve na demora do acesso aos dados. Isso refletiu num *timing* de pesquisa, que tornou mais difícil a operacionalização do trabalho de campo

Estrutura da tese

A tese encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se refletir sobre o papel do extrativismo mineral nas políticas nacionais de desenvolvimento do país no período de implantação do Projeto S11D. Nos dois primeiros tópicos do capítulo, trouxe elementos relacionados a dinâmica da acumulação mineral e a relação estrutural entre a Vale e o Estado, para justamente ver o rebatimento dessa acumulação para o Estado. No terceiro e quarto tópicos do capítulo, apresentou-se elementos que confirmam um sentido claro das

² Agência Canaã, é uma entidade que funciona com recursos do governo municipal e Vale para fomentar ações de desenvolvimento local. Ela não é uma entidade representativa de um setor patronal específico, sua indicação para esse bloco, resulta de uma caracterização própria feita no decorrer do trabalho de campo, que será mais bem detalhado nos capítulos da tese.

políticas governamentais brasileira em função de um modelo extrativo de desenvolvimento nacional que favoreceu a implantação do projeto S11D.

No segundo capítulo, mostrou-se como esse sentido neoextrativista de desenvolvimento nacional se traduziu no planejamento territorial para Amazônia, buscando construir a conexão entre Estado e território. Primeiro, houve um tópico introdutório refletindo sobre a emergência do controle territorial para grandes corporações como a Vale, principalmente como forma de redução dos riscos sociais. Em seguida, mostra-se como o planejamento para essa região da Amazônia, desde a implantação do PGC, buscava garantir uma coerência estruturada para região, sempre voltada a constituição do território da mineração. No terceiro tópico, discorre-se sobre as especificidades do avanço recente desse território da mineração, para o eixo Sul de Carajás, a partir do *boom* mineral dos anos 2000, dando particular atenção a chegada dos projetos minerários da Vale (Sossego e S11D), no município de Canaã dos Carajás. Por fim, tem um tópico síntese do capítulo refletindo sobre as especificidades do planejamento territorial para Amazônia nesse período.

O terceiro capítulo fala sobre projeto S11D e suas estratégias de controle territorial em Canaã dos Carajás. No primeiro e segundo tópicos do capítulo, apresentou-se aspectos operacionais do licenciamento ambiental e das características de instalação do projeto. No terceiro, descreveu-se dois casos exemplares de demandas territoriais do Projeto S11D, o da Vila Mozartinópolis e da PARNA dos Campos Ferruginosos, ambos como principais focos de conflitos locais com a Vale, dando destaque nas ações do Estado. Posteriormente, buscou-se as estratégias de construção de consenso da Vale, para sua territorialização no local, justamente para mostrar que ela deixa a resolução dos conflitos para o Estado enquanto seu foco principal de controle territorial está em criar a construção desses consensos. No último tópico síntese do capítulo há uma reflexão sobre as estratégias de territorialização da Vale, as ações do Estado e as características da resistência local.

O quarto e último capítulo foi dedicado a analisar as ações do aparato do Estado, em suas várias escalas administrativas, com relação aos conflitos territoriais gerados pelo projeto S11D, que foram descritos no capítulo anterior. Assim, trabalhou-se com órgãos públicos ambientais, minerários e agrários, com o judiciário, com o executivo e legislativo, com a especificidade de serem cargos eletivos do Estado, logo, diferente do funcionário de carreira pública. Com esse capítulo final buscou-se dar concretude ao movimento do Estado, perceber como o sentido geral da política estatal em função da operacionalização do projeto S11D e os conflitos territoriais gerados pelo projeto, foram tramitando pelas esferas burocrático

administrativas do Estado, assim, chegando a questão central de analisar o limite estrutural do Estado diante do interesse de territorialização da empresa Vale.

Na conclusão do trabalho retoma-se os principais aspectos discutidos ao longo dos capítulos, ressaltando os elementos de contribuição da pesquisa e apontando para novas possibilidades de investigação.

CAPÍTULO 1

1 O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO: VALE, ESTADO E A POSSIBILIDADE DO PROJETO S11D

Este capítulo tem por objetivo demonstrar que a ação assumida pelo executivo nacional que possibilitou a implantação do projeto S11D não representou um mero atendimento a uma demanda da Vale, mas fora dotado de um sentido geral, que nesse período, expressou-se no modelo de desenvolvimento com base neoextrativista. Esse sentido geral, só foi possível diante da conformação de um bloco no poder do Estado, do qual a Vale era parte importante.

No primeiro e no segundo tópicos do capítulo, ressalta-se a importância da Vale na dinâmica do mercado mundial de ferro e sua conexão específica com o Estado no processo de acumulação do capital, ambos elementos que lhe conferem uma hegemonia econômica em relação ao Estado. No terceiro tópico, a transformação dessa hegemonia econômica, numa hegemonia política, que passa a ser apresentada pelo Estado, através de um modelo desenvolvimentista que comporta um interesse geral da nação. Por fim, tem-se um tópico síntese do capítulo, no qual discorremos sobre os conceitos chaves que nortearam a análise sobre a relação Estado/empresa e o sentido do desenvolvimento.

1.1 O mercado mundial de ferro e sua influência na economia brasileira

A dinâmica recente do mercado mundial do ferro, e seus impactos na economia brasileira serão o foco de análise deste tópico. Trata-se inicialmente sobre o funcionamento e mudanças desse mercado, que vai se delineando pelas estruturas de oligopólio que as indústrias de mineração e siderurgia vão assumindo, através de uma interdependência e ao mesmo tempo, de concorrência acirrada, que transcende as fronteiras nacionais e assume um caráter global. Ao mesmo tempo, há nas estratégias de sobrevivência desses oligopólios internacionais, a necessidade de exploração ao máximo das vantagens nacionais dos países de origem, reconstruindo-as, em função de suas necessidades (CHESNAIS, 1996, p. 117). Além dessa característica da formação do mercado de ferro mundial, outra de caráter mais recente, está no avanço do domínio financeiro sobre o preço do ferro, que acaba por tornar-se um fator decisivo de mercado, para além da relação produção/consumo mundial. A partir dessas características,

destaca-se o Brasil e o Estado do Pará nesse mercado mundial, bem como sua influência sobre a economia brasileira no período mais recente, a partir da primeira década dos anos 2000.

1.1.1 A formação do mercado oligopolista do minério de ferro no mundo

O ferro é um bem intermediário, encontrado na natureza e explorado principalmente por grandes indústrias de mineração. Um de seus subprodutos mais importantes para o mundo contemporâneo é o aço, porque possui uma aplicação ampla em diversos setores produtivos, como o de construção civil e de bens de consumo duráveis (automotivos e eletrodomésticos). Nesse caso o processo de transformação se faz através das siderúrgicas. Por causa disso, caminharei neste tópico com a análise da formação do mercado mundial de ferro contíguo ao da siderurgia de produção de aço.

A primeira metade do século XX foi marcada por um salto tecnológico que possibilitou um desenvolvimento conhecido como a Segunda Revolução Industrial. Na base dessa revolução estava a descoberta, em 1856, do aço como produto intermediário do ferro, com sua incorporação massiva na produção de mercadorias. A popularização de bens de consumo, bem como a indústria armamentista, potencializada pelo processo de guerras, garantiu a realização dessa produção no mercado consumidor.

O ferro é aproveitado 99% pela indústria siderúrgica e o restante na indústria de cimento e asfalto (QUARESMA, 2001, p.1). Quanto mais alto for seu teor (acima de 65%), menor a necessidade de procedimentos de uniformização para ser consumido pela siderurgia. São dois os procedimentos de granularimetria: O de sintetização de menor custo, indicado para minérios entre 6,35 mm e 0,15mm, chamados *sinter-feed* ou sínter, e o de pelotização, para aqueles com granularimetria inferior a 0,15mm, chamados de *pellet-feed* ou pelota, que no geral é mais complexa e impõe maiores custos. (QUARESMA, 2001, p.1). Seja como sínter ou pelota, o produto intermediário principal para a produção do aço é o ferro gusa, que é obtido por redução do ferro pelo coque ou carvão e calcário, que em alto forno é liquefeito para posterior formação dos lingotes, forma padronizada a ser vendida para produção do aço.

Os aços de melhor qualidade são aqueles que tem na sua base o ferro gusa, entretanto a sucata, como matéria prima mais barata, tem despontado como outra tendência mais recente na produção do aço. Segundo Quaresma (2001), 40% da produção do aço no mundo, na atualidade, tem a sucata como matéria-prima (1991, p.1). Tanto o ferro gusa quanto a sucata tem na sua base primária a matéria prima do ferro, portanto essa disputa de mercado entre esses dois

produtos intermediários para produção do aço, estaria restrita a siderurgia, não atingindo as mineradoras, apesar de incidir na formação do preço do ferro.

Até a década de 1940, as áreas de exploração do ferro geralmente eram aquelas onde se desenvolvia as siderúrgicas. Esse era o caso dos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, países com grandes reservas minerais e consequentemente maiores produtoras de aço no mundo (GAGGIATO, 2010, p. 31).

A partir dos anos 1950, a indústria siderúrgica precisou se alicerçar sob nova tecnologia para o funcionamento dos altos-fornos, com fins a suprir a demanda de reconstrução do pós-guerra. Nesse sentido passaram a cobrar um processamento mais rígido por parte das mineradoras, que consistia não só na granulometria quanto na composição química, para transformação do minério em aglomerados (SOUZA, 1991, p. 24). Disso decorreu um maior grau de especialidade entre a mineração e siderurgia, fazendo com que novos parques siderúrgicos surgissem fora das áreas diretamente ligadas a mineração, como por exemplo, no Japão e Europa, principais territórios destruídos pelo conflito mundial, potencializando assim, um comércio transoceânico, que antes era insipiente.

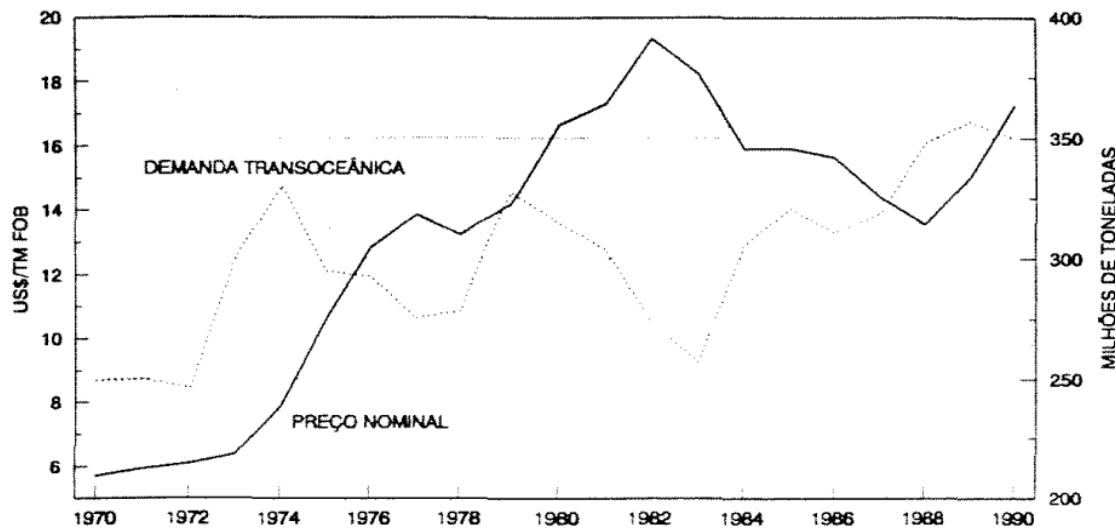
Durante toda a década de 1960 até meados de 1970, o mercado transoceânico de minério de ferro permanecia intenso, no entanto, percebia-se uma exaustão de minas mais antigas, gerando a necessidade de novas descobertas. A estratégia de muitos países centrais, foi consolidar uma participação direta via *joint ventures*, com algumas mineradoras estatais, localizadas em países periféricos, mas com grande potencial mineral. O problema em relação a essas minas, estava em garantir uma produção em escala que incidisse sobre seus custos, já que no geral, possuíam um alto padrão de qualidade do ferro, mas estavam situadas em áreas de difícil acesso, sem infraestrutura básica de produção e escoamento. A *joint venture*, nesse sentido, ajudava na viabilização de recursos financeiros e por outro, garantia o controle cativo dessas áreas.

Em fins da década de 1970, a crise de cunho macroeconômico que gerou como consequência a queda de consumo, atingiu o mercado mundial de ferro, que passava a dar sinal de esgotamento. Nesse contexto, a tensão entre o objetivo empresarial de restrição da produção, esperando melhora do preço de mercado, com a do Estado, que se voltava para emergência de exportar a qualquer preço, com fins de gerar divisas nacionais, dava a tônica das disputas de poder entre boa parte das mineradoras estatais. Esse foi um dos elementos que determinou o declínio da estratégia anterior das *joint ventures*, além do fato de que, nesse contexto de desaceleração, as siderúrgicas passaram a evitar maiores investimentos nas explorações das minas.

Outro reflexo da crise na mineração esteve na extrema concentração assumida por esse setor, produto de fusões e aquisições de pequenas mineradoras, que não conseguiram se sustentar no mercado, o que criou enormes grupos minerários e, consequentemente, maior poder de barganha de preço do ferro no mercado transoceânico. Em geral a estrutura desse mercado está longe da concorrência perfeita e do monopólio puro, aproximando-se mais de um mercado oligopolista, ou seja, caracterizado por poucas empresas de grande porte, que dominam a venda de um produto específico, logo, com influência considerável na formação do preço. (SOUZA, 1991, p. 81)

Segundo Souza (1991), numa estrutura de oligopólio não é a lei da oferta e da procura que determina a formação dos preços. Para isso ele demonstra que, mesmo em períodos de crise na importação de minério, as mineradoras conseguiram garantir bons preços, conforme pode ser verificado na ilustração 1.

Gráfico 1 - PREÇO NOMINAL X DEMANDA TRANSOCEÂNICA DE MINÉRIO DE FERRO (1970-1990)



FONTE: FEARNLEY & EAGERS: TEX REPORT

Fonte: SOUZA, 1991, p. 87.

As negociações de preços acontecem anualmente nos países centrais, através das principais corporações líderes de compra e venda de minério, determinando as referências para todo o mercado. Segundo a bolsa de mercadorias chinesa *Dalian Commodity Exchange*-DCE, em seu manual aos investidores (DCE, 2015, p. 15), os principais fatores que afetam o preço do minério de ferro são:

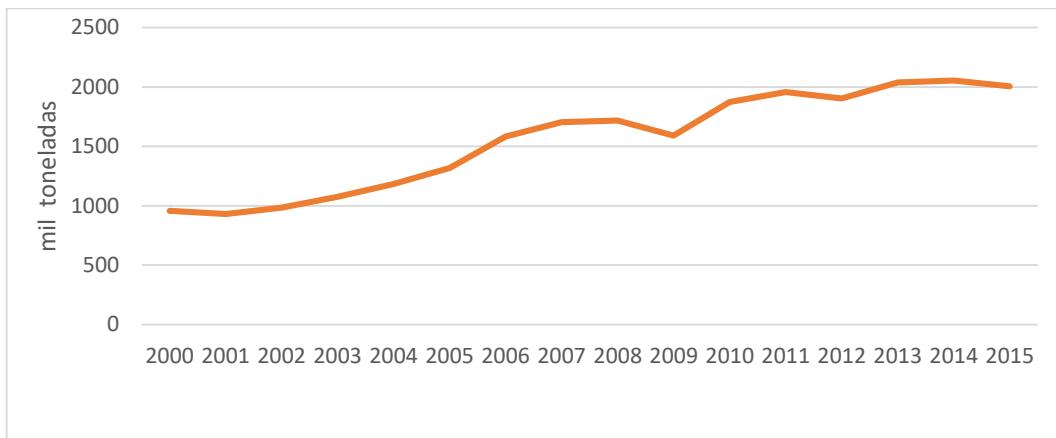
1. Os custos com equipamentos, mão de obra, água, energia, impostos, fretes, etc.
2. Política de exportação, importação dos países de origem, política tarifaria no país importador e política de desenvolvimento da indústria siderúrgica no país consumidor.
3. As flutuações de produção de minério de ferro, que tem a ver com redução ou interrupção da produção por algum fator.
4. Preço de comércio internacional, como a dependência de importação de minério em um só país, correlacionando os preços do mercado internacional aos preços domésticos.
5. Alterações de demanda a jusante.
6. Preço de produtos substituto, como sucata de aço, estiver muito abaixo do que o ferro gusa.
7. Alterações de inventário, que está relacionado a capacidade de estoque local.
8. Situação macroeconômica, que funciona como um barômetro da demanda do mercado de minério de ferro e apresenta influência nas operações de preços.

Resgatando-se a imagem 1, percebe-se que no final da década de 1970, a demanda tinha diminuído enquanto inversamente crescia o preço. Segundo Souza (1991, p. 87), essa tendência relacionava-se ao resultado das negociações entre as siderúrgicas japonesas e europeias de aceitar os acréscimos dos preços, considerando o aumento dos custos operacionais com energia e petróleo para produção. Entre 1982 e 1988, iniciou-se uma queda contínua dos preços, apesar da melhora da demanda. Dessa vez a queda esteve relacionada ao novo excesso de capacidade de produção que obrigava as mineradoras a tentar manter quantidades vendidas a qualquer preço. A partir de 1988, iniciava-se um processo de recuperação desses preços, com essa tendência de alta coincidindo com o aumento da demanda mundial. Este cenário vai perdurar até os anos 2000.

1.1.2 Anos 2000: Efeito China e financeirização no mercado mundial de ferro

Até fins da primeira década do ano 2000 vigorou em grande medida, a tendência de crescimento da produção mundial de minério de ferro. Em 2015, essa produção mais do que dobrou em relação ao ano 2000. (gráfico 2)

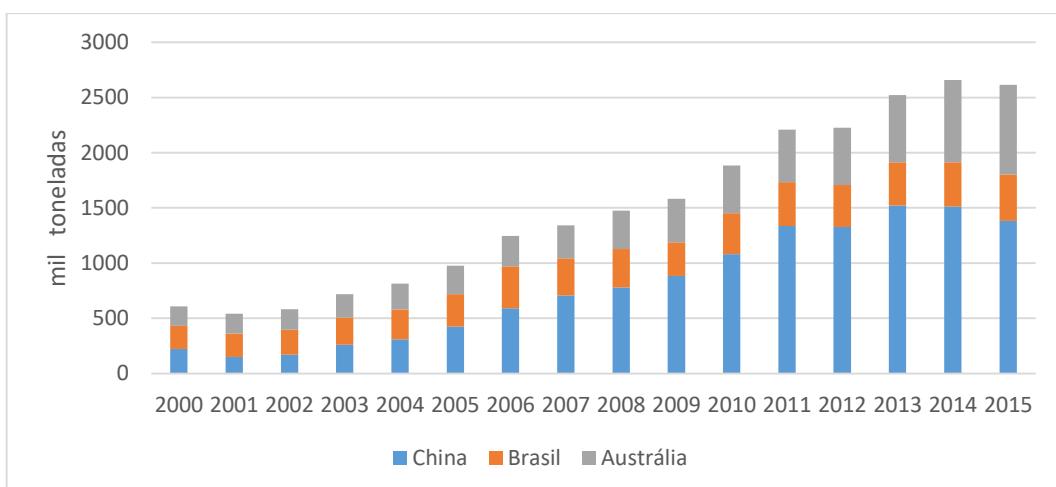
Gráfico 2 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)



Fonte: Stell Statistical Yearbook, 2007: p.90 (dados entre 2000 e 2007) e 2016:p.103 (dados entre 2008-2015)

Entre os três maiores países produtores temos a China, a Austrália e o Brasil, que controlam juntos mais da metade da produção de ferro do mundo. No gráfico 3, buscou-se construir uma perspectiva histórica da dinâmica produtiva de cada país, onde se percebe que a partir de 2005, aumentou muito a produção de ferro na China, superando a produção australiana e brasileira.

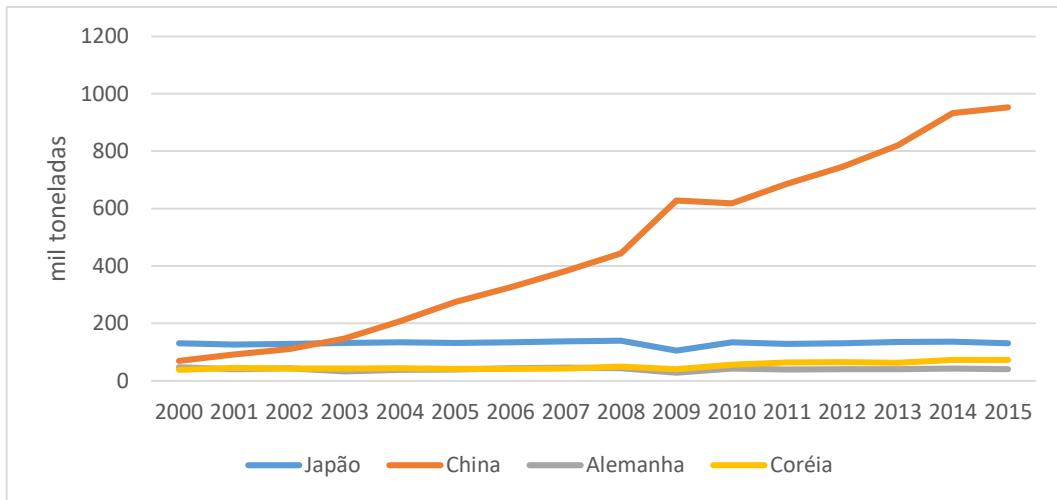
Gráfico 3 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)



Fonte: Steel Statistical Yearbook, 2007, pp. 94,95 (dados entre 2000 -2007) e 2016, pp. 103,104. (dados entre 2008-2015)

Em relação ao consumo, o gráfico 3 nos aponta também a China como principal força motriz dessa demanda, dominando quase que exclusivamente, esse mercado.

Gráfico 4 - DINÂMICA DOS QUATRO MAIORES PAÍSES IMPORTADORES DE MINÉRIO DE FERRO (2000-2015) (EM MIL TON)



Fonte: Steel Statistical Yearbook, 2007, p. 98; 2016, p. 106

Dessa forma, a China por mais que seja rica em reserva mineral de ferro ainda precisa importar grande quantidade. Em 2015 o consumo de minério de ferro da China alcançou 60,94% do consumo mundial (DCE, 2015, p.3). Isso porque, por um lado, sua escala de produção de aço, em muitos momentos, aparece como maior do que seus próprios recursos, e por outro lado, os custos de produção de seu próprio ferro são relativamente elevados, devido ao seu baixo teor, que fica em torno de 33% (GAGGIATO, 2010, p. 27). Nesse sentido a Vale tem mostrado sua capacidade de ofertar um produto qualidade “premium”, segundo critérios chineses, com teor de ferro entre 65% e 68%, considerado de alto grau de pureza e baixos contaminantes, o que lhe coloca numa condição de concorrência no mercado transoceânico, principalmente com a sobreoferta das mineradoras australianas, que têm muita produção mas com qualidade “standart”, com teor entre 58% e 62%, inferior ao minério brasileiro, esse mais raro no mercado.³

No ranking dos principais países exportadores de ferro para China em 2015, ficaram a Austrália com 65,12%, o Brasil com 20,55%, a África do Sul com 4,87% e a Índia com 0,22%. (DCE, 2015, p. 4). Para efeito de sistematização, apresenta-se no quadro 2, os principais países e suas principais mineradoras, por tipo de minério, atuantes nesse mercado transoceânico.

³ Chinês vê na crise chance de obter espaço. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/coluna/chines-ve-na-crise-chance-de-obter-espaco.ghtml>. Acesso em 18/07/2020

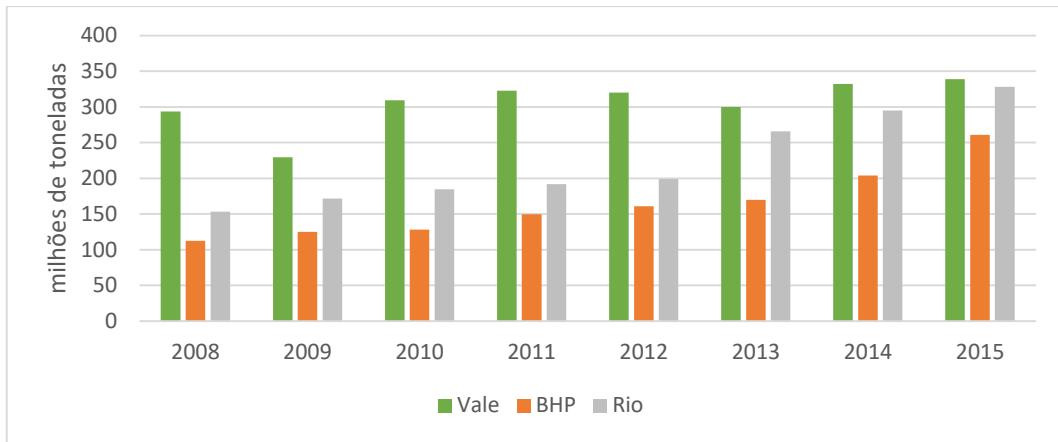
**Quadro 2 - PARTICIPANTES (MINERADORAS) NO MERCADO TRANSOCEÂNICO
POR PAÍS E TIPO DE PRODUÇÃO DE FERRO (2010)**

País	Pelotas	Sinter/Pellet feed	Granulado
Austrália		Rio Tinto BHP Billiton Fortescue Metals Group Midwest Corporation Murchison Metals Atlas Iron Territory Resources Portman One Steel Mount Gibson Iron	Rio Tinto BHP Billiton Fortescue Metals Group Midwest Corporation Murchison Metals Atlas Iron Territory Resources Portman One Steel Mount Gibson Iron
Brasil	Vale SA Samarco Mineração	Vale SA CSN Anglo American MMX MHAG	Vale AS MHAG
Canadá	IOC QCM Wabush Mines		
Chile	CMP		
Peru	Shougang Hierro Peru		
África do Sul		Kumba Resources Assmang Limited	Kumba Resources Assmang Limited
Mauritânia		SMIN	
Suécia	LKAB		
Barein	GIIC		
Índia	KIOCL	Sesa Goa Limited NMDC Salgaocar Mining Pequenas mineradoras	Sesa Goa Limited NMDC Salgaocar Mining Pequenas mineradoras
CEI	Metaloinvest Ferrexpo Metinvest		
China		Pequenas mineradoras	

Fonte: GAGGIATO, 2010, p. 54.

A Austrália e o Brasil são os países que concentram as principais mineradoras que controlam a produção de ferro no mundo, as australianas BHP Billiton e Rio Tinto e a brasileira Vale. No gráfico 5, observa-se o percentual de controle da produção de minério de ferro entre essas três mineradoras, que em 2015, respondiam juntas por 42,6% do total de produção do mundo. (DCE, 2015, p. 4).

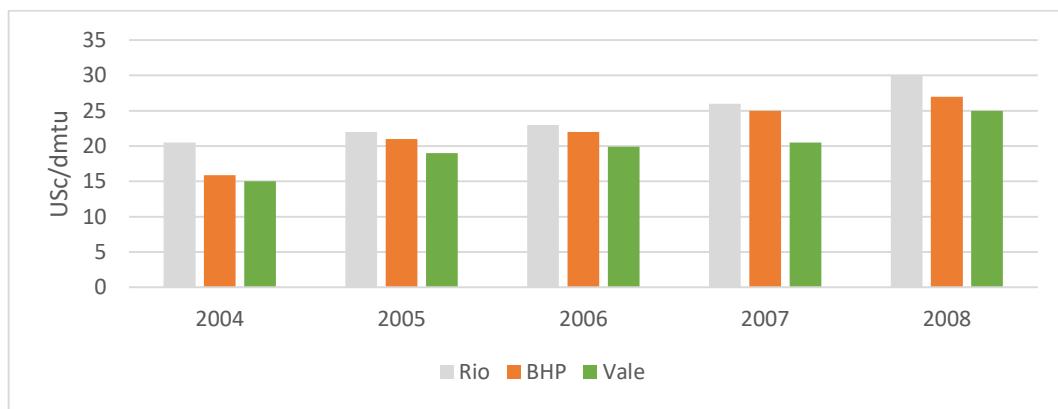
Gráfico 5 - PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DAS TRÊS MAIORES MINERADORAS (2008-2015) (EM MIL TON)



Fonte: DCE, 2015, p. 3

A operação em larga escala da mineradora Vale, a qualidade do seu minério, que permite baixos custos de exploração e beneficiamento, e os baixos encargos de operação minerária (*royalties*) cobrados no país, são vantagens importantes que intervém nos custos de produção da empresa. Ainda que o transporte seja uma etapa cara para sua produção, ela consegue ter custos menores de produção, do que as suas concorrentes, conforme pode ser observado no gráfico 6. (GAGGIATO, 2010, p. 73)

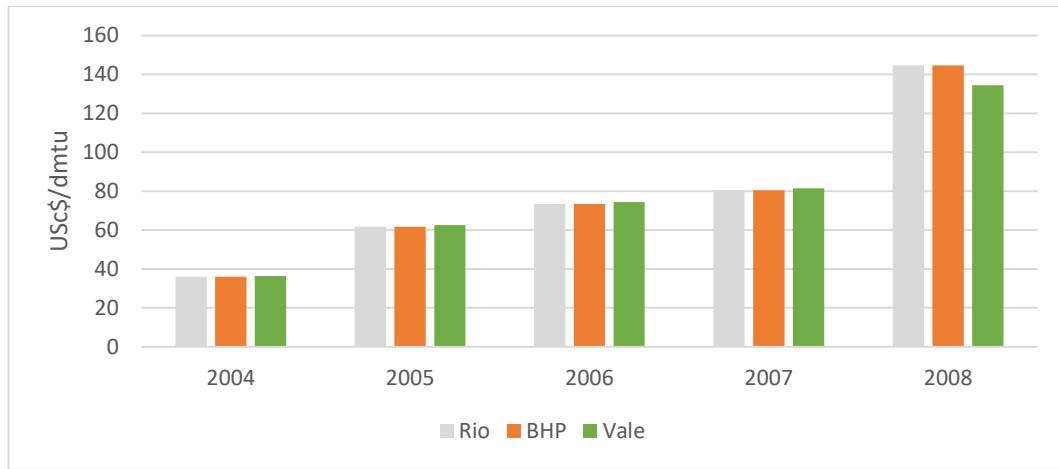
Gráfico 6 - EVOLUÇÃO DA CURVA DE CUSTOS DAS TRÊS PRINCIPAIS MINERADORAS DO MUNDO, PARA CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO (2004-2008)



Fonte: Elaborado a partir de informações de GAGGIATO, 2010

Em relação aos preços de referência, entre as três mineradoras, observa-se no gráfico 7, que a Vale possuí um menor preço, que tem a ver com seu volume de venda. Devido a isso a Vale é uma grande defensora desse sistema de preço de vendas a longo prazo.

Gráfico 7 - PREÇOS DE REFERÊNCIA ANUNCIADOS PELAS MINERADORAS, RIO TINTO, BHP BILLITON E VALE (USc\$/dmtu) PARA SÍNTER FEED (2004-2008)



Fonte: Elaborado a partir de informações de GAGGIATO, 2010

Mas esse padrão de preço de referência, que favorecia a Vale, tem se tornado inviável diante da instabilidade do mercado. Conforme pode ser observado na tabela 1, o preço do minério de ferro que no início dos anos 2000 era de aproximadamente 30 dólares, chegou a patamares de quase 200 dólares a tonelada métrica seca, durante o período do superciclo, mas que se seguiu de uma queda significativa a partir de 2011, momento do pós-*boom*.

Tabela 1 - PREÇO MINÉRIO DE FERRO E TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (2000-2015)*

Ano	Preço (U\$/TM seca)	Taxa de variação (ano)
2000	28,79	4,35%
2001	30,03	4,31%
2002	29,31	-2,40%
2003	31,95	9,01%
2004	37,90	18,62%
2005	65,00	71,50%
2006	67,00	3,38%
2007	78,20	6,39%
2008	193,37	1,71%
2009	72,51	3,62%
2010	125,72	19,65%
2011	179,18	9,86%
2012	140,26	2,84%

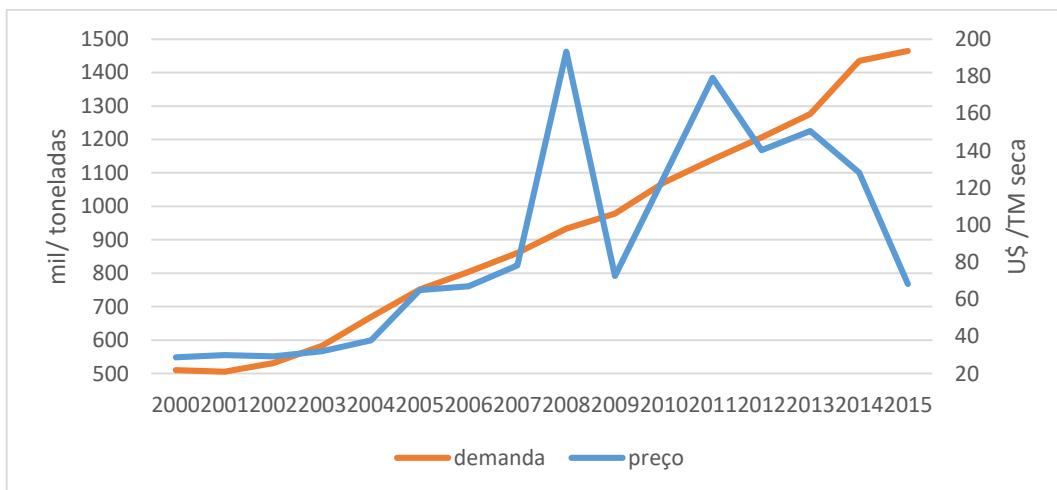
2013	150,49	17,10%
2014	128,12	-5,65%
2015	68,23	-0,23%

*referente ao mês de janeiro de cada ano.

Fonte: indexmundi, 19/11/2019 <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=240>

Essa instabilidade acabou quebrando o sistema mundial de referência de preços anuais, realizado entre as principais mineradoras, que passaram a procurar os preços do mercado *spot*, com retorno imediato, em que pese com maiores riscos, na medida em que se perdia a referência real desse mercado (MILANEZ, 2017, p.12). No gráfico 8, confrontou-se a dinâmica do preço com a demanda mundial de minério, possibilitando perceber que até 2007, ambos caminhavam relativamente na mesma perspectiva. Entretanto, a partir de 2008 houve um pico de alta no preço, que fez desalinhhar esses dois vetores e a partir de 2012 uma queda do preço mesmo com tendência de crescimento da demanda.

Gráfico 8 - PREÇO POR DEMANDA MUNDIAL DE FERRO NO MERCADO (2000-2015)



Fonte: Indexmundi e Steel Statistical Yearbook

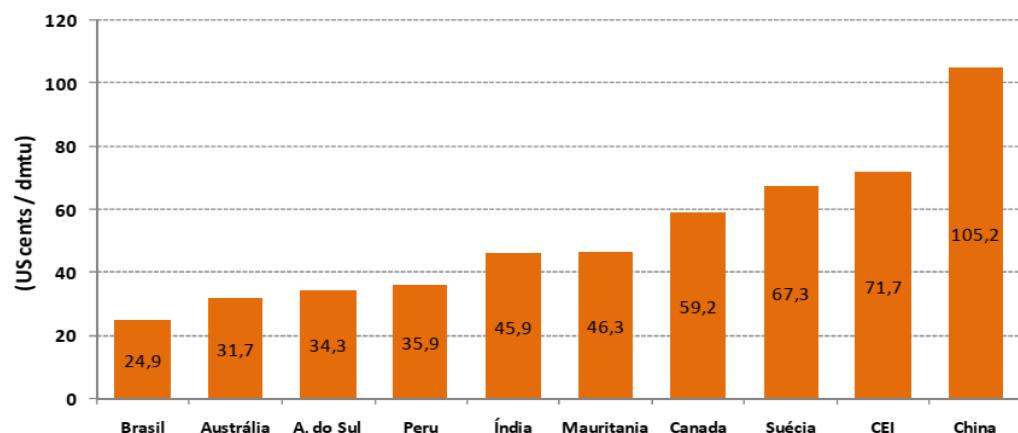
Segundo Milanez, esse *boom* e *pós-boom* do preço do ferro nesse período, esteve relacionado diretamente à crescente financeirização desse mercado, causado pelo efeito China: “O aumento da demanda chinesa teria apontado para possibilidade de ganhos excepcionais, atraindo agentes financeiros que inflacionaram esses preços” (2017, p. 2). A crise macroeconômica de 2008, fez com que muitos fundos especulativos migrassem para o mercado

de ferro, atraídos pela dinâmica gerada pela alta do preço em 2008. Como esses operadores financeiros, na maioria eram externos ao setor⁴, conheciam pouco de sua dinâmica interna, portanto estavam mais sujeitos aos “ruídos” desse mercado, tendendo a ação conjunta (efeito manada), em qualquer anuncio de não realização de seus investimentos, o que para Milanez (2017, p.14), pode explicar queda acentuada do preço do ferro em 2009 e também ao fato de que mesmo com a tendência de queda do preço, a partir de 2014, ainda assim a demanda pelo ferro estivesse crescendo, pois essa era de natureza produtiva advinda da China.

1.1.3 A mineração na economia brasileira nos anos 2000

O Brasil é um país que aparece no cenário internacional como o terceiro maior produtor de ferro do mundo. Possui aproximadamente 18,5 bilhões de toneladas de minério de ferro, equivalendo a 7% das reservas mundiais (QUARESMA, 2001, p. 3). Além disso, é um minério com alto grau de pureza, o que o coloca na condição de baixo custo de produção para adequação granulométrica (gráfico 9), fator esse que representa um importante diferencial competitivo entre os integrantes do mercado.

Gráfico 9 - CUSTO MÉDIO DE MINÉRIO FINO POR PAÍS (2008)

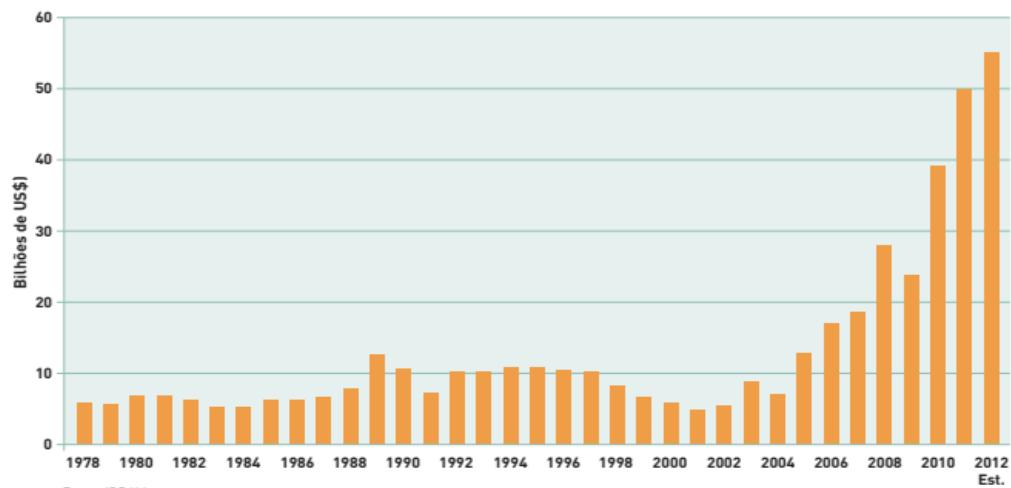


Fonte: Cru Analisys, 2009 apud GAGGIATO, 2010, p. 36

⁴ De forma geral, a UNCTAD (2009) sugere a divisão desses operadores não comerciais em três grandes grupos: 1) Operadores informados, que seriam agentes especializados que conhecem os fundamentos físicos das commodities em geral, mas não as informações específicas de cada setor. 2) Operadores de ruído, que seriam os grandes bancos e os fundos de investimentos, que especulam de forma agregada nas commodities, com pouco fundamento no mercado físico. 3) Operadores desinformados, são aqueles operadores por momento, baseiam suas decisões técnicas em modelos computacionais e análises estatísticas (MILANEZ, 2017, p. 8)

O setor mineral brasileiro teve um enorme crescimento de produção a partir dos anos 2000 em relação as décadas de 1980 e 1990, conforme pode ser observado:

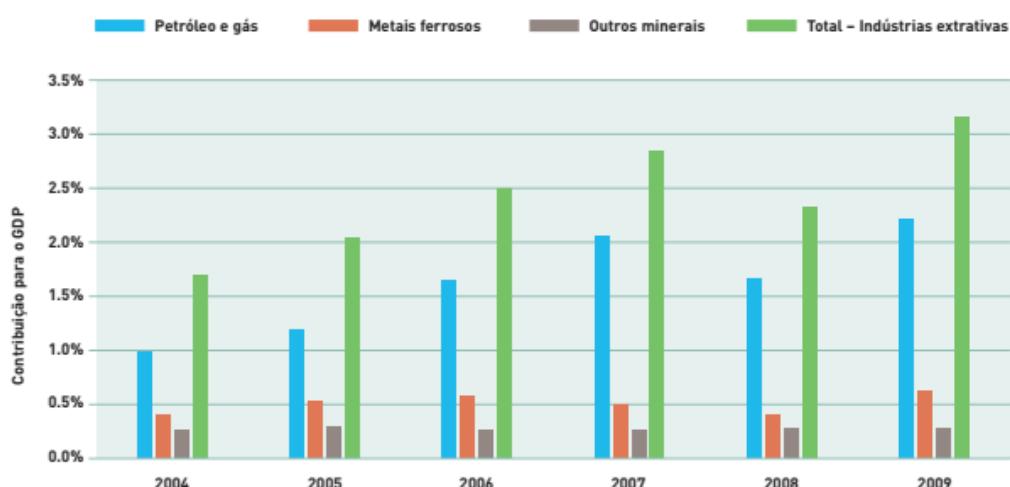
Gráfico 10 - VALORES DE PRODUÇÃO DA MINERAÇÃO (1978-2011) (EM BILHÕES DE US\$)



Fonte: IBRAM, 2013, p. 28

Apesar desse crescimento, a contribuição da indústria mineral de metal ferrosos para o PIB em 2013 foi de apenas 1,1%, o que representa um pequeno percentual diante da contribuição de outros setores da indústria extractiva, conforme pode ser observado na ilustração 11. Isso é justificado pelo MME e pelo IBRAM como reflexo de uma economia brasileira cada vez mais diversificada. (IBRAM, 2013, p. 34).

Gráfico 11 - A CONTRIBUIÇÃO DA MINERAÇÃO PARA O PIB (2004-2009) A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: IBRAM, 2013, p. 34

Ainda sobre o PIB do setor mineral, observa-se também, de acordo com a tabela 2, que o segmento de mineração foi o que mais cresceu na última década, com 10% de crescimento enquanto que a indústria de transformação crescia apenas 2%, ficando superior a própria taxa média brasileira desse período que ficou em 3,2%, o que segundo Santos (2012, p.5), pode fortalecer a tese da especialização reversa ou reprimarização da economia brasileira

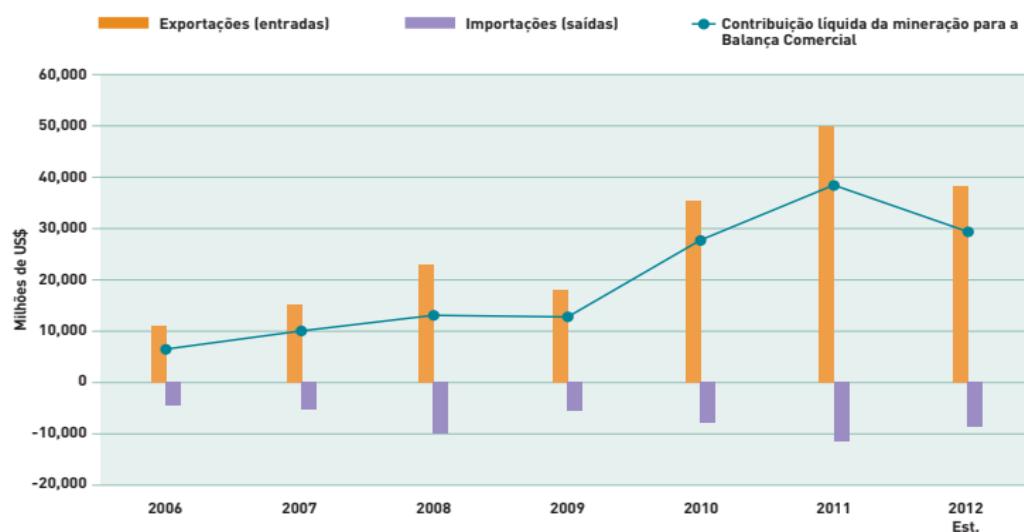
Tabela 2 - PARTICIPAÇÃO DO SETOR MINERAL NO PIB BRASIL (%) (1970-2008)

Segmento	Anos						Taxa média anual de crescimento por década			
	1970	1980	1990	2000	2005	2008	70'	80'	90'	2000'
Mineração	0,8	0,8	0,6	0,6	0,8	1,1	8%	-	0%	10%
									1%	
Transformação	5,1	5,4	4,1	2,6	3,4	3,1	8%	1%	0%	2%
Não metálicos	1,6	1,8	1,3	0,7	0,6	0,7	9%	-	-3%	3%
									1%	
Metálicos	3,5	3,6	2,8	1,9	2,8	2,4	8%	-	-1%	6%
									1%	
Total	5,9	6,4	4,7	3,2	4,2	4,2				
PIB Brasil							7,7%	2 %	2,1%	3,2%

Fonte: MME, 2010, p. 9

Já a contribuição da mineração na balança comercial brasileira, tem sido bastante elevada, conforme observado no gráfico 12:

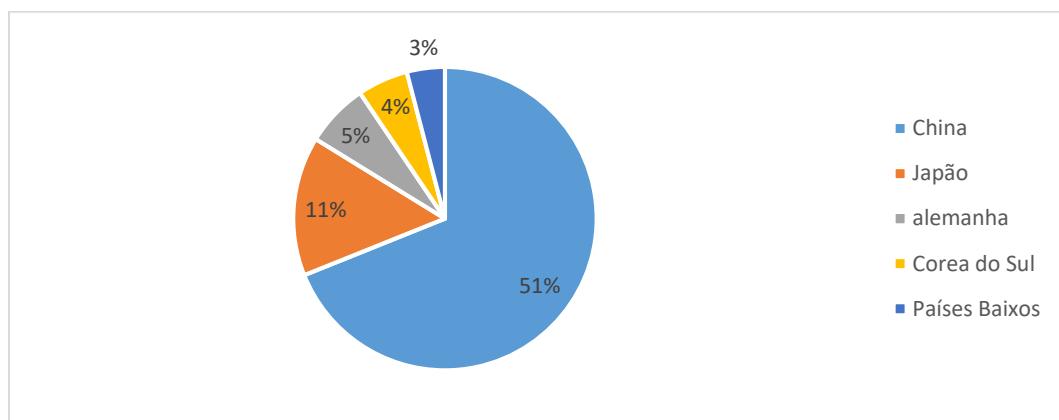
Gráfico 12 - CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE MINERAÇÃO PARA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA EM MILHÕES DE US\$ (2006-2010, ESTIMATIVA PARA 2011)



Fonte: IBRAM, 2013, p. 30

Na pauta de exportação também houve um crescimento bastante significativo do setor da mineração, principalmente ligado aos metais ferrosos, que saltou de 6,3% em 1995 para 16,7% em 2010. (IBRAM, 2013, p.29). Em 2011, o ferro chegou a controlar, 91,6% das exportações minerárias brasileira. Neste ano sua produção alcançou o recorde de 398 milhões de toneladas, sendo quase 100% destinada à exportação (DNPM, 2012, p 71). O principal mercado consumidor é a China (gráfico 13).

Gráfico 13 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIO DE FERRO (2011)



Fonte: DNPM, 2012, p. 71

A enorme concentração de nossas exportações direcionada a um mercado consumidor nos coloca numa condição de extrema dependência das oscilações econômica e política da China. Outra dinâmica de especialização da mineração brasileira, relaciona-se a quase 90% de dependência das exportações de minério de ferro em forma bruta, que por sua natureza acaba gerando proporcionalmente menor quantidade de emprego e renda ao país, repassando-os a outros países, conforme pode se observar no quadro 3:

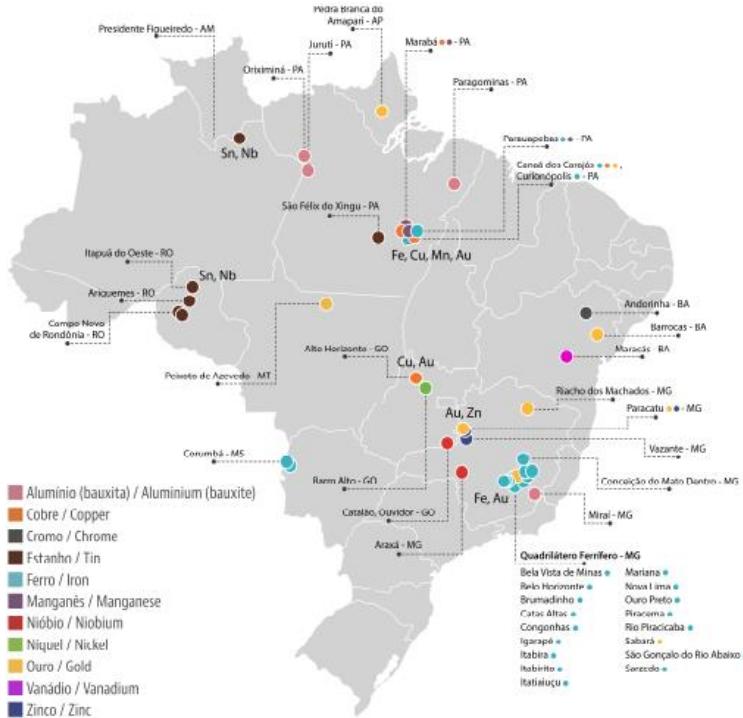
Quadro 3 - EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E BAUXITA E EMPREGOS ASSOCIADOS

Cadeia Produtiva do Ferro	
Mineração de Ferro	= 100 empregos / Mt
Siderurgia	= 4.000 empregos / Mt aço
Exportação em 2008:	282 Mt de minério de Fe (US\$ 16 bilhões) => 170 Mt de aço
As exportações de minério bruto equivaleram a 680.000 empregos exportados	
Cadeia Produtiva do Alumínio	
Mineração de Bauxita	= 150 empregos / Mt
Refinaria de Alumina (Al2O3)	= 500 empregos / Mt
Metalurgia do Alumínio (Al)	= 8.000 empregos / Mt
Transformadores	= 40.000 empregos / Mt
Exportação em 2008:	6,2 Mt de Bauxita (US\$ 293 milhões) => 2,7 Mt Al2O3 => 1,3 Mt Al
As exportações de minério bruto equivaleram a 64.000 empregos exportados	

Fonte: MME, 2011, p. 13

Do ponto de vista da expansão territorial da atividade minerária pode-se observar pela imagem 1, que em 2017, já havia exploração em praticamente todo o território brasileiro.

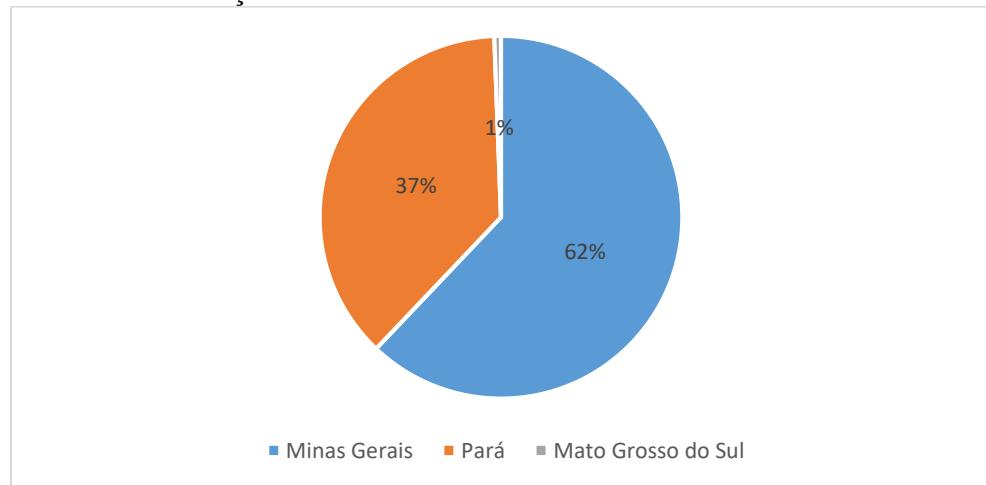
Imagen 1 - LOCALIZAÇÃO DAS MINAS COM PRODUÇÃO ROM ACIMA DE 1.000.000EM 2017 PARA AS ONZE PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS



Fonte: ANM, 2018, p. 12

As minas de ferro estão concentradas no Estado de Minas Gerais, Pará e Mato Grosso do Sul, com produção em 2017, equivalendo a 281.488.480 t, 169.151.575t e 2.676.938t, respectivamente (gráfico 14).

Gráfico 14 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS MINAS DE FERRO DO BRASIL (2017)



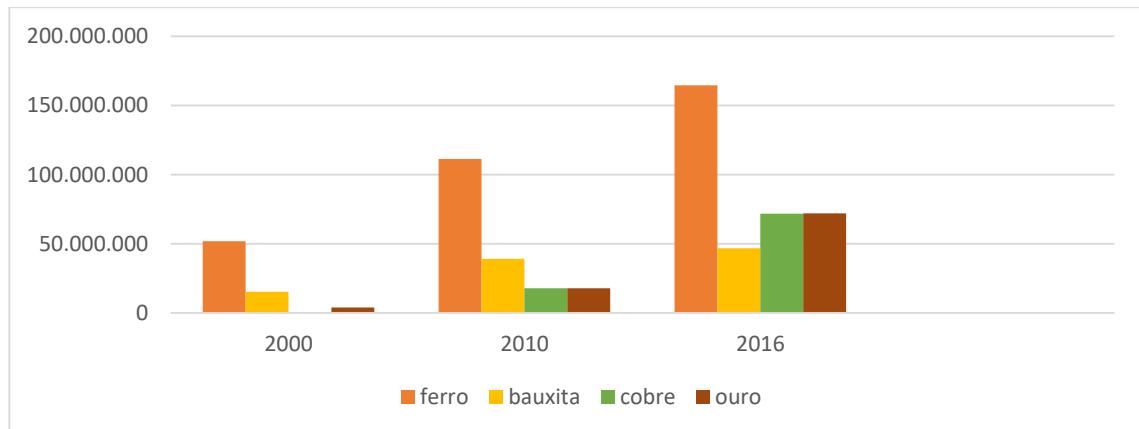
Fonte: ANM, 2018, p. 6

As principais mineradoras do país na produção de Ferro são Vale S/A que controla 79% da produção e as principais minas de Minas Gerais e Pará, a CSN mineração controlando 5,84% e a Anglo América Minério e Ferro Brasil, com 5,01%. A Vale detém o monopólio da exploração do principal produto da pauta de exportação mineral do país, posição que lhe confere um poder de incidir sobre a política nacional para obtenção de vantagens competitivas para concorrência no mercado internacional.

1.1.4 Dinâmica da mineração no Pará e sua relação com o mercado mundial de ferro

No cenário nacional, o Pará se configura como o segundo maior estado minerador. Em 2017 a contribuição do Estado às exportações minerais foi de 42% (IBRAM, 2018, p.11). Sua diversidade e quantidade de reservas minerais, não poderiam passar incólumes ao *boom* das *commodities* a partir dos anos 2000. Na ilustração 16 pode-se observar a evolução da produção mineral do Estado em relação a produção dos três principais minerais comercializados.

Gráfico 15 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRUTA DE MINÉRIO DO ESTADO DO PARÁ (tonelada)



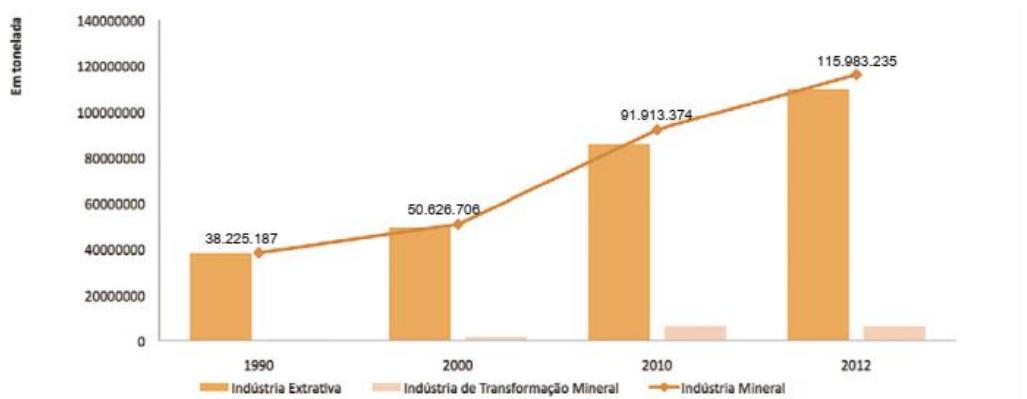
Fonte: ANM- Anuário Mineral. Anos base. 200, 2010 e 2016

Conforme o gráfico, o ferro permanece sendo o principal produto mineral do Estado. Destaca-se que não existe informação de produção de cobre no Estado nos anos 2000, enquanto em 2016 ele já é o terceiro minério com maior produção.

Segundo o Plano Mineral do Estado do Pará-PEM (SEICOM, 2013, p. 10), cerca de 80% a 90% de tudo que é extraído do Pará, enquanto recurso mineral, é destinado à exportação. Em 2012, essas exportações alcançaram US\$ 13 bilhões de dólares, enquanto que há 20 anos atrás o estado exportava US\$ 1,1 bilhões, com projeção que em 2030,

chegue a US\$30 bilhões de dólares, considerando a entrada em operação da mina S11D. Praticamente 70% do produto da mineração é exportado do Pará em forma *in natura*, diretamente pelas indústrias extractivas, apenas 17% passam pela indústria de transformação mineral, conforme pode ser observado no gráfico 16:

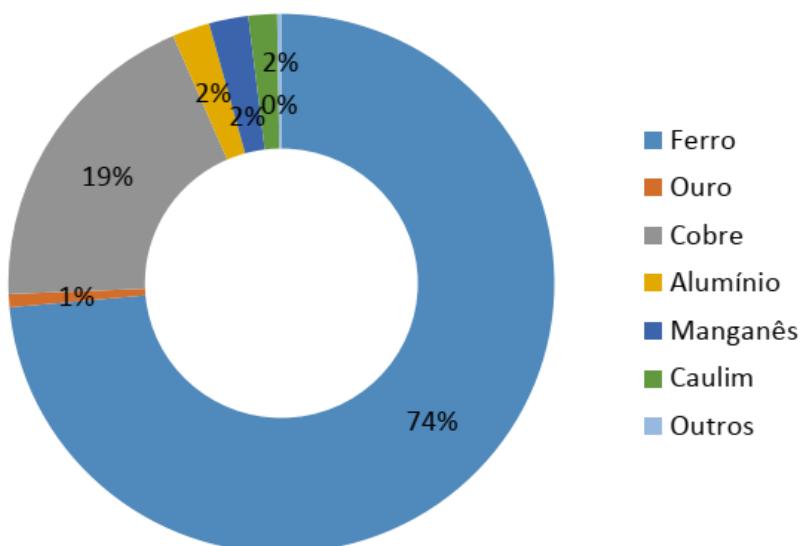
Gráfico 16 - VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS MINERO-METALÚRGICAS DO ESTADO DO PARÁ (1989-2012)



Fonte: SEICOM, 2013, p. 30

Assim como no Brasil, o ferro é o principal produto dessa pauta de exportação (gráfico 17):

Gráfico 17 - EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL, PARÁ (2017)



Fonte: IBRAM, 2018.

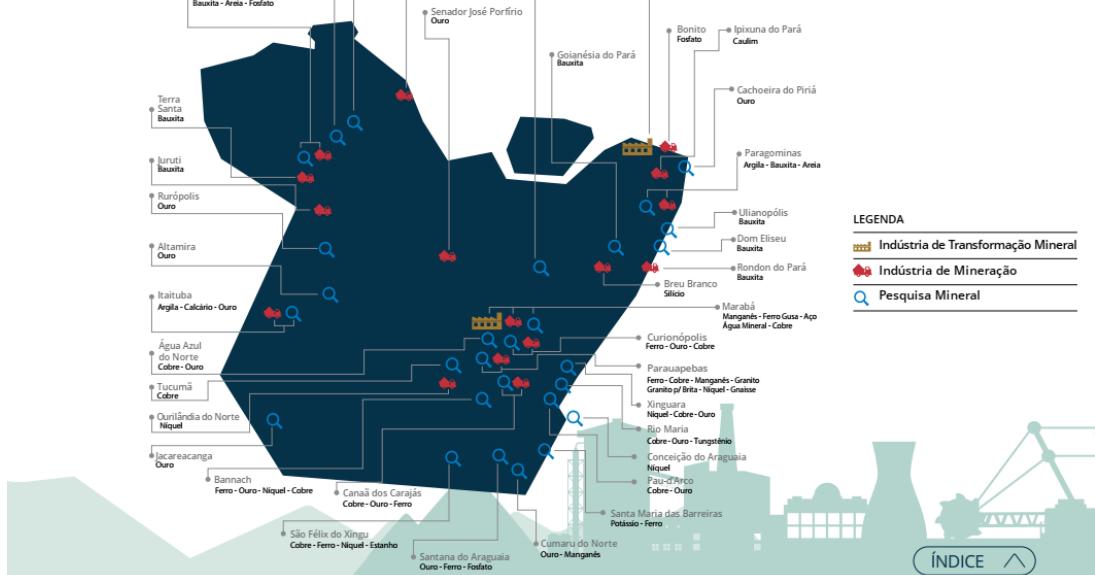
A maioria dos encargos e incentivos a atividade minerária é aplicada diretamente pelo governo federal, dentre os quais está a cobrança de *royalties* através da CFEM, que sofreu reformulação de taxa, como parte do texto aprovado no novo código da mineração em 2017. A maior parte da CFEM, fica com os municípios mineradores, que no Pará, de acordo com os dados da CFEM de 2019⁵, está bastante concentrada em Parauapebas com 52% e Canaã dos Carajás 32%, com valores que vão de R\$ 400 à R\$ 600 milhões, uma quantia bastante alta para ser gestada por pequenos municípios. Por outro lado, o Estado do Pará, arrecadou aproximadamente R\$ 300 milhões de CFEM, nesse mesmo ano, devido ao percentual de distribuição de arrecadação menor, do que dos municípios mineradores.

Em relação as deduções fiscais e de encargos, destaca-se o fato de que nos Estados da Amazônia a Lei Kandir, desde 1996, desonera as mineradoras do Imposto sobre circulação de mercadoria-ICMS, dos minerais destinados à exportação. Com isso o Estado do Pará perdeu sua principal fonte de receita relacionada a mineração. Esse percentual de ICMS que no início da década de 1990 estava em torno de 7%, em 1996, após a aprovação da lei, passou a ser de apenas 3% (SEICOM, 2013, p. 35).

O mapa mineral do Pará, aponta a mineração presente em 38 municípios. (imagem 2).

Imagen 2 - PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PARÁ (2018)

Mapa Mineral do Pará

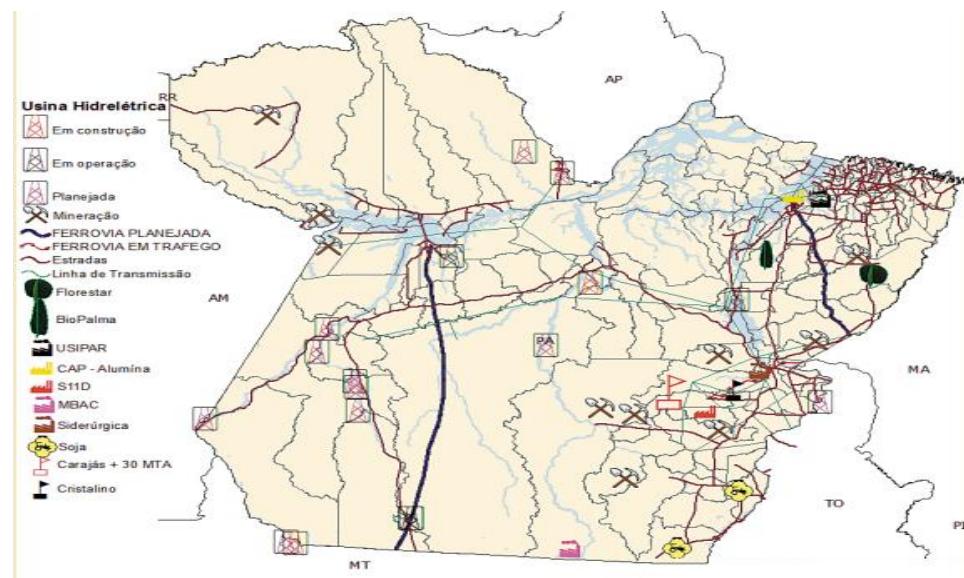


Fonte: SIMINERAL, 2018, p. 33

⁵ Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/distribuicao_cfecm_ano.aspx?ano=2019

Junto com esses projetos minerários, foi crescendo nesse período, os investimentos em infraestrutura e logística, dinamizados prioritariamente pelo governo federal, que tem causado bastante impactos sobre o território paraense. Na ilustração 20, observa-se através do mapa, alguns desses modais:

Imagen 3 - GRANDES PROJETOS MINERÁRIOS E MODAL DE INFRAESTRUTURA NO PARÁ



Fonte: SEICOM, 2013, p. 29

A partir desses dados, pode-se destacar o Pará como uma fronteira importante de avanço da mineração em relação ao mercado mundial de ferro, e que vem sofrendo mais diretamente os impactos dessa atividade em seu território, com pouco rebatimento efetivo na economia regional.

1.2 Da CVRD a Vale: A relação Estado-Empresa

Neste tópico busca-se um maior exame da empresa Vale. Viu-se anteriormente sua importância diante do mercado mundial de ferro, entretanto, entende-se que há uma especificidade em seu entorno, que não está apenas relacionado ao papel econômico que cumpre, mas sim, na sua relação estrutural com o Estado brasileiro, mesmo após sua privatização, que coloca o Estado num processo direto de acumulação do capital. Com isso, objetiva-se entender à lógica do setor produtivo estatal.

1.2.1 CVRD: A genealogia da grande estatal brasileira

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada através do decreto-lei 4.352 de 1º de junho de 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas. Constava dos artigos do texto de criação:

Art. 1º Ficam incorporados ao patrimônio da União os bens pertencentes à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., mediante as condições fixadas nos arts. 2º e 3º, considerando-se rescindido o contato existente entre a União e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. a que se refere o decreto-lei n. 2.351, de 28 de junho de 1940.

Art. 2º O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. com importância em dinheiro equivalente ao capital realizado da mencionada Companhia.

Art. 3º O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Itabira de Mineração S.A., em organização, com a importância, em dinheiro ou em ações da nova Companhia prevista no art. 6º, correspondente às entradas de capital que houverem efetivamente realizado.

Art. 4º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 55.000:000\$0 (cinquenta e cinco mil contos de réis), para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes das incorporações de que tratam os artigos anteriores.

Art. 5º Os bens incorporados ao patrimônio da União, nos termos do artigo 1º, até a organização da Companhia de que trata o art. 6º, serão administrados por um superintendente, que o Governo Federal nomeará.

Art. 6º Para exploração das jazidas de ferro de Itabira e do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, fica o superintendente autorizado a praticar todos os atos necessários à constituição de uma sociedade anônima nas condições adiantefixadas.

§ 4º A diretoria será constituída de cinco membros a saber:

- a) um presidente de nacionalidade brasileira;
- b) dois diretores de nacionalidade brasileira;
- c) dois diretores de nacionalidade norte-americana.

§ 5º A Companhia será dividida em dois Departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o das Minas de Itabira.

§ 6º O Departamento da Estrada de Ferro será administrado por diretores brasileiros e o Departamento das Minas será administrado conjuntamente por diretores brasileiros e americanos elaborados por acordo entre os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, aprovados pelo Presidente da República.

Art. 7º A Companhia a que se refere o artigo anterior fica autorizada a executar, nos termos da legislação em vigor, as desapropriações necessárias ao seu objetivo e as exigidas para seu ulterior desenvolvimento.

Art. 8º Ficam transferidas à nova Companhia as vantagens e obrigações decorrentes do contrato celebrado em 17 de junho de 1941, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., para utilização do embarcadouro especial de minério no porto de Vitória.

Art. 9º Fica assegurada a isenção de impostos de importação e demais taxas sobre os materiais e equipamentos importados com destino aos

serviços previstos nesta lei.

Art. 10. Fica aprovado o projeto de Estatuto da nova Companhia, que se denominará Companhia Vale do Rio Doce S.A., anexo a este decreto-lei.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(BRASIL, Decreto Lei n.4352, de 1º de junho de 1942, publicado no DOU, 2-6-1942).

A longa citação deste decreto, foi mantida, porque nela está contida toda a expressão histórica que norteou a relação entre Estado e empresa, expresso na constituição da CVRD, qual seja: o padrão desenvolvimentista, a incorporação do capital estrangeiro e a disposição do Estado em criar condições infraestruturais para o pleno desenvolvimento dessa atividade. Antes de se avançar na apreensão deste contexto político, que cercava a criação da CVRD, impõe-se voltar um pouco na história que levou a sua formação.

No limiar do século XX, o Brasil, apesar de passar longe de qualquer processo de industrialização, já acumulava certa *expertise* em relação a mineração, que remontava seu passado colonial. A Escola de Minas de Ouro Preto, instituição criada em 1876, para formação de profissionais envolvidos na atividade minerária; a Comissão geológica do Brasil (1906), responsável por estudos relacionados a carvão mineral e outros minerais; assim como, a criação do Serviço Geológico e Mineratório do Brasil (1907), órgão de regulação e disciplinamento da atividade mineraria do Brasil, seriam exemplos ilustrativos de que a relação com a atividade mineraria já se fazia representar formalmente através dessas instituições.

Cabia principalmente ao Brasil, nesse período, apresentar ao mundo o potencial mineral existente em seu território, enquanto uma forma de atrair capitais estrangeiros para investimento interno. Isso não tardou a acontecer, quando grandes empresas inglesas, norteamericanas, francesas e alemãs, passaram a disputar concessões de exploração de lavra, principalmente em áreas já mapeadas no Estado de Minas Gerais, que somado a frágil regulamentação sobre o acesso de grupos estrangeiros à exploração minerária, possibilitou verdadeiros escândalos relacionados a apropriação de território e das riquezas brasileiras, por essas nações.

O caso da empresa inglesa *Brazilian Hematite Syndicate*, é bastante ilustrativo nesse sentido, pois em 1911, recebeu do governo brasileiro uma das maiores áreas com reservas de minério de ferro, até então descoberto no país, na região de Itabira-MG, equivalente a 76.8 milhões de m² e 1 bilhão de tonelada de minério, em troca de construir uma usina siderúrgica no país, com capacidade de produção mínima de mil toneladas por mês (VALE, 2012, p. 29). Essa mesma empresa, já havia adquirido no ano anterior o controle acionário da Companhia

Estrada de Ferro Vitória-Minas, única via de escoamento da produção mineraria do Estado de Minas Gerais ao porto de Vitória.

Para se constituir no Brasil, a *Brazilian Hematite Syndicate*, passou a se chamar Itabira Iron Ore Company, seguindo a jurisdição brasileira que obrigava as empresas estrangeiras a terem representação legal no país. Na conjuntura que se abriu com a Primeira Guerra Mundial, a *Itabira Company*, passou a ter restrição de recursos advindos da Europa, o que lhe impossibilitou o cumprimento do contrato estabelecido com o governo brasileiro, de constituição de uma siderúrgica e melhoramentos na ferrovia Vitória-Minas. Disso foi se gerando questionamento de vários setores da população, encabeçado por políticos mineiros, que através de argumentos nacionalista, denunciavam o enriquecimento de empresas estrangeiras às custas da exploração de nosso minério.

Uma das vozes críticas à atuação da *Itabira Company*, Arthur Bernardes, ascendeu a presidência em 1918, e logo instituiu um imposto de exportação no valor de 3 mil réis por tonelada, para empresas que visassem apenas exportação. Em contrapartida, para aquelas que instalassem usinas siderúrgicas, o imposto cairia para 300 réis. Impossibilitada de arcar com imposto tão alto e sem financiamento para investir na constituição de uma siderúrgica no país, a *Brazilian Hematite Syndicate*, vendeu em 1919, a *Itabira Iron Ore Company* para o empresário norte-americano Percival Farquhar.

Nas negociações que se sucederam, foi aceita pelo governo, a proposta de Farquhar de montagem de uma siderúrgica, sem ônus para os recursos públicos do país, em troca de aumentar as exportações de minério de ferro para 4 milhões de tonelada/ano, além da criação e utilização exclusiva pela empresa de auto-forno, da estrada de ferro Vitória-Minas e do porto de Santa Cruz, em Vitória. Mas uma vez as reações nacionalistas ecoaram contra o poder monopolista adquirido pela *Itabira Iron Company*, se estendendo até o governo Getúlio Vargas.

O espírito nacionalista que se institucionalizava no país, restringiu sobremaneira, o monopólio de empresas estrangeiras na exploração minerária. Em 1939, o governo não renovou os contratos de concessão antes firmados com a *Itabira Iron Company*, além de que, a constituição de 1937 proibiu a exploração de minério por estrangeiros, o que fez com que Farquhar, tivesse que buscar sócios brasileiros para continuar seus negócios no país. Em 1941, fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia- CBMS, na qual ele detinha 47% das ações, e que tinha por objetivo central retomar a concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o Porto de Vitória, em troca de expansão nessas áreas. Nesse mesmo ano, os sócios brasileiros de Farquhar, criaram a Companhia Itabira de Mineração, para exploração das minas da *Itabira Iron Company*, então arrendadas.

Por fora desse movimento de capitais, internacional e nacional, em torno da exploração minerária no país, o Estado brasileiro, apostava na constituição de um parque siderúrgico, já que até 1940, o país ainda importava 75% do laminado consumido (VALE, 2012, p. 49). Para o governo Vargas, o crescimento da siderurgia brasileira representava um avanço no sentido de uma soberania nacional, daí a necessidade de o Estado assumir o papel de empreendedor nessa área. O principal empecilho a isso, estava na restrição de recursos públicos para iniciar um projeto dessa monta. Desde o final dos anos 1930, o Brasil começou a sondar a possibilidade de contratos com capitais estrangeiros que viabilizasse o empreendimento. Nesse sentido, contatos com a empresa norte-americana *United States Steel Co*, uma das maiores produtoras de aço do mundo, e a vinda ao país de uma missão técnica norte-americana (Missão Cooke), para elaborar um diagnóstico sobre os problemas globais da economia brasileira e na proposição de ações de planejamento, foram importantes para abertura de relação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Em 1940, após o rompimento definitivo do Brasil com os países do Eixo, no transcorrer da Segunda Guerra, consolidou-se a aproximação com os Estados Unidos através de acordos de cooperação internacional, que ficaram conhecidos como Acordos de *Washington*. Ao todo foram estabelecidos seis acordos que impunham a venda de minério exclusiva aos EUA, em troca de empréstimos para investimentos do Estado na área de mineração, siderurgia e transporte de cargas, que somaram um total de 280 milhões de dólares, que foram financiados pelo *Export-Import Bank os Washington-Eximbank*.

Esses recursos, possibilitaram a criação da Companhia Siderúrgica Nacional- CSN em 1941 e da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, que conforme decreto-lei de fundação, incorporava tanto a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia quanto a Itabira Mineração, através de indenização de seus acionistas pelo governo federal.

Esse foi o cenário de constituição da CVRD, por um lado as oscilações no plano internacional, advindas do processo de Guerra Mundial, tornaram a conjuntura favorável à barganha internacional, e que foi levada a cabo por Vargas; e, por outro, a consolidação de uma aliança pluralista que orbitava nesse Estado, envolvendo tanto capital nacional quanto estrangeiro, particularmente, o norte-americano. (ABRANCHES, 1987, p. 172).

A composição da primeira diretoria da CVRD, expressava o novo rearranjo envolvendo o capital estrangeiro e o Estado: um presidente brasileiro, dois diretores de nacionalidade brasileira e dois americanos. Ressalta-se dessa composição, que o presidente Ismael Pinheiro, era um legítimo representante da ala política mineira, e logo, defensor de uma vertente nacionalista que privilegiava a intervenção do Estado sobre a empresa. Por outro lado, os

diretores americanos, foram indicações direta do *Eximbank* e defendiam uma gestão empresarial da CVRD, com o mínimo de intervenção do Estado.

O balanço da primeira década da CVRD, ainda que com enormes restrições financeiras, fora favorecido pela conjuntura de guerra, garantindo-lhe um importante crescimento. Na tabela 3, pode-se observar essa dinâmica de exportação da empresa e também de sua conformação como grande monopólio brasileiro.

Tabela 3 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD NO TOTAL NACIONAL

Anos	CVRD (t)	Brasil (t)	CVRD/Brasil (%)
1942	35.407	316.033	11,2
1943	62.928	322.802	19,5
1944	127.194	205.798	61,8
1945	102.694	299.994	33,9
1946	40.962	64.413	63,6
1947	174.290	196.737	88,6
1948	385.252	599.289	64,3
1949	471.947	675.574	69,9
1950	721.765	890.125	81,8

Fonte: Vale, 2012, p.73

Se até 1945 a maior parte das exportações seguia para Inglaterra, a partir de 1950, os *Acordos de Washington* já transformavam os EUA no importador quase exclusivo do ferro brasileiro.

Após o fim da Guerra, houve uma queda mundial no preço do ferro no mercado, impondo a CVRD a necessidade de investimentos em infraestrutura de ampliação da EFVM e na modernização do Porto de Vitória, fundamentais para baratear os custos de produção. O fato é que para isso, havia a necessidade de mais recursos financeiros, porque nem o Estado brasileiro, nem a própria empresa, tinham envergadura de capital que realizasse essa demanda. Disso decorreu que duas estratégias se tornaram perigosamente recorrentes à CVRD: Empréstimo junto ao *Eximbank* e lançamento de *debentures* no mercado de ações. Só nesse primeiro período foi realizado um empréstimo de 19 milhões de dólares, dividido em duas parcelas, e havia ainda o pedido de mais 7,5 milhões. Quanto as *debentures*, foram lançados dois lotes no mercado de ações, totalizando 400 milhões de cruzeiros. (SILVA, 2004, p. 164)

Essas estratégias, se solucionavam de imediato o problema financeiro da empresa, também fragilizava sua autonomia administrativa. Nesse sentido foi bastante ilustrativo as negociações realizadas entre o *Eximbank* e a CVRD, para concessão do último empréstimo solicitado. O *Eximbank* que já se fazia representar na diretoria da empresa, agora condicionava

novo empréstimo à mudança de seu Estatuto, indicação de um engenheiro americano para superintendência da Estrada de Ferro, prerrogativa de uma diretoria formada prioritariamente por técnicos e administradores e redução dos poderes do presidente da empresa. Estava claro, portanto, que sua intenção consistia em exercer maior controle sobre a CVRD.

Em contraposição à essas demandas, havia toda uma ala de políticos alinhados à um projeto nacionalista, que junto com os militares, preconizavam a necessidade de manter a CVRD como estatal estratégica ao processo de desenvolvimento do país, e logo, com controle prioritário do Estado. Mas essa posição não rogava de hegemonia no governo, haviam aqueles partidários de concessão de uma maior autonomia gerencial, para que a empresa pudesse se desenvolver de forma eficiente e lucrativa, garantindo sua consolidação no mercado mundial do setor, em paralelo com o que apregoava o *Eximbank*.

Essa quebra de braço, que durou aproximadamente dois anos (1949-1951), resultou na vitória do setor estatista. Mesmo com várias concessões por parte da CVRD em relação aos pedidos do *Eximbank*, o ponto sobre a diminuição de poder do presidente da empresa, permanecia inalterado em seu novo estatuto. Em função disso, o *Eximbank* se retirou da diretoria, além de expressar sua intenção de não mais conceder nenhum empréstimo à CVRD.

Essa ruptura não representou o fim imediato das divergências em torno da gestão da estatal. A partir do governo Kubitschek (1956-60), com seu Plano de Metas, a política para as empresas estatais estratégicas, como a CVRD, voltava a ser de máxima autonomia administrativa, para que se tornassem rentáveis e competitivas no mercado mundial em que se inseriam, de modo a funcionar idênticas ao setor privado. (SILVA, 2004, p. 195). O fato é que mesmo com a demanda extraordinária da produção de aço no mercado mundial, nesse período, os acordos de exportação do Brasil com os EUA, acabavam restringindo sua possibilidade de maiores vendas. Só para se ter uma ideia do que isso representava:

Em entrevista ao Correio da Manhã, em 9 de outubro de 1959, o Governador Carlos Lindenberg, do Espírito Santo, informava que a Companhia Vale do Rio Doce, estava aparelhada para exportar 18 milhões de toneladas e o Brasil, mas naquele ano, exportara apenas quatro milhões (PEREIRA, 1967, p. 137)

Com toda essa tensão que perpassava pela condução política da CVRD, a trajetória da empresa foi pautada pela plena expansão, diversificação de produção e ampliação de mercado, com investimentos em infra-estrutura, tecnologia de produção e comercialização, que foram fundamentais, para concorrência internacional que se abriu com a entrada da Austrália no mercado de ferro.

Em relação a logística, foi realizado principalmente investimentos na ampliação do Porto de Vitória, com destaque ao terminal marítimo de Tubarão, um complexo portuário moderno e pioneiro no país, construído em 1966, na gestão de Eliezer Batista a frente da CVRD, junto com siderúrgicas japonesas. Além disso, a empresa passou a operar sua própria frota de navios, através da subsidiária Vale do Rio Doce Navegações-DOCENAVE.

O investimento em pesquisa, resultou em tecnologias que potencializaram um melhor aproveitamento dos chamados finos e ultrafinos de minério, dando nova perspectiva as minas exploradas, que já estavam quase extintas, pela baixa qualidade de teor do ferro. Além disso, em 1971 foi criada a Rio Doce, geologia e mineração- DOCEGEO, destinada à pesquisa e levantamento básico na Amazônia

Com o fim da relação com o *Eximbank*, a empresa passou a privilegiar as negociações diretas com as siderúrgicas, evitando intermediação e estabelecendo contratos de longa prazo. Nesse sentido, fechou acordos importantes, com siderúrgicas japonesas, com a Companhia de Mineração de Ferro e Carvão- FERTECO (grupo alemão), e também, com a Mineração da Trindade- SAMITRI, ligada a Companhia Siderurgica Belgo-mineira, abrindo novos mercados na Europa para o ferro brasileiro.

No seu processo de diversificação produtiva, a CVRD apostou em parcerias comercial estratégicas com empresas italianas, japonesas e espanholas, no modelo de *joint ventures*, que resultaram respectivamente, na Itabrasco, Nibrasco e Hispanobrasco, que atuavam no ramo da pelotização, bem como na Cenibra empresa Nipo-brasileira de madeira e celulose. Sem dúvida nenhuma o fator decisivo para o processo de diversificação da empresa no setor mineral, foi a *joint venture* com a *US Steel*, que lhe possibilitou a exploração de Carajás.

Essa estratégia agressiva de expansão da empresa, fez com que no período de vinte anos, entre 1955 e 1975, as exportações de minério de ferro e pelotas saíssem do patamar de 2.299 para 47.300 milhões de toneladas métricas. Também houve uma maior diversificação do mercado consumidor, com mudança de eixo de exportação dos EUA para o Japão. (VALE, 2012, p. 145).

Ao mesmo tempo que a empresa parecia caminhar dentro de uma certa autonomia administrativa em relação ao Estado, é importante considerar, que os investimentos públicos foram decisivos ao seu desenvolvimento. Entre os anos de 1952 e 1968, os investimentos do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE⁶, voltados à industrialização do país representaram 77,6% de sua carteira de crédito. (ABRANCHES, 1987, p. 176).

Dessa forma foi se conformando uma autonomização simbiótica entre o Estado e frações do capital nacional e estrangeiro, que conferiu uma especificidade às estatais brasileiras desse período. Segundo Silva (2004: p. 351), no caso da CVRD, tal padrão crescente de autonomização se reforçou duplamente: primeiro pelo fato da empresa já nascer voltada ao mercado internacional, obrigando-a à submissão das regras desse mercado. Segundo, pela dinâmica da concorrência que se estabelecia entre seu principal produto de exportação que era o ferro. A mudança do eixo de exportação americano para o asiático, bem como a entrada da Austrália no circuito de exportações desse minério, fez com que o Estado nacional tivesse que investir pesadamente em logística de transporte e tecnologia para encurtar distâncias e possibilitar competitividade ao ferro brasileiro.

Paralelo a esses fatores, havia ainda o papel reservado à empresa no contexto da estratégia desenvolvimentista. A CVRD se configurou como uma das primeiras grandes Estatais desse período e esse fator foi muito relevante, não só em relação à dinâmica de sua autonomização, mas também, em função da formação de um espírito de empresa da nação brasileira, que fortemente permeava o imaginário popular e foi bem retratado por Minayo (1986), em depoimentos coletados entre trabalhadores da empresa:

A companhia é nossa, a jazida é nossa, a estrada de ferro é nossa, o porto é nosso. Tudo é nosso. (depoimento, 1986, p. 18).

O Monstro que está aí- a expressão flui de quase todas a histórias de vida quando mineiros misturam seus destinos à história da empresa e compararam o passado com o momento atual: - nasceu pequena, pobre que nem nós, hoje é esse monstro que está aí. (depoimento, idem, p.129).

A mina não pode parar. Minério tem que descer. Tem que exportar. Tem que ir minério pra vir divisas para o país. (depoimento, idem, p. 200.)

Esses elementos, portanto, garantem um reforço duplo ao *mix institucional* (SILVA, 2004, p. 351), que esteve na genética de formação dessa empresa, e que permanece, enquanto um objeto de análise, mesmo depois de se tornar uma empresa privada.

⁶ A criação do BNDE nos anos 1950 foi fundamental para planejamento e financiamento de investimentos industriais no país, tornando-se um “banco do Estado” (ABRANCHES, 1987, p. 176), inclusive participando como acionista de muitas empresas siderúrgicas e posteriormente da própria CVRD.

1.2.2 CVRD e o processo de privatização

A partir do final da década de 1970, abre-se um período de crise no capitalismo mundial que atinge a economia brasileira, impondo mudanças na relação com as estatais. Segundo Coutinho e Belluzzo (1984, p. 159), a política de investimentos públicos do governo entre os anos de 1974-1978, permaneceu em franca expansão numa contradição inequívoca com a recessão do período. Em 1979, o déficit público já se refletia na aceleração inflacionária do país, acarretando mudança nos rumos da economia, com redução de créditos, liberação das taxas de juros e controle dos gastos públicos.

Era recorrente na argumentação oficial da época, responsabilizar o descontrole de investimentos públicos direcionado às estatais, como o responsável pelo déficit público sentido no país. Se contrapondo a esse discurso, Braga (1984, p. 199) argumenta afirmando que o investimento público aplicado à expansão do aparelho produtivo, desde que responda à uma demanda de consumo efetiva, jamais poderia gerar déficit. No caso do Brasil, entre 1971 e 1980, apenas nos dois primeiros anos, foi identificado déficit público da União entre a receita e despesa.

Por outro lado, é verdade que houve um crescente endividamento dessas empresas entre os anos de 1969-75 de 45% para 59%, demonstrando que as mesmas se expandiram a uma taxa superior à sua capacidade de acumulação (BRAGA, 1984, p.203). Também é certo que o Estado brasileiro manteve subsídios e créditos altos mesmo diante da crise, no entanto, essa decisão não era apenas das empresas estatais, nem tampouco do Estado, representava o papel específico e importante que essas empresas cumpriam no processo de acumulação internacional (MARTINS, 1977, p. 251), por isso os créditos brotavam do estrangeiro e, na falta dos mesmos, o Estado teve que assumir a perspectiva de créditos, ainda que o contexto fosse de desaceleração, numa tentativa estéril de manter a economia interna. Acontece que sem a demanda dos produtos brasileiros no mercado internacional, a especulação financeira com esses recursos, tomou o lugar do aparelho produtivo.

Nesse período a CVRD já era um monopólio nacional, com atividades que se estendiam para além da mineração, com subsidiárias que atuavam em atividades de reflorestamento, produção de celulose, fertilizantes, serviços de navegação, siderurgia, pesquisa, comércio exterior, formando um verdadeiro conglomerado público. Assim, em plena crise financeira no início dos anos de 1980, a CVRD avançava para o eixo norte do país, numa estratégia de *joint-venture*, com empresas estrangeiras, para explorar as minas de ferro de Carajás e bauxita na

região do rio Trombetas, além da conformação de um complexo produtor de alumínio em Barcarena, todos no Estado do Pará.

Em 1992, a CVRD fecha um acordo comercial com a *Baoshan Steel*, uma das maiores siderúrgicas do mundo e a maior da China, que seria decisivo para consolidar a mudança do eixo comercial do Brasil, que permanece até os dias de hoje. Ainda nesse período, a CVRD adquiriu 65% das ações da *Seans*, a maior empresa europeia de produção de ferro-liga de manganês, passando à condição de maior produtora de ouro da América Latina.

Toda essa dinâmica econômica positiva da empresa, mesmo em tempos de recessão, acabou lhe garantindo o prêmio de Estatal do ano em 1996, coincidentemente o ano de sua privatização, o que corrobora com a assertiva de Santos (2011, p. 540) sobre o fato do setor estatal na América Latina possuir uma autonomia relativa e subalterna, condicionada pelo papel do Estado dentro do sistema global, e também aos interesses privados do capital em geral, ao qual servem seus quadros da alta burocracia dessas empresas, quando creem na sua independência do Estado.

No Brasil o processo de privatização deu-se de forma tardia em relação a outros países da América Latina. Para Prado (1994), na década de 1980 não se visualizou um encolhimento do sistema público estatal, senão em alguns setores periféricos sem muita vinculação ao projeto de desenvolvimento industrial do país, em que pese a criação em 1988, do Conselho Federal de Desestatização. Ainda neste contexto, circulou a denúncia de que a União havia perdido cerca de 49% do controle acionário da CVRD, conforme requerimento apresentado pelo então senador Severo Gomes:

Em 1979, no início do mandato do presidente João Figueiredo, 80,4% das ações da Companhia Vale do Rio Doce pertenciam ao Tesouro, 4,5% às autarquias e 15,1% se encontravam em poder público. Em fins de maio de 1984, a posição do Tesouro havia baixado de 80,4% para 50,8% e, no mês corrente-março de 1985-, a união deverá desembolsar Cr\$58,1 bilhões para não perder o controle acionário da empresa.

A erosão do controle acionário da união deve-se à emissão de *debentures* conversíveis em ações no montante de US\$ 250 milhões, dos quais apenas US\$ 190 milhões foram repassados ao público. (1987, p. 29).

Por conta disso, ele propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para que se apurasse as condições desse negócio altamente lesivo ao Brasil. Em “Companhia Vale do Rio Doce: uma investigação truncada”, o senador Severo Gomes detalha os passos dessa comissão, que acabou tornando-se a CPI das estatais, numa clara intensão de desviar o foco das investigações da CVRD. Desse episódio, pode-se perceber que o processo de

privatização da empresa, já vinha sendo construído pelo governo brasileiro junto ao Banco Mundial, conforme expressou a fala do sr. Oswaldo Cordeiro de Farias, vice-presidente da CVRD:

No conjunto de compromissos assumidos pela Companhia e pelo governo brasileiro com o Banco Mundial para o Projeto Ferro-Carajás, consta o de captação, no mercado interno, de recursos através de *débentures* conversíveis subordinadas em valor equivalente a não menos do que US\$ 250 milhões. Com isso eu quero dizer o seguinte: antes de esse problema vir a debate na administração da Vale do Rio Doce, no conselho de administração da CVRD, já era uma decisão do governo brasileiro. Isso já chegou a nós como uma decisão do governo brasileiro. (idem, 1987, p. 34).

Conforme esse plano, o senador Severo Gomes esclarece:

Para obter recursos correspondente a 5% de um projeto, a direção da Vale propôs a alienação de 17% do controle acionário da empresa. Se fossem 17% do capital do Projeto Ferro-Carajás, já seria um escândalo, porque se estaria dando 17% em troca de 5%. Mas eram 17% da empresa proprietária de Carajás, e que tem um patrimônio constituído por minas, ferrovias, instalações portuárias, frotas de navegação, cerca de meia centenas de subsidiárias- enfim, um acervo que nenhum dos dirigentes que compareceram à Comissão de inquérito ousou avaliar. (1987, p. 43).

Mesmo com todas essas denúncias, não houve nenhuma conclusão da CPI sobre o caso, a Comissão foi interrompida as vésperas da Assembleia Nacional Constituinte do país, sob alegação de que o prazo para o funcionamento da mesma havia se exaurido.

Por esses fatos dá para se perceber que a CVRD era uma empresa altamente atrativa para o setor privado. Daí que na década de 1990, período em que as grandes privatizações entram decisivamente na agenda do Estado, a empresa caiu na vala comum dessas privatizações. O novo discurso do governo sobre os rumos da CVRD, articulava a necessidade de libertá-la da pesada herança estatal, conforme afirmou Bejamin Steinbruch, presidente do conselho de administração:

Após meio século de história, o Brasil e o mundo passam por profundas transformações. A chamada terceira revolução tecnológica e industrial impõe um novo paradigma tecnológico e novos padrões de competição internacional. O crescimento da produtividade, a exigência de qualidade e o preço e a maior eficiência de toda cadeia produtiva, vão estabelecendo o novo e desafiante cenário da economia globalizada. É nesse cenário mais amplo de transformações históricas que devemos discutir a reforma do Estado e das empresas privadas. As privatizações não podem ser discutidas apenas do ponto de vista ideológico. O Brasil enfrenta grandes obstáculos para sua inserção internacional: o atraso educacional da população que possui apenas três anos e nove meses de escolaridade média; uma infraestrutura econômica

precária com atraso no cronograma de investimentos; taxas de juros elevadas em relação à taxas internacionais; estrutura tributária arcaica, e a pesada herança de mais de uma década de estagnação econômica e inflação elevada. As empresas foram obrigadas a sobreviver em um contexto de instabilidade permanente, indexação generalizada e choques econômicos sucessivos. (apud ADÃO, 2006, p. 132).

Assim, em 1995, o BNDES - órgão autorizado para efetivação da privatização, apresentou ao Conselho de Desestatização o termo de referência para privatização da CVRD. A partir daí iniciou-se uma “quebra de braço” entre os setores da sociedade que defendiam a privatização e aqueles contrários. Do primeiro lado a proposta seria que a CVRD fosse privatizada em bloco, ou seja, todo seu patrimônio físico e de lavra. Esse era o discurso do presidente da empresa Francisco Schiettino e também do governo federal. Do outro lado, havia uma forte resistência da sociedade brasileira, que tinha na empresa uma construção de patrimônio nacional, que não se quebrava da noite para o dia. Isso se refletia na esfera legislativa nacional, que buscava brecar o processo de privatização. O líder do PMDB no Congresso Nacional, Jader Barbalho, afirmava que, se seu partido tivesse que escolher entre o governo e o país, ficaria com o país. (PINHEIRO, 1996, p. 115). Nessa mesma perspectiva vários prefeitos de cidades mineiras e intelectuais, criaram a Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil, contra a privatização da CVRD. Essa frente elaborou um projeto que condicionava a privatização da empresa à autorização dos deputados e senadores da república.

Esse movimento fez cair as ações da CVRD, impondo ao governo readequar seu discurso e estratégia de privatização. Contratou uma empresa de consultoria independente, para avaliar o patrimônio da empresa, preparar o modelo de venda e execução da oferta de ações no mercado. Além disso, a proposta do então ministro do Planejamento, José Serra, que destinava parte do patrimônio da empresa a qualquer investidor do país, ganhou uma parcela de empregados para criação do InvestVale, “um clube de investimentos que teria a função exclusiva de comprar ações da mineradora durante a venda do seu controle ao setor privado” (PINHEIRO, 1996, p. 116). Essa estratégia do governo, de certa forma, foi desviando a atenção do eixo central do debate, que tinha iniciado como a luta contra a privatização.

Ainda na linha de aproximação entre o setor produtivo e o mercado financeiro, surgiu a ideia dos fundos de pensão⁷ como uma alternativa aos empregados de grandes empresas,

⁷ Os fundos de pensão têm natureza dupla. De um lado são o resultado acumulado de contribuições calculadas sobre salários e rendas e seu objetivo explícito é assegurar uma aposentadoria decente e estável quando o trabalhador se retirar da vida ativa. De um outro lado, desde que o montante acumulado da poupança ultrapasse um certo nível, os fundos tomam o lugar de categorias de instituições financeiras não-bancárias, cuja função é fazer frutificar um montante elevado de capital-dinheiro, conservando sua liquidez e maximizando seus rendimentos. (CHESNAIS, 199).

tornarem-se acionistas da CVRD. Disso decorre o fato de que no Brasil, os principais fundos de pensão são, notadamente, formados por funcionários de empresas públicas: Previ- Banco do Brasil, Petros-Petrobrás, Funcef-Caixa e Valia-Vale.

Por fim, surge a ideia de criação de um tipo de ação especial e exclusiva ao governo federal, chamada *Golden Share*, que confere poder de voto para algumas decisões importantes da empresa, passando assim um discurso de que a CVRD mesmo privatizada, continuaria sob o poder estatal.

Paralelo à essas políticas, que de certa forma dirimia o apelo popular contra a privatização, o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do BNDES, municiava empresas estrangeiras de informações privilegiadas da CVRD (PINHEIRO, 1996, p. 129), além de lançar no mercado interno as “moedas da privatização”, que eram títulos emitidos pouco tempo antes do Programa Nacional de Desestatização, justamente para serem trocados no período das privatizações, com fins a incentivar a participação do setor privado nacional. (CARVALHO, 2001, p. 38).

Segundo Rocha (2013, p.51), essa dinâmica interna de incentivo aos fundos de pensão e a autorização do uso das “moedas de privatização” pelo capital nacional, conseguiu municiar esse setor, de capital suficiente para cobrir os lances mínimos nos leilões. Num apanhado geral sobre as principais privatizações ocorridas na década de 1990, Rocha afirma que, o risco da desnacionalização não se concretizou, quando observado o processo de reestruturação acionária do conjunto das empresas privatizadas. O que se consolidou pós-privatização, foi um entrelaçamento entre o Estado brasileiro, grupos econômicos nacionais, grupos econômicos estrangeiros e fundos de previdência do setor público. (idem, p. 171).

Em 6 de maio de 1997 a CVRD foi privatizada. O Consórcio Brasil, liderado pela CSN de Benjamin Steinbruch, adquiriu o controle acionário da empresa por R\$3.338.178.240⁸. Esse resultado causou surpresa, porque o consórcio Valecon, liderado pelo grupo Votorantim, de Antônio Ermírio de Moraes, aparecia como principal concorrente para compra. Segundo o jornal Folha on line ⁹(2002), para fazer frente a Valecon, o governo FHC interveio no processo, impedindo que demais fundos de pensão das estatais brasileiras aderisse ao consórcio e optassem pelo sistema de Steinbruch, para onde migraram o Previ (fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), o Petros (Petrobras), o Funcef (Caixa Económica Federal), o Funcesp (Cesp), além do grupo Opportunity e Nation Bank.

⁸ Considera-se que seu valor de mercado era de R\$8,6 bilhões. (RUSSO, 2002, p. 45)

⁹ Saiba os bastidores da Privatização da Vale do Rio Doce. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/foIha/brasil/ult96u32146.shtml> > Acesso em 05/05/2020

Para o jornalista Lúcio Flávio Pinto (2003, p. 16), “os supostos astros do leilão não passariam, na verdade, de ‘doublés’. Uma vez cumprida a missão de risco sairiam de cena”. Esse será um dos objetos de análise, quando se tratará adiante, da empresa Vale pós-privatização. Por hora, é importante reter o fato de que se fechou um ciclo com a privatização. A CVRD por mais autonomia administrativa que pudesse ter diante do Estado brasileiro (característica de uma empresa capitalista), não existiria sem o Estado, assim como funcionou em vários momentos como um instrumento estatal para políticas de desenvolvimento do país. Não eram, pois, pares opostos, que inevitavelmente tenderiam a separação, ao contrário eram complementares e atuavam numa mesma unidade de acumulação do capital com rebatimento na economia brasileira, conforme afirmação de Martins (1977, p. 282): “ Nos países centrais a empresa estatal é uma consequência tardia do desenvolvimento capitalista; aqui, ela é a condição de desenvolvimento do capitalismo tardio. ”

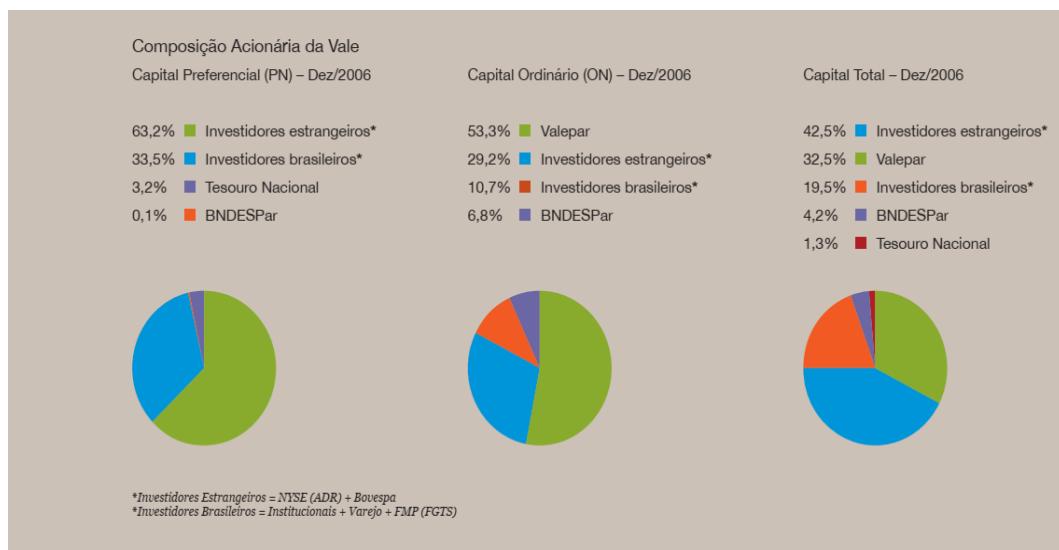
Durante todo o percurso de nascimento e trajetória da CVRD, foi mantido um pacto político entre o Estado, o capital nacional e o estrangeiro, no que Evans (1979) considera como uma “tríplice aliança”, que mesmo no marco das contradições com a ideologia nacionalista, conseguiu se manter intacto. Nesse sentido, percebeu-se que as privatizações em curso no país não vieram de uma ruptura interna desse pacto, mas representaram um processo de reestruturação sistêmica do capitalismo mundial. Resta a partir de então, buscar apreender quais os efeitos sobre a estrutura da Vale, desse processo de reestruturação e como isso se refletiu no aspecto da relação dessa tríplice aliança no Brasil.

1.2.3 Os donos do poder: A reestruturação societária da Vale pós-privatização

Conforme visto anteriormente, o Consórcio Brasil foi quem adquiriu a maioria das ações da CVRD. Esse consórcio era composto pela CSN, *Litel*, *Elétron/Opportunity* e *Sweet River/National Bank*, que formaram a *holding* Valepar S.A., constituída exclusivamente para administrar a empresa. A Valepar tornou-se a acionista controladora com 53,9% das Ações Ordinárias e 33,7% do capital social total. Na sua divisão acionária a CSN passava a ser o grupo dirigente com 31,2% de suas ações, enquanto a *Litel* detinha 24,7%, a *Elétron* 20,7%, e a *Sweet River* 11,5%. Além desses grupos originários do Consórcio Brasil, ainda se incorporou a Valepar, o BNDESpar com 10,6% das ações e o *Invest Vale* com 1%. Nesse período Benjamin Steinbruch, dono do grupo Vicunha e representante da CSN, esteve à frente do conselho administrativo da empresa, órgão máximo de sua estrutura interna.

No ano de 2000 iniciou-se o processo de descruzamento acionário entre a Vale¹⁰ e a CSN, que resultou na venda das ações da CSN para os grupos Litel e Bradespar¹¹, que passaram a ser os grandes acionistas da Valepar. Em 2003, a Bradespar adquiriu 45% das ações da Sweet River, depois vendendo-as para o grupo Mitsui. Em 2003, já no governo Lula, o BNDESPar adquiriu 11,26% do InvestVale¹², impedindo a proposta de compra pelo grupo Mitsuí, que poderia se tornar acionista majoritário dentro da Valepar. A partir dessa reestruturação acionária, que se manteve inalterada até 2017. No gráfico 18 observa-se a composição acionária por investidor:

Gráfico 18 - VALE: COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA POR TIPO DE INVESTIDOR (2006)



Fonte: Vale, 2017, p. 14

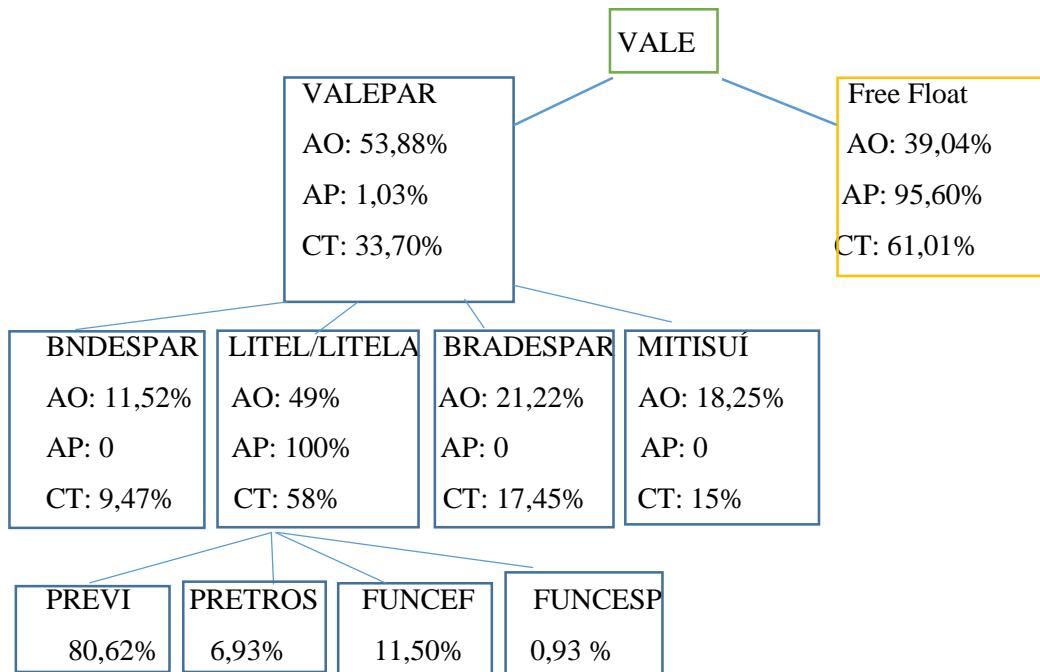
Nessa figura vê-se a forte participação de investidores estrangeiros na composição acionária da empresa, em que pese com menos capacidade de decisão do que a *holding* Valepar. Na imagem 4, detalha-se melhor os grupos internos a Valepar, para personificar essa estrutura de poder.

¹⁰ Apenas em 2009 foi formalmente mudado o nome de Companhia Vale do Rio Doce, para Vale S/A. No entanto para efeitos de marcar um novo momento pós-privatização da empresa, neste tópico da tese, já passo a trabalhar somente como o nome Vale.

¹¹ Em 1999 o Bradespar já estava presente de forma indireta no capital da Valepar, através do grupo Elétron.

¹² Clube de investimentos dos empregados ativos e aposentados da Vale

Imagen 4 - ESTRUTURA ACIONÁRIA DA VALE EM 31 DE DEZ DE 2016



Fonte: Relatório anual da Vale 20-F, 2016.

Antes de buscar a compreensão do que representa cada uma dessas ações na estrutura de poder da empresa, será feita uma breve referência sobre esse grupo de acionistas. A *Litel*, controladora da *holding* Valepar, foi constituída em 1995, como uma sociedade anônima de capital aberto, formada pelos quatro maiores fundos de pensão públicos do Brasil, que tem como função exclusiva, participar com capital, em outras sociedades civis ou comerciais. O mesmo se aplica a *Litela*, uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 2003 que é integralmente controlada pela *Litel*.

O BNDESPar é subsidiário integral do BNDES, criado em 1974 com a missão de apoiar e capitalizar empreendimentos empresariais e estimular o mercado de capitais no país. O BRADESCPar, também é uma companhia de investimentos, fundada no ano 2000 pelo grupo Bradesco, que representa o segundo maior acionista da Valepar, onde tem seu foco principal de atuação. O grupo Mitsui é um dos maiores conglomerados do Japão, com atuação em diversos setores como mineração, agronegócio, sistema financeiro, dentre outros, representa o único grupo estrangeiro entre os acionistas da Valepar.

Nessa estrutura, a disposição acionária da empresa, era representada por Ações Ordinárias-AO, que seriam aquelas com direito a voto e Ações Preferenciais- AP, somente com direito ao fluxo de caixa. A soma dessas ações representaria o Capital Total-CT que cada grupo deteria dentro da empresa. Ainda havia a existência da *Golden Share*, um tipo de ação especial

que dá direito a voto em algumas decisões importantes, que no caso da Vale, representava um tipo de ação de uso exclusivo do Governo Federal independente das AO e AP.

Pode-se observar também a *Free Float*, uma terminologia muito utilizada no mercado de capitais, que representa a porcentagem de ações da companhia que estão em livre circulação no mercado, ou seja, não vinculadas a nenhum acionista controlador da empresa, nem administradores ou a ações de classe especial como a *Golden Share*.

Imediatamente se identifica o *lóco* de poder na estrutura societária da Vale pelo número de ações de cada grupo. As AO e *Golden Share*, são as únicas com direito a voto, portanto, as ações mais importantes para decisões estratégicas da empresa. Nessa estrutura, a *holding* Valepar representava uma acionista majoritária, com mais de 50% das AO.

A Valepar era formada por grupos financeiros de investimentos, públicos e privados e um grupo estrangeiro. Isso já nos indica um elemento importante que se refere ao controle de grupos financeiros, num envolvimento entre o rentismo e o produtivismo, que passava a determinar mudanças na estratégia interna de valorização de capital da empresa. Progressivamente, o caminho assumido pela Vale aponta para atração do maior número possível de massas alheias de capital para alavancar seu poder de acumulação, diferentemente da reprodução determinada pelo uso de recursos que resultam de seu próprio movimento produtivo. Paradoxalmente, do ponto de vista político, esse movimento implica na redução do peso dos capitais acionários e consequentemente de seu controle interno, em função das ações de livre circulação (*free floats*). Segundo Portugal Júnior, “essa tensão entre poder e acumulação determina em boa medida, a dinâmica do controle dos grupos econômicos” (1994, p. 38).

Esse caminho que grandes empresas privatizadas vão assumindo a partir dos anos 2000, traz embutido uma nova forma de gestão, que foi se popularizando com o nome de governança corporativa. Muito resumidamente, o que está expresso nesse conceito é a busca pela proteção dos acionistas dos potenciais abusos que podem ser cometidos por diretores, executivos e conselheiros, no âmbito da estrutura interna da empresa- conhecido como conflito de agência. Observa-se que há aí, uma mudança radical no que concerne aos objetivos da empresa. Não há nessa forma de governança corporativa, nenhum espaço para a noção de desenvolvimento nacional, o que sempre foi o ponto central da antiga CVRD, agora, o que se busca é a redução ao máximo dos riscos para os investidores.

Esse elemento, implícito à governança corporativa, de certa forma se contrapõe a posição privilegiada do Estado dentro da *holding* Valepar. Através do BNDESpar e dos Fundos de Pensão, o Estado ainda detinha o controle indireto de 60,52% das AO, contra 39,47% dos

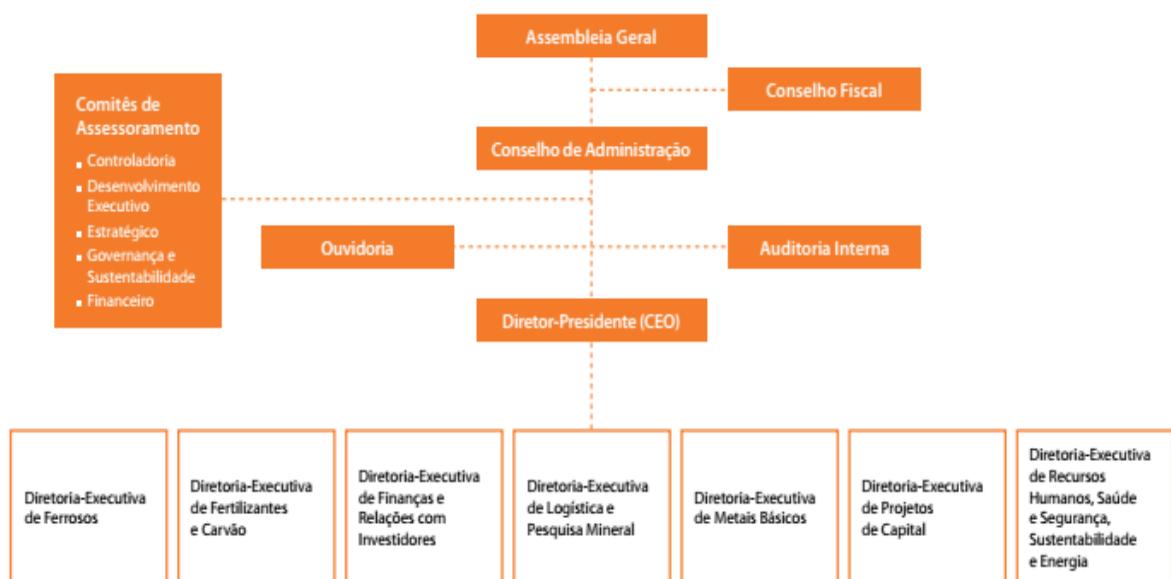
grupos privados BRADESPar e Mitsuí. Fica então duas questões a serem resolvidas sobre o *lóco* de poder interno a Vale: A primeira, sobre o conflito de agências no contexto da nova governança corporativa, principalmente com o Estado; e a segunda, que se relaciona com a própria dinâmica dentro da estrutura administrativa da empresa, expresso por uma possível disputa entre os acionistas de origem pública com os privados. Por isso, para Portugal (1994: p. 21), definir o poder de um grupo econômico apenas pelo controle de capital é insuficiente para deter sua complexidade interna.

Em função disso, analisou-se os relatórios anuais da empresa, entre os anos de 2003 e 2016, bem como algumas atas de assembleias gerais, que foram documentos elucidativos para compreensão qualitativa desse processo. O foco central nesses documentos esteve voltado ao movimento interno do conselho de administração da empresa, este que é o principal definidor de políticas e diretrizes da Vale, tendo como função principal:

Estabelecer a orientação geral dos negócios, definir a estratégia da sociedade e de seus controladores e acompanhar e avaliar a gestão, exercendo as atividades de sua competência estabelecidas na legislação aplicável, no Estatuto Social e nas normas internas da Sociedade. (Estatuto Social, p. 3).

Para uma melhor compreensão da estrutura interna de governança da empresa, a imagem 5 demonstra seu fluxo administrativo:

Imagen 5 - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA VALE S/A (2014)



Fonte: Vale, 2014.

Entre 2003 e 2005, os principais diretores dentro do conselho de administração da Vale, estavam ligados ao Bradespar, que possuía cinco representantes, contra três dos Fundos de Pensão, de um total de doze cadeiras. Nesse período o diretor presidente do conselho era Sérgio Ricardo Rosa, ex-sindicalista do sindicato dos bancários e ex-presidente do grupo PREVI. Por outro lado, o grupo Bradespar colocou como presidente da empresa Roger Agnelli, ex-diretor executivo do grupo Bradesco.

Favorecido pelo *boom* da demanda mundial de minério nesse período, a característica central da gestão de Agnelli, foi manter a vocação industrial/produtiva da Vale, principalmente com foco na sua internacionalização, mas antes de tudo, dentro de uma lógica financeira ativa de valorização de capital da empresa, tanto assim, que em 2005, a Vale tornou-se a primeira empresa brasileira a obter o *Investment Grade*, por reconhecimento pelas três maiores agências de classificação de risco do mundo, a *Standard & Poor*, a *Moody's* e a *Dominion Bond Rating Service*. Em 2006, a compra da INCO, uma das maiores produtoras de níquel mundial, fez com que a Vale saísse do quarto, para o segundo lugar no ranking de maior mineradora do mundo.

Mesmo com toda essa dinâmica econômica positiva na gestão de Agnelli à frente da empresa, a partir de 2006, houve uma mudança importante dentro do conselho de administração, que poderia indicar o germe de um tensionamento posterior entre o governo Lula e Agnelli. O Bradespar teve uma redução significativa de sua participação neste conselho, de cinco para dois diretores, enquanto o Previ crescia de dois para quatro. Assim, o Bradespar perdia 25% de seu poder decisório.

O Previ nesse período já representava o maior fundo de pensão da América Latina e o 24º do mundo, pois entre 2008 e 2011, o volume de seu patrimônio cresceu 80% (SANTANA, 2017, p. 104), seguindo uma dinâmica expansionista dos fundos de pensões brasileiros, a partir do governo do PT. Segundo Santana (2017), do ponto de vista econômico, o governo Lula defendia o fortalecimento dos fundos enquanto uma estrutura interna, capaz de financiar o desenvolvimento do país. Do ponto de vista político, esses fundos precisavam mudar sua forma de atuação dentro das empresas, de apenas fornecedores de capital, como foi no período das privatizações, para influir na melhoria e estímulo das práticas de governança corporativa.

Dessa forma, parte da gestão desses fundos de pensão, foram disputadas por uma experiente burocracia sindical, que vinha se formando desde a década de 1990, a partir do redirecionamento das ações sindicais no Brasil, da prática do conflito para conciliação, formando os chamados sindicatos cidadãos. Somente no conselho de administração da Vale, além de Sérgio Ricardo Rosa- presidente entre 2003-2010, ainda teriam pelo menos mais dois

conselheiros advindos dessa burocracia sindical: Eduardo Fernando Jardim Pinto- ex-presidente do sindicato dos ferroviários e Marcel Juviano Barros, ex-presidente do sindicato dos bancários.

A conjuntura de crise que se abriu em 2008, marcou uma nova dinâmica restritiva na demanda mundial de *commodities* minerais. Nesse cenário, a Vale sofreu uma queda acentuada em seus lucros, que se refletiu em uma política interna de maior contenção de gastos e desinvestimentos, entrando em choque com algumas demandas de desenvolvimento cobradas pelo governo, tais como: a disputa em torno da construção de uma siderúrgica no Pará, as demissões massivas efetuadas pela empresa por conta do fechamento de projetos, a compra de um supercargueiro da Ásia ao invés de um da indústria naval brasileira, a cobrança de dívidas de *royalties* da Vale pelo Estado. Estas foram algumas das polêmicas que tomaram as páginas dos principais jornais do país, tornando explícito que havia uma quebra de braço entre o governo Lula e Agnelli, nos rumos que a empresa deveria tomar diante da crise.

Em entrevista à revista Época, pouco antes de deixar a Vale em 2011, Agnelli mesmo afirmando que havia uma relação amistosa com o governo, deixa claro que:

“Muitas vezes o interesse da companhia não coincide com de políticos. Tenho o dever, a obrigação de dizer o que interessa para esta companhia e o que não interessa [...] Não houve uma decisão tomada unilateralmente, que não tenha sido compartilhada com os diretores da companhia e com todos do conselho” (Roger Agnelli. 31/01/2011).

O fato é que o grupo Bradesco, que representava sua principal âncora na Vale, estava nesse momento negociando com o governo dois grandes negócios, através da parceria financeira com o Banco do Brasil, o que fez com que o Bradespar entregasse o cargo de Agnelli.

Seu sucessor a presidência da Vale, foi Murilo Ferreira, ex-presidente do conselho de administração da Petrobrás e um nome indicado pelo governo Dilma, mas também muito bem recebido pelo mercado financeiro, devido seu histórico de financista. Um ano antes houve ainda a troca da presidência do conselho de administração da Vale, para Ricardo Flores, que como o anterior vinha do Previ. Dessa forma, pela primeira vez, na história da Vale, as duas presidências mais importantes na estrutura de poder da empresa, estavam sendo ocupadas por nomes defendidos pelo governo. A gestão de Murilo Ferreira (2011-2017), teve menor período do que de Agnelli, e em 2017, já no governo de Michel Temer, assumia um novo presidente, Fábio Schvartsman, uma indicação em comum acordo entre Previ e o Bradespar, apontando para um estabelecimento de nova animosidade entre o governo federal e a dinâmica de governança da Vale .

Em 2017, a Vale inicia um processo de profunda reestruturação interna, que para Pinto (2017) tem a mesma dimensão do que foi sua privatização, pois se nessa, houve uma desestatização da empresa, agora o que estava em jogo era sua desnacionalização. Em 10 de maio de 2017 os acionistas da Valepar celebraram um novo acordo, que dentre várias questões, pode-se destacar:

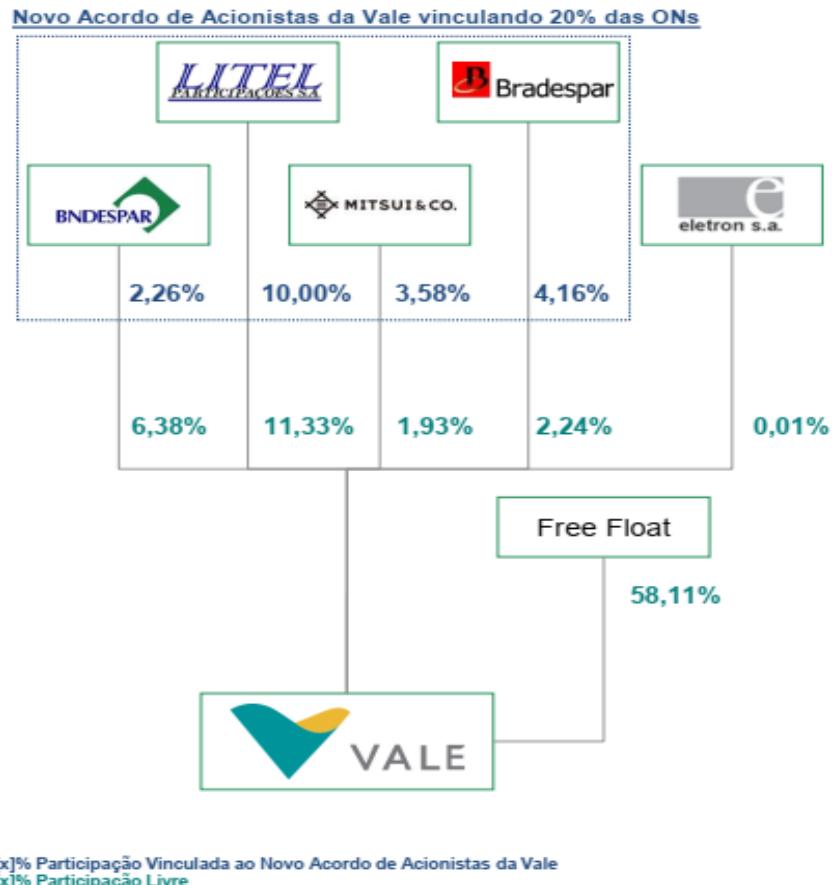
1. A incorporação da Valepar pela Vale
2. Nenhum acionista poderá concentrar mais de 25% do capital da mineradora;
3. As ações preferenciais da classe A passam a converter-se em ações ordinárias;
4. Alteração do Estatuto Social adequando as práticas do Novo Mercado da BM &Bovespa (Acordo de Acionistas da Valepar S.A, p. 31)

Em geral esse acordo visa transformar a Vale numa *True Corporation*, ou seja, empresa sem controle definido, aos moldes do que já são suas concorrentes *BHPBiliton* e Rio Tinto. Essa é uma demanda do chamado “Novo Mercado”, lançado no Brasil no ano 2000, pela BM&BOVESPA.¹³

Nesse sentido, todos os elementos centrais contidos no Novo Acordo de Acionistas da Vale, estão em consonância à demanda do Novo Mercado. Esse acordo tem uma vigência de implementação até novembro de 2020, e sua estrutura interna passará a ficar da seguinte forma:

¹³ O Novo mercado é um segmento destinado exclusivamente a empresas com mais elevado padrão de governança corporativa, com objetivo principal de redução de riscos para investidores. O sistema funciona da seguinte maneira, a Bovespa define as práticas de boa governança, como um conjunto de normas de conduta a ser seguido, dependendo do grau de compromisso da empresa ela é catalogada em diferentes níveis, tendo como ápice o nível 3 intitulado de Novo Mercado. Segundo análise da Bovespa, a adesão da empresa a esse mercado, possibilita novas formas de financiamento, através do mercado de ações, rompendo com o padrão tradicional de crescimento via recursos próprios ou de financiamentos de instituições governamentais.

Imagen 6 - ESTRUTURA ACIONÁRIA PÓS-OPERAÇÃO



Fonte: Vale, 2017, p. 5

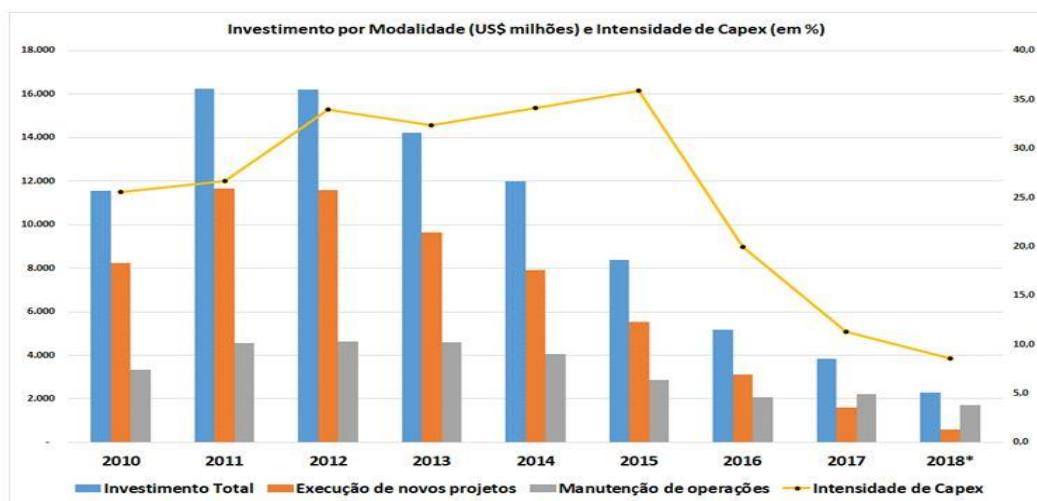
Nessa nova estrutura, deixa de existir a figura de um acionista controlador, consolidando a pulverização da propriedade acionária. No entanto, segundo exposto no novo acordo de acionistas da Vale (acordo de transição em vigor até 2020), passa a haver um poder centralizador maior desse grupo nos processos decisórios da empresa, através do recurso das reuniões prévias, que em tese, esvaziam o poder das assembleias e do conselho de administração da empresa. Além disso nesse novo acordo, fica explícita uma mudança total nos objetivos da companhia:

As decisões estratégicas da Vale nas áreas industrial, financeira, comercial, bem como a política de recursos humanos, serão sempre motivadas pelo melhor interesse da Vale, buscando garantir às partes, o melhor retorno de seus investimentos, mediante uma política consistente de geração de lucros e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. (VALEPAR, 2017, p.83)

Alguns elementos podem ser destacados do percurso das políticas internas a Vale, descritos neste tópico. Primeiro, aparece visível o entrelaçamento entre um grupo industrial e financeiro, sob determinação de poder acionário e político, das instituições financeiras e investidores institucionais, na estrutura da companhia Vale pós-privatização. Essa dimensão financeira da acumulação vai, progressivamente, moldando a dimensão produtiva, sem conflito entre ambas, apenas numa nova fusão, aos moldes da definição de capital financeiro, na acepção de Hilferding. (1985).

Dados sobre a política de expansão da Vale em período recente, tem apontado nessa direção. Sua elevada rentabilidade¹⁴, em que pese momentos de instabilidade no mercado mundial do minério de ferro, não vem seguida de uma ampliação de suas operações produtivas, há ao contrário, uma redução dos investimentos totais, de novos projetos e de intensidade de capex¹⁵. Considera-se que elementos como a saída de Agnelli da direção da empresa, com sua política expansionista em vários setores, grandes investimentos financeiros na compra da INCO e do próprio projeto S11D, e a própria dinâmica do merco mundial, foram importantes para o freio da empresa em relação a aposta em novas operações produtivas, apontando para tendência de captura de valor, via investimentos financeiros, conforme pode ser observado na ilustração 25:

Gráfico 19 - INVESTIMENTO POR MODALIDADE (EM US\$ MILHÕES) E INTENSIDADE DO CAPEX (EM %). (2010-2018)



Fonte: Vale. In: BELLUZZO, SARTI, 2019.

¹⁴ Somente entre os anos de 2016 e 2017 foram mais de US\$ 9 bilhões de lucro. (BELLUZZO, SARTI, 2019)

¹⁵ Montante de dinheiro despendido por uma empresa na aquisição de bens de capital.

Em segundo lugar, foi percebido um conflito de agências entre as determinações advindas do mercado, expresso pela governança corporativa assumida pela empresa, com o modelo de desenvolvimento nacional do governo Lula, isso apareceu mais explícito, após 2008, período da crise financeira mundial. No entanto, anterior a isso, já havia a pressão do Estado por maior poder decisório dos fundos de pensão dentro do conselho de administração da empresa.

É importante reter que a atuação do Estado na Vale, nos governos petistas, esteve em plena sintonia com a dinâmica capitalista mundial de apostar em investidores institucionais (fundos de pensão), enquanto formação de *funding* para grandes grupos nacionais, principalmente diante das restrições econômicas mundiais em tempos de crise. A tensão principal, esteve relacionada a necessidade de se colocar como um grupo de pressão mais efetivo dentro da gestão da companhia. Segundo Montmorillon (1986):

Essa relação de complementariedade (*entre grupos econômicos e Estado*), assenta-se, de um lado, no considerável impacto que a realização dos projetos e dos investimentos dos grupos econômicos exerce sobre o desenvolvimento dos diversos países, afetando todas as variáveis macroeconômicas fundamentais (...). Em contrapartida, o poder do Estado é exercido sobre as condições de implantação dos diferentes projetos que se desenvolvem nos espaços nacionais e regionais, fazendo com que a trajetória dos grupos econômicos também fique condicionada pela gestão estatal. (*apud: PORTUGAL JR, 1994, p. 56*)

Por fim, ressalta-se que ao se destacar o protagonismo financeiro que vem assumindo a direção da empresa, não se está afirmando uma mudança na sua atividade fim. A Vale continua como um grupo hegemonicamente minerador, cada vez com maior destaque no mercado mundial de ferro.

1.3 A mineração nas estratégias de desenvolvimento do estado brasileiro

Este tópico, apresenta a conexão entre as políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro com a questão da mineração. Em que pese o foco ser o modelo que esteve presente no período de implantação do projeto S11D, será feito um breve recuo temporal que possibilite construir um paralelo entre o modelo nacional desenvolvimentista¹⁶ que vigorou como política de desenvolvimento do país, entre as décadas de 1930 e 1960, com o debate surgido no governo

¹⁶ Ratifica-se o desenvolvimentismo enquanto uma proposta de estratégia nacional de desenvolvimento.

Lula, sobre um possível retorno de um novo desenvolvimentismo brasileiro, com uma identidade própria e alternativo ao modelo neoliberal.

Considera-se os anos de 1930 como ponto de partida dessa análise, pelo fato de ser esse o marco da constituição de uma ossatura de Estado materializado numa estrutura nacional capitalista economicamente centralizada (DRAIBE, 1985, p.76). Esse foi o período que vigorou um projeto nacional desenvolvimentista que serviu de base ao processo inicial de industrialização brasileira.

Somente no contexto do pós-segunda guerra, a questão do desenvolvimento passava a refletir um regime internacional de comércio multilateral, pautado no intervencionismo estatal doméstico, fortemente influenciado pelas ideias keynesianas, em contraposição ao liberalismo econômico do período anterior. (DELGADO, 2009, p.262). É importante marcar que o termo desenvolvimento surgiu de seu correlato subdesenvolvimento, a partir do discurso do presidente americano Truman em 1949, e desde então, ocupa o “ centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000, p.60), que expressa uma percepção exclusiva do eu desenvolvido norte-americano, e do outro subdesenvolvido, a almejar esse padrão de desenvolvimento.

Foi no cenário conduzido por essas ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que vigorou um frutífero movimento de reflexão sobre a América Latina, formulado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe-CEPAL, órgão das Nações Unidas, criado em 1948, com objetivo de incentivar a cooperação econômica entre seus membros. Com a Cepal, a ideologia do desenvolvimento ganhou um corpo teórico de reflexão específica para países da América Latina, importante norteador para as políticas do estado brasileiro até a década de 1970. O núcleo central do seu projeto desenvolvimentista, se assentava no tripé, industrialização, intervencionismo estatal pró-crescimento e nacionalismo (que não excluía o capital estrangeiro).

A crise mundial no final dos anos 1970 fechou um ciclo de crescimento da economia brasileira, em que pese ter permanecido a estratégia governamental de industrialização com forte participação estatal. Parecia claro nesse período, que o preceito do desenvolvimentismo cepalino, que tornou o país industrializado, não conseguiu avançar numa maior equidade, ao contrário, as desigualdades sociais apareciam cada vez mais latentes no país. Nesse momento, há uma crise nesse modelo, que vai perdendo força como estratégia consequente de ação, superada nos anos 1980 pelas ideias neoliberais.

No clima internacional desse período, a ideologia liberal, novamente ganhou legitimidade como estratégia de desenvolvimento alternativo ao Estado de bem-estar. A base

dessas ideias, era difundida por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial, que justificava a necessidade de realizar ajustes estruturais nas economias latino americanas, diante do processo de endividamento externo. Essas políticas ficaram conhecidas como Consenso de Washington.

Pelo menos até o início dos anos 2000 a orientação geral da política brasileira foi de adequação a essas novas regras que não descartava o papel do Estado, apenas redimensionava sua ação para um caráter complementar regulatório, que melhor viabilizasse o funcionamento do mercado (CARNEIRO, 2012, p. 765).

A partir dos anos 2000, tem-se uma nova inflexão no padrão de desenvolvimento brasileiro, que foi possibilitado por uma onda de crescimento mundial, mas também pelo aprofundamento da financeirização nas atividades produtivas. Na base desse debate estava o resgate do discurso desenvolvimentista de inclusão social, conduzido pelo Estado nacional, só que dessa vez não vinculado ao processo de industrialização, mas a um modelo de exportação de *commodities*, pautado nas vantagens comparativas que alguns países ricos em recursos naturais poderiam reverter em fundos estatais de combate à pobreza local, num tipo de “ativismo estatal includente” (GUDYNAS, 2009, p. 195). Segundo Fiori (2020, p. 8), esse novo desenvolvimentismo acabou resultando em um programa de medidas macroeconômicas ecléticas que ao mesmo tempo pressupunha o fortalecimento do Estado e do mercado, a centralização e descentralização, a concorrência e os grandes “campeões nacionais”, o público e o privado, uma política industrial e de abertura, política fiscal e monetária que fosse tanto ativa como austera. Vários governos de países latino-americanos, na virada do século XXI, foram assumindo essa perspectiva, enquanto um discurso alternativo ao neoliberal.

Feito esse breve apanhado histórico sobre projetos de desenvolvimento conduzidos pelo Estado brasileiro, a ideia a partir de então, será relacioná-lo as políticas voltadas para mineração.

1.3.1 Mineração: Do estado desenvolvimentista ao neoliberal

O efetivo controle pela máquina pública do minério, representava o alicerce do industrialismo e da segurança nacional do país, dois elementos norteadores da política desenvolvimentista do governo Vargas. Assim que em 1934 foi instituído o código de minas e criado o Departamento Nacional de Produção Mineraria-DNPM. Constava do código de minas a distinção entre solo e subsolo, passando este último a ser propriedade exclusiva do Estado brasileiro e sua exploração feita por terceiros, só poderia ser efetivada mediante autorização, do

recém-criado DNPM, órgão estatal de articulação e controle político para o setor. Além disso, incorporava todas as minas e jazidas ainda não exploradas ao domínio da União. Segundo Draibe:

Isso não definia apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal; abria espaço para que ele avançasse para formas ainda mais profundas: a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial, foi o ponto de partida para presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico (1985, p. 96).

A criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, fez parte desse impulso de consolidação do Estado empresarial em torno da exploração do recurso mineral do país.

Ao assumir a presidência em 1955, Juscelino Kubitschek, procurou resgatar de Vargas, um projeto de desenvolvimento voltado à industrialização como única via de ruptura ao subdesenvolvimento, entretanto, no seu conceito de industrialização, não continha a ideia de autonomia econômica (IANNI, 1971, p. 183). Daí se formou uma ruptura completa na cadeia produtiva, ficando a mineração voltada para exportação dirigida diretamente pelo capital estatal, e por outro lado, a indústria de base, com forte incentivo estatal, e demanda própria de importação.

A política de mineração do governo JK, passava a ser pautada por dois eixos: garantia de infraestrutura para escoamento da produção e formação de preços competitivos voltados ao mercado externo. O projeto de industrialização desse período não pressupunha uma autonomia interna da cadeia produtiva, mas a consolidação de um arranjo institucional pautado no tripé Estado, capital estrangeiro (basicamente americano) e capital nacional, sob a égide de um modelo de desenvolvimento dependente-associado (DRAIBE, 1985; EVANS, 1979; IANNI, 1971; ABRANCHES, 1987).

Os anos de 1961 a 64 foram anos de crise econômica e política que resultou na queda de dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart. O modelo desenvolvimentista do governo JK, havia criado um parque industrial moderno, uma infraestrutura gigantesca e consolidado a urbanização do país, mas também, deixava um Estado em déficit, refém de empréstimos e do comércio com os Estados Unidos, além de uma estrutura agrária arcaica, que mesmo com pouquíssima participação na economia brasileira, mantinha seu poder político nacional.

O golpe de 1964, foi pautado em duas questões centrais. A primeira estava em realinhar a política nacional à necessidade de acumulação do pós-guerra, qual seja, as relações de comércio internacional de *Bretton Woods*, baseado no compromisso de multilateralismo controlado pelos EUA. (DELGADO, 2009, p. 262). A segunda, pautava-se em afirmar o país

no bloco capitalista via ideologia da Segurança Nacional, materializada por um Estado autoritário.

Dessa forma, não é imiscível esse contexto de pós-64 com a ideologia desenvolvimentista, que apregoava o Estado como condutor da economia nacional, consorciado ao capital privado nacional e estrangeiro. Apareciam nos vários Planos de Desenvolvimento dos governos militares, pelo menos até a década de 1970, diretrizes muito próximas a dos governos anteriores: incentivar as exportações de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; defender e estimular a indústria nacional; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeira, construção de planos de integração nacional, dentre outros. Ou seja, o golpe não foi uma ruptura da política econômica brasileira, foi um aperfeiçoamento do *status quo*. (IANNI, 1971, p. 252).

Duas políticas governamentais relacionadas a questão mineral marcaram o período entre 1964 e 70. A primeira deu-se logo após o golpe militar que foi o decreto nº391/64 do Ministério das Minas e Energia. Em linhas gerais esse documento desfazia as últimas ações do governo Goulart, retomando a concessão de minas cativas por estrangeiros. Nesse sentido retornava a concessão de lavra do quadrilátero ferrífero a *Hanna Company*, no momento em que o governo brasileiro havia conseguido o reescalonamento da dívida externa, numa reunião intermediada pela própria Hanna. (PEREIRA, 1967, p. 236). Neste decreto ficava claro que a política do governo em relação ao setor mineral era adotar a política da livre iniciativa, cabendo ao Estado o desenvolvimento das empresas estatais de mineração, já existentes. Além disso esse decreto falava da necessidade de avançar na pesquisa do subsolo brasileiro e necessidade de revisão do código mineral de 1934. Neste mesmo ano foi criado o Imposto Único sobre Minerais-IUM, através do decreto-Lei 4.425, de 8/10/1964, que instituía a arrecadação de tributos originários desse setor, distribuídos na proporção de 10% para União, 70% para os Estados e Distrito Federal e 20% para os municípios mineradores.

A segunda política, foi justamente a apresentação do código da mineração de 1967. A emergência desse novo código dizia respeito à relação propriedade da terra e subsolo, que já estava instituído no código de 1934, através do regime de *res nullis*, mas que na prática das relações sociais agrárias, acabava apenas na lei, devido a força do poder das oligarquias rurais, que sempre se beneficiaram, pelos direitos de preferência ou coparticipação, no uso do subsolo. A emergência dessa política, nesse contexto, ligava-se ao choque entre dois tipos de direito de propriedade da terra:

Esse choque se dava por ser cada vez mais inadequada uma forma arcaica de exercício desse direito face a emergência de forças produtivas modernas[...]

A separação entre solo e subsolo era uma exigência irrevogável do momento histórico. (LEAL, 1988, 131).

Aparecia também em vários documentos norteadores da política de desenvolvimento dos governos militares, a necessidade de avanço do conhecimento e exploração dos recursos minerais da Amazônia. Nesse caso a questão ideológica motivadora estava ancorada no preceito da segurança nacional, completamente irreal, diante das ações entreguistas das minas brasileiras para o grande capital estrangeiro.

Nos anos de 1970 o padrão de expansão da economia brasileira não cabia mais no contexto de crise mundial que se abria, porque se fechava a torneira dos créditos externos que sustentaram o desenvolvimento do país até então. No entanto, os governos militares desse período, decidiram por seguir, com seus próprios recursos, na execução de do II PND, que continha enormes projetos, como Usina Hidrelétrica de Itaipu, Programa Grande Carajás de dentre outros. A consequência disso, foi que o Brasil mergulhou numa crise inflacionária e de crescimento da dívida externa, que amarrou o país decisivamente a marcha acelerada de financeirização do capitalismo mundial. (PAULANI, 2013, p. 242).

Essa crise econômica resultou numa crise política que pôs fim ao longo período de ditadura militar no Brasil. Durante toda a década de 1980, os sucessivos governos e planos, vieram em função de resolver esses problemas financeiros, sem sucesso. Apenas na segunda metade da década de 1990, com o alinhamento político do país as determinações traçadas pelo *Consenso de Washington* a economia foi voltando a certa estabilidade.

A forma encontrada pelo país para escapar da armadilha constituída pelo binômio “crise da dívida-alta inflação”, foi a completa submissão de sua política econômica às exigências dos credores, em outras palavras a adoção do discurso e da prática neoliberais. O desdobramento desse processo vai colocar o país como uma permanente fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital cigano que gira o mundo buscando as aplicações mais lucrativas. (PAULANI, 2013, p. 242)

Nesse contexto, que perdurou até o final da década de 1990, a mineração conseguiu sustentar um crescimento tímido, mas que já era significativo diante do quadro de crise. Teve uma ligeira redução da capacidade instalada da indústria de 90% em 1980 para 76% em 1990 (CARNEIRO, 2002, p. 176).

No marco político, a Constituição de 1988 normatizou pelo menos três questões importantes no contexto da exploração minerária do país. A primeira, dava privilégio às empresas brasileiras na exploração de subsolo, a segunda tratava da exploração mineraria em

terras indígenas (art. 49 e 231), e a terceira, que instituía o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS, incidindo em 13% sobre o valor das exportações. Todas as três questões, de certa forma, representaram avanços em relação ao controle mais efetivo do Estado sobre a exploração mineral no país, produto não só das experiências, de pelo duas décadas de mineração industrial, mas também produto da consolidação de uma sociedade civil mais organizada.

Em 1989 instituiu-se a CFEM (Lei 7.990/89), em substituição ao Imposto Único sobre Minerais (Lei 4.425/64), que estabeleceu uma alíquota para exploração mineral à ser distribuída entre União (12%), Estados (23%) e Municípios (65%) de acordo com o produto explorado. Em relação ao minério de ferro, essa alíquota era de 2% sobre o faturamento líquido das empresas, definido como valor total das receitas de vendas, deduzidos desta os impostos incidentes sobre a comercialização, as despesas de transporte e seguros. A CFEM, por mais progressiva que tenha sido enquanto política de taxação a grande mineração no país, ainda representava um percentual irrisório de alíquota cobrado em relação a outros países mineradores¹⁷.

A partir da década de 1990, sob pressão do *Consenso de Washington*, os países latino americanos promoveram uma maior flexibilização nessas leis, segundo o preceito de tornar o mercado interno mais competitivo em relação ao comércio mineral internacional. Nesse contexto foi criada a Lei de Modernização dos Portos (8.630/93), que quebrava o monopólio estatal desse setor, facilitando as estratégias dos grupos econômicos ligados a exportação de *commodities*. Em 1996 foi instituída a Lei Kandir (nº 87/96), a qual desonerava as exportações de produtos primários e industrializados semielaborados o que gerou uma perda expressiva de ICMS sobre a exportação mineral de Estados mineradores. Neste mesmo ano, a empresa estatal CVRD foi privatizada, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no contexto da política de desestatização da época. A tese da dependência por desenvolvimento associado (industrial-financeiro), defendida por Cardoso e Faletto em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, coube como perfil ideológico a ser aplicado por ele próprio em seu governo neoliberal. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 915).

¹⁷ Há uma variação muito grande na forma de cobrança dos royalties da mineração entre os países, o que tornaria difícil de expor esses percentuais nesta nota. Para consulta mais detalhada dessa forma de cobrança na Austrália, Canadá, Chile, China, Índia e Peru, ver em MME. Aspectos tributários da Mineração brasileira. Análise comparativa de royalties, 2009. Disponível em:

<http://www.mme.gov.br/documents/36108/448159/P03_RT09_Análise_Comparativa_de_Royalties.pdf7bc08550-93b9-9427-b98f240862dd8e9b?version=1.0#:~:text=Royalties%20noutros%20pa%C3%ADses&text=S%C3%A3o%20encotrados%20casos%20de%20royalties,pa%C3%ADs%20e%20do%20bem%20mineral>

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento trazido pela Cepal em seu documento intitulado “*Equidad y transformación productiva, um enfoque integrado*”, não teve muito eco nas políticas de Estado dos anos 1990. Constava das diretrizes central Cepalina:

Voltar seu foco às transformações provocadas por uma mudança de modelo de acumulação na região, ou seja, a que se dá pela reorientação dos marcos regulatórios, por intermédio da liberalização dos mercados e pela reforma do Estado, especialmente via privatização. Este programa parte do reconhecimento de que este conjunto de reformas liberalizantes podem ter influência positiva sobre o processo de crescimento, desde que seja bem conduzido. Mas por outro lado, a atual investigação cepalina exige reconhecimento de que na América Latina justifica-se ainda um conjunto de políticas públicas de suporte ao desenvolvimento, em função das peculiaridades das estruturas produtivas, da organização dos mercados e, não menos importante, da configuração das sociedades nos países da região. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 68).

Assim como o modelo capitalista associado pautou as políticas de Estado de FHC, as teses Cepalina dos anos 1990 tiveram muita repercussão sobre organizações e partidos progressistas na América Latina, que cresciam como alternativa política diante da crise social trazida pelo neoliberalismo.

1.3.2 O modelo neoextrativista dos anos 2000

A economia brasileira no início dos anos 2000 refletia bem nossa inserção subordinada na plataforma internacional de valorização financeira (CHESNAIS, 1996; PAULANI, 2013): privatização de setores estratégicos do país para o capital estrangeiro; aprovação da lei de responsabilidade fiscal, que colocava os direitos dos credores acima de qualquer outro direito do país; forte pressão para aquisição e fusões de empresas gerando como consequência direta o desemprego; liberalização do comércio exterior; isenção de impostos de grandes empresas; queda na receita fiscal e aumento da dívida pública; elevadas taxas de juros; mudança do regime cambial segundo modelo flutuante de metas inflacionárias, etc. Todos esses “ajustes” na economia brasileira, que seguiam o modelo de *Washington*, ainda não eram suficientes para uma plena confiança do mercado financeiro em relação as suas aplicações no país. A ameaça frequente da inflação e a crise de vários países da América Latina, com destaque a crise mexicana do final dos anos de 1990, ainda representava insegurança para investidores financeiros.

Nesse momento, o partido que capitaneou as insatisfações populares em relação ao governo de FHC, se apropriando das possibilidades abertas no campo desenvolvimentista, com

foco na redução da fome e das desigualdades, foi o PT. Este partido venceu as eleições de 2002, contra o candidato do PSDB, elegendo para presidente do país, um ex-operário e dirigente sindical, Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de então, retomou-se do desenvolvimentismo a ideia de um Estado condutor do desenvolvimento nacional, o que para alguns teóricos foi tratado como uma inflexão do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo¹⁸. Para Paulani (2010) e Gonçalves (2011), no entanto, o que ditava o modelo de desenvolvimento do país, com o governo Lula, era um desenvolvimentismo às avessas em relação ao modelo anterior, ditado por um processo de desindustrialização, reprimarização da pauta de exportação, dependência tecnológica, desnacionalização, dentre outros. Todos esses elementos combinados com uma forma de governo caracterizado por Francisco de Oliveira como uma hegemonia às avessas:

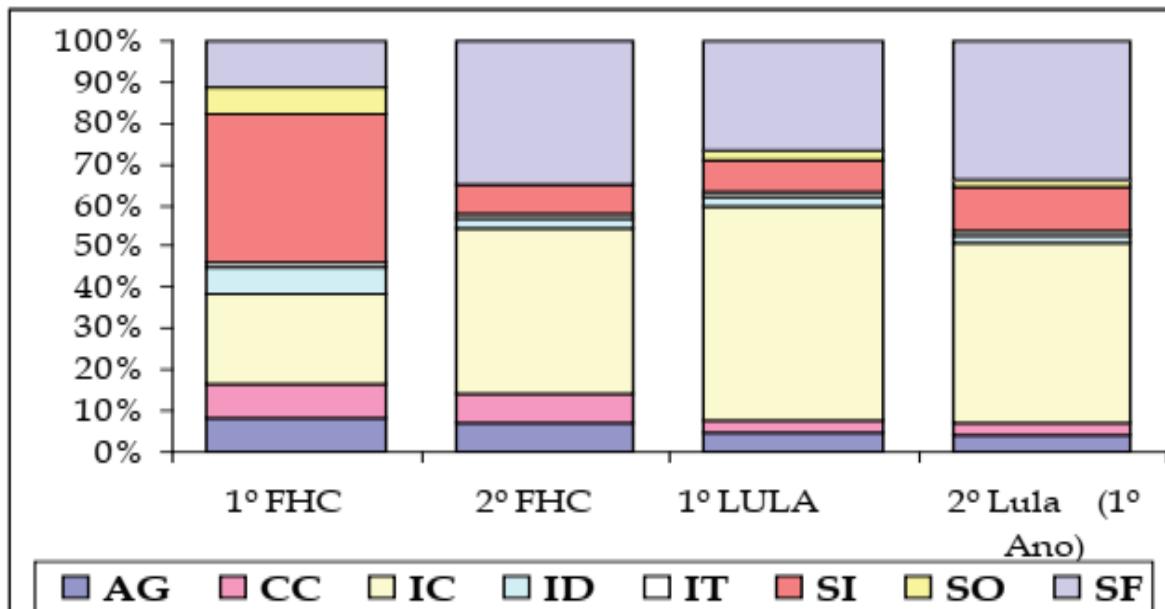
Uma nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) que inverte os termos gramscianos [...] O consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes- os capitalistas e o capital, explicita-se- que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. (2010, p. 27).

Poucos meses antes da eleição, isso ficou explícito no lançamento da “Carta ao povo brasileiro”, documento que comprometia o governo com a permanência de uma política econômica de relação com o mercado financeiro.

Paralelo a isso, vivia-se um período próspero na economia mundial, potencializado principalmente pela demanda dos países asiáticos, que fazia da China a grande fábrica do mundo. Dessa forma, crescia a demanda por *commodities* em países ricos em recursos naturais, como era o caso do Brasil, fazendo com que esse eixo, junto com o sistema financeiro, assumisse um lugar de destaque econômico no governo Lula, conforme pode ser observado na ilustração.

¹⁸ Teóricos como Emir Sader, Maria da Conceição Tavares e Márcio Pochamam, estavam entre os que defendiam que a América Latina vivia uma fase pós-neoliberal e que no Brasil, primava-se um neodesenvolvimentismo, que pela primeira vez, conjugava crescimento econômico com justiça social, criando um novo padrão de acumulação que rompia com a financeirização. (CASTELO, 2012, p. 615).

Gráfico 20 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%) DOS LUCROS LÍQUIDOS POR SETOR DE ATIVIDADE



Nota: AG - agronegócio, CC- construção civil, IC- indústria de commodities, ID- indústria difusora, IT indústria tradicional, SI- serviço de infraestrutura, SO- outros serviços, SF- serviços financeiros

Fonte: Balanço anual da Gazeta mercantil apud Teixeira; Pinto, 2012, p. 928

Com a conjuntura favorável, a economia brasileira conseguiu obter resultados positivos, tornando possível a realização de políticas de distribuição de rendas, tais como: o programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, disponibilidade de crédito para faixas salariais mais baixas, incentivando o consumo dos mais pobres, estiveram entre algumas dessas políticas. Além disso, parte do sindicalismo brasileiro e direções de movimentos sociais, passou a assumir postos dentro do Estado, o que possibilitou avanços importantes em políticas públicas de democratização de acesso a espaços públicos aos mais pobres e as chamadas minorias sociais.

O fato é que foi se coadunando uma hegemonia política em torno de um projeto de governo, que garantiu, pelo menos durante os dois mandatos de Lula, a unidade institucional substantiva do Estado. Esse projeto do governo tinha por base manter a agenda macroeconômica neoliberal, qual seja, aprofundamento da financeirização da economia, apostando nas exportações de *commodities*. Ao mesmo tempo, mostrava a importância do Estado para condução dessa política, bem aos moldes do ecletismo que pautava o chamado novo desenvolvimentismo, conforme afirmava Fiori (2020, p. 8). A questão estava em aproveitar das vantagens comparativas em recursos naturais, para colocar o país de forma ativa nesse mercado em ascensão, e, ao mesmo tempo, transformar esses ganhos em políticas sociais. Essa era a base de um consenso de *commodities*, que segundo Gudynas, apresentava-se como

novo padrão de desenvolvimentismo dos países latino-americanos nesse período. (2012, p. 219).

Sob a categoria analítica do neoextrativismo, cunhada principalmente por teóricos latino-americanos, havia uma experiência com governos progressistas que apostavam nas exportações de *commodities* enquanto uma modalidade prioritária de acumulação estrutural das economias latino-americanas no contexto da economia-mundo (Acosta, 2011), e de um novo padrão desenvolvimentista, conduzido por um Estado compensador (Gudynas, 2000; 2012).¹⁹

O que norteava essa concepção neoextrativista, era novamente uma noção de desenvolvimento como progresso, mas sob um grau e intensidade de exploração dos recursos naturais, conduzido pelo ritmo das novas tecnologias e da demanda financeira, num modelo que causava profundos impactos sócio-territoriais. Nesse sentido, segundo Svampa, o discurso do “consenso”, era falso e tentava invisibilizar uma série de ambivalências e contradições causadas por esse modelo enquanto priorizava setores tidos como os “grandes campeões nacionais”. (2019, p. 37).

A mineração, e em particular a empresa Vale, esteve entre os chamados setores estratégicos ou os campeões nacionais, para as ações do Estado, nesse super ciclo das *commodity* mineral entre 2003 a 2014. Foi diante desse *boom* que se deu a maior parte do processo de licenciamento do projeto S11D, principal projeto minerário do país e da Vale. A partir de então, vamos destacar duas formas de intervenção estatal importantes, em relação à mineração desse período, que estiveram vinculadas ao debate em torno de mudanças no marco regulatório da mineração nacional e das políticas de financiamento público, via BNDES para mineração em geral e a Vale em particular.

1.3.2.1 O novo código da mineração

A discussão em torno da reformulação do código da mineração, iniciou-se em 2003, logo após Lula ter assumido a presidência do país e no contexto de *boom* das *commodities*. Na base dessa mudança estava a necessidade de “Estimular a atividade de extração mineral, ampliar a captura de renda mineral pelo Estado e aumentar o protagonismo do Estado no controle desses recursos” (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 139).

Apenas em 2009 esse projeto foi tomando forma, através da convocação de oficinas de trabalho para conformação do Plano Nacional de Mineração-PNM 2030, que seria a base

¹⁹ Para um maior detalhamento sobre essas perspectivas teóricas em torno do conceito de neoextrativismo ver SVAMPA (2019, p. 15-17).

estruturante para reformulação do novo código da mineração. Esse foi o ano em que houve uma queda acentuada do preço do ferro no mercado internacional, abrindo uma fase de instabilidade desse mercado, que ficou conhecido como *pós-boom*. Esse elemento pode ter sido decisivo para que o então ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, agilizasse a aprovação do PNM. As oficinas iniciaram em outubro de 2009 e se encerraram antes do previsto, em abril de 2010. O que era para ser um debate amplo e participativo foi encaminhado no sentido oposto, num curto espaço de tempo e quase sem participação divergente. Nos relatórios das oito oficinas, a participação de organizações da sociedade civil, por parte dos atingidos pela mineração, foi inexistente. Na primeira oficina, com temática sobre a restrição à atividade minerária em áreas de proteção permanente e Unidades de Conservação, estiveram presentes apenas um representante do ICMBIO e outro do Ministério Público do Estado do Pará, de um total de 33 participantes entre órgãos de mineração e entidades mineradoras. (BRASIL/MME, 2009).

Dentro de um contexto com forte perfil neoextrativista, o PNM 2030, foi apresentado em 2011, já no governo da presidente Dilma Rousseff e em 2013, servia de base para a PL n°5.807/2013, referente ao novo código de mineração. Três questões centrais foram apresentadas nesse PL (BRASIL, PL 5.807/2013):

1. Mudança da estrutura administrativa, com a criação do Conselho Nacional de Política Mineral-CNPM e Agência Nacional de Mineração-ANM. O primeiro seria um órgão de assessoramento à presidência da república em formulação de política para recursos minerais. O segundo viria para substituir o DNPM, cabendo além das fiscalizações e execução de política mineral, também agora, a função de conceder autorização para concessão de lavra e outorga de direito minerário.
2. Estimular a atividade de extração mineral através de instrumentos que possibilassem o aumento da quantidade de jazidas exploradas no país, evitando a especulação imobiliária que cerca essa atividade. Assim propunha taxas por ocupação de área, investimentos mínimos durante a fase de pesquisa e participação prévia do CPRM, para verificação do potencial mineral dos blocos de pesquisa mineral a serem adquiridos pelas instituições privadas.
3. Ampliar a captura de renda mineral pelo Estado, através do aumento da base de cálculo da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais-CFEM. No Brasil, vigorava desde a década de 1990 a cobrança de *royalties* a partir do faturamento líquido da empresa e não do bruto como na maioria dos países, de forma que a alíquota da CFEM variava entre 0,2% a 3% desse faturamento líquido, valor este bem a baixo do que vigorava para exploração de

outros recursos, como petrolífero e energético, também inferior ao cobrado por outros países com recursos minerais.

Dentro desses três pilares: aumento da quantidade de exploração das jazidas minerais do país, fortalecimento de um Estado fiscalizador e do aumento do percentual da CFEM, foi se definindo a política nacional para o setor mineral dentro de uma visão utilitarista da natureza. (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 143).

Devido à conturbada conjuntura política do país, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma, esse PL ficou paralisado, vindo a ser retomado e aprovado em parte, em 2017, já no governo Temer. Apesar da base da proposta ter advindo do PL 5.807/2013, houve uma mudança em relação à forma de apresentação das mesmas, que passava a ser por Medida Provisória e não por Projeto de Lei, implicando no abandono definitivo de qualquer possibilidade de debate; além disso, voltava uma forma neoliberal, de regulação das atividades minerais, via agentes do mercado e não mais pelo protagonismo do Estado, como no período anterior. (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018).

Sobre a criação da ANM, o governo Temer lançou primeiramente a MP 791/2017 depois transformada em Lei 13.575/2017, que resgatava os pontos já estabelecidos pelo PL do governo Dilma, mas com mudanças na participação das populações atingidas e do controle do Estado. Por exemplo, onde no PL falava da necessidade de audiências públicas, diante de atos normativos que afetasse o direito dos agentes minerários e das populações atingidas (como no caso de declaração de área de utilidade pública para servidão mineraria), na lei aprovada, foi retirado o termo “populações atingidas”, ficando apenas menção aos agentes minerários, inviabilizando qualquer forma legal de questionamento divergente. Na questão que envolvia restrição às empresas na concessão de lavra, a Lei 13.575/2017, excluiu a necessidade de definir previamente investimento mínimo, de acordo com a natureza e complexidade dos trabalhos de pesquisa. (GONÇALVES, MILANEZ; WANDERLEY, 2018, 376). Segundo os autores, isso favoreceria empresas de pesquisa que poderiam acumular títulos minerários, de maneira muito mais ágeis e sem a necessidade de comprovação da exploração, tencionando a especulação com o uso da terra.

Em relação a CFEM, a Lei 13.540/2017, manteve a necessidade de ampliação da alíquota da mineração, ainda que com o recuo em relação a proposta original, que seria de uma alíquota de até 4% para todos os minérios. Isso devia-se a pressão forte das mineradoras contra qualquer aumento, que de certa forma era acatada pelo Ministro das Minas e Energia Edson Lobão, conforme nos informava em entrevista:

Fiquei no Ministério das Minas e Energia de 2008-2011, então trabalhei muito, coordenei todos os trabalhos na mudança de lei de royalties e também no PNM, e assessoriais em geral. Nós começamos a discutir essa questão em 2008, no final de 2009 tava prontinho. Nessa época era o ministro Lobão, ele segurou. Sabe Deus lá, quais foram os motivos. Mas tava pronto, inclusive com todas as simulações. No ministério a gente tinha uma assessoria econômica excelente, então a gente pôde projetar perfeitamente, a gente pôde prevê qual seria o impacto de uma mudança tributária, no resultado financeiro das empresas, comparando também com vários países. A gente tinha tudo mapeado, com muita robustez técnica e todas as peças jurídicas prontas. Mas mesmo assim o ministro segurou o que pôde. (ex. secretaria SEICOM governo Jatene. Belém: 09/09/2019)

No final também houve uma pressão muito grande por parte de políticos de estados mineradores, que acabou definindo o aumento da alíquota. Na formulação da Lei ficou estipulado que a cobrança de *royalties*, passaria a ser feita sobre o faturamento bruto e com alíquotas definidas a partir do tipo de minério. No caso do ferro, onde houve maior polêmica, o referencial ficou em torno de 2% a 3,5%. Ainda assim, houve uma ampliação da arrecadação por parte do Estado, ficando a distribuição efetuada da seguinte forma: 60% para municípios mineradores, 15% para o Estado, 10% para União e o acréscimo não existente na antiga lei, que foi a incorporação dos municípios afetados, como também merecedores de receber 15% dos recursos da CFEM.

Outro elemento importante para análise sobre o Novo Código de Mineração diz respeito à sua omissão diante do debate acerca da mineração em Terras Indígenas-TIs e Unidades de Conservação-UCs, justo no momento de pressão pela atividade minerária sobre essas áreas. Segundo a constituição brasileira, ratificada pela convicção 169 da OIT, a mineração em TIs é constitucionalmente proibida, sem a devida aprovação pelo Congresso Nacional e a autorização prévia desses povos, entretanto, o vazio no detalhamento sobre o assunto em forma de lei, tem aberto brechas para o avanço da mineração sobre essas áreas. Em 2018 corriam no Congresso, 259 projetos de lei sobre mineração em terras indígenas, dos quais 174 favoráveis a exploração minerária²⁰. Na base desses, está o PL1610/96, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que prevê a regulamentação da atividade em terras indígenas sob determinação clara do interesse minerário. Enquanto se decide essa pauta no âmbito do legislativo, segundo o Instituto Sócio-ambiental-ISA, em 2014, já havia mais de 4 mil processos de requerimento minerário em Tis na Amazônia, correspondente a uma área de aproximadamente 30 milhões de

²⁰ Câmara dos deputados. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=&ano=&inteiroTeor=minera%C3%A7%C3%A3o+em+terras+ind%C3%ADgenas&emtramatacao=Todas&tipoproposicao=%5B%5D&data=19/03/2018&page=false> Acessado em: 17/03/2018

hectares, ou cerca de 40% de todo o território indígena do país. (GALHARDO; GIRARDI, 2019)

No que concerne a mineração em UCs, a realidade não é menos dramática. A lei federal 9.985/00, considera proibida qualquer atividade de exploração de recursos naturais em área de proteção integral, e condicionada ao plano de manejo local em áreas de uso sustentável. No entanto, as mineradoras têm contestado esse órgão, sobrepondo a esta lei, o artigo 176 da Constituição de 1988, que faz referência à concessão de lavra mediante interesse nacional. Na apresentação do PL da presidente Dilma, não houve qualquer referência a essa questão, deixando o espaço aberto para efetiva pressão das mineradoras.

Seguindo a ofensiva das mineradoras sobre áreas de preservação e terras indígenas na Amazônia, em 2017, o então presidente Michel Temer, tentou liberar de uma “canetada” uma área de RENCA de 46.450 quilômetros de densa floresta entre o Pará e o Amapá. Esse decreto, no entanto, sofreu forte reação da sociedade e teve que ser revisto, mas, sem dúvida, representou um aceno favorável à expansão da mineração nessas áreas.

Em torno desse processo de criação do novo marco legal para mineração, fica bastante clara a distinção entre o modelo de padrão neoextrativista dos governos de Lula e Dilma em relação ao período neoliberal, seja de FHC ou Temer. Por outro lado, não se pode negar que a abstinência dos governos petistas em avançar na constituição de novos marcos regulatórios de proteção ao meio ambiente e terras indígenas, desprotegeu essas áreas favorecendo o avanço da mineração.

De fato, as grandes mineradoras estiveram empenhadas financeiramente na aprovação desse novo código. Segundo Oliveira (2013), houve expressivas doações destas, às campanhas eleitorais de 2012, principalmente em relação a políticos dos estados mineradores de Minas Gerais e Pará, o que, de acordo com a autora “representa um elo fundamental entre o poder político e o poder econômico”. (2013, p. 20).

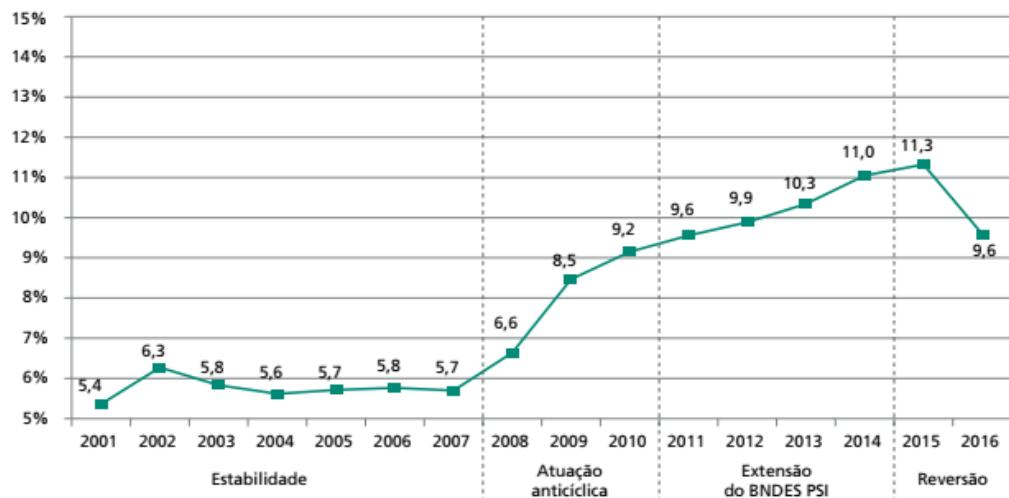
1.3.2.2 Financiamento do BNDES para mineração nos anos 2000

O BNDES é uma instituição financeira criada como uma autarquia federal, pela lei 1.628/52, com a função de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico do país (BNDES, 2017, p.27)

A partir dos anos 2000, o fomento de créditos tornou-se sua principal atuação, “como instrumento do esforço contra-cíclico empreendido pelo governo federal no segundo mandato do governo Lula, para enfrentar os efeitos deletérios da crise financeira internacional iniciada

em 2007/2008” (PEREIRA; MITERHOF, 2018: p.876). Pode-se perceber no gráfico 21, claramente essa dinâmica de fomento com a expansão de operações de crédito na economia brasileira pós-crise.

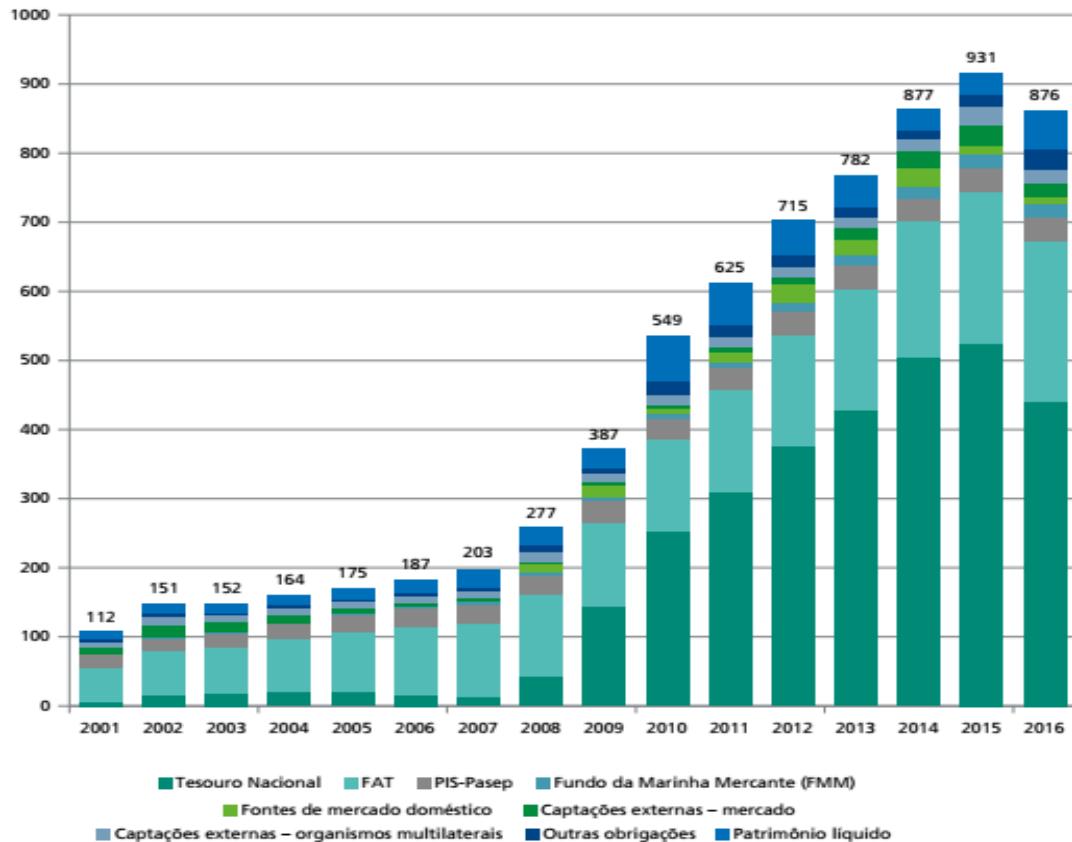
Gráfico 21 - ESTOQUE DE CRÉDITO DO BNDES EM RELAÇÃO AO PIB (2001-2016)
%



Fonte: BNDES, 2017, p. 43

As fontes de recursos do BNDES têm variado muito durante sua trajetória. Inicialmente estiveram vinculados ao PIS/PASEP (contribuições sociais de pessoas jurídicas do setor privado e público respectivamente) e a partir da constituição de 1988, passou a incorporar o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, captações diversas e Tesouro Nacional. A partir da crise de 2008, percebeu-se um salto na participação da fonte direta do Tesouro Nacional no Banco, o que sinaliza que o Estado brasileiro assumiu o financiamento de crédito para empresas e suporte de investimentos em alternativa a crise de créditos internacionais (gráfico 22).

Gráfico 22 - COMPOSIÇÃO DO PASSIVO DO BNDES, POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO (2001-2016) (R\$ BILHÕES DE VALORES CORRENTES)

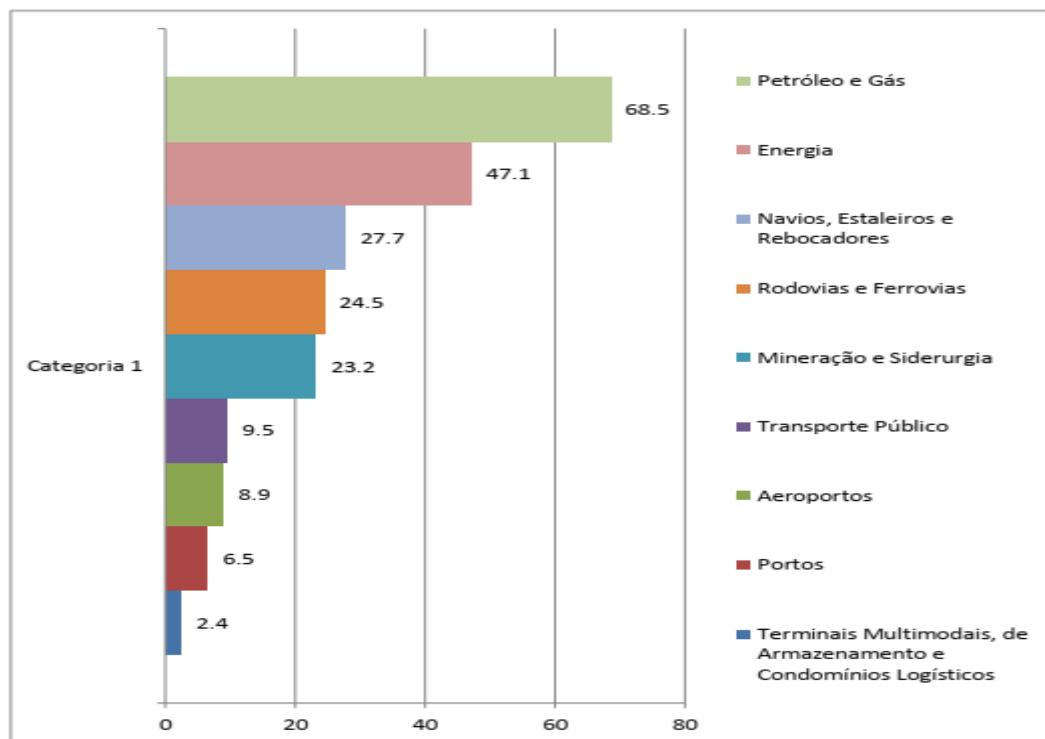


Fonte: BNDES, 2017, p. 87

Dessa forma, o BNDES passa a ser o principal agente de investimento para grandes empresas brasileiras, considerando que sua condição de financiamento era infinitamente vantajosa em relação às taxas executadas pelo mercado financeiro privado, que em 2015 emprestava numa taxa de 16%, enquanto o BNDES garantia taxas de 5,5% (COELHO, 2016, p. 110). Diante de um mercado internacional de *commodity* em ascensão e do alinhamento do país na divisão econômica mundial como produtor de matéria prima, o governo Lula resgatou um papel ativo do Estado em função de dinamizar esses setores por dois caminhos complementares: a) o financiamento do BNDES direto aos grupos nacionais “eleitos” como “campeões nacionais” pela robustez econômica, ligados a “setores de mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e agropecuário, que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhões de reais desembolsado pelo BNDES, no período Lula” (TAUTZ et al, 2015, p. 1); b) o financiamento do BNDES à constituição de infraestrutura necessária a esses setores, através da destinação de recursos ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, lançado em 2007 e depois relançado, como PAC II em 2011. No gráfico 23,

busco demonstrar, detalhadamente o percentual dos investimentos do BNDES por setor de atividade, com recorte ao petróleo e gás, por ter recebido o maior percentual de investimento do Banco e o setor de mineração e siderurgia, nosso foco de análise.

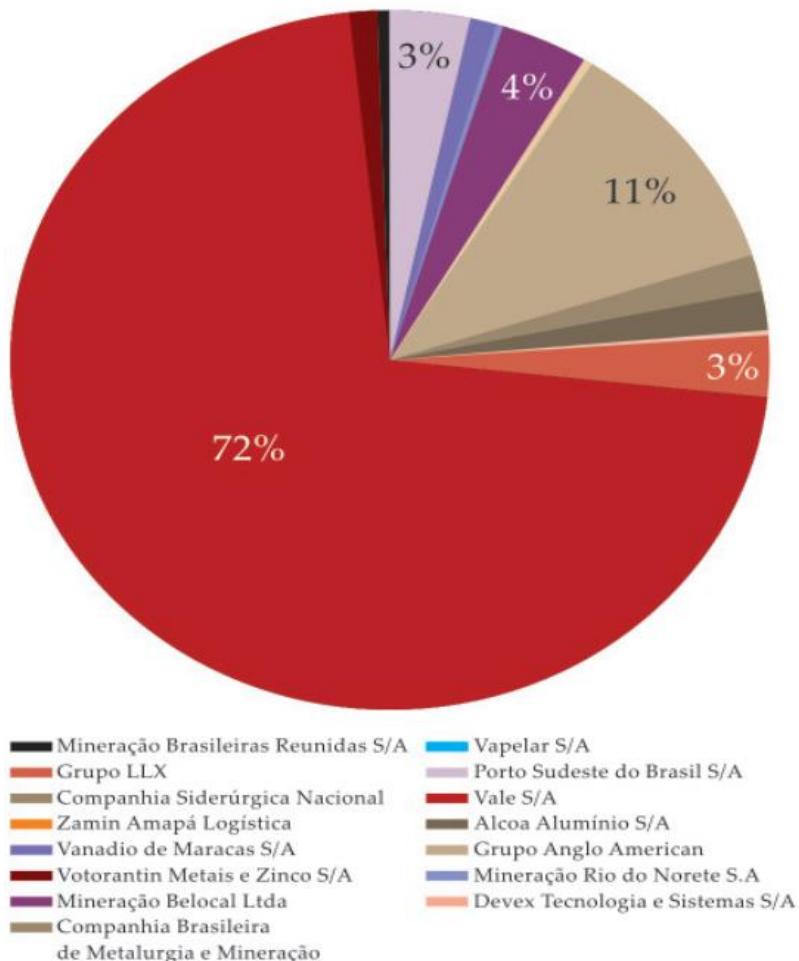
Gráfico 23 - INVESTIMENTOS DO BNDES POR SETOR ENTRE (2008-2014) (em R\$ bilhões)



Fonte: COELHO, 2016, p. 112

Especificamente no setor de mineração, entre 2009 e 2016, foram investidos um total de R\$ 6,94 bilhões, o que corresponde a pouco mais de 1 % dos investimentos totais do banco desse período (BNDES, 2017, p. 92). Parece um percentual baixo, considerando outros setores, no entanto, esse recurso beneficiou um reduzido número de empresas, o que torna esse valor *per capto* extremamente elevado. No gráfico 24, observamos a distribuição desse recurso por empresas:

Gráfico 24 - COMPOSIÇÃO DO FINANCIAMENTO DO BNDES AO SETOR DE MINERAÇÃO (2015)



Fonte: IBASE, 2015, p. 2

Entre 2003 e 2016, só a Vale obteve empréstimos no valor total superior a R\$20 bilhões, sendo que somente em 2012, essa empresa recebeu R\$ 9.611 bilhões (BNDES, 2017, p. 315), que segundo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, consistiu no maior volume de crédito, da história do banco, concedido a uma empresa, em uma única operação. (O Globo 01/04/2008).²¹

No setor de infraestrutura, as operações diretas do BNDES, foram quase todas destinadas ao PAC, para projetos no eixo de infraestrutura energética e logística (BNDES, 2009, p. 50), ambos com forte relação com o setor de *commodities*. Entre 2006 e 2010, os investimentos do PAC em infraestrutura dobraram seu percentual do PIB de 1,62% para 3,27%, sendo investidos R\$43,8 bilhões no setor de transporte e R\$196,8 bilhões no setor de energia.

²¹ O GLOBO. Financiamento para a Vale é o maior já concedido pelo BNDES a uma empresa. Publicado on line em 01/04/2008. Disponível em <https://oglobo.globo.com/>

(IBASE, 2015, p. 4). Na tabela 4 apresento as informações mais detalhadas dos investimentos do BNDES nesses setores de infraestrutura, logística e energia.

Tabela 4 - INVESTIMENTOS DO BNDES EM INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E ENERGIA 2008-2014. OPERAÇÕES DIRETAS. VALOR EM MILHÕES DE REAIS (R\$)

INFRA ESTRUTURA E LOGÍSTICA (A)

**Valor total dos investimentos em infraestrutura e logística: 164.558.748.097
(64,07% do total de investimentos)**

Item	Número de projetos financiados	Valor	% de A	% do total (A +B)
Portos	17	5.150.297.690	3,12	2,00
Aeroportos	7	7.405.380.000	4,50	2,88
Rodovias, pontes e ferrovias	48	22.178.720.546	13,47	8,63
Transporte público	11	9.518.977.409	5,78	3,70
Terminais multimodais, terminais de armazenamento e condomínios logísticos	42	1.710.209.748	1,03	0,66
Ampliação e/ou construção de dutos de transporte de combustíveis (petróleo, etanol, gás), plataformas marítimas e refinarias	37	68.417.238.621	41,57	26,63
Construção de estaleiros; construção, modernização e aquisição de navios e rebocadores	57	27.690.500.355	16,82	10,78
Siderurgia e mineração em larga escala	44	22.487.423.728	13,66	8,75

ENERGIA (B)

**Valor total dos investimentos em energia: 92.281.492.377
(35,92 % do total de investimentos)**

Item	Número de projetos	Valor	% B	% do total (A +B)
Grandes projetos hidrelétricos (acima de 500 MW)	13	26.152.965.708	28,34	10,18
Pequenos e médios projetos hidrelétricos (abaixo de 500 MW)	66	10.350.950.149	11,21	4,03
Projetos termoelétricos	9	4.034.831.699	4,37	1,57
Projetos nucleares	1	6.146.256.000	6,66	2,39
Projetos eólicos	163	10.655.624.818	11,54	4.19
Projetos sucroalcooleiros	62	11.179.505.403	12,11	4,35
Ampliação/modernização de obras existentes e novas linhas de transmissão	93	23.761.358.600	25,74	9,25

Fonte: IBASE, 2015, p. 2 e 3

Assim, considerando esses dois aspectos importantes da política para o setor mineral, um no campo das mudanças legislativas e outro relacionado a política de financiamento, tentou-se demonstrar o contexto político favorável e os recursos públicos nacionais decisivos para implantação do projeto S11D.

1.4 Relação Estado-Empresa e o sentido do desenvolvimento por trás do Projeto S11D

A relação Estado-empresa está na base da formação do Estado brasileiro, a partir do movimento de internacionalização do grande capital monopolista do pós-guerra. Conforme a administração do Estado se desenvolvia, com ela também, cresciam as grandes estatais, dentre as quais a CVRD. O processo de privatização da Vale nos anos 1990 não representou uma ruptura dessa relação Estado-empresa, apenas uma mudança no sentido da política de Estado, que impunha nova forma de participação na empresa. Neste tópico síntese do capítulo, reflete-se sobre as bases econômicas e políticas que têm marcado historicamente a relação do Estado com a CVRD/Vale, buscando com isso compreender o contexto estatal recente que possibilitou a decisão pela implantação do projeto S11D.

Num primeiro momento, ainda com um Estado-Nação insipiente, a exploração dos recursos minerais do país dava-se de forma direta pelo capital estrangeiro para exportação, dentro do modelo de dependência colonial, conforme assinalado por Theotonio dos Santos (2011, p. 402). A constituição progressiva da máquina estatal no Brasil, a partir dos anos de 1930, vai se definindo segundo padrões e valores da sociedade burguesa emergente, no mesmo momento, em que o contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, possibilitou uma certa autonomia estatal, diante de um processo de realinhamento mundial que estava ainda indefinido. Nesta conjuntura de favorecimento de uma ideologia nacionalista, foi criada a CVRD.

O objetivo nacionalista de criação da CVRD em articulação com a siderúrgica CSN, para representar uma base de sustentação do processo de industrialização do país, não se efetivou, e a exploração do minério brasileiro, acabou ficando sobre o controle estrangeiro da comercialização. Portanto, seu crescimento esteve desde o princípio, fortemente condicionado a inserção do país no capitalismo internacional.

Isso lhe colocou numa grande dependência com o comércio exterior ao mesmo tempo que possibilitou fartos empréstimos de capital estrangeiro. Esses elementos garantiram relativa autonomia financeira e política do Estado brasileiro. Segundo Coutinho e Beluzzo (1982, p. 23), o capital estatal periférico, seja consubstanciado no financiamento público ou nas empresas

estatais, foi responsável pela mediação na abertura de novas fronteiras capitalistas de acumulação no país, mas não teria assumido uma articulação mais estrutural com estas. Em síntese, houve um grande capital estatal se movimentando sem haver a consolidação de uma forma de capitalismo monopolista de Estado, onde as funções políticas do Estado imbricavam-se organicamente com as funções econômicas.

A forma capitalista de Estado, traz maiores contradições e conflitos no âmbito da estrutura do poder político. Segundo Marx e Engels a consolidação do Estado burguês pressupunha, “uma existência particular ao lado de fora da sociedade civil”, que lhe garantisse uma aparência de independência em relação as classes, mesmo quando sua existência fosse produto do interesse médio da classe burguesa, assumindo assim a forma de interesse geral (2007, p. 75). Quando o Estado está envolvido numa estrutura capitalista de acumulação, manter essa aparente autonomia torna-se tarefa mais complexa, que, conforme visto no capítulo, marcou a história da relação entre a CVRD e o bloco de poder do Estado.

Ressalta-se uma distinção entre a alta burocracia do Setor Produtivo Estatal, com a alta burocracia da administração direta do Estado, que está na especificidade instrumental da acumulação privada capitalista, onde a primeira estava diretamente envolvida. As mesmas incidem no comportamento do Estado, não no sentido de serem determinantes institucionais que moldam suas estratégias políticas, mas que atuam, conforme a conjuntura, com maior ou menor força nesse jogo político. Ao mesmo tempo não se configuram como uma classe ou fração de classe, justamente porque sua autonomia é relativa e sempre mediada pela relação com o Estado (POULANTZAS, 1986, p. 334).

Nesse sentido, mesmo com a grande autonomia que gozava a CVRD, por algumas vezes, ela teve que aceitar as regras do jogo político brasileiro, em detrimento de sua dinâmica de acumulação. Em 1964, as disputas pelo bloco no poder do Estado, somado as pressões das massas populares por reformas sociais, ameaçava as bases de sustentação do capitalismo associado, que perdurava por pelo menos três décadas no país. A decisão por um Estado Bonapartista, impôs sob forma autoritária e com brutal violência, um interesse geral da classe burguesa, que no campo do comércio internacional, impunha um alinhamento completo ao capitalismo norte-americano. A CVRD coube aceitar essa política, ainda que essa relação cativa, não representasse melhores condições de lucro.

O longo ciclo deprimutivo que atingiu os países centrais, a partir dos anos de 1970, quebrou o padrão de financiamento externo do Estado brasileiro, que progressivamente foi minando sua capacidade de sustentação econômica, e consequentemente seu poder político. O receituário neoliberal que se impunha ao país, como única alternativa para crise econômica

interna, pressupunha nesse momento, um Estado eficiente, que fosse capaz de coordenar e mobilizar recursos financeiros, de forma a inserir o país na agenda globalizante. Nesta, os interesses nacionais foram substituídos por interesses públicos, onde ao Estado cabia ser um gestor eficiente não só dos recursos, mas também dos conflitos de classe. Com isso tornou-se importante a da retomada de sua face democrática. (DINIZ, 2016, p. 63)

As privatizações das estatais representaram o carro-chefe na agenda de mobilização de recursos financeiros do Estado neoliberal, e foi nesse bojo que a CVRD passou a condição de empresa privada de capital misto, ou seja, onde parte de suas ações ainda estavam sobre o controle do poder público. A atuação do Estado na Vale, se dava, agora, de forma indireta, através do BNDESpar e dos Fundos de Pensão de estatais, que detinham juntos 60,52% das ações ordinárias da Valepar. Importante ressaltar que o fundo de pensão, ainda que formado por contribuição de trabalhadores de estatais, é um fundo de naturezas jurídica privada. Tanto o BNDESpar como a LITEL, representavam braços de capitalização e de investimento mobilizados como capital dinheiro para mecanismo impulsionador da acumulação capitalista.

Ainda que os fundos de pensão não façam parte da estrutura do Estado, no governo do PT a gestão desses fundos teve ampliada a participação de lideranças sindicais, muitas das quais vinham desta estrutura partidária. O programa do governo Lula, em consonância como o que apontava a direção nacional da CUT em seu 7º congresso, justificava os fundos de pensão como instrumento necessário para promoção do desenvolvimento econômico do país:

Nosso posicionamento deve se pautar pela defesa de um modelo de fundos de pensão administrados pelos trabalhadores, aposentados e empresários de forma paritária, nos quais as aplicações desses recursos, para as futuras aposentadorias dos trabalhadores, estejam voltadas para geração de emprego e renda e que não dependam exclusivamente da ciranda financeira especulativa das bolsas de valores (Cadernos 7º CONCUT, 2000, p. 19)

O PREVI, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, é quem individualmente detém o maior controle acionário na Vale. Logo após os vários processos de privatização das estatais, no final dos anos noventa, iniciou-se as disputas pela condução desse fundo, entre grupos financeiros (*Opportunity* e *Citbank*), com a direções do sindicato dos bancários, que se reivindicava como o verdadeiro representante dos empregados da empresa. Essa disputa resultou na Lei complementar 108/2001 que passou, entre outras questões, a obrigatoriedade de 50% de trabalhadores na gestão dos fundos públicos. Foi nesse contexto que o sindicalista Sérgio Rosa, ascendeu a presidência do PREVI e também do conselho de administração da Vale entre 2003-2010, tornando-se o principal mediador entre a empresa Vale

e o Estado. Dessa forma, ainda que indiretamente, o Estado atuava com seu poder político e econômico através dos fundos de pensão, na estrutura administrativa da Vale. Segundo Oliveira, formou-se um consenso ideológico sobre a nova função do Estado, que seria de trabalhar no interior dos controles dos fundos de pensão e ao mesmo tempo, estar no lugar de ponte com o sistema financeiro (2013, p. 148).

O governo Lula trouxe uma especificidade ao aparelho estatal, que foi a presença direta de membros da classe trabalhadora nos principais postos e cargos públicos de direção do Estado. Essa possibilidade do Estado burguês, não ser dirigido por um representante direto da classe economicamente dominante, já havia sido analisada por Marx, no 18 de Brumário, em relação ao governo de Luis Bonaparte, na França revolucionária do século XIX, e se repetiu em outros exemplos ao longo da história. Esse caráter de governança do Estado pelas classes dominadas, no entanto, não representa uma ruptura com o caráter de classe burguesa do Estado, o que nos mostra a diferença entre o poder estatal e o aparato de Estado. (THERBORN, 1979, p. 176).

Foge ao objetivo da tese uma análise dos elementos que possibilitaram a ascensão de Lula à presidência do país, ou mesmo sobre as características de sua governança. Ainda assim, viu-se no decorrer desse capítulo, que se coadunou uma unidade particular na sua relação com as classes ou frações de classes dominantes, configurando o que Poulantzas conceituou de bloco no poder (1986, p. 233).

O bloco no poder foi analisado por Poulantzas a partir da especificidade de compreensão do Estado capitalista em sua relação específica com a luta de classes e com as frações dominante em disputa pelos seus interesses particulares:

[...] a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder do Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito de bloco no poder ([1968]1986, p. 224).

É no contexto desta aliança que se pode compreender o poder estatal, onde se reproduz relações econômicas, políticas e ideológicas conduzidas pelo Estado. A hegemonia do bloco no poder, no governo Lula, era dada pelos setores financeiro e de indústrias de *commodities* (*petróleo e minério*), não apenas devido sua dominação econômica de destaque nesse período, mas porque esses setores, conseguiram unificar no contexto de suas estratégias de acumulação,

outras frações do capital²². No caso do governo Lula, sua forte relação com essa classe dominada e suas direções, se por um lado gerava tensões internas à estrutura estatal de forma mais frequente do que em um governo burguês clássico, por outro lado, sua liderança política foi fundamental para a garantia da hegemonia econômica desse bloco no poder com o amplo consentimento da classe trabalhadora do país.

Entre as políticas que deram sentido prático a esse bloco no poder, esteve, por exemplo, a utilização de recursos advindos das *commodities* minerais para fundos públicos de combate à pobreza, apresentando-se uma fórmula em que todos ganhavam, por isso, para alguns se falava de um consenso em torno das *commodities*. Assim, estava justificado o apoio incondicional do Estado a implantação do projeto S11D, mesmo diante dos questionamentos ambientais e sociais que cercaram o mesmo, durante o processo do licenciamento ambiental.

É fato que essa unidade em torno de um bloco no poder, teve a seu favor as relações internacionais favoráveis desse período, tanto que, a partir da crise de 2008, essa hegemonia econômica foi ruindo, gerando rupturas cada vez mais profunda no governo do PT. Contradicoratoriamente percebeu-se que nesse contexto, a relação Estado-Vale tornou-se mais estável. A possibilidade desse paradoxo pode estar permutada num complexo de questões, que envolve tanto a característica do sujeito governante, quanto a conjuntura econômica internacional e a própria fragilidade política do governo.

Tanto Lula quanto Dilma, vêm de uma trajetória de militância política, em que pese, com diferenças de atuação, que se refletiu na forma de governar. Lula foi a expressão da ascensão do movimento operário dos anos oitenta, que sempre teve um papel político de figura pública do PT, e chegou a presidência do Brasil com expressiva votação, conseguindo coadunar uma hegemonia política em torno de seu governo. Esses elementos lhe garantiu um governo forte, que mostrava disponibilidade de implantar um projeto nacional de desenvolvimento com base econômica nas exportações de *commodities*. Na Vale, a pressão sobre uso dos lucros da empresa no desenvolvimento de projetos industriais nacionais, gerou tensões, a partir da queda do preço do ferro no mercado mundial. Esses conflitos nunca chegaram ao projeto S11D, que era o principal projeto da Vale nesse período, mas, resultaram na demissão de seu presidente, nome forte, indicado pelo BRADESCPAR. No seu lugar, o governo conseguiu colocar um

²² Jessop faz essa distinção entre duas formas de poder que se manifesta através do Estado, a hegemonia econômica e a dominação econômica. Para ele, “a dominação econômica pode ser exercida por várias frações do capital e ocorre quando uma fração consegue impor seus próprios interesses ‘econômico corporativo’ particulares sobre outras frações do capital (...) A hegemonia econômica, ao contrário, provém da liderança econômica conquistada por meio da aceitação geral de uma estratégia de acumulação, tal aceitação, fornece uma estrutura estável dentro da qual a concorrência e os interesses podem entrar em disputa sem impedir a unidade completa do circuito do capital”. (2007, p. 105,106)

presidente de sua confiança, em troca de acordos externos a empresa com o grupo Bradesco, sócio majoritário da Bradespar. Esse evento já ocorreu no final do segundo mandato de Lula.

A presidente Dilma, já assumiu numa conjuntura de crise econômica aberta, em particular, num cenário de grande instabilidade no mercado de ferro, com o fim do superciclo da *commodity*. Quando foi indicada por Lula para concorrer à presidência do Brasil, tinha pouca expressão eleitoral, além de uma trajetória política de militância recente no PT, entretanto, com experiência administrativa em cargos importantes no governo Lula, como de Ministra das Minas e Energia e da Casa Civil. Diferente de Lula, sua postura em relação a Vale, foi de garantir o máximo de autonomia administrativa a direção da empresa, ainda que com grande envolvimento do Estado na viabilização de infraestrutura necessária a ampliação da capacidade produtiva das minas, que representava a grande pressão das empresas mineradoras no período do *pós-boom*. Foi no seu governo que houve mudança dos marcos regulatórios da mineração, no sentido de agilizar os processos de licenciamento dos projetos; a constituição de um modal amplo de infraestrutura energética, de portos e estradas, para viabilizar a produção de *commodities*; além, de grandes aportes financeiros, via BNDES, mesmo diante da crise econômica que passava o Estado.

De forma geral, o sentido da política neoextrativista permaneceu em ambos os governos, mas sofreu condução distinta. Particularmente com relação a Vale, o governo Lula, aproveitando-se do *boom* do mercado de ferro internacional e da colocação da Vale neste, exercia uma pressão maior sobre a empresa em função de uma verticalização produtiva, que tivesse maior rebatimento na economia nacional. No governo Dilma, o foco da política neoextrativista conduzida pelo Estado em relação a Vale, voltava-se para garantir condições, para que a empresa passasse pela crise, se mantendo no ranking mundial das grandes mineradoras, e, nessa estratégia, o projeto S11D era peça fundamental, pelo volume de produção.

Por fim, a de se considerar que esse modelo de desenvolvimento com base nas *commodities*, negligenciou aspectos ambientais e territoriais, diante de uma visão utilitarista com relação a exploração dos recursos naturais. Essa postura impactou profundamente os territórios de exploração de mina, como foi o caso da Amazônia. No caso do projeto S11D, foi dos conflitos territoriais veio o principal foco de resistência e onde ficou mais nítido a ação decisiva do Estado.

CAPÍTULO 2

2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E O AVANÇO DA MINERAÇÃO EM CARAJÁS

O objetivo neste capítulo é entender o planejamento territorial para Amazônia, no contexto neoextrativista, diante da necessidade de expansão da atividade mineraria e controle territorial de regiões ricas em minério, por parte de grandes grupos mineradores, como a Vale. Primeiramente, expõe-se o avanço do território corporativo da Vale e sua relação com seu processo de acumulação. Posteriormente, explicita-se a dinâmica do planejamento territorial na constituição do território da mineração na região de Carajás. Por último, o que o sentido neoextrativista trouxe de novo na construção de um planejamento territorial para a região Amazônica e de que forma se associou com a demanda de expansão da mineração para Serra Sul de Carajás.

2.1 A Vale e a emergência do controle territorial

A atividade de mineração pressupõe um enraizamento territorial, que lhe coloca numa necessária intimidade com o local. Por isso, tratarei, aqui, sobre a forma como grandes empresas capitalistas vão dando uma coerência estruturada ao território, buscando criar uma paisagem social e física da sua própria imagem. (HARVEY, 2005, p. 144). Primeiramente, será exposto o avanço do território corporativo da empresa Vale, correlacionando-o como um elemento de importante sustentação de seu processo de acumulação. Posteriormente, os meios de dominação do território acionados pela empresa, diante dos riscos sociais advindos dos conflitos territoriais.

2.1.1 Território corporativo e acumulação por espoliação

Para Corrêa a formação do território corporativo pressupõe a existência de uma política territorial coordenada (gestão do território), de confinamento de um espaço sob o controle de uma grande empresa e/ou do Estado, “trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica” (1992, p. 35). Assim sendo, o território corporativo é “uma mutação do território usado que se funcionaliza de maneira determinante à implementação de grandes empresas”

(MEYER, 2014, p.38). O conceito de território corporativo, constitui-se, portanto, em uma faceta da gestão econômica, política e social da empresa, estando subordinado a ela, mas também podendo condicionará-la (CORRÊA, 1992, p. 35).

Segundo essa perspectiva, podemos considerar o avanço significativo do território corporativo da Vale no país, conforme pode ser observado na imagem 7:

Imagen 7 - ATIVIDADES DA VALE NO BRASIL (2006)



Fonte: Vale. Relatório de Sustentabilidade, 2006.

Além desses investimentos da empresa no Brasil, deve-se considerar também, sua territorialização nos mercados internacionais, onde já opera nos cinco continentes e em mais de 35 países (imagem 8).

Imagen 8 - ATIVIDADE DA VALE NO MERCADO INTERNACIONAL (2014)



Fonte: Vale. Relatório de Sustentabilidade, 2014.

Para detalhar melhor o avanço da territorialização da Vale, o quadro 4, mostra um panorama de seus investimentos no Brasil e no mundo, entre os anos de 2001-2016.

Quadro 4 - INVESTIMENTOS/AQUISIÇÕES DA VALE (2001-2016)

Setor	Investimento/ Aquisições	Local	Característica
Mineração e refino	Samitri	MG/Brasil	Ferro
	Ferteco	MG/Brasil	Ferro
	Projeto Sossego	PA/Brasil	Cobre
	Caemi	MG/Brasil	ferro, caulim e bauxita
	Mineração Rio Norte-MRN	PA/Brasil	Bauxita
	Salobo metais	PA/Brasil	Cobre
	Mineração Vera Cruz	PA/Brasil	Bauxita
	Rio Verde Mineração	MG/Brasil	Ferro
	Valesul	RJ/Brasil	Alumínio primário e liga para indústria
	Mineração Reunidas	MG/Brasil	Ferro
	Mineração Rio Tinto	MS/Brasil	Ferro

	Usina hidrometalurgica	PA/Brasil	Processamento de cobre
	Antofagasta	Chile	Cobre
	Rio Doce <i>Mangenese Norway</i>	Noruega	Ferro liga de manganês
	Alunorte	PA/Brasil	Refino de alumina
	Reestruturação das Minas de Serra Geral	MG/Brasil	Ferro
	Rio Doce Manganês-RDM	MG/Brasil	Manganês
	Alumínio S.A-Aluave	PA/Brasil	Alumina
	Refinaria Alumina Brasil-ABC	PA/Brasil	Refinaria greenfield
	Projeto Paragominas	PA/Brasil	Bauxita
	Projeto 118	PA/Brasil	Cobre
	Projeto Vermelho	PA/Brasil	Níquel
	Projeto Onça Puma	PA/Brasil	Ferro
	Projeto Moatize	África	Carvão metalúrgico
	Projeto Shandong	China	Coque de carvão
	Belvedere Coal Underground	Austrália	Carvão
	INCO	Canadá	Níquel
	MBR	Brasil	Ferro
	AMCI Holding	Australia	Carvão
	<i>Sudbury</i>	Canadá	Níquel refinado
	<i>Thopson e Manitoba</i>	Canadá	Níquel refinado
	<i>Voisey's Bay</i>	Canadá	Níquel
	<i>Cleydech</i>	Reino Unido	Níquel
	TNRC	Taiwan	Refino de níquel
	INCONTNC	Japão	Níquel
	<i>Jinco Nonferros Metals Jinco</i>	China	Níquel
	Conico	Canadá	Níquel
	<i>Yankuang group</i>	Japão	Carvão
	<i>Kongola North</i>	Africa	Cobre
	<i>Tres Valles</i>	Chile	Cobre
	Cimentos Argos	Colombia	Carvão
	S11D	PA/ Brasil	Ferro
Siderurgia	<i>Arcelor Mittal</i>	MG/Brasil	*
	<i>Thyssen Krupp Companhia Siderurgica do Atlantico</i>	RJ/Brasil	*
	Companhia Siderurgica do Atlântico	RJ/Brasil	*
	Cia Siderurgica de Tubarão	Es/Brasil	*
	<i>Nucor Corporation</i>	EUA	*
Logística	Ferrovia Centro Atlantica S.A.	Brasil	Ferrovia
	UH Estreito	MA/Brasil	Energia
	UH Aimorés	MG/Brasil	Energia
	<i>DCNDB Overseas S.A.</i>	BA/Brasil	Cabotagem
	Complexo Industrial de Sohar	Omã	Planta de pelotização, terminal de cargas, centro de distribuição e porto
	Duplicação da EFC	Brasil	Ferrovia
	Ferrovia Norte-Sul	Brasil	Ferrovia
	Ferrovia centro Atlântica	Brasil	Ferrovia
	MRS logística ²³	Brasil	Ferrovia

²³ A Vale Adquiriu 10,5% do Capital total dessa empresa ferroviária que opera 1.612 km de estrada de ferro entre Rio-SP-MG.

	Ferrovia Bandeirantes S.A ²⁴	Brasil	Ferrovia
	Ampliação da ferrovia Vitória-Minas	Brasil	Ferrovia
	Terminais marítimos de Vila Velha e Sepetiba	Brasil	Porto
	Terminal marítimo ponta da madeira Pier III	Brasil	Porto
	<i>Sudbury</i>	Canadá	Estação energia
	Corredor Nacala	África	Ferrovia
	Belo Monte	Brasil	Energia
	UH Karebbe	Indonésia	Energia
	Outros investimentos	Celmar S.A ²⁵	Indústria de celulose
	Ferteco	Brasil	Indústria de celulose
	Geologia Mineração S.A- Docegeo	Brasil	Pesquisa mineral
	Vale Soluções energia	Brasil	Programa de uso de fontes energéticas renováveis
	Biopalma Amazônia	Brasil	Energia/ biocombustível
	Mina taquari	Brasil	Fertilizante potássio
	Fosfato Bunge fertilizante	Brasil	Fertilizante
	Valemax	Brasil x China	12 navios
	Bayovan	Peru	Fertilizante fosfalto
	Rio Colorado	Argentina	Potássio

Fonte: Vale. Vale 20-F.2001-2016. Sistematização própria

Conforme pode ser verificado no quadro, o minério de ferro continua sendo o principal investimento da empresa, e responsável em 2016, por 57% da receita líquida, em que pese, haver também, grandes investimentos no níquel, com rendimento bem menor, na casa dos 11% (VALE, 2016, p. 14). Chama atenção ainda, os investimentos em minas estrangeiras, do Canadá (Níquel) e da África (carvão).

A ampliação do complexo mina-ferrovia-porto da Vale, possibilitou que essa empresa se tornasse responsável por 68% de movimentação de cargas de ferrovias do Brasil e 27% da movimentação portuária, tornando-se a principal fornecedora de logística do país. (VALE, 2012, p. 85) Através da MBR e MRS passou a controlar o sistema ferroviário Sul e Sudeste,

²⁴ A ferrovia era dirigida pela concessionaria Brasil Ferrovias S/A. Em 2006 vendeu suas ações para a ALL, que passou a ser controlada indiretamente pela Vale a partir do controle acionário da Mineração Rio Tinto

²⁵ Incorporação de ações, adquirindo 29,4 mil hectares de florestas renováveis no Maranhão.

além de parte do complexo portuário de Tubarão e Sepetiba. Ainda detém o controle do sistema ferroviário Norte, com a Estrada de Ferro Carajás e parte do sistema Centro-Oeste. No quadro 5, buscou-se apresentar as operações de minério de ferro da empresa, com respectivos sistemas mina-ferrovia-porto.

Quadro 5 - OPERAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL (2016)

Sistemas	Local	Descrição	Acesso/transporte	Produção 2016 (milhões/toneladas métricas)
Sistema Norte	Carajás-Pará	Serra Norte Serra Sul Serra Leste	Estrada de Ferro Carajás sentido Terminal Ponta da madeira –Maranhão	148,1
Sistema Sudeste	Quadrilátero Ferrífero-Minas Gerais	Complexos Itabira Minas Centrais Mariana	Estrada de Ferro Vitória Minas, sentido minas porto Tubarão no Espírito Santo	102,7
Sistema Sul	Quadrilátero Ferrífero-Minas Gerais	Complexos Itabirito Vagem Grande Paraopeba	Estrada de Ferro Vitória Minas, sentido porto Tubarão. MRS sentido terminal marítimo Ilha da Guaíba e Itaguaí no Rio de Janeiro	95,7
Sistema Centro-Oeste	Estado Mato Grosso do Sul	2 minas e 2 usinas em Corumbá	Barcas rio Paraguai sentido Argentina	2,3
Samarco	Quadrilátero ferrífero-estado de Minas	Sistema integrado composto por 2 minas, 3 usinas de beneficiamento, 3 minerodutos, 4 usinas de pelotização e 1 porto	Mineroduto 400 km de extensão sentido porto de Santos	0

Fonte: Vale. Formulário 20F. 2016. p.30

Na cadeia de verticalização da empresa, há também investimentos no setor energético, através de usinas hidrelétricas e biocombustível, fazendo com que em 2008 a Vale já conseguisse suprir 45% de suas necessidades operacionais com energia própria (VALE, 2012, p. 277). No setor de fertilizantes, a Vale que em 2003 havia vendido para o grupo Bunge suas ações na Fosfértil, alegando desejo de centrar esforços na atividade mineraria, a partir de 2009, passou a uma agressiva estratégia de retomada desse setor. Segundo seus executivos, isso tinha a ver com a constatação de que o Brasil dependia de importações de 70% dos fertilizantes usados na agricultura e 90% da importação de potássio, matéria-prima do produto (VALE, 2012: p. 297). Essa estratégia possibilitaria dois ganhos importantes para a empresa, por um lado, a entrada num setor em expansão no Brasil e por outro, uma maior independência em

relação a instabilidade dos preços das *commodities* minerais no mercado mundial. Segundo Lazzarini (2011, p.70), o investimento da empresa nesse setor, também poderia estar ligado a possibilidade de obter benefícios do Estado, em se tratando de uma demanda em expansão.

A crise de 2008 trouxe alguns desinvestimentos, principalmente no setor de alumínio, com a venda de ativos da Valesul e todas as operações de alumínio do Pará, para o grupo *Norsk Hydro*. No setor siderúrgico a Vale também realizou vendas na participação da Usiminas, Gerdau e CSA. Outros desinvestimentos estiveram relacionados as atividades de extração de ouro e manganês em minas do Pará e Bahia, conforme pode ser observado no quadro 6:

Quadro 6 - DESINVESTIMENTOS E VENDAS DE ATIVOS VALE (2001-2016)

Setor	Desinvestimento/Venda de ativos	Local	Atividade principal
Mineração	Fazenda Brasileiro	Brasil	Ouro
	<i>Gulf Industrial Investment company</i>	Bahrain	Usina de pelotização
	IMETCO	Canadá	Níquel
	Manganês Bahia	Brasil	Manganês
	IMETCO	Canadá	Níquel
	Valesul	Brasil	Alumínio
	Mina de Totten	Canada	Cobre, níquel e metais preciosos
Siderurgia	Usiminas	Brasil	*
	Siderar	Argentina	*
	Gerdau	Brasil	*
	Ferro Gusa Carajás	Brasil	*
Logística	<i>Sepetiba Tecon</i>	Brasil	Terminal portuário
	Companhia ferroviária do Nordeste	Brasil	Ferrovia
	UH de Foz e Chapecó	Brasil	Energia
Outros Investimentos	Aracruz celulose	Brasil	Celulose
	Bahia Sul Celulose	Brasil	Celulose
	Frota de navios docenave	Brasil	Navegação
	Nova era Silicon	Brasil	Fábrica de ferro e silicone

Fonte: Vale. Vale 20-F.2001-2016. Sistematização própria

Diante deste panorama da espacialização da Vale, fica claro a existência de uma política territorial coordenada que se estrutura em redes mundiais, que lhe garante controle da cadeia de mineração e competitividade no setor. Todo esse processo assume na atualidade uma especificidade inédita, por ser conduzido por uma lógica de financeirização, que pressupõe uma intensidade de apropriação territorial altamente destrutiva, conforme afirma Paulini:

O rentismo envolvido na exploração econômica dos recursos contidos no subsolo é dos mais sinistros, pois aqui se trata de transformar em valor

excedente recursos esgotáveis, desequilibrando a natureza e comprometendo as possibilidades futuras de produção material (2016, p. 527).

Jingzhong Ye (YE, J. et al, 2019, p. 10), considera que verdadeiras redes imperiais estão se formando e controlando toda uma cadeia de fluxo das *commodities*, essas redes conectam os espaços e buscam seu controle para submetê-los aos mercados financeiros globais. Assim forma-se o espaço corporativo, que deriva do uso competitivo de espaços públicos, com utilização hierárquica privilegiada. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 293)

A variável financeira que hegemoniza o processo de acumulação de grandes corporações, impõe ao território a um grau espoliativo inédito. O conceito de acumulação por espoliação, segundo David Harvey, representa uma dinâmica de acumulação específica ao capitalismo contemporâneo, que tem por base uma lógica de valorização financeira, que penetra na estrutura social e a subsume segundo sua necessidade:

A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida [...]Ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro, estão na vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes. (2014, p. 123).

Esse conceito tem uma origem da teoria da acumulação primitiva desenvolvida por Marx n'O Capital (1867), onde pela primeira vez, esse autor desenvolve a relação entre o processo de acumulação e o domínio territorial:

O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. ([1867]1985, p. 262).

O controle territorial estava subordinado a uma lógica econômica da produção, representava a força de expropriação necessária ao desenvolvimento do modo genuinamente capitalista (subsunção real do trabalho), ou mesmo, da perpetuação de uma forma particular dependente (subsunção formal). Representava um enclave a ser superado para o

desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas. Nesse sentido prevalecia a base da força bruta direta da expropriação, completamente contrária a furtiva mais-valia abstraída das relações de assalariamento.

Rosa Luxemburgo ([1912]1970) vai retomar o debate do problema da acumulação desenvolvido no século anterior por Marx, já num contexto da concentração monopolista do capital e das disputas imperialistas do século XX. Para ela, o imperialismo nada mais era do que a expressão clara de que a “acumulação se torna impossível em um meio exclusivamente capitalista” (p.512). Portanto, a questão territorial não seria um fenômeno exclusivo à um capitalismo em seu estágio primitivo, um enclave que seria superado, tão logo as forças produtivas capitalistas se desenvolvessem mundialmente, e subsumisse todo o trabalho a sua lógica, conforme afirmava Marx, na sua teoria da acumulação primitiva. Ao contrário, para a acumulação do capital acontecer era imprescindível manter territórios e mão-de-obra fora dessa engrenagem geral do capital, porém controlando-a. Disso dependeria a estabilidade capitalista olhada sobre a ótica da reprodução ampliada do capital.

Dessas duas teorias vai surgir o debate da acumulação por espoliação em Harvey. Para ele, “o ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder, não é que territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (2014, p. 117). Seu foco central está na capacidade que a economia capitalista tem de criar condições para acumulação ampliada do capital, mesmo diante de uma demanda efetiva em estagnação.

A teoria da acumulação por espoliação nos é cara para a compreensão do avanço do território corporativo da Vale, porque está na essência de uma lógica capitalista de poder sobre o território. O controle territorial das áreas de exploração de mina e o domínio da cadeia produtiva (produção, infraestrutura e comercialização), garantem o ritmo intenso que a produção necessita, e com isso, o lastro de confiança do mercado financeiro. Essa lógica, é extremamente agressiva e penetra destrutivamente sobre o meio ambiente que o cerca.

A gestão do território ganha uma importância central na estrutura de poder da empresa, porque é decisiva para sua acumulação. Assim, estratégias e formas de territorialização, passam a ser definidas em função dos desafios surgidos em cada lugar. Corrêa (1992) identificou cinco características relacionadas a práticas espaciais de grandes corporações, que parecem interessantes de confrontar com alguns elementos da gestão territorial da Vale. São elas:

1. Seletividade espacial: consiste na decisão da empresa por investir em determinado lugar segundo atributos julgados de seu interesse, que pode ser proximidade de um porto, de fontes de energia, de mercado consumidor, etc. (idem, p. 36). No extrativismo mineral, por mais rigidez locacional que possa ter, ainda assim, não está imune ao processo de

seletividade espacial, que tem a ver com a renda mineral, ou seja, a viabilidade ou não de determinada exploração. Por exemplo, a descoberta de um recurso mineral, não necessariamente define sua exploração, esta, só se torna viável, se as condições de mercado e custo de investimentos espacial, garantirem o lucro proveniente da exploração, isso pode explicar alguns desinvestimentos em mineração, que apareceram na estratégia da Vale.

2. Fragmentação/remembramento: relaciona-se a interferência na organização espacial global de ampla porção de um país ou região a partir da dinâmica de uma dada corporação. Constitui-se tanto na divisão quanto no remembramento de um mosaico complexo em razão de suas necessidades. (idem, p. 37). Da política de expansão da Vale, apresentada anteriormente, pode se perceber a importância da cadeia mina-ferrovia-porto por onde foram se definindo os territórios corporativos. No Brasil, por exemplo, locais de exploração minerária ficam no Pará e Minas Gerais, e tem características específicas, são lugares sujeitos a todas as intempéries advindas dessa atividade. No trajeto das ferrovias também vai se construindo um espaço composto por siderurgias, carvoarias e pequenos comércios, assim como as zonas portuárias, com suas próprias especificidades. Nota-se que esses espaços estão concentrados na periferia do sistema mundial, em países da América Latina e em África, lugares de onde se drenam as riquezas minerais e, paradoxalmente, lugares de pobreza. As zonas de mercado, onde ficam escritórios, centro de tecnologia da empresa, ao contrário, localizam-se em países centrais, porque é onde a riqueza circula. Assim se dá a formação das redes imperiais que vai determinando lugares de pobreza e riqueza no mundo, a partir da força do comércio empreendido pelas grandes corporações. (Ye, J. et al, 2019, p. 10).

3. Antecipação espacial: “significa reserva de território para o futuro próximo, ao controle de uma dada organização espacial” (CORRÊA, 1992, p. 38). Para a atividade mineraria a antecipação espacial é fundamental. A descoberta de minas pressupõe serviços especializados e recursos tecnológicos de ponta, apenas possível a grandes mineradoras. A reserva de território possibilita que, antes mesmo da obtenção do licenciamento para exploração de lavra, essas empresas já possam atuar sobre o território, por exemplo, comprando terras no seu entorno a preços baixos e dessa forma criando um isolamento da região, para chegada do projeto (ROJAS; PEREIRA, 2015, p. 37). Na antecipação espacial inicia-se o processo de expropriação de outras territorialidades.

4. Marginalização espacial: representa mudanças locacionais, constantes na dinâmica de uma corporação, que implica processo de abertura de novas unidades e fechamento de outras (idem:p. 39). Durante o processo de crise da *commodity* mineral em 2008, houve uma série de desinvestimentos da Vale. No setor siderúrgico, por exemplo, a decisão do fechamento

de muitas unidades (seletividade), antes criadas como zonas industriais pela própria empresa (remembramento), gerou crises econômicas e sociais para região, que parecem alheias à sua decisão interna. Além disso, pode-se citar também o processo de marginalização espacial, que advém dos “desastres” ambientais, recorrentes na mineração, como os recentes rompimentos das barragens de Mariana (2016) e Brumadinho (2019), ambas no estado de Minas Gerais, que expôs a região a um processo quase irreversível de marginalização espacial em todos os sentidos.

5. Reprodução da região produtora: refere-se a forma como as regiões são criadas pelas corporações e devem ser submetidas ao seu controle (idem, p. 40). Tal qual o processo de fragmentação/remembramento, criar o território da mineração tem a ver com manter esse território fechado a qualquer outra forma de desenvolvimento concorrencial. Para isso se constrói esse território em função de suas necessidades, buscando um ambiente favorável à entrada da empresa nas regiões dos projetos. Nesse sentido criam-se várias estratégias, que têm envolvido a criação de Unidades de Conservação, áreas de reflorestamento, mudanças totais nos modos de vida e de trabalho de toda uma região, dentre outros.

Por fim, ressalta-se que essa forma de acumulação por espoliação do território inerente a lógica capitalista de poder empresarial de grandes mineradoras, como a Vale, resulta em conflitos territoriais no entorno de seus empreendimentos, que podem se transformar em riscos sociais para os projetos em curso. Assim, cresce em importância na estrutura administrativa da empresa, a necessidade desenvolvimento de estratégias para tratar desses riscos sociais, objeto de análise do próximo tópico.

2.1.2 A Vale e as estratégias sociais de gestão do território

Os impactos potencializados pela intensidade da exploração mineral industrial que se abriu a partir do *boom* da *commodity* mineral no século XXI e sua financeirização tem resultado em crises sociais de todos os matizes - ecológicas, étnicas, territoriais, etc. As práticas da mineração industrial moderna, à céu aberto, que é a utilizada no projeto S11D, tem se configurado como extremamente agressiva ao meio ambiente onde se instala, e esse é um diferencial importante em relação a um tipo de mineração tradicional (subterrânea), conforme detalhamento feito pelo ambientalista Javier Rodrigues Pardo:

Os minerais remanescentes se encontram em estado de disseminação na natureza em partículas ínfimas dispersas nas rochas montanhosas, razão pela qual é impossível extraí-los por métodos e tecnologias de mineração

tradicional. Em sua substituição, a indústria mineira adotou um método extractivo de acordos com as novas condições: detecta por satélite aqueles sítios ou depósitos onde existe maior concentração relativa de minerais, geralmente polimetálicos e disseminados em extensões quilométricas. Uma vez localizado o mineral, se realizam mapas topográficos e geológicos (trabalhos geofísicos, investigações hidrogeológicas, abertura de valas e poços de reconhecimento). Se tomam amostras para identificar a forma em que se encontram disseminado o mineral e mediante a procura se define a área onde se localizará a exploração. Mas tarde, se prepara o terreno, se abrem caminhos de acesso e se montam os acampamentos para os empregados da empresa. Durante a exploração para apropriar-se dos minerais e concentrados, a mineradora deve primeiro remexer uma quantidade extraordinária de solo, montanhas inteiras que são convertidas em rochas e logo trituradas até alcançar medidas ínfimas, para posteriormente aplicar-lhes inúmeras substâncias químicas tornadas líquidas com gigantesca quantidade de água, capaz de separar os metais do resto da rocha (processo de lixivização). As substâncias químicas empregadas são cianureto, mercúrio, ácido sulfúrico e outras substâncias tóxicas, acumulativas e persistentes, de alto impacto na saúde das pessoas e meio ambiente. Assim a mineração a céu aberto não requer apenas a utilização de substâncias tóxicas que implicam alto níveis de afetação ao meio ambiente deixando enormes passivos ambientais, mas também, um uso desmensurado de recursos, entre eles a água e a energia (apud SVAMPA; BATTARO; ÁLVAREZ, 2009, p.32- traduzido)

Diante desses impactos, próprios da grande mineração, foi se construindo uma agenda ambiental mundial, que tem exercido uma pressão sobre esse tipo de exploração, para adequação de políticas a normas ambientais e maior transparência em suas ações. Nesse sentido, atuam por exemplo, o Pacto Global das Nações Unidas, o sistema de gestão ambiental *Eco-Management and Audit Scheme*, além de organizações de sustentabilidade empresarial vinculadas a investidores institucionais, tais como: a *Global Reporting Initiative (GRI)*, a *Global Compact Lead*, a *Extractive Industries Transparency Initiative*, dentre outros, que podem interferir diretamente no padrão de governança corporativa dessas empresas. Essa agenda, também tem pressionado os governos nacionais à implementação de leis mais rigorosas para o licenciamento ambiental desses projetos.

Além disso, tem crescido a organização de movimentos de resistências contra esses impactos sociais. Essas lutas que inicialmente eram localizadas e com pouca visibilidade, progressivamente, têm assumido uma dinâmica organizativa mais ampla, possibilitando a construção de plataformas de confrontação ao modelo minerário de desenvolvimento. Na América Latina e em África, são vários os exemplos dessas lutas, que vão do confronto direto, por exemplo, no bloqueio a ferrovias, até a pressão institucional por políticas ambientais e sócio-territoriais. Especificamente no Brasil, movimentos como a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Comitê

em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, se formaram nesse contexto e hoje articulam nacionalmente e internacionalmente a luta contra mineração.

Frente a esses movimentos de pressão, grandes corporações têm dedicado maior preocupação com as áreas dos entornos dos projetos, através do desenvolvimento de novas tecnologias sociais e apostando em recursos de divulgação dessas ações. Pode-se dizer que a Vale aderiu a esse movimento a partir de 2006, quando passou a divulgar anualmente seus Relatórios de Sustentabilidade, um tipo de documento que tem a principal função de mostrar as ações da empresa em relação a sustentabilidade social e ambiental de seus projetos, segundo a própria empresa, à luz do que determina a *Global Reporting Initiative (GRI)*. (VALE, 2006, p.2).

No início, as iniciativas ligadas a questão social e custos ambientais existiam muito pontualmente na empresa. O principal exemplo, esteve na criação da Fundação Vale em 1998, que incorporava a ideia de um fundo de desenvolvimento social, para aplicar em educação, saúde e infraestrutura no entorno dos seus projetos, com fins a mitigar riscos relacionados a um ambiente de pobreza, gerador de doenças, que poderia atingir a segurança do seu trabalhador. Do ponto de vista ambiental, já havia uma legislação em vigor no país, que impunha a obrigatoriedade de adequação. Nesse período, esses riscos eram tratados apenas através da contratação de seguradoras, não tendo grande impacto na sua estrutura administrativa interna.

Somente a partir do relatório financeiro de 2005, apareceu uma nova demanda de risco social que advém das tensões sociais no entorno dos seus projetos. Dessa forma, parece interessante a distinção feita por Acselrad e Pinto (2009: p. 61) entre essas duas categorias de risco social, na qual trabalham as corporações, e que se faz bastante visível nos relatórios da Vale. O risco social relacionado a pobreza é de uma natureza e pressupõe uma política, o risco social relacionado ao conflito, assume outra natureza e consequentemente outras estratégias de ação.

Essa é a inflexão destacada nos relatórios da Vale. O aparecimento de uma nova forma de risco social, ligado ao conflito com a região do entorno, que se não contido, poderia atingir diretamente a sua produção. Isso fez com que a empresa buscassem novas tecnologias sociais, indo além dos seguros e de políticas voltadas à saúde do seu trabalhador. É nesse contexto, que a Vale afirmou sua nova estratégia em relação aos riscos: “Pensar globalmente mas agir localmente” (VALE, 2014, 291). E de que forma?

Acselrad e Pinto (2009) chamam a atenção para algumas dessas tecnologias sociais que têm se destacado no mundo corporativo. Primeiro, a antecipação do risco, que pressupõe uma conexão com a comunidade para resolução de conflitos prévios. Nesse caso, as empresas

precisam conhecer muito bem o local onde será implantado determinado projeto, conhecer a cultura local, o que pode ser negociado, mapear os *stakeholders*, em busca de estabelecer canais de diálogos. Geralmente essa função é cumprida por consultorias especializadas em tecnologias sociais que são contratadas pela empresa. De posse dessas informações do local, há possibilidade de uma ação prévia sobre as possíveis tensões sociais, que os autores chamam de *just in time* de resolução de conflitos (idem, 2009, p. 55).

A segunda estratégia empresarial seria, finalmente, a obtenção do consentimento, que não se trata de:

Uma suposta dinâmica de democratização do processo, mas sim, a formalização das vias materiais de obtenção do consentimento pelo investimento de partes (mais ou menos “residuais”), dos rendimentos das empresas, na construção “da autoestima” das populações afetadas. (idem, 2009, p. 58)

Dessa forma a empresa objetiva garantir uma disposição social para aceitar os riscos, em troca de emprego, cursos profissionalizantes, materiais escolares, campanhas de saúde, incentivo a formação de cooperativas, criação de fundações sociais, agências de desenvolvimento, dentre tantos recursos dos chamados Programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Sobre esses programas Acselrad, destaca:

A ideia que aqui privilegiamos, é de que o que estaria em pauta seria, antes, não propriamente a “responsabilidade”, mas a “responsividade” empresarial às críticas - a saber, a capacidade de resposta que corporações buscam demonstrar frente às denúncias dos efeitos sociais e ambientais danosos de suas práticas, o que situa a ser no âmbito das ações de apropriação da crítica e antecipação de conflitos, ou nos termos de Boltanski (2013:p.442), “dos dispositivos que permitem conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes ou mesmo ampliá-las (2018, p. 37).

Assim, essas corporações vão criando os seus territórios através dessa forma de dominação. Entretanto, muitos desses consensos fictícios tendem a viver em conflito com a realidade de exclusão advinda desses projetos, e nessa hora surge o horizonte de coerção, como uma terceira estratégia para contornar o risco social:

O horizonte de coerção é uma ordem fundada na violência, definida como... “qualquer ação ou omissão intencional que causa dano ou pode causar dano a um indivíduo e que, em última análise, perturba ou restringe sua capacidade para desenhar a vida em liberdade” (SANMARTÍN, 2008 *apud* OROZCO 2018, p. 87).

Pode-se destacar ações diversas nesse sentido, que caminham em paralelo com as estratégias de consenso. Dentro da estratégia de coerção está uma ostensiva vigilância nas áreas do entorno desses projetos, geralmente feita por empresas de segurança contratadas, que realizam rondas, determinam áreas de restrição, realizam revistas aos moradores e até ameaças.

Não só as empresas terceirizadas de segurança são açãoadas por essas corporações, o Estado também o é, principalmente por sua estrutura jurídico repressiva, através de criminalização de movimentos sociais e lideranças. A mediação do Estado representa o principal canal açãoado pela empresa para o exercício da coerção em relação aos conflitos. Um caso muito exemplar nesse sentido, aconteceu em 2008, quando a empresa Vale entrou no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com um pedido de multa de R\$5.000,00 a João Pedro Stédile, caso ocorresse qualquer manifestação política do MST, no arredor das instalações da empresa. (DIAS; CARVALHO; MANSUR, 2013, p. 45).

Outra forma de coerção trata-se do cercamento das terras. Essa questão foi denunciada pela população residente no entorno do projeto da Vale na Serra da Gandarela, Minas Gerais: “eles (os representantes da Vale) querem assim, comprar 30 hectares aqui, na frente mais 40, depois mais 100. Vai ligando, vai fazendo um corredor, só fechando nós (os apicultores)” (ROJAS; PEREIRA, 2015, p. 37). O isolamento social acaba impondo uma coerção no sentido da venda de suas terras.

O monitoramento clandestino de lideranças, também tem aparecido como uma estratégia de coerção utilizado por esses grandes grupos. Em 2013 estourou uma denúncia de um ex-funcionário da Vale, sobre a existência de um departamento na estrutura da empresa, criado exclusivamente, para o monitoramento dos movimentos sociais e lideranças que atuavam nos estados onde havia seus projetos minerários. Além disso, também foi denunciada a infiltração de um funcionário do Consórcio Norte Energia, nas reuniões do Movimento Xingu Vivo, este que foi um movimento social ativo contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Todos esses exemplos, se configuram como novas formas de segurança empresarial, que buscam na *expertise* militar suas formas de atuação.

O consenso e a coerção não se excluem entre si, são tomadas pelas corporações como estratégias de controle social e ressignificadas de acordo às suas necessidades. Nota-se que, aqui, a intenção foi caracterizar as novas estratégias de gestão do território de grandes mineradoras, como a Vale, diante de conflitos territoriais. Dessa feita, não foram tratados exemplos relacionados especificamente ao projeto S11D, que ficaram para o próximo capítulo da tese. Neste tópico buscou-se demonstrar que empresas, como a Vale, organizam e controlam uma ordem territorial, de acordo com a emergência que se impõe diante de um processo de

acumulação, cada vez mais espoliativo do meio ambiente onde estão inseridos. Quando se fala de um processo de territorialização capitalista, está também se referindo a um determinado espaço de gestão estatal. Por isso, destaca-se na próxima sessão a forma como essa ação territorialista da empresa foi tratada pelas políticas governamentais de gestão do território na Amazônia paraense.

2.2 O Estado e a construção do território da mineração em Carajás

Este tópico do capítulo, tratará da formação do território da mineração na região de Carajás, buscando ver de que forma foi se constituindo uma aliança regional entre a CVRD, o Estado e a fração agrária local, para o controle territorial.

O planejamento estatal que impunha uma gestão territorial específica para integração da Amazônia ao território nacional, inicia-se por volta da década de 1960, com a Operação Amazônia e os Planos de Desenvolvimento. O sentido desses planos estava em garantir a propriedade da terra, na mão de uma fração dominante nacional e internacional que pudesse desenvolver economicamente a região, mantendo-a longe de tensões territoriais locais. A fase de integração definitiva da região ao capital internacional deu-se através do Programa Grande Carajás-PGC, que fechou a conformação de uma aliança entre o Estado autoritário, a fração agrária e minerária.

Antes de discorrer sobre esse período, ressalta-se uma distinção conceitual entre o planejamento estatal e a gestão do território, feita por Becker, para efetiva compreensão da força de cada um desses instrumentos e dos atores envolvidos:

O planejamento tornou-se o instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal para ordenar o território segundo a política e a estratégia estabelecidas. Por sua vez, a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações. (1991, p. 178)

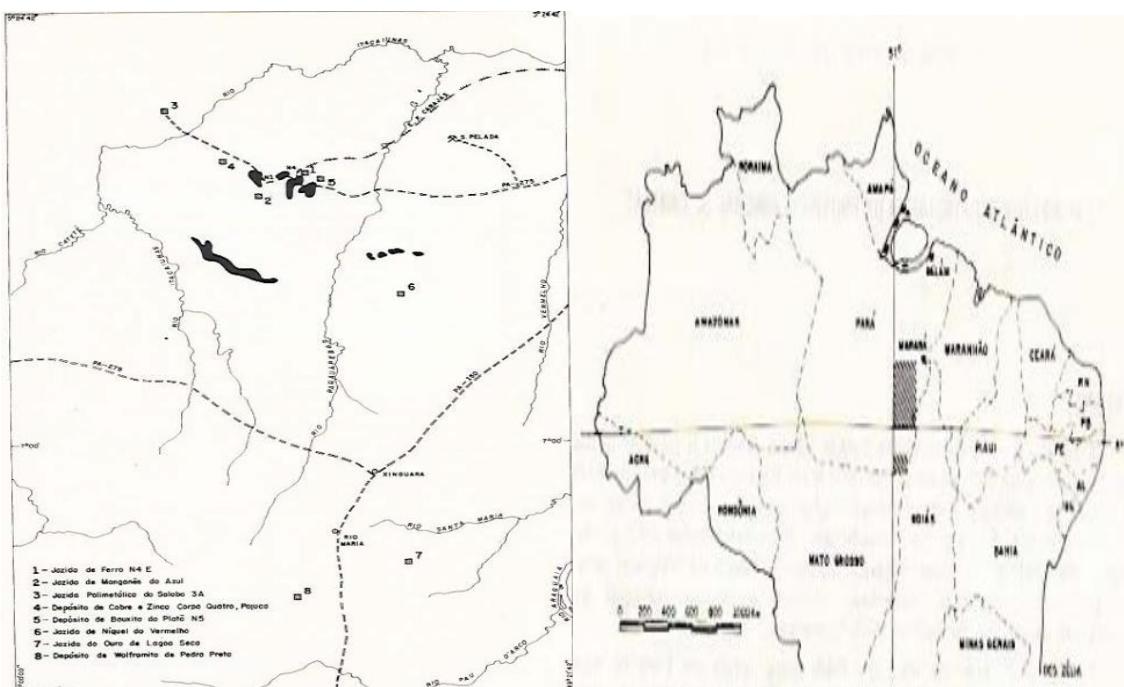
Nesse sentido, o planejamento é uma prática exclusivamente estatal, enquanto a gestão territorial se trata de uma relação que pode ser conduzida tanto pelo Estado como por grandes empresas em favor de um determinado projeto, conforme visto anteriormente na gestão territorial da Vale. Isso não significa dizer, como afirma Draibe, que o planejamento é um mero reconhecimento da ação intervencionista do Estado, é também a possibilidade de controle da ação estatal, do seu rumo e ritmo, conforme interesses de poder, assim afirmava Simonsen: “deveria compor-se das forças vivas da nação” (apud DRAIBE, 1985, p. 372).

2.2.1 Planejamento estatal e o monopólio da terra na região de Carajás

A política de planejamento estatal para Amazônia foi marcante entre 1960 e 1980. As primeiras políticas tiveram a centralidade regional no monopólio da terra, favorecendo frações oligárquicas tradicionais e novos fazendeiros que migravam para região. Nesse caso, busca-se demonstrar que a importância do controle da terra por essas frações do capital agrário, cumpriu um papel importante ao processo de territorialização da mineração na região, que viria posteriormente.

A região de Carajás, refere-se a uma ampla área rica em recursos minerais diversos, localizada onde hoje conhecemos como a região Sudeste e Sul do Pará. (ilustração 33)

Imagen 9 - PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS. LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DEPÓSITOS MINERAIS (1988)



Fonte: CVRD, 1988, p. 7

Em 1950, os dois principais municípios dessa região eram Marabá, no Sudeste e Conceição do Araguaia, no Sul do Pará. Em Marabá, havia se consolidado mais fortemente a atividade extractiva da castanha. As áreas de castanhais eram terras livres, assim como o trabalho de extração da castanha, que se dava sem patrões diretos. Nessas terras vivia uma população local que subsistia dos produtos da floresta (caça, pesca, frutos, etc), mas também de pequenas lavouras. Na ocasião da safra de castanha, muitos se convertiam em coletores, o que lhes

garantia uma pequena fonte de renda monetária, na medida em que o monopólio do preço cabia aos comerciantes, que os mantinham sob bases de uma exploração indireta. (EMMI, 1987, p.71).

O poder político e econômico concentrava-se nas mãos dessas oligarquias que dominavam o comércio de castanha. Pode-se afirmar, que essa atividade, por mais que cercada de relações pré-capitalistas, colocava esse território no circuito do mercado mundial, de forma menos determinante do que fora o comércio do caucho na Amazônia, no início do século, mas ainda assim com capacidade de conduzir economicamente a região.

Em Conceição do Araguaia, ao Sul da província de Carajás, a atividade da borracha havia sido mais vívida do que a do caucho, no entanto, logo no início do século XX, a crise do monoextrativismo da borracha Amazônica praticamente fez sumir essa atividade na região. Entre 1912-1960 prenominou no município uma economia camponesa de subsistência, também com terras livres. (IANNI, 1978, p. 87).

A maioria das terras de castanhais estava sob a ingerência do Estado, consideradas como de servidão pública, mas concedidas à foreiros ligados a atividade extrativa. Progressivamente, seja pelo aforamento perpétuo (Lei 913/54 do Estado do Pará) ou pela compra direta, esses foreiros iam se transformando em proprietários dos castanhais, que se constituíam em enormes extensões de terras. Só no município de Marabá, já existiam pelo menos dez castanhais que se converteram em propriedade privada, totalizando uma área de 48.795 hectares (EMMI, 1987, p.79). Conforme o comércio da castanha entrava em crise, a centralidade da terra crescia em importância econômica. Isso ocorria principalmente, porque nesse mesmo período, a região passava a sofrer forte intervenção do planejamento nacional do governo JK, com políticas que iriam tencionar a posse da terra na região.

Em 1966, foi criado um conjunto de medidas que ficou conhecida como Operação Amazônia, que se pautavam na necessidade de abrir a região ao capital nacional e internacional. Nesse conjunto de medidas, esteve envolvida a criação de duas instituições importantes que foram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM (Lei 5173/66) e o Banco da Amazônia S/A-BASA (Lei 5172/66); além, da expansão da malha rodoviária, constituição de política de incentivos fiscais (Lei 5174/66) e do Programa de Integração Nacional-PIN (decreto lei 1.106/70), que trouxeram impactos diretos à região de Carajás.

No decorrer da década de 1960 até o início dos anos 1970, duas importantes rodovias federais, a Belém-Brasília e a Transamazônica, abriram a região para um novo ciclo econômico. A rodovia Belém-Brasília foi o principal eixo rodoviário de ligação entre a nova capital federal e a região Amazônica, através dela a vida econômica regional foi polarizada pela dinâmica

comercial do centro-sul do país (HÉBETTE, 2004 v.1, p. 127). Apesar de não cortar diretamente a região de Carajás, pela sua proximidade, sofria os impactos econômicos e de fluxo migratório que seguia pela rodovia.

A Transamazônica, saiu do papel, quando as obras da Belém-Brasília já estavam quase concluídas, no início dos anos de 1970. Nessa década, o planejamento para região passava a se organizar via Planos de Desenvolvimento da Amazônia-PDA. No primeiro PDA (1972-74), destacam-se justamente as obras da rodovia Transamazônica, sob a ingerência do Ministério do Transporte e cumprindo metas do PIN. Constava de seu planejamento cortar a Amazônia brasileira, na sua porção longitudinal, saindo de Picos no Piauí e terminando em Cruzeiro do Sul, no oeste do Acre, por onde se pretendia desenvolver núcleos de colonização dirigida, numa perspectiva fortemente massificada no país, do vazio demográfico regional, que foi traduzido no slogan “terra sem homens para homens sem-terra”.

Na região de Marabá, o PIN proporcionou, entre os anos de 1971-72, a instalação de cerca de 600 famílias em um núcleo de colonização dirigida, o que era um número considerável para uma população que não passava dos 32.000 habitantes (CARDOSO; MULLER, 1978, p. 152). Cabia ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, organizar territorialmente esses núcleos de colonização, criando critérios para seleção dos colonos, distribuição dos lotes e incentivo produtivo nos primeiros anos. Na verdade, estavam implícitos nesse programa de colonização, a redução de conflitos agrários no nordeste brasileiro, o disciplinamento do povoamento espontâneo que vinha pela rodovia Belém-Brasília e, a formação de potencial de mão-de-obra, para aproveitamento dos projetos previstos para região a partir do Plano de Valorização da Amazônia (Lei 5.173/66).

Além dessas políticas, contidas no I PDA, ressalta-se também a constituição do projeto Radar da Amazônia-RADAM, que buscava estimular as pesquisas geológicas, e realizar um mapeamento dos recursos minerais da região.

O II PDA (1975-79), já foi constituído sob profunda instabilidade econômica nacional, e o reflexo disso expressava-se na nova forma do Estado nacional enxergar a região, agora com um papel estratégico de produtora de produtos agrominerais. Assim, foi constituído o Polamazônia, um programa especial que definia polos agropecuários e mineradores, onde coube ao Estado ofertar fartos incentivos fiscais e creditícios para empreendimentos empresariais que viessem a se instalar na região.

Essa política se sobrepôs aos programas de colonização do período anterior. A justificativa do Estado é que o incentivo migratório havia superado a capacidade de coordenação do INCRA, transplantando-se, dessa forma, para a Amazônia, os problemas

agrários do Nordeste (ALMEIDA, 1991, p. 266). No entanto, essa mudança política coincidia com uma viagem do ministro do planejamento, feita à Amazônia em 1973, que juntamente com um *pool* de empresários, teve o intuito de apresentar o potencial empresarial da região. Pouco tempo depois dessa visita os documentos da SUDAM já anunciam a Amazônia como região ideal para pecuária, o mesmo ocorrendo com os programas de aplicação do BASA, que migravam das culturas agrícolas para pecuária. (CARDOSO; MULLER, 1978, p. 159). O que se pode concluir é que a política de colonização dirigida do governo para essa área da Amazônia representou um hiato necessário ao contexto de pressão advinda do campo durante a década de 1960, e não uma estratégia de ocupação da região. Sua condição de desenvolvimento sempre esteve vinculada a reserva de recursos naturais, que deveriam ser explorados pelo capital nacional e estrangeiro. Portanto não houve um abandono de uma política, mas a retomada do eixo.

A região de Carajás foi fortemente impactada pelos incentivos fiscais. Em todo o eixo da rodovia Belém-Brasília e no Araguaia paraense, foram fartos os créditos da SUDAM para agropecuária, além da concessão de incentivos fiscais. Estes, consistiam numa dedução de 75% do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, o que representava uma forte atração para que grupos empresariais viessem a se instalar na região. Esse foi o caso de grupos agropecuários (Lunardelli, Ometto, Junqueira), frigoríficos (King Ranch, Swift, Sadia), industriais (Volkswagen, Villares) e inclusive bancários (Bradesco, Bamerindus, Bozano-Simonsen, Mercantil de São Paulo). (HÉBETTE, 2004 v.1, p. 127). A maioria desses grupos apropriou-se de terras na região de Conceição do Araguaia, onde as mesmas eram tidas como devolutas, por estarem, na sua grande maioria, sob a posse de pequenos colonos. Nessa, formou-se uma aliança direta entre o Estado e empresas, sob a égide do grande capital (IANNI, 1978, p. 227), cuja materialidade regional, estava na posse da terra por esses grupos e consequentemente, na expulsão de milhares de famílias camponesas que nelas residiam.

Em Marabá, a aliança Estado-empresa, precisou se expandir para incorporar a fração oligárquica castanheira. Segundo Emmi (1987), essa relação foi produto de uma pressão efetiva dessa fração sobre o Estado, na medida em que se via ameaçada pela perda, tanto do poder local quanto de suas terras. Marabá passou a se constituir como o núcleo administrativo da região, concentrando vários órgãos executores da política nacional, deslocando o centro de decisão política e alijando esses antigos oligarcas do poder decisório que sempre tiveram. Nesse período, já lhes era claro, que a terra havia se tornado uma mercadoria, como era anteriormente a castanha, e que, portanto, a transformação dos títulos de aforamento em título definitivo de propriedades, garantiria a eles essa reserva de capital perdida com o declínio da atividade do

caucho. Essa foi a principal pressão desses grupos sobre o Estado e ao que parece, teve o efeito desejado, considerando que na região de Marabá, a apropriação da terra dos Castanhais pela antiga oligarquia, foi de 68,7%, enquanto pelos novos grupos capitalistas, vindos para região, por conta dos incentivos fiscais, ficou com 31,3% (EMMI, 1987, p. 121).

No geral, essa política de pólo agropecuário trouxe pouco efeito transformador nas formas de produção existentes na região, muito mais refletiu o processo de acumulação desses grupos, através do controle capitalista de recursos naturais, como terra e madeira, além dos próprios incentivos fiscais, que incidiam sobre seu capital. Por outro lado, foi responsável por uma mudança profunda na sua estrutura fundiária (HÉBETTE, 2004, v.1 p.128), a superfície média das fazendas incentivadas passou a ser de 18.000 ha, algumas chegando a 600.000 ha (CARDOSO; MULLER, 1978, p.161). Esse é o momento das grilagens de terras nos cartórios locais, da derrubada das matas nativas para o plantio de capim e construção das cercas dos latifúndios, além da expulsão da população tradicional e de colonos de suas terras.

Todo esse movimento não se seguiu de postos de trabalho. O interesse do capital pela terra, se cruzou com o dos colonos e posseiros, através dos conflitos fundiários e não pelo trabalho. (HÉBETTE, 2004, p. 66). Onde mais se concentrava as terras mais aumentava os conflitos. Na região do Sul do Pará, conhecida como Bico do Papagaio, foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra –CPT, 245 assassinatos nos primeiros cinco anos da década de 1980 (PEREIRA, 2013: p. 161), além disso centenas de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras de forma violenta, não só por pistoleiros das fazendas, como pela própria polícia do Estado do Pará, muitos dos quais, sob a alegação de organização de guerrilhas rurais.

Para tratar da questão fundiária na região, foi criado pelo governo federal, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT (decreto lei n 1767/1980), que possuía ingerência sobre uma área de 450.000 km², dos quais 60% estava no Pará nas regiões do Sudeste e Sul do Estado, 22% na parte norte de Goiás, e 18% envolvendo municípios do Maranhão (VALVERDE, 1989, p. 110). Era um órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, para atuar sobre os conflitos no campo, num claro processo de militarização da questão agrária.

O resultado dessa política na região, foi a consolidação de enormes latifúndios, com um desenvolvimento da pecuária regional, aquém do projetado pelo Polamazônia. A fraca economia local, durante toda a década de 1970, foi sustentada pela atividade madeira, responsável por garantir alguns empregos, tanto na derrubada das matas, quanto nas serrarias que brotavam pelos municípios (HÉBETTE, 2004, v.3, p. 67). Através de tecnologias

rudimentares, como a motosserra e o correntão²⁶, modificou completamente a paisagem da região, de floresta densa para pasto, em apenas uma década.

Todo esse processo, violento de apropriação, expulsão e destruição de territórios é característico da acumulação primitiva, descrita por Marx, onde a expropriação da terra (separação do produtor direto dos meios de produção), aparecia como elemento central para formação de um proletariado. No entanto, há de se ponderar que na região essa não foi a principal função do processo de expropriação, nem por parte do Estado nem dos donos das terras. Para estes, a propriedade fundiária lhes permitiria participar do circuito mais geral de acumulação do capital através da renda da terra, mas também, no caso de grandes grupos, interessava os incentivos fiscais concedidos pelo Estado. Essas propriedades, na sua grande maioria, não se transformaram em empresas capitalistas, mesmo com o desenvolvimento da pecuária, a incorporação de trabalho, sempre foi muito insignificante.

Do ponto de vista do Estado, a Amazônia passava a representar uma região crítica para o contexto geopolítico global (BECKER, 1991, p. 176), justamente pela importância de seus recursos naturais exploráveis, como por exemplo, o recurso energético e mineral. Para um Estado autoritário, isso se revestiu em uma política de tornar a região área de segurança nacional, garantindo com seus aparelhos de repressão a ordem territorial instituída pela grande propriedade privada da terra, contra qualquer forma de conflito. Isso permitiu que o Estado-empresa conduzisse outra parte do processo de expropriação na região, que esteve por conta da implementação do Programa Grande Carajás- PGC.

2.2.2 PGC e a formação do território da mineração

A fronteira da mineração industrial na Amazônia tem uma intervenção recente, datada da segunda metade do século XX: primeiro com a exploração do manganês no Amapá, depois com a bauxita no rio Trombetas, Pará, com a descoberta do complexo mineral de Carajás, e recentemente, com um sem número de outros projetos, que já tomam conta da região. Em todos eles, a relação do capital mineral com o Estado sempre foi decisiva. Neste tópico será trabalhado apenas o avanço da fronteira da mineração sobre o território de Carajás.

²⁶ Correntão é uma técnica intensiva de devastação. Resume-se em uma corrente de 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, presa em cada extremidade a um trator pesado. O dano ecológico provocado por essa técnica é mais severo, porque todas as árvores são derrubadas pela raiz, juntamente com apreciável volume de terra, até 4 a 5 metros de altura, deixando o perfil do solo inteiramente perturbado e vulnerável a erosão. (VALVERDE, 1989, p. 106).

O minério de Carajás foi descoberto no início dos anos de 1960 e, desde lá, estudos geológicos foram afirmando a região como a maior província mineral do mundo. Em 1969 foi concedida autorização de exploração de lavra, por um decreto mineiro, de uma área de 100.00 ha, à CVRD na Serra dos Carajás, que hoje abarca os municípios de Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte (na época, tudo se configurava como extensão municipal de Marabá). Mesmo com essa grande descoberta, a mina de Carajás só teve seu efetivo funcionamento consolidado 20 anos depois, com o lançamento do PGC, em 1980, pelo governo federal.

O PGC abriu efetivamente a região ao “ciclo de desenvolvimento” com base na mineração industrial, e este, “foi o grande vetor de integração da Amazônia como espaço de acumulação mundial” (LEAL, 988, p. 117). A possibilidade de exploração minerária em Carajás sempre esteve presente na ação estatal de territorialização, tanto no II, quanto no III PDA, o que se destaca é que nos anos de 1980, mesmo no marco da crise econômica brasileira, esses investimentos permaneceram como estratégicos ao governo. Nas palavras do então ministro Delfin Netto sobre o PGC:

Quando tivermos Carajás a plena carga, ele representará uma exportação da ordem de 9 a 10 bilhões de dólares por ano. É um acréscimo sobre as exportações normais. Isso significa que a curva de exportações vai se deslocar para cima e vai construir um espaço entre as importações, que constituirá um saldo da balança comercial. É com esse saldo que nós vamos diminuir o nosso déficit em contracorrentes; e é desta forma que vamos diminuir a importância relativa da dívida externa (apud LOUREIRO, 1992, p. 316)

Do ponto de vista da nova configuração geopolítica mundial, nesse período o Japão já havia se consolidado como grande potência siderúrgica, posição ocupada até então pelos EUA. Com um parque siderúrgico muito mais moderno do que o norte-americano, passava a tentar pela importação de uma maior quantidade de ferro. A relação do Japão com a CVRD e o governo brasileiro para pesquisa e exploração de minério na Amazônia, iniciou-se por volta de 1973, logo após a primeira crise do petróleo. Essa parceria culminou na criação da Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e Alumina do Norte do Brasil (Alunorte), complexo minero-industrial de exploração de bauxita e transformação em alumina e alumínio, no município de Barcarena.

Em Carajás, a relação da CVRD sempre foi, desde a sua origem, com os EUA. Em 1970, formou-se a Amazônia Mineração S.A. (AMZA), uma *joint venture* com a Cia Meridional, controlada da *USSSteel*, que detinha 49% do capital da empresa, para exploração de Carajás. A partir de então, iniciou-se os estudos de viabilidade técnico-econômica de exploração dessa

mina, e que foram apresentando a necessidade de vultosos recursos para sua operacionalização, o que para a *USSSteel*, naquele momento, não era viável, haja vista seus gastos recentes para colocar em operação as minas de ferro na Venezuela (VALVERDE, 1989, p.116). Por outro lado, a demanda do mercado japonês pelo minério de ferro, já não conseguia ser sustentada apenas pelas minas do Sistema Sul da CVRD, que já demonstravam exaustão, fato esse agravado pela concorrência com o mercado do ferro australiano, de excelente qualidade e muito mais próximo do continente asiático. Ao Brasil, só restava ampliar sua produtividade, mas o EUA tencionava pelo contrário.

Esse conflito de interesse foi se intensificando, na medida em que seguia os estudos de viabilidade técnica do PGC. A decisão pelo sistema de transporte de minério de Carajás, pelo porto de Itaqui no Maranhão e não pelo porto de Espadarte, no Pará, foi a gota d'água para ruptura entre a *USSSteel* e a CVRD, em 1977. Segundo Silva (2004, p. 308), essa decisão ia muito além de uma polêmica regional, o que de fato estava em jogo, eram disputas de interesses multinacionais poderosos da indústria do aço japonesa e norte-americana, justamente porque o porto de Itaqui conseguiria atender os navios de maior calado, favorecendo a demanda japonesa, fluxo impossível de ser sustentado pela siderurgia dos EUA.

Com a compra das ações da *USSSteel*, a CVRD passou a ser dona exclusiva da Amazônia Mineração, e dirigir seus rumos com maior liberdade. No entanto, teve que enfrentar a necessidade de financiamento desse empreendimento, tanto dentro da própria CVRD, quanto com o governo brasileiro e capitais estrangeiros. A CVRD era uma estatal mista, porque tinha ações distribuídas entre capitais nacionais e estrangeiros, daí que essa empresa sempre teve que lidar com os interesses das divisas nacionais em consonância com o lucro de seus acionistas. Dessa forma, desde o início da década de 1970, a CVRD vinha investindo pesados recursos internos para implantação da planta de bauxita-alumina-alumínio no Pará, o que dificultava dispor a implantação de Carajás, ainda mais sem o capital norte-americano.

Do ponto de vista do Estado brasileiro, o governo Figueiredo (1979-85) estava convencido da importância de Carajás, mesmo diante da crise econômica mundial, que no Brasil se refletia em menor capacidade de obtenção de crédito externo. Nesse sentido, o governo intervém pela volta de Eliezer Batista a presidência da CVRD, para garantir, entre outras questões, a implementação de Carajás. Seu depoimento demonstra o ponto de vista do governo para afirmar a viabilidade do projeto, no contexto da empresa:

Quando assumi, pela segunda vez, a presidência da CVRD, em 1979, a siderurgia mundial estava no fundo do poço. Muita gente afirmava que o fero não tinha mais futuro. Na Europa, várias siderúrgicas estavam fechando,

enquanto surgiam novos materiais que competiam com o ferro, com o alumínio e até com a cerâmica de alta temperatura. Por outro lado, as nossas reservas de Itabira estavam caminhando para exaustão e já sem minério de qualidade. Carajás era e é a possibilidade que tínhamos de substituir o que as reservas do sul mandavam para o mercado. Essas reservas serão mantidas numa cadência que permita a sua exploração por mais 50 anos, pois temos uma comunidade importante em Itabira, e nós queremos que se expanda, se industrialize e prospere. A decisão Dificílima de implantar Carajás, dado o volume de investimento, foi equacionada tendo em vista a extraordinária qualidade do minério das suas jazidas e o seu relativamente baixo custo de produção. Ao mesmo tempo, o projeto permite que ampliemos a nossa pretendida diversificação para anularmos a dependência do minério de ferro. Dentro de cinco ou seis anos, ele terá apenas 50% de peso em nossas atividades, quando atualmente está em 70% (Apud SILVA, 2004, p. 313).

Neste, aparece o objetivo de desenvolver, em Carajás, não só a exploração do minério, mas, aos moldes do que vinha ocorrendo com a exploração da bauxita, também apostar no seu beneficiamento, criando um parque siderúrgico próprio de Carajás, com forte participação estatal. Dessa forma foi criado em 1980 um grupo de trabalho especial sobre Carajás, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que posteriormente deu origem ao Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás. Estava dada a condição institucional para o lançamento do PGC (SILVA, 2004, p. 313).

Constava da espinha dorsal do PGC a exploração de minério de ferro, mas a esse programa foi necessário incorporar a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-UHT que possibilitaria a energia para o projeto, a Estada de Ferro Carajás e o porto do Maranhão, responsáveis pelo escoamento da produção, além da conformação de um polo siderúrgico em Marabá, para beneficiamento de parte do minério extraído.

A construção da barragem de Tucuruí foi uma obra gigantesca, situada na bacia do rio Tocantins-Araguaia, que previa a inundação de uma área de 2.430 km², que seria capaz de gerar em pleno funcionamento 8.000 megawatts de energia (VALVERDE, 1989, p. 53). A decisão por Tucuruí deu-se com a implementação do projeto de alumina-alumínio da Albrás-Alunorte, que dependia da energia hidroelétrica para seu funcionamento. Mas o auge da obra deu-se por volta de 1982, já em função da demanda do PGC. Entre 1982 e 1984, iniciou-se o processo de “limpeza” da área que seria inundada, com supressão da floresta feita pela empresa CAPEMI agroflorestal, através do corte de árvores e aplicação de venenos violentos, remoção de 1.500 famílias e de uma terra indígena de mais de 300.000 ha (VALVERDE, 1989, p. 130). Em 1984 iniciou o fechamento das comportas, ainda sem o término do desmatamento da área, ficando submersos 720.000 ha de floresta, onde apareciam no topo muitos animais, que até então não tinham sido coletados (VALVERDE, 1989, p. 131). Foi um enorme desastre ambiental, que

trouxe consequências sociais, como foi o caso do aparecimento de doenças na população residente no município, proveniente do efeito dos venenos jogados para matar a floresta e dos gases tóxicos da floresta inundada, processo esse, que ficou conhecido como a Síndrome de Tucuruí (VALVERDE, 1989, p. 128). Outros foram os impactos sociais, mas o fato é que a hidrelétrica já estava apta a atender a demanda energética do Projeto Ferro Carajás.

Para superar a distância entre o local de exploração da mina com os grandes mercados mundiais, prevaleceu a construção de uma ferrovia de 900Km, a Estrada de Ferro Carajás-EFC, ligando Carajás no Pará ao porto de Ponta da Madeira no Maranhão, inaugurada em 1985, como novo eixo de integração da região, conforme anunciado pelo presidente da CVRD, Eliezer Batista:

A Estrada de Ferro Carajás-elo fundamental entre a Mina de Serra Norte, no sul do Pará, e o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, não significa apenas a implementação de um simples e frio corredor de exportações, pois na verdade representa uma via de penetração ao coração do Brasil- um verdadeiro eixo de adensamento econômico e social que incorpora a Amazônia Oriental ao processo produtivo nacional. (*apud* SILVA, 2004, p. 328)

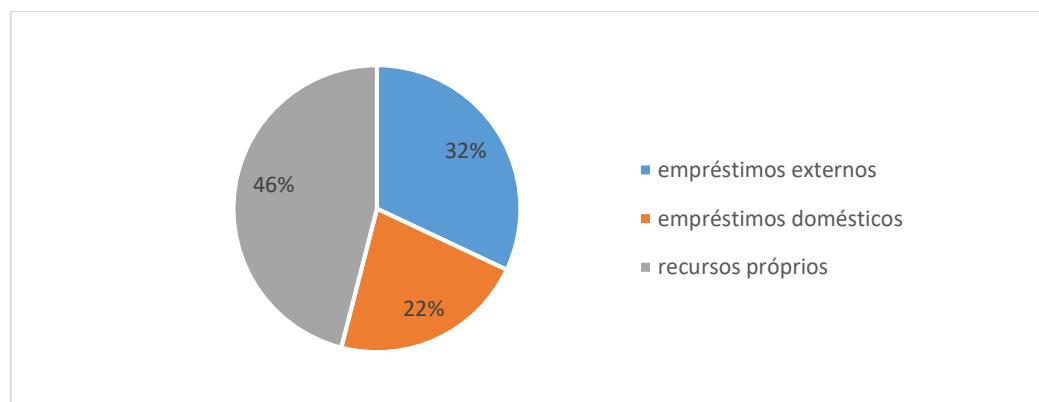
Por fim, havia ainda no contexto do PGC o incentivo à construção de polos siderúrgicos ao longo da EFC, às margens da bacia do Tocantins e do Araguaia. Através da resolução nº13/85, foram estabelecidas zonas industriais nos municípios de Marabá, Parauapebas e Conceição do Araguaia no Pará, São Luís, Açaílândia e Codó, no Maranhão e Araguaína e Filadélfia, em Tocantins, onde se garantiu incentivos fiscais para empresa que viessem a se instalar nesses distritos industriais. Foram implantados 14 empreendimentos, dos quais cinco se relacionavam a produção de ferro gusa e três de ferro ligas, os demais eram outros projetos não siderúrgicos (VALVERDE, 1989, p. 28). Ainda segundo Valverde (1989: p.43) as usinas siderúrgicas nada mais eram do que “fabriquetas de ferro-gusa e ferro-ligas, com capacidade para produzir menos de 100.000 toneladas por ano”, por outro lado, tiveram grande impacto ambiental na região, porque seus altos-fornos demandavam grande quantidade de carvão vegetal, que deveria ser suprido pelo avanço sobre enormes áreas de floresta. Só na região referente ao polo siderúrgico de Marabá, aproximadamente 8.000 km² estavam sujeitos a exploração madeireira para carvoejamento, dos quais pelo menos dois terços estariam em matas densas e o restante em florestas abertas (VALVERDE, 1989, 47). Além disso, as usinas siderúrgicas também demandavam grande volume de água, já que um alto forno consome

3.893.660 dam²⁷ de água mensal. Em Piquiá, no Maranhão, funcionavam quatro altos-fornos que consumiam 1.730.516 dam³/mês ou 1 trilhão e 730 bilhões de litros de água mensal, para uma insignificante produção de 20 toneladas de gusa/mês (idem, 1989, p. 30).

Para operacionalização do PGC foram estimados recursos financeiros que chegavam a uma quantia de US\$ 60 bilhões, entre obras de infraestrutura e o projeto Ferro Carajás. De acordo com o ministro das Minas e Energia, César Cals, essa demanda seria impensável de ser garantida apenas com recursos do Estado ou da CVRD. Para implantação desse programa, tornava-se fundamental o envolvimento do capital privado nacional e internacional. Nesse sentido, o papel do Estado seria o de garantir toda a infraestrutura que tornasse viável os projetos minerários, e, à CVRD caberia a responsabilidade de operacionalizar os recursos para o projeto ferro Carajás, ficando os demais projetos minerais da região, como o de cobre e ouro disponíveis ao capital estrangeiro e nacional. (SENADO FEDERAL, 1981, p. 135).

Mesmo com a conjuntura econômica mundial e nacional desfavorável, a garantia pelo Estado de realização de todas as obras de infraestrutura, e pela CVRD da comercialização antecipada de cerca de 25 milhões de toneladas anuais de minério de ferro a ser produzida por Carajás (SILVA, 2004, p. 318), favoreceu empréstimos financeiros para o Projeto Ferro Carajás, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 25 - CVRD: PROJETO FERRO CARAJÁS. DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO (2004)



Fonte: Silva, 2004, p. 323.

A fonte de financiamento principal desse projeto veio de reinvestimentos de capital da própria empresa, devido a grandes questionamentos que pairavam sobre o Estado, em função

²⁷ O dam³ (decâmetro cúbico) equivale a 1 milhão de litros

de concessão de financiamento público para um projeto, diante do déficit do país (SILVA, 2004, p. 323).

Vencido o obstáculo financeiro, foram se estabelecendo na região, pela primeira vez, modernas forças produtivas intimamente integradas ao vetor de acumulação mundial, seja através da exportação do ferro, ou como palco de um grande mercado consumidor:

Desde 1960, a Amazônia tinha-se tornado um excelente mercado para engenharia, as construtoras, os fabricantes de equipamentos; tinha implantado rodovias megamétricas e asfaltado uma delas, instalado redes de telecomunicações usando micro-ondas e satélites, criado uma rede de portos e aeroportos modernos. Era a infraestrutura básica para trocas ágeis de informações, produtos e pessoas indispensáveis a uma gestão capitalista. Ela ia ser completada, progressivamente pela formação de uma malha de instituições financeiras e de agências bancárias, que agilizassem, por sua vez, o movimento arterial de dinheiro até as sedes dos menores municípios e até canteiros de obras. Em cima dessa infraestrutura geral se construiu a infraestrutura própria do Carajazão: mina, hidrelétrica, ferrovia, portos, fábricas de alumínio.[...] Somam-se milhões de m³ de argila compactada, milhões de m³ de concreto, milhões de metros de trilhos de dormentes, milhões de cabos de alta tensão, milhões de toneladas de minério de ferro e milhões de quilowatts de energia elétrica. Isso representa muita venda para fábricas de cimento, as serrarias, as siderúrgicas, as indústrias de material mecânico-inclusive as indústrias de ponta. (HEBÉTTE, 2004, p. 63).

Dessa forma, relações sociais capitalistas foram demolindo formações sociais locais, pela necessidade do monopólio das fontes de matéria-prima, sem necessariamente subsumi-las a essa nova lógica imposta.

A remoção dos “obstáculos regionais” pelo PGC, contou com o papel decisivo de um Estado autoritário, que com a violência institucionalizada, constituiu o território da mineração. Essa forma de violência era necessária, na medida em que a ideologia do desenvolvimento regional, que era imputado tanto a mineração quanto a pecuária, não se coadunava com a realidade de exclusão de amplos setores sociais. Cada vez mais, ficava claro que a criação de valor gerado pela mineração não se refletia numa melhora da condição de vida local, ao contrário, esta passou a ser o principal vetor das expulsões e desigualdades. O descompasso entre o progresso material e a condição social, abriu uma situação de fronteira²⁸, que mesmo a força da repressão não foi capaz de fechar.

Nesse período, o planejamento regional para Amazônia, por mais que profundamenteencionado pelos mercados internacionais, estava amarrado diretamente a um capital estatal da

²⁸ A definição de fronteira nesse caso, refere-se essencialmente lugar de alteridade (MARTINS, 2009, p.133).

CVRD, que o colocava numa conexão íntima com a economia brasileira. Segundo a perspectiva será observado o avanço recente do território da mineração para Serra Sul de Carajás, num contexto histórico conjuntural bastante distinto da época do PGC, o que permite ressaltar especificidades dessa territorialização direta do capital.

2.3 Avanço do território da mineração para Serra Sul de Carajás a partir do século XXI

O foco de observação do avanço recente da mineração da Vale na Serra Sul de Carajás, será o município de Canaã dos Carajás, onde localiza-se o projeto mina S11D. Canaã dos Carajás está localizado na região geográfica intermediária de Marabá e imediata de Parauapebas²⁹, estado do Pará.

Imagen 10 - LOCALIZAÇÃO DE CANAÃ DOS CARAJÁS NO PARÁ



Fonte: WIKIPEDIA. Raphael Lorenzeto de Abreu.

Encontra-se situado entre os municípios de Parauapebas, Curionópolis, Água Azul do Norte, com quem faz limite direto, além de Sapucaia e Xinguara, que se configuram apenas como municípios vizinhos.

²⁹ IBGE. Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediata e regiões geográficas intermediarias. Rio de Janeiro, 2017. Na região imediata de Parauapebas além dos municípios de Canaã e Parauapebas, também fazem parte: Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte.

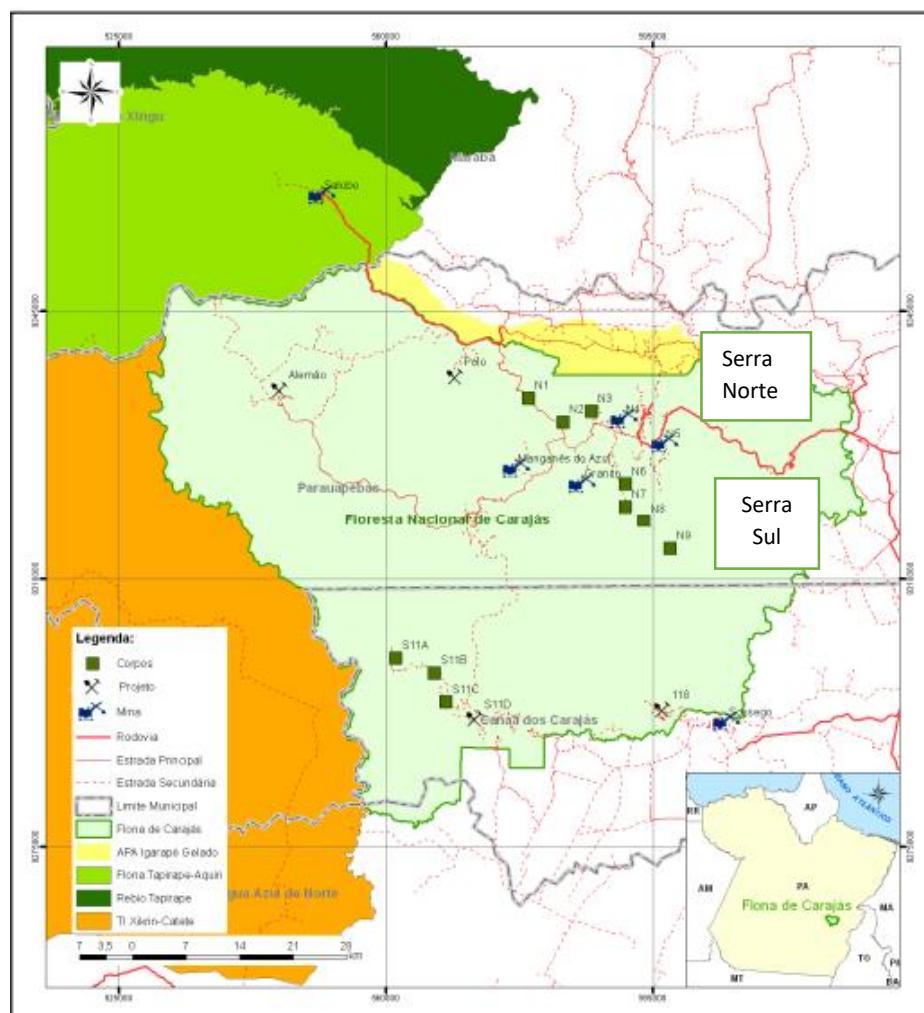
Imagen 11 - CANAÃ DOS CARAJÃS E MUNICÍPIOS VIZINHOS



Fonte: Diagonal, 2007, p. 134.

Além disso, situa-se no eixo Sul da Serra de Carajás, justamente em uma área de expansão da mineração a partir dos anos 2000. Na imagem 12, destaca-se as minas da Serra Norte e Sul, em operação na Floresta Nacional de Carajás.

Imagen 12 - MINAS EXISTENTES NA FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS

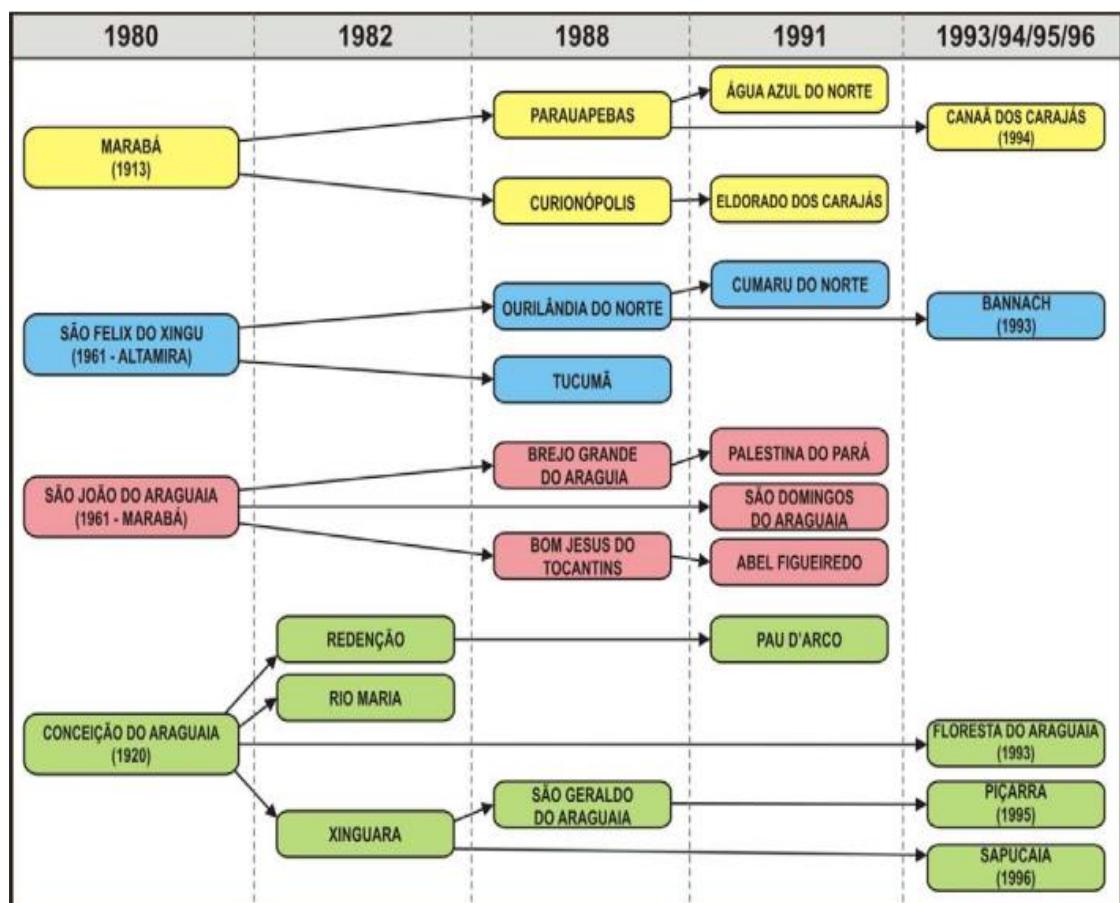


Fonte: ICMBIO, 2016, p.166

2.3.1 Formação histórica do município de Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás originou-se dos municípios de Marabá e Parauapebas. Sua emancipação municipal ocorreu em 5 de outubro de 1994, seguindo um processo aberto desde a década de 1980 de redefinição geopolítica da região, advindo do avanço da fronteira de mineração, protagonizado pelo PGC. A imagem 13 aponta a dinâmica de formação política-administrativa de vários municípios no Sul e Sudeste do Pará, dentre os quais, encontra-se Canaã.

Imagen 13 - DIAGRAMA DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

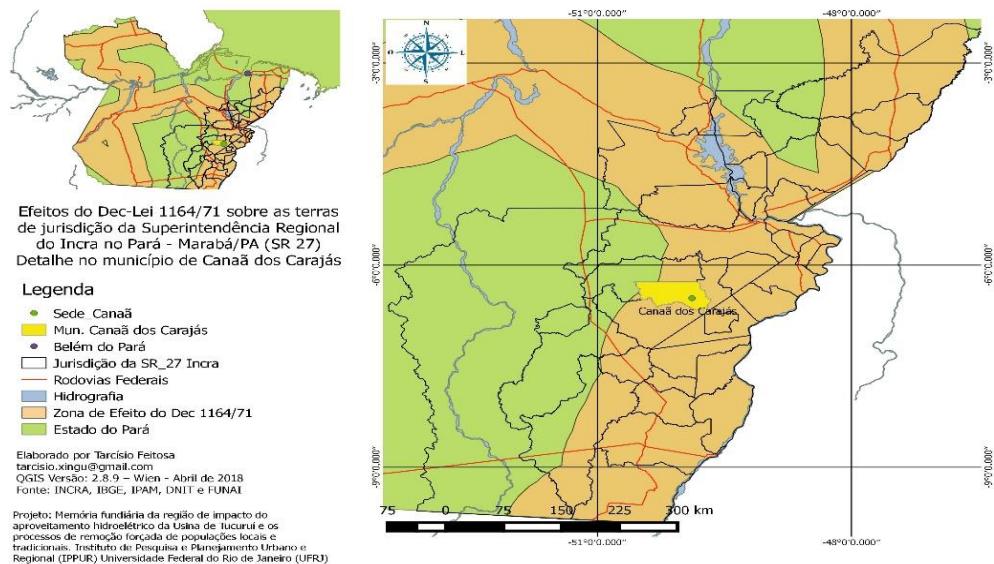


Fonte: Vale, 2010, p. 17

A área onde veio a se conformar os limites territoriais do município de Canaã foi fortemente impactada pelo decreto 1164/71, que federalizou as terras na faixa de cem quilômetros no entorno de várias rodovias federais da Amazônia, motivado pelo aspecto da

segurança nacional. Na imagem 14, pode-se perceber que praticamente todo limite territorial do município estava sob a posse da União.

Imagem 14 - IMPACTO DO DECRETO 1164/71- FEDERALIZAÇÃO DE TERRAS DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS



Fonte: INCRA, IBGE, IPAM, DNIT e FUNAI. Elaborado por Tarcísio Feitosa, 2018.

Dessa forma, pode-se afirmar que Canaã nasce conduzida pelo do Governo Federal, passando a ter seu território sob sua gerência, através do GETAT, responsável por todo o processo de colonização dessa região, entre os anos de 1980 e 1984. Nesse período, no entorno da Serra de Carajás, foram crescendo núcleos populacionais desordenados, que surgiam potencializados principalmente pela dinâmica da mineração, seja através do Programa Ferro Carajás da CVRD, como também pela mineração garimpeira, na Serra Pelada e no Sossego, todos situados na província mineral de Carajás.

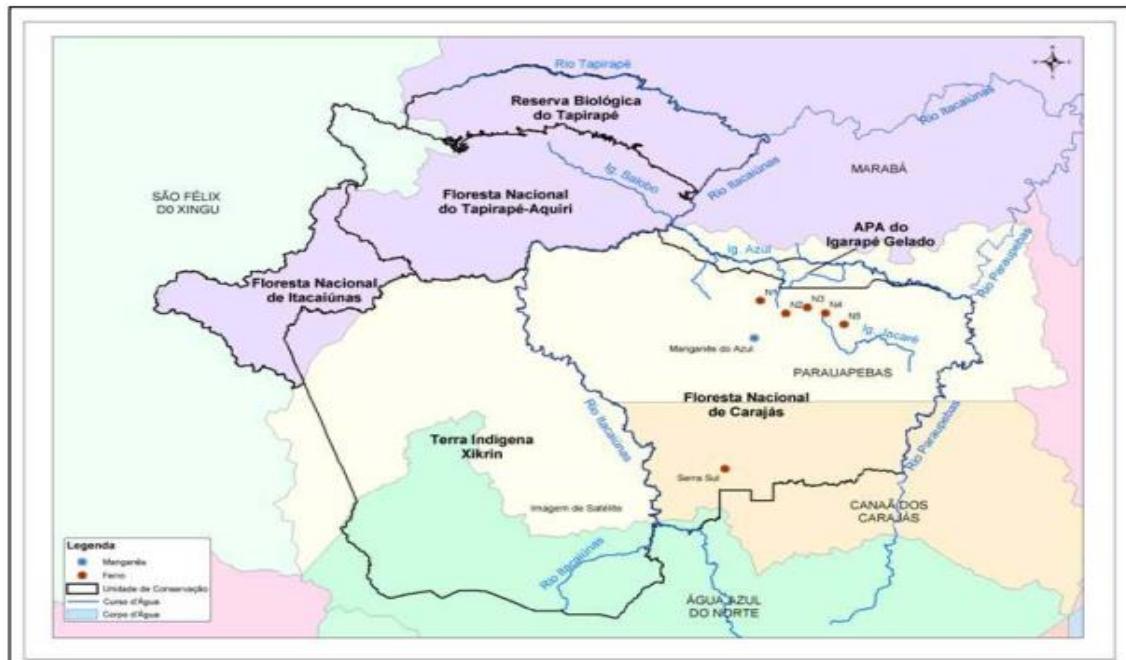
Estima-se que circularam pelo garimpo de Serra Pelada cerca de 400 a 500 mil garimpeiros, vindos de todas as partes do país (VALVERDE, 1989, p. 118). A intervenção federal ostensiva sobre o garimpo, com a mão de ferro do Major Curió, homem de confiança do governo enviado pelo Serviço Nacional de Informação-SNI, não conseguiu conter a horda de garimpeiros que chegavam em busca do ouro fácil. Um pouco mais ao Sul de Serra Pelada, na região onde viria a se desenvolver o município de Canaã dos Carajás, também houve atividade garimpeira de ouro, no chamado garimpo do Sossego, que esteve ativo entre os anos de 1983-85, considerado bem menor do que Serra Pelada, mas movimentando considerável fluxo populacional para área. O fato é que a atividade garimpeira permaneceu como um desafio

a ser solucionado pelo governo e para a CVRD, que precisava manter a região de Carajás sob seu controle.

Por outro lado, o garimpo consistiu em uma fonte de renda local, que após seu término, reforçou a crise de emprego na região, já que esse período coincidiu com o encerramento das principais obras de infraestrutura do PGC, gerando núcleos populacionais precários, que deram origem aos municípios de Curionópolis – região da Serra Pelada, e Parauapebas, na beira do portão de entrada do Projeto de Ferro Carajás, na Serra de Carajás.

Visando estabelecer um controle sobre a área de exploração de mina da CVRD na Serra de Carajás, contra essas ocupações desordenadas, o governo federal foi desenvolvendo uma estratégia de criar um cinturão de proteção, através da implantação de três polos de abastecimento agrícola para o Projeto Ferro Carajás, constituídos como Centros de Desenvolvimento Regional-CEDERE, além da formação de um mosaico de proteção ambiental, formado por várias unidades de conservação e uma Terra Indígena, tendo como centro a Floresta Nacional de Carajás, onde se localizava as áreas de concessões de lavra da CVRD.

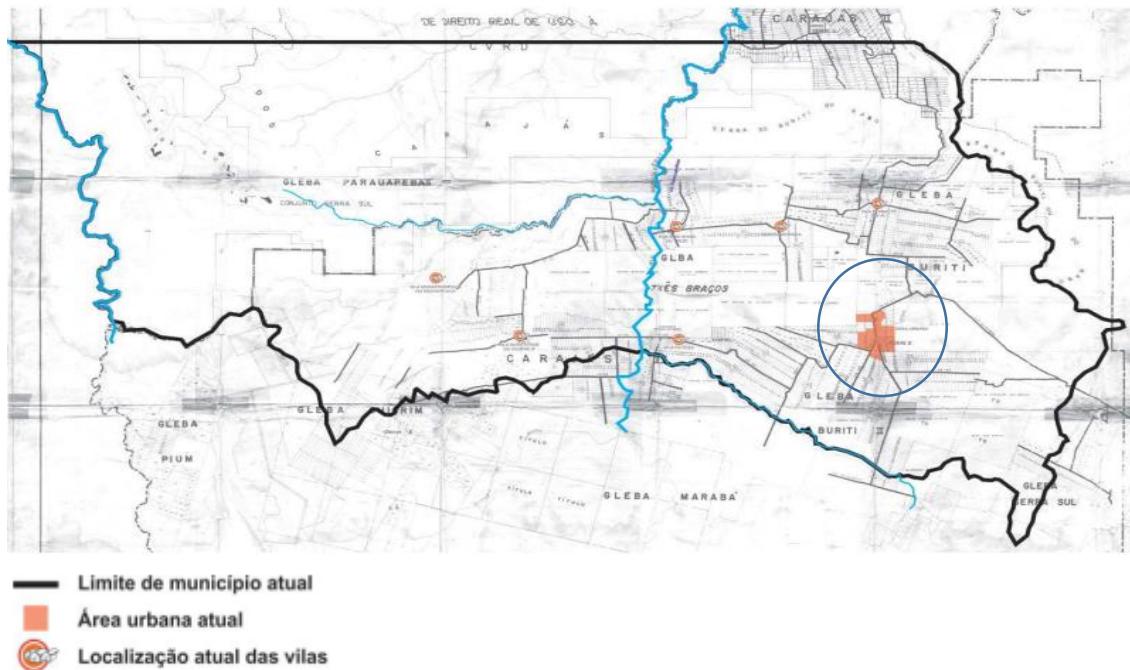
Imagen 15 - ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DAS MINAS DA CVRD



Fonte: Enriquez, 2007, p. 232.

Os Cederes I, II e III, foram implantados pelo GETAT, a partir de 1982, na parte mais ao Sul do então município de Parauapebas. Parte da área do Cedere II concentrava as atividades administrativas e técnicas do GETAT, e onde viria a se formar o núcleo urbano de Canaã. (ilustração 41). Em 1988 o INCRA, através da portaria Mirad/nº1.400, arrecadou 79 mil ha dessas áreas para conformação de três projetos de assentamento (Carajás I, II e III). Os PAs Carajás II e III ficaram localizados dentro dos limites do município de Canaã e o PA Carajás I, em Parauapebas. (INCRA, 1988).

**Imagen 16 - MAPA HISTÓRICO DA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE
CANAÃ DOS CARAJÁS, COM DESTAQUE AO NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO
CEDERE II (1985)**



Fonte: GETAT (1985-1987). *Apud*: PMCC/Diagonal, 2007. p.151

Nesses PAs foram distribuídas 1.551 unidades agrícolas (INCRA, 1988), onde caberia ao GETAT garantir uma infraestrutura básica de moradia, escola, posto de saúde e assistência técnica, além de um salário aos assentados até a produção da primeira safra. Não custa observar que essa ação governamental de colonização pela agricultura familiar, vinha na contramão de um modelo de desenvolvimento regional, que, nesse período, pautava-se em atrair prioritariamente empreendedores agropecuários e minerais. No entanto, essa talvez tenha sido a alternativa mais barata e eficaz para tentar garantir um controle mínimo no entorno da mina

de Carajás, além do que, coincidia com a necessidade de abastecimento alimentar para os trabalhadores da CVRD. Segundo EMATER, a produção agrícola nessas áreas conseguiu abastecer a demanda do PGC, do garimpo e ainda exportar para outros estados como o Maranhão e Bahia:

Aqui era um polo de desenvolvimento agrícola muito grande. Pra você ter uma ideia na época eu fiz um levantamento aqui, a média do Estado, vamos colocar aqui, do feijão, que foi o forte, dava mais ou menos entre 500 a 600 sacas/ ha. Aqui só nessa região tirava uma média de 800 a 1200 sacas/ha, porque aqui tinha duas colheitas uma das águas e outra do verão. E a produção nacional daquela época, do feijão, chegava ao pico de 700 sacas/ha. O milho dava 2.200. (EMATER. Canaã dos Carajás, 20/08/2019)

Com a extinção do GETAT em 1987 (decreto-lei 2328/87), toda infraestrutura básica de manutenção de estradas, energia, posto de saúde, escolas, transporte, prometida aos agricultores recém assentados, foi suspensa, e com ela as condições elementares para venderem sua produção. Segundo o mesmo técnico da EMATER, o governo, através da Companhia Brasileira de Armazenamento- CIBRAZEN, foi o responsável por quebrar a produção familiar dessas áreas, porque não foi capaz de manter a capacidade de venda dos produtos, deixando os produtores nas mãos de atravessadores que determinavam o preço.

Por isso, apenas 10% das famílias assentadas pelo GETAT permaneceram na área, a maioria acabou não resistindo e vendendo suas terras à fazendeiros da própria região ou aos que nela chegavam em busca de terras baratas, ou griladas. (CABRAL *et al*, 2017, p. 42). Assim, foi se desenvolvendo um processo de apropriação ilegal de terras nessas áreas, antes destinadas à reforma agrária, num processo rápido de refundiarização conduzido pela pecuária. Estima-se que a partir da década de 1990 os 4% de estabelecimentos que detinham mais de 5.000 ha, já ocupavam 74% da área do município, enquanto 92% daqueles com até 200 ha detinham apenas 20%. (CABRAL *et al*, 2017, p. 41).

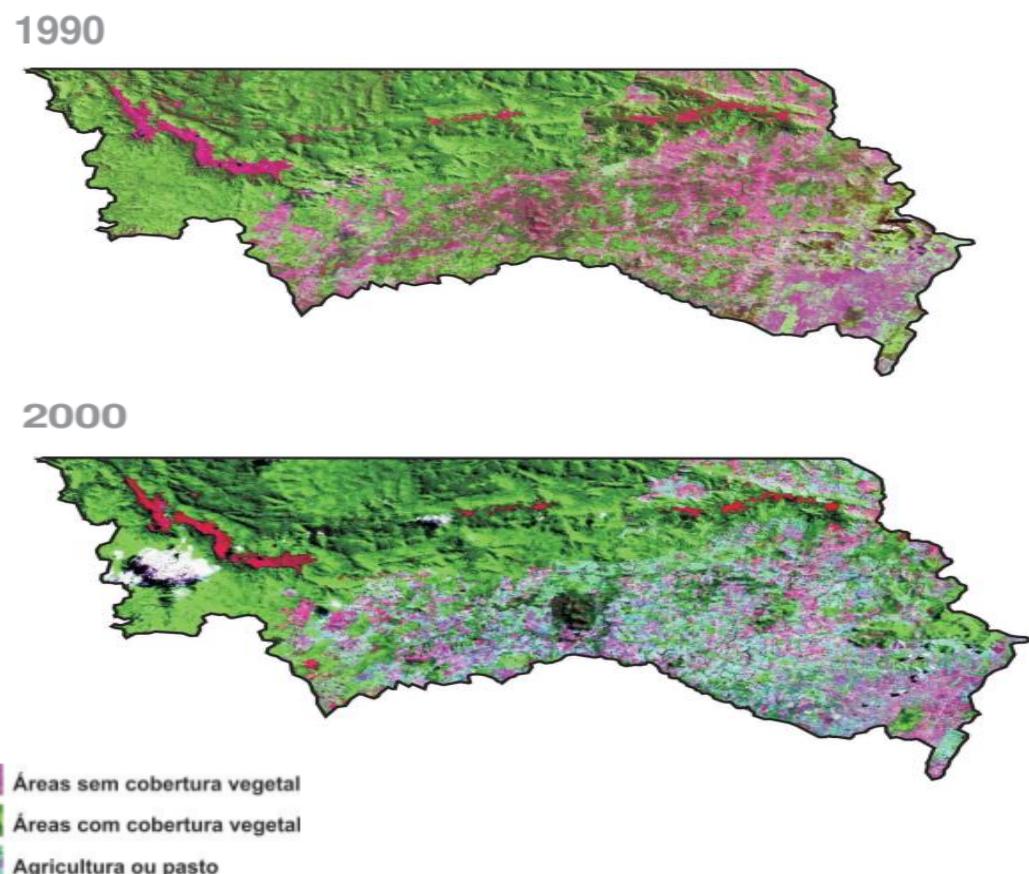
Progressivamente, a base econômica do município se modificou, as terras de pastagem foram se sobrepondo as de lavoura. Alguns pecuaristas já estavam na região antes da instalação dos CEDERES, vindos do Sul do Pará e constituindo as primeiras grandes fazendas, através de uma divisão informal de terras, desconsiderando o fato de que toda essa área era da União, num claro processo de grilagem. As três primeiras fazendas a se instalarem foram Umuarama (que ainda existe no município), Brasília e Três Braços. (DIAGONAL, 2007, p. 53).

A conformação dos PAs na região, de certa forma, bloqueou novas apropriações de terras, mas os fazendeiros locais permaneceram pressionando o pequeno produtor a alugar pasto para que pudessem colocar seus rebanhos, isso os mantinha com um pé nas terras camponesas.

Dessa forma, quando veio a crise agrícola e com a motivação de créditos via FNO, destinados a produção da pecuária, foi relativamente fácil para esses pecuaristas se apossarem das terras dos assentados, por meio de contratos de compra e venda ilegal, muito comum na região, devido à falta de controle do INCRA.

A expansão da atividade pecuária, alterou a paisagem local através do desmatamento massivo de áreas de floresta nativa para conformação de pastos. Além do grande produtor, nas próprias áreas de assentamentos também existiu esse desmatamento. Primeiro, porque o agricultor familiar foi deixando a produção agrícola pela pecuária leiteira, e em segundo, pelo fato do governo obrigá-lo a desmatar 50% de seu lote, para não perder a terra. Como sua condição de pobreza não possibilitava o uso de toda essa área, o aluguel para conformação de pasto tornava-se inevitável. Na imagem 17, pode-se perceber claramente o contorno da Flona Carajás preservado em relação ao avanço das áreas de pasto.

**Imagen 17 - EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO E ÁREA DE PASTO EM CANAÃ,
NOS ANOS DE 1990 E 2000**



Fonte: Diagonal, 2007, p. 141.

Nesse período, a infraestrutura era precária, com estradas de chão, ausência de saneamento urbano, carência de postos de saúde e escola, o que motivou um movimento local pela emancipação do município. Disso resultou a realização de um plebiscito em 1994, que apesar da pequena participação, acabou votando pelo desmembramento de Parauapebas. (CABRAL *et all*, 2017, p.41). Com o resultado do plebiscito, foi realizada uma plenária entre os moradores do núcleo urbano, que decidiram pelo nome de Canaã dos Carajás, em alusão a terra prometida. (DIAGONAL, 2007, p. 59).

2.3.2 Aspectos socioeconômicos de Canaã dos Carajás a partir da dinâmica da mineração

Canaã dos Carajás é um município jovem, com pouco mais de 20 anos, que teve estrutura econômica e social, profundamente modificada após a chegada da mineração industrial. O primeiro grande projeto minerário instalado no município, foi o de cobre da mina do Sossego, que iniciou as obras de implantação em 2002 e em 2004 começou a operar, encontrando-se ativo até os dias de hoje. É um projeto de grande importância para Vale, porque representou sua primeira mina de exploração de cobre. Outro projeto de cobre instalado no município, foi o da mina do 118, a aproximadamente 6 km da mina do Sossego. Este projeto entrou em operação no ano de 2007, parando de operar logo no ano seguinte, em 2008. Neste mesmo ano também se encerrou as operações da Hidrometalúrgica de Carajás, constituída pela Vale, em 2004, para produção de placas de cobre na região. Em 2007, foi aberto o projeto de exploração de níquel Vermelho, que operou entre 2007 e 2009. Finalmente em 2017 o projeto de ferro S11D, com dimensão infinitamente superior aos demais. Como pode-se perceber, num curto espaço de tempo, entre 2002 e 2017, o território de Canaã foi palco de grandes projetos minerários, dirigido por uma das maiores mineradoras do mundo. Assim, neste tópico serão analisadas as mudanças socioeconômicas do município a partir da chegada desses projetos minerários, particularmente na sua primeira fase de expansão, antes do projeto S11D. Eles foram responsáveis pelo crescimento demográfico vertiginoso no município, pois em 2000, antes do início das obras do projeto Sossego, a população de Canaã era de 10.922 habitantes, em 2010 já passava a um total de 26.716, numa taxa de crescimento populacional da ordem de 9,4% em dez anos, enquanto o Pará crescia apenas 2% e o Brasil 1,2% (IBGE/SIDRA). Sua população que se concentrava no meio rural, sofreu também uma forte urbanização, conforme pode ser observado na tabela 5:

Tabela 5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL. MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS (2000-2010)

Ano	Urbana	Rural
2000	3.924	6.998
2010	20.727	5.989

Fonte: IBGE/SIDRA. Censo demográfico 2000,2010.

Até início dos anos 2000 essa divisão entre urbano e rural, sequer poderia ser tomada de forma absoluta, pois mesmo no pequeno núcleo urbano, haviam roças, pastos, atividades agrícolas, que não lhe diferenciava da zona rural, senão por concentrar alguns serviços sociais básicos.

Serviços como saúde e educação eram bastante deficitários. Em 2000 havia 37 estabelecimentos escolares, com 139 professores, o que gerava um elevado contingente populacional com baixa escolaridade. Em relação à saúde, a situação não era menos precária, na medida em que existia apenas uma unidade mista de saúde e quatro postos, sem nenhum leito de internação. (CABRAL *et al.*, 2017, p. 48, 50). Serviços de infraestrutura também seguiam a mesma dinâmica, conforme observado na tabela 6:

Tabela 6 - CANAÃ DOS CARAJÁS. PERCENTUAL DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE E COLETA DE LIXO, SEGUNDO ESTADO E MUNICÍPIOS DE ENTORNO (2000)

LOCALIDADE	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo
Pará	44,87	76,73	21,37	73,81
Canaã	28,40	64,15	0,50	59,84
Média ponderada do entorno	44,19	85,85	16,66	65,81

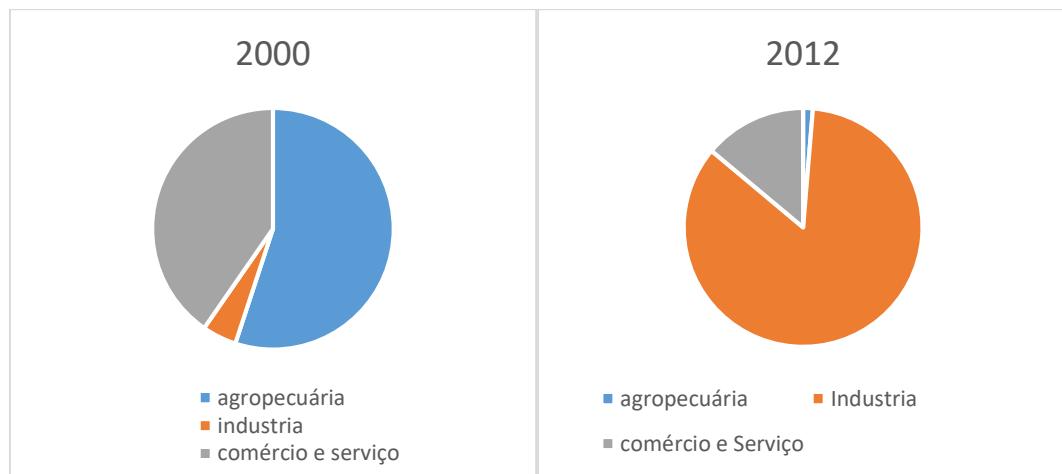
Fonte: PNUD, 2003 *apud* Cabral et al,2017, p. 52

Essa situação era acompanhada de um poder público local ainda em formação, com uma insípiente estrutura administrativa. Nesse sentido, com a chegada da Vale no município, foi estabelecida uma íntima parceria entre a gestão pública e a empresa. Como exemplo, tem-se a elaboração do Plano Diretor do município, em 2007, que se configurou como importante

instrumento balizador para gestão pública, e que foi conduzido, na metodologia de trabalho, pela empresa Diagonal, uma contratada da Vale.

Financeiramente, a arrecadação municipal, advinda da cobrança da CFEM, proporcionou forte expansão das receitas públicas. Em 2001, o PIB estimado de Canaã era de apenas R\$ 17 milhões, com a chegada do projeto Sossego, houve uma elevação percentual de 38,4%. Em 2005, só a CFEM rendeu R\$ 11 milhões, equivalendo a uma renda *per capita* de R\$ 767,00. Em relação ao PIB por setor produtivo, tem-se a seguinte relação (gráfico 26):

Gráfico 26 - CANAÃ DOS CARAJÁS. SETORES DA ECONOMIA SEGUNDO COMPOSIÇÃO DO PIB (2000 E 2012)



Fonte: IPEADATA, 2012

Percebe-se, portanto, que a mineração praticamente hegemoniza a produção local em detrimento de outros setores. Isso gera um fenômeno de dependência econômica dessa atividade, já bastante estudado em outros municípios mineradores, e que ficou conhecido na literatura como a tese da maldição dos recursos naturais e da doença holandesa, ambas identificadas com a ideia de que a mineração tende a travar o desenvolvimento econômico local, pela sua pujança econômica, que gera excessiva especialização (ENRÍQUEZ, 2007, p.112). No geral, essa atividade volta-se para um mercado externo, com poucas conexões produtiva local, ou as que surgem, estão diretamente ligadas a ela, sem potencial estrutural de permanência, após o término da atividade de exploração mineraria.

Conforme visto no tópico anterior, a agropecuária era a atividade produtiva dominante, até a chegada da mineração. Através da tabela 7, busca-se apresentar o impacto sofrido na produção agropecuária do município.

Tabela 7 - CANAÃ DOS CARAJÁS. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (2000 E 2010)

	2000	2010
Área plantada de lavoura permanente (ha)	640	520
Área plantada de lavoura temporária (ha)	2.807	1.932
Área plantada total (ha)	3.447	2.544
Efetivo bovino (cabeça)	176.000	225.000*
Produção de leite (litro)	6.400.000	17.472.000

*Relativo ao ano de 2007

Fonte: IPEADATA/IBGE

Esses dados demonstram uma redução da área plantada. No que diz respeito à lavoura temporária, Canaã que era o maior produtor de feijão do Pará 1990, onde vendia em média 1.500 toneladas/ano, reduziu sua produção para apenas 258 toneladas/ano em 2006 (IPEADATA).

Em relação à pecuária, ao contrário, houve um crescimento do efetivo bovino e da produção leiteira. Este aumento esteve relacionado a ampliação das linhas de crédito para essa atividade, a migração do agricultor familiar para produção leiteira, e também, o processo de especulação com o preço da terra, pressionado pela mineração. Neste caso, segundo a Emater, o que mais se via nesse período era terra “parada”, ou seja, sem produção, apenas na espera da Vale comprar, conforme falavam os agricultores. (EMATER. Canaã dos Carajás, 20/08/2019). Assim, criava-se uma nova racionalidade de uso da terra, fortemente vinculada a especulação imobiliária.

Os dados do INCRA/SR27, na tabela 8, mostram a variação desses preços da terra, na região imediata de Parauapebas. Os anos de referência na tabela, expressam respectivamente, o ano anterior a chegada da mineração no município, quando alguns projetos já estavam instalados, e finalmente, o ano onde já se dava a instalação do projeto S11D.

Tabela 8 - PREÇOS REFERENCIAIS CORRENTES DE TERRAS E IMÓVEIS RURAIS. PARAUAPEBAS, CANAÃ DOS CARAJÁS, CURIONÓPOLIS, ELDORADO DOS CARAJÁS, ÁGUA AZUL DO NORTE. 2001, 2004, 2012

Ano	Valor total do imóvel/ha em (R\$)		
	Mínimo	Médio	máximo
2001	144,00	329,00	515,00
2004	826,00	1.446,00	2.685,00
2012	3.622,00	4.888,44	6.153,93

Fonte: INCRA SR/27

Do ponto de vista ocupacional, novas atividades surgiam como demanda da mineração. Nesse sentido, na tabela 9, verifica-se a dinâmica de absorção de mão de obra de cada setor:

Tabela 9 - NÚMERO DE EMPREGOS POR SETOR. CANAÃ DOS CARAJÁS (2003-2008)

Setor	2003	2008
Construção civil	952	231
Administração pública	135	1,25 mil
Comércio	167	513
Alojamento/alimentação	49	70
Agropecuária	150	88
Indústria de transformação	57	174
Educação	6	102
Saúde/serviços sociais	10	9
Serviços especializados	0	85
Indústria extrativa	0	5*
TOTAL	1.526	2.527

*Referente ao ano de 2010, onde primeiro se identifica trabalhadores diretos na indústria extrativa.

Fonte: Datavida

Conforme pode ser observado na tabela, houve um aumento importante de postos de serviços entre os anos de 2003 e 2008, com destaque ao setor da administração pública, que teve um crescimento de 825% e do comércio com 207%. Por outro lado, os setores da agropecuária e construção civil tiveram decréscimos, na casa de 41% e 75%, respectivamente. Essa tendência refletia a dinâmica de concentração de empregos mais ligados a necessidade da mineração, que possuía uma instabilidade grande, entre os picos das obras de instalação dos projetos e seu término. Deve-se considerar, ainda, que segundo o Censo de 2010, a População Economicamente Ativa-PEA do município, era de 10.512 pessoas, enquanto a PEA com efetiva ocupação³⁰ era de 8.712, atestando um déficit entre a oferta e demanda de emprego. Outro dado que merece destaque, está no grau de informalidade dos postos de trabalho no município que atingiu 54% do total de ocupações, neste mesmo ano. (URBIS AMAZÔNIA, 2014, p. 21)

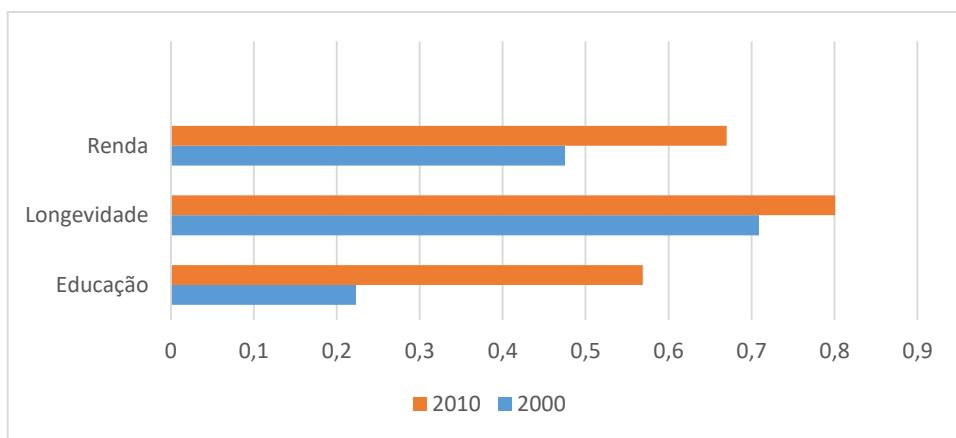
O dado referente ao Índice de Desenvolvimento Humano-IDH do município, entre o ano 2000 e 2010, aponta uma melhora de 0,45 para 0,65. Mesmo assim, esse índice ainda é considerado abaixo do padrão nacional, que em 2010 estava em 0,72. (PNUD/ IPEA e FJP)³¹.

³⁰ Para obter a PEA ocupada utilizou-se da tabela 4.5.1.2 do Censo IBGE-Trabalho-por município do Pará, que mostra dados da população ocupada na faixa etária superior a 10 anos. O IBGE, considera a faixa etária de referência a PEA entre 15 a 60 anos, fiz, dessa forma, a soma apenas do grupo de pessoas ocupadas nessa faixa etária.

³¹ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/canaa-dos-carajas_pa Acessado em 16/03/2018.

Desse índice geral, pode-se observar mais detalhadamente os seguintes sub índices, relacionados a educação, longevidade e renda.

Gráfico 27 - IDH MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES- CANAÃ DOS CARAJÁS
(2000 E 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

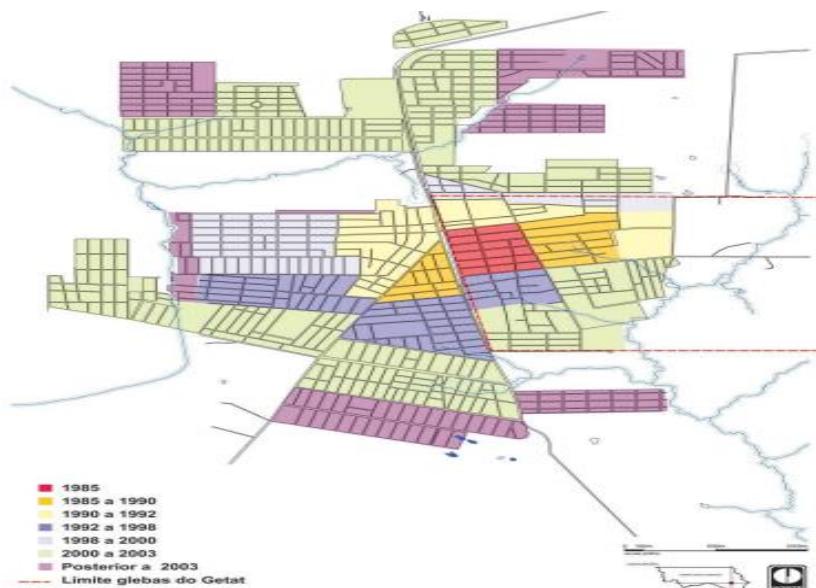
Percebe-se pela figura 60, que em todos os sub índices houve melhorias importantes de desenvolvimento social do município, seguindo um padrão de melhora nacional e estadual. Esses dados podem nos levar a crer, de imediato, que o vetor da mineração atuou positivamente sobre esses referenciais, em que pese a instabilidade de uma economia dependente. No entanto, os mesmos precisam ser relativizados, porque se encontram afetados pela dinâmica da atividade, que impõe, pela sua dimensão, a vinda para o município de profissionais mais especializados, logo, recebendo altos salários e demandando melhor infraestrutura de escolas, hospitais, lazer, moradia, dentre outros, o que acaba por corroborar para o crescimento do IDH geral, encobrindo uma realidade, que pode não estar disponível a toda população local.

Nesse sentido, alguns dados chamam atenção. Em relação a questão da pobreza e desigualdade, em 2010, foram distribuídas 2.369 bolsas-família no município, um número alto, que indica vulnerabilidade social. Além disso, a renda domiciliar *per capita* entre os anos 2000 e 2010, caiu para 54% do salário mínimo. (IPEADATA/IBGE).

Segundo relatório UrbisAmazônia de 2013, foi apontado um déficit habitacional de 72,8% entre famílias com rendimento de 0-3 salários mínimos, além de 76% das habitações urbanas do município estarem inadequadas para moradia. (URBIS AMAZÔNIA, 2014, p.8). Neste mesmo relatório, aparecia um descompasso entre o volume de empreendimentos imobiliários com os programas de habitação popular, conduzidos pelo Estado, como o Programa Minha Casa Minha Vida. No limiar dos anos 2000, a área urbana, que era formada

por antigas glebas do projeto CEDERE II, já estava dominada por imobiliárias locais, como a Moreira Empreendimentos e a JB imobiliária (URBIS AMAZÔNIA, 2014, p. 13). Nesse período, a ausência de qualquer plano municipal de urbanização e habitação, favoreceu que a expansão da malha urbana de Canaã, fosse conduzida pela iniciativa privada com fins a especulação, gerando um vazio de ocupação por um lado, e por outro, um processo de forte exclusão urbana. Na imagem 18, observa-se a evolução do crescimento do núcleo urbano do município.

Imagen 18 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS



Fonte: PMCC/Diagonal Urbana, s/d, p.156

Em relação a saúde, segundo dados do Datasus de 2005, Canaã apresentou 33,4% a mais de internações por doenças respiratórias e infecciosas do que os demais municípios mineradores. (ENRIQUEZ, 2017, p. 210). Nesse município a atividade mineraria além de ostensiva está muito próxima de núcleos urbanos e vilas rurais do que as outras minas da Serra Norte de Carajás. Um morador dessas áreas de entorno, mostrava em seu depoimento a preocupação com esses projetos minerários no impacto da saúde:

Nós estamos preocupados com isso, porque quando eles [Vale] falam de poluição é só de estrondo de bomba. E a água? E também não sei se vamos receber poluição pelo ar, porque o projeto tá lá no alto e a gente estamos lá embaixo, e de maneira que o vento leva pro nosso lado. Nós não queremos ser obstáculo pra Vale, mas nós queremos ser vistos. (IBAMA. Audiência Pública, p. 349)

Em resumo, percebe-se que em geral os índices sociais tendem a encobrir uma realidade de forte desigualdade local, que foi trazida pela mineração industrial. Houve melhorias sociais, produto da chegada de um agente privado, do porte da empresa Vale, que precisava adequar suas condições de produção a infraestrutura local, além da necessidade de cumprir critérios legais para obtenção de licença de operação de seus projetos. A questão é que essas melhorias não foram voltadas para a população em geral, mas, para uma pequena elite local de comerciantes, pecuaristas, agentes imobiliários e políticos, além de técnicos especializados da empresa que vinham morar no município.

2.3.3 A mineração e o poder local

A primeira eleição para compor o quadro executivo e legislativo de Canaã dos Carajás deu-se em 1996, que elegeu Cimar Gomes da Silva como prefeito, além de nove vereadores, que conformaram a primeira turma da câmara local. O PMDB foi o partido que teve maior número de candidatos eleitos, em que pese na época o governador do estado ser do PSDB. Essa gestão apresentava todas as debilidades administrativas, pois ainda estava bastante dependente de recursos financeiros advindos do governo estadual, tinha uma estrutura administrativa com poucos funcionários e durante toda a gestão aprovou apenas a lei que criava o município. A maioria dos eleitos neste pleito, eram pioneiros do município que conseguiram terras pelo GETAT, então tudo leva a crer que, pautado neste quesito histórico, foram apontados como representantes locais, tanto que, com exceção de um vereador, todos os demais candidatos, inclusive o prefeito, não seguiram na carreira política no município.

A partir do segundo pleito, que ocorreu com as eleições municipais do ano 2000, já se verificou uma mudança no perfil dos candidatos. O prefeito eleito Anuar Alves Silva, do PDT (2001-2004), passou a ser uma expressão política local, se candidatando no pleito seguinte, voltando a ser prefeito entre 2008-2012. Neste período iniciava-se a implantação do projeto Sossego, e com ele, foi se desenvolvendo a estrutura administrativa municipal, através da criação de novas escolas, serviço de água e esgoto, conselhos municipais, lei orçamentária, regularização fundiária de lotes urbanos, etc. Nessa gestão foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico de Canaã, uma associação civil sem fins lucrativos, que tinha parceria com a Vale, no sentido de promover ações locais de desenvolvimento econômico.

A eleição de 2004 teve uma disputa acirrada para prefeitura, entre o ex. prefeito Anuar e o candidato do PT Joseilton Oliveira, mais conhecido como Ribita, que venceu com uma

pequena margem de aproximadamente cem votos. Nesse período o município já havia dado um salto nas finanças, a partir do recebimento dos *royalties* da mineração, com várias minas em plena atividade. A gestão de Ribita (2005-2008), foi marcada por denúncias de corrupção perpetrada, principalmente, por apoiadores do ex-prefeito Anuar, que conformavam maioria na câmara dos vereadores, o que acabou por levar a cassação de seu mandato em 2008 por uso indevido de dinheiro público. Essa cassação foi suspensa poucos dias depois, pela Juíza substituta Dr.^a Andréia Brito, mas em 2018, foi novamente indiciado pelo Ministério Público do Pará por desvio de dinheiro da CFEM.

Em 2008, Anuar volta a assumir a prefeitura de Canaã com 37% de votos. Sua gestão também teve vários escândalos de corrupção, inclusive indiciado pelo MP do Pará, pelo mesmo motivo que Ribita, envolvendo desvio de recursos da CFEM. O fato é que Anuar permaneceu no cargo até o final do mandato, pois detinha influência política dentro da câmara dos vereadores. O PT, que na gestão passada havia eleito o prefeito e dois vereadores, nesta não teve nenhum candidato eleito. Chama atenção que há uma grande rotatividade entre os cargos de vereadores de um pleito para outro, poucos foram os que se reelegiram, além do aparecimento de novas legendas partidárias disputando com as legendas tradicionais da região. Na gestão de Anuar, a cidade viveu o momento de desativação de alguns projetos minerários da Vale e a efervescência da chegada do projeto S11D.

Na tabela 10 pode-se observar as organizações da sociedade civil.

Tabela 10 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CANAÃ (2010)

Zonas	Categoria	Quantidade
Rural	Associação de pequenos agricultores	15
	Associação de produtores rurais	4
	Sindicato de trabalhadores rurais	1
	Sindicato de produtores rurais	1
	Associações de moradores de vilas rurais	7
	Cooperativa agropecuária	1
Urbano	Sindicato de trabalhadores e delegacias sindicais	5
	Sindicato patronal	0
	Associação patronal	2
	Associação de moradores	6
	Cooperativa	1
	Associação religiosa	3
	Outros (liga esportiva, sociedade assistencial, conselho, associação de mulheres, etc.)	6
Total		52

Fonte: Vale/Golder Associates, 2010

Boa parte das associações e cooperativas foram constituídas nas vilas rurais, em função da operacionalização do plano diretor participativo, iniciado em 2006. No entanto, algumas surgiram da necessidade de enfrentar os problemas trazidos pela mineração, como foi o caso da Associação dos Moradores da Vila Bom Jesus, uma vila vizinha ao projeto Sossego, que se formou por conta dos conflitos com a Vale.

As duas principais organizações patronais do município, o Sindicato dos Produtores Rurais-Sicampo, e a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril-ACIACCA, também já estavam formadas nesse período. O Sicampo sofreu um impacto forte a partir do início das operações minerárias na região, com o abandono da atividade pecuária por muitos de seus membros, que resolveram apostar em investimentos imobiliários, ou mesmo, buscar trabalho na própria mineração. Segundo consta depoimento:

Com a implantação do projeto Sossego a Vale adquiriu várias propriedades, então a pecuária reduziu, teve um baque muito grande. Tivemos aqui a questão em muitos filhos de produtores, que ficavam divididos sem saber se tocava a propriedade do pai ou ia ser funcionário da Vale [...] Teve pessoas que ganhou dinheiro, porque a especulação imobiliária chegou, teve pessoas que quebrou, teve pessoas que investiu tudo que tinha em casa, pensando que vinha o projeto. Hoje ele tá descapitalizado, porque tá com a casa desalugada (SICAMPO. Canaã dos Carajás, 30/09/2019)

Já com a ACCIACA, acontecia o oposto. Houve um crescimento significativo do número de filiados, devido a chegada de novas empresas por conta da mineração. Conforme aponta entrevistado:

No início tínhamos só 18 associados ativos, depois que chegou o Sossego tivemos um crescimento e com o S11D muito mais. Hoje temos mais de 200 associados ativos e em torno de 560 empresas cadastradas, dessas acho que pelo menos 200 já fecharam, mas tem mais de 3.000 empresas ativas em Canaã, graças a Deus tem campo de trabalho. É nisso que a gente aposta, porque o associativismo pra ser forte tem que ter representatividade. Uma associação com 10 ou 20 empresas, leva uma demanda pra prefeitura, daí não representa grande coisa. (ACCIACA. Canaã dos Carajás, 19/08/2019)

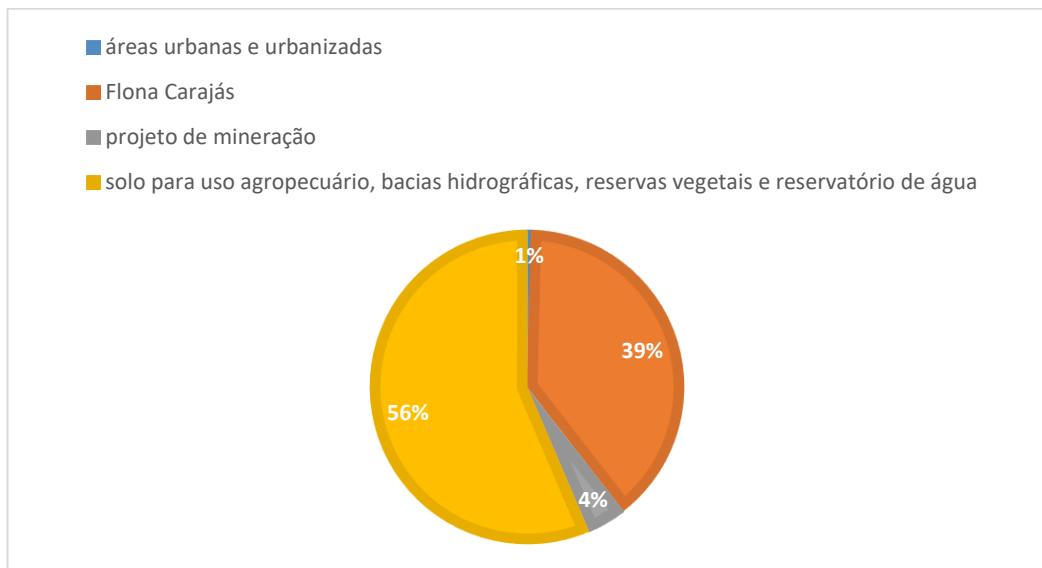
Muitos desses empresários foram assumindo cargos públicos, haja vista, os apelidos de alguns vereadores estarem vinculados a novas atividades urbanas surgidas no município: “do posto”, “da droganorte”, “chefinho”, “da van”, dentre outros. Assim, a sobreposição do núcleo urbano sobre o rural vai saindo apenas dos números estatísticos e tomando uma dimensão na configuração das relações de poder local. Por mais que o número de organizações rurais ainda fosse superior as urbanas, estas assumiam o protagonismo político eleitoral no município.

2.3.4 Uso e ocupação do território

Canaã tem uma extensão territorial de 3.146,608 km². Conforme exposto anteriormente, o município se originou dos CEDERES II e III, de onde foram surgindo as vilas rurais, o próprio núcleo urbano e uma grande área de 79.000 ha que foi transformada nos PAs Carajás II e III. Além disso, 39% desse território é constituído pela Floresta Nacional -Flona Carajás. Não possui nenhuma Terra Indígena-TI ou quilombola em seu limite territorial, apesar da proximidade com a TI Xikrим do Cataté, que se configura dentro da área de área de influência indireta do projeto S11D.

De acordo com as informações contidas no Plano Diretor Participativo do município, nesse período Canaã possuía a seguinte ocupação: (gráfico 28)

Gráfico 28 - CANAÃ DOS CARAJÁS USO DO SOLO (2006)



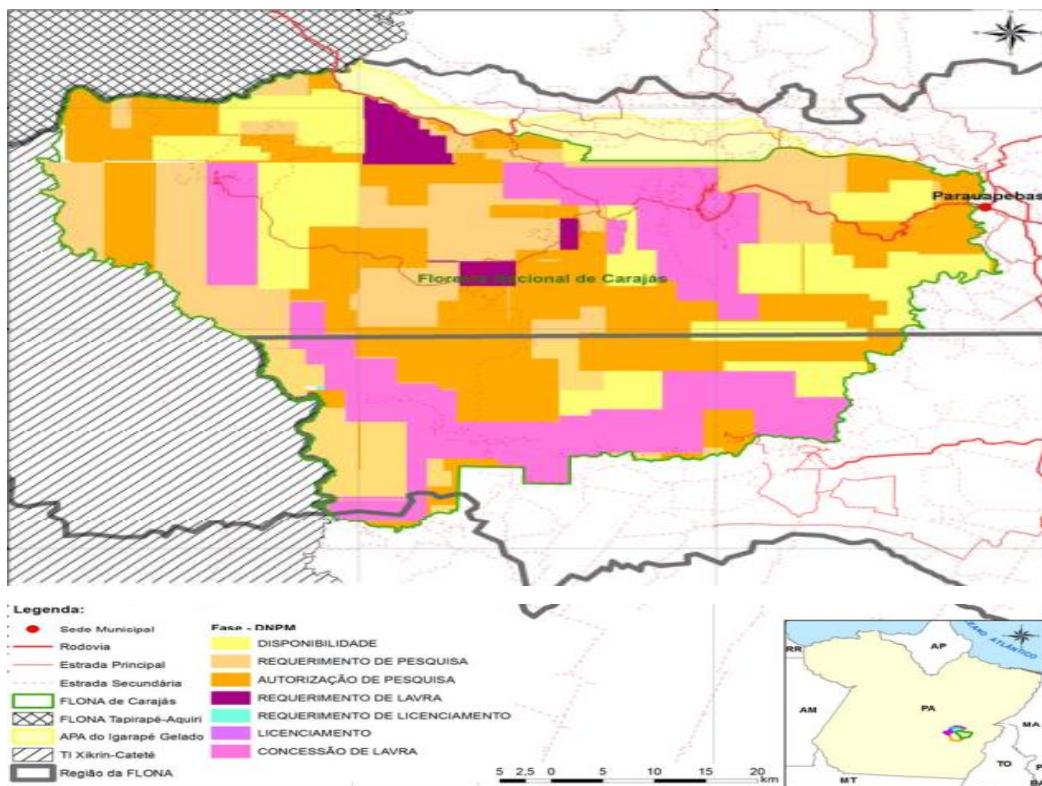
Fonte: IBGE, 2006. Apud PMCC/Diagonal, 2007, p. 147

Dentro dos 39% da Flona, existem várias áreas destinadas a mineração, dessa forma, os 4% de uso do solo de Canaã destinado à essa atividade, não leva em conta o que está dentro da Flona.

O decreto de criação desta Unidade de Conservação está intimamente relacionado a atividade minerária, na medida em que, primeiramente, toda a área de extensão da Flona (411.948,87 ha), antes da sua criação em 1998, estava cedida a CVRD para exploração minerária, conforme decreto assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa operação foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal em 1997, e em 1998 o presidente constituiu a Flona Carajás (decreto 2486/98), na mesma área antes requerida pela empresa,

considerando no parágrafo único da lei “as peculiaridades geológicas da área”. No entanto, permaneciam garantidas as atividades de pesquisa de lavra mineral, beneficiamento, transporte e comercialização de recursos minerais realizados pela companhia Vale, que ficaria responsável pela vigilância e manutenção da área junto com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais-IBAMA. Dessa forma a atividade minerária dentro da Flona, em 2011, apresentava o seguinte quadro:

Imagem 19 - MAPA DE REQUERIMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS SOLICITADAS AO DNPM NA REGIÃO DA FLONA CARAJÁS (2016)



Fonte: ICMBIO, 2016.p. 59

A presença ostensiva da mineração nessa área tem causado muitos danos ambientais, como parte do próprio processo da exploração minerária. Isso já lhe garantiu várias multas, nem sempre pagas. Em 2004, por exemplo, o IBAMA aplicou uma multa de 2 milhões de reais à Vale, por danos causados à Flona, por causa de lançamentos de rejeitos da mina do Sossego. O diretor da Vale, na época, Maurício Reis, admitiu o ocorrido, dentro da categoria “acidente” e acatou a multa, que nunca foi paga. (CARVALHO, 2007).

Em se tratando da área para uso agropecuário, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, havia no município 732 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 157.990

ha. Dessa área, 26,93% era ocupada pelo produtor familiar e 73% por não familiar. Com relação a utilização das terras temos: (Tabela 11)

Tabela 11 - CANAÃ DOS CARAJÁS. ÁREA E PERCENTUAL DE ÁREA POR UTILIZAÇÃO DE TERRAS (2006)

Utilização da terra	Área	Percentual
Lavouras permanentes	799	0,51
Lavouras temporárias	1.236	0,78
Pastagens naturais	10.234	6,48
Pastagens plantadas degradadas	2.373	1,50
Pastagens plantadas em boas condições	115.783	73,28
Mata e/ou floresta destinada a preservação permanente	13.883	8,79
Mata ou floresta natural	8.810	5,58

IBGE. Censo agropecuário, 2006.

Considerando a área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área, tem-se a seguinte distribuição percentual: (Tabela 12)

Tabela 12 - CANAÃ DOS CARAJÁS. Área dos Estabelecimentos agropecuários-percentual do total geral, por grupo de área (2006)

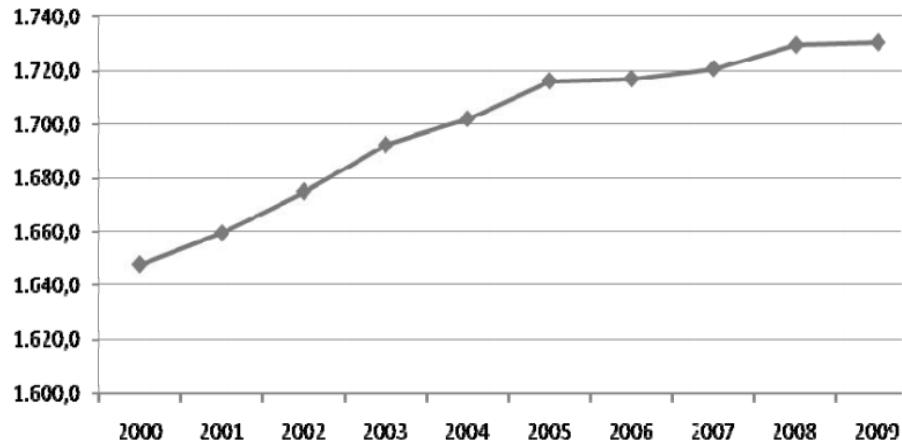
Classe de módulo fiscal	Percentual
Pequeno (0>4)	27,09
Médio (4>15)	22,28
Grande (15 a mais de 100)	50,62

IBGE. Censo agropecuário, 2006.

Com esses dados, pode-se verificar que as terras de Canaã, nesse período, estavam concentradas nas grandes propriedades.

Chama atenção também, o percentual reduzido de matas e florestas, que tem a ver com o grande desmatamento ocorrido na década de 1990, mas, conforme pode-se observar na ilustração 48, ainda permaneceu a partir dos anos 2000, principalmente com a chegada da mineração.

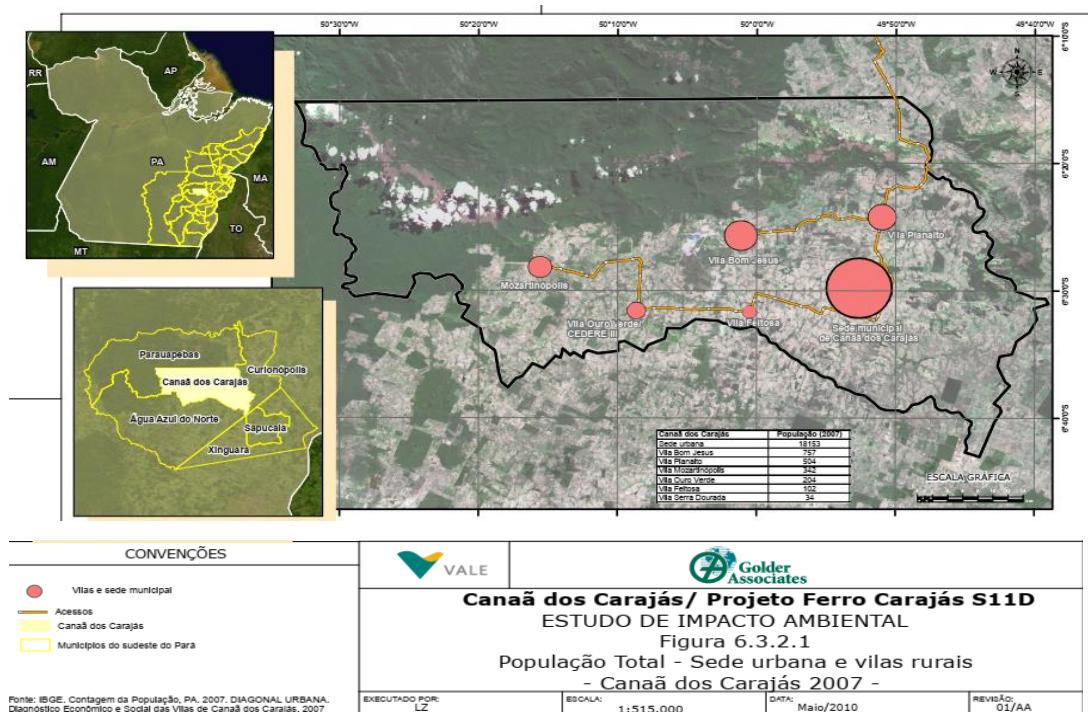
Gráfico 29 - CANAÃ DOS CARAJÁS ÁREA DESFLORESTADA EM KM² (2000-2009)



Fonte: Cabral *et all*, 2017, p.62

Nesse período existia em Canaã dois Projetos de Assentamento, o PA Carajás II e III, criado em 1988, com área de 96.826 ha; e, o PA Maria de Lourdes, criado em 2000, ocupando uma área de 3.846. Além dos PAs existiam, ainda, cinco vilas rurais: Bom Jesus, Feitosa, Mozartinópolis, Ouro Verde, Planalto; e, uma colônia, chamada Sol Nascente (Ilustração 49). Até 2010, não fora identificada nenhuma ocupação rural.

Imagen 20 - CANAÃ DOS CARAJÁS. SEDE URBANA E VILAS RURAIS (2007)

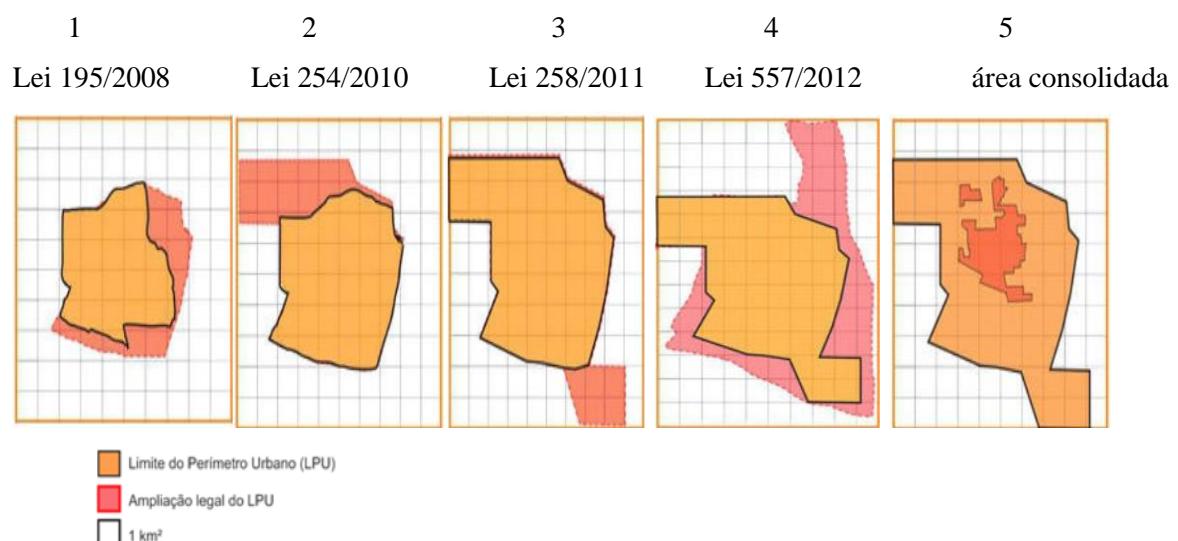


Fonte: Vale, 2010

Na zona urbana as ocupações já eram bastante recorrentes, o que gerou uma situação de irregularidade nos loteamentos. Segundo o plano de habitação do município (PMCC/ CLC, 2013, p.48), existiam em 2012, 20 loteamentos regulares e 11 irregulares, este, com 6.642 lotes. Nessas áreas irregulares praticamente inexistia qualquer equipamento público, e onde concentrava-se o maior número de moradores. Em 2010 foram identificados pelo IBGE aglomerados subnormais³² em Canaã dos Carajás (PMCC/CLC, 2013, p. 109).

Um dos principais agentes imobiliários desse período, eram os proprietários fundiários que, percebendo a dinâmica urbana, passavam a transferir os ativos do setor rural para o urbano. Nesse sentido, o poder público contribuiu, baixando vários decretos lei entre 2008-2012, expandindo o perímetro urbano do município, de forma a abarcar, como lote urbano, terras que antes eram consideradas rurais, garantindo a seus proprietários uma maior renda. Na ilustração 50, apresenta-se várias alterações do limite do perímetro urbano, seguindo uma sequência temporal:

Imagen 21 - ALTERAÇÕES LEGAIS REALIZADAS NO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO NO PERÍODO DE 2008 A 2012



Fonte: Urbis Amazônia, 2014, p. 6

³² É o conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc), carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando disposta, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) ocupação ilegal de terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade de terreno há 10 anos ou menos); e b) possuírem pelo menos uma das seguintes características:

*urbanização fora dos padrões vigentes-refletido por vias de padrão estreito e irregulares, lotes de tamanho e formas desiguais e construção não regularizada por órgão público.

*precariedade de serviços públicos essenciais.

No caso da figura 66, evidencia-se o caráter especulativo dessa ampliação, na medida em que o grau de consolidação do tecido urbano não justificava tais alterações. A especulação imobiliária nessa área, fez com que as ocupações populacionais fossem se adensando cada vez mais fora desse perímetro, daí muitos bairros distantes do centro da cidade, enquanto neste primava um vazio urbano.

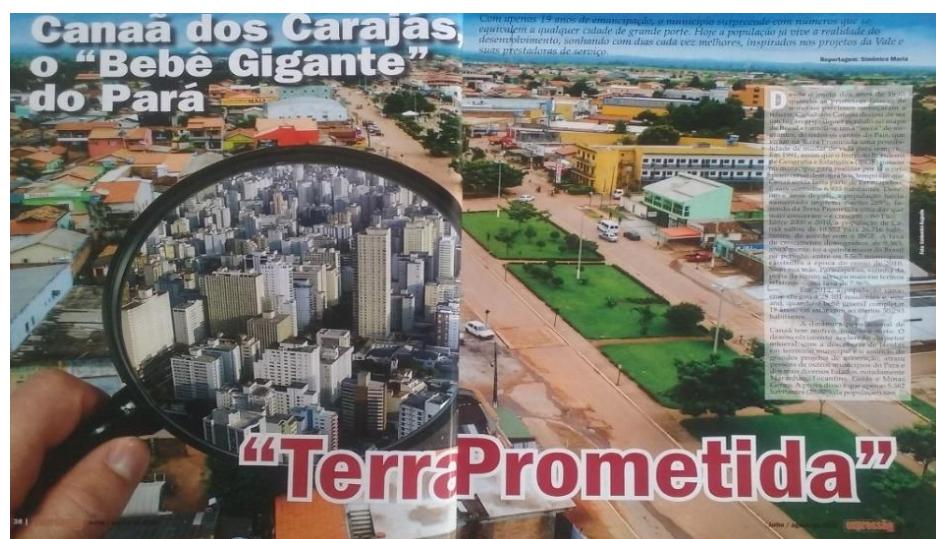
Segundo depoimento, ainda viria muita mudança no que concerne a questão de uso e ocupação do solo de Canaã, porque “o Sossego era um menino perto da implantação do S11D” (SICAMPO. Canaã dos Carajás. 30/09/2019)

2.3.5 A chegada do projeto S11D em Canaã dos Carajás

Desde a instalação dos primeiros projetos minerários em Canaã, a cidade passou a respirar mineração. Ser um “verdinho” da Vale³³, era o sonho para boa parte dos moradores do município e da região. A expectativa local em torno da instalação do projeto S11D, permanecia movimentando esperança de dias melhores, mesmo com a experiência minerária anterior, que já deixava claro, que esse desenvolvimento não vinha para todos.

A propaganda em torno do projeto S11D foi muito intensa, e contribuiu para essa expectativa, todos sabiam que ali em Canaã se instalaria o maior projeto de mineração de ferro do mundo. Na imagem 22, aparece o primeiro número da revista Expressão, de circulação local, divulgando o projeto, em uma publicação especial.

Imagen 22 - MATÉRIA DA REVISTA EXPRESSÃO



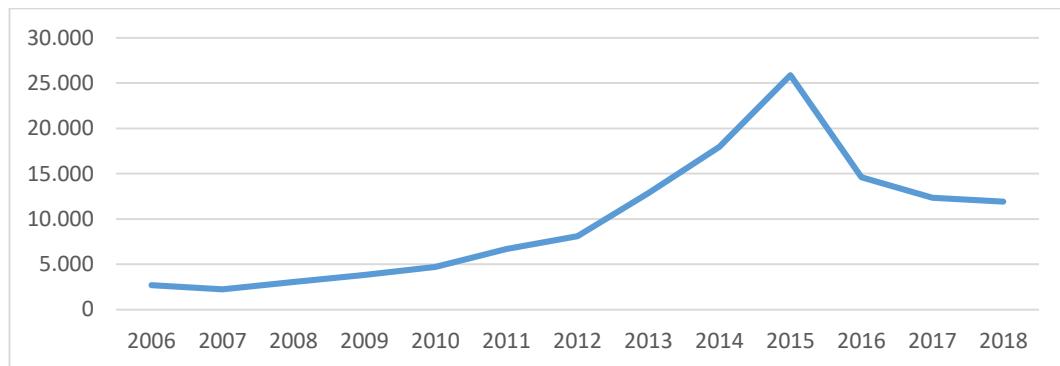
Fonte: Revista expressão, 2013

³³ Em alusão a cor do uniforme dos funcionários da empresa Vale.

Nesta foto, do lado direito, aparece a avenida Weyne Cavalcante, principal via pública de Canaã, e do lado esquerdo, uma lupa focando nesta avenida, mas com a imagem de uma grande metrópole. A chamada da matéria, também aponta para Canaã como a cidade do futuro do Pará, e tudo isso, possibilitado pela chegada do Projeto S11D.

Após a licença de instalação do projeto, iniciaram-se as obras de implantação. Segundo informe da Vale (2016: p.2), no pico das obras previa-se a contratação de 40.000 trabalhadores, no entanto, conforme dados do IBGE, o número não ultrapassou os 30.000 empregos. No gráfico 30 apresenta-se a dinâmica de empregos formais do período.

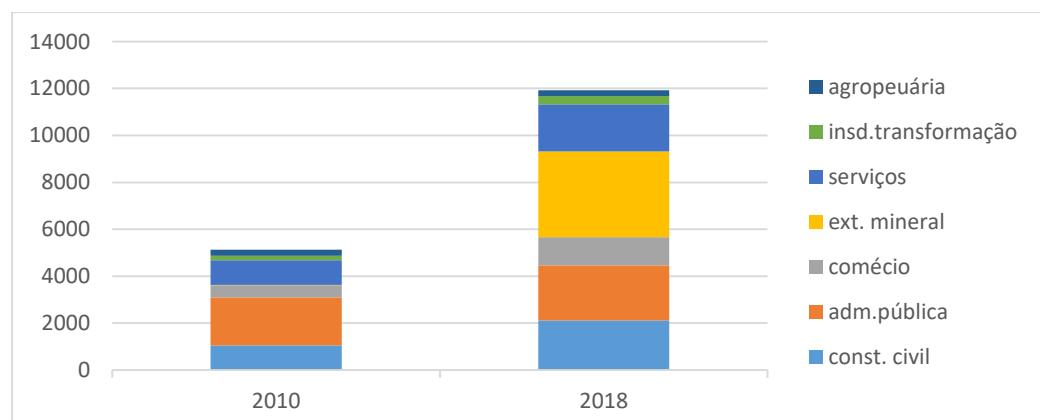
Gráfico 30 - CANAÃ DOS CARAJÁS. NÚMERO DE EMPREGO FORMAL (2006-2018)



Fonte: IBGE/Cidades. Série Histórica

Com relação ao número de empregos por setor de atividade, os dados de 2018, apontam para um salto importante da oferta de emprego pelo setor do extrativismo mineral (gráfico 31).

Gráfico 31 - CANAÃ DOS CARAJÁS. NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR (2010 e 2018)



Fonte: Rais

O aumento do número de empregos formais no setor da mineração, tendeu a elevar a média salarial do município para 3,4 salários mínimos, no entanto, persistia uma forte desigualdade social, quando se confrontava essa média com o percentual de 40,5% de famílias, que viviam no município com rendimento *per capita* de até meio salário mínimo (IBGE/Cidades, 2017).

Segundo dados do Sine de Canaã dos Carajás, mesmo no ano de 2015, no auge das obras do projeto, o número de trabalhadores cadastrados era de 22.691, enquanto as vagas captadas estavam em 7.363. Esse déficit cresceu ainda mais a partir de 2016. Considerando a relação entre o número de emprego formal de 2015 (25.880), com o número de vagas captadas pelo Sine de Canaã (7.363), pode-se perceber, que boa parte dos empregos não passaram por este órgão, conforme depoimento:

Esse Sine é maior furada. Isso é só uma maneira pra dizer que tão pegando pessoal encaminhando pro Sine e tal, mas na verdade não funciona assim, as empresas elas contratam tudo por fora. Quando a empresa vem pra trabalhar, aqui, quando ela faz o contrato com a mineradora, por dois três anos, ela já sabe o pessoal que vai trabalhar com ela, geralmente ela já traz o pessoal dela, já pega documentação, já faz exame, já vem com carteira fichada, essas coisas. O Sine fica só por fora, uma vez aparece um ou outro de pedreiro, mas é só. (MORADOR. Canaã dos Carajás. 20/08/2019)

Boa parte desse percentual de desempregados era recém-chegado ao município e acabava engrossando as ocupações urbanas e rural. Nos primeiros projetos minerários, o fluxo migratório deu-se mais do campo para cidade, muitos pequenos produtores venderam seus lotes em busca de trabalho na cidade de Canaã. Já no processo do S11D, esse fluxo parecia ter uma tendência inversa. Mesmo com a ausência de dados censitários mais recentes, que pudessem confirmar essa dinâmica, os fatos demonstram que as ocupações de terras rurais em 2017, chegavam a 128, quando em 2010 não existia nenhuma. (Sidra /IBGE). Esse fenômeno social refletia o avanço da mineração sobre as terras camponesas no município e a incapacidade de absorção desse contingente rural na área urbana.

No bojo dessas ocupações, foi avançando a consolidação de novas organizações e movimentos sociais no município, muitos dos quais inexistentes no período anterior, como era o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, Movimento dos Atingidos pela Mineração- MAM (organizações nacionais) e o Centro de educação, pesquisa e assessoria sindical e popular-CEPASP (organização regional).

Com relação a área dos estabelecimentos agropecuários, comparando com os dados de 2006, percebe-se uma redução significativa das grandes propriedades em relação as médias e pequenas, conforme dados da tabela 13.

Tabela 13 - CANAÃ DOS CARAJÁS. Área dos estabelecimentos agropecuários-percentual do total geral por grupo de área. COMPARATIVO DE 2017 COM 2006

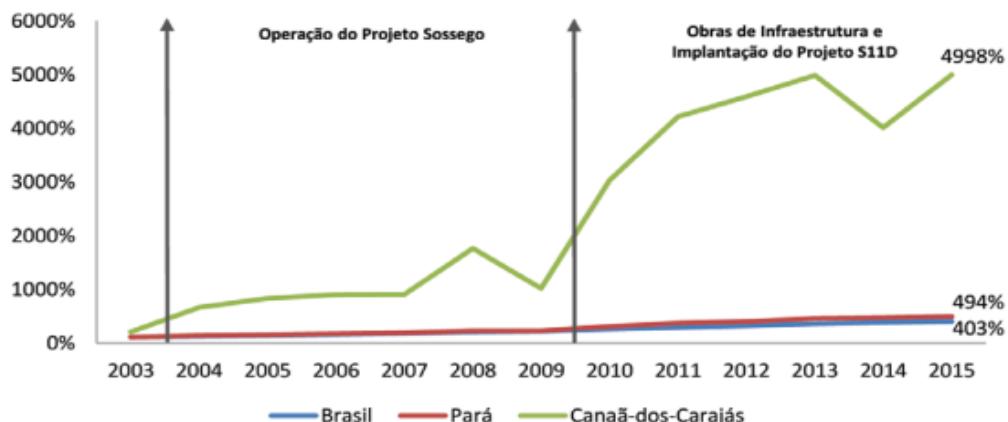
Classe de módulo fiscal	2017(%)	2006 (%)
Pequeno (0>4)	33,59	27,09
Médio (4>15)	26,16	22,28
Grande (15>100)	10,64	50,62

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Essa inversão nos dados pode representar o que foi expresso anteriormente. Em 2012, quando o projeto S11D estava em fase de instalação, o valor do imóvel rural triplicou em relação a 2006, favorecendo o mercado de terras. Por outro lado, a malha urbana de Canaã esteve em plena expansão, inclusive abarcando parte das áreas consideradas rurais. Conforme depoimento de representante dos produtores rurais, muitos investiram na conformação de condomínios residenciais, apostando no fluxo populacional do projeto, além do investimento no setor de comércio e serviços especializados, que teve crescimento significativo no período. Esses elementos possibilitam concluir que os dados de 2017 sofrem o reflexo do período posterior a instalação do projeto.

A entrada em operação do projeto S11D, trouxe um aumento extraordinário do PIB e de arrecadação pelo município do recurso da CFEM. Em relação ao PIB, observa-se a seguinte dinâmica:

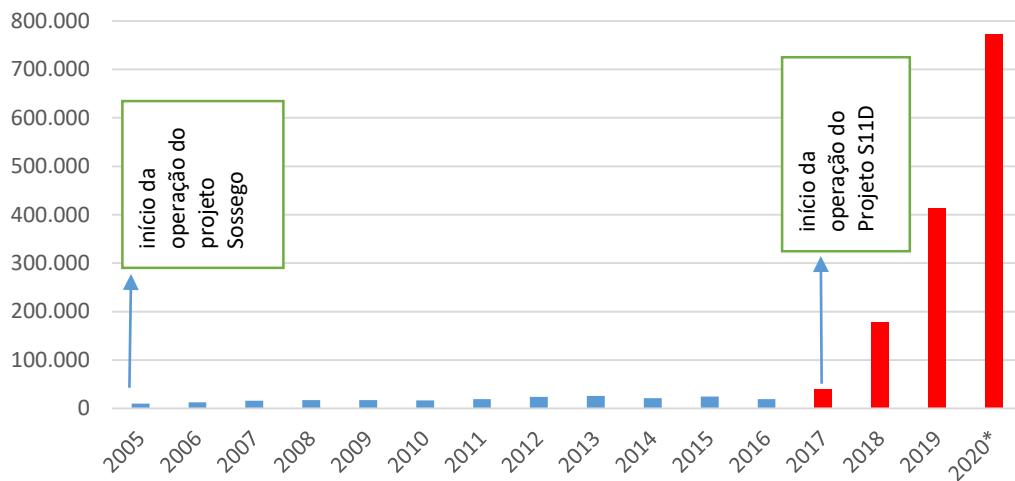
Gráfico 32 - CANAÃ DOS CARAJÁS. EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CORRENTES. (2003-2015)



Fonte: Enriquez, 2017, p.20. Elaborado a partir de dados do PAM/Sidra/IBGE

Este crescimento extraordinário se repete em se tratando da arrecadação da CFEM:

Gráfico 33 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO CFEM (R\$ MIL CORRENTE). CANAÃ DOS CARAJÁS (2005-2020)

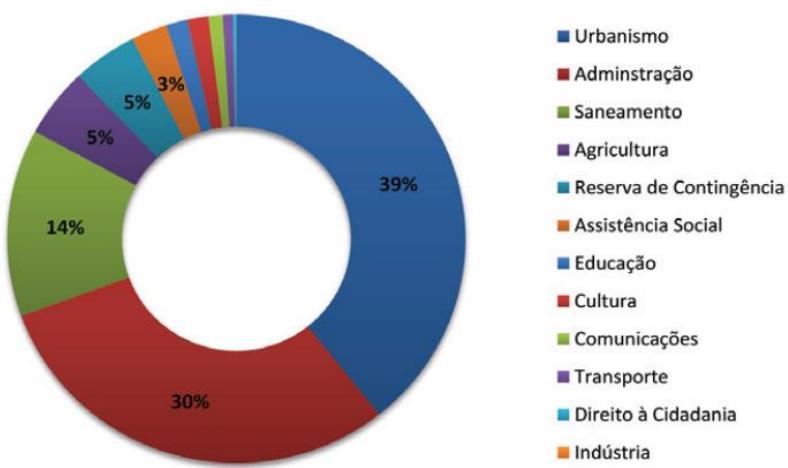


* dado total até novembro de 2020

Fonte: Elaborado a partir da ANM

Em 2018, este recurso fora distribuído de acordo com as seguintes áreas:

Gráfico 34 - DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DA CFEM DISTRIBUÍDOS POR FUNÇÃO. CANAÃ DOS CARAJÁS (2018)

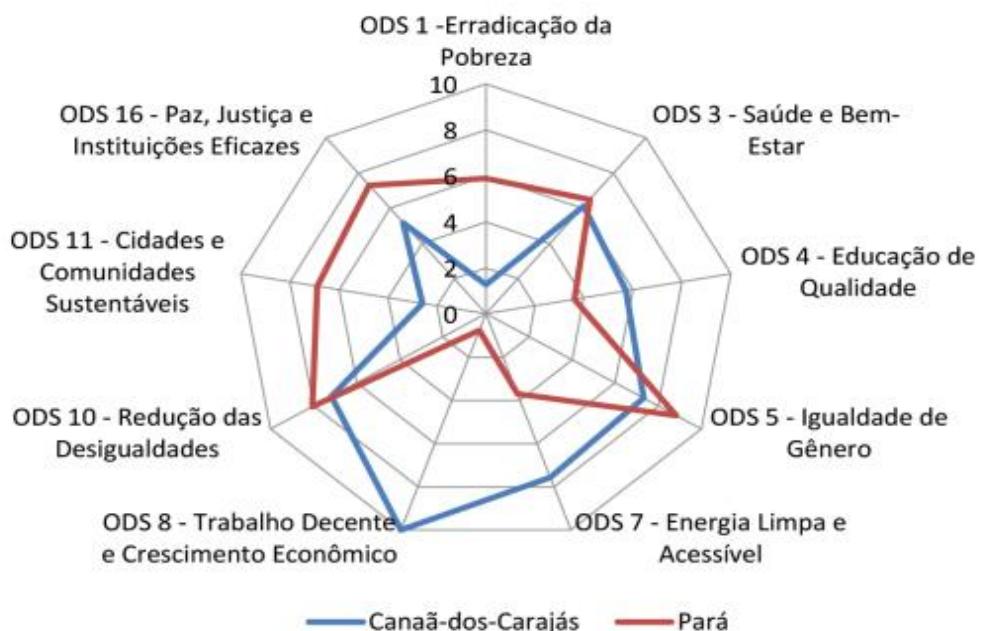


Fonte: Enriquez, 2017, p. 38

Observa-se que esses recursos não foram aplicados no sentido de potencializar outros setores produtivos, necessários a dinamização econômica local, para além da mineração, fortalecendo mais uma vez a tese da doença holandesa, presente em municípios mineradores.

Em trabalho recente sobre as contradições do desenvolvimento e uso do CFEM no município, Enriquez desenvolveu um radar com nove objetivos do desenvolvimento social-ODS, no município de Canaã, mesmo com o alto PIB e CFEM, apenas três ODS estiveram a cima da média estadual, cinco estão a baixo e apenas uma está na média (imagem 23).

Imagen 23 - RADAR DE DESENVOLVIMENTO- CANAÃ DOS CARAJÁS E PARÁ



Fonte: Enriquez, 2017, p. 23

Dessa forma, ainda que tenha se instalado um projeto com dimensões extraordinárias no município, ampliando enormemente a arrecadação deste, a dinâmica do desenvolvimento social local permanece apontando para uma carência econômica, cada vez mais dependente da atividade minerária e com maior desigualdade social.

Após a implantação do projeto, a tendência observada pelos cidadãos é a mesma do que aconteceu com o Sossego. A cidade se esvazia de trabalhadores das firmas contratadas, e ficam apenas os “verdinhos” da Vale. Esses, circulam pouco pela cidade, já que alguns moram em alojamentos dentro do próprio projeto, que fica cerca de 45 km do núcleo urbano, os outros, da equipe técnica especializada da empresa, moram em um bairro planejado para seus funcionários. (imagem 24)

Imagen 24 - CASAS DO BAIRRO AMEC. CANAÃ DOS CARAJÃS



Foto: Carvalho, 2018.

Além da moradia, todos os trabalhadores circulam em ônibus especial da empresa, fazem refeições em seus próprios refeitórios, têm escola, hospital e clube voltados ao atendimento e lazer das famílias dos funcionários da Vale. Esse distanciamento da cidade, sempre foi perceptível nas conversas e entrevistas quando estive em pesquisa de campo. Dois depoimentos de representantes da elite de Canaã, ambos bastante alinhados com a mineradora, teceram críticas da relação da empresa com a cidade de Canaã:

Ultimamente o maior impacto que veio foi a AMEC, o impacto foi o seguinte: As pessoas da região investiram mais de 50 mil reais em casas aqui em Canaã, as pessoas venderam gado, para investir na compra de imóveis, no setor imobiliário, acreditando no negócio da Vale, e a empresa em vez de pegar e fazer um projeto sustentável, de fazer licitação com as imobiliárias local pra poder locar aquelas casas, que já estavam construída na cidade, fez um contrato com uma empresa só. Essa empresa não pegou quase mão-de-obra em Canaã, porque ela trouxe todos seus funcionários de fora, nem era uma empresa de Canaã. Ela leva em média 3 milhões de reais por mês de Canaã dos Carajás. Ainda tem o problema do funcionário que mora lá e trabalha na mina, que as vezes ele não compra nada na cidade, ele fica lá no seu bairro fechado e quando recebe seu salário vai comprar no município vizinho. Eu achei por isso que essa cidade satélite que a Vale criou prejudicou muito Canaã, ela se preocupou com o problema dela e esqueceu do desenvolvimento sustentável da cidade (SICAMPO. Canaã dos Carajás, 30/08/2019)

A Vale ficou devendo muito por causa do consumo local, ela usou pouco a mão-de-obra e empresas locais, eles não fornecem pra nós nem a relação das empresas que estão trabalhando com eles, a gente conhece as principais, mas não sabe exatamente quais são as empresas que estão hoje dentro do S11D, ACCIACA não sabe, prefeitura não sabe, eles são muito fechados (ACCIACA. Canaã dos Carajás, 29/08/2019)

A demarcação do território da Vale no município, tem uma especificidade em relação a estrutura de *company towns*,³⁴ de outros empreendimentos minerários na Amazônia, inclusive, do próprio projeto da Vale, no município de Parauapebas, onde funcionaram as primeiras minas de ferro instaladas do PGC. O modelo de ocupação territorial da empresa inicialmente previa uma *company town* fechada, de uso exclusivo da empresa, acesso restrito, tendência à padronização arquitetônica, ao segregacionismo hierárquico e ao isolamento, estando implícito um discurso para a região, de um símbolo de grandiosidade, de moderno, de estabilidade e organização urbana, segundo modelo de segregação explícito aos demais habitantes do local (RODRIGUES, 2007, p. 8). No caso recente de Canãa, não se pode dizer que se tenha construído uma estrutura aos moldes das *company towns*, por serem bairros abertos e sem um núcleo centralizado. Em que pese a existência de estruturas específicas para seus funcionários, essas, estavam espalhadas pela cidade, inclusive, com o discurso da empresa modificado, que demonstrava interesse de maior aproximação com a população local, o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo da tese. De qualquer forma, o que nos interessa demarcar por ora, é que em ambos os casos há uma estratégia de gestão territorial, por parte da empresa, de controle do espaço local, através de estruturas importadas a partir de suas necessidades e que assumem uma territorialidade de exclusão.

2.4 Mineração e o sentido da política territorial para Amazônia no século XXI

Viu-se, no primeiro capítulo desta tese, uma inflexão conjuntural de aspectos econômicos e políticos, entre o fim do século XX e início do século XXI, que marcou mudanças na relação do Estado com a empresa Vale, determinando uma nova dinâmica a ação minerária no país. Desse movimento, identificou-se um sentido geral, que norteou políticas estatais destinadas ao setor da grande mineração industrial, que conceitualmente tratamos como neoextrativismo. Neste segundo capítulo, buscou-se discorrer sobre o aspecto territorial da mineração diante dessa nova conjuntura, retomando, neste tópico final, uma questão deixada em aberto anteriormente: pode-se falar da existência de um planejamento territorial para a Amazônia durante o período neoextrativista? Como a mineração industrial atua sobre este planejamento em função de exercer um controle territorial local? Essas questões são importantes, na medida em que possibilita enxergar novas relações de controle territorial, que

³⁴ As *company towns* surgem no período de expansão da industrialização em países da Europa e EUA, enquanto estratégias industriais e elementos de negociação nas relações de trabalho. Ao constituir uma *company town*, a empresa capitalista, objetiva assegurar aos seus funcionários, de acordo com seu *staff*, o atendimento das necessidades de habitação, lazer, cultura e promoção social (RODRIGUES, 2007, p.3)

garante uma especificidade ao processo de territorialização do projeto S11D, distinto do que foi PGC.

Durante todo o período que antecedeu a implantação do PGC, o planejamento estatal para a Amazônia teve um papel decisivo para adequação do território à lógica de acumulação do capitalismo mundial. Desde o fim da Segunda Guerra a geopolítica impôs uma bipolaridade no mundo, que se refletia na necessidade obrigatória de alinhamento dos Estados Nação, à um dos dois campos em disputa. Foi nesse contexto, que surgiu nos EUA a Doutrina da Segurança Nacional-DSN, que representava uma forma de alinhamento ao bloco capitalista pelo combate ao comunismo, que fora transportada para vários países latino americanos, dentre os quais o Brasil, através do surgimento de um centro de referência de preparação do oficialato e divulgação ideológica dessa doutrina, chamado de Escola Superior de Guerra-ESG. (LEAL, 1988, p. 105).

A DSN foi a principal estratégia de ocupação do território amazônico pelos governos militares para a expansão capitalista na região. Sob um planejamento estatal autoritário e centralizador, o governo federal açambarcou a Amazônia com objetivo de ocupá-la, ou seja, de garantir o controle da terra e de outros recursos naturais para os grupos de interesses estrangeiros, nacionais e, posteriormente, às próprias frações agrárias regionais. Esse movimento foi nomeado pelo marechal-presidente Castelo Branco de “Operação Amazônia”, ponto de partida de vários planos de desenvolvimento regional. A mineração neste contexto começa a entrar nos planos estatais, pois antes era primazia das ações do grande capital estrangeiro. O Projeto Radam e a constituição de polos minerais associaram o Estado a este capital estrangeiro para o desenvolvimento da mineração na Amazônia. Nesse sentido, estatais como a Rio Doce Geologia e Mineração-DOCEGEO, a Petrobras e a CVRD, associaram-se a empresas estrangeiras que já atuavam na região como a *U.S Steel*, *Union Carbide*, *Bethlem Steel* e *Alcan*, para mapeamento e exploração mineral. Entre 1966 e final da década 1980 foram 34 sítios descobertos na Amazônia, dos mais variados minérios, na sua maioria dirigidos por capital misto (público e privado). Desses, 12 tinham o envolvimento da CVRD, que controlava as principais minas de ferro, bauxita, cobre e níquel (SANTOS, 1983, p. 12-13). Dessa forma, a CVRD tornou-se, para as corporações do capital, um excelente sócio no suporte de custos, ao mesmo tempo que atuava como uma empresa estatal, cujo objetivo maior era a geração privada de lucro. (LEAL, 1988, p. 147).

O PGC representava o maior programa do governo brasileiro de fomento a produção mineral na Amazônia, onde o projeto ferro Carajás era a espinha dorsal. O PGC ocupou uma extensão de 895.265 km² da Amazônia legal, aproximadamente 10% de todo o território

nacional, que envolvia além da exploração do minério, também recursos energéticos (água e madeira) abundantes na região, e mão-de-obra barata. Ressalta-se que nesse período, já pelo início dos anos de 1980, o discurso de que o minério de Carajás era estratégico para o desenvolvimento do país, que justificava que a área fosse tomada como de segurança nacional, corria junto com denúncias de que a CVRD estava em via de privatização, conforme noticiado pelo Jornal do Brasil de 13 de junho de 1984 (apud GOMES, 1987, p. 27). Dessa forma, o planejamento territorial, que envolveu a implantação do PGC, mesclava aspectos de um Estado autoritário, com a necessidade de uma nova forma de gestão territorial, agora, mais diretamente assumida pelo capital privado. Não à toa que o ministro das minas e energia do governo Figueiredo, impõe em 1979, a prioridade de exploração mineral por empresas privadas em território nacional, e que, em Carajás, a CVRD só exploraria as minas de ferro, liberando a de outros minerais, para exploração pelo setor privado. (LEAL, 1988, p. 238).

Na nova geopolítica mundial que vai se consolidando a partir dos anos 1980, as ações do Estado, passavam a ser de instrumentalizar o território para o controle direto das grandes corporações. Segundo Arrighi, a lógica de poder territorialista que tinha norteado a maior parte do século XX, dava lugar a lógica capitalista:

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo riqueza/o capital como meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (1996, p. 33).

Ainda que a estratégia de governos capitalistas tenha deixado de ter seu eixo de poder pautado no controle do território, preferindo o controle do capital circulante, é fato que as disputas territoriais entre os países, permanecia em outro patamar, pois, conforme afirma o próprio Arrighi, essas lógicas de poder (territorialista e capitalista), não se excluem entre si, ao contrário, estão em constante relação. (idem, p. 34).

Há, nesse sentido, uma progressiva perda da hegemonia econômica dos EUA, nessa geopolítica mundial, para os países asiáticos, principalmente Japão e China, que passavam a concentrar uma expansão extraordinária de corporações capitalistas, que se beneficiavam, principalmente, da abundância de mão-de-obra subcontratada. Para compensar essas perdas, o EUA caminhava para uma economia rentista com relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico. (HARVEY, 2014, p.61). Por outro lado, os países asiáticos, com exceção da China, têm a desvantagem em relação ao EUA, quanto as reservas domésticas

de recursos naturais, como petróleo e minerais, que são importantes forças produtivas. Na verdade, as principais reservas do mundo, não estão entre os países imperialistas centrais, mas sim, na periferia desse sistema, em países da América Latina, Oriente Médio e África. Isso os coloca no centro das disputas geopolíticas, por um lado, amarrados às dívidas externas financeiras e, por outro, como reservas de recursos naturais. Portanto, sob esses países, atuam simultaneamente tantos as grandes corporações quanto seus governos.

No Brasil, houve um alinhamento às determinações do *modelo de Washington* para América Latina. Do ponto de vista territorial, isso significou abrir o país para controle direto de recursos naturais pelo capital privado, não à toa que o país se tornou destinatário de grande parte de investimentos estrangeiros especializados nesses ativos, concentrando 66% do fluxo de investimento estrangeiro nos anos 2000, enquanto a Argentina tinha apenas 6,3% e o México 17% (PETRAS, VELTMAYER, 2014, p. 19). Na Amazônia, o avanço da mineração industrial nesse período, pode ser observado pelo aumento do número de projetos num curto espaço de tempo. Em 2010, existiam 16 grandes projetos de mineração ativos, dirigidos por mineradoras transnacionais, dos quais, apenas quatro já estavam instalados antes de 2000. (WANDERLEY, 2012, p. 115). Fazendo uma relação com o período anterior, que vai de 1953, ano da primeira exploração mineral industrial na região Amazônia, até o final dos anos 1990, existiam 18 projetos ativos, dos quais seis eram dirigidos pela CVRD. (MALHEIRO, 2016, p. 101). Simplificando, em apenas dez anos, teve-se quase o mesmo número de grandes projetos minerários industriais na Amazônia que nos cinquenta anos anteriores.

No contexto do planejamento regional, que é por onde tradicionalmente o Estado discute os planos territoriais, há um certo consenso entre estudiosos da área, de que nos anos de 1980-90 esse tema desapareceu das agendas públicas, e mesmo de grande parte dos estudos acadêmicos, que assumiram a temática da globalização em oposição ao debate territorial e regional. Isso culminou com a extinção da SUDAM em 2001. Segundo Tânia Bacelar de Araújo, a dinâmica regional entregue às decisões do mercado, a partir da constituição dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento do governo federal, tenderam a acentuar ainda mais as fraturas regionais do país. (2013, p. 160).

Os governos de Lula e Dilma, considerando a dinâmica extrativista no país, resgataram a noção de planejamento regional, que esteve condensada, em grande medida, no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR I e II, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional. O PNDR foi instituído pelo decreto 6.047/2007 e tinha entre seus objetivos centrais: 1. Redução das desigualdades sociais e regionais e 2. Promoção da equidade e acesso a oportunidades de desenvolvimento. Apesar do importante resgate de uma política territorial

coordenada e de objetivar a equidade, o PNDR teve dificuldades no seu avanço por falta de prioridade na própria agenda do governo. (BRANDÃO, 2014, p. 339).

No entanto, na região Amazônica nesse período, várias iniciativas e programas do governo federal estavam sendo implantadas sem uma ordenação clara em torno do PNDR. Podemos citar, como exemplo: o retorno da SUDAM como um órgão de planejamento regional, agora passando a tratar prioritariamente da administração da política de financiamento expressa pelo Fundo Constitucional de financiamento do Norte-FNO e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia- FDA; o programa Território da Cidadania e Brasil Sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; o PAC e o Programa de Investimento em logística-PIL, vinculados ao Ministério do Planejamento, que ampliaram sobremaneira a escala de investimentos públicos em transporte, geração de energia, infraestrutura portuária, considerando a expansão das principais cadeias produtivas de *commodities* que se expandiam para região; o Plano Amazônia Sustentável-PAS, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, que passava a se configurar como uma referência ao novo modelo de desenvolvimento para a região com base no ordenamento territorial e gestão ambiental; o Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que trazia o eixo da regularização fundiária na Amazônia Legal; o macrozoneamento ecológico-econômico, instituído pelo decreto 7378/2010, dentre outros.

Uma nova versão do PNDR, conhecida por PNDR II, passou a vigorar a partir de 2012, na tentativa de articular essas múltiplas interfaces, do chamado desenvolvimento territorial sustentável para a Amazônia. Ainda assim, permanecia o pouco diálogo desse plano com outras políticas públicas, com as emendas parlamentares aprovadas para a região, ou com a destinação de recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento, demonstrando que o PNDR II, já nascera sem força concreta no núcleo do poder, mesmo que tenha sido produto de uma elaboração criteriosa de quem lida e milita com a questão regional. (BRANDÃO, 2014, p. 343).

Pode-se afirmar que havia nesses planos e projetos para Amazônia, um pressuposto de unidade, que estava em condicionar a qualidade de vida da população ao crescimento das cadeias econômicas, conforme afirmava Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES, numa publicação especial deste banco, sobre a Amazônia:

A redução das disparidades de renda, deve ser compreendida no mesmo ritmo pela ampliação da capacidade produtiva das regiões pobres. Faz-se fundamental consolidar ações regionais para o adensamento das cadeias produtivas no entorno de projetos estruturantes, assim como, para dinamização de sistemas produtivos. (SIFFERT, 2014, p. 6).

Esses projetos econômicos estruturantes, que em período anterior eram conduzidos através de macros setores estatais, como o sistema Eletrobrás ou CVRD, agora, passavam ao

controle direto de empresas privadas, que se tornavam os principais gestores do território. (VAINER, 2007, p. 11). Isso pode explicar o enfraquecimento do PNDR no executivo nacional. O planejamento regional não deixou de existir, mas passava a estar condicionado a demanda direta das grandes empresas e do mercado, que viam em programas como o PIL e o PAC na Amazônia, um papel muito mais estruturante para a reconfiguração do espaço econômico regional do que o PNDR. Além disso, esses empreendimentos também tencionavam o Estado pela remoção de obstáculos-jurídicos formais a expansão territorial (ALMEIDA, 2010, p. 102), como no caso da mineração, através de maior flexibilização na lei, referente a exploração mineral em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, na revisão do Código Mineral e do licenciamento ambiental. Nesse sentido, a natureza dos processos decisórios que cercou esses grandes projetos econômicos, acabou quase sempre passando a margem de qualquer exercício de planejamento, e se estruturou através de lobbies de interesses, coalizões políticas e troca de favores (VAINER, 2007, p. 12)

Em que pese a maior parte dos processos decisórios que cercam os grandes projetos econômicos na Amazônia, como o projeto S11D, ser definida na escala nacional do Estado, sua territorialização efetiva envolve também uma associação com o Estado na escala local. Em Carajás, as cidades produtoras que têm recebido os grandes projetos mineradores, possuem frágeis estruturas estatais, e acabam sendo engolidas pela força econômica e administrativa de grandes empresas como a Vale. Conforme viu-se em relação ao município de Canaã dos Carajás, há um controle do governo local e do modelo de gestão territorial pela Vale. Assim sua territorialização assume um caráter institucional que pode se contrapor, com o instrumento legal, a qualquer outra forma de territorialização divergente.

Tentou-se mostrar neste capítulo, a associação Vale-Estado na formação e controle do território da mineração em Carajás. Até então, com a preocupação de demonstrar a existência de um sentido geral que norteou as políticas territoriais do governo federal e que possibilitou a efetiva constituição do projeto S11D. Isso foi importante para demarcar a configuração de um bloco de poder, mas que não é suficiente para explicitar essa associação entre Estado-empresa. A pressão sobre um processo de licenciamento ambiental, um código de mineração, uma política de financiamento, ou mesmo, o desafio de criar uma estrutura de poder local, não está dada, neste sentido geral. Nessas relações existe um aparelho de Estado constituído enquanto um organismo burocrático-administrativo, que complexifica essa relação, e é nesse sentido que nos próximos capítulos, buscarei dar concretude as ações das várias esferas estatais envolvidas nos processos de conflito territorial surgidos na implantação do projeto S11D.

CAPÍTULO 3

3 O PROJETO S11D: DEMANDAS E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE TERRITORIAL DA VALE

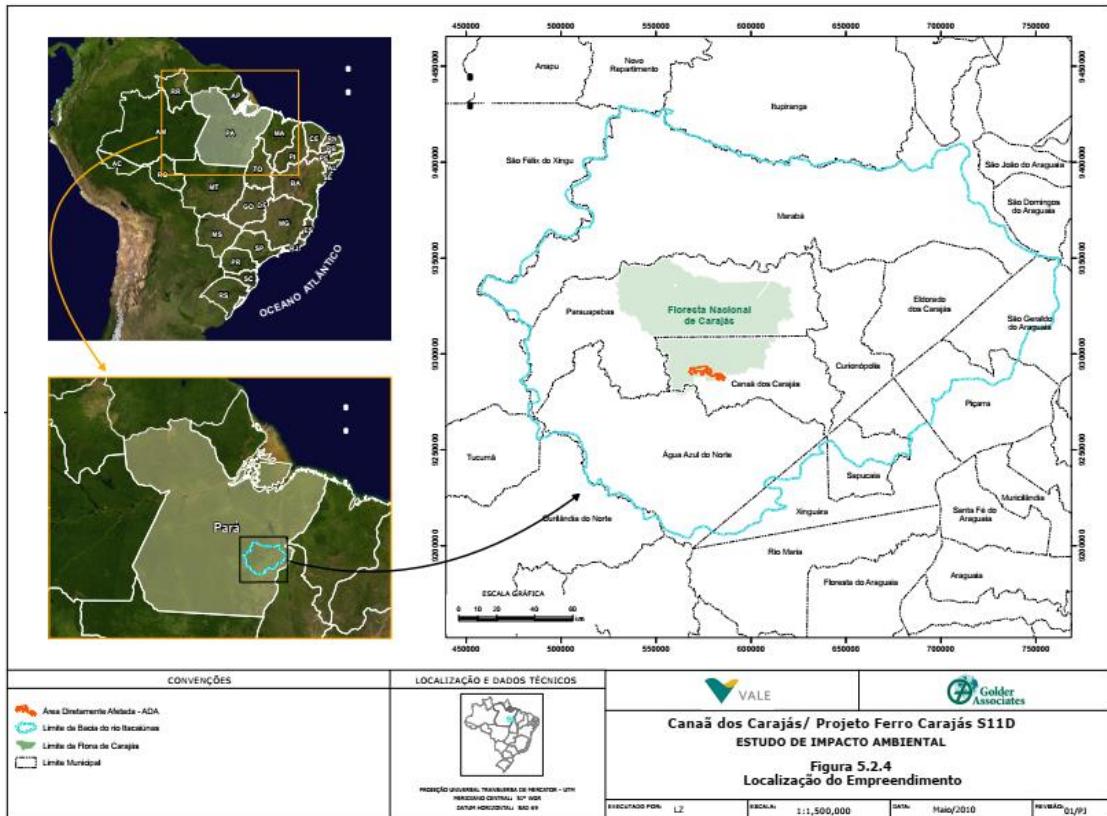
Este capítulo é dedicado à apresentação do projeto S11D, dinâmica do licenciamento ambiental da área de mina em Canaã dos Carajás, bem como, de suas demandas operacionais e territoriais. Faz-se uma análise de dois casos geradores de conflitos sociais, buscando identificar nestes, a forma de incorporação de terra pela Vale, as ações do Estado e as resistências. Num outro tópico será apresentado o plano de sustentabilidade da empresa enquanto uma ação de criação de consenso. Por fim, uma síntese que situa esses dois elementos (conflito e consenso) enquanto parte da estratégia de controle territorial da Vale em Canaã.

3.1 Projeto S11D: Principais características

O projeto S11D é traduzido pela empresa Vale como “empreendimento que inaugura nova fase na mineração de ferro no Brasil” (VALE, 2016). É um projeto de dimensões extraordinárias, considerado o maior projeto de minério de ferro da história da Vale. A empresa prevê fornecer mais de 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano, um ferro de altíssima qualidade. O potencial do S11 é de 10 bilhões de toneladas, sendo que só o Bloco D, isoladamente, possuí reservas de 4,24 bilhões de toneladas métricas. Este foi um investimento de US\$ 14 bilhões, considerado o maior investimento privado no Brasil nesta década. (VALE, 2016)

O nome do projeto “Complexo S11D Eliezer Batista”, faz referência tanto a sua localização, como também homenageia o engenheiro e ex-diretor da Vale, por dois mandatos, que foi o responsável direto pela implantação da primeira exploração de ferro na Amazônia, na Serra dos Carajás. Em relação a localização do projeto, o “S” representa Serra Sul, área de expansão da província mineral de Carajás, e o número 11, faz alusão ao corpo 11 do bloco D, dessa serra. (imagem 25)

Imagen 25 - LOCALIZAÇÃO DO PROJETO S11D



Fonte: Vale. Eia/Rima Projeto Ferro Carajás

Consta das obras do S11D, a abertura de mina, instalação de usina de processamento e construção de ramal ferroviário, todas obras realizadas principalmente no município de Canaã dos Carajás, e em menor parte, no município de Parauapebas. Além dessas, também fez parte do projeto a duplicação da Estrada de Ferro Carajás-EFC e ampliação do terminal portuário, neste caso envolvendo outros municípios do Pará, além do Estado do Maranhão.

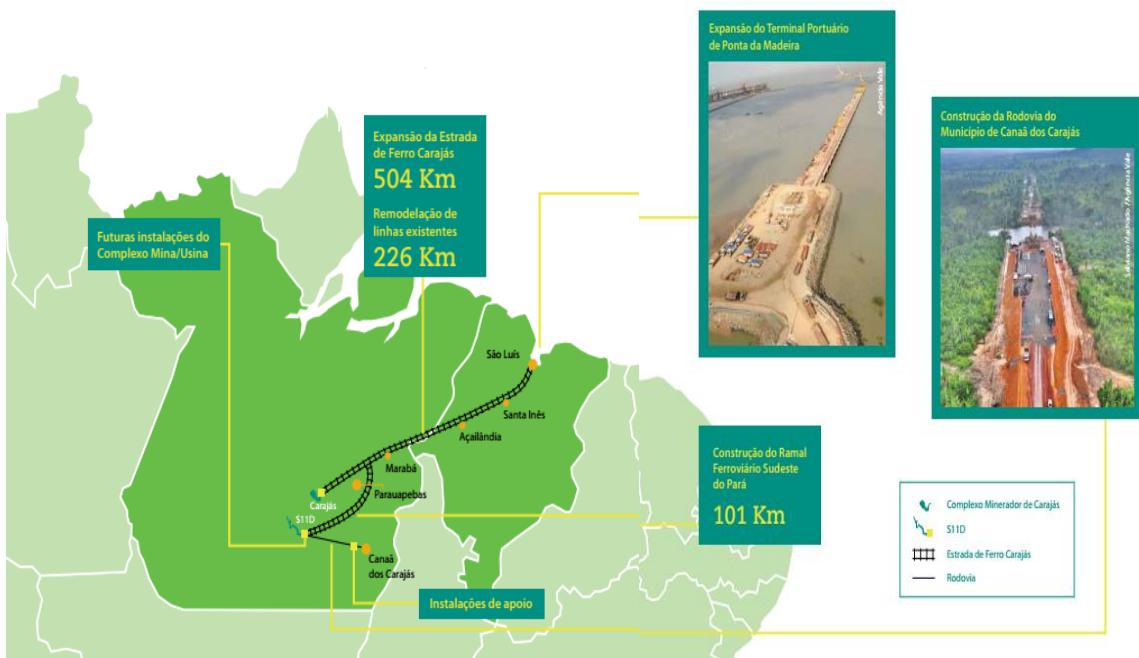
Para apresentar a operacionalização do projeto, inicialmente será exposto a fase obrigatória do licenciamento ambiental e posteriormente suas características operacionais. Sobre a dimensão técnica do projeto S11D, por ser bastante extensa, será reproduzida apenas alguns elementos do empreendimento que demandaram recursos naturais (água, terra, energia e florestas), causadores de impactos a região, bem como, aspectos tecnológicos que foram questionados e modificados, diante do processo do licenciamento ambiental.

3.1.1 A dinâmica do licenciamento ambiental do Projeto S11D

O projeto S11D como um todo, é composto pelo Projeto Ferro Carajás S11D, área de mina e por um *pool* de logística de transporte, armazenagem e embarque de minério, formado

pela construção do Ramal Ferroviário do Sudeste Paraense, pelas ampliações da Estrada de Ferro Carajás e Terminal portuário Ponta da Madeira Pier IV Norte em São Luiz do Maranhão. (imagem 26)

Imagen 26 - COMPLEXO MINERADOR DE CARAJÁS



Fonte: Vale, 2012.

Este tópico trata especificamente do licenciamento da mina, na medida em que a empresa Vale pressionou pela fragmentação do licenciamento de todo o projeto. Assim, coube ao IBAMA o licenciamento da mina e da EFC, a SEMA-Pará o licenciamento do ramal ferroviário e a SEMA-Maranhão o do porto, todos com coordenações distintas. Segundo o Ministério Público Federal, essa tem sido uma prática recorrente a corporações, que busca atentar contra a visão integral do projeto pelos órgãos licenciadores, de forma a subdimensionar os impactos do projeto como um todo (BRASIL, 2008 apud FAUSTINO e FURTADO, 2013). Além disso, a fragmentação do licenciamento possibilita a empresa exercer uma pressão mais efetiva sobre cada órgão licenciador, para garantir pareceres favoráveis, sob o argumento do inevitável e do desperdício de recursos, em caso de conflito de pareceres. No caso do projeto S11D, primeiramente foram licenciadas as obras do porto e da EFC e, posteriormente, do ramal e da mina.

O licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, expresso pela Lei nº 6.938/81. Seu objetivo cumpre:

O controle de atividades de construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental. (BRASIL, Lei nº 6.938/81).

Em 2005, a Vale apresentou ao IBAMA a primeira versão do que viria ser no futuro o projeto S11D. Nesse momento o nome do projeto era Serra Sul, e previa a mineração em todos os blocos (A, B, C e D) da Serra Sul de Carajás. Pela sua extensão, esse projeto sofreu várias restrições por parte do IBAMA, impondo a Vale realizar uma adequação ao projeto originário, para que o processo de licenciamento corresse de forma mais ágil. Dessa forma, reapresentou o projeto em 2009, já com o nome de Projeto S11D, para exploração apenas do corpo D.

Imagen 27 - LOCALIZAÇÃO DO CORPO D DA MINA S11D



Fonte: Vale, 2016, p. 17.

Já como projeto S11D, o licenciamento cumpriu as seguintes etapas e cronologia (quadro 7):

**Quadro 7 - ETAPAS E CRONOLOGIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA MINA
DO PROJETO S11D**

Etapas	Data
Formulário de abertura do processo (FAP)	09/02/2009
Protocolado o termo de referência para EIA/Rima do projeto ferro Carajás S11D, sob o nº02001.00711/2009-46	12/02/2009
Vistoria técnica do IBAMA na área do projeto	04-08/06/2009
Aprovação pelo IBAMA do termo de referência para elaboração do Eia/Rima do projeto	13/07/2009
Protocolo no IBAMA o EIA/Rima do projeto	19/11/2009
Solicitação de licença de instalação do projeto pela Vale ao IBAMA	25/12/2009
IBAMA devolve o termo de referência do projeto devido inadequações	29/12/2009
Protocolo no IBAMA de nova versão do EIA/Rima	24/06/2010
Aprovação do projeto pelo Iphan	12/04/2012
Licença prévia-LP concedida ao projeto pelo IBAMA	26/06/2012
Licença de instalação-LI concedida ao projeto pelo IBAMA	03/07/2013
Licença de operação –LO concedida ao projeto pelo IBAMA	31/03/2016

FONTE: IBAMA. Documentos do processo. Elaboração própria.

Nesta cronologia apresentou-se apenas as principais etapas do processo do licenciamento. Além dessas, ainda houve mais 23 pareceres técnicos do IBAMA entre 2011 e 2016. Os principais atores envolvidos no processo de licenciamento do projeto S11D foram:

1. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela proposição e diretrizes das políticas ambientais;
2. O IBAMA, responsável pela execução da política ambiental;
3. O ICMBIO, responsável pela Flona Carajás
4. O IPHAN, responsável pela análise do componente histórico e cultural,
5. O INCRA e a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás-PMCC, responsáveis pela ocupação do solo.

O documento central do processo do licenciamento é o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental –RIMA. O EIA do projeto S11D, foi apresentado pela Vale e elaborado pela *Golder Associates* Consultoria e Projetos Ltda. Consta de um documento detalhando o projeto, o diagnóstico ambiental e socioeconômico da área, prognóstico com

avaliação dos impactos ambientais, ações de controle e análise de risco. Esse é um documento extenso, composto por 5 volumes com aproximadamente 600 páginas em cada volume, além dos anexos. Sua versão final foi distribuída para o IBAMA/Brasília, GEREX/IBAMA/Marabá, ICMBIO, Flona Carajás, SEMA/Pará, Ministério Público, Vale e Golder Associates. O RIMA já é um documento de apresentação sucinta das informações contidas do EIA, portanto, de menor dimensão.

Também foi elaborado o Plano Básico Ambiental-PBA do projeto em 2012, outro documento extenso, com 2.228 páginas, que consta do detalhamento dos planos, programas e projetos proposto no EIA, pós-condicionante de LI e dos pareceres técnicos nº73/2011 e nº40/2012. Em 2015 e 2016, foi cobrado da Vale a confecção de relatório mensal de atividade nas mais diversas áreas de operação do projeto³⁵. Ainda em 2016, foi apresentado pela Vale outro documento importante, o Plano Diretor de Operação, que apresentava a consolidação de todas as estruturas já licenciadas inerentes ao projeto S11D.

Em síntese, esses foram os principais documentos do licenciamento ambiental, mas existiram também os pareceres técnicos, atas de reunião, ofícios, relatórios, etc, que constam do arquivo do IBAMA, conformando 36 volumes com uma média de 400 páginas por volume:

O S11D teve um licenciamento muito criterioso, embora existisse pressão intrínseco ao interesse econômico. O licenciamento efetivamente modificou profundamente o projeto, o principal exemplo é o próprio sistema de mineração a seco, que no início do Projeto S11D, previa mineração com água e com a presença de barragem, e foi alterado em função do licenciamento e em função dos pareceres técnicos. E não foi só essa mudança do projeto S11D, houvera outras que vieram a favorecer bastante a conservação da Flona Carajás e da biodiversidade. (ICMBIO. Brasília.14/09/2019)

De fato, a infinidade de documentos gerados por esse projeto aponta para perspectiva de um licenciamento criterioso. No entanto, é importante a reflexão trazida por Ascelrad, de que o licenciamento é uma forma de regulação, e como tal só pode ser compreendida através da luta de classe (2013, p. 112). A regulação ambiental surge de um processo de conflito entre as teses do “ecologismo filosófico” que pautava sua ação em um novo modelo de sociedade e o “ecologismo pragmático”, que defende a tese da eficiência ecológica, ou seja, a compatibilização entre desenvolvimento econômico-social e ambiental (ACSELRAD, 2010, p. 106). A regulação ambiental advinda do Estado se alinha com a segunda tese, e também se

³⁵ São as seguintes áreas dos relatórios: programa espeleológico, proteção social ao migrante, indicadores socioeconômicos, programa de apoio a gestão pública, capacitação e formação de mão-de-obra, saneamento básico, programa de educação sexual, programa de comunicação social, ações sociais, programa de arqueologia, PEA comunidade e PEAT.

torna cada vez mais recorrente entre as próprias corporações, como agentes poluidores em potencial, desde que estas, achem brechas para transferência destes “custos ambientais” para áreas menos reguladas (ACSELRAD, 2013, p. 113).

A partir dessa análise, dois aspectos chamam a atenção sobre o processo do licenciamento ambiental do projeto S11D. O primeiro tem a ver com seu papel, de ser um instrumento exclusivo de minimização dos danos causados por esse projeto à Flona, em nenhum momento se imaginou ser possível impedir a exploração minerária, até porque existe um decreto mineiro anterior à criação da Flona, expedido pelo DNPM, a favor da mineração nessa área, obviamente, com a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, um aval do Estado, em favor da “eficiência ecológica”.

O segundo aspecto que chama a atenção, refere-se à questão dos custos ambientais. Em relação ao licenciamento do projeto S11D, observa-se que estes custos recaíram sobre o entorno social. Sua inexpressiva regulação no processo de licenciamento ambiental, tornou esse ambiente social propício ao avanço territorial da mineração. Segundo ICMBIO:

Se a gente comparar o caso do projeto S11D, o ganho que se teve em termos ambientais, na minha avaliação, que são muito concretos, no que se refere a possibilidade de inclusão social, os ganhos sociais, eles ficaram prejudicados, nessa comparação. Então as audiências públicas não conseguem garantir a inclusão da sociedade no processo do licenciamento, isso é muito difícil, é um desafio que tem que ser levado a diante, e no S11D não foi diferente. (ICMBIO.Brasília:14/09/2019).

As audiências públicas, de que nos fala o ex-coordenador do ICMBIO, é condição ao processo do licenciamento ambiental do projeto, tendo como finalidade informar a população, instituições e organizações locais, sobre o empreendimento, tirar dúvidas e ouvir questões. Não são fóruns deliberativos, apenas consultivos. Foram realizadas três audiências, sendo uma em cada município da área de influência indireta-AII: município de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Curionópolis.

Imagen 28 - AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO S11D, NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS. 29/11/2010



Plenário

Mesa condutora dos trabalhos

Fonte: IBAMA. S11D v.4, p. 337

Em todos esses locais, coube a Vale o processo de divulgação para participação nas audiências, com *outdoors*, cartazes, convites, carro de som, etc. (ilustração 63).

Imagen 29 - OUTDOOR DE MOBILIZAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA. INSTALADO NA AVENIDA WEYNE CAVALCANTE, ENTRADA DE CANAÃ DOS CARAJÁS.



Fonte: IBAMA. S11D v.4, p. 225

A mesa condutora das audiências, eram formadas pelo IBAMA, que presidia a seção, o ICMBIO, o prefeito de cada município, o gerente de implantação do projeto S11D e o diretor de ferrosos da Vale. Em Canaã, participaram da audiência, 796 pessoas entre a população da

cidade, da zona rural, além de autoridades locais, organizações sociais, instituições públicas e funcionários da Vale. Nas atas de transcrição dessa audiência, chama atenção a pouca participação das autoridades locais da prefeitura e principalmente de vereadores, na medida em que, constava na lista de presença da audiência a assinatura de apenas um vereador.

Conforme regimento da audiência, a mesma deveria iniciar pela saudação da mesa ao evento, passando para apresentação do projeto S11D pela Vale num tempo de 30 minutos, depois seria a vez da equipe técnica que elaborou o Eia/Rima, fazer a exposição técnica do projeto em mais 45 minutos, para aí sim, começar a inscrição das questões da plenária, que inicialmente tinha a proposição de ser feita de forma escrita, mas que ao final, percebendo-se o absurdo dessa proposta, numa plenária em que muitos não dominavam a escrita, acabou abrindo-se para forma oral, num tempo máximo de 3 minutos. Ainda para audiência, foi garantido aos moradores das vilas rurais, transporte de vinda e de retorno a audiência. Nos tópicos posteriores serão apresentadas algumas ações ocorridas na plenária, por aterm-se apenas em apresentar a dinâmica proposta no contexto do licenciamento ambiental.

3.1.2 Demanda por recursos hídricos

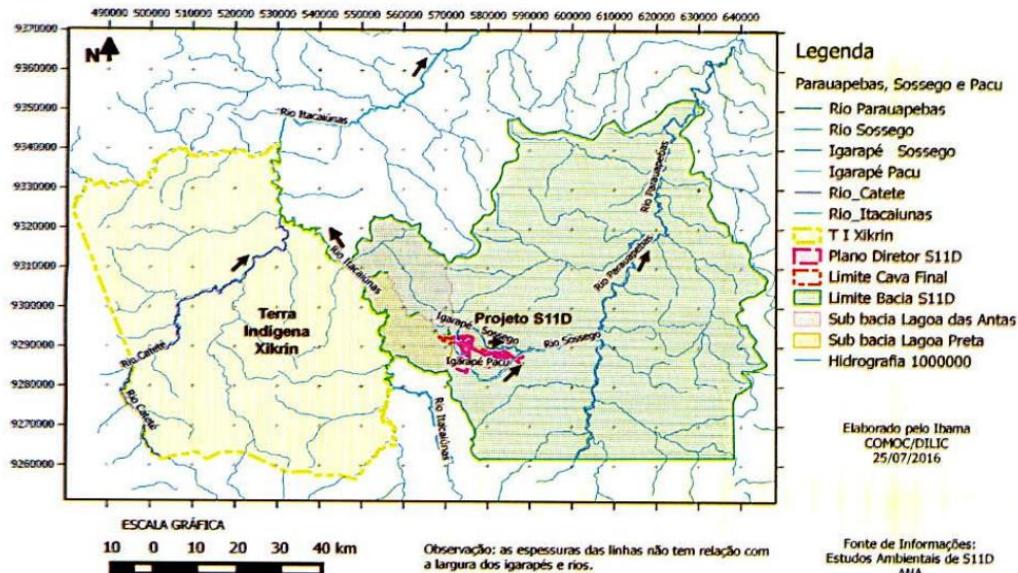
A área do projeto encontra-se localizada na bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas, que pertence ao sistema hidrográfico do Araguaia-Tocantins. São bacias com escoamento de água o ano todo e formadas por vários afluentes e igarapés, cortando boa parte da região Sudeste do Pará. Além dessas, no corpo do projeto S11D, há também sistemas de circulação de águas subterrâneas.

No geral a mineração tem grandes efeitos sobre os recursos hídricos, porque além de usar muita água no beneficiamento do minério, ainda necessita rebaixar o lençol freático para drenagem das jazidas. No caso da área da Flona Carajás, existe um aquífero poderoso, que já está sendo atingido pelos projetos minerários em operação, tanto é, que a vazão do rio Parauapebas, já mostra sinais de déficit hídrico na região. (MARTINS, 2013 *apud* FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 44). Esse elemento sofreu análise criteriosa no licenciamento ambiental, impondo à Vale desenvolver para o projeto S11D uma tecnologia de beneficiamento à seco de minério, sem utilização de água para o processo de britagem e peneiramento, utilizando apenas a umidade natural da região. Essa é uma tecnologia inédita aplicada pela Vale, que reduz significativamente a necessidade de água para produção e que também, acaba com a implantação de barragem de rejeito. Para o S11D a vazão de captação de água fica em torno de 163 m³/h, enquanto em outras minas, fica em torno de 1.000 m³/h. (VALE/RIMA,2010: p.109).

Ainda assim, estudos do projeto *Cenários sobre a Flona Carajás* (MARTINS; KAMINO; RIBEIRO, 2018, p. 65), apontam para o possível desaparecimento progressivo de diversos lagos no contexto do corpo D da serra Sul, a medida em que a drenagem pela mineração ocorra. Esse é o caso da lagoa do Violão, que representa um importante aquífero para o contexto ecológico local, porque concentra fauna de grande importância na cadeia alimentar da Serra dos Carajás.

Existe ainda o impacto advindo do lançamento de efluentes (óleos, metais nocivos, esgotos, chorume e sedimentos) em afluentes próximos. No caso do S11D, destaca-se o Igarapé do Pacú e Sossego. Nesse caso específico, identificou-se nos documentos do projeto S11D uma denúncia feita pela Associação Indígena Porekrô de defesa do povo Xikrin do Catetê ao MPF, sobre laudo técnico da água do Rio Cateté, que apontava metais pesados nocivos à saúde humana, substâncias característica da mineração existente na região (anexo 1.1). Além desse laudo, o médico João Paulo, que atua com os Xikrins há quase 50 anos, atestava que esses metais têm sido a causa mais provável do aumento de nascimento de crianças com defeitos congênitos e casos de câncer entre o povo Xikrin. (HOFMEISTER; SILVA, 2017). A resposta da Vale a essa denúncia, foi que o projeto se encontrava numa área superior à 10km da TI, sem possibilidade de interferência direta (Anexo 1.2). Essa justificativa foi acatada pelo IBAMA (Anexo 1.3). A ilustração 64 apresenta o mapa do IBAMA, feito pela *Golder Associates*, que visa demonstrar que as atividades relativas ao projeto S11D, embora inseridas na bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas, do qual o rio Cateté é um tributário, são desenvolvidas fora da bacia de drenagem do Rio Cateté, portanto sem nexo causal com a possível contaminação da água pelo projeto S11D.

Imagen 30 - MAPA DA HIDROGRAFIA DO PROJETO S11D E TERRA INDÍGENA XIKRIN



Fonte: Processos do Licenciamento ambiental S11D

Assim, no que diz respeito aos recursos hídricos, pode-se observar que a ação do licenciamento impôs à empresa a necessidade de adequação tecnológica para mitigar os danos irreversíveis ao aquífero no entorno do corpo D, reduzindo a quantidade de água para minerar, o que acabou se tornando uma grande propaganda de sustentabilidade do projeto S11D e da Vale. Por outro lado, a quantidade de metais químicos necessários a atividade, permanece poluindo a região e chegando nos lugares mais longínquos pelos afluentes dos rios, causando impactos diretos à saúde da população local, o que aconteceu com a água dentro da TI Xikrin, que se não foi diretamente comprovado que teve relação com o projeto S11D, o foi em relação ao tipo de produto químico identificado no principal rio que corta a TI. Conforme vimos, esse é um elemento humano/social que só foi considerado no licenciamento, dentro da medição estabelecida de 10 km, como se pela água, não houvesse a possibilidade de um espraiamento desses poluentes num arco muito maior.

3.1.3 Fonte de energia

Consta do EIA do S11D que o principal sistema de distribuição de energia elétrica do projeto é gerado pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí-UHT. Além da linha de transmissão já existente em Carajás, por conta de outros projetos minerários, foi efetuada a ampliação com outra linha de transmissão-LT e subestação elétrica-SE, exclusivo para o S11D. Coube a Sema

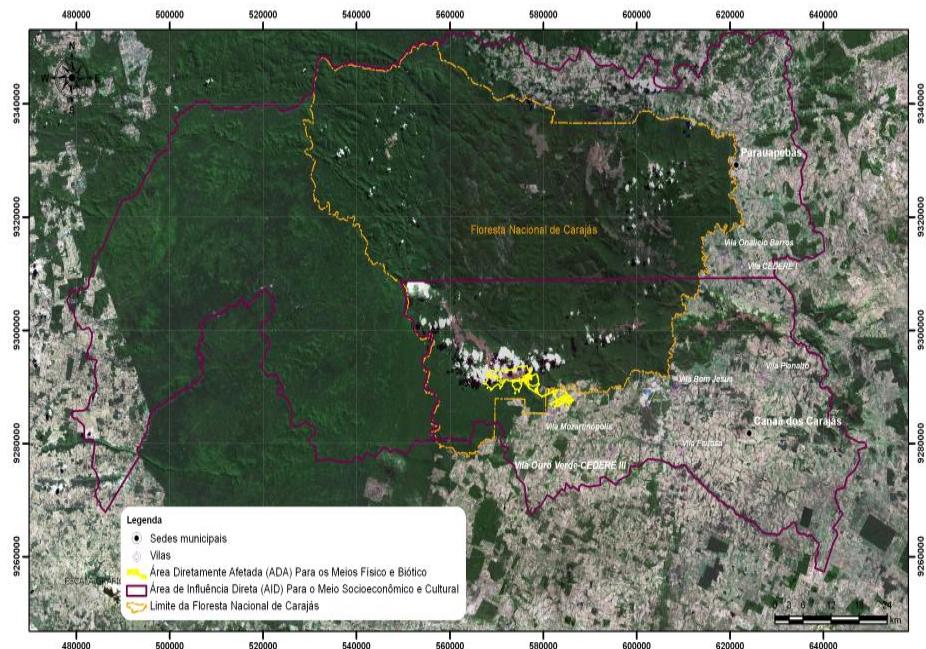
/PA, garantir o processo de licenciamento dessa ampliação de rede, que efetivou a licença de operação em 2014, com potencial de alta tensão de 230 kV e 32 km de extensão. (PARÁ/SEMA/LO 8432/2014), que saía de uma subestação integradora já instalada nas proximidades do projeto Sossego. Essa foi uma parte da obra geral de ampliação da SE de Tucuruí, financiada pelo PAC e que tinha uma previsão de custos no valor de R\$32.140.000,00. (BRASIL/MME/PAC, 2018).

A demanda de energia prevista para a fase de operação do projeto S11D, de acordo com o PBA, é de aproximadamente 350 GWh, que serão distribuídos em duas subestações, para atender a área da futura usina de beneficiamento, os canteiros e toda a montagem eletromecânica. (VALE. PBA, p. 360). Considerando que o Estado do Pará, em 2016, tinha uma capacidade instalada de geração de energia, de 31.774 GWh (BRASIL/MME, 2017), só este projeto, demandará 1,1% de toda energia produzida no Pará.

3.1.4 Área de intervenção direta e supressão vegetal

A área de intervenção do projeto divide-se em área diretamente afetada (ADA), aquela a ser ocupada pelo empreendimento; área de influência direta (AID) e área de influência indiretas (AII), que são áreas geográficas possíveis de serem afetadas, seja de forma direta ou indireta e sujeitas aos impactos do projeto. Considerando que a AII do projeto já sofreu intenso desmatamento, vou me ater, particularmente a supressão vegetal da ADA e AID, parte dessas áreas encontram-se dentro da Flona Carajás.

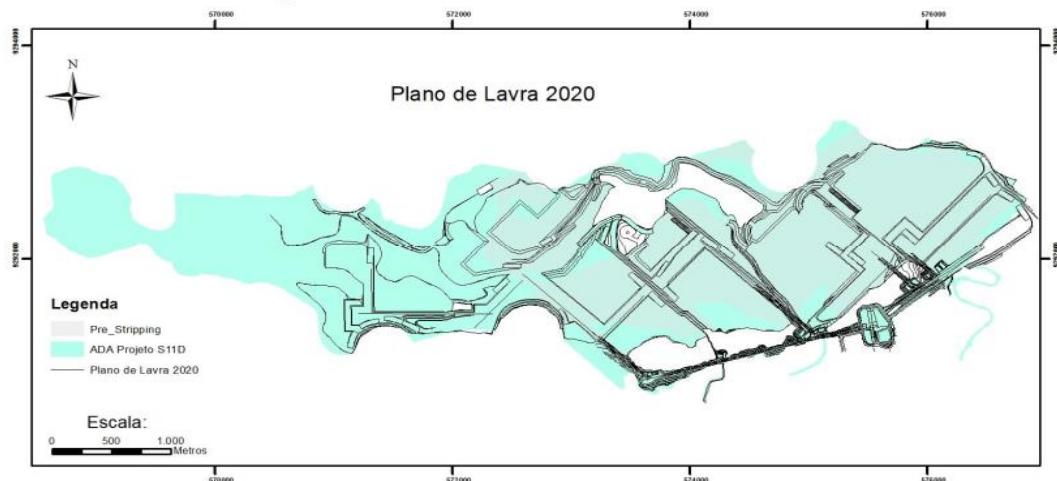
Imagen 31 - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA E ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO PROJETO S11D (2010)

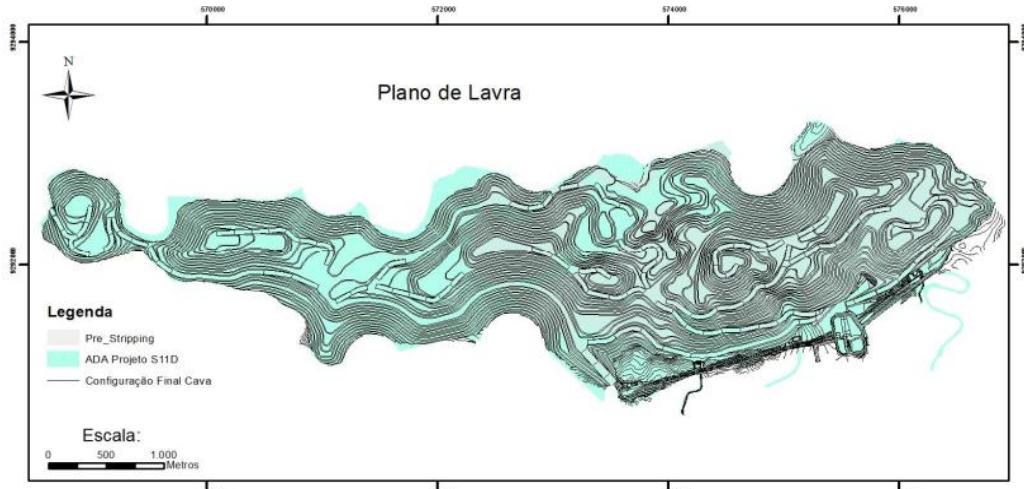


Fonte: Rima, 2010, p. 38

A ADA do projeto S11D está circunscrita em 2.014 ha, entre cava da mina, as pilhas de estéril, as correias transportadoras e usina de beneficiamento. Existe ainda a perspectiva de ampliação em mais 731,73 ha de cava até o final do projeto.

Imagen 32 - CONFIGURAÇÃO DA CAVA DA MINA NO ANO DE 2020 E CONFIGURAÇÃO FINAL

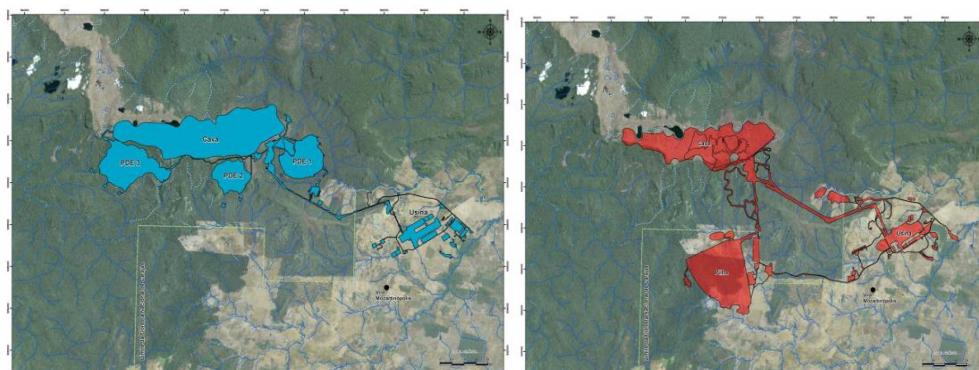




Fonte: Vale. Plano Diretor de Operações, 2016, p. 11

Dessas estruturas, a que demandava maior quantidade de área desmatada, foi a pilha de disposição de estéril, que ocupava 815,77 ha da ADA do projeto, boa parte em área de floresta ombrófila e aquíferos. O primeiro EIA, apresentado pela Vale em 2009, dispunha dessa área com três pilhas de estéril adjacentes a cava, localizadas no interior da Flona Carajás, causando impactos diretos e irreversíveis nas lagoas do Violão e do Amendoim, além dos impactos sobre a supressão vegetal e áreas cársticas da Flona. O parecer técnico do IBAMA n°73/2011 sobre o Eia/Rima do projeto S11D, solicitou a Vale uma readequação deste projeto no sentido a localizar as pilhas de estéril fora da Unidade de Conservação. Diante disto a Vale redimensionou o projeto original de acordo com as demandas requeridas pelo IBAMA. Na ilustração 67 em azul, apresenta-se o primeiro EIA do projeto S11D, com três pilhas de estéril ao redor da cava e toda a estrutura dentro da Flona. Na figura em vermelho, o que foi licenciado, pós- condicionante do IBAMA, com apenas uma pilha de estéril, concentrada fora da área da Flona.

Imagen 33 - PLANO DIRETOR DA PILHA DE ESTÉRIL APRESENTADO NO EIA E O LICENCIADO



Fonte: Vale, 2014, p. 6

Ainda assim, o impacto do projeto sobre ambientes florestais somando a área de ADA e AID, equivale a 28.952,7 ha (EIA. Vol.III-A, 2010, p. 48). Nessas áreas, as florestas ombrófilas e formação de savana serão as mais atingidas. Na tabela 14 e 15 observa-se a distribuição de área de cada classe e fisionomia, respectivas a área de AID e ADA do projeto:

Tabela 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES NA AID DO PROJETO S11D

Classes	Área	Percentual
Formações florestais	14.967,46	57,06%
Agricultura/pastagem	6.243,26	23,80%
Savana estépica	3.901,49	14,87%
Formações estacionais deciduais	976,45	3,72%
Ambientes lacustres	123,01	0,47%
Adensamento populacional	19,43	0,07%
Total	26.231,10	100,00%

Fonte: Eia. Vol. III-A, 2010, p. 47

Tabela 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES DA ADA DO PROJETO S11D

Fisionomias	Área	Percentual
Florestas ombrófilas	1.377,40	50,6%
Savanas estépicas	1.061,90	39%
Formações estacionais deciduais	129,30	4,8%
Ambientes lacustres	22,90	0,8%
Pastagem	130,10	4,8%
Total	2.721,60	100%

Fonte: Eia. Vol. III-A, 2010, p. 47

Além do percentual quantitativo expresso pela dimensão de área de floresta impactada pelo projeto, existe também a dimensão qualitativa. Segundo o próprio EIA do projeto (idem, p. 44) foram identificadas nessa área 10 espécies endêmicas à região, consideradas novas para a ciência. Também foram identificadas espécies raras e 24 espécies ameaçadas de extinção, tais como, a castanheira, a itaúba, aracanga, cedro e jaborandi. Por causa disso, foi definida pelo licenciamento a necessidade de compensação ambiental pela Vale, através da doação de uma área, na Serra da Bocaina, localizada no município de Canaã, que possuía ambiente natural similar ao atingido pela ADA do projeto, possibilitando posterior transformação em uma área de proteção integral junto a Flona Carajás. (PBA, 2012, p. 17.1).

3.1.5 Método de lavra e inovações tecnológicas do projeto

Segundo informações do EIA do projeto, o tipo de lavra a ser usado depende das dimensões e distribuição dos recursos minerais a serem explorados, além de aspectos econômicos, de segurança e tecnológicos. O Bloco D tem dimensão aproximada de 8 km de comprimento por 2km de largura e, além disso, o minério é encontrado próximo a superfície e com espessuras que variam de 20 a mais de 350 metros. (EIA. V. I-A: pg219). Essas características dimensionais levaram a Vale a optar pela escolha de lavra a céu aberto. Observa-se na ilustração 68, a área onde se efetivará a exploração de lavra inicial do projeto.

Imagen 34 - VISTA AÉREA DA MINA DO PROJETO S11D

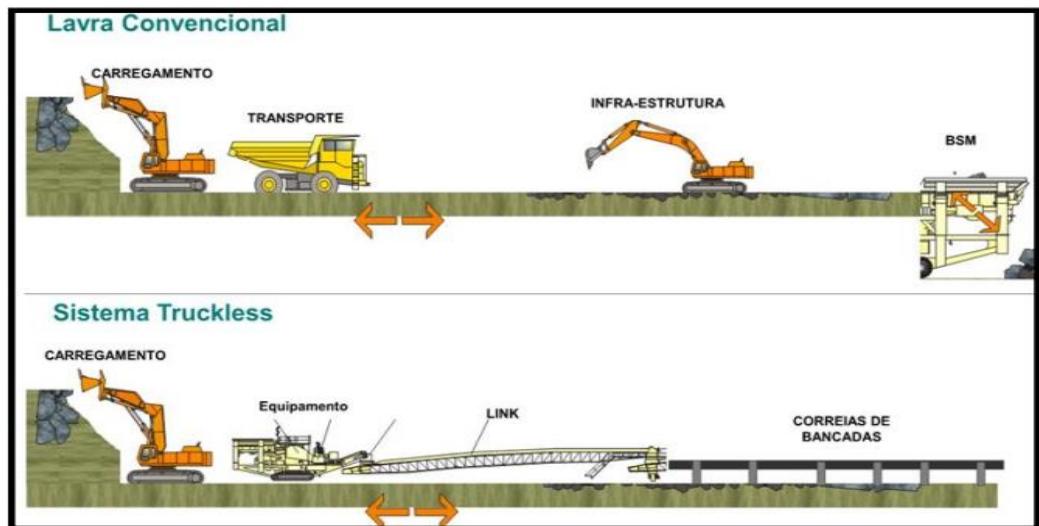


Fonte: Vale, 2016, p.19

O projeto original, descrito no EIA, previa que o minério seria transportado das frentes de lavra até as instalações de britagem semi-móvel, onde seguiria até a usina de beneficiamento. Esse transporte seria feito através de 21 caminhões de 363 ton/cada, que percorreria uma distância de 2km, entre a cava e a usina de beneficiamento, conforme método já existente em outras minas da Vale, dentro da Flona Carajás. No entanto, para este projeto, a Vale foi questionada pelo IBAMA, sobre a viabilidade de aplicação de outra forma de transporte. Isso fez a empresa reapresentar o projeto, com uma tecnologia chinesa, chamado de sistema *Truckless*, que consistia de um método de transporte de minério, por correias transportadoras, que apesar de utilizar mais energia, não consumiria água, nem a necessidade de mais desmatamento que a abertura de estradas, para o fluxo de caminhões impunha. Isso também, reduziria a poeira gerada pelo transporte convencional. Este sistema acabou por ser tornar a

grande novidade tecnológica-ambiental do projeto, mas também, uma importante economia de custos para empresa. (ilustração 69).

Imagen 35 - LAVRA CONVENCIONAL E SISTEMA TRUKLESS



Fonte: Vale, 2014, p. 7

A técnica de lavra do projeto é feita por uma conjugação de explosivos para desmonte das camadas mais resistentes e escavadeiras para as menos resistentes. O impacto inevitável desse processo está na geração de ruídos e vibrações, no qual, a empresa desenvolveu um plano de controle específico. Segundo moradora da Vila Sossego, vizinha do projeto da mina de cobre do Sossego, os explosivos representavam um problema constante na comunidade, principalmente causando rachaduras nas casas dos moradores. Na ilustração 70 aparece a imagem de uma das casas com rachadura, que segundo a moradora, fora provocada pelas explosões na mina.

Imagen 36 - RACHADURA NA CASA DE MORADORA DA VILA SOSSEGO



Fonte: Jornal o Liberal, 2019.

No caso do projeto S11D, as minas ficam mais distantes de áreas antropizadas, portanto, com possibilidade de menor impacto de ruídos e vibrações por explosivos. Por outro lado, identificou-se no projeto, a existência de outra ameaça, relacionada a localização da fábrica e estoque de explosivos e paíos, que estaria na borda da Flona, próxima a área considerada antropizada. Apesar disso, na análise de risco, contida no EIA sobre essa estrutura, consta apenas como risco médio para acidente. (Vol.V-A, p. 441)

Nesse projeto não há risco de rompimento de barragem de rejeito, devido ao processamento sem utilização da água. Essa técnica diminui a geração de rejeitos, eliminando o uso das barragens. Isso é também uma tecnologia inovadora do projeto S11D, só possível pelo clima úmido local e qualidade do minério extraído dessa mina.

Outra tecnologia do projeto S11D, esteve na modularização das plantas. Eram módulos inteiros que chegavam prontos à região, apenas para serem montados, como se fossem grandes peças “lego”, com peso variando de 80 a 1,3 mil toneladas cada. Na ilustração 71, apresenta-se a foto de um desses módulos.

Imagen 37 - MÓDULO DA USINA SOB EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE



Fonte: PBA, 2012, p. 223

O peso total das estruturas metálicas e equipamentos do projeto, foram de 203.500 toneladas (VALE, p. 2). A Vale adquiriu uma área, que fora do projeto níquel do vermelho, na entrada da sede do município, para funcionar como um canteiro de pré-montagem dessas estruturas. Desse canteiro até o local da usina do S11D, ainda existia uma distância de 43km a ser superada, onde só existiam propriedades rurais e um pequeno ramal de terra. Dessa forma o governo do estado desapropriou essa área e a Vale, construiu uma estrada entre a o espaço de pré-moldagem e o portão de entrada do projeto S11D, que ficou conhecida na região como estrada da Vale. Na ilustração 72 observa-se o local onde fora montado toda a estrutura de equipamentos do setor de processamento da usina.

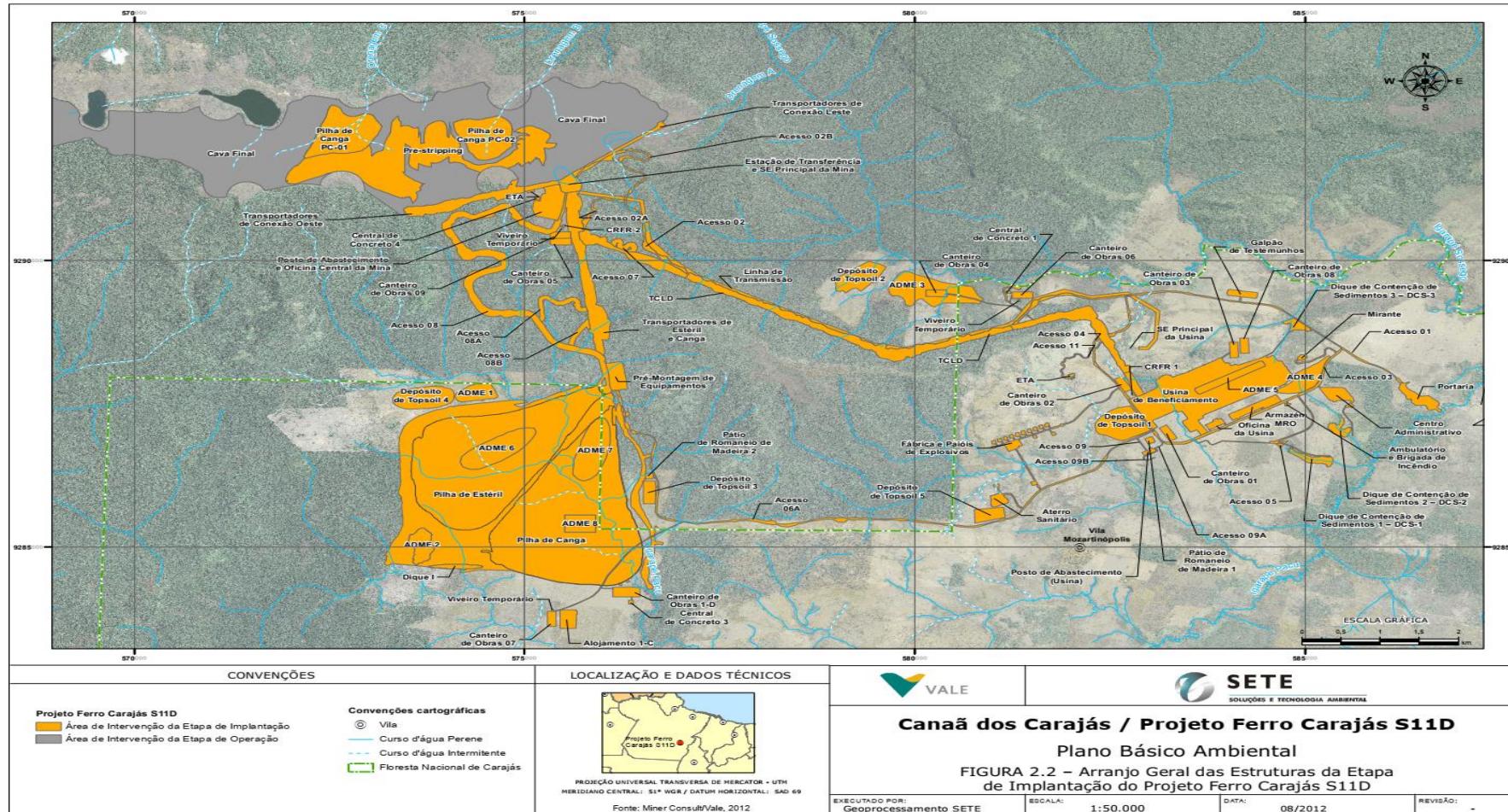
Imagen 38 - VISTA AÉREA DA USINA DE PROCESSAMENTO



Fonte: Vale, 2016, p. 37

A imagem 39 é do mapa geral dessas estruturas de instalação da mina do projeto S11D.

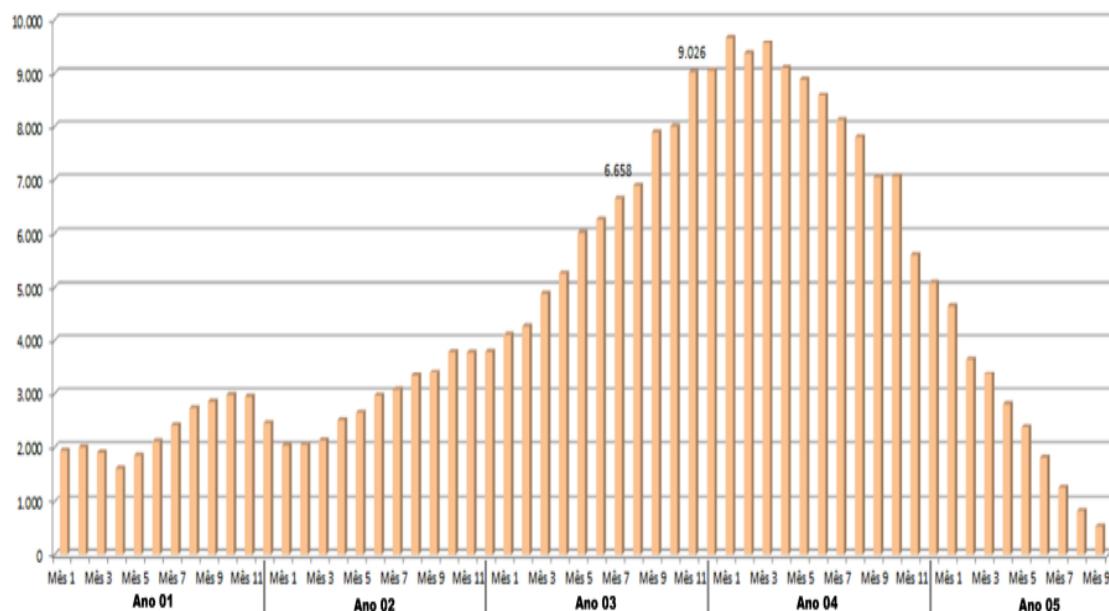
Imagen 39 - ARRANJO GERAL DAS ESTRUTURAS DO PROJETO FERRO CARAJÁS S11D



3.1.6 Mobilização de mão de obra

Por conta do modelo de construção modular, o contingente de trabalhadores envolvidos nas obras do projeto foi extremamente exíguo diante de suas proporções. A estimativa de mão de obra para etapa de implantação do projeto S11D, segundo a Vale, estaria em torno de 4.546 empregados, incluindo mão de obra direta e indireta.³⁶ e no pico das obras chegaria a 9.680. (VALE/PBA 2012, p. 2.117). No gráfico 35 observa-se que a maioria dos empregos estavam relacionados ao processo de obras de implantação do projeto, com tendência declinante acentuada após seu término.

Gráfico 35 - HISTOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA PARA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO S11D

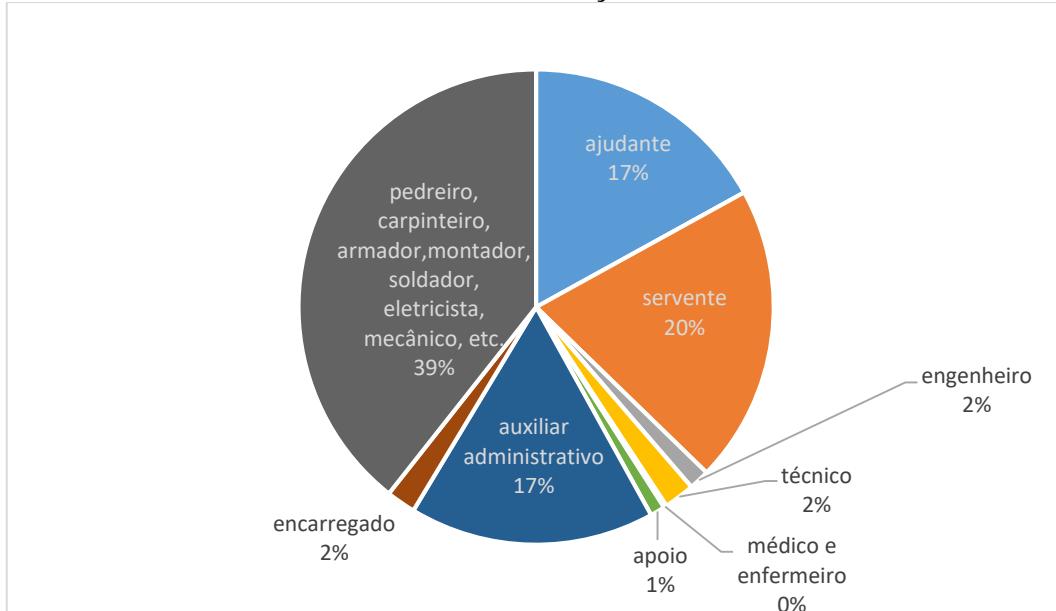


Fonte: Vale, PBA 2012, 2.119

Na etapa de descompromisso do projeto o nº de trabalhadores previsto era de 300 funcionários, predominantemente formados por mão de obra direta (VALE/EIA. Vol. IA, p. 264). No gráfico 36, apresenta-se o perfil profissional desses trabalhadores na fase de implantação do projeto.

³⁶ A Vale considera mão-de-obra direta aquelas categorias de profissionais até o nível de encarregado, e mão-de-obra indireta, profissionais com cargos acima desse nível, técnicos, engenheiros e gerentes.

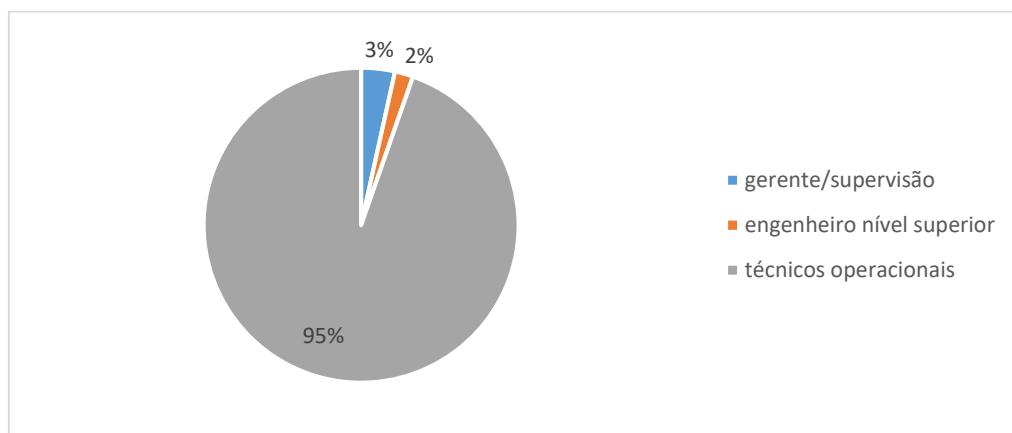
Gráfico 36 - DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO



Fonte: Vale, Eia. Vol.IA, p. 265

No momento de pico das obras de infraestrutura do projeto, onde o número de trabalhadores contratados é maior, os postos de trabalho, em sua maioria, estão relacionados a funções menos especializadas, com menor remuneração e contratação terceirizada. O oposto acontece na fase de operação do projeto, onde o número de trabalhadores é bem menor, com postos de trabalhos mais qualificados e de contrato direto com a Vale, conforme pode ser observado na ilustração 76:

Gráfico 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS NA FASE DE OPERAÇÃO



Fonte: Vale, Eia. Vol.IA, p. 266

Dessa forma, a mineração gera uma estrutura interna de dependência intensiva em tecnologia importada de outros países, complementada pela redução de postos de trabalho gerados nos locais de exploração de mina. Segundo Marine (2005), para compensar essa dinâmica de dependência, dos países que assumem essa relação no cenário internacional, a empresa capitalista impõe uma superexploração do trabalho para realizar seus lucros, principalmente diante de períodos de queda nos preços das *commodities*. A terceirização nesse setor tende a ser uma expressão disso. Dados informam que esses trabalhadores ganham em média 27% menos do que os demais contratados diretamente pelas mineradoras, estão também mais sujeitos a acidentes de trabalho que sequer são contabilizados como acidentes da mineração, porque vinculam-se a área de construção civil, transporte, etc, de formas a haver uma subnotificação desses casos. O desastre de Mariana é bastante exemplar nesse sentido, na medida em que dos 14 trabalhadores da empresa que morreram no rompimento da barragem, 13 eram terceirizados. (GOMES, 2019).

O projeto tem previsão de vida útil de 25 anos (Vale, 2014, p. 3), depois do qual, entra em fase de desinstalação.

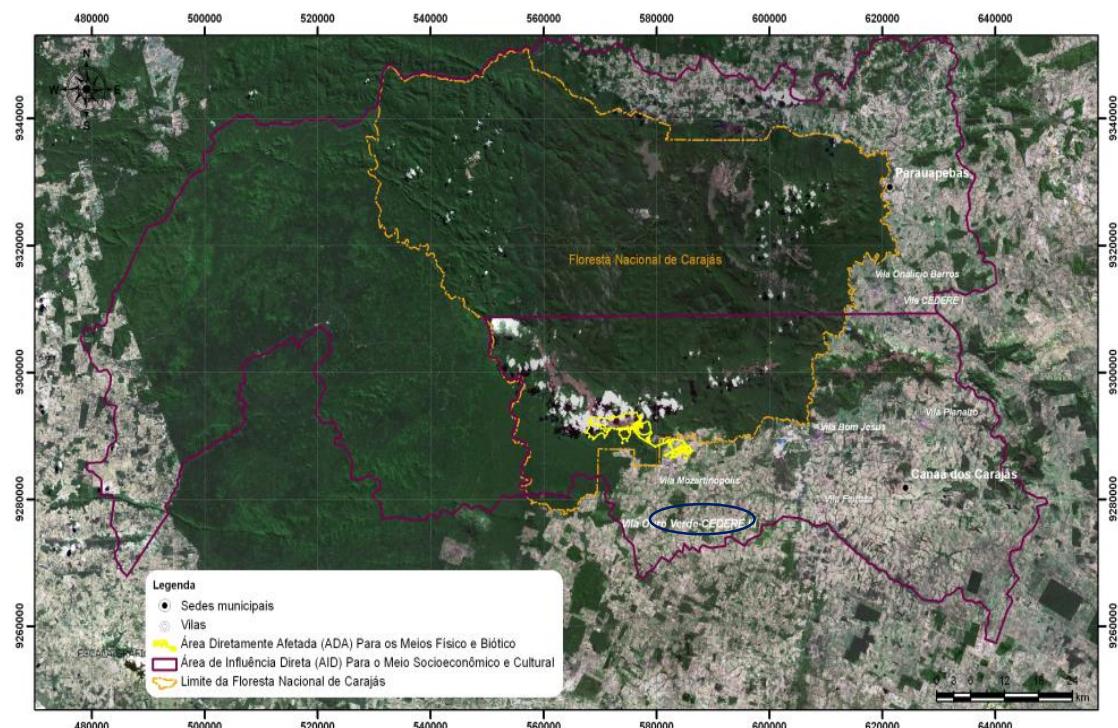
3.2 Demandas territoriais do projeto S11D: Apresentação dos casos

Neste tópico serão descritos dois casos, dos muitos existentes, para servirem de exemplo à compreensão das demandas e formas de territorialização, advindas da implantação do projeto S11D no município de Canaã dos Carajás. Sem dúvida nenhuma, a demanda por terra foi uma das principais formas de territorialização da Vale no município e maior geradora de conflito, o que confirma uma íntima relação entre a mineração e a questão agrária. Na descrição dos casos da Vila Mozartinópolis e da formação da Parna dos campos ferruginosos, serão destacadas as estratégias da empresa, o papel do Estado e as formas de resistências

3.2.1 No lugar da Vila ficou a Vale: O deslocamento da Vila Mozartinópolis/racha-placa

A Vila Mozartinópolis/Racha Placa encontrava-se situada no extremo Oeste de Canaã dos Carajás, próxima a Flona Carajás e vizinha do projeto S11D, conforme pode ser observado na imagem 40.

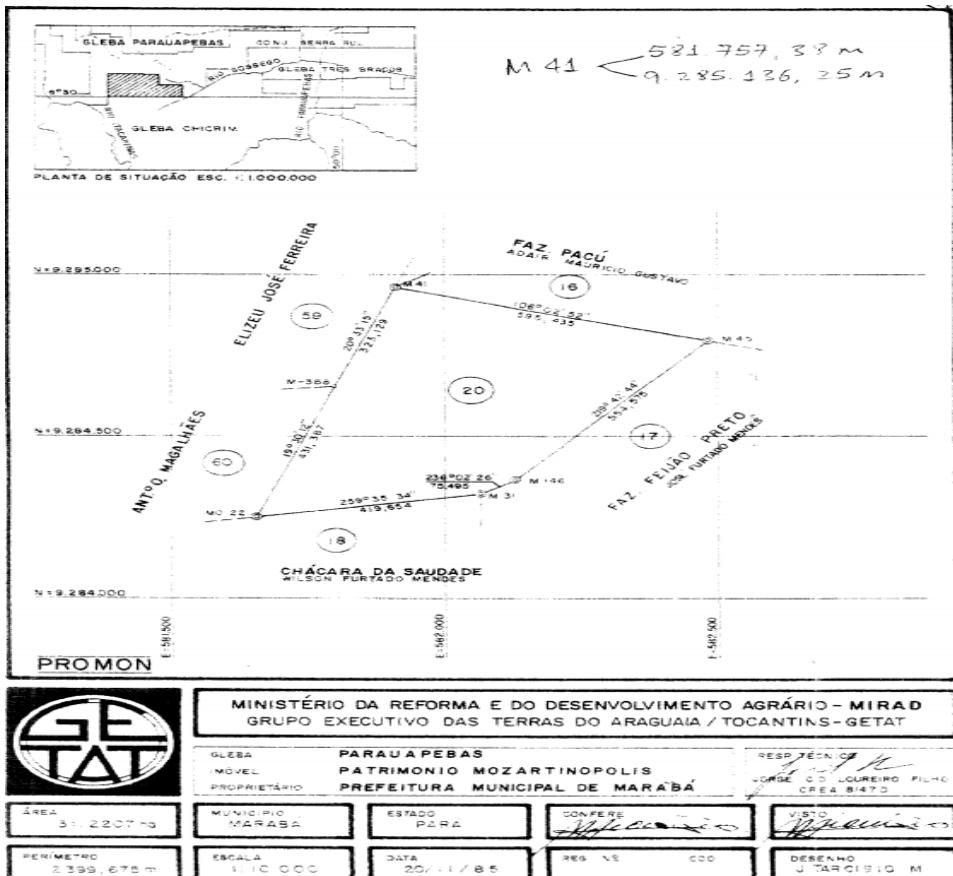
Imagen 40 - LOCALIZAÇÃO DA VILA MOZARTINÓPOLIS EM RELAÇÃO A ADA E AID DO PROJETO S11D



Fonte: VALE: RIMA, 2010: p 39

A área onde se constituiu a Vila, fazia parte da gleba Parauapebas, arrecadada pelo Getat para conformação dos PAs Carajás II e III. Com o fim da atividade de garimpo e o avanço da pecuária, essa área, como outras do PA, sofriam as pressões advinda do processo migratório. Assim, nessa região foi se consolidando sítios e pequenas fazendas de pecuária, que necessitavam de mão-de-obra, o que possibilitou a consolidação de um pequeno núcleo populacional, com aproximadamente 65 famílias, boa parte, dependente de trabalho nessas áreas de fazendas. Desse núcleo formou-se a Vila, numa área de 31,7ha (imagem 41).

Imagen 41 - ÁREA DA VILA MOZARTINÓPOLIS



Fonte: INCRA/SR-27

O processo de constituição da Vila Mozartinópolis/Racha-placa, foi acompanhado de perto pela Docegeo, que tentava evitar sua formação, devido à proximidade com a área de servidão minerária da CVRD. Apesar que nesse período a exploração mineral estava concentrada na porção norte da Serra de Carajás, era fato que a empresa buscava criar um cinturão de proteção, contra as ocupações espontâneas de terras, em torno de toda área de servidão. Sem sucesso em relação a formação da Vila, a Docegeo passou a manter funcionários no local, para tentar buscar o mínimo de controle da área, disso decorreu a origem do nome Mozartinopolis, e também, Racha Placa.

Mozartinópolis veio em alusão à um funcionário da Docegeo, cujo nome era Mozar, que assumiu uma espécie de função de síndico do local. Por outro lado, a mesma empresa, colocava várias placas proibindo acesso aos moradores, em determinadas áreas de caça e pesca, causando uma revolta na comunidade, que passava a rachar as placas com seus instrumentos de trabalho, em franca desobediência a tal proibição. Daí que um grupo sugeriu, que em vez de Mozartinopolis, a vila passasse a se chamar Racha Placa.

O resultado foi que, sem um acordo, a Vila ficou reconhecida pelos dois nomes, o oficial e o de resistência.

Devido a distância de 65km da sede do município, na vila foi se constituindo uma infraestrutura de atendimento básico para os moradores do local, que envolvia escola, posto de saúde, energia elétrica, água encanada, bares, lanchonetes, restaurante, campo de futebol, borracharia, uma linha de ônibus, igrejas e um posto da ADEPARÁ. Por conta disso, a vila passou a funcionar como um núcleo urbano importante para moradores de seu entorno. (imagem 42)

Imagen 42 - VISTA AÉREA DA VILA MOZARTINÓPOLIS



Foto: Arquivo da prefeitura de Canaã dos Carajás, 2007

A partir do ano de 2003, iniciou-se o processo de sondagem de solo nessa área, próximo a Serra Sul, pela empresa Vale, visando abertura do que viria a ser o projeto S11D. Mas apenas em 2008, a Vale passou a intervir mais diretamente na desestruturação da Vila, quando começou o processo de compra de várias áreas de fazendas no seu entorno, ocasionando o desemprego para muitos moradores. Segundo a empresa, nesse ano, foi apresentado aos moradores da Vila o projeto que viria a se instalar ali próximo, e a partir daí, passou-se a realizar um levantamento socioeconômico da área com o cadastro dos imóveis existentes, pela empresa Diagonal Consultoria³⁷, contratada da Vale.

³⁷ Empresa criada em 1990, com sede em Recife. Iniciando seu trabalho com foco em regularização fundiária, habitação e saneamento ambiental, de onde tirou a expertise de gestão social integrada, voltada a conhecer, dialogar, planejar e transformar. Tornou-se referência no atendimento de demandas advindas

Segundo informe de um morador da Vila, a presença da empresa Diagonal tornou-se frequente entre eles, mas sua ação era tida como intimidatória, pois nas visitas as casas, sempre os alertava de que estavam em área pública, concedida à mineração e que por conta disso, teriam de sair da mesma. Completavam, indicando que a Vale estava disposta a indenizar os moradores, pagando as benfeitorias existentes em seus lotes. Aqueles que resistiam a qualquer tipo de acordo de saída do local, passavam a sofrer intimidações, ainda mais violentas:

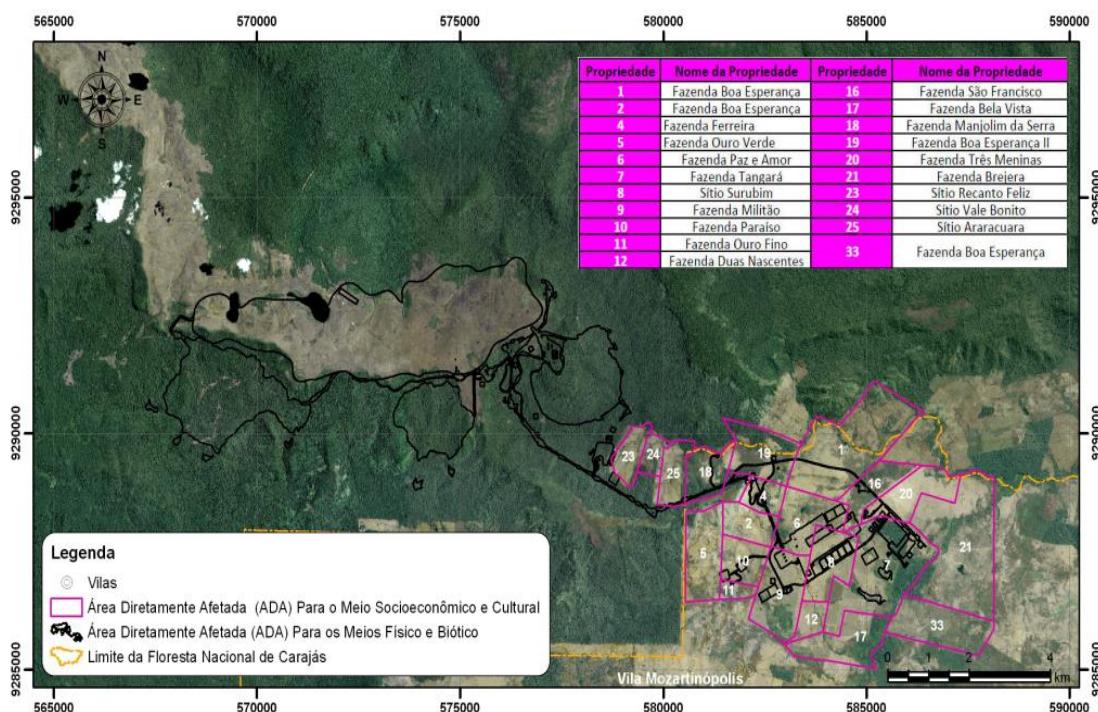
Desde o início eles pressionava, tinha uma firma lá de nome Diagonal, eles chegavam, fazia pesquisa na Vila. Aí chegava aqueles florestal com revolve na cintura, com as psicólogas e uma pessoa da Vale pra negociar, aí eles falavam assim, que a Vale veio pra comprar da gente. Aí eu dizia qual o valor que eles tão dando? - Ó sua casa foi estabilizada em 30 mil reais. Eu dizia, olha aí pro canto do meu lote e vê se tem alguma placa de venda. Aí eles diziam: - aqui é área da União, se você não sair nós vamos colocar é mercúrio. Então vocês vão ter coragem de botar mercúrio pra matar as crianças na escola? A mulher ameaçou que eles iam tacar mercúrio e tacar poeira. Teve lugar que eles diziam assim, que vinha os funcionários pra trabalhar, que estuprava até as filhas, aí eles ameaçavam assim (MORADOR. Canaã dos Carajás: 9/7/2019)

Ressalta-se que nesse período, a Vale já tinha decisão técnica para explorar a área da Serra Sul, no entanto, sequer havia protocolado a abertura do processo no IBAMA. Dessa forma, atuava “limpando” preventivamente a área, para que não se repetisse os conflitos que ocorreram no projeto Sossego com seus vizinhos, moradores da Vila Bom Jesus.

Em 2009, quando houve a abertura do licenciamento no IBAMA, constava da ADA do projeto, a desapropriação de apenas 21 propriedades, entre sítios e fazendas, sem qualquer menção a Vila como área de remoção. Na ilustração 80, apresenta-se as áreas apontadas para desapropriação pelo projeto.

de empresas e governos em 21 países e 21 estados brasileiros. Possuía vários projetos solicitados pela empresa Vale desde 2003, como o estudo sobre os impactos ambientais para subsidiar o plano de responsabilidade social privada para implantação da mina do Sossego no município de Canaã dos Carajás. Especificamente sobre a Vila Mozartinópolis, em seu portfólio, constatou-se a existência de dois projetos: um em 2009/2010 sobre consultoria às famílias da Vila para confirmar adesão a área anfítriã destinada ao reassentamento, e outro em 2010/2010 para elaboração de projetos executivos para áreas anfítriãs da Vila Mozartinópolis no município de Canaã dos Carajás, ambos solicitados pela Fundação Vale. (DIAGONAL. Disponível em: <http://www.diagonal.net/a-diagonal/quem-somos>)

Imagen 43 - ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PARA O MEIO FÍSICO, BIÓTICO E SÓCIO ECONÔMICO DO PROJETO S11D



Fonte: RIMA, 2010.

Nesse mesmo ano em que a Vale protocolou pela primeira vez o projeto, os moradores da Vila, já apresentavam o desgaste de um ano de pressão da empresa sobre a área. Devido a isso, junto com o STR de Canaã, procuraram a CPT e o STR, para denunciar esses acontecimentos e pedir que intermediassem a negociação com a empresa. Segundo depoimento, essa foi a primeira iniciativa de buscar tratar o processo de desapropriação de forma coletiva:

Até o desmonte total da vila a gente conseguiu alterar bastante a situação nos pontos iniciais. A questão mais direta foi aquelas famílias que estavam numa situação de vulnerabilidade maior, que não tinha sido apresentado a elas nenhuma alternativa. Algumas famílias ao menos tinham imóveis na vila, um pequeno comércio, uma pequena propriedade no entorno, esses aí, embora a Vale tenha proposto pagar uma pequena indenização, muito aquém do valor de mercado, a gente ajudou no sentido de forçar a Vale pagar valores mais atualizados. Mas aquelas famílias que não tinham esses bens, ou seja, trabalhavam de vaqueiros nas fazendas, diaristas, arrendatários e pequenos serviços de bicos na vila, essas famílias não tinham nenhum patrimônio de bem e a Vale então, não estava oferecendo nada a elas. Daí nós ajudamos essas famílias no sentido de tentar organizar uma pauta específica, daí que surgiu a ideia de forçar a Vale a adquirir um imóvel, concedendo essa área para o Incra, como área para assentamento das famílias. (CPT. Marabá: 11/12/2017)

Em função disso, a partir de 2010, iniciaram-se as negociações coletivas com a Vale. Na primeira delas a empresa já deixou claro que a mudança da Vila não era condição para instalação do empreendimento, e que a empresa fazia uma concessão voluntária, em ouvir a demanda da comunidade (INCRA, 2012, p. 2002). Essa fala, confirma o que expressava a CPT, de que não havia nenhum interesse da Vale no processo de negociação coletiva da Vila e que sua existência se deveu, exclusivamente, à resistência e pressão dos moradores locais, com a parceria do STR de Canãa, da CPT e do CEPASP. Nesta mesma reunião, apareceu pela primeira vez, por parte dos moradores, a proposta de remoção da Vila como um todo, pautado em um modelo que foi empregado no projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte.

A partir de então, nas duas reuniões que se seguiram (INCRA, 2012 (1), p. 2007 e p.2026), foi se confirmado a proposta de remoção da Vila para uma área de comum acordo entre os moradores, e também no sentido de identificação das demandas dos vários grupos de interesse, surgidos no processo de negociação. Nesse período, na Vila, moravam aproximadamente 342 pessoas (Vale & Golder, 2010 apud ICMBIO, 2016: p.37), mas circulava um número superior, formado por funcionários públicos que não eram moradores, assentados do PA vizinho que vinham em busca de serviços ofertados na vila, proprietários de meios de transporte, dentre outros, que passaram a fazer parte do grupo de atingidos pela remoção.

Nessas reuniões, a Fundação Vale³⁸ e não mais a Vale, passava a conduzir as negociações, justificando o fato de que esse processo dava-se sob o contexto de uma ação voluntária da empresa para minimizar os impactos sofridos pelos moradores, e portanto, com natureza de negociação distinta, do que a Vale vinha fazendo, a partir da compra direta de fazendas que estariam na ADA do projeto (INCRA, 2012, p. 1996). Nota-se com isso, um recorrente uso da palavra “voluntário”, pela Vale, enquanto uma estratégia de isentar a empresa de obrigatoriedades legais e ao mesmo tempo, parecer como uma “empresa amiga” que está disposta a ajudar.

³⁸ A Fundação Vale é uma estrutura interna da Vale, mas que funciona administrativamente de forma autônoma. A Vale, por meio da área de relações com a comunidade, tem seu foco prioritário na gestão de impactos, cuidando de investimentos sociais obrigatórios ou morais, decorrente de suas operações, como termo de ajustamento de conduta, licenciamento e acordos judiciais. A Fundação Vale, trabalha sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, realizando investimentos sociais voluntários a partir das demandas locais, por meio de ações e programas compartilhados com diversos parceiros. (FUNDAÇÃO VALE, 2013, p. 13).

Ao final do ano de 2010, já haviam sido realizadas aproximadamente 15 reuniões entre a Vale/ Fundação Vale/ Diagonal, com a CPT, moradores da Vila e o INCRA. Nesse sentido, fechou-se o termo de atendimento as famílias entre as partes, que envolvia o reconhecimento de 12 grupos distintos, de acordo com suas demandas, são eles:

1. Famílias proprietárias vulneráveis
2. Famílias proprietárias não vulneráveis
3. Famílias inquilinas e cessionárias e vulneráveis, proprietárias ou não de lotes na vila
4. Famílias inquilinas não vulneráveis e proprietárias de lotes na vila
5. Famílias inquilinas ou cessionárias não vulneráveis e não proprietárias de lotes na vila
6. Famílias coabitantes
7. Proprietários de lotes vagos
8. Proprietários de imóveis vagos
9. Proprietários de imóveis em construção
10. Proprietários de lotes com plantio ou criação
11. Responsáveis por imóveis cujo uso destina-se a comércio e serviços
12. Famílias proprietárias ou inquilinas, não vulneráveis e que prestam serviços por meio de bens móveis (linha de leite e linha de ônibus, cujas atividades estão sendo afetadas.

Cada grupo teve sua negociação específica. O maior deles, de 55 famílias em situação de vulnerabilidade, escolheu o atendimento rural. Desse acordo constava:

1. Aquisição pela Vale de área rural a ser dividida em lotes de 5 alqueires para cada família, com objetivo de transformar em área pretendida de projeto de assentamento rural.
2. Reprodução de infraestrutura e serviços existente na Vila Mozartinópolis, com ampliação e construção desses equipamentos na Vila Ouro Verde.
3. Pagamento de auxílio de fomento de atividade econômica, em consideração ao tempo de adaptação ao novo local. O repasse deste montante seria feito em parcelas trimestrais.
4. Garantia de uma compensação por família em razão da quebra de vínculos socioculturais.

No contexto das negociações em torno da Vila Mozartinópolis se formou um outro processo de remoção do PA Cosme Damião³⁹, que também se encontrava impactado pelo projeto, seja pela proximidade do mesmo ou pela desestruturação da vila, de onde dependiam dos serviços mais imediatos.

Quando a negociação parecia avançada, inclusive com uma área já definida para remoção da Vila, na reunião de 06/04/2011 conduzida pela empresa Diagonal e não mais pela Fundação Vale, houve um retrocesso da proposta da empresa. O representante da Diagonal, iniciou informando que a Vale estava em processo de alteração do projeto original do S11D e que por isso a desestruturação da Vila não seria prioridade nesse momento, também informou que haviam denúncias de alguns órgãos públicos de que a Vale estaria fomentando o êxodo rural, por isso a empresa estava reavaliando a proposta, ainda assim, se comprometia com a manutenção e revitalização de alguns equipamentos públicos na vila. Isso causou uma reação de indignação na plenária, que reafirmava a proposta de remoção da Vila como um todo, através da expressão: “Ninguém fica pra trás”. (INCRA, 2012 (1), p.1993).

Por conta disso os moradores ocuparam em 2011, por dois dias, a estrada que dava acesso ao projeto S11D, impedindo a passagem de operários que trabalhavam nas obras do projeto. Na ilustração 81, apresenta-se o bloqueio da estrada com operários parados e alguns moradores negociando com um funcionário da empresa.

Imagen 44 - BLOQUEIO DA ESTRADA DE ACESSO AO PROJETO S11D E NEGOCIAÇÃO COM FUNCIONÁRIO DA VALE



Foto: Arquivo CPT.

³⁹ O PA Cosme Damião, localizava-se no município de Água Azul do Norte, foi criado em 2006, numa área de 1.500 ha, com 22 famílias assentadas.

As negociações foram retomadas novamente, só no segundo semestre de 2011, quando a Vale, finalmente entrou com pedido de afetação e desafetação da área na instância do INCRA. O primeiro problema nesse processo surgiu diante de um conflito institucional entre áreas destinadas à reforma agrária (Vila e PA Cosme Damião), com o pedido de servidão minerária, feito pela Vale. Ambos estavam enquadrados em direitos garantidos pela Constituição de 1988, mas até então não havia uma legislação clara sobre a quem caberia o direito primário. Ressalta-se que em 2008, a própria regional do INCRA já havia enfrentado a mesma situação com relação a desafetação do PA Campos Altos e Tucumã com a mineração Onça Puma/Vale, que decidiu por garantir o direito de lavra sobre a área, um precedente de mérito para o caso atual. Mesmo assim, desta vez, foi criado um grupo de trabalho interdisciplinar entre o INCRA e o DNPM para elaborar uma proposta que regulamentasse de vez os procedimentos a serem adotados nesse caso. O resultado apareceu expresso no parecer técnico do PFE/INCRA-SR27(INCRA, 2011), que, pautado no direito minerário vigente, apontava o princípio da rigidez locacional da exploração mineraria, como decisivo, para parecer favorável ao deslocamento da Vila e do Projeto de Assentamento, instituindo para condição de desafetação, o instituto da permuta, com equiparação de área original e de infraestrutura, garantidos pela gestão pública.

No processo de escolha da área para onde seriam removidos, os moradores da Vila optaram pela fazenda Recreio, na Gleba Xikrim, que se localizava entre os municípios de Canã dos Carajás e Água Azul do Norte, próxima à Vila Ouro Verde e cerca de 40 km da sede do município de Canã. Já os moradores do PA Cosme Damião, escolheram a Fazenda Santa Marta, no município de Água Azul do Norte. Ambas as áreas foram consideradas pelo laudo técnico do INCRA como viáveis para consolidação dos assentamentos, no entanto, durante o processo de afetação destas fazendas, houve um outro problema institucional, desta vez relacionado a cadeia dominial dos imóveis. O levantamento feito pelo INCRA indicava que grande parte dessas áreas era de posse, portanto de domínio da União, logo, não havia como ser afetado para União, área que já era dela.

Enquanto esse conflito institucional se arrastava, a Vale e o INCRA tentavam dar prosseguimento as oficinas de planejamento do PDA do assentamento. No entanto, as famílias não se interessavam por esse tipo de reunião, na medida em que se encontravam, desde 2008, convivendo com a desestruturação da vila e, recentemente, com todos os

problemas de insalubridade decorrentes do início das obras do projeto S11D. A situação de precariedade na vila se confrontava com a morosidade do processo legal, mesmo considerando o auxílio de um salário mínimo, garantido pelo acordo com a Vale, que segundo depoimentos de moradores, sofria atrasos permanente. Em 2014, a Câmara de Vereadores do município votou uma moção de apoio aos moradores, proposta pelo vereador Chefinho do PP. Em similaridade a essa denúncia, identificou-se um documento do ICMBIO-Flona Carajás, endereçado ao IBAMA, que chamava atenção sobre a vulnerabilidade em que se encontravam os moradores da vila (IBAMA, 2012, p. 192).

Em 2014, a PFE-INCRA concede parecer autorizando a presidência do INCRA a seguir os trâmites do processo em relação a Fazenda Recreio. No caso da Fazenda Santa Marta houve recusa do dono de sair da área, com exigência de que a Vale fizesse um pagamento superior ao ofertado. Com isso, esse processo ficou suspenso, o que fez com que as famílias do PA Cosme Damião, já acumulando o desgaste do tempo, se dividissem, ficando alguns, com a opção de indenização em dinheiro e outra pequena parte, com a opção do assentamento na área da fazenda Recreio, junto com os moradores da vila.

Ainda em 2014, a Vale inicia as obras na área e em 24/07/2014 o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, assina o processo de criação do assentamento, constituindo formalmente o PA União Américo Santana. Este nome foi escolhido em assembleia para referendar a vitória dos moradores, que só foi possível pela união de todos e Américo Santana, em homenagem ao fundador da vila. No final de 2014 iniciou-se a mudança das primeiras famílias para a área.

Em atendimento ao termo de acordo, foi imposta à Vale a necessidade de garantir algumas infraestruturas aos moradores do PA: abertura de 17 km de estradas vicinais, implantação e distribuição de rede de energia elétrica, perfuração de 50 poços artesianos para os domicílios, construção de 50 casas num padrão melhorado do modelo do INCRA (imagem 45) e um centro de lazer comunitário. Além disso, deveria ser garantida consultoria técnica para produção dos assentados durante o primeiro ano.

**Imagen 45 - MODELO DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELA VALE NO PA
AMÉRICO SANTANA**



Foto: Simone Contente. 10/12/2017.

Em 2015, a Vale inaugurou o chamado complexo Ouro Verde, na Vila Ouro Verde, que consistiu de reforma da escola (imagem 46), e posto de saúde, construção de uma creche e prédio da Adepará. Essa melhora na estrutura da Vila Ouro Verde, representava também uma condicionante criada com a remoção das famílias da Vila Mozartinopolis/Racha Placa, que, pela proximidade, passariam a utilizar a Vila para acomodar esses serviços.

Imagen 46 - ESCOLA NA VILA OURO VERDE



Foto: Simone Contente 09/07/2019.

Em abril de 2015, foi feita vistoria técnica pelo IBAMA e INCRA na área, para confirmar se as condicionantes impostas a Vale haviam sido cumpridas. Consta deste relatório a pendência apenas de finalização da abertura de todos os 50 poços nos lotes, e estudos sobre a qualidade de suas águas. (IBAMA, 2015, p. 4021). Em julho de 2015, concluiu-se a remoção de todos os moradores da vila para o PA.

Apenas um ano depois, a Associação de Agricultores do Assentamento União Américo Santana e o STR de Canaã, protocolaram ofício ao Incra-SR27, reclamando sobre alguns problemas existentes nas estruturas de telhado e fossa de várias casas, nos quais pedem reparação (INCRA, 2012, p. 401). Os moradores do PA, também tiveram problema em relação ao encaminhamento dos projetos de produção dos lotes e principalmente com a falta de água, conforme atestam dois moradores, em depoimento:

Aqui nós tá mais mexendo com criação de gado de leite, aí eles queria fazer que as pessoas produzissem cacau, qualquer tipo de frutífera, né, mas o pessoal caminhava num lado e a Vale pra outro(...)Quando era pra fazer um projeto de galinha aqui, a assistência técnica começou o projeto, daí a Vale já mudou pra cisterna, e aí não deu certo as cisterna e ela já mudou pra outro tipo, de outro projeto com a Agencia Canaã (...), acaba que os nosso, nenhum foi avante. (MORADOR. Canaã dos Carajás: 09/07/2019)

Eles tiraram os lotes por satélites, eles cortou os lotes, cortaram e cercaram, fizeram uma APP e cercaram as águas, e deixou nós na parte do seco (...) eles fizeram poço, mas a energia aqui no início, eu pagava até mil reais de energia, a mulher ali pagou 2.800 reais. Qual a renda que a gente tem de pagar uma energia desse jeito (MORADOR. Canaã dos Carajás: 09/07/2019)

Percebe-se nos depoimentos que muitas questões ainda estavam pendentes na vida desses moradores, apesar da Vale já ter indicado ao INCRA documento de conclusão das obras sociais no PA União Américo Santana e Vila Ouro Verde, portanto encerrando sua pendência com a área (INCRA, 2014: p.353). Em relação a demanda sobre as casas, ainda foram feitos alguns reparos, segundo a empresa, “voluntários”, pois em sua resposta ao ofício da associação, considerou que esses problemas nas moradias, não eram estruturais e sim de falta de cuidado dos próprios moradores. (INCRA, 2014: p. 409).

Como forma de descrever sumariamente esse processo, apresento, para finalizar, uma linha do tempo a partir de três atores centrais envolvidos: O Estado, a empresa e a vila. (quadro 8)

Quadro 8 - CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS E PROCESSOS RELACIONADOS A VILA MOZARTINÓPOLIS

	1969	1971	1974	1980	1987	1988	1994	1998	2002
ESTADO	DNPM decreta Arrecadação da área de servidão da área à concessão de mineraria a União Amazônia Mineração n°813.684/69	DNPM decreta lavra ao (GETAT), decreto n°1164/71	DNPM decreta concessão de área de servidão da área à concessão de mineraria a União Amazônia Mineração n°813.684/69	Extinção do Getat (n°2328/87), área passa a INCRA	Criação do PA Carajás II e III	Fundação do município de Canaã	Criação da Flona Carajás. n°2486/98		
VALE									Início das obras do projeto de cobre do sossego
VILA					Início da ocupação da Vila Mozartinópolis				

	2003	2004	2005	2008	2009
ESTADO					Criação do Programa Terra Legal (Lei 11.952/09). A área passa a ficar sob sua ingerência. Início do licenciamento ambiental do Projeto S11D Necessidade de readequação do Eia/ Rima
VALE	Sondagem de solo Serra Sul	Início das operações do projeto Sossego	Decisão técnica do projeto Serra Sul	Apresentação do Projeto Serra Sul na Vila.	Cadastro de imóveis, pesquisa socioeconômica Negociações para compra da área do entorno.
VILA					Impacto do desemprego na Vila e muitas casas sendo demolidas, por conta da compra casada das fazendas O Movimenta denuncia o caso a CPT e org. sociais

	2010	2011	2012	2013
ESTADO		Laudo técnico do INCRA sobre a fazenda Recreio		Tramite do processo de regularização da área
VALE	Vale protocola nova versão do EIA Rima. Com parte do projeto situado fora da área da Flona	Mudança na equipe socioeconômica da Vale. Recuo da Vale sobre a remoção da Vila	LP do projeto S11D PDA	LI do projeto S11D 44% das obras da mina e usina prontas
	Audiências públicas sobre o projeto	Início do pagamento de compensação social e fomento		
	Vale adquire área da Fazenda Recreio e Santa Marta			
VILA	Reuniões coletivas entre a Vale, INCRA e Comunidade Decisão pelo remanejamento completo da Vila	Bloqueio de estrada Vale fecha termo de atendimento com os moradores	Oficinas de planejamento do PDA	Escolha do Nome PA União Américo Santana

	2015	2016	2017
ESTADO	Autorização da PFE-INCRA, para seguir com o processo MDA recebe área da Fazenda Recreio Criação do PA União Américo Santana		
VALE	Início das obras de infraestrutura no PA Remoção das primeiras famílias	LO do projeto S11D Vale comunica ao INCRA e IBAMA a conclusão das obras no PA e na Vila Ouro Verde (condicionante do projeto S11D)	Início das operações do projeto S11D
VILA	Mudança total das famílias		

3.2.2 Da condicionante ambiental à crise fundiária: A formação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos

O Parque Nacional dos Campos Ferruginosos localiza-se em área dos municípios de Parauapebas (17,1%) e Canaã dos Carajás (82,9%), ocupando uma extensão territorial de 79.029 ha. Foi criado por decreto presidencial, em 5 de julho de 2017, se configurando como uma área de proteção integral⁴⁰ dentro do Mosaico de Carajás.

Imagen 47 - MOSAICO DE CARAJÁS APÓS A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS FERRUGINOSOS



Fonte: ICMBIO, 2018.

Do total de área do parque, 59.638,13 ha (74,3%) fazia parte da Flona Carajás, na chamada Serra do Tarzan, o restante (25,7%) referia-se a Serra da Bocaina, área que estava fora da Unidade de Conservação e foi incorporada nesse processo de constituição da Parna dos Campos Ferruginos.

Grande parte da Serra da Bocaina, também fazia parte da área de cessão mineraria, concedida pelo Governo brasileiro à antiga CVRD, através do decreto mineiro nº 43 de 1979, porque tinha características ferríferas muito similares a existente na Flona. Por conta disso, durante o processo de licenciamento do projeto S11D, a área da Bocaina

⁴⁰ A Unidade de Proteção Integral compõe o grupo de Unidade de Conservação, cujo principal objetivo é a proteção da natureza. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. O Parque, é uma das categorias de proteção integral. (<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>)

apareceu como alternativa de preservação desse ecossistema ferruginoso, que compensasse os danos causados pelo projeto na FLONA, conforme apresentado pelo IBAMA na licença de instalação:

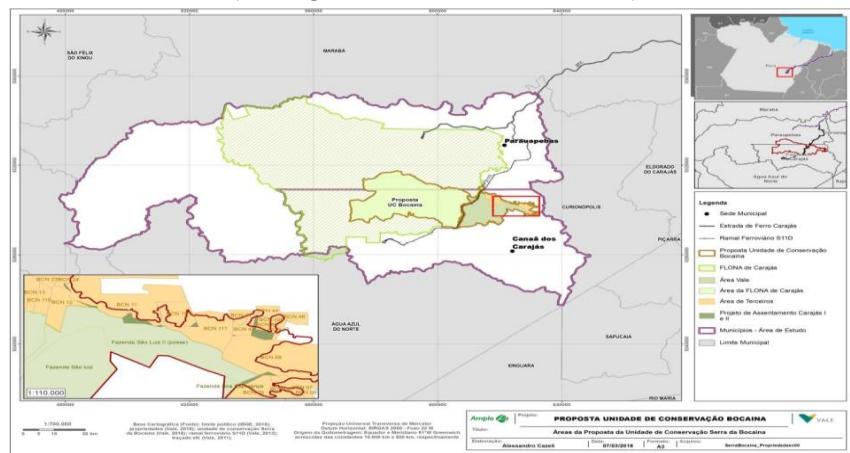
Implantar o plano de compensação ambiental, que inclui a criação de unidade de conservação na “Serra da Bocaina” e o reestabelecimento de conectividade florestal nas áreas do empreendimento. Tal plano tem a finalidade de mitigar os impactos sobre a fauna e a flora bem como assegurar compensações por perda de espécimes na área diretamente afetada pelo empreendimento. (LI 947/2013)

Segundo ICMBIO, a incorporação da Serra da Bocaina à FLONA, através da constituição da PARNAs dos Campos ferruginosos, se constituiu como uma vitória importante para preservação deste ecossistema:

A Serra da Bocaina é um lugar muito importante pra conservação. É uma área de manancial aquífero, com uma água de boa qualidade e bom volume, é uma área que tem um ecossistema de campo rupestre ferruginoso de canga, que é bastante raro e extremamente ameaçado porque é rico em minério de ferro, e toda a Serra da Bocaina, tava direcionada, através de um decreto mineiro, para concessão em favor da Vale. Então transformar essa unidade numa unidade de conservação de proteção integral de Parque Nacional, eu vejo como um ganho muito importante. (Estado. Brasília, em: 14/09/2019)

Segundo levantamento da empresa Amplo, contratada da Vale para realização de estudo da área da Serra da Bocaina, nesta existiam 3.866,68 hectares referente a 26 fazendas, consideradas como área de terceiros (4,8% do total da PARNA), e, 16.742,01 ha restantes de área da Vale (20,9% do total da PARNA).

Imagen 48 - DESTAQUE DAS ÁREAS DA SERRA DA BOCAINA INTERCEPTADA PARA PARNA



Fonte: Vale/Amplo, 2016.

Este estudo não levou em conta que boa parte dessa área, arrecadada pelo GETAT, depois fora incorporada ao INCRA para conformação do Projeto Assentamento Carajás II. Segundo informação deste órgão, o GETAT ainda chegou a titular e entregar sob condição de pagamento 680 lotes, nos quais estavam inseridas cláusulas resolutivas que só liberaria o parceiro para livremente dispor do lote rural, quando aquelas fossem integralmente cumpridas (INCRA entrevista 03/09/2019). Dessa forma, poderia de fato haver fazendas que tivessem quitado sua dívida com a União, e terem adquirido o título de propriedade, mas também poderia haver entre estes, aqueles que não cumpriram essas cláusulas, o que tornava proibida qualquer transferência de posse para terceiros.

O fato é que a Vale, decidida pelo avanço da exploração mineral no sentido da Serra Sul, a partir dos anos 2000, foi comprando áreas de fazenda nessa região da Serra da Bocaina, sem a devida consulta ao INCRA, conforme atestava depoimento:

Grande parte dessas áreas, foram adquiridas pela empresa, dos anos de 2008 e 2009 pra cá, muitas delas estavam locadas para fazendeiros criar gado. O fazendeiro vendeu pra Vale, e fez o contrato de locação para continuar engordando boi lá, em terra da Vale. (CPT. Marabá, 18/07/2019)

Nesse período, já com o início do licenciamento do projeto S11D, a empresa imaginava que essa área pudesse ser necessária como reserva para eventual pagamento de condicionante, como de fato, posteriormente veio a ser. Além disso, mantidas como fazendas de pecuária, estavam protegidas de qualquer ocupação espontânea que pudesse comprometer o entorno dos seus projetos minerários.

Foi justamente através de ocupações de áreas com titularidade questionada, por famílias sem-terra, a partir do ano de 2015, que esse processo veio à tona. Neste ano, segundo consta dos autos de ação possessória corridos na Vara Agrária de Marabá, foram ocupadas 23 fazendas por famílias de sem-terras no município de Canaã dos Carajás. Desses ações, pelo menos 19 eram da Vale, envolvendo áreas do PA Carajás II e III e Gleba três braços. (VARA AGRARIA CIVEL DE MARABÁ, 2018, p.21-23)

Pelo menos duas ocupações aconteceram na região da Serra da Bocaina, que estava dentro da área reivindicada pela Vale, e arrolada na condicionante ambiental: o acampamento Dina Teixeira, dirigido pelo MST, e o Grotão do Mutum, dirigido pelo STR de Canaã, ambos na área da Fazenda São Luiz, um complexo com vários imóveis rurais com 15.505,7998 ha. (INCRA (3), 2016).

O Acampamento Dina Teixeira se instalou numa pequena parte dessa área em 2008, e era formado por aproximadamente 300 famílias, as quais já vinham desapropriadas de outra fazenda, no município vizinho de Parauapebas. Após essa desapropriação, o INCRA em acordo com o MST e governo do Estado, havia se comprometido em assentá-las em outra área. Durante 90 dias as famílias acampadas ficaram na espera de saber para onde iriam. Sem nenhuma manifestação desse órgão, o próprio MST sugeriu a área da Fazenda São Luís, já no município de Canaã. Nesse sentido o INCRA fez levantamento dominial da área a pedido da Vara Agrária de Marabá (INCRA, 2009), onde observou que parte desta era conformada por terra pública. De posse dessa informação, o movimento resolveu deslocar o acampamento para essa parte da fazenda.

Imediatamente os donos da área entraram com o pedido de reintegração de posse, que foi indeferido pelo Ministério Público, mas contrariamente mantido pela Vara Agrária de Marabá, sob alegação de que a área era produtiva e cumpria a função social da terra.

A CPT entrou com processo (12/5/2009), justificando as irregularidades referentes a posse, questões ambientais e trabalhistas que pairavam sobre a fazenda São Luís, todas atestadas na vistoria feita pelo INCRA, anterior a ocupação. Também mostrou que as famílias não tinham a intenção de ocupar todo o imóvel, e que permaneceriam só na área identificada como terra pública pelo INCRA, onde aguardariam o resultado final do acordo firmado com esse órgão do assentamento definitivo das famílias acampadas.

Nesse sentido, foi dado um parecer favorável à permanência das famílias na área enquanto o INCRA iniciava o processo de desapropriação. Este foi logo suspenso por decisão liminar perante a justiça federal, sob a nova alegação que demonstrava que tal imóvel, juntamente com áreas da fazenda Bocaina, possuía vocação ambiental, portanto, de interesse do IBAMA, se contrapondo ao interesse da reforma agrária. O que estava por trás desse conflito entre agências institucionais do Estado, era o interesse da Vale de transformar essas fazendas, que alegava serem suas, para viabilizar a condicionante ambiental imposta para obtenção de LI do projeto S11D.

Assim se conformou novo processo para assentar as famílias acampadas em outra área que poderia ser desapropriada, dentro da própria região da Bocaina. Novamente as famílias acampadas se deslocaram, agora para área proposta pelo INCRA, próximo ao ramal ferroviário da Vale, onde se formaria o projeto de assentamento, que nunca foi concluído por esse órgão. As famílias permaneceram nesse local, em condições de

vulnerabilidade social extrema, com alto índices de pobreza, sem qualquer assistência de saúde, escola, acesso a água encanada, com índice de 42% de gravidez na infância e adolescência, desemprego e analfabetismo. (CRISTO, 2016, p. 17)

Em 2015, os moradores da comunidade, já haviam interditado a rodovia PA160, denunciando o descaso do governo e a situação em que se encontravam as famílias. Nesse mesmo período, na vila, se iniciou um projeto de piscicultura, horticultura e criação de aves, planejado pela prefeitura em parceria com o mandato da deputada federal Simone Morgado (MDB/Pará) e a Vale, que atendia apenas 12 famílias. Desse projeto foi se desenvolvendo um racha interno na comunidade entre, por um lado, os que buscavam conseguir as benesses sociais no processo de negociação com a prefeitura e a Vale; e por outro, com a direção do MST, que como única saída, pressionava para a conformação do assentamento e melhoria das condições de vida para todos. Essa tensão foi aproveitada pela Vale, que dizia não negociar nada com o MST, segundo atestava depoimento de morador local:

Chegou certo dia, que dentro da própria turma do MST, expulsaram o MST pra fora. Aí a Vale passou a negociar com a gente, porque a Vale não negociava com liderança do MST, dizia que só negociava com o povão. (CARVALHO, 2019, p. 208)

O outro acampamento na região da Bocaina era o Grotão do Mutum, que ocupava outra parte da fazenda São Luís, e era formado por aproximadamente 150 famílias (imagem 49)

Imagen 49 - FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO GROTÃO DO MUTUM



Fonte: SANTOS, 2018, p.118

A decisão por ocupar essa área, também esteve pautada pelo parecer do INCRA, segundo o qual havia lotes irregulares dentro da área do PA Carajás II, que não poderiam ter sido vendidos para formação da fazenda, por serem áreas retomadas pela União.

Mesmo antes da ocupação da área, houve uma manifestação judicial de interdito proibitório contra a direção do acampamento, desta vez, vinda da Vale e não de fazendeiros locais. A partir disso, abriu-se um longo processo judicial entre a Vale e o movimento.

Apenas cinco dias após esta solicitação, o juiz autorizou o mandato de interdito, com reforço policial para atuar na área, além de cobrança de multa, em caso de qualquer tipo de ocupação (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015). Mesmo com o mandato expedido, poucos dias depois, as famílias ocuparam a área da fazenda. Isso gerou novo processo da Vale, desta vez com pedido de reintegração de posse, sob a justificativa de que se tratava de uma área de interesse mineral, de forma que esse conflito deveria ser julgado como ato criminoso contra área de interesse coletivo e não como conflito fundiário. Mais uma vez o juiz emitiu parecer favorável “sem oportunizar o exercício dos princípios jurídicos do contraditório, ou ampla defesa à parte contrária” (SANTOS, 2018, p. 85)

O movimento dos acampados, procurou a assessoria jurídica da CPT, que apresentou uma contestação a liminar de reintegração de posse, alegando que a área ocupada dentro da Fazenda São Luiz, era formada por terras públicas, destinadas a reforma agrária. Esse recurso acrescentava ainda que, diante do fato de um conflito fundiário estabelecido, o caso deveria ser tratado pela Vara Agrária, localizada no município de Marabá, e não pela Vara Cível de Canaã, conforme vinha correndo.

Dessa vez o juiz acatou a contestação da CPT, suspendeu a liminar de reintegração de posse e requereu informações dos órgãos competentes, sobre os termos de posse da Fazenda São Luiz, bem como sua possível vinculação a projeto mineral. Por outro lado, manteve o processo na Vara Cível.

A partir desse parecer, tanto a CPT quanto a Vale entraram com novos recursos. O da CPT destinava-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará -TJE, para tentar levar o processo a Vara Agrária, e o da Vale requerendo o reestabelecimento de decisão liminar de reintegração de posse. Dessa vez, a principal justificativa defendida pela empresa estava na vinculação da Fazenda São Luiz ao projeto S11D, baseando sua argumentação na condicionante ambiental de LI do IBAMA.

O pedido da CPT foi negado pelo TJE Pará, e o processo seguiu na vara cível de Canaã. Quanto ao pedido da Vale, o juiz reviu sua decisão anterior, decidindo pelo reestabelecimento imediato da liminar de reintegração de posse da área da fazenda em 24 horas.

O acampamento foi desapropriado pela Companhia de missões especiais-CIME⁴¹, que efetuou o despejo destruindo as moradias e plantações existentes na área, conforme pode ser observado na imagem 50:

Imagen 50 - DESTRUIÇÃO DO ACAMPAMENTO GROTÃO DO MUTUM



Fonte: SANTOS, 2018, p.120

Ressalta-se que nesse processo, o mandato de reintegração de posse foi determinado, pelo juiz, mesmo diante do parecer do INCRA que informava a existência de terras públicas em parte da área da fazenda São Luiz, onde estava localizado o acampamento:

Do complexo das fazendas que compõe a Fazenda São Luís, foram destacadas regularmente pelo extinto GETAT, da Gleba federal denominada “Buriti”. Desconhecemos qualquer vício nesse destaque. Entretanto, no perímetro desta, identificamos, 7.145, 5.567 ha de terra pública, referentes aos lotes 18 e 19, 22 a 28 e 31 a 37, da quadra 41, haja vista, que destes lotes não foram informados a quitação e a liberação de Cláusulas Resolutivas (INCRA, 2016)⁴²

⁴¹ Tropa específica, instalada em Marabá no ano de 2018, para atuar em conflitos agrários na região.

⁴² Documento na íntegra no anexo 3

O parecer jurídico para reintegração de posse, fundamentava-se na vocação ambiental da área, logo, seria inapropriada para existência um assentamento rural. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015). Diante desse cenário, a mediação proposta pelo juiz foi de um termo de acordo entre a Vale e os antigos ocupantes do acampamento, no sentido de fazer com que a empresa buscasse compensar essas áreas de terras públicas, com a doação de outras áreas, em igual proporção, para assentar essas famílias, já que havia a justificativa da Vale, já acatada judicialmente, de que essa área estaria destinada a finalidade ambiental. Em troca disso, o movimento deveria se comprometer em cessar as ocupações de terras e bloqueio de rodovias e ferrovia dos projetos da Vale em Canaã. (INCRA, 2016 (2)).

Em função deste acordo, foi convocado um grupo de trabalho que envolveu a mediação do INCRA e do ICMBIO, para dar prosseguimento aos encaminhamentos. Em uma das reuniões do grupo, a Vale sugeriu doar para o assentamento das famílias acampadas, as Fazendas Godoy e Boa Esperança, na área da serra da bocaina que estaria fora dos limites da PARNA. Coube ao INCRA analisar as áreas, para proceder da afetação para Reforma Agrária. (INCRA, 2016 (2)). A última audiência do processo em análise, ocorreu no dia 30.01.2019 e nos autos fez-se menção de que a fazenda Godoy e Boa Esperança ainda estariam em providência de arrecadação pelo INCRA. Sobre a fazenda São Luiz foi arquivado o processo de desapropriação, por voltar a ser área da União diante da criação da PARNA em 2017. Nesta audiência a Vale já não se fazia mais presente. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, 2015).

Segundo depoimento de moradores dos acampamentos, a Vale estaria fazendo um levantamento socioeconômico dessas áreas, com fim ao processo de remoção das famílias em cumprimento ao acordo judicial firmado. No entanto, em entrevista realizada no INCRA SR-27 (E4 em: 21/01/2020), a informação obtida era que este processo estava parado no órgão, porque até então a Vale não havia apresentado os documentos relativos a posse da fazenda Godoy e Boa Esperança, para que se pudesse começar a afetação da área.

Sem a conformação do novo Projeto de Assentamento, muitos acampados permanecem em condição de vida precária diante do desgaste advindo do tempo.

Independente de todos esses conflitos existentes na Serra da Bocaina, o governo federal incorporou a área para constituição da PARNA, deu por quitada a condicionante ambiental da Vale e repassou ao ICMBIO a resolução dos conflitos e indenizações ainda pendentes, conforme pode ser verificado no decreto de criação do Parque:

Art.3º Os imóveis rurais de domínio privado e suas benfeitorias, que vierem a ser identificados no limite do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação (...) §1º O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- Instituto Chico Mendes, fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata esse artigo. (DOU, 2017)

Segundo documento da CPT em denúncia formalizada ao Ministério Público Federal, dos 79.029 ha de área da PARNAs, a Vale alega ter doado como condicionante ambiental 12 mil ha, no entanto, os dados do INCRA deixaram claro que destes, 4 mil ha eram de terras públicas ocupadas por posseiros ou por famílias de sem-terra, aproximadamente mil hectares eram terras do PA Carajás II, que foram ilegalmente compradas pela Vale, se configurando também como propriedade da União. Dessa forma, o que a Vale havia doado, de fato, para área do Parque, foram aproximadamente 7 mil ha. Ainda assim, o que vigorava nos noticiários, era a ideia de que a Vale teria dado ao município e ao país uma área de preservação permanente como condicionante ambiental, de forma a fechar com “chave de ouro” a propaganda do Projeto S11D, maior projeto mineralício da empresa e exemplo de sustentabilidade ambiental.

3.3 O plano de sustentabilidade socioeconômica da Vale e a licença social para operar

Nesse tópico busca-se demonstrar a estratégia de territorialização da Vale a partir das ações propostas em torno dos programas sociais da empresa, para obtenção do consentimento local de instalação do projeto S11D. A licença social para operar foi muito importante para o contexto do licenciamento do Projeto S11D no município. A despeito desta “afirma o dirigente de uma mineradora multinacional: ‘Não se trata apenas de obter permissão para fazer explorações; trata-se de ser capaz de ficar’ (ASCELRAD, 2018, p.52)

Primeiramente, cabe ressaltar que a normatização legal do processo de licenciamento do projeto praticamente reduziu-se aos impactos estritamente ambientais, por se tratar de uma exploração dentro de uma unidade de conservação. Os impactos sociais foram analisados em alguns poucos casos da ADA. Nas demais áreas de AID e AII, existiu apenas uma condicionante para licença prévia, que se relacionava com a

necessidade da empresa em fazer um levantamento sobre a realidade socioeconômica dessas áreas de influência do projeto:

Realizar a apuração e análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de forma a aferir posição dos municípios da área de influência do empreendimento no ranking nacional e estadual do IDH-M, considerando a possível ascensão dos municípios na AID e AII em decorrência da presença dos empreendimentos (IBAMA, 2018).

O déficit normativo dos aspectos sociais no processo de licenciamento ambiental, não representou um menor cuidado, por parte da empresa, em torno dessas questões. A destinação financeira da empresa para essa área social e os programas e projetos sociais, que se colocavam como “voluntários” pela empresa, davam a tônica dessa preocupação. Nesse sentido, será importante compreender o real sentido dessas ações, como instrumento de licença social, no contexto de implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás.

Viu-se no início deste capítulo, as etapas do licenciamento do projeto S11D, o que nos coloca na condição de partir diretamente para fase das audiências públicas, que ocorreram antes da LI do projeto. Nelas, pela primeira vez, ficou marcado o teor de desconfiança em relação ao projeto nas falas da população local:

Dessa vez, com essa implantação, vão se fazer medidas que atendam a população de baixa renda? Porque o hospital que foi construído não atende à população de baixa renda. A escola que foi feita não atende a população de baixa renda (IBAMA. Audiência pública, p. 259)

No projeto Sossego ao longo de sua implantação, a Vale disponibilizou escola de qualidade, que hoje tem custo muito alto para sociedade e péssima qualidade. O que poderá ser feito? Segundo questionamento: Saúde, fala-se em 30% dos leitos do hospital 5 de outubro disponível para população e isso nunca aconteceu. Por que? Terceira: a qualificação de mão-de-obra sempre foi muito fictícia (IBAMA. Audiência pública, p.295)

Um projeto muito bonito foi apresentado aqui no município, ‘Beleza’, que vai beneficiar muita gente, mas eu quero só dizer ao município de Canaã, Acorda! Vamos prestar atenção em Parauapebas, na situação como se encontra. Hoje lá não tem água e não tem luz, e Canaã vai pro mesmo caminho, por conta de uma geração de emprego que estão prometendo (IBAMA. Audiência pública, p. 276)

Foi nesse momento que a empresa passou a readequar suas ações com relação a comunidade, atuando não apenas com a coerção, mas buscando construir estratégias de

consenso para evitar o conflito. As propagandas, a consolidação de uma diretoria de relações com a comunidade, a contratação de empresas especializadas para lidar com riscos sociais, foram novas estratégias que cresceram em importância na implantação do S11D, que não existiam na época da implantação do Sossego. O depoimento expressou sua percepção em torno dessa mudança da ação da empresa com a comunidade:

Antes as contratadas da Vale era tudo gente de fora, que chegava e dizia, se vocês quiserem é assim. Agora, não, o pessoal já diz, pera aí, não é assim, não! É porque essas prestadoras só traziam gente de fora, geralmente pessoal que vinha só pro planejado, então não tinha aquele convívio, e só faziam aquilo que eles achavam que era correto pra eles. Agora, já tem uma empresa aqui da Vale, que eles contratam todo mundo do local, tá tudo uma roupagem nova, a Vale tá querendo investir na proximidade com a comunidade. (MORADOR. Canaã dos Carajás, 20/08/2019)

Essas ações apareceram primeiramente no Rima do projeto apresentado em 2010 e posteriormente detalhados através do Plano Básico Ambiental-PBA em 2012. Em 2014, 2015 e 2016, foram apresentados os relatórios de balanço referentes a cada programa. No quadro 9, procurei resumir as ações que apareceram nesses documentos, com fim a demonstrar um panorama mais geral das mesmas.

Quadro 9 - PLANO DE SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO PROJETO S11D

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	AGENTES PARCEIROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Atendimento e proteção social ao migrante	Fortalecimento da gestão pública de assistência social para capacitação, atendimento e recepção do migrante	Corpo técnico envolvido em política pública sócio assistencial de Canaã	Ministério do desenvolvimento social, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, prefeitura (sec. De desenvolvimento social), Sine	Construção do centro de atendimento ao imigrante Apoio a instalação de logística ao Centro Programas de capacitação sócio assistencial
Monitoramento dos Indicadores Socioeconómicos*	Monitorar mudanças na dinâmica socioeconômica para planejar ações	Diversas gerencias da Vale (de sócioambiente e socioeconomia, de relações com a comunidade, de comunicação social), agentes públicos responsáveis pelo licenciamento ambiental	Contratadas pela Vale: Diagonal e Synergia	Além do PBA (2012), foram feitos 4 relatórios semestral entre 2014 e 2016, atualizando dados referentes a indicadores sócio-económico.
Fomento ao desenvolvimento local	Visa oferecer estímulos ao desenvolvimento das atividades econômicas em Canaã, através dos sub-programas de fomento aos pequenos negócios e desenvolvimento de fornecedores da Vale	Comunidades em áreas rurais, vilas e perímetro urbano. Micro e pequenos empresários de Canaã	Prefeitura municipal, Fundação Vale, Agência Canaã, ACCIACA, FIEPA, SEBRAE, INOVE	Sub-programa fomento ao pequeno negócio: censo empresarial do município, capacitação, cadastro em banco de dados, rodada de negócios. Sub-programa fomento a pequenos negócios: apoio financeiro e técnico a 5 instituições aprovadas pelo projeto carta aberta, ações complementares relacionadas

				a associação de economia solidaria e aos extrativistas de folhas de jamborandim.
Apoio a gestão pública	Viabilizar a aquisição pelo poder público de instrumentos e recursos que garantam o fornecimento de infraestrutura básica adequada (habitação, água, resíduos sólidos, infra estrutura básica) ante o cenário de crescimento populacional advindo do projeto S11D	Município de Canaã dos Carajás	Prefeitura municipal e suas várias secretarias, governo do Estado, governo federal, TJPA e Celpa.	Investimentos na construção de prédios, mobiliário e manutenção nas áreas de saúde básica, segurança e cidadania, esporte cultura e lazer, saneamento básico, educação, mobilidade, fomento ao desenvolvimento local, sistema de distribuição de energia, asfaltamento de acesso as Vilas Feitosa e Ouro Verde.
Capacitação e formação de mão de obra	Aumentar a capacidade de aproveitamento de trabalhadores locais, através de programas de capacitação e formação de mão de obra	Cidadãos residentes em Canaã com nível básico de escolaridade	Contratada Vale Integral, SENAI, SENAC e SINE	Foram realizados 4 ciclos de cursos, num total de 39 cursos com foco nas profissões de menor complexidade, e com atendimento de 1.412 vagas preenchidas
Saúde e segurança *	Prevenção de riscos visando garantir a integridade física e saúde dos trabalhadores	Empregados da Vale e de empresas contratadas	Vale através da contratada Diagonal	Todas os canteiros e instalações foram devidamente equipados com instrumentos de segurança, conforme exigência da

	<p>mobilizados para implantação e operação do empreendimento.</p> <p>Contribuir com órgãos e entidades da área de saúde pública de Canaã</p>	<p>Profissionais e técnicos da rede municipal de saúde</p> <p>Famílias em situação de extrema pobreza em Canaã</p>	<p>Prefeitura municipal de Canaã: Secretarias de desenvolvimento social, de saúde e educação.</p>	<p>legislação, com treinamentos e campanhas periódicas sobre saúde do trabalhador e segurança básica.</p> <p>Projeto de atenção a saúde básica com atividades de formação e capacitação do quadro de profissionais técnicos da rede municipal de saúde.</p> <p>Realização de três campanhas de saúde nos anos de 2014-2015-2016.</p>
Comunicação social e informação sócio ambiental	Promover a informação e a comunicação permanente entre a Vale e as comunidades atingidas, possibilitando a partir disso o diálogo	Comunidade, poder público, lideranças e imprensa	Fundação Vale, Agencia Canaã	<p>Média de 10 matérias/mês em mídia eletrônica</p> <p>Informativo semanal “notícia do rádio”</p> <p>Campanhas educativas</p> <p>Programa de visita das famílias dos trabalhadores e instituições ao projeto</p> <p>Divulgação de programas da Vale</p> <p>Vários apoios a campanhas locais</p> <p>Cobertura das inaugurações das obras</p>
Ação social às comunidades de interesse**	Planos, programas e ações em execução na Vila Mozartinópolis e PA Cosme Damião	Moradores da vila Mozartinópolis e PA Cosme Damião	IBAMA, INCRA, ICMBIO, MPF, CPT, EMBRAPA	Eixo produtivo: visitas técnicas, cursos, diagnóstico participativo, oficinas, mecanização agrícola, planejamento produtivo dos lotes

				Eixo social: constituição da associação do assentamento, oficinas, construção de casas, pagamento de auxílio fomento, conclusão de vias de acesso.
Educação ambiental *	Desenvolver ações educativas de caráter ambiental	Empregados da Vale e de empresas contratadas, comunidade impactada pela implantação do projeto	Vale, sec. municipal de educação, meio-ambiente, produção rural, contratada Vale Ecology Brasil, Fundação Vale, Agência Canaã, ICMBIO	27 cursos ofertados na Vila Planalto, Vila Feitosa, Vila Ouro Verde e na sede do município, apoio ao plano Safra, campanhas de educação ambiental, recursos hídricos e resíduos sólidos, criação de cooperativa de ecoturismo.

Fonte: Vale. PBA, 2012. Vale. Relatórios anuais 2014 -2016. Elaboração própria

*Condicionantes do IBAMA LP nº 436/2012 e LI nº947/2013 e 934/2013. ** Ação inexistente no Rima do projeto

Para empresa, esse plano foi utilizado como estratégia importante para obter a licença social para operar. Dessa forma segue alguns eixos que aparecem implícitos à essa estratégia, que serão analisados a seguir.

3.3.1 A perspectiva de um universo de possibilidades:

A Vale quando apresenta aos municípios um programa demonstrando o número de obras na área de saúde, educação, segurança, moradia, lazer, assim como possibilidade de aumento de vagas de emprego e de renda para população local, acabam indo ao encontro dos anseios dessa sociedade. As vantagens econômicas, que um projeto dessa natureza pode trazer, funcionou, sem dúvida, como o principal argumento para obtenção do consentimento social em Canaã, exemplificado na fala da Vale:

Para o meio socioeconômico, nós temos alguns impactos como a melhoria do nível de emprego. As taxas de emprego vão subir, a inclusão dos trabalhadores no sistema formal, com carteira assinada, registro, tudo correto. Melhoria nos níveis de empregabilidade, ou seja, quem capacitou, treinou, mesmo que não seja contratado pela Vale, aumenta a sua oportunidade de se empregar e de ter maior renda. Melhoria das condições de desempenho das empresas, porque você tem um empreendimento que tem uma demanda natural sobre a cidade. Você tem o aumento da arrecadação financeira municipal. (IBAMA. Audiência pública, p. 253)

A gente pensa na mesma linha, eu acho que dá pra imaginar quantas cidades no mundo, quantas regiões, não estamos falando só de Brasil, não, mas imagina um australiano que tem aquele minério ruim, que gostaria de ter um projeto do tamanho e da envergadura e com a capacidade de gerar benefícios pra sociedade como o S11D tem. (IBAMA. Audiência pública, p. 325)

Nesse sentido, a Vale aparece como uma “salvadora” diante de um mar de atraso e de carências que o Estado não foi capaz de suprir no município. Há na construção dessa compreensão, algo muito importante para empresa, que está em se firmar como um novo poder local, um poder, inclusive, superior ao do Estado, e legitimado socialmente.

3.3.2 Nós não somos o Estado

Em que pese a Vale parecer assumir o papel do Estado, ela faz questão de deixar claro para os moradores locais, os limites de sua ação, conforme pode ser observado em uma de suas falas na audiência pública:

A gente entende que nós jamais pretendemos substituir o poder público, o que nós temos, é a intenção, e estamos fazendo, de dar as mãos ao poder público com projetos, para que ele melhore a qualidade de vida da comunidade (Fala IBAMA. Audiência pública, p. 283).

Dessa forma suas ações aparecem dentro de um contexto de parceria com o Estado, por exemplo, na realização para prefeitura de diagnósticos socioeconômicos, na construção do Plano Diretor do município, na mediação com esfera estadual e federal de poder, afinal, conforme afirmava a empresa: “ Nós também somos cidadãos, vamos morar nessa região, vamos viver, criar famílias e a gente quer, com certeza, a mesma coisa” (IBAMA. Audiência pública, p. 345).

Essa prática empresarial de empatia com o local, e de parceria com o Estado para o bem comum, é importante para construção de um *ethos* empresarial da responsabilidade social, justificado no discurso ideológico da vocação da empresa para os benefícios do desenvolvimento econômico, mesmo que isso não seja sua obrigação. (BRONZ, 2013: p.40).

3.3.3 Nós não somos a Vale

Assim como a Vale não quer se identificar como Estado, também existe momentos que ela não quer parecer como Vale, daí a importância das várias consultorias e da Agência de Desenvolvimento de Canaã. No caso das contratadas, mesmo antes da LI do projeto S11D, a empresa Diagonal já atuava na região como contratada da Vale, para realização do mapeamento socioeconômico do entorno. Além dela, mais duas empresas de consultoria para gestão social, atuaram no processo de licenciamento do projeto S11D em Canaã: A *Synergia* e a *Ecology Brasil*, ambas com foco na regularização fundiária, gestão social e ambiental, comunicação e educação. Conforme atestava liderança de Canaã, sobre o papel dessas empresas:

A Vale tem o que eles chamam relações com a comunidade, só que esse departamento não consegue chegar na comunidade sozinho, eles não têm estratégia, esse pessoal da Vale mesmo. Aí o que eles fazem, eles contratam essas prestadoras que já tem habilidade, elas têm as estratégias certas. Então, o pessoal da relação com a comunidade da Vale, não vão diretamente, o pessoal que vem aqui, é uma espécie de para choque, sabe como é que é, as vezes a gente nem sabe se tem relação com a Vale (STR. Canaã dos Carajás, 20/8/2019).

Além dessas contratadas, uma outra parceria importante para o processo de licenciamento social da Vale em Canaã, foi a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã. A Agência foi fundada na época da implantação do projeto Sossego, mais ou menos

entre 2003 e 2004, pela Vale, produto de uma demanda local de se criar um fundo de desenvolvimento econômico do município, no qual a Agência seria a gestora, o que não chegou a acontecer por desacordo da prefeitura, através de sucessivos prefeitos. (Entrevista Organização patronal em: 08/07/2019). Dessa forma, a Agência ficou com a função de: “Fortalecer o desenvolvimento local, através da interação entre iniciativa privada, sociedade civil e o poder público, disseminando valores de confiança, união, transparência e inovação” (AGÊNCIA CANAÃ). Ela capta seus recursos para os projetos implantados, através da Vale e da prefeitura, projetos esses demandados pela própria Vale, a partir das necessidades do Plano de Sustentabilidade Socioeconômica do projeto S11D, pois todos os 29 projetos presentes no portfólio da Agência tinham relação direta com esse plano. O depoimento abaixo informou como eles atuavam na implementação dos projetos, dando-nos como exemplo um programa de destaque desenvolvido pela Agência:

A gente teve um projeto muito legal através da Vale, chamado entre linhas e botões. O primeiro foi em parceria com a Fundação Vale, onde a gente criou aqui dentro da Agência, uma incubadora de negócios Sociais da Agência Canaã. A gente criou uma Associação de Artesãs, através da economia popular solidária. Dentro dessa associação foi criado toda uma oficina de corte e costura, com máquinas, todas industriais, e no primeiro curso foram capacitadas 17 mulheres, que vinham de uma vulnerabilidade social. Então, elas *tavam* tentando se inserir na sociedade e deu muito certo, a maior parte delas montou seu próprio negócio e hoje são pessoas independentes [...] A partir desse primeiro projeto aqui na zona urbana, a zona rural começou a se interessar muito por essa geração de emprego e renda através do corte e costura, e aí a gente trouxe algumas associações pra fazer um intercâmbio aqui conosco, elas gostaram muito e aí já foi implantado cinco projetos iguais a esse na zona rural, tem na União Américo Santana, no Planalto, na Feitosa e na Bom Jesus. (Agência Canaã. Canaã dos Carajás, 08/07 2019)

Na Vila Feitosa, área rural de Canaã, encontrei no prédio da associação o projeto citado na entrevista, pela representante da Agência. De fato, havia uma estrutura nova, com várias salas, ótima condição de trabalho e toda mobiliada com várias máquinas de costura industrial.

Imagen 51 - FACHADA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA FEITOSA



Foto: Simone Contente. em 30/08/2019.

No entanto, observou-se que o local era pouco frequentado, conforme informava uma participante do projeto: “o pessoal da vila não pegou muito bem, a questão do corte e costura” (MORADORA. Canaã dos Carajás:30/08/2019). Em outra entrevista com liderança local na Vila, obteve-se maior detalhamento do projeto:

Eu participo de vez em quando das reuniões da Agência Canaã, daí lá, *o pessoal da Vale disseram* que podiam levar uns cursos pra nós, mas só que a gente tinha que fundar uma associação. Aí como a gente faz pra fundar essa tal de associação? Não, aí tem que ter estatuto, não sei mais o que. Daí um leigo, no meio, não sabia nem como começar. [...] Quando foi em 2014 a Vale, a Vale não, a Diagonal, veio pra cá e ficou por conta da comunidade pra elaborar o tal do estatuto pra fundar a associação. Quando foi em outubro de 2014 fundou a associação. Aí quando foi em 2016, eu trabalhando aqui na escola, veio uma moça da Vale por nome de Juliana e disse: preciso falar com o senhor, porque eu tenho um curso pra comunidade e eu quero levar essa resposta hoje. Qual o tipo de curso você quer pra sua comunidade? Daí eu olhei pra ela assim e disse, se ela tinha dinheiro pra gastar com a minha comunidade. Aí ela disse, é, a gente tem um pouco, pois aí eu disse: pois então busque lá corte e costura. [...] Daí, quando ela saiu, eu fui de porta em porta falando *pras* mulheres, pra convencer elas do curso, meu diálogo foi difícil, mas no dia que a Vale e a Agência Canaã, veio na Vila, pra tratar do curso, a sala *tava* cheia. (ASSOCIAÇÃO. Canaã dos Carajás: 30/08/2019)

Perguntado sobre o funcionamento do projeto, ele respondeu que apenas cinco permaneceram, as outras mulheres tinham “debandado”.

Esse depoimento é bastante ilustrativo da parceria entre Vale, Agência Canaã e Consultoria, demonstrando de que forma os cursos eram ofertados e as associações criadas. O que parece indicar que o importante aí nesse caso não estava no resultado do projeto implantado

na comunidade, nem no desenvolvimento local, muito menos no fortalecimento da sociedade civil, como nos informava a Agencia Canaã, mas em criar nesse local, uma ancoragem a mais da empresa, naquilo que Hoenke identificou como um “cinturão comunitário” (2012 apud ASCELRAD, 2018 :p.48), ou seja, parte do entorno dos empreendimentos em que as empresas possam considerar como “suas comunidades”

3.3.4 Identificação dos *Stakeholders*: Da parceria à invisibilidade

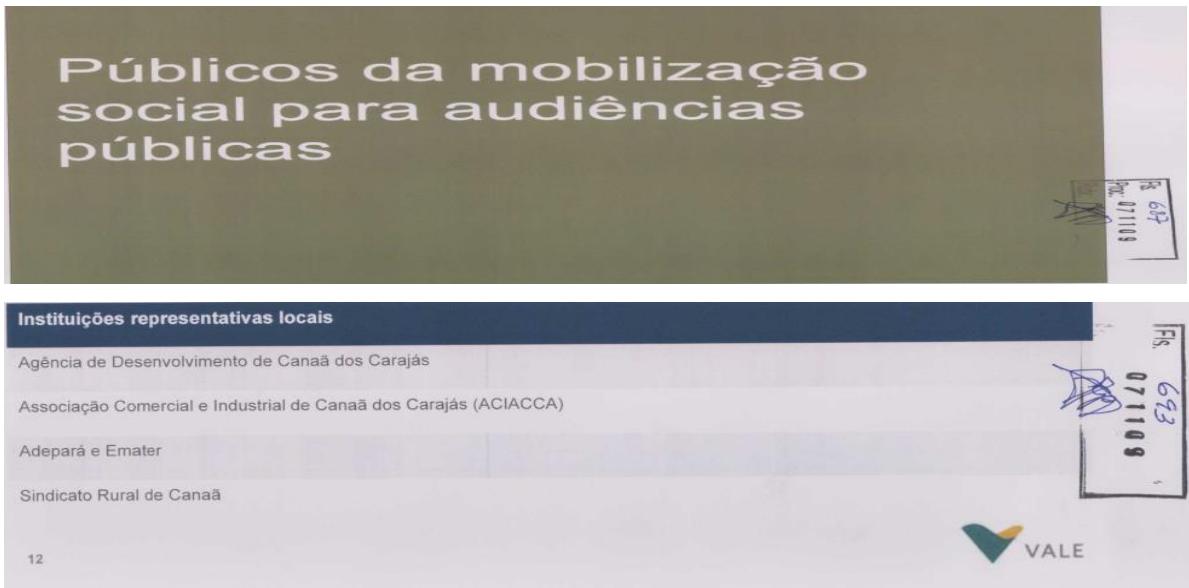
A noção de *stakeholders* muito utilizada pelas corporações para identificação de grupos estratégicos de negócio, agora também tem se relacionado com a identificação de grupos de risco. Nesse caso, a Vale no anexo XXI do EIA do projeto S11D, dedica especial atenção em realizar um levantamento detalhado dos *stakeholders* do município de Canaã e Parauapebas, com o nome das organizações, liderança e contato. Mesmo assim, para o convite de participação na audiência pública do projeto em Canaã, só as entidades patronais foram consideradas, conforme pode ser observado na imagem 52:

Imagen 52 - IDENTIFICAÇÃO DE STAKEHOLDERS E LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVIDADAS FORMALMENTE PELA VALE PARA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO S11D EM CANAÃ DOS CARAJÁS

Junho, 2010

RT-079-515-5020-0029-02-J

Organizações Sociais da Comunidade de Canaã dos Carajás	Responsável	Tel contato
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da VP-21 Bela Vista		
Associação do PA Maria de Lurdes VS-52	Antônio de Paiva	(94)91534089
Associação dos Produtores Rurais de Serra Dourada - APRODUF	José Ribamar da Silva Costa	(94)91539689
Associação dos Produtores Rurais da Serra Sul - VALE BONITO	Geziel Gomes Ribeiro	(94)91532923
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã	José Ribamar da Silva Costa	(94)91539689



Fonte: Vale, 2010, p. 12

No contexto da audiência pública o trato para com o contraditório, advindo tanto da Vale quanto da condução da mesa (IBAMA), pautava-se na tentativa de invisibilização desses atos, num processo claramente coercitivo. Analisando as transcrições de fala das audiências, poderia destacar vários exemplos nesse sentido, mas me aterei apenas a dois, que considero bastante significativos, porque envolvem diretamente os *stakeholders* levantados pela empresa.

O primeiro, deu-se em relação a nota lida pelo STR de Canaã, denunciando as várias arbitrariedades na implementação dos projetos minerários da Vale no município: alagação de áreas, danos causados por explosões, isolamento, poluição, dentre outros, e pedindo ao final que fossem suspensos todos os trabalhos da Vale no município, até que esses problemas fossem sanados. Antes de terminar a leitura do documento, o representante do STR foi cortado pela direção da mesa que conduzia a audiência (representante do IBAMA), sob a alegação de que já haviam se passado os três minutos estipulados para formulação de questão. Nesse momento houve interferência de outras pessoas da plenária, se manifestando também contra a Vale, o que gerou certo tumulto no local. A mesa então leu uma outra pergunta escrita e passou a palavra a Vale, que ignorou o documento do STR e o tumulto da plenária e se ateve a responder, dizendo que as questões nada tinham a ver com o projeto S11D, numa clara estratégia de invisibilidade do contraditório.

A invisibilização do contraditório também se efetivou pela intimidação militar no local do evento. Segundo depoimento de um participante, da audiência pública em Canaã:

Muita gente se manifestou, agora o grande problema, é que eles criaram um constrangimento muito grande, porque fizeram, de um lado a mesa e os telões de projeção e tudo mais, de outro lado eles colocaram uns dez policiais e mais 10 policiais no fundo. Então nós ficamos constrangidos, ali, cercados de policiais. Mas mesmo assim estendemos as faixas que nós preparamos, e entre muitos agricultores a fala era unânime no sentido de que nós queríamos que se resolvesse os problemas criados pela mineração no município, nós não entramos nem no mérito do novo projeto, nem tinha como, o debate foi esse. (CEPASP. Marabá, 25/09/2019).

A condução da audiência, pela mesa, ia no mesmo sentido de cerceamento de manifestações contrárias, priorizando a dinâmica das falas da empresa. Tanto a Vale quanto a consultoria técnica *Golder Associates*, atinham-se exclusivamente a divulgação técnica do projeto S11D, apresentando as possibilidades que este poderia trazer ao município e sobre a grandiosidade da riqueza mineral existente nessa região. Eram argumentos contra os quais a população local tinha poucas chances de rebater, seja pela incapacidade de uma análise técnica, que pudesse confrontar com a apresentada, ou mesmo, pelo limite legal da audiência, meramente consultivo, e que impossibilitava qualquer alteração ao projeto.

3.3.5 A comunicação organizacional

No licenciamento do projeto S11D, coube exclusivamente a Vale, a condução de todo o processo de comunicação com a sociedade. Em Canaã, esse projeto foi executado pelo setor de relacionamento com a comunidade da Vale, com o apoio de profissionais de comunicação, que ficavam sediados no núcleo de Carajás, município de Parauapebas.

Entre 2013 (depois da LI) e 2016, a cidade teve uma enxurrada de materiais da Vale sobre o projeto. Eram campanhas educativas, socioambientais, informação sobre mercado de trabalho, veiculados através de informativos, notícias na imprensa local, publicação digital, programa de rádio, em som automotivos, dentre outros. A imagem 53 mostra algumas matérias dos informativos mensais da empresa:

Imagen 53 - INFORMATIVOS DO PROJETO S11D-VALE

Desenvolvimento

Capacitação melhora vida profissional

O empregado Charles Machado foi contratado pela Unibrás Mecânica para trabalhar no Projeto S11D em 2010. Rápido ele percebeu que com seu esforço não era possível se manter no projeto. Isso que o motivou a se inserir no curso de Capacitação para o Mercado de Trabalho das Empresas de Convivência. O curso só temerava que Charles não conseguisse se inscrever. Charles já colhe bons frutos: o empregado da Unibrás Mecânica, que é a sua nova empresa, está muito satisfeita com o trabalho. "É muito importante aprendemos sempre mais. O crescimento dentro da empresa só vem com muito esforço e dedicação", afirma Charles.

Assim como a história de Charles, o Projeto S11D tem muitas histórias de empregados que conseguiram mudar sua vida profissional. "Isso é uma prática que a Vale tem de incentivar. Através de parcerias realizados cursos técnicos a partir de uma parceria que firmamos com a Escola Técnica Vale dos Carajás. Até mesmo, na FIMT

Serviço: Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho - PPMT. Consulte mais informações sobre o projeto e outras parcerias profissionais gratuitas. Mais informações: SINE - (64) 3358-1319

Escola Técnica Vale dos Carajás: Escola de Convivência. Consulte mais informações: (64) 3352-4542

Experiência: Esta informação é uma publicação do Diretório de Projetos Sociais da Vale, destinada aos empregados da Vale e das empresas prestadoras de serviços do Projeto S11D. Encarregado de Comunicação: Ana Paula Ribeiro. Analista de Comunicação Responsável: Fabiana Ruffi. Encarregado de Comunicação: Ana Paula Ribeiro. Encarregado de Comunicação: Ana Paula Ribeiro. Foto: Maria Moreira, Leandro Probst, Mônica Penteado e Arquivo Vale.

Projeto S11D
Publicação para os empregados Vale e prestadores de serviço

Canaã dos Carajás
Crescendo e evoluindo de forma integrada

Nos últimos três anos, a Vale investiu mais de R\$ 400 milhões em Canaã dos Carajás. Foram diversos outros projetos

Max, desde 2011, Canaã já recebe energia da subestação que alimenta o Sistagro. Um projeto que visa aumentar a capacidade e o fornecimento de energia da cidade. Mais informações: "Fazia tanto quase todo dia. Cheguei até a perder uma TV, só pra ter energia. Agora, só quando preciso de energia. De um ano pra cá já não faltava muita luz e agora posso comprar mais eletrodomésticos sabendo que não vão queimar".

Clicks

Vale apoia capacitação de bombeiros para combate a incêndios florestais

Cerca de 45 bombeiros participaram do Curso de Combate a Incêndio Florestal, realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará, na Floresta Nacional de Carajás. Os novos brigadistas vão atender 10 municípios paraenses, que possuem unidades

de conservação da natureza no Estado. A ação é uma parceria entre a Vale e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Projeto S11D apoia movimento Outubro Rosa

No mês internacional de combate ao câncer de mama, o Projeto S11D também aderiu à causa. Além da distribuição de flores e laços com de rosa, símbolo do movimento Outubro Rosa, os empregados realizaram orientações de como realizar o autoexame para detectar a doença precocemente, além de informações sobre como prevenir o problema e, assim, aumentar as chances de cura.

Fonte: Vale. Informativo do projeto S11D n°26,29,31/2014.

Consta dos objetivos do programa de comunicação da empresa, apreendido no Plano de Sustentabilidade Econômica do projeto, “fortalecer o posicionamento e o relacionamento da Vale no território” e também, “Aumentar a visibilidade dos programas sociais” (2016: p.2). Segundo Carvalho, a omissão dos órgãos de licenciamento em relação a comunicação com a população local, deixando esta, apenas ao encargo da Vale, fez com que esse instrumento, tivesse apenas um caráter propagandístico:

Os clippings apresentados omitem posicionamentos contrários, os documentos, como atas de reuniões, não foram apresentados complementarmente nem analiticamente, e as informações sócio ambientais ficaram mais restritas ao caráter propagandístico do que pelas discussões sobre

os impactos da mineração. [...] Todo esse processo de comunicação foi encerrado sem a organização apontar criticamente suas limitações e deficiências (2019, p.229)

A autora completa afirmando que terminada a obra, instantaneamente fechou-se os fluxos comunicativos da empresa com a população local (idem, p. 230).

3.3.6 Educação para o mercado de trabalho

Uma outra estratégia de territorialização da empresa presente no plano de sustentabilidade, relaciona-se com uma educação voltada para a capacitação profissional de mão-de-obra local. A justificativa da empresa nesse programa, estava na possibilidade de aumentar a capacidade de aproveitamento de mão-de-obra local, para subsidiar os projetos de mineração.

Foram ofertados 41 cursos nas áreas, operacional (eletricista, mecânicos, hidráulica, pedreiro, etc), administrativa (almoxarife, auxiliar de escritório, assistente de contabilidade, recepcionista, etc), alimentação (cozinha industrial, confeitoria), informática, marketing e hotelaria. Nesses, participaram 1.338 alunos (Vale. Relatório Global dos ciclos I, II, III, IV, 2014). Na figura 90 aparece o material de chamada dos cursos, com destaque, a figura de um rapaz jovem, indicando que esse seria seu público alvo (ilustração 89):

Imagen 54 - CHAMADA PARA CURSO PROFISSIONALIZANTE



Fonte. Vale, 2014

As instituições envolvidas nesse programa, foram as seguintes: 1) Integral Edu, empresa com *know how* em consultoria educacional, fundamentada nas ciências do comportamento (Vale. Relatório Global, 2014, p.12), que foi contratada pela Vale, para gestão do programa. 2) O SENAI que ficaria responsável pela execução de cursos, e, 3) o SINE na intermediação com as empresas.

Conforme já observado, houve um aumento significativo do fluxo de emprego a partir da entrada do projeto S11D, o que justificava, a existência desses cursos, para formação de mão-de-obra local que suprisse essa demanda, ainda que, o grau de empregabilidade local, sempre tivesse sido inferior a oferta de mão-de-obra, mesmo no ápice da implantação do projeto, e que muitos desses empregos, passassem por fora da contratação via SINE. Outrossim, a maioria dos cursos ofertados, sofreram o impacto direto do fim das obras de instalação do projeto, na medida em que não se consolidou uma demanda local, que conseguisse utilizar dessa mão-de-obra formada. Um sintoma dessa crise de emprego, pós o término das obras do S11D, foi o fechamento em 2018 da unidade do SENAI em Canaã.

Dessa forma, esvaziada a função do SINE e do SENAI, como estruturas importantes para o eixo do programa de emprego e renda da Vale, sobrava o papel da Integral Edu, com sua “ciência do comportamento”. Nesta estava expresso, subliminarmente, uma estratégia territorial, de redefinição do papel do trabalho na região, pautado no trabalho urbano e voltado as demandas da mineração. Para muitas famílias camponesas, essa atração via mercado de trabalho, foi fundamental para o abandono da atividade no campo, pois, representava a oportunidade de uma “mudança de vida”. Assim, abandonavam a atividade agrícola, fonte de seus saberes e sustento, em busca de oportunidade de emprego, que veio numa proporção muito aquém do que se propagandeava.

Dessa forma, o plano de sustentabilidade socioeconômica da Vale, se observado no contexto de sua implantação, constrói a ideia de uma nova territorialização à sua semelhança, e sob seu controle, garantindo que o projeto S11D fosse sendo conduzido, sem os riscos sociais de uma instabilidade do entorno.

3.4 Estratégia de territorialização da Vale, Estado e Resistência local

Estratégia de territorialização da Vale refere-se ao conjunto de iniciativas empresariais de gestão do território com fins a remover obstáculos locais à consolidação do território corporativo. Neste capítulo, foi identificado que essas estratégias estiveram ancoradas em dois aspectos: incorporação de terras e criação de consenso social. Em ambos os casos havia uma

gestão do território coordenada pela Vale para organização do espaço no entorno do projeto, conduzido por uma forma de penetração extremamente desterritorializante e, consequentemente, geradora de resistências e conflitos. Nesse tópico final será ressaltado três questões dos processos descritos no capítulo: 1) Há de fato uma reprodução da região produtora? 2) Qual o significado da terra para a Vale em Canaã dos Carajás? 3) Que tipos de conflitos emergiram dessa territorialização? E, qual o efeito da gestão territorial corporativa sobre o Estado?

As características operacionais do projeto S11D mobilizaram as mais avançadas tecnologias na área da mineração mundial. Algumas delas buscaram um ajustamento ambiental as condicionantes atuais do licenciamento em área de Flona, as quais não existiam no ato de implantação do PGC nos anos de 1980. No entanto, a intervenção desse projeto vai muito além da área operacional, pressupondo a constituição de um território da mineração aonde se instala.

Esse território precisa estar subordinado a uma lógica econômica de produção com base na mineração. No capítulo 2, e no decorrer deste, buscou-se demonstrar como o município de Canaã dos Carajás foi sendo moldado econômica, política e culturalmente para se tornar um município minerador, sofrendo uma forma específica de territorialidade. A formação do território da mineração em Canaã, não integrou o município a sua dinâmica de acumulação, senão uma pequena burguesia local, enquanto sobrava para a maioria da população, à exclusão social.

No processo de acumulação primitiva, o controle territorial tinha a força de expropriação necessária para o desenvolvimento do modo genuinamente capitalista de relações de trabalho, seja através da subsunção real ou formal do trabalho. No caso da Vale em Canaã a dinâmica foi de forte expropriação das condições de vida da população local e incapacidade de inserção na atividade mineral, por isso, pode-se dizer que a característica central desta territorialização foi seu caráter espoliativo e de exclusão, conforme a acepção trazida por David Harvey (2014).

O fundamento das relações de trabalho em Canaã antes da chegada da mineração estava na terra. A agricultura familiar dinamizava economicamente o município e era a base de sustento da maioria das famílias, já que o núcleo urbano era bastante incipiente. Por mais que esses núcleos rurais tivessem uma estrutura relativamente recente, datando dos programas de colonização do final da década de 1970, isso não expressava uma falta de enraizamento na terra por parte desses produtores rurais, que migravam de outras regiões, fundamentalmente em busca de meios para sobrevivência. Diferente do que afirmava a empresa nos seus relatórios sócioeconômico sobre o entorno social, a terra para essa população representava vida, porque dela se tirava o sustento.

Para a Vale a apropriação da terra pela expropriação em Canaã, não tinha relação direta com a produção, na medida em que a maioria de suas estruturas de exploração estavam localizadas na Flona. Mas observou-se que antes mesmo da LI do projeto S11D, já havia por parte da empresa uma antecipação espacial de apropriação da área do entorno. Essa reserva de terra era produto de uma estratégia territorial necessária as condicionantes do licenciamento ambiental, já prevista pela empresa, e que de fato foi confirmado no decorrer desse processo. Neste caso, a terra para a Vale, relacionava-se a reserva de valor, que no caso da Vila Mozartinópolis serviu à expansão da área do projeto, e em relação a Serra da Bocaina representou pagamento de compensação ambiental.

Dentro desses múltiplos significados da terra, o Estado tinha um papel central, considerando que o município já nasce com praticamente toda sua extensão territorial federalizada, seja através do decreto 1164/71 ou pela própria criação da Flona Carajás, além disso, possuía uma grande área destinada a projetos de assentamentos. Todos esses elementos seminais de controle da terra pelo Estado estavam ligados a uma necessidade anterior do PGC, que diante da nova demanda do projeto S11D, acabava tendo um efeito contrário. Desta forma o Estado, nas suas várias esferas, manteve-se alheio ao avanço da apropriação da terra pela Vale no município, tanto que no próprio INCRA-SR27, não existia qualquer informação sobre essas posses.

Essa “desinformação” também foi observada nos vários processos de grilagem de terras que vieram à tona nos casos estudados. No caso da Vila Mozartinópolis, a fazenda comprada pela Vale para constituição do PA União Américo Santana, foi descoberta como sendo terra grilada da União, o que impôs ao INCRA uma manobra semântica no processo, deixando de ser considerada área de desafetação para torna-se de servidão. Mesmo diante da ilegalidade do ato, o processo de compra e venda entre o grileiro e a Vale foi devidamente efetivado pelo Estado, sobre o preceito de garantir maior agilidade ao processo de realocação das famílias desapropriadas.

Em relação a área da Serra da Bocaina, o imbróglio ainda foi maior, envolvendo, além da descoberta de novas áreas griladas e compradas pela Vale, uma sobreposição institucional entre área de interesse mineral (decreto mineiro), para fins de reforma agrária (PA Carajás), e ambiental (PARNA dos Campos Ferruginosos). Esse caso foi julgado pelo próprio Estado através da justiça, que considerou a relevância ambiental efetivando-se a compensação pela exploração mineral do projeto S11D dentro da Flona Carajás.

Todos esses elementos, detalhados no capítulo, só emergiram como produto da ação de resistência e de luta da população local, essas, que conforme afirma Poulantzas, extrapolam o

Estado mas o submergem constantemente (2000: p. 144). Considerando um quadro de análise desenvolvido por Borras e Franco, torna-se importante apreender uma visão geral dessas frentes de luta e de suas trajetórias políticas como resultado da intervenção de grandes projetos sobre a aquisição de terras. Quem é esse grupo que resiste e luta? Porque reagem? De que maneira o fazem? O que os unem e os separam? Como se articulam politicamente? (2013: p. 1726). Para a tese essa questão é particularmente importante, considerando que esses conflitos vão atuar, de alguma forma, sobre o Estado.

No processo de aquisição de terras pela Vale em Canaã, a coerção e o convencimento caminharam juntos, por isso nem sempre teve como resultado lutas e resistência. A gestão do território, através da configuração de um plano de sustentabilidade em consonância com o planejamento municipal, foi estratégica para criar um consenso social sobre a territorialização da Vale no município. Além disso, o valor da terra era um enorme atrativo para sua venda à Vale. Os conflitos vieram particularmente, quando a ação da empresa sobre a terra gerou formas de organização social.

No caso da desestruturação da vila Mozartinópolis, tratava-se de uma comunidade de moradores que tinham ligação com o trabalho na terra, a grande maioria servia de mão-de-obra nas fazendas próximas e residiam na vila, outros, eram pequenos comerciantes, ou funcionários públicos. Estamos falando de um grupo heterogêneo, que não necessariamente vivia da terra, mas dependia de sua estrutura agrária. Quando a Vale foi comprando as fazendas próximas, a base do emprego agrícola foi se enfraquecendo, gerando uma marginalização espacial que atingiu a todos. Logo depois, os órgãos públicos também foram fechando, numa clara ação conjunta entre a Vale e o poder local para desestruturação da vila.

Partiu desses moradores a decisão de permanecer na terra e não negociar suas propriedades com a Vale, porque ali não estava em jogo só a propriedade em si, mas uma estratégia de sobrevivência. Assim, foram procurar ajuda externa junto ao STR e a CPT. Essa mediação assumiu a frente das negociações com a empresa, gerando uma pauta coletiva, ainda que distinta por setor. O resultado dessa negociação fez com que empresa e Estado readequassem suas ações e ainda constituíssem uma área de reforma agrária, configurando uma forma de territorialização camponesa impensada ao controle territorial da mineração no município nesse período.

No caso da Serra da Bocaina, já havia um processo de compra e venda (legal e ilegal) de lotes de reforma agrária do PA Carajás, fruto da própria pressão que a mineração exercia sobre o preço da terra. As ocupações rurais nessas áreas de fazendas, coincidiu com o fim das obras de instalação do projeto S11D, quando a exclusão social se tornou latente, impondo uma

ação coordenada das organizações camponesas (STR e MST), de retomada de terras improdutivas para assentamento dessas famílias. Na verdade, já havia a suposição, por parte desses movimentos, que essas áreas de fazendas, eram de fato da Vale, e a ocupação seria a forma de confirmá-la. Neste caso, diferente do anterior, houve uma estratégia de luta contra a Vale, conduzida por movimentos sociais camponeses.

Dos casos descritos, percebeu-se que a Vale em que pese ser uma grande corporação, com esfera decisória centrada no âmbito nacional e internacional, como mineradora está enraizada no território e precisa com isso saber agir sobre ele. Não obstante que sua estratégia corporativa de gestão do território tem assumido papel importante na sua estrutura. O Plano de Sustentabilidade Sócioeconómica da empresa aplicado em Canaã, procurou colocar em prática a construção de um consenso local em torno do projeto S11D. Segundo Bebbington (2010:p. 12) o efeito desses planos sobre o Estado está em neutralizar os conflitos, por um lado, colocando a gestão corporativa como mais eficiente, e por outro, quebrando a relação entre demandas coletivas e Estado.

Essa neutralização da crítica com relação a implantação do Projeto S11D em Canaã, foi bastante visível não só no seu plano de sustentabilidade e na conformação da Agência Canaã, como também nas negociações em torno da remoção da Vila Mozartinópolis, onde o Estado só foi aparecer depois de finalizado o longo processo de negociação da Vale com os moradores e suas organizações.

No caso dos conflitos fundiários na Serra da Bocaina, a Vale movimentou fundamentalmente o aparato jurídico estatal, que na teoria poulantziana possuí um efeito de ocultar as relações de subordinação interna e o caráter de classe do Estado (SAES, 1998: 51). Notoriamente essa estrutura jurídico-política funcionou em função da Vale, mas a pressão das lutas sobre o Estado, expôs essa relação e buscou brechas no próprio direito para as demandas do movimento.

No próximo capítulo trataremos das ações mais específicas da estrutura estatal frente a esses conflitos e como o peso dos mesmos se fizeram sentir nos seus aparelhos.

CAPÍTULO 4

4 ARRANJOS ESTATAIS DIANTE DA DEMANDA DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO S11D DA VALE

Neste capítulo final da tese busca-se explicitar quem era o Estado por trás das políticas implementadas a partir das demandas territoriais apresentadas na implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, particularmente entre os anos de 2009-2016. Articula-se as estruturas mobilizadas para implantação do projeto, localizando na ossatura administrativa o movimento de políticas e decisões, que foram gestadas e que possibilitaram, ou as vezes dificultaram, a implantação do projeto S11D. Assim serão trabalhados a esfera administrativa, através de órgãos ambientais, fundiário e de mineração, bem como a esfera do legislativo, executivo e judiciário.

Por fim, será feito um exercício de análise das ações desse Estado em relação as demandas diretas e indiretas do projeto S11D, na sua complexidade burocrático/administrativa conduzida por seus agentes estatais. Em linhas gerais, o objetivo central está em mostrar que o sentido das políticas do Estado em função da Vale enquanto parte do bloco no poder, se choca frequentemente com as contradições de classe/frações seja como pressão externa ou interna a sua estrutura burocrático/administrativa.

4.1 O poder político nas ações do Estado em relação ao Projeto S11D

Neste tópico contextualiza-se algumas instituições que conformam a hierarquia do Estado e que cumpriram papel determinante nos processos demandados pela Vale em Canaã dos Carajás, buscando responder à questão levantada por Therborn (1979), de como domina a classe dominante através do Estado, este, que estruturalmente é formado por um complexo aparato, com um corpo de funcionários que sequer vem de membros diretos dessa classe, e sobre o qual as classes dominadas também atuam com sua força de mobilização. Assim busca-se tratar do movimento do Estado na concretude de como possibilitou a constituição do projeto S11D.

4.1.1 Órgãos ambientais: IBAMA e ICMBIO

O IBAMA e o ICMBIO, foram os principais órgãos envolvidos no licenciamento ambiental do projeto S11D, cabendo ao primeiro conduzir a concessão de licença ambiental, e ao segundo a coordenação e fiscalização das ações ambientais dentro da Flona Carajás.

O surgimento do IBAMA (lei nº7735/89) está intimamente relacionado a mudança na narrativa ambiental do país a partir dos anos 1980. A influência das lutas dos seringueiros do Acre, culminando com a morte de Chico Mendes em 1988, e posteriormente a conferência da ONU sobre o meio ambiente, conhecida como Rio-92, são alguns destaques importantes para esse cenário de mudança e conformação do IBAMA. Ele surgiu da fusão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, da Superintendência da Pesca- SUDEPE e da Superintendência da Borracha- SUDHEVEA, e foi criado pela lei nº7735/89. Passou então a ser um órgão executivo responsável pela aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente- PNMA⁴³, e funciona como uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA.

O ICMBIO foi criado pela lei nº11.516/2007, como um órgão responsável por executar ações de política nacional em Unidades de Conservação-UC vinculadas ao MMA. Também funciona como uma autarquia federal, ou seja, como uma entidade autônoma da administração pública, no que diz respeito a patrimônio e recursos próprios, mas ainda assim, tutelado pelo Estado.

Tanto IBAMA quanto ICMBIO são entidades vinculadas e subordinadas diretamente ao MMA. No período da implantação do projeto S11D, esse ministério era dirigido por Carlos Minc (2008-2010) e Izabella Teixeira (2011-2016).

Minc assume como ministro logo após a ruptura de Marina Silva com o governo Lula e com o PT, algo que vinha se alinhavando a partir do questionamento do apoio do governo a políticas conflitantes com o perfil ambiental traçados pelo ministério, tais como, a construção de grandes obras de infraestrutura, bastante questionadas por movimentos ambientalistas, apoio ao agronegócio através da aprovação e comercialização de produtos transgênicos no Brasil, e finalmente, a transferência do Plano Amazônia Sustentável, principal política do MMA, para secretaria de assuntos estratégicos do governo, dirigida por Mangabeira Unger.

⁴³ A PNMA instituída pela lei nº6938/81 e referendada na íntegra pela Constituição de 1988, é responsável pelo parâmetro legal do componente ambiental na gestão das políticas públicas do país. Uma das principais inovações dessa lei, foi a conformação do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, órgão responsável pela legislação ambiental, além de estabelecer o poder de polícia para coibir crimes ambientais. A partir da PNMA foi montada toda a estrutura orgânica do Estado relacionada ao meio-ambiente, tais como o IBAMA (1989), o Ministério do Meio Ambiente em (1992) e o ICMBIO (2007).

A característica pessoal de Minc, não se distanciava tanto da sua predecessora. Ambos vinham de uma militância ambiental reconhecida e já haviam assumido cargos eletivos. No entanto, esta gestão seguiu por um caminho menos conflitivo com o governo federal, focou sua atuação nas questões climáticas, e de certa forma, absorvendo as grandes obras de impacto no país, como a UH de Belo Monte e a transposição do Rio São Francisco.

Com a posse da presidente Dilma, a nova ministra do MMA empossada foi Izabella Teixeira, com uma indicação tida como alguém do quadro técnico. Era funcionária de carreira do IBAMA, da área de eficiência energética, não possuía qualquer filiação partidária ou atuação em movimentos sociais e/ou ONGs ambientalistas. Na sua gestão foram implantadas e concluídas as obras da UH de Belo Monte e aprovado o novo código florestal.

De acordo com pesquisa de Abbers e Oliveira, em levantamento feito entre os cargos indicados para o alto escalão do MMA (DAs 5 e 6), ao longo do governo petista, de forma global, o resultado apontou para um quadro percentual de 20% de filiados do PT, assumindo esses cargos, 22% de funcionários com experiência em ONGs ambientalistas e militantes de movimentos sociais, e, 46% de funcionários de carreira federal, dos quais 11% eram filiados do PT e 12% traziam experiência de trabalho em ONGs. (2015: p. 354). A pesquisa também apontava uma variação considerando a gestão de cada um dos três ministros. O número de nomeados para cargos de alto escalão no MMA, com trajetórias políticas em ONGs e Movimentos ambientais, ia decrescendo, de 39% na gestão de Marina Silva, passando a 27% na gestão de Minc, até chegar a 24% na de Izabella Teixeira. A mesma dinâmica era visualizada em relação aos filiados do PT: 22%, 21% e 17%, respectivamente. Enquanto isso, a contratação de servidores públicos federais crescia, na gestão de Marina era de 34%, na de Minc passou para 45%, chegando a 64% na de Izabella. (2015, p. 355).

Uma informação complementar a esses dados quantitativos da pesquisa, é o fato de que havia nesse percurso temporal, um ministério em formação na sua estrutura burocrática, com pouquíssimos funcionários concursados. Esse quadro foi se modificando com a abertura de pelo menos 2.258 novas vagas, para carreira de analista ambiental, vinculados ao MMA (2015, p. 359), a partir da gestão de Marina Silva. O que as autoras querem considerar com essa informação, é que mesmo não havendo a obrigatoriedade para contratação de funcionários públicos para os cargos de DAS 5 e 6, é fato que a ausência de *expertise* técnica interna impunha a necessidade de busca desta, fora da carreira. Daí possa aparecer, pelos dados quantitativos, que o ministério de Marina fosse mais político do que, por exemplo, o de Izabella. Na verdade, havia no primeiro, a condução de uma ministra com forte enraizamento político, um ministério com poucos quadros técnicos e, consequentemente, que sofria mais as pressões do movimento

ambientalista por dentro da máquina estatal. Tudo indica que a ruptura de Marina pode ter representado, em última instância, o reflexo da pressão do projeto neoextrativista do governo federal sobre a Amazônia, que se conflitava diretamente com a equipe técnica do ministério. Minc, apesar de ambientalista, refletia outras questões, que se colocavam em menor choque com as demandas do governo. Izabella Teixeira, por sua característica pessoal, e pelo fato de nesse período, já existir um quadro técnico numericamente superior e com *expertise* na área, fez com que o MMA, se tornasse mais insulado em relação as políticas advindas dos movimentos sociais.

Situado a dinâmica do poder na estrutura do licenciamento ambiental do país, será analisado as demandas mais específicas do projeto S11D. Conforme já visto nos capítulos anteriores, esse projeto era estratégico para Vale, diante do cenário de retração econômica internacional, mas sua justificativa para a necessidade de agilização do processo do licenciamento, pautava-se na importância do mesmo para o Estado brasileiro, conforme apresentado no Termo de Referência-TR de abertura do projeto:

Certamente, os estímulos ao crescimento econômico são absolutamente necessários para preservar empregos e evitar o aprofundamento da crise no mercado interno. Nas regiões economicamente mais frágeis do interior do país, que não possuem um dinamismo próprio, essa realidade torna-se particularmente grave. O Projeto Mina de Ferro S11D tem grande contribuição a dar, como mecanismo anticíclico, proporcionando emprego e renda, com foco na responsabilidade ambiental [...] A sociedade brasileira precisa contar com políticas de governo para minimizar a violência da desaceleração econômica que está em andamento [...] A agilidade nas ações que visem aumento de investimento deve ser enfaticamente priorizada. (Vale, 10/02/2009)⁴⁴

A resposta do IBAMA a TR apresentada pela Vale veio no parecer técnico nº 43/2009. Especificamente sobre a questão justificada pela Vale para agilização do processo, o documento expressa:

O empreendimento apresenta a proposta de Termo de Referência para EIA/Rima do projeto S11D e pede a “agilidade no licenciamento ambiental” que o TR é parte, em vista do novo contexto, “qual seja a realidade da crise econômica, identificada para o ano que se inicia, pela gravidade já anunciada por especialista e comprovada por indicadores macroeconômicos, impõe novas reflexões, pelos impactos sociais que terá nas regiões de periferia mundial, provocando retração dos negócios e nos postos de trabalho”. A cerca dessa assertiva, é verdade que a gravidade da atual crise econômica provoca retração nos negócios e postos de trabalho. Contudo, isto não pode ser

⁴⁴ TR na íntegra, no anexo 4.

justificativa para que se dê “agilidade no licenciamento ambiental ”tal que implique no estabelecimento de um TR descuidado da qualidade da coleta de dados e informações que vão conformar os estudos de impacto ambiental.

Apesar da menção que se fez a “agilidade no licenciamento ambiental” não pode implicar no estabelecimento de um TR descuidado, não se percebe negligência na apresentação pela Vale do Rio Doce da proposta de Termo de Referência para EIA/Rima do Projeto Ferro Carajás S11D. (IBAMA. Parecer técnico nº43 de 03/03/2009)

Esse primeiro parecer dava a tônica do processo por parte dos técnicos do IBAMA envolvidos no licenciamento do projeto S11D, de que seguiriam com as análises técnicas conforme os trâmites legais impunham. Até a aprovação da LI, não houve variação entre os integrantes do IBAMA, responsáveis pelos pareceres técnicos, que girava em torno de seis analistas ambientais. Além desses, existia também a análise do TR, por parte do ICMBIO.

Durante todo o ano de 2009, foram feitos estudos técnicos em torno do TR do projeto e o respectivo EIA/Rima, com pareceres apontando várias inconsistências que impossibilitavam sua aprovação. Essas análises, durante esse período, vinham tendo o respaldo de instâncias superiores na hierarquia do IBAMA, como da diretoria de mineração e obras civis e de licenciamento ambiental.

Mesmo com posicionamentos técnicos contrários ao andamento do projeto sem a devida resolução das pendências do EIA/Rima, a Vale protocolou a solicitação do pedido de LP do projeto, em 14/12/2009, numa clara pressão sobre esses pareceres. (VALE, 2009). Após esse pedido da Vale, chamou a atenção a leitura do parecer do IBAMA nº69/2010, onde os técnicos deixavam claro o desagravo sobre a aprovação de instâncias superiores do IBAMA, do EIA/Rima do projeto S11D, mesmo com todas as pendências técnicas apontadas, conforme pode ser observado no excerto das notas conclusivas desse parecer:

Dianete do que foi exposto, salvo melhor juízo, entendemos que:

Em relação ao diagnóstico ambiental do meio físico, apesar de terem sido apontadas incompletudes entre o EIA e o previsto no Termo de Referência, sobretudo nos itens Patrimônio Espeleológico e Hidrogeológico, entendemos que não cabe mais a esta equipe emitir parecer conclusivo acerca do aceite do EIA/RIMA para análise ou devolução para reformulação, uma vez que existe entendimento da Diretoria de que o EIA/RIMA no tocante ao meio físico seja aceito para análise de mérito. Esse entendimento foi exarado no despacho do Coordenador da COMOC para o coordenador-Geral da CGTMO, em 23 de março de 2010 e no ofício n 32 321/2010-DILC/IBAMA (folhas 259 e 260 do processo). Fonte: IBAMA Nº69 n. 23/07/2010.

Infelizmente não consta dos autos do licenciamento o ofício 321/2010, citado pelos técnicos, como despacho superior. O que se percebeu é que, três meses depois a pressão da

Vale, protocolando a LP do projeto no IBAMA, o coordenador de mineração e obras civis (COMOC) e o coordenador geral de transporte mineração e obras civis (CGTMO), ambos ligados a diretoria de licenciamento do IBAMA, já haviam encaminhado despacho pela aprovação do EIA/Rima, mesmo com as ressalvas dos técnicos responsáveis pela análise do processo. Nesse momento houve uma ruptura entre a análise técnica e a pressão política da Vale sobre as instâncias superiores do IBAMA, através de uma sobreposição hierárquica de funções.

Outro momento no licenciamento e que aparece claramente a intervenção política ao trâmite burocrático do processo, esteve na reunião solicitada pelo MMA, junto ao IBAMA e ICMBIO, no dia 19/06/2012⁴⁵, onde a representante do MMA pede esclarecimentos sobre o andamento do licenciamento do projeto e a justificativa da demora na aprovação do mesmo, haja visto que a licença das várias outras estruturas que compõe o projeto S11D como um todo (ferrovia, porto, etc), já haviam sido aprovadas. Diante disso, os técnicos argumentaram a existência de muitos problemas de grande relevância ambiental para aprovação da LP, tais como: o impacto irreversível sobre savana metalófica rara, os impactos diretos sobre as lagoas do Violão e Amendoim para a funcionalidade do ecossistema local, além de questões relacionadas a flora endêmica, dentre outros, que justificavam mais prazo para serem analisados e apresentadas alternativas viáveis pela empresa. A reunião finalizou com a representante do MMA dando um prazo “improrrogável”, para esses estudos, prazo este que não aparece expresso na ata da reunião. Em apenas uma semana depois da reunião, no dia 26/6/2012, foi assinado a LP do projeto S11D, pelo presidente do IBAMA:

⁴⁵ A ata da reunião está na íntegra no anexo 5

Imagen 55 - LICENÇA PRÉVIA DO PROJETO S11D



Fonte: IBAMA

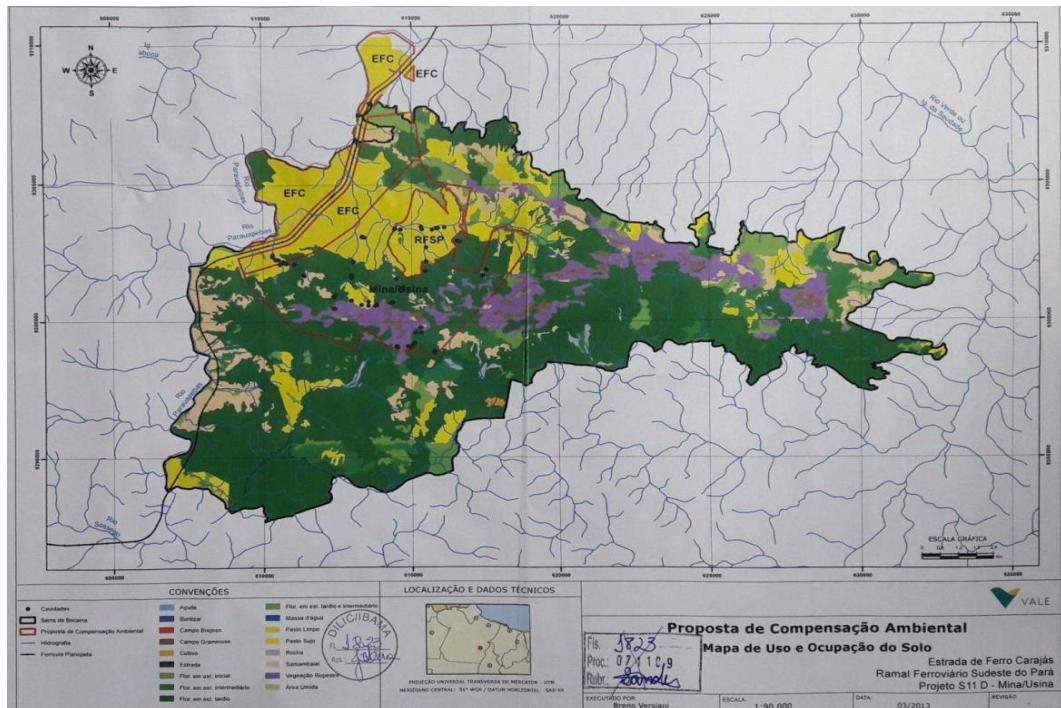
Com a LP aprovada, outros órgãos estatais passaram a ser mobilizados para análise de aspectos técnicos do projeto. Foi o caso do IPHAN, que tratava do patrimônio arqueológico descoberto na área, e da Agência Nacional de Águas –ANA, sobre pedido de outorga na interferência de recursos aquíferos, além do fato que seguiam seu curso as análises técnicas no IBAMA e ICMBIO, principalmente em torno do PBA do projeto, apresentado pela Vale em agosto de 2012.

Depois de cinco meses da apresentação do PBA pela Vale, esta, encaminhou um documento à diretoria de licenciamento ambiental –DILIC do IBAMA, solicitando agilidade

no processo de análise desse documento, junto com a necessidade de obtenção da LI, sem os quais a empresa não poderia dar sequência ao cronograma de execução previsto no projeto. (VALE, 21/02/2013). A LI do projeto S11D, foi concedida em 2/07/2013, cinco meses após o pedido. Dessa forma o projeto teve autorização para início das obras de instalação, enquanto seguia a análise dos termos pendentes do licenciamento.

Uma das questões, referia-se a condicionante 2.6 da LI, sobre a apresentação de um plano de compensação ambiental na Serra da Bocaina. Nesse sentido a Vale apresentou um plano de compensação integrado, em 2013, entre o empreendimento ferro Carajás, a Estrada de Ferro Carajás-EFC e o Ramal Ferroviário, que previa a oferta de uma área de 5.153 ha contínuos, incluindo 70 cavidades naturais subterrâneas de alta relevância, com fins ao reestabelecimento de conectividade ambiental com a Flona Carajás, conforme pode ser observado na imagem 56:

Imagen 56 - PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA SERRA DA BOCAINA. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Fonte: Vale, 2013

O parecer técnico nº627/2013 do IBAMA, considerou a área apresentada pela Vale como perfeitamente compatível com a demanda da condicionante, mesmo com a complexidade fundiária existente. Em 2015, houve a instalação de um Inquérito Civil Público (MPF/PRM-

PA, 2015), cobrando do IBAMA, ICMBIO, IPAHN e SEMA/PA, um posicionamento sobre os impactos do patrimônio arqueológico e espeleológico a serem compensados pela empresa Vale em função da instalação do projeto S11D. A resposta do IBAMA ao MPF ressaltou que já havia uma área de compensação ambiental na Serra da Bocaina, compatível com os impactos gerados pelo projeto e que estava sendo cedida pela Vale. Como já observado no capítulo anterior, essa resposta do IBAMA ao MPF foi decisiva, para que o juiz desse ganho de causa a Vale diante das ocupações nas áreas da fazenda São Luiz, sob a justificativa de relevante interesse ambiental.

Em entrevista ao ICMBIO, quando perguntado sobre a posição desse órgão, em relação a doação pela Vale dessa área, na Serra da Bocaina, mesmo com os conflitos agrários existente, nos foi informado que ali tudo era área concedida a Vale pelo decreto mineiro, e o que existia no local eram fazendas, a maior de todas, a Fazenda São Luiz, que a Vale havia comprado para o pagamento da condicionante do projeto S11D, entretanto ele informa que:

Quando a Vale recebeu a condicionante, ela comprou a Fazenda São Luiz pagando, pelo que os donos diziam que eles tinham de terra. Realmente não houve uma análise cartorial, pra saber se de fato pertencia a eles, em termo de propriedade titulada (ICMBIO. Brasília: 14/09/2019)

Concluiu dizendo, que os conflitos vieram depois da decisão de transformar a área da Serra da Bocaina em um Parque Nacional, ou seja, havia ali, um ambiente bastante raro e ameaçado, e que estava direcionado para mineração, até que o licenciamento conseguiu garantir sua proteção completa, diante da condicionante imposta a Vale.

De fato, o acordo foi importante, porque compensava um ambiente destruído da Flona pelo projeto S11D, mas não se tratava de um ganho ambiental, apenas uma compensação. O que se questiona nesse processo, é como IBAMA e ICMBIO desconsideraram a propriedade do solo, fator elementar num processo de doação de qualquer área. O resultado disso foi que coube a Vale o papel de empresa responsável ecologicamente, pois cumpriu o acordo estabelecido, mesmo que doando terras públicas, enquanto, restava ao movimento de ocupação da área, uma “escolha infernal” (ASCELRAD; BEZARRA, 2010, p. 180), entre a resignação diante de uma demanda “superior” à sua, ou a permanência de um conflito, sob a aparência anti-ambiental.

O processo do licenciamento ambiental, foi normatizado como um instrumento da PNMA, instituído com a finalidade de promover o controle prévio nas intervenções setoriais potencialmente poluidoras e capazes de causar degradação ao meio ambiente. O Projeto S11D

dava-se sobre uma área de Flona- Unidade de Uso Sustentável-UC, onde a intervenção é permitida, desde que sujeita a autorização do órgão e discutido a característica da compensação. No caso da exploração mineraria, nesse tipo de ambiente, há o pressuposto estabelecido pela Constituição de 1988, do interesse nacional.

Quando o DNPM dá a outorga para exploração mineraria, considerando que o subsolo é da União, já se pressupõe que haja a caracterização de interesse nacional nesta autorização, portanto, quem decide a hierarquia do “interesse nacional” acaba sendo o DNPM, e não o IBAMA, a este cabe o licenciamento. Ressalta-se que essa dinâmica, tem sido uma convenção diante da interpretação jurídica dos mineralistas, que tem feito com que a mineração nessas áreas se tornasse uma prática comum e não uma exceção. Só na Flona Carajás o número de pedidos de lavra protocolados no DNPM entre 1969-2010 era de 4.558. (ICMBIO, 2016, p. 57)

No processo de licenciamento do projeto S11D, percebeu-se um cuidado de análise técnica de vários aspectos dessa intervenção sobre aquele ecossistema, que foram decisivos para readequação do projeto, inclusive seu redimensionamento de área de abrangência, que passou da exploração de todos os corpos ferríferos da Serra Sul, para exploração apenas do corpo D. Entretanto, também pareceu claro que houve sempre uma pressão da empresa sobre a hierarquia do corpo estrutural do Estado, partindo do MMA, mesmo diante de uma gestão considerada técnica, até chegar nas esferas das chefias administrativas do IBAMA e ICMBIO. Essa pressão surtia efeito quase que imediato, em função da agilidade do processo, mesmo diante de várias pendências, que seriam suficientemente passíveis de obstrução do projeto, mas que em nenhum momento foram consideradas nesse sentido, porque o que estava em jogo ali, era reduzir os danos ambientais não impedir.

Por fim, percebeu-se que a atuação do IBAMA e do ICMBIO-Flona, também eram diferentes. Esse último órgão, por ter estrutura local, sofria muito mais as pressões sociais, que cercavam esse empreendimento. Foi através do ICMBIO-Flona que se chamou a atenção do IBAMA sobre processos sociais do entorno do projeto, sobre as demandas sociais das audiências públicas, que até então estavam sendo ignoradas pelo licenciamento ambiental, diante da quase ausência legislativa que essas questões cumprem dentro desse processo.

4.1.2 Órgãos minerários: MME e DNPM/ANM

Trata-se neste tópico sobre a estrutura estatal responsável pela mineração do País, que está centralizada no Ministério das Minas e Energia-MME. Cabe ressaltar que essa estrutura não apareceu em nenhum tipo de protocolo de comunicação dos documentos analisados do

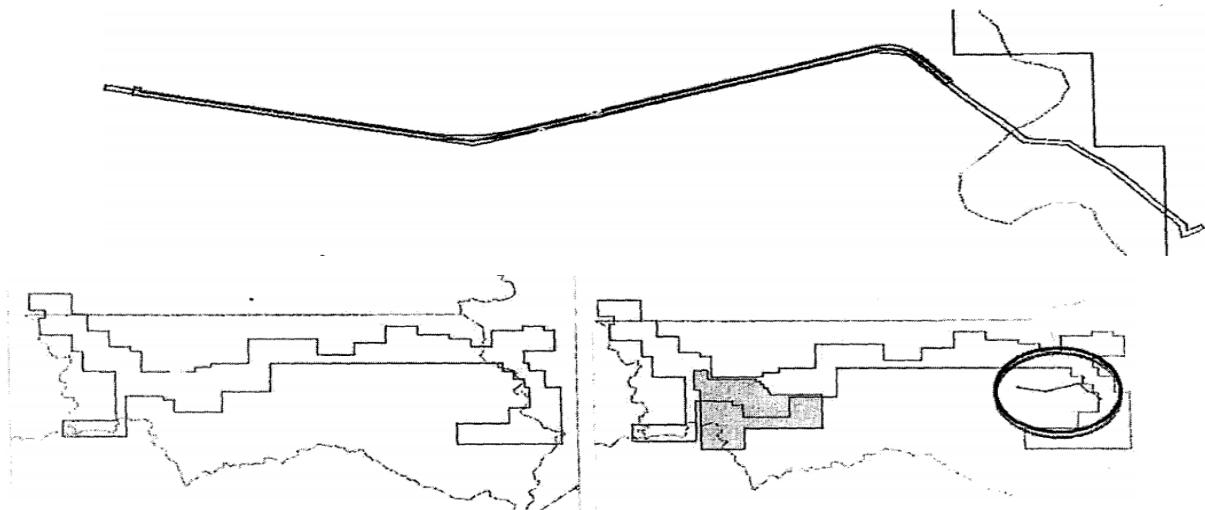
licenciamento ambiental, nem mesmo em outros referentes aos casos observados, demonstrando que o processo de outorga mineral tem pouco contato com o processo do licenciamento ambiental, apesar de depender deste. Outra questão, é que o processo administrativo mineralício a partir da outorga do título, que inclui desde o alvará de pesquisa até o registro do licenciamento, é considerado sigiloso, de acordo com a portaria nº155 de 12/05/2016 do DNPM, salvo algumas poucas exceções, dentre as quais a pesquisa não está incluída. Dessa forma, esse processo não pôde ser analisado, como foi o caso do licenciamento ambiental, através dos documentos disponibilizados pelo IBAMA. Esse caráter de sigilo público, segundo nos informou o representante do SEI da ANM, deve-se a lei de propriedade industrial (nº9279/96), que foi recepcionada pela lei de acesso à informação (nº12.527/11).

Essa restrição legal, comprometeu profundamente a análise do movimento deste órgão em função da concessão de outorga do projeto S11D. O que tivemos acesso foram os dados básicos do processo, que mostra sua origem vinculada ao requerimento de lavra de grupamento mineiro⁴⁶ nº 813.684/1969, requerido pela Companhia Vale do Rio Doce S/A.

O projeto S11D, ocupava 2.745,73 ha do total da área de servidão na Flona Carajás (PBA, 2012:2.5). Posteriormente, foi solicitado pela Vale ao DNPM, mais outras áreas de servidão fora da Flona, destinadas a linha de transmissão de energia elétrica com 17.914,583 metros de comprimento, a construção de instalações de apoio, pilha de minério, pilha de estéril, usina e mina com 29.315,45 ha, e área de servidão para construção de estrada que vai da rotatória da Vila Planalto até a portaria da mina, com extensão de 10.055,196 metros (DNPM, 25/01/2013). Na figura 92, encontram-se duas imagens evidenciando o antes e o depois da inserção das áreas de servidão, identificadas pela cor cinza e a estrada e linha de transmissão, dentro do círculo, com destaque na imagem 57:

⁴⁶ Segundo o código de mineração, capítulo X, art. 69, o grupamento mineiro representa uma reunião em uma só unidade de mineração, de várias concessões de lavra da mesma substância mineral, outorgadas a um só titular, em área de um mesmo jazidamento ou zona mineralizada.

Imagen 57 - PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NA SERRA DA BOCAINA. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



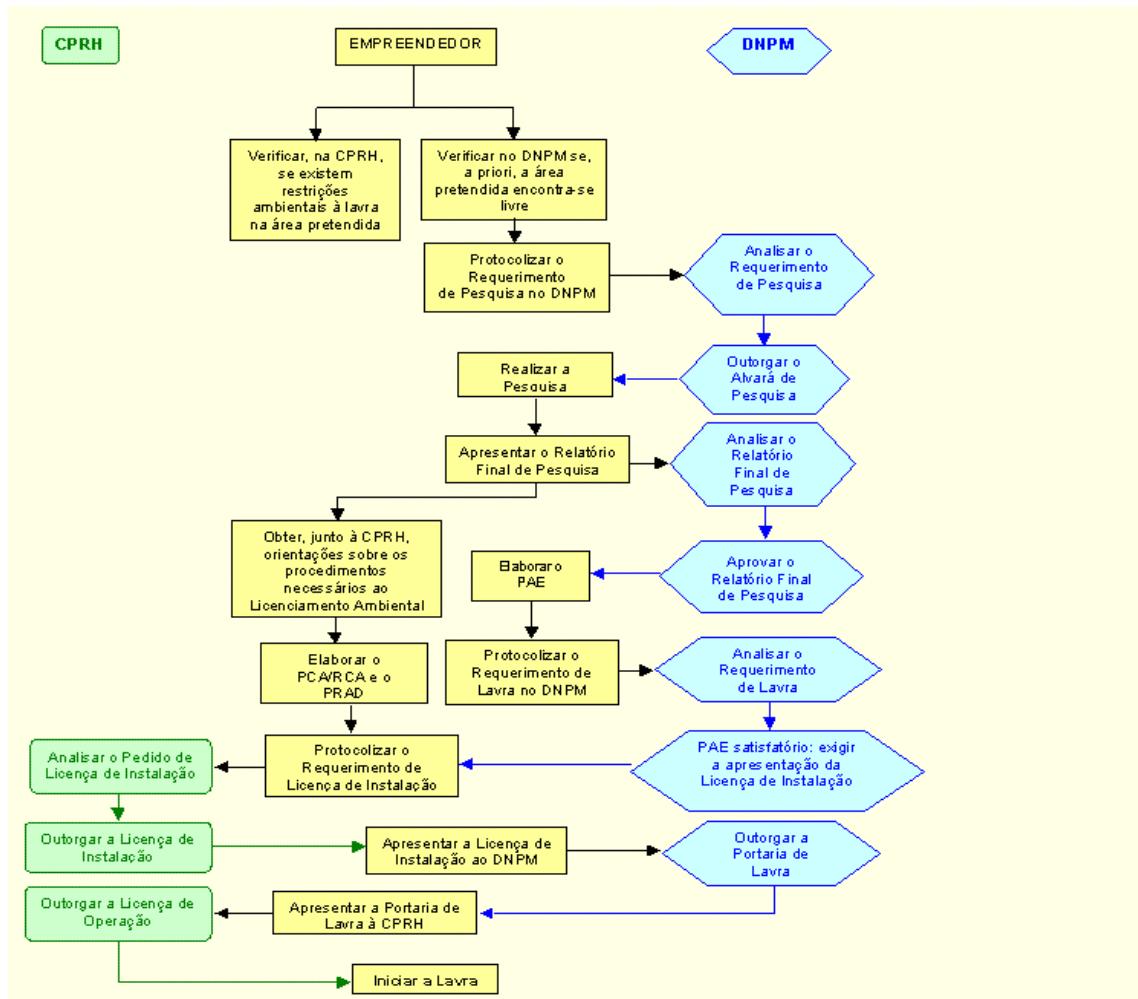
Fonte: DNPM, 2013.

O processo tramitou pela Diretoria de Recursos Minerários-DGTM, que confeccionou a minuta de laudo de servidão, e pela Superintendência do DNPM do Estado do Pará, responsável pelo parecer técnico da. Para incorporação dessa área, foram desapropriadas inúmeras propriedades entre fazendas, sítios, a Vila Mozartinópolis e o PA Cosme Damião. No laudo técnico, essas desapropriações se justificavam para “permitir o bom funcionamento da mineração em superfície da mineradora e de terceiros”. (DNPM, 2013)⁴⁷.

A questão da servidão minerária tem origem no sistema dominial republicano (*res nullis*), atualmente vigente, que consagra a dualidade da propriedade, entre solo e sub-solo. Este último é de domínio exclusivo da União, que só pode ser explorado mediante sua concessão, pelo DNPM, atual ANM, devendo seguir alguns caminhos obrigatórios, que pode ser observado no quadro 10:

⁴⁷ Anexo 7

Quadro 10 - ROTEIRO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS E PORTARIA DE LAVRA



Fonte: DNPM, 2016

Esse procedimento que está de acordo com a legislação de 1967 do Código de Minas, esteve recentemente em questionamento pelas mineradoras que buscavam sua revisão justificando a demora de todo esse trâmite burocrático. Assim propunham a criação das Áreas de Relevante Interesse Minerário-ARIM, onde o pedido de lavra que estivesse ligado a essas áreas, passaria a ter a obrigatoriedade de correr de forma muito mais célere dentro do DNPM. Essa proposta não foi aprovada na recente revisão do código da mineração devido à forte pressão de ONGS ambientalistas e movimentos sociais dos territórios atingidos pela mineração.

Ancorado no preceito do interesse nacional, o instituto da servidão minerária está previsto no código de mineração, como “o direito real público que autoriza o poder público a usar a propriedade do imóvel, para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo”

(SANTOS, 2016, p. 834). Portanto, o preceito constitucional da propriedade individual do solo, está sujeito a modalidade desse tipo de servidão.

Para desapropriação ou uso do imóvel, a mineradora deve pagar valor referente a indenização pelo terreno ocupado ou prejuízo causado pela ocupação, conforme previsto no Código de Mineração (decreto-lei nº227/1967). Em caso de discordância com o valor da indenização, o processo deve ser julgado por ação judicial, que instituí perito técnico para estabelecer nova perícia, diante da qual, o Juiz tem a possibilidade de dar seu parecer definitivo. Nesse período, pressupõe-se que a ação deva ser suspensa. No entanto, tem existido um recurso legal bastante utilizado pelas mineradoras, que é a tutela antecipada, que prevê a urgência de imissão na posse, quando houver elementos que evidenciem comprometimento ao andamento do processo minerário. Esse preceito foi amplamente utilizado pela Vale no processo de sessão minerária do projeto S11D, quando eles foram para a instância judiciária. A pesquisa de Santos (2017: p. 38) observou que de 20 ações de servidão judicializadas, 80% destas obtiveram imissão na posse anterior a perícia técnica, acatando-se o preceito da tutela antecipada, ou seja, o deferimento desses processos tem demonstrado uma forma unilateral de julgamento, oferecido somente pelo titular do direito minerário em detrimento do proprietário da terra.

Com relação ao processo de desapropriação por servidão mineraria da Vila Mozartinópolis e do PA Cosme Damião, conforme visto na apresentação do caso no capítulo 3, precisou haver um entendimento institucional entre o INCRA e o DNPM para resolução do conflito jurídico estabelecido no processo de afetação e desafetação entre duas áreas consideradas de interesse social. Cabe ressaltar que essa iniciativa não partiu desses órgãos públicos, nem da empresa Vale, mas da pressão exercida pelos moradores dessa área.

Nas ações do DNPM, em função do licenciamento do projeto S11D, não dá para afirmar, sobre a influência que as mudanças advindas do Plano Nacional de Mineração-PNM 2030 (2011) e do Novo Código da Mineração (lei 13.575/2017), tiveram sobre seu processo de outorga, mas chamou atenção a mudança que o decreto 6640/2008 trouxe sobre o tema das áreas de patrimônio espeleológico, algo que foi um grande nó no processo do licenciamento ambiental do projeto S11D. Esta reformulação institui graus de relevância para as cavidades naturais, e a partir destes previa-se a multa a ser paga pelo impacto, de forma que, para cavidade natural de alta relevância, estipulava-se a necessidade de compensação de área similar, para aquelas de média relevância apenas um valor acordado com os órgãos ambientais, já as de baixa relevância, estariam isentas de qualquer tipo de pagamento. Isso vinha sendo uma demanda apresentada pelo setor industrial minerário ao Ministro Edson Lobão (IBRAM, 2008: p. 16), que acabou incorporada ao PNM 2030.

No caso da Flona Carajás, o Plano de Manejo disponível sobre as áreas espeleológicas, no período do licenciamento do projeto S11D, ainda não era suficiente para caracterização de seu grau de relevância. Esse foi um elemento que fez com que a nota técnica nº14/2008 do ICMBIO⁴⁸, negasse qualquer possibilidade de aprovação do TR do projeto, sem um estudo suficiente dessa área. Nesse sentido, a Vale apresentou ao IBAMA, o resultado de uma pesquisa sobre o patrimônio espeleológico da Serra Sul da Flona, demonstrando que as áreas de canga não poderiam ser consideradas como ambiente raro, porque existiam muitas áreas similares na região, e, por conta disso, pedia que os trâmites do licenciamento ambiental continuassem, mesmo sem o estudo completo da área pelo ICMBIO, que tinha previsão de conclusão somente para 2011 (Vale, 2009). Sobre isso a Vale conseguiu que fosse aprovado o TR e inclusive a LP do projeto, antes da realização do novo Plano de Manejo. No entanto, no final do estudo do patrimônio espeleológico da Flona, observou-se seu caráter de ambiente raro, impondo a Vale a condicionante ambiental, de identificar outra área de igual característica, que foi justamente a encontrada na Serra da Bocaina, onde se formou a Parna dos Campos Ferruginosos. O fato é que o decreto 6640/2008, deu a condição jurídica para que a Vale pudesse, pouco tempo depois, em 2009, barganhar um “valor” menor ou sequer nenhum custo sobre a área de canga impactada pelo projeto.

Durante as oficinas de trabalho articuladas pelo MME em torno do PNM 2030, houve uma pressão forte de entidades mineradoras, no sentido de maior participação do setor mineral nos Planos de Manejo, por simplificação do processo do licenciamento ambiental e por flexibilização da legislação nessas áreas atrelando-a a perspectiva de estratégia nacional. (MME, 2009). Por outro lado, houve também uma articulação de movimentos sociais, ONGs ambientalistas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que se organizaram em torno do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração – CNDFM, que fazia um contraponto a pressão das mineradoras, sobre essas áreas, afirmando-as como de interesse social (CASTRO, MILANEZ, 2015: p. 3). Isso fez com que o Novo Código Mineral não tivesse avançado em nenhuma proposta nesse sentido, apesar de tramitar pelo Congresso Nacional várias medidas em função das demandas das mineradoras. Essas demandas aparecem marcadas também no PNM 2030, quando se considerava que precisava ser revisto o balizamento institucional das áreas de restrição a mineração, apontando para necessidade de uma agenda comum entre MMA e MME para o estabelecimento dessas normas (MME, 2011, p.54).

⁴⁸ Anexo 8

Essas mudanças foram conduzidas, em boa medida, pelo Ministro das Minas e Energia Édson Lobão (2008-2015) do MDB, partido que conformava a base política de aliança do governo do PT. O ministro, esteve presente na cena política brasileira desde a década de 1970, e sempre alinhado a setores mais conservadores. Sua indicação para MME veio da bancada do MDB maranhense, mas sofria rejeição da então Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff ⁴⁹, em que pese que, posteriormente em seu governo, ele permaneceu no cargo, convergindo com o alinhamento em torno da aprovação do Novo Código da Mineração.

4.1.3 Órgãos agrários: MDA, INCRA e EMATER

O INCRA (SR-27) foi um órgão estatal bastante requisitado no processo de implantação do projeto S11D, demonstrando, pelo menos neste projeto, que a mineração criou uma questão agrária na região, que pressupunha tal mediação.

O INCRA foi criado em 1970 pelo decreto lei 1110/70, em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, estes que surgiram no bojo da aprovação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). Dessa forma, sua função condensou as demandas de encaminhamento da reforma agrária e desenvolvimento rural. É considerado uma das maiores autarquias do país, formado por 30 Superintendências Regionais-SRs e ainda 45 Unidades Avançadas, espalhadas por todas as regiões. As SRs são órgãos descentralizados responsáveis pela execução das ações do INCRA nos Estados.

A SR27 abrange a área de influência do Sul e Sudeste do Pará e foi criada em 1996, com sede na cidade de Marabá. Existem ainda quatro Unidades Avançadas, vinculadas a essa SR27, nos municípios de Conceição do Araguaia, São Felix do Xingu, São Geraldo do Araguaia e Tucuruí. As primeiras intervenções do INCRA nessa região, sem ainda ter uma superintendência, foram através dos planos de colonização. Com o avanço dos conflitos agrários e o foco da Guerrilha do Araguaia, a região passou a ter a intervenção de um órgão de Segurança Nacional, o GETAT, que assumiu a função do INCRA, através de uma política de militarização da questão agrária definida pelos governos militares.

Em 2000 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, onde o INCRA se vinculou. Em 2016 com a extinção do MDA, passou alçada da Casa Civil e recentemente, com a lei 13.844/2019, está na pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-

⁴⁹Folha de São Paulo. Lula aceita Lobão para Minas e energia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200810.htm>. Acessado em:11/01/2008.

MAPA. No entanto, para efeito de compreensão das ações desse órgão, diante da implantação do projeto S11D, será considerado o período de 2009-2016, quando o INCRA ainda estava vinculado ao MDA.

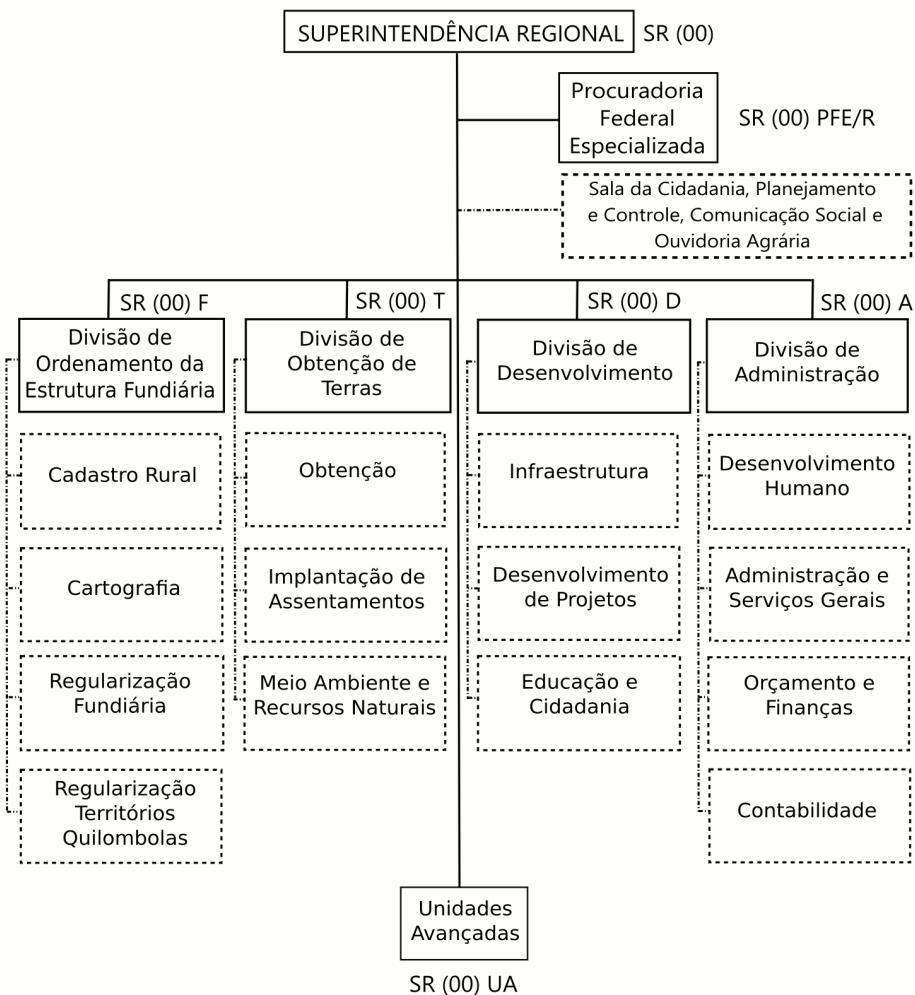
O MDA durante esse período, era dirigido por políticos importantes do PT, que, no geral, apresentavam proximidades com os movimentos sociais no campo. Lula, no seu primeiro mandato, chamou Miguel Rossetto para ministro do Desenvolvimento Agrário. Por outro lado, à frente do MAPA estiveram nomes importantes do agronegócio brasileiro como Roberto Rodrigues e Kátia Abreu. Dentro desse bloco no poder no governo, o INCRA se movimentava com suas contradições internas. A ideia deste tópico, portanto, é observar a manifestação dessas contradições, nas particularidades das ações do INCRA-SR27, em relação as demandas territoriais, advindas do Projeto S11D.

Conforme visto anteriormente a estrutura de Superintendências Regionais e Unidades Avançadas, deu ao INCRA um enraizamento nos municípios, fazendo com que este órgão fosse altamente permeável à interferência político-partidária ou de organizações sociais representantes dos beneficiários. (PENNA; ROSA, 2015: p. 62). Essa intervenção nem sempre foi externa, assim como o MDA, os cargos das Superintendências Regionais do INCRA frequentemente seguiam acordos de composição partidária e com indicação de nomes fora da carreira de servidores públicos. (PENNA, 2013: p.24). Por outro lado, o governo federal abriu um grande número de concurso público para carreira de servidores do INCRA. Só entre 2003-2004 foram contratados via concurso público 2.031 novos servidores, elevando o número total para 5.684, ou seja, quase que dobrando essa força de trabalho de técnicos do INCRA em todo o país. O mesmo se reproduzia em relação a SR27, que subiu de 109 para 223 servidores de carreira. (PENNA, 2013:p. 172)

O trabalho de Penna (2013) sobre o INCRA SR-27, mostrou o quão forte eram as conexões políticas que cruzavam a ação desse órgão. Havia a influência partidária, principalmente da corrente “PT pra Valer”, apontando os principais cargos de DAs do órgão, tinha também a força de movimentos sociais como FETAGRI, FETRAF, MST e a própria CPT, pressionando-o frequentemente, em função do desenvolvimento de políticas públicas para o campo nesta região, e em menor proporção, mas também presente, a pressão de fazendeiros e da própria Vale. Além disso o órgão era cruzado por várias outras particularidades que tinham a ver com a relação entre os próprios técnicos da estrutura burocrática, com esse movimento político externo, e também entre os chamados “técnicos antigos”, que ingressaram ainda no período do GETAT, com os novos, concursados a partir do ano 2000.

Entre as demandas do projeto S11D ao INCRA, uma delas adveio da pressão dos moradores da Vila Mozartinópolis sobre a empresa Vale. O Incra-SR27 entrou neste processo quando já havia um acordo prévio entre o movimento de moradores e a Vale, em torno da mudança da Vila. Ainda assim, sua participação sempre foi bem pontual nas reuniões que ocorreram entre 2010 e 2011, que tratavam do detalhamento desse acordo, basicamente sobre o processo de afetação da área da Fazenda Recreio e posteriormente de constituição do PDA do novo assentamento criado. Apenas um técnico do INCRA do setor de obtenção de terras foi designado a cuidar do caso da afetação da área, mas conforme observado nas atas das reuniões, houve também a participação de dois técnicos da divisão de desenvolvimento e outros dois da divisão de ordenamento da estrutura fundiária, além da presença em uma das reuniões do próprio superintendente regional. Para ficar mais claro sobre a forma de organização da SR, apresenta-se na imagem 58:

Imagen 58 - ORGANOGRAMA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS



No geral a participação do INCRA era de encaminhamento técnico nas reuniões, até porque no momento em que ele entra como ator institucional público, os principais embates entre movimento/CPT e a Vale, em torno do fechamento do acordo de remoção das famílias da Vila, já haviam sido travados. Em alguns pontos de tensão que ocorreram posteriormente, envolvendo a demora no trâmite do processo de afetação/desafetação e construção do PDA, parecia existir uma forte ligação da fala do INCRA com a da empresa Vale, conforme análise das atas das reuniões. Um caso exemplar disso, foi quando os moradores se negaram a continuar discutindo o PDA enquanto não fosse resolvido remanejamento das famílias. Nesse sentido, a empresa Diagonal (representante da Vale), pedia aos moradores paciência com o processo, enquanto a técnica do INCRA, de forma muito mais incisiva, fazia a seguinte afirmação: “vocês estão aqui nas suas casinhas, o dia inteiro, um olhando pra cara do outro, então vamos devagar com essas cobranças e ouvir as fontes verdadeiras. Esqueceram de falar pra vocês que as coisas do governo federal são lentas?” (INCRA. 13/12/2011). Da mesma forma agiu o Superintendente da SR, quando houve o impasse com os moradores em relação ao valor das indenizações das benfeitorias, que a empresa estava propondo pagar, sua postura foi: “quero só informar pra vocês, que as terras que vocês estão reivindicando na Vila são terras da União, então a negociação tem que partir desse patamar, quem tá aqui para tumultuar pode ir embora”. (INCRA. 6/12/2011). Vale ressaltar que estamos falando, neste caso, de um superintendente, que estava dentro da lógica das indicações políticas do PT, vigentes desde o início do governo Lula, mas que teve sua gestão cercada por denúncias acerca de compra e venda ilegal em lotes de assentamentos, culminando com o caso de lotes irregulares no Projeto Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, motivo do assassinato, em 2011, do casal agroextrativista Zé Carlos e Maria do Espírito Santo, o que levou a pressão do INCRA Nacional, pela sua saída em 2013, seguida de sua renúncia do cargo.

No ano de 2011, enquanto corriam as reuniões entre os moradores da Vila com a Vale e o INCRA, esse órgão sofreu a primeira grande ocupação por movimentos sociais ligados a FETAGRI, FETRAF e MST, cobrando pelo avanço da reforma agrária e denunciando os grandes projetos de mineração, que tornava a terra um bem altamente valorizado na região, e consequentemente, intensificando os conflitos no campo.⁵⁰ Em 2012 foi a vez dos próprios servidores do INCRA entrarem em greve, com fortes críticas ao governo do PT sobre o sucateamento do INCRA, salário defasado dos servidores em relação aos salários dos servidores

⁵⁰ GRABOIS, Ana Clara. Em Marabá Sem terra põe fim a trégua com o governo Dilma. Valor econômico 20/06/2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44508-em-maraba-sem-terra-poe-fim-a-tregua-com-o-governo-dilma>

do MAPA, expressando a desigualdade de tratamento do governo federal em relação a esses órgãos. (PENNA, 2013, p. 188).

Por conta dessa conjuntura, em 2012, o trâmite do processo de afetação da fazenda Recreio ficou parado, e a atuação técnica do INCRA permaneceu apenas no encaminhamento das reuniões em torno do PDA do novo projeto de assentamento para onde iriam as famílias remanejadas da vila Mozartinópolis. Nesse período, já estava no pico das obras do projeto S11D, e a vila se encontrava no meio do canteiro dessas obras, a própria Vale tinha interesse nessa resolução, já que nesse momento, já efetivava o pagamento de fomento aos moradores. Tudo isso representava uma pressão sobre o INCRA.

Em janeiro de 2013, o INCRA-SR27 encaminhou um despacho a Procuradoria Federal Especializada Regional/PFE-R⁵¹, sugerindo que se mudasse o processo de desafetação para servidão: “na tentativa de diminuir a burocracia sem prejudicar a legalidade do ato” (INCRA, Vol X). Este pedido pautava-se na urgência da remoção das famílias da Vila. A resposta da PFE/R (2013), apontava uma série de irregularidades cometidas pela superintendência do INCRA nesse processo, conforme pode ser observado no trecho:

Ausência de cláusulas obrigatórias, ato que autorizou a lavratura do contrato de servidão, publicação do extrato contratual, ausência de exame prévio do contrato de servidão por órgão de assessoramento jurídico, inexistência da comprovação de poder para firmar contrato de servidão com a Vale, falta de estudo da cadeia dominial da fazenda Recreio, que em princípio parece tratar-se de bem da União, fazendo com que a Vale estivesse repassando ao INCRA, bem que já era de domínio público. Contrato da Vale com o INCRA de apenas sessão de posse, o que impediria que os assentados viessem, no futuro, adquirir a propriedade da área, além disso como não há transferência da propriedade, não há segurança quanto ao tempo de cessão de posse da área. Esta superintendência não tem poder para realizar o processamento de demanda do presente processo, bem como de ter firmado contrato particular de servidão, o que cabe só a presidência do INCRA. (PFE-R 6/2/2013)⁵².

Essa resposta foi encaminhada a presidência do INCRA sede, que segundo o procurador regional, seria o órgão competente. Assim, observa-se que até então o processo de desafetação e afetação da fazenda Recreio e da Vila Mozartinopólis, respectivamente, vinham sendo conduzidos pela SR27 junto com a Vale, já que nas reuniões, mesmo quando o advogado da

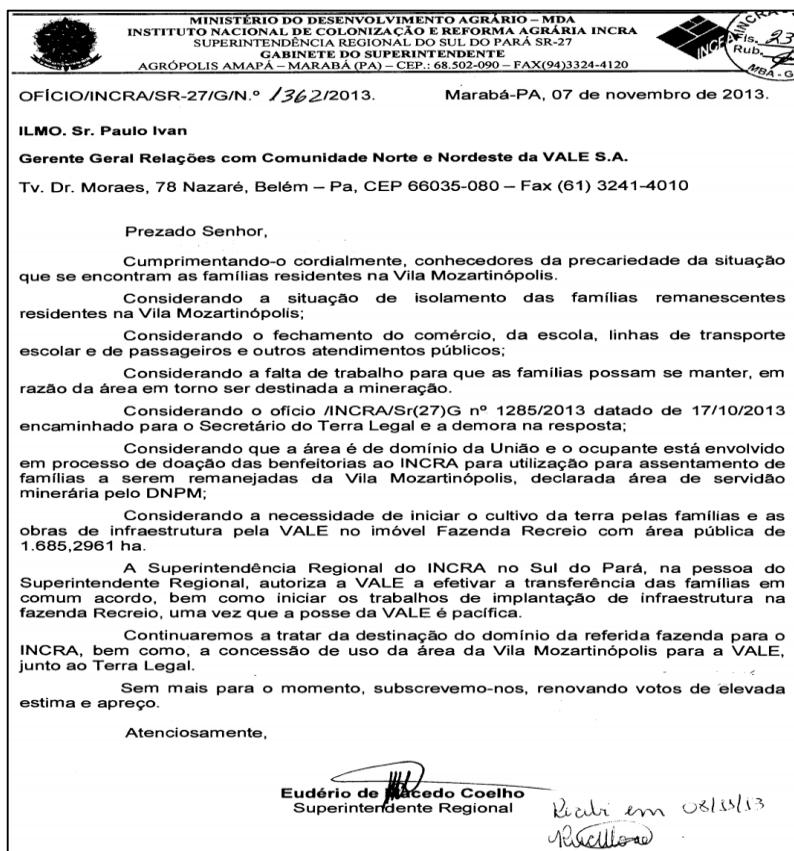
⁵¹ É um órgão vinculado a PFE do INCRA, compete promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consulta e assessoramento jurídico, bem como assistir o superintendente regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados. (Regimento interno do INCRA. Cap. III art.113). Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/143903. Acessado em 21/03/2020.

⁵² Texto na íntegra no anexo 2

CPT pedia para ver o andamento do processo, era informado que estava caminhando na burocracia da instituição, quando na verdade, não havia sequer saído da SR.

Após atendido pela SR27 as diligências solicitadas pela PFE-R, o processo foi enviado ao órgão responsável pela regularização fundiária na Amazônia, que é a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SERFAL, que na época coordenava o programa Terra Legal⁵³. Apenas em outubro de 2013, este órgão respondeu, em memorando ao INCRA, que não constava nenhum processo na divisão estadual de regularização fundiária de desapropriação do imóvel da fazenda Recreio. (SFRA-08, 22/10/2013). Diante disso, o novo Superintendente da SR27, à revelia do aval das instâncias superiores, autorizou a Vale a efetivar a remoção das famílias, conforme pode ser observado:

Imagen 59 - OFÍCIO DO INCRA-SR27 A VALE PARA REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VILA MOZARTINOPOLIS



Fonte: INCRA. 07/11/2013

⁵³ A SERFAL foi criada em 2009 para dar efetividade às determinações do artigo 33 da Lei 11.952/2009, que transferiu o INCRA para o MDA. Lhe competia coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais e urbanas da Amazônia Legal, através do programa Terra Legal. Na estrutura deste programa existia Superintendência e departamentos, sediados em Brasília, e, 9 coordenações estaduais e 12 escritórios regionais. O Pará era o único estado da Amazônia a contar com 4 escritórios, em Belém, Altamira, Marabá e Santarém.

Antes do remanejamento das famílias, foi realizado ajustes na minuta do termo de acordo entre MDA, INCRA, Vale e a comunidade. Na redação deste termo destaca-se, a forma de descrição do processo, dando a Vale a responsabilidade social deste acordo:

Imagen 60 - TERMO DE ACORDO FIRMADO ENTRE MDA, INCRA, VALE E COMUNIDADE DA VILA MOZARTINÓPOLIS

<p>TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, O MDA, A VALE S/A, E COMUNIDADE DA VILA MOZARTINÓPOLIS, COM OBJETIVO DE CONCESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE MINERARIA NA FORMA ABAIXO:</p> <p>MINUTA</p> <p>O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU de 31 de março de 1989, gestor público das terras destinadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, doravante denominado INCRA, neste ato representado por seu Superintendente Regional do INCRA no Sul do Pará, Carlos Mario Guedes de Guedes, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº >>>, inscrito no CPF/MF sob o nº >>>; o MDA, neste ato representado pelo Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal Sérgio >>>>, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº >>>, inscrito no CPF/MF sob o nº >>>; e a VALE S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº >>>, com sede na Avenida Graça Aranha, 26, Centro – Rio de Janeiro (RJ), doravante denominada VALE, neste ato representada na forma de seu brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º CPF/MF n.º e pelo brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº inscrito no CPF/MF sob o nº; em conjunto denominados de PARTES.</p> <p>CONSIDERANDO que a VALE S.A., é detentora de direitos minerários conforme prescreve o Decreto 74.508, de 5 de setembro de 1974;</p> <p>CONSIDERANDO que a atividade mineradora é de interesse nacional, como expressamente previsto no parágrafo 1º, do artigo 176, da Constituição Federal de 1988;</p> <p>CONSIDERANDO que a VALE e a FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE, dentro de uma visão social e responsável, realizaram uma pesquisa censitária socioeconômica em janeiro de 2010, para conhecer as condições de vida, o grau de vulnerabilidade social e a expectativa de cada família na Vila Mozartinópolis localizado no município de Canaã dos Carajás – PA;</p> <p>CONSIDERANDO que diante desta situação, a VALE por meio da FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE no âmbito das ações de Responsabilidade Social, deu início a um Processo de Diálogo Social com os moradores da Vila Mozartinópolis, concluindo em conjunto com a comunidade, a necessidade de elaboração de propostas de atendimento social, em decorrência do grau de vulnerabilidade das famílias residentes na vila, em função da Implantação do Projeto Ferro Carajás S11D;</p>	
--	---

Fonte: INCRA, 26/12/2013

A entrada do INCRA SR27 no processo da Parna, também se deu após a resolução judicial do conflito entre a Vale e as ocupações na Fazenda São Luiz, processo esse, que conforme visto na apresentação do caso, não passou de algumas poucas reuniões no órgão e encontrava-se parado desde 2016.

As ações do INCRA em Canaã, foram produto dos conflitos dos movimentos sociais com a Vale, corroborando o que o que afirmava o próprio Estatuto da Terra, no seu art. 15, de priorizar a reforma agrária em áreas de tensão social. Mas conforme observado nos vários exemplos anteriores, no encaminhamento dos procedimentos operacionais desses processos, prevaleceu o favorecimento deste órgão à Vale.

Outro órgão que se relaciona com as ações de assistência técnica e extensão rural pública, é a EMATER. Em Canaã existe um escritório local, que tem atuação na região desde os anos 1990. Mesmo considerando que este órgão não apareceu nos processos analisados do S11D, pude, através de entrevistas, observar uma tentativa da Vale de buscar parceria com a EMATER no decorrer da instalação do projeto S11D. Segundo informante isso foi inédito, porque a Vale na época do projeto Sossego, tinha este órgão como inimigo:

Eu não sou adversário deles, eu apenas sou correto com os produtores. Eu cheguei aqui a 30 anos atrás, então eu venho acompanhando todo esse tempo o sofrimento desses produtores. Mesmo que a gente nem vá prestar assistência técnica lá, mas a gente tá conversando com ele, o extensionista é esse, ele tem que conversar pra entender, e aí você passa a fazer parte da comunidade. Então as vezes a gente chegava pra Vale e chamava mesmo eles a responsabilidade. (EMATER. Canaã dos Carajás: 20/08/2009)

Dessa informação pode-se identificar dois elementos importantes. O primeiro, está no fato da Vale os considerar adversários no município, devido a atuação junto aos agricultores, ao perceber os impactos que a mineração causava sobre o universo rural do município. Segundo, há nesta fala, a identificação de uma mudança na forma de atuação da Vale, do projeto Sossego para o S11D. Neste, há uma percepção de que a empresa buscou maior parceria, confirmado o que observávamos anteriormente com o Plano de Sustentabilidade do projeto, que tem a ver com a importância de licença social para operar. Vejamos no que consistia a proposta da Vale para a EMATER:

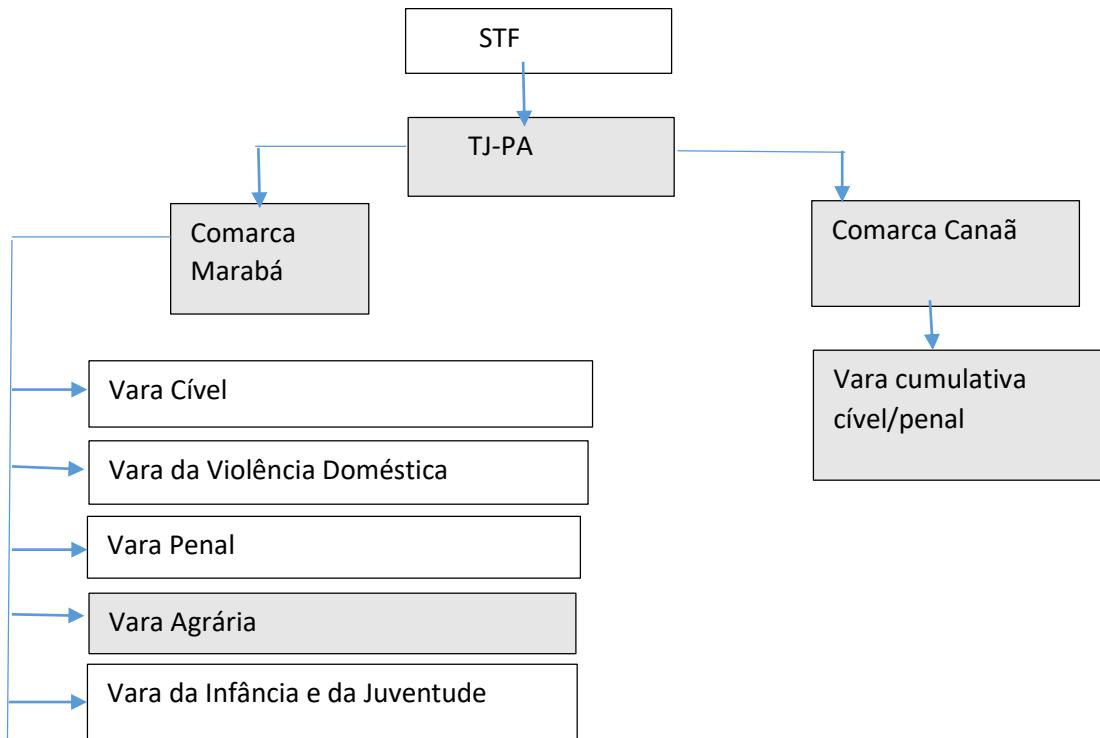
Na época nós fizemos um diagnóstico, sentamos também com o STR e com a associação de economia solidária, juntamos tudo e fizemos um projeto coletivo, com eles. Era tipo em torno de quase 500 mil reais que a Vale tava dando pra atender esse projeto nosso. Ali eles reconheceram que eles foram culpados pelo impacto da mineração nas associações de agricultores local, e que muitas ficaram inadimplentes com os bancos, então eles tavam pagando, com esse dinheiro, uma assessoria jurídica, tudo pra ver como os agricultores poderiam retomar essas associações. Com a Economia Solidária, esse dinheiro foi empregado no negócio de corte e costura, essas coisas. Eu sei que nós montamos tudo juntos, foi a primeira vez que a Vale nos chamou pra trabalhar junto, e até que esse projeto conseguiu andar. (EMATER. Canaã dos Carajás: 20/08/2009)

Pode-se perceber que o nível da parceria proposto, não se diferenciava de outros identificados no contexto do Plano de Sustentabilidade, qual seja, de controle da crítica. A EMATER, como ator importante de atuação no campo, era uma empresa estratégica para a Vale chegar ao STR e associações rurais. Estava aí o fundamento central do projeto de parceria proposto pela Vale com a EMATER.

4.1.4 O Judiciário

Diferente dos demais órgãos analisados até então, o judiciário é a parte do Estado que atua diretamente na resolução de conflitos. Seguindo o sentido das políticas de Estado em torno do projeto S11D, neste tópico analisarei as ações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJ/PA, particularmente no que diz respeito a Vara Agrária de Marabá e Vara Cível/Penal de Canaã dos Carajás, além do Ministério Público Federal-MPF, que foram instâncias judiciais envolvidas nos casos descritos na tese. Na imagem 61, busca-se situar essas instâncias:

Imagen 61 - ORGANOGRAMA PARCIAL DO SISTEMA JUDICIAL BRASILEIRO



O TJ-PA é a instância estadual submetida ao STF, e como tal deve uniformizar a interpretação das leis federais no âmbito estadual, julgando todas as causas que não se

enquadrem na competência da justiça especializada federal. O TJ-PA é formado por 147 comarcas distribuídas entre os vários municípios.

As Varas Agrárias são comarcas especializadas no julgamento dos conflitos coletivos pela posse da terra, entre supostos proprietários ou possuidores de terra e grupos de ocupantes. A Vara Agrária de Marabá foi a primeira a ser instituída no Estado do Pará, no ano de 2002, a partir de convênio firmado entre MDA/INCRA e STJ-PA (QUINTANS, 2011, p.159), motivado especialmente pelo episódio do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996. Nessas varas, existe uma sistemática que impõe uma análise diferenciada dos processos antes da decretação de liminar, que envolve, audiência para ouvir as partes, envolvimento de órgãos fundiários, além da necessidade de juízes que se especializem nesse tipo de conflito. Desde 2007, a Vara Agrária de Marabá, possui uma promotoria de justiça agrária, exclusivamente constituída para defesa de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos agrários que não disponham de advogados próprios.

A Vara Cível já não possui essa especificidade, em municípios menores, como no caso de Canaã, e acaba tratando de vários tipos de ações, como disputas individuais e não coletivas, por isso dispensa audiência para ouvir as partes, não intima órgãos públicos para esclarecimento de questões que envolve os processos, nem há cobrança de qualquer tipo de especialização do juiz sobre o caso. Disso decorre que as liminares costumam ser dadas de imediato.

O conflito fundiário foi uma questão importante que a Vale precisou enfrentar na implantação do projeto S11D. Nos vários casos judicializados observou-se a negação de tratá-los como conflitos fundiários, daí que boa parte destes foram ajuizados na Vara Cível ao invés de correrem na Vara Agrária. Essas ações caracterizavam os crimes como de caráter individual contra o patrimônio particular industrial, por isso justificava o tratamento na instância penal e não agrária. Os advogados da CPT contra argumentavam que as ocupações estavam se dando de forma coletiva em área rural de fazenda e não em área de cessão minerária da empresa e que, como tal, deveriam ser julgados na Vara Agrária. Criou-se a partir daí um conflito de competência que foi julgado pelo STJ-PA, em alguns momentos favorecendo o tratamento dos casos na Vara Agrária, mas a maioria acabou seguindo na Vara Cível de Canaã.

Com o andamento desses processos com a Vale em Canaã, percebeu-se que essa disputa pelo enquadramento de competência fazia todo o sentido. As ações que correram na Vara Cível, tiveram um trâmite máximo de um mês para manifestação da sentença, todas concluídas com o mandato de reintegração de posse, o contrário do tramitado na Vara Agrária. Dessa forma, fica claro que a forma de judicialização desses conflitos assumiu uma estratégia política importante para a Vale.

O manuseio com o sistema jurídico muito comum para uma empresa como a Vale, era novo ao movimento social atuante na região. A própria constituição da Vara Agrária era vista com muita desconfiança por integrantes do MST, FETAGRI e FETRAF: “Será que não estavam criando um mecanismo para prender nós mais fácil?” (presidente FETRAF apud QUINTANS, 2011, p.157). Essa dúvida em relação ao sistema jurídico, era justificável, na medida em que o próprio subprocurador geral para os Direitos Humanos afirmava que: “o sistema penal brasileiro era profundamente seletivo. As chances de um pobre sucumbir ao longo do braço da lei, são incomparavelmente maiores do que as de um rico” (GONÇALVES, 2000 apud MEZAROS, 2010, p. 450).

Dessa forma, a Vale agia com uma desenvoltura diante de todos os trâmites judiciais, que só era possível devido seu poder econômico, que garantia a contratação dos melhores escritórios de advocacia e construção de verdadeiros dossiês sobre as áreas ocupadas. Sobre essas ações, a Vale se manifestou em nota que, “respeitava o Estado democrático de direito e buscava a defesa de seus direitos perante a justiça, a quem compete determinar a reintegração de posse dos seus imóveis invadidos”. (VALE apud CAMPELO, 2017).⁵⁴ O resultado desses processos foi que, das 39 ações possessórias impetradas pela Vale, só em relação as áreas ocupadas em Canaã dos Carajás, 71% resultaram em liminares de reintegração de posse, outras estão aguardando fechamento do processo, quase todas tendo sido julgadas pela Vara Cível de Canaã . (CPT s/d. arquivo)⁵⁵.

Por outro lado, não se pode negar que numa disputa, aos moldes bíblicos de Davi e Golias, a ação do movimento social na região também conseguiu imprimir algumas vitórias diante dos processos judiciais analisados. Segundo Ondetti, Wamberg e Afonso, (2010: p. 259) as ações coletivas de confronto, assumidas pelo MST na região, bem como a ação da CPT forçaram uma intervenção mais efetiva do Estado no sentido da reforma agrária, confirmado o que afirmava Quintans (2011, p.262), de que essas mobilizações jurídicas e políticas das organizações de trabalhadores no Sudeste paraense possibilitaram que a Vara Agrária de Marabá se transformasse em espaço importante de luta de classe. O paradoxo está no fato de que, muitas dessas lutas, são *a priori* identificadas pela justiça como ações criminosas, contra o chamado Estado democrático de direito.

⁵⁴ Brasil de Fato. Camponeses de Canaã ocupam a sede do Incra em Marabá. Disponível em : <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/camponeses-de-canaa-dos-carajas-ocupam-sede-do-incra-em-maraba>. Acessado em: 26/03/2020.

⁵⁵ Arquivo CPT Marabá. Sem data.

Na estrutura judiciária, os juízes têm um papel de destaque, porque são eles, em última instância, os que definem a forma de encaminhamento do processo e dão o parecer final. Em várias notas de movimentos sociais de Canaã⁵⁶, apareceram denúncias sobre a ação de juízes nos despachos para reintegração de posse, pela rapidez com que se efetivavam esses despejos, em muitos casos pegando de surpresa os moradores e não dando qualquer chance de contestação. Na própria vara agrária obteve-se a informação⁵⁷, que de fato, o processo de reintegração de posse não segue um procedimento padrão, alguns juízes buscavam se pautar pelo que estabelece os Direitos Humanos, chamando primeiro audiência de justificação, depois oficializando o prazo de desocupação, que costuma ser de dez dias, somente após, se não houvesse acordo, eram enviadas tropas policiais para efetivar a desocupação. (Entrevista Estado. Marabá em: 04/09/2019). Segundo a CPT, existe uma distinção clara nos procedimentos assumidos pelos juízes da Vara Cível de Canaã com os da Vara Agrária, relacionada a especificidade de cada uma dessas varas. No entanto, dentro da própria Vara Agrária, há juízes que conduzem os processos de forma mais democrática do que outros:

O Drº X⁵⁸ era um juiz que geralmente buscava conversar, de certa forma estar bem com as duas partes, mas sempre também levando em consideração o poderio da Vale, mas ele pelo menos tinha um canal aberto de conversa com as famílias, tinha uma certa preocupação com as questões coletivas. Já o Drº Y do ponto de vista da questão fundiária, ele me pareceu bastante atrasado, à frente da Vara agrária ele tem provocado um retrocesso muito grande na forma como os juízes anteriores a ele conduziam os processos. (CPT. Marabá: 18/07/2019).

Esse depoimento coincide com a posição do próprio informante da vara agrária, quando perguntado sobre sua posição a respeito dos conflitos agrários com a Vale. Para ele a Vale não ocupa terra na região, ela compra, e quando a pessoa se nega a vender, a empresa vem no Fórum e deposita em juízo, da forma como deve ser. Ele complementa dizendo que o problema da briga por terra na região é que a comunidade quer pegar dinheiro, a briga é para terem um pedacinho de terra, justamente para venderem para Vale. (VARA AGRÁRIA. Marabá, em: 04/09/2019).

⁵⁶ Nota a “Peleja dos Oprimidos diante do poder das forças” (02/02/2015) assinada pelo CEPASP e STR de Canaã. Nota “Mais uma vez o juiz de plantão autoriza o despejo” (24/2/2016) assinada pelos acampamentos mobilizados, STR de Canaã, CEPASP. Nota “Trabalhadores em luta contra o poder do Capital” (18/2/2017) assinada pelos acampamentos Planalto Serra Dourada, Grotão do Mutum, Alto da Serra, Rio Sossego e movimento de defesa dos territórios livres da mineração. Todas as notas são exemplares impressos.

⁵⁷ A entrevista não foi autorizada para gravação, devido isso, não se apresenta no texto sua fala na íntegra.

⁵⁸ Utilizo as letras X e Y para manter o anonimato dos respectivos juízes

O papel do Ministério Público, também merece destaque. As ações tanto da promotoria de justiça de Canaã, quanto da promotoria agrária vieram no sentido de afirmar que os conflitos em Canaã com a Vale, eram conflitos fundiários e não crimes comuns, logo, deveriam ser tramitados na Vara Agrária e não na Vara Cível. Segundo nos informou a CPT:

As Promotorias Agrárias atualmente é o que nós temos de mais avançado nesse campo de análise da situação fundiária do Estado. A de Marabá por exemplo, estava sendo ocupada por uma excelente promotora, de conhecimento profundo sobre as questões agrárias e coletivas e que ao longo do tempo que atuou nas promotorias, teve um desempenho excelente, com manifestação muito boa sobre os processos. (CPT. Marabá: 18/07/2019).

Além disso, o MP tem representado uma esfera jurisdicional de investigação sobre várias denúncias envolvendo a Vale na região. Em consulta aos autos judiciais que corriam na Procuradoria da República em Marabá, observou-se a existência de várias ações relacionadas a danos ambientais causados pela empresa, além de denúncias de infrações contra o direito indígena⁵⁹. Essas ações, resultaram na instalação de vários Inquéritos Civis Públicos, principalmente relacionados a questão ambiental e indígena, que precisaram ser respondidos pela empresa ou mesmo por órgãos estatais, como IBAMA e INCRA.

4.1.5 Cargos eletivos do Estado: Executivo e Legislativo

Aqui trata-se de um corpo do Estado que possui a especificidade da representação política eleita pelo voto, logo, sujeita a uma pressão mais direta sobre a administração e mandato. Viu-se no primeiro capítulo, que o setor mineralício conformava o chamado bloco no poder no governo Lula e Dilma, na esfera do executivo nacional. Nas eleições de 2014, esse setor injetou grandes recursos na campanha da presidente Dilma (R\$12 milhões) e também para a legenda do PMDB (R\$23 milhões) (MALHEIRO, 2019, p.2017). Não obstante, o projeto S11D se tornou viável diante de grandes aportes financeiros do Estado, bem como, das ações propostas pelo PAC para constituição de um modal de infraestrutura na Amazônia, capaz de suprir a demanda de expansão de projetos mineralícios na região. Neste tópico trata-se mais

⁵⁹ Essas ações podem ser consultadas no portal transparência do MPF, através dos números: 2010.39.01.000225-2, 0032308-15.2010.4.01.3900, 0022691-94.2011.4.01.3900, 0002383-85.2012.4.01.3905, 0001246-75.2015.4.01.3901, 0001660-73.2015.4.01.3901, 0002287-77.2015.4.01.3901, 0002328-44.2015.4.01.3901, 0002334-51.2015.4.01.3901, 0003929-85.2015.4.01.3901, 0005596-09.2015.4.01.309, 0001254-18.2016.4.01.3901, 00002998-65.2017.4.01.3901, 0001707-76.2017.4.01.3901, 1001243-38.2017.4.01.39, 000214-30.2018.4.01.3901, 1000085-08.2018.4.01.3901, 1002242-17.2019.4.01.3901, 1002244-84.2019.4.01.391, 10065519-54.2019.4.01.3904. Total de 20 ações contra a Vale o âmbito da Procuradoria da República no Município de Marabá. Consulta feita em novembro de 2019.

especificamente da esfera do executivo e legislativo estadual e municipal, a fim de observar os rearranjos políticos locais que foram se delineando a partir do avanço da macro política mineraria do país nessas regiões, e em particular, do trato com as demandas advindas do projeto S11D.

Entre 2009 e 2016, período de implantação do projeto S11D, tinha-se a seguinte estrutura executiva, por esfera governamental (quadro 11):

Quadro 11 - MANDATOS PRESIDENTE, GOVERNADOR DO PARÁ E PREFEITO DE CANAÃ DOS CARAJÁS (2009-2016)

Cargos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Presidente	Lula da Silva- PT			Dilma Rousseff-PT				
Governador do Pará	Ana Júlia Carepa-PT			Simão Jatene-PSDB				
Prefeito Canaã	Anuar Alves-PDT				Jeová Andrade-PMDB			

Dá para perceber que tanto para governo do Estado, quanto para prefeito municipal, as eleições trouxeram mudança de legenda partidária, e naturalmente também, nos planos de governo.

No caso do governo do Estado do Pará, em todo o primeiro momento de implantação do projeto S11D, basicamente na fase do licenciamento, havia um alinhamento político da governadora Ana Júlia com o presidente Lula, ambos ligados ao PT. Segundo entrevista, seu governo via a possibilidade de desenvolvimento regional através da mineração somente se consolidasse um parque siderúrgico para beneficiamento de parte desse minério. Nesse sentido, o grande foco do governo para aproveitar o potencial mineral da região Sul/Sudeste do Pará, se pautou da operacionalização da ALPA- Aços Laminados do Pará, que consistia numa usina siderúrgica integrada, para produção de placa de aços. A ALPA representava uma expansão do polo siderúrgico de Marabá, que pressupunha ainda a construção de uma hidrovia, terminal fluvial e ampliação da capacidade energética de Tucuruí com linha de transmissão. Dessa forma era um grande projeto, que envolvia parceria com o governo federal e também com a Vale. Segundo a entrevista, trazer a Vale para esse projeto não fora tarefa fácil:

Quando nós decidimos brigar com a Vale pela Alpa, nós já tínhamos decidido que iríamos ampliar o pólo siderúrgico já existente em Marabá, onde iria se fazer um porto de escoamento, isso tudo foi entregue ao presidente Lula e a ministra Dilma, e inclusive eles eram nossos parceiros nesse entendimento. Eu cheguei a ter uma discussão feia com o Roger, na frente do Lula e da Dilma, onde cobramos uma série de exigências de investimento que a Vale tinha que fazer na região, investimento em tecnologia, em pesquisa, então nós

ainda conseguimos assinar esse acordo. O governo do Estado chegou a desapropriar uma área enorme em Marabá, onde seria construído o polo e terminal portuário, as eclusas de Tucuruí chegaram a ser inauguradas ainda em 2010, ficou faltando fazer a hidrovia, por causa daquela questão da derrocada do pedral do Lourenço, também como pré-condição do governo para acontecer o distrito industrial. Isso tudo foi pensado para haver um aproveitamento do minério. Eu lembro que nós propusemos a Sinobrás que eles fabricassem aço galvanizado lá no distrito industrial, a partir das bobinas de aço que seriam produzidas na Alpa, a partir do aço galvanizado, pronto, seria fácil manter um polo industrial. Isso é pensar desenvolvimento. (ex. governadora. Belém: 19/09/2019)

Em que pese essa proposta se coadunar com a perspectiva de desenvolvimento assumida pelo governo federal, não avançou da etapa de terraplanagem na área de expansão do Distrito Industrial. A estagnação do projeto deveu-se a mudança do governo estadual:

A não saída da ALPA foi uma combinação de fatores, de um lado o governador Jatene achava que isso era nossa marca então ele não quis dar continuidade. O Jatene não só não deu atenção a ALPA como também desestimulou, com a criação de uma taxa mineraria sobre o minério extraído do Pará. Há, porque a Vale tá deixando mais recurso nos Estado! Há tá, é verdade, mas e a industrialização? Aquela taxa mineraria é como se fosse outro *royalty*, e o que agrega de valor? O extrativismo puro não gera desenvolvimento em canto algum. O Jatene sabia que a Vale não queria a ALPA, mas ela vinha sob nossa pressão. Cibia o Jatene, quando já era a Dilma presidente, fazer toda a mobilização possível pra exigir a hidrovia, que era o que faltava pra garantir o caminho para que a ALPA viesse pra cá. Então não teve um governador atuante. (Ex. governadora. Belém: 19/09/2019)

Um elemento importante, a ser considerado diante da proposta de expansão da siderurgia em Marabá, era a conjuntura de instabilidade muito acentuada que vivia o mercado siderúrgico nesse período da pós-crise de 2008. Só em relação ao Polo Siderúrgico de Marabá, 7 das 11 siderúrgicas existentes haviam “fechado as portas”, pressionadas tanto pela alta no preço do minério produzido pela Vale, como pela redução no consumo de gusa, principal produto deste polo. (SANTOS, 2015: p.65). Parecia claro, que a Vale percebia isso, daí seu recuo em relação a qualquer investimento siderúrgico com o minério de Carajás, sua estratégia ao contrário, era ampliar a produção de ferro para exportação, e o projeto S11D, cumpria essa função.

No entanto, para operacionalização do projeto S11D, que estava em plena fase de instalação, era muito importante não perder a parceria com o governo estadual, por exemplo, na agilização nos vários processos de licenciamento necessários ao projeto, que cabia a SEMA-PA

Nos arquivos do licenciamento ambiental do projeto S11D, observou-se a outorga de 17 projetos da Vale em Canaã, pela SEMA estadual, referente ao direito de uso hídricos como: construção de bueiros, barragens, diques, desvio de cursos de rios, captação subterrânea, lançamento de afluentes, além das outorgas de rodovias. (SEMA-Pará 2011-2013)⁶⁰ Essas foram outorgas diretas que não necessitavam de nenhum tipo de licenciamento, mas que causavam impactos socioambientais na região. Pode-se citar como exemplo, as várias denúncias feitas na Câmara dos Vereadores⁶¹ de Canaã e produto de notificação do ICMBIO⁶², sobre a poluição pela mineração do córrego do Sossego, um afluente do Rio Parauapebas, importante recurso aquífero para o município.

Houve também denúncia sobre o termo de cooperação técnica entre a Vale e o ITERPA, durante ao governo Ana Júlia, referente a desapropriação de terras em Canaã para abertura de vicinal que ligaria o trecho da rodovia PA 160 à BR passando pelo portão do projeto S11D. Essa denúncia veio através do STR de Canaã, apresentada na audiência pública do projeto S11D em Canaã. Posteriormente em entrevista com o representante da Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins-AMAT⁶³, foi informado que este acordo era de interesse de ambas as partes, para a Vale representava o canal por onde se chegaria toda a enorme estrutura do projeto e para Canaã e todo o Sul do Pará, facilitaria a saída para a BR (rodovia federal), no sentido de Goiânia. O que ocorreu foi que a Vale descumpriu o acordo com o governo do Estado, assim que a vicinal chegou ao portão do projeto:

O governo da Ana Júlia aceitou essa parceria com a Vale e botou dinheiro nesse investimento, tanto na desapropriação de várias áreas que estavam no traçado da rodovia, quanto no asfaltamento, mas o que aconteceu? Eles (Vale) levaram a rodovia somente no portão de entrada da empresa e nunca mais falaram de continuação da rodovia até Água Azul (município). Nunca fez porque ela (Vale) já tinha concluído o que lhe interessava, que era a rodovia até a área de mineração e da ferrovia. Então o que eu analiso é que a política da Vale, a política de parceria da Vale, é o mínimo do mínimo, que o próprio Estado exige, sem falar que eles se favorecem do próprio Estado, a exemplo desse asfaltamento da vicinal. (ex.representante AMAT. Marabá, em: 27/06/2019)

⁶⁰ Trata-se das outorgas da SEMA Pará de nº234, 838, 839, 202 de 2011; as de nº196, 214, 230, 845, 843, 223, 829, 864, 220, 230 de 2012; e, as outorgas nº845, 846, 223 de 2013.

⁶¹ Ata das sessões 9, 10 e 18 do ano de 2015.

⁶² Jornal Folha de São Paulo. Último fazendeiro em projeto da Vale critica poluição. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1797277-ultimo-fazendeiro-instalado-dentro-da-portaria-do-s11d-se-queixa-de-isolamento-e-poluicao-no-rio.shtml> Acessado em: 6/07/2018.

⁶³ A AMAT é uma entidade que congrega todos os municípios do Sul e Sudeste do Pará, criada em 1977, com finalidade de integração econômica, política e administrativa dessa região, em especial vinculada ao projeto de constituição do Estado do Carajás, emancipado do Estado do Pará.

Além dessas outorgas, houve também vários licenciamentos ambientais de obras civis de infraestrutura ao projeto⁶⁴, como a de duplicação da ferrovia, ampliação do sistema energético de Tucuruí, com o linhão, que foi viabilizado com recursos do PAC, e que era citado pela governadora Ana Júlia como parte da ALPA, mas que vigorava como demanda do projeto S11D. Então, essa parceria com o governo em manter a ALPA, também era estratégica para implementação do projeto S11D.

De fato, havia um alinhamento político e de modelo de desenvolvimento entre a governadora Ana Júlia e o presidente Lula, na tentativa de uma maior verticalização da produção mineraria. A questão é que essa estratégia, após crise de 2008, entrava em choque com a política de desinvestimentos conduzida pela Vale, o que acabou por gerar tensões e mudança no poder acionário interno da empresa. Conforme visto no segundo capítulo, nessa disputa o governo conseguiu impor uma nova gestão administrativa, mas não uma mudança na sua política, no sentido de maior verticalização, tanto é que a ALPA, ao que parece, não foi só secundarizada pelo novo governo do estado, mas também pelo próprio governo Dilma, que precisava ser pressionado: “Cabia ao Jatene, quando a Dilma já era presidente, exigir o Pedral do Lourenço, pra resolver o problema da ALPA. A Dilma abraçou essa causa, mas cabia o governador pautar” (ex. governadora. Belém, em: 10/09/2019).

Quando o governador Jatene assumiu a gestão do Estado do Pará, a questão de constituição de um polo siderúrgico para industrialização do minério perdeu força, diante de uma estratégia nova, de melhor utilização dos recursos advindos da mineração, num processo de internacionalização dos efeitos positivos trazidos por essa atividade. Essa perspectiva aparece bem expressa no principal documento dessa gestão, que foi o Plano Estadual de Mineração-PEM 2030, que nos seus objetivos expressava:

- Induzir o adensamento das cadeias produtivas de base mineral;
- Ampliar o número de empresas locais na cadeia de fornecedores;
- Assegurar demandas e recursos para o fortalecimento e diversificação produtiva;
- Promover o desenvolvimento de territórios, direta e indiretamente afetados pelas atividades de mineração;
- Envolver as atividades mineradoras no contexto da responsabilidade social e ambiental do Estado;
- Promover maior interação entre as atividades minerais e as atividades tradicionais do Estado, a fim de reforçar a capacidade produtiva local e regional e, por conseguinte, assegurar a inclusão produtiva (SEICOM, p. 11)

⁶⁴ Pode-se citar as obras do distrito industrial LI nº1138/2010, de britagem de pedras LI nº1467/2010 e LO nº6161/2011, de posto de abastecimento LI nº 4347/2010 e LI nº2127/2014, de obras civis e infra-estrutura LO nº 783/2010 e nº 5987/2011, sistema de Transmissão LO nº8438/2014, Rodovia/Ferrovia LO nº9058/2015, canteiro de obras e instalação administrativa LO nº9855/2016.

Entre esses objetivos, a prioridade do adensamento da cadeia da mineração se coloca mais a montante do que a jusante da produção, com o fortalecimento, por parte do Estado, de fornecedores para essa indústria e não pela constituição de siderurgia. Há também a necessidade de comprometer os empreendimentos minerários com a questão da responsabilidade social e ambiental, não só nos municípios mineradores, mas em toda região de entorno.

O PEM 2030, foi uma elaboração da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará-SEICOM, que tinha à frente uma técnica que havia trabalhado junto ao MME na construção do PNM 2030. De forma que a construção do plano estadual de mineração do Pará estava em plena consonância com as propostas elencadas no PNM 2030:

Quando a SEICOM foi fechada no governo Ana Júlia, foi criada no lugar a SEDECT, que era uma super-secretaria de desenvolvimento econômico de ciência e tecnologia, sem criar nenhuma diretoria, nada de mineração, quer dizer o setor mais importante do Estado ficou acéfalo. Quando nós voltamos, nós recriamos a SEICOM, e ajudamos a construir o Plano Estadual de Mineração. No Plano nós propusemos que uma parcela de 20% da CEFEM do Estado, fosse um fundo pra implementação de ações previstas no plano. Nós achávamos que a política minerária não poderia ficar só no município exclusivo que recebia a CEFEM, então nós defendíamos o fundo, para o desenvolvimento do entorno. (...) Na época que eu fiquei a frente da SEICOM nós desenvolvemos um projeto que se chamava Desenvolvimento de Territórios com Mineração, que desenvolvemos em conjunto com a universidade, para qualificar as lideranças, os empresários, os interessados para entender um pouco melhor a mineração, porque a gente observava que havia uma assimetria muito grande entre o conhecimento que a Vale detinha, por exemplo, e o que era necessário que as pessoas do local tivessem pra dialogar e construir uma agenda consultiva. (...) Apostamos também na criação da taxa mineral, que é um valor sobre a quantidade (tonelada) de minério extraído. (Ex. secretaria SEICOM governo Jatene. Belém: 6/9/2019)

Este depoimento reafirma a mudança no eixo de desenvolvimento regional a partir da mineração, existente entre os dois governos. A questão é, em que sentido essa mudança interferiu no andamento do projeto S11D? Em ambos governos pareceu claro que, no que diz respeito ao projeto S11D em si, o diálogo da Vale com o governo estadual fora inexistente, segundo atesta depoimento:

Eu ouvi falar sobre o S11D, quando eu estava lá pelo ministério, o S11D era tratado em alto nível de escalão. Casualmente eu estive em uma dessas reuniões, que tava o representante da Vale responsável pelo projeto, apresentando para o ministro e para o secretário executivo, qual seria o impacto dessa atividade. Nós estámos falando aí de 2009, era momento de muita euforia no Brasil, na área de infraestrutura, de energia elétrica, de

petróleo, então o S11D seria mais um desses projetos. Mas o que aconteceu, a Vale conseguiu transferir o licenciamento ambiental do Estado, para o IBAMA, só pode ser porque eles se sentiam mais alinhados com o governo federal, até porque várias partes das ações da Vale tem o governo. (...) Porque o projeto Sossego foi licenciado pelo Estado e o S11D não? Foi um projeto de 14 bilhões de dólares é muito dinheiro, quantas compensações o Estado poderia ter trabalhado melhor. Então isso foi retirado do Estado, ficou totalmente ao critério do IBAMA. Eu como secretaria da SEICOM, nunca participei de nenhuma reunião pra tratar de algo referente ao projeto S11D, talvez o governador, não sei, só sei que as ações da SEICOM oficiais pra tratar do S11D não existiram. (Ex. secretaria SEICOM governo Jatene. Belém: 6/09/2019).

Portanto, ao que parece pelo depoimento é que para a Vale houve pouca importância na mudança de governo do Pará da gestão do PT para o PSDB, porque seu trato sobre o projeto S11D dava-se através do governo federal. O fato é que as outorgas e os licenciamentos necessários ao andamento do projeto S11D, continuaram sendo emitidos pela SEMA no governo Jatene, tal qual fazia-se no governo de Ana Júlia.

Sobre o licenciamento do projeto ter sido feito pelo IBAMA e não pela SEMA estadual, que foi citado na entrevista à cima, observa-se que a maior parte do projeto Ferro Carajás S11D encontrava-se dentro da área da FLONA Carajás, e dessa forma, a regra que prevalece é que o licenciamento seja feito pelo órgão ambiental do ente federativo instituidor da Unidade de Conservação, no caso o IBAMA. Segundo a Política Nacional de Meio Ambiente, em seu artigo 10, fica estabelecido que compete ao IBAMA o licenciamento, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental. Os demais licenciamentos do projeto, como o do ramal ferroviário, duplicação da ferrovia, porto, linhão de energia, etc, foram efetivados pelos órgãos ambientais estaduais do Pará e também do Maranhão. Dessa forma, não houve nenhuma disputa política pelo licenciamento do projeto ferro S11D, como pareceu ser apresentado pela entrevista, em que pese a existência, de fato, de perdas financeiras pelo Estado, advindas desse processo.

O foco na arrecadação e realocação dos recursos advindos dos *royalties* da mineração, foi a marca que prevaleceu no governo Jatene. Segundo entrevista, esse tinha sido um embate muito forte com as mineradoras no contexto de aprovação do PNM 2030, e que infelizmente o Estado do Pará, mesmo como um estado minerador importante, sempre esteve muito recuado diante dessa luta:

Houve muito amadorismo nosso do Estado do Pará. Quem tem muita força no ministério é a bancada do Sul, a gente não sabe quem é A, B, C ou D, de que partido, porque eles formam um bloco, eles podem se rasgar lá no Estado deles, mas quando eles iam no Ministério eles formavam um bloco. Mas nós

aqui no Pará não temos uma visão corporativa de Estado, na defesa do Estado, e aí a gente tem perdido muito com isso. E também a falta de um corpo técnico do Estado, com concurso público, que trate só disso, então sai um governador e muda tudo, acaba toda memória que se viveu e criou na área. Eu fico impactada com essa fragilidade que o Estado trata uma questão tão séria. O Estado não tem mínima clareza com aquilo que é estratégico, no jogo político ele escuta o técnico até onde convém, mas é o jogo político que dá a última cartada. (Ex. secretária SEICOM governo Jatene. Belém: 6/09/2019)

Nas atas das reuniões para discursões sobre os eixos norteadores relacionados ao Novo Código de Mineração, que ocorreram em 2009, percebeu-se essa pouca participação de órgãos do governo do Estado e mesmo da bancada de deputados do Pará. A partir dos eixos definidos pelo PNM 2030, saiu a proposta do executivo federal do PL 5807/2013. Este seguiu para análise de uma comissão especial, criada com esse fim, e formada por 19 deputados federais, sendo que desses, 6 eram da bancada de Minas Gerais, ocupando os cargos de presidente, vice-presidente e relatoria, três eram da bancada do Pará e três da Bahia, os demais estavam divididos entre vários estados. Nesse ponto, destaca-se as doações das mineradoras para campanha eleitoral desses parlamentares em 2014. Na bancada do Pará, os três deputados federais, envolvidos na comissão receberam das mineradoras um percentual significativo sobre o total de suas campanhas: 13% para José Priante do PMDB, 44% para Beto Faro do PT e 29% para Joaquim Passarinho do PSD. No geral, 35% dos deputados federais eleitos no Estado do Pará, tiveram o financiamento direto da mineradora Vale. (MALHEIRO, 2018: p. 226). O mesmo foi identificado em relação a eleição de senadores, tanto na eleição de 2010, quanto na de 2014, todos os eleitos tiveram financiamento de grandes mineradoras (MALHEIRO, 2018 p: 226; OLIVEIRA, 2013: p.12).

Nota-se que apenas 8% do total do valor das doações da Vale no Pará, foi feita diretamente aos candidatos, em distinção a suas doações feitas em Minas Gerais, onde esse percentual crescia para 57%. (MALHEIRO, 2018, p: 221). De forma geral, essa dependência financeira tende a criar vínculos fortes, entre os interesses minerários e os mandatos parlamentares, mas talvez no caso do Pará esse fato possa ter menor impacto, devido ao fato dos financiamentos serem feitos de forma indireta, via legenda partidária. Isso pode justificar a aprovação por unanimidade, pela Assembleia Legislativa do Estado-ALEPA, da taxa de R\$6,90 sobre a tonelada de minério extraído no estado, a chamada taxa minerária, uma proposta do governo Jatene que veio no sentido de compensar as perdas do Estado decorrente da Lei Kandir.⁶⁵ Essa lei batia de frente com os interesses minerários no estado, fato que fez com que

⁶⁵ A Lei Kandir nº87/96 isenta de pagamento de tributo de ICMS, os produtos e serviços destinados a exportação.

a Vale contestasse judicialmente a cobrança da taxa. Enquanto corria o processo, não efetuou qualquer pagamento, fazendo com que em 2012, o governo do Pará buscassem um acordo com a empresa para pagamento dessa dívida, que acabou por reduzir o valor da taxa para R\$ 2,3, cerca de um terço do valor aprovado.

No nível municipal a relação com a Vale assume outra dimensão e com pouca articulação com o governo estadual, conforme depoimento:

Com o governo estadual temos questões pontuais. Por exemplo, existe hoje com esse novo governo a tentativa de construção de um acordo entre o governo do Estado e a Vale para tratar da Transcarajás, que é do nosso interesse, mas que a gente acompanha muito de longe. A questão de segurança pública, foi outra questão pontual. A Vale fez um convênio com o governo do Estado para investir em segurança pública, no estado como um todo, mesmo sendo bancado como condicionante do projeto S11D. O governo Jatene utilizou esses recursos para criação do Pró-paz, inclusive aqui teve um. (PMCC. Canaã dos Carajás: 08/07/2019)

O Pró-paz é um complexo de segurança pública, criado em 2015 pelo governo Jatene e inaugurado em Canaã em 2016, curiosamente um ano após o início dos processos de ocupações rurais em áreas reivindicadas pela Vale no município. Ainda no contexto da segurança pública, foi inaugurada, em 2018, a 1ª Companhia de Missões Especiais-CIME em Marabá, com especialidade na prática operacional de reintegração de posse, e que teve atuação ativa nos processos da Vale em Canaã.

Em Canaã dos Carajás é bastante evidente a profunda dependência da máquina administrativa da atividade minerária. Viu-se no segundo capítulo que a partir da entrada em operação do projeto S11D, quase dobrou a arrecadação da CFEM pelo município. Em 2019, comparando a CFEM recebida por Canaã (R\$ 413.480.789)⁶⁶ com a receita orçamentária total do município (R\$ 479.694.703,72), apresentada na LOA⁶⁷, verifica-se que 86%, do orçamento da prefeitura esteve ligado ao recebimento dessa renda mineraria.

Cabe ressaltar, que a CFEM é uma renda paga ao Estado pela exploração privada de um recurso público exaurível, não há em sua regulamentação, qualquer menção a ser uma renda de compensação por dano causado ao município, o que existe é o voto para sua aplicação em pagamento corrente de pessoal e de dívida, que não seja com a União. Entretanto, no licenciamento ambiental do projeto S11D, a interpretação assumida pela equipe técnica do

⁶⁶Disponível em:
https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2019&uf=PA.
 Acessado em: 10/03/2020.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/transparencia/arquivos/loa2019/loa-2019.pdf>.
 Acessado em: 10/03/2020

IBAMA, foi de vincular a CFEM diretamente a necessidade de suprir as demandas sociais causadas pelo empreendimento, diferente do que acontecia com a mitigação dos impactos ambientais (meio abiótico e biótico), onde era cobrada uma taxa específica de até 0,5% do valor de referência da obra, em cada dano causado pelo empreendimento. Nesse sentido o parecer técnico nº73/2011 expressa que (ilustração 100):

Apesar da relevância destas questões, na verdade “demandas sociais”, do ponto de vista analítico nada pode esclarecer, acerca da sua pertinência, posto que no licenciamento ambiental em particular em relação ao meio social, vigora a ausência de leis que regulem a temática, em vista de que elas foram reduzidas especificamente a disponibilização do CFEM.

...se a escassa legislação relacionada ao licenciamento ambiental existente encabeçada pela Lei nº 6938/81 e por normas mais específicas, como a resolução do Conama nº 01/86 há muito se tornou desnaturalizada e, por vezes, não operacional para regular os impactos ambientais decorrentes do licenciamento de um empreendimento, ela sequer existe quando se trata do meio social.

É neste contexto de vazio regulatório que se apresentam de maneira irrestrita as mais variadas “demandas sociais” enquanto exigência de licenciamento ambiental do empreendimento S11D.

... não ficam inteiramente claro quais os potenciais grupos beneficiados e quais os negativamente importados e muito menos as magnitudes relativas desses custos e benefícios para sociedade como um todo. Ainda ficou patente neste parecer não está claro o conceito de “afetado” pelos efeitos do empreendimento, daí que as comunidades, muitas das vezes carentes pelo desatendimento da administração de seus municípios, recorrem ao empreendedor para buscar solução para os problemas existentes.

Por outro lado, não havendo marco regulatório socioambiental claro do que ser atribuído positivo-negativamente da presença do empreendimento mineral no obtenção das licenças não é possível avaliar a pertinência do leque de impactos sócio-ambientais identificados pelo empreendedor e tão pouco as ações e meios para sua mitigação. (IBAMA , 2011)

Quando o Estado restringe o uso da CFEM ao contingenciamento dos danos sociais causados pelo empreendimento, ele descompromete a ação da empresa no município, tratando esse recurso como um imposto, como outro qualquer, que deve ser gerido pela administração municipal. Ressalta-se ainda pelo excerto, que o vazio de legislação que regule o licenciamento ambiental do meio socioeconômico anula qualquer avaliação técnica desses impactos. Nesse sentido, a pressão social local foi determinante para pautar as demandas sociais, foi ela que conseguiu a instalação de um Inquérito Civil Público, para apurar como o IBAMA estava tratando essas demandas no licenciamento do projeto (IC nº1.23.001.000302/2010-06), forçando-o a discutir esse tema para além do levantamento socioeconômico das áreas afetadas, conforme vinha sendo conduzido pelo IBAMA. O exemplo mais categórico, nesse sentido, foi

o do deslocamento da Vila Mozartinópolis, que não constava do EIA/Rima apresentado em 2010, e já aparece posteriormente, no plano de sustentabilidade expresso no PBA do projeto, no eixo criado com o nome de “ação social as comunidades”.

No plano plurianual 2014-2017 da prefeitura de Canaã, todos os eixos se relacionavam, de alguma forma, com as demandas impostas pela mineração. Infelizmente vigora uma falta de transparência nas contas públicas com relação a identificação clara da aplicação desses recursos, conforme denunciado pelo INESC (2018, p. 15) e IBASE (Enriquez *et all.* 2018, p: 36). Apenas no ano de 2018, foi possível essa identificação com um código específico da fonte- CFEM. Nos anos anteriores essa possibilidade era inexistente. No entanto, sem nenhuma explicação, em 2019, esse código foi retirado novamente, e pela sondagem mais recente que fiz (em 01/04/2020), essa condição permanece. Isso torna impossível qualquer análise sobre a efetiva aplicação dos recursos da CFEM, mas segundo informação da própria prefeitura, esses tem sido suficiente para os gastos do município, considerando o fato de ser uma verba direcionada para infraestrutura, que não garante os gastos correntes com manutenção e salários:

O município tem um estrangulamento de serviços públicos muito grande e só suporta porque tem a CFEM. Mas nossa grande dificuldade é manter esses serviços, é manutenção de folha, porque o recurso da CFEM não pode ser utilizado para pagamento de pessoal. Só na rede municipal de educação básica temos 12 mil alunos, fora o ensino médio e as escolas particulares, então só na rede de ensino a gente chega numa base de uns 18 mil alunos. Só eleitores na eleição passada foram 40 mil, então trabalhamos hoje com uma população de pelo menos 70 mil habitantes, só que o que a gente recebe pra manter saúde, educação, previdência é em cima de 32 mil habitantes. O grande gargalo nosso é a manutenção, houve grande investimento na estrutura do município com construção de escolas, hospital, postos de saúde, praças, pavimentação, mas grande parte desses investimentos requer mão-de-obra, pessoal. (PMCC. Canaã dos Carajás: 08/07/2019)

Essa drenagem do recurso CFEM compromete toda a gestão municipal, deixando pouca margem para projetos de desenvolvimento local alternativo à mineração, isso faz da atividade um parasita do Estado. Essa parcela de custos sociais assumida pela prefeitura aparece no Plano de Sustentabilidade Social da Vale, com o nome de parceria, o que lhe garante a licença social necessária para operar sem os riscos sociais que uma crise estrutural no município poderia causar. Assim, a empresa passa a ter elevada sua categoria de boa governança corporativa, diante do mercado financeiro mundial.

De acordo com a demanda de territorialização da empresa, advinda do projeto S11D, viu-se que o principal tipo de confrontamento direto com a Vale no município esteve relacionado a conflitos fundiários. Pelo menos nos casos observados anteriormente, a ação da prefeitura

vinha apenas no momento que era acionada pela Vale. Assim foi no caso da Vila Mozartinópolis. Somente após o acordo fechado entre os moradores com a Vale para remoção das famílias, a prefeitura, através das secretarias de educação, saúde e de obras, entrou em cena para a parceria com a Vale em relação a reforma da escola, posto de saúde e asfaltamento da Vila Ouro Verde, como parte da condicionante incorporada à força pela empresa.

Nas áreas dos acampamentos, segundo informações obtidas dos próprios acampados, havia uma ação coercitiva mais efetiva por parte da prefeitura, negando qualquer tipo de atendimento básico a essas áreas, conforme podemos perceber em dois depoimentos:

Fazer alguma coisa por nós, a gente nem espera. O que a prefeitura faz é boicotar nós. Acredita que eles boicotam a gente vender nossa produção na cidade? Eu mesmo perdi 500 pés de alface, porque eles não deixam a gente vender na rua. Antes *nós tinha* a feira livre, que a gente podia vender nossa produção, não era ainda mercado. Mas o mercado foi inaugurado, pela prefeitura e pela Vale, justamente pra eles acabarem com a feira. Os boxes foi tudo pra atravessador, a maioria é atravessador, aí a gente ficou sem ter onde vender. Isso é a forma que eles tão achando de nos sufocar (MORADOR. Canaã dos Carajás: 31/08/2019)

A van da escola agora chega até a ferrovia, mas foi uma decisão do motorista, porque quando nós fomos lá na secretaria de educação, com umas pessoas da comunidade, pedir pra eles entrarem na nossa comunidade, *pras* crianças não ter que andar tanto, eles disseram que não podia entrar na área de conflito. Aí o que que acontece, o rapaz que é o motorista, falou pro prefeito, que queria entrar, porque tinha dó das crianças, falou que se responsabilizava e tudo. Daí o prefeito falou que não pagava nem um real, em nenhum quilômetro que ele entrasse. Daí ele falou que isso não ia *deixar ele* mais pobre, então ele entra ali, numa média de 7km pra buscar as crianças, que é os 7km que elas fazia a pé. [...] A ambulância tinha um ponto certo pra chegar também, ela só podia entrar até ali na frete onde tem uma igrejinha, ali onde inicia a ocupação. Então o motorista, quando tinha alguém machucado, alguma coisa, ou que tava doente, por conta própria dele mesmo, ele entrava e vinha buscar as pessoas, ele dizia, rapaz seja o que Deus quiser, com medo de perder o emprego dele. Sempre foi uma atitude pessoal mesmo das pessoas, ajudar nós, porque do lado da prefeitura sempre foi de bloquear. (MORADOR. Canaã dos Carajás: 09/07/2019)

Com relação ao mercado municipal, citado pelo primeiro entrevistado, foi uma obra da Vale, inaugurado pela prefeitura em 2016, que segundo as autoridades locais: “era a realização de um sonho ter uma feira digna para o produtor canaense”.⁶⁸ Existe nesse mercado 84 boxes que seriam destinados ao produtor direto. No entanto, o que se observou no campo, é que muitos

⁶⁸ Canaã dos Carajás ganha uma das feiras mais modernas do Estado do Pará. Disponível em: <https://pebinhadeacucar.com.br/canaa-dos-carajas-ganha-uma-das-feiras-mais-modernas-do-para/> Acessado em: 10/04/2020.

desses boxes, vendiam produtos de fora do Estado e não de produtores diretos. Segundo informação, de fato não se tratavam de produtores, mas sim de feirantes, que compravam a maioria de seus produtos, do que restava do abastecimento dos supermercados do município, por isso, o preço da feira acabava sendo mais caro do que o do próprio supermercado (EMATER. Canaã dos Carajás: 28/08/2019). Enquanto isso, havia produto de hortifrutí da agricultura familiar local sendo vendido em carrinho-de-mão pela cidade. Nesse sentido o Mercado Municipal não passou de uma obra que, ao invés de incluir, excluiu o pequeno produtor rural do município. Na ilustração 101, apresenta-se imagens da produção agrícola da região, como era vendida antiga feira livre de Canaã, e imagem externa do Mercado Municipal.

Imagen 63 - FEIRA LIVRE E MERCADO MUNICIPAL (EXTERNO E INTERNO)
CANAÃ DOS CARAJÁS



Foto: Arquivo CEPASP

Foto: Simone Contente.07/12/2017



Fonte: Portal Pebinha, 19/12/2016.

Quanto ao segundo depoimento, que falava sobre o boicote de serviços básicos, como entrada de transporte escolar ou ambulância nas áreas de ocupação, depoimento da própria prefeitura do município nos informou que:

O poder público não pode agir nessas áreas ocupadas hoje no município, porque não é uma área pública, é uma área particular. O que a gente tem tentado é um processo de diálogo com a área de regularização fundiária da Vale, pra tentar fazer realocação desse pessoal, daqueles considerados agricultor familiar, porque ali já tem grandes áreas, que foge o que se pode considerar como agricultor familiar. (PMCC. Canaã dos Carajás: 08/07/2019)

Nos três acampamentos visitados durante a pesquisa de campo, observou-se realmente uma pobreza muito grande, sem qualquer assistência do poder municipal. A ilustração 102, mostra fotos da área do Acampamento Rio Sossego, que está cortado pelo trilho do Ramal ferroviário do projeto S11D (em destaque ao fundo), com a foto da condição de moradia de uma família do acampamento.

Imagen 64 - ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO



Foto: Simone Contente. 09/07/2019

Uma das ações municipais de desenvolvimento para o campo, apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural da prefeitura, foi a criação do Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo- PROCAMPO, que surgiu de uma parceria com a Vale, para elaboração de um diagnóstico desse setor. O PROCAMPO foi transformado na lei municipal 806/2018, que define no seu objetivo a promoção e o fortalecimento da produção rural do município, por meio de concessão de recursos tecnológicos e financeiros. Consta dos critérios de seleção, a abertura para acesso de produtores familiares, através da participação nos programas de alimentação Escolar- PNAE e Aquisição de

Alimentos- PAA, ou mesmo, por conta dos inscritos no Cadastro Único para programas assistenciais do governo federal-CAD único.

Na LOA de 2019, havia um percentual significativo de 37% do orçamento total da secretaria destinado ao PROCAMPO, o que poderia ter um rebatimento positivo para pequenos produtores locais. No entanto, segundo informação, não há indícios de que esse recurso tenha chegado ao pequeno produtor de Canaã. (EMATER. Canaã dos Carajás: 20/08/2019). Por outro lado, no portal de notícias da prefeitura havia reportagem que indicava que os recursos do PROCAMPO, já vinham favorecendo setores do agronegócio do município:

Produtores de Canaã, comemoram mais uma boa safra de milho no município. O grão que já era um dos principais produtos da agricultura de Canaã dos Carajás, teve um crescimento de 500% em produção (...) O produtor Luis Mariano fez a colheita de alguns alqueires de milho. A prefeitura por meio da secretaria de desenvolvimento e produção rural, auxiliou o produtor no gradeamento e plantio da terra. Satisfeito, Luiz deve colher aproximadamente 3 mil sacas de milho nessa safra. “São nove alqueires plantados e a colheita vai ser boa, tenho muito a agradecer o apoio da secretaria” (prefeitura de Canaã dos Carajás, 2018).⁶⁹

O produtor Luis Mariano, citado na reportagem é irmão do atual presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Canaã-SICAMPO, que congrega a classe de grandes produtores e pecuaristas do município. Quando apresentamos o imbróglio de conflitos fundiários na Serra da Bocaina, observou-se a existência de uma parceria da Vale com alguns produtores rurais do município, que arrendavam as terras da Vale, para pasto, assim mantendo-as “protegidas das invasões”. Dessa forma, há um rearranjo político local, que precisa incorporar as frações da classe dominante, que não se relacionam diretamente com a cadeia de mineração, mas que refletem um peso político para as estratégias eleitorais no município. E o PROCAMPO pode, nesse sentido, assumir uma política de Estado, que vincule parcela da renda mineraria a esse setor, e que se justifica, como um modelo de desenvolvimento municipal, alternativo a mineração, mas que mantém estruturas de dominação. Para os pequenos produtores sobraram alguns poucos programas desenvolvidos pela Agência Canaã, que, como se viu anteriormente, cumpria um papel importante para estratégia de construção de um consenso social para Vale, em áreas rurais no entorno de seus projetos minerários.

Outro setor dominante local, que cresceu numericamente com a chegada do projeto S11D, foi o setor de comércio. Em 2003, existiam apenas 161 estabelecimentos comerciais no município empregando 167 trabalhadores, em 2016, no final da obra do projeto S11D, já eram

⁶⁹ Procampo avança em Canaã dos Carajás. 21/08/2018. Disponível em: <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/procampo-avanca-em-canaa-dos-carajas/> Acessado em 13/04/2020.

1.412 estabelecimentos empregando 1.520 trabalhadores, passando a ser considerado o terceiro setor que mais empregava no município, perdendo apenas para construção civil, por conta do impacto das obras do projeto S11D, e, da administração pública, que era responsável pela contratação de 2.880 servidores. (DATAVIDA)⁷⁰ Este crescimento transformou o setor de comerciantes numa força política no município, na medida em que boa parte dos candidatos a cargos eletivos de Canaã, ou são comerciantes ou tem forte apoio político dos mesmos. Essa categoria constituiu a Associação Comercial, Industrial, Agropastoril-ACCIACA, organização bastante ativa no contexto da administração pública de Canaã. Além disso, é um setor que teve uma influência muito mais direta do impacto da mineração sobre o município do que o próprio setor do agronegócio local. Em relação ao projeto S11D, houve a seguinte informação:

Havia muita expectativa do setor comercial com o projeto. O comércio no primeiro momento cresceu muito aqui, mas depois que se encerrou a obra restou aqui uma rede de comércio muito grande, superdimensionada, que não tinha demanda. Isso trouxe uma pobreza muito grande pro nosso município. Era empresa falindo, fechando as portas toda semana, porque ninguém comprava nada aqui. 2016 e 2017 foram anos muito ruins, crise braba na cidade. (ACCIACA. Canaã dos Carajás:29/08/2019).

Essa situação produziu várias denúncias contra a Vale na câmara dos vereadores, dentre as quais da própria ACCIACA, referente a forma como a empresa vinha tratando o município, deixando de consumir no comércio e de contratar mão-de-obra local, completava pedindo apoio do legislativo para pressionar a empresa. A moção de protesto proposta pela ACCIACA foi aprovada mesmo sem o apoio de vereadores ligados ao prefeito⁷¹. Sobre esse episódio a atual gestão da ACCIACA considerou que não existia boa relação entre a Vale e a entidade nesse período, segundo ele porque “a Vale não gosta de política, tudo que envolve política ela sai fora, e naquela época, de fato na ACCIACA tinha muita politicagem, aquela briga” (ACCIACA. Canaã dos Carajás, 29/08/2019).

A justificativa da Vale diante dos comerciantes locais estava em afirmar que a planilha de compra da empresa primava primeiramente pelos custos mais baixos e que dessa forma, não havia possibilidade de impor a direção da Vale nem a suas contratadas que assumissem um custo de consumo maior apenas por se tratar de fomentar o comércio local. (ACCIACA. Canaã dos Carajás, em: 29/08/2019). Isso nos faz retomar a questão da inexistência da condicionante

⁷⁰ Disponível em: http://dataviva.info/pt/location/1pa040301/wages?menu=new-api-jobs-industry-stacked&url=rais%2Findustry_class%2Fjobs%3Fvalues%3Djobs%2Bwage%2Bestablishment_count%26count%3Destablishment%26%26id_ibge%3D1502152. Acessado em: 12/03/2020.

⁷¹ Ata 20, de 18 de junho de 2014 e 21, de 25 de junho de 2014.

social no processo do licenciamento ambiental do projeto, pois não há nenhuma cláusula que obrigue a empresa a esse tipo de comportamento diante dessa demanda municipal. Segundo depoimento, havia um problema tributário particular no estado do Pará que aumentava os custos de comercialização dos produtos:

Aqui no Pará nós temos um problema sério, por exemplo, eu vou comprar uma peça lá em Goiás pra revender aqui. Ela custa 100,00 em Goiás, quando atravessa a fronteira do Pará eu pago, 23, 24 25, dependendo até 38% de imposto. Beleza, então sou obrigado a repassar isso no valor do meu produto. Só que quando a Vale vai planilhar comigo, eu digo que o preço tá 183,00, entendeu? Porque eu ponho 25% do imposto, aí ela vai planilhar em Goiânia e custa 100,00, então ela fica com quem? E tem uma coisa, pra Vale que é consumidora final, quando ela traz o produto, não tem que pagar nada de imposto. Então ela cota em Goiânia, em São Paulo, pra vc ter uma idéia tem transportadora que transporta exclusivamente pra empresa, pro S11D. Isso é um crime de legislação tributária do Pará, isso acaba com a gente. (ACCIACA. Canaã dos Carajás, 29/08/2019).

Em nenhuma das entrevistas com os governos do Estado do Pará foi feita referência a essa questão como um nó tributário, relacionado a comercialização com a mineração. Sequer foi citado pela AMAT algum fórum de prefeitos da região que discutisse essa relação. Nessa ausência de articulação política regional, seguiam-se as várias estratégias de desenvolvimento isoladas e desconectadas nas suas várias instâncias de poder.

Ao término da obra do projeto S11D, o impacto sobre o setor de comércio e de construção civil acarretou uma crise de emprego, mas também de arrecadação de imposto ao município, conforme informou a prefeitura:

Entre final de 2013 até 2016, nossa principal fonte era o ISS-imposto sobre serviço das empresas, que estavam trabalhando e implantando o projeto, quando houve a conclusão nós tivemos uma queda na arrecadação desse imposto de 100 milhões, de um ano pra outro, porque teve a desmobilização das empresas e os serviços diminuíram drasticamente nossas receitas (...) Foi só em 2017, que nós começamos a receber a CFEM do S11D, que as coisas foram melhorando. (PMCC. Canaã dos Carajás, 08/07/2019)

A prefeitura ao mesmo tempo que reconhece a queda na arrecadação tributária, permanece apontando a CFEM como a “tábua de salvação” dos cofres públicos. Com a ampliação dos *royalties* advinda do projeto S11D, a prefeitura tem apostado em uma nova estratégia de desenvolvimento municipal alternativo à mineração que está na criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico. O Fundo surge em 2016, onde é instituído como Lei municipal nº753, ficando até 2018 sem qualquer movimentação no sentido de sua estruturação. Neste ano a Lei sofreu uma reformulação passando a vigorar como Lei

nº834/2018. Segundo a prefeitura de Canaã, em 2017, houve um impacto no recebimento da CFEM por conta da queda no preço do minério de ferro mundial, que ocasionou dificuldade na sua implementação. Apenas em 2018 o fundo passou a funcionar efetivamente, mas, segundo informou a prefeitura, com toda a dificuldade advinda de ser uma proposta de gestão inédita entre os municípios mineradores. Consta de seus objetivos:

Criar condições financeiras de gerência de recursos a projetos: implantação, modernização, diversificação das atividades econômicas no município de Canaã dos Carajás, visando geração de emprego e renda e a redução da dependência da atividade minerária. (LEI 834/2018).

Esse fundo é formado do repasse mensal de 5% da CFEM recebida pelo município, para aplicação nos eixos de educação, agropecuária, aquisição de equipamentos, sistemas de computação e inclusão social, conforme estabelecido pela lei. Mesmo com condições de taxas menores do que dos bancos, funcionava como um fundo de empréstimo, e por conta disso, teve que se estruturar nesse sentido. É formado por um conselho gestor envolvendo quatro secretarias de governo: secretaria de desenvolvimento econômico (que preside o fundo), de finanças, de planejamento, desenvolvimento rural e educação; além de quatro membros da sociedade civil canaense: Associação de micro e pequenas empresas individuais, Agência Canaã, OAB e ACCIACA. Cabe a esse conselho gestor a aprovação da concessão de empréstimos, além de outras competências, como fiscalização, prestação de contas etc.

Compõe o conselho gestor pela sociedade civil, algumas das principais organizações da estrutura dominante de poder na cidade, e obviamente nas entrevistas realizadas com as mesmas, houve grande entusiasmo em relação ao Fundo. Por outro lado, este fundo já nasce com uma série de questionamentos:

A expectativa de Canaã, com o S11D, é receber 1 milhão de reais por dia, esse município não tem capacidade de gasto desse dinheiro. Então eles tinham que deixar esse dinheiro num fundo soberano pra planejar bem esses gastos, porque senão vai gastar mal. Além disso, me diz, qual a diferença de um fundo desse para um Banpará, por exemplo? Em Canaã teria que fazer um fundo de fomento mesmo, pra tentar qualificar e diversificar a economia local (Ex. secretaria SEICOM governo Jatene. Belém, 6/09/2019).

Esse fundo foi ideia nossa lá atrás, numa reunião que nós tivemos com a prefeitura. O fundo foi criado lá, montaram comissão, equipe e nós ficamos de fora. O que a gente sabe é o que o povo comenta, é que já tem um bom recurso lá no tal do fundo(...). Eu já especulei muito sobre esse fundo, e eu cheguei a uma conclusão, que não é pro pequeno. Por exemplo, um dia eu tava conversando lá na EMATER, que me e o Z⁷² me falando que o povo tava tudo

⁷² A letra Z foi utilizada para manter o anonimato da pessoa, sem comprometer a fala do informante.

atrás da DAP, pra regularizar os lotes, pra poder pegar o fundo. Já começa por aí. A questão é que se eu pegar 10 mil, eu tenho que saber como eu vou aplicar, porque senão o pequeno vai se enrolar de novo. Aqui nós temos por exemplo, a Vila Planalto, Bom Jesus, Vila Feitosa, Ouro verde e a Vila Jerusalém, tinha que comprar 5 patrulhas mecanizada e deixar uma em cada Vila, isso é o mínimo, mas que a gente não consegue. Depois, nessas comunidades pegava um grupo de famílias e construía um projeto modelo pra área, tudo com o dinheiro do fundo. (STR. Canaã dos Carajás, 9/07/2019).

Não se pode negar que a iniciativa de um Fundo de Desenvolvimento no município abre uma perspectiva de pensar o uso da CFEM de uma forma mais estrutural, com fins a construção de modelos de desenvolvimento econômico, alternativo ao da mineração. Mas que desenvolvimento é esse? Quem ajudou a pensar esse modelo de desenvolvimento? Como surgiram os eixos e objetivos, que estão traçados na lei que norteia o Fundo? Nesse sentido, entendemos que esse Fundo, nasce das demandas de frações dominantes locais, que vão conformando a estrutura administrativa da prefeitura. O fundo passa a ser uma forma mais direta de acesso desses grupos, ao uso da CFEM, sem necessariamente ter que passar pela máquina do Estado. A sociedade civil, presente na formulação do plano e também no conselho gestor, é a expressão desse modelo de desenvolvimento neoextrativista que reafirma estruturas de dominação. A partir desse rearranjo local, a Vale de forma indireta, consegue distensionar uma crítica, que vinha sendo forte por parte do setor comercial. Assim, conforme nos afirmou a recente diretoria da ACCIACA, a relação com a Vale agora, é de parceria.

4.2 A materialidade do Estado nas ações do Projeto S11D

No tópico anterior buscou-se identificar as ações do Estado, em suas várias instâncias e níveis, com relação as demandas advindas de forma direta ou indireta do projeto S11D. Neste, propõe-se uma reflexão sobre como o sentido norteador expresso pelo bloco no poder do executivo federal interagiu com o organismo burocrático-administrativo, que compõe a ossatura do Estado. A ideia, portanto, está em apreender centralmente as características e não o resultado, dessa interação entre o poder do Estado e seu aparelho (organismo burocrático- administrativo), da forma como se estabelece em relações históricas concretas.

Viu-se no primeiro capítulo que no período de implantação do projeto S11D, havia uma hegemonia política em torno de um projeto econômico social que garantiu, pelo menos durante o governo Lula, a unidade institucional substantiva do Estado, conformando o bloco no poder, onde o eixo das *commodities* cumpria papel central. Por outro lado, nesse período, o Estado

reafirmava-se como principal agente indutor e fiscalizador da atividade extractiva. Na prática isso significava o protagonismo Estatal ainda que submetido a lógica privada.

Para operacionalização do projeto S11D, foram fundamentais o funcionamento da máquina pública expresso nas políticas de financiamento do BNDES e de ampliação do sistema hidrelétrico de Tucuruí. Existiu também um marco legal expresso pelo código mineral e florestal que impunha padrões regulatórios a atividade. O licenciamento ambiental é um importante instrumento no processo de autorização pública para instalação de um projeto privado. Este, fora produto de um contexto de luta do movimento ambientalista mundial dos anos de 1980-90, que repercutiu nacionalmente na criação do código florestal e de órgãos regulatórios, como o IBAMA.

O IBAMA foi o órgão responsável pelo licenciamento do projeto S11D, está num nível intermediário do Estado, com uma função claramente estabelecida e corpo de funcionários que segue um plano de carreira do serviço público. Mesmo que alguns cargos na hierarquia do órgão passem pela indicação política direta do MMA, a maioria de seus servidores está à margem de qualquer disputa política, portanto, segue um caráter de relativa autonomia técnica nas suas decisões, o que é fundamental a formação do Estado.

Diante do licenciamento ambiental do projeto S11D, os pareceres técnicos, realizados pelos analistas ambientais, foram bastante rigorosos nas análises específicas dos impactos ambientais na Flona Carajás. Viu-se, por outro lado, que a ausência de um marco regulatório, no que diz respeito aos impactos sociais, causou uma situação impeditiva de avaliação técnica desse aspecto, que só teve espaço, a partir da tensão social protagonizada pelos atingidos do projeto S11D, que conseguiu criar brechas institucionais em outras esferas do Estado.

No geral, os pareceres técnicos do licenciamento ambiental, por diversas vezes se chocaram com a necessidade de agilidade do projeto pressionado tanto pelo objetivo econômico da Vale, como também pelo objetivo econômico/político traçado pelo próprio Estado na sua esfera política. Com isso, a questão neste capítulo esteve voltada a perceber as ações do nível burocrático-administrativo do Estado em relação a implantação do projeto S11D e como estas se entrecruzavam com as esferas mais centrais de poder no governo.

Falar da materialidade do Estado envolve refletir sobre as instituições, burocracia e agentes estatais, que concretizam as políticas públicas. Foi no marco das transformações do Estado de bem-estar para o neoliberal, entre os anos de 1970-80, que novos caminhos para esse debate se impuseram sobre os modelos macro-teóricos até então hegemônicos e que ficavam restrito a caracterização de sua natureza. Diante dessa nova perspectiva, destaca-se as contribuições da corrente neomarxista em contraposição aos neoinstitucionalistas.

As bases do neoinstitucionalismo estaria na rejeição do modelo de análise estático do institucionalismo norteamericano com a necessidade de incorporar as particularidades específicas da reestruturação econômica e institucional do Estado no final do século XIX. Por isso, suas raízes teóricas e epistemológicas eram tão distintas, passando por Tocqueville, Marx, Werber e Polanyi. (MARQUES: 1996, p.12). Em linha geral a ênfase dessa corrente recaí sobre a mediação realizada pelas instituições, que envolve um complexo sistema formado por agências, corpo de funcionários, elites burocráticas, dentre outros, que torna as políticas estatais contingente as estratégias dos atores sociais dentro e fora do Estado (MARQUES, 1996: p.18). Para essa corrente o marco de classe do Estado inexistente tal qual defendia autores ligados a teoria de Estado marxista.

Assim como na corrente neoinstitucionalista, o neomarxismo congrega uma vasta gama de autores e perspectivas teóricas sobre o Estado, que de acordo com Carnoy (1988), alinharam-se pela natureza de classe do Estado. Aqui trata-se particularmente, de autores dessa corrente que dialogam mais diretamente com a materialidade institucional do Estado e que podem nos servir de base para análise do capítulo.

Poulantzas em suas obras históricas e em seu último livro *Estado, Poder e Socialismo*, também considera a contingência no processo político, quando trata o Estado como uma relação social:

O Aparelho de Estado não é uma coisa ou uma estrutura neutra em si; a configuração do poder de classe não intervém nele só como poder de Estado. As relações que caracterizam o poder de Estado impregnam a própria estrutura de seu aparelho, sendo este a condensação de uma relação de forças. É precisamente esta natureza do Estado- o Estado como relação-, atravessada, lado a lado, pelas contradições de classe que atribui e legitima um papel determinado e dá um peso específico a seus aparelhos a aos agentes que os integram ([1975] 1976, p. 73)

Em distinção ao neoinstitucionalismo essa contingencia, é determinada pela luta de classe, não por uma composição de interesses individuais das instituições estatais e seus agentes de onde resulta as políticas públicas. Para Poulantzas, o Estado capitalista enquanto relação social, permanece como elemento integral na dominação política burguesa, contingenciada historicamente pelas frequentes disputas das frações hegemônicas do bloco no poder e pela luta de classes. Nesse sentido, as classes e a suas lutas seriam a única base possível para compreensão da materialidade institucional do Estado e nunca os agentes estatais em suas relações institucionais.

De onde provém a ossatura material primeira deste Estado? Minhas análises já situavam na seguinte direção: esta materialidade baseia-se na separação relativa do Estado e das relações de produção sob o capitalismo. O fundamento desta separação princípio organizador das instituições próprias do Estado capitalista e de seus aparelhos (justiça, exército, administração, polícia etc.), de seu centralismo, de sua burocracia, de suas instituições representativas (sufrágio universal, parlamento, etc), de seu sistema jurídico, consiste na especificidade das relações de produção capitalistas e na divisão social do trabalho a que induzem. (POULANTZAS, [1978] 2000, p. 48)

Clauss Offe assim como Poulantzas, comprehende o Estado como uma relação social, entretanto, dominado por grupos de interesses e não por interesse específico de classe. Segundo Offe, “O Estado capitalista é uma forma organizacional do poder público em sua relação com a produção material” (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p. 25), que depende para sua existência enquanto instituição burocrática da acumulação capitalista e só por isso realiza seus interesses.

Em suma, o poder político do Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação: Segundo sua forma institucional, ele é determinado pelas regras do jogo democrático-representativo, pelo seu conteúdo é determinado pelos requisitos e desenvolvimento da acumulação capitalista (ARAÚJO, TAPIA, 2011:p. 26)

Para Poulantzas não há essa separação nas relações estruturais do Estado nem é a dependência econômica que lhe define como um Estado burguês, para ele, as contradições da sociedade capitalista se reproduzem no aparelho de Estado, enquanto para Offe as contradições advém do auto interesse do Estado que esbarra nos limites estruturais impostos pela acumulação capitalista, intensificado com o avanço do capitalismo monopolista. (ARAÚJO, TAPIA, p.31).

Com isso Offe busca entender o funcionamento da estrutura interna do Estado capaz de garantir seu caráter de classe, de onde decorreu seu conceito de seletividade estrutural, posteriormente resgatado por Poulantzas em seu livro *Estado, Poder e Socialismo* (EPS). Segundo Offe os mecanismos de seletividade seriam um conjunto de regras institucionais positivas e negativas de exclusão que determinam o que pode ou não tornar-se políticas estatais, para Poulantzas, ao contrário, esse mecanismo de seletividade estaria no próprio “código genético” do Estado, expresso pela dominação de classe. (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p. 32).

Em suma, a separação entre o político (Estado) e o econômico (classe), defendido por Offe, acaba por compreender a materialidade do Estado de forma autônoma da luta de classe, o que nos leva a uma identificação com uma raiz neoinstitucional em Weber, quando apresenta seu conceito de burocracia e burocratismo. Sobre isso, Poulantzas realiza a seguinte crítica:

Esse grupo social acaba por constituir, nele, sujeito-criador do poder político moderno e o sujeito do desenvolvimento político, precisamente na medida em que faz dele o sujeito-criador dessas normas de comportamento do nível

político. Assistimos assim uma dissimulação sistemática da relação da burocracia com as classes sociais, e mesmo com a luta política de classe ([1968] 1986, p. 337).

Miliband também dedica esforço de compreensão sobre a materialidade institucional do Estado, inclusive realizando crítica à Poulantzas. Cabe ressaltar desse debate, apenas a acepção de Poulantzas quando questiona o conceito de elite tratado por Miliband, que mesmo usado criticamente, em sua essência, nega a conexão objetiva entre classes e Estado. (CARNOY, 1988, p. 138)

Por fim ressalta-se a abordagem teórico-estratégica de Bob Jessop para tratar da construção das políticas estatais. Também aqui não vamos discorrer sobre uma crítica teórica de suas obras sobre o Estado, mas considerar seu debate sobre o campo da hegemonia. Jessop parte da distinção entre dois campos: o da dominação e o da hegemonia, ambos determinados por questões econômicas, políticas e ideológicas. O primeiro campo é o expresso pela lógica do capital e de projetos de acumulação concorrentes, o segundo, deriva do Estado.

O Estado é o espaço social específico no interior do qual estratégias de classe buscam garantir uma hegemonia global, que será traduzida em política global. Para Jessop “a noção de global deve ser relativizada: Uma estratégia pode ser dita global apenas em relação com os micros poderes que ela articula” (ARAÚJO; TAPIA, 2011: p.47).

Jessop busca romper de vez com qualquer determinação estrutural no nível das instituições estatais. Segundo ele haveria dentro do Estado uma pluralidade de possíveis estratégias em conflito, onde contingencialmente uma conseguia garantir uma hegemonia global. Dessa forma, “o caráter preciso do Estado, seus limites sociais, sua capacidade e dinâmica vão diferir, então, de acordo com a estratégia global que se torna dominante”. (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p. 47).

Sobre os atores que mobilizam essas estratégias, Jessop rejeita a ideia de uma classe burguesa como sujeito calculador, considera na verdade, um sem número de sujeitos entre forças políticas, morais e intelectuais. Afirma também que essas estratégias sofrem influência de outros fatores enraizados nas relações sociais, como, mercado e lei do valor, natureza do estado-fiscal que constrange o poder político, competição partidária, formas de divisão entre o trabalho manual e intelectual. (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p. 48)

Em suma, tanto Offe, quanto Miliband e Jessop, num esforço de superação à Poulantzas, com relação ao aprofundamento da funcionalidade do Estado capitalista, incorreram em dois problemas. O primeiro, seria conceber o Estado como uma instituição exterior a sociedade e, o segundo, na perda do marco de classe para compreensão do Estado e suas instituições.

Para Poulantzas nenhum órgão estatal ou corpo técnico de funcionários, estaria alheio aos interesses e aos conflitos de classe, ao contrário, essa aparência que a esfera técnica do Estado traz, é o que lhe dá o sentido de uma instituição autônoma e independente, o que nada mais é do que uma autonomia relativa:

Por autonomia relativa deste tipo de Estado, entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo de luta de classes, em particular a sua autonomia relativa em relação as classes ou frações do bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. Esta expressão encontra-se nos clássicos do marxismo, designando o funcionamento do Estado em geral no caso em que as forças políticas presentes estão prontas a equilibrar-se. Emprego-o aqui, em um sentido simultaneamente mais amplo e mais estreito, para designar um funcionamento específico do Estado Capitalista (1986, p. 252).

Sob essa perspectiva, propõe-se observar as ações do poder estatal e do funcionamento institucional de seus órgãos e de seus agentes, analisando primeiramente o processo do licenciamento ambiental. Houve, pelo menos, dois momentos no licenciamento do projeto S11D onde se percebeu a interferência hierárquica sobre as decisões técnicas. O primeiro ocorreu ainda em 2009, quando a Vale escreveu ao diretor do DILC-IBAMA cobrando pela aprovação do TR e EIA/Rima do projeto, mesmo com as pendências em relação a vários tópicos. Logo após essa intervenção, o projeto foi aprovado mesmo com as ressalvas técnicas. O segundo episódio, deu-se pela pressão, dessa vez, do MMA sobre o IBAMA, para aprovação da Licencia Prévia, que foi concedida logo em seguida, sob as mesmas condições de pendencias. Nesses dois exemplos, percebe-se que o limite da autonomia institucional, esteve diretamente relacionado ao grau de pressão exercido pela empresa, que demonstra ter um acesso privilegiado sob as instâncias superiores do Estado.

Essa forma de pressão, por mais que existente na realidade do Estado capitalista, não é central na sua determinação de classe, porque não lhe é exterior. Segundo Poulantzas, há no sistema institucional dos aparelhos estatais uma forma e um conteúdo que lhes são intrínsecos, ainda que sujeitos a uma determinada conjuntura concreta, ou seja, o poder da classe burguesa e suas frações sobre o Estado não existe apenas enquanto grupo de pressão que atua sobre as instituições estatais, a questão central está em compreender que essa ossatura do Estado, tem um poder de classe que lhe é constitutivo e não contingente. (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p.11). A natureza das leis, da hierarquia, do fracionamento de órgãos, e de toda a normatização dos instrumentos do Estado, representam materialmente técnicas desse poder no Estado:

Esses aparelhos, em sua forma capitalista (exército, justiça, administração, polícia, etc), para não citar os aparelhos ideológicos, implicam exatamente a efetivação e o domínio de um saber e de um discurso (diretamente investidos na ideologia dominante ou constituídos a partir de formações ideológicas dominantes) em que as massas populares estão excluídas. (POULANTZAS, 2000, p. 54)

Pode-se elevar ao máximo essa condição, falando que ela também se manifesta sobre os próprios agentes do Estado? Em nosso estudo foram demonstrados alguns exemplos de funcionários públicos que assumiam uma posição contra-hegemônica, dentro da estrutura burocrática do Estado, principalmente aqueles que ocupavam funções mais intermediárias e subalternas e que lhes colocavam em maior proximidade com o campo do atendimento social. Vimos isso em relação ao ICMBIO e também à EMATER. Sobre isso Poulantzas afirma que:

As contradições de classe se inscrevem no seio do Estado por meio também das divisões internas no seio do pessoal de Estado em amplo sentido (diversas burocracias estatais, administrativa, judiciária, militar, policial etc.). Mesmo esse pessoal constitui uma categoria social detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe (não se trata de um grupo social à parte ou a cima das classes) e é, então, dividido. Lugar de classe diferente da origem de classe (ou seja das classes onde esse pessoal se origina) e que está relacionado à situação desse pessoal na divisão social do trabalho tal como ela se cristaliza no arcabouço do Estado (inclusive sob a forma de reprodução específica da divisão do trabalho intelectual/trabalho manual, no próprio seio do trabalho intelectual concentrado no Estado):incumbência ou lugar de classe burguesa para altas esferas desse pessoal, pequena burguesia para escalões intermediários e subalternos dos aparelhos de Estado. (2000, p. 157).

Essa estrutura de classe existente no corpo técnico do Estado, assim como a dinâmica histórica e conjuntural da luta de classes, deve também ser tratada como constituinte da materialidade do plano administrativo do Estado. Em suma, o Estado não é uma “coisa” controlada e determinada uniformemente pela classe dominante, nem um sujeito autônomo, que atua como um “árbitro” na luta de classes. O Estado é uma relação que é atravessada e constituída pela luta de classe:

É precisamente isso que nos permite localizar exatamente o papel específico da burocracia, a qual, apesar de constituir uma categoria social específica, não é um grupo que está a cima, fora ou ao lado das classes: uma elite, mas cujos membros também tem uma situação ou pertencimento de classe. (POULANTZAS, 2008, p.118)

Em relação ao licenciamento ambiental, houve um arcabouço legal pré-estabelecido, que no caso específico do S11D, atrapalhava a necessidade de agilização do processo. A mera pressão direta da empresa sobre as instâncias superiores do IBAMA, não representa uma prática saudável, porque atenta contra um preceito fundamental ao Estado, que é sua aparente autonomia, o mais interessante é que essas necessidades estejam institucionalizadas. Nesse sentido, houve algumas mudanças em marcos legais, que refletiam, em algum sentido, no embate que existia em torno do licenciamento ambiental do projeto S11D, mesmo que não se tenha como afirmar que partiram especificamente deste. Foi o caso da mudança estabelecida pelo decreto 6640/2008 que tornou possível a intervenção em áreas cársticas, através de pagamentos indenizatórios, sem o qual seria impossível a exploração em boa parte da área de cava do projeto S11D. De forma geral, todo o eixo expresso nos marcos do Novo Código da Mineração preconizava uma outorga mineral e um licenciamento mais ágil e menos restritivo em relação a áreas de proteção ambiental. Por isso que para Poulantzas as leis representavam o fundamento racional-legal do Estado capitalista (2000, p. 78).

A estrutura jurídico-política do Estado capitalista, abarca tanto uma prática política de regulamento e enquadramento de relações sociais e econômicas da sociedade, consideradas sob o aspecto do aparelho jurídico capitalista, como também, a prática das relações entre os agentes, funcionalmente encarregados dos serviços burocráticos do Estado, conformando uma unidade, tão somente, como aparelho de Estado capitalista (SAES, 1998, p.50).

Na esfera desse aparelho de Estado capitalista, a Lei foi considerada por Poulantzas como parte integrante da violência exercida por todo o Estado, na medida em que: “ edita a regra, pronuncia a lei, e por aí instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para aplicação e objeto da violência” (2000: p. 74). Viu-se em Canaã dos Carajás, a mediação jurídica como uma nova forma de violência sobre os movimentos de luta pela terra, que até então, era protagonizada, majoritariamente, pela violência explícita da pistola. Não que para Poulantzas, essa mediação legal do Estado, representasse uma substituição de uma violência física por uma interiorização da repressão, expresso no que foi nomeado por Bourdieu, como violência simbólica. A violência física permanece, porque é um pressuposto que está inscrito “na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos do Estado”. (idem, p.79).

A violência física do Estado foi bastante expressiva nos casos de conflitos agrários observados em Canaã. Primeiro, veio a conformação de uma estrutura judiciária na região, pós massacre de Eldorado dos Carajás; posteriormente, a criação de uma tropa especial da polícia militar do Estado, com especialidade em conflitos fundiários, que teve ação efetiva nos

processos de reintegração de posse no município. Por outro lado, observou-se também, a formação de um corpo especializado de juristas, promotores, advogados, juízes, etc., que emergiam como os “homens da lei”, ou seja, aqueles que detinham um conhecimento especializado:

Uma série de rituais, de formas de discurso, de modos estruturais de tematização, de formulação e tratamento dos problemas pelos aparelhos de Estado de maneira tal (monopolização do saber) que as massas populares [...] ficam de fato a parte disso (POULANTZAS: 2000, p. 58).

Mesmo considerando este terreno pantanoso da justiça e da lei, para as classes populares, no caso das áreas de ocupação na Serra da Bocaina, abriu-se a possibilidade de utilização deste sistema, para desnudar irregularidades cometidas pela Vale na região. Os detalhes deste processo já foram tratados em capítulo anterior, nos interessa aqui mostrar como o aspecto de ilicitude da empresa foi assumido pelo Estado. Segundo Poulantz (idem: p.83), não há em casos como esse, uma atitude arbitrária dos juízes ou uma incompetência dos órgãos públicos, o que existe é a confirmação de uma dialética entre legalidade/ilegalidade que é imanente ao Estado capitalista.

Dessa forma, o parecer construído para justificar o ganho de causa da Vale em relação as áreas ocupadas e que foram adquiridas ilegalmente de lotes da reforma agrária, pautou-se no preceito legal de que se tratava de área de relevante valor ambiental não vocacionada para agropecuária. Há de se considerar sobre esse parecer, que até então toda a Serra da Bocaina estava arrolada no decreto mineiro para exploração mineral pela Vale. Assim se explicita a dialética da legalização do ilegal e a natureza de classe vai aparecendo na ossatura institucional do Estado.

Esse movimento da classe burguesa na institucionalidade do Estado não é monolítico. O bloco burguês é constituído por várias frações de classe que disputam entre si os interesses econômicos do Estado em diversos níveis e ramos, que imprimem um caráter caótico e as vezes contraditório às políticas estatais, produto deste entrechoque de várias políticas (ARAÚJO; TAPIA, 2011:p. 19). Esse conflito foi percebido com relação a aprovação da elevação dos *royalties* da mineração, que envolvia o ministro das Minas e Energia, os técnicos do ministério e a bancada de parlamentares, governadores e prefeitos dos estados e municípios mineradores. Para esse último grupo, estava em jogo a disputa pelo aumento da renda mineral, que fazia parte de uma estratégia política, que tinha não só o apelo econômico, como também mobilizava a opinião pública, que lhes era cara, na cena eleitoral. Isso fazia com que esse grupo, mesmo que em sua grande maioria fosse apoiado financeiramente em suas campanhas políticas pelas

mineradoras, ainda assim, assumisse essa estratégia de luta pela ampliação dos *royalties*, como mais oportuna. No âmbito do MME havia um claro alinhamento político com as mineradoras, em que pese a proposta de aumento de *royalties* ter partido de estudos técnicos para construção do PNM 2030.

O mesmo jogo político apareceu na disputa entre o governo do Pará e a Vale em torno da ALPA. Havia uma compreensão do governo na época, de que o modelo de desenvolvimento para região Sul e Sudeste do Pará deveria passar pela mineração, com o protagonismo da Vale na sustentação de uma cadeia de verticalização de produção de aço em Marabá. Essa proposta era respaldada também pelo governo federal, na época na gestão de Lula. Por parte da empresa, não havia qualquer interesse nesse tipo de projeto, no mesmo momento em que todos seus esforços estavam voltados para implantação do S11D. Esse tipo de conflito esteve na base de uma ruptura do então presidente da Vale, neste período, com o governo federal. Com o agravamento da crise financeira mundial e seu rebatimento no setor de *commodity* mineral, ficando claro ao novo governo, da presidente Dilma e o do governador Simão Jatene, a necessidade de um realinhamento com a empresa, considerando um novo eixo de desenvolvimento pautado prioritariamente, na renda mineral e não mais na verticalização da produção nacional.

Nesses dois casos apresentados (os dos *royalties* e da ALPA), apareceram contradições que indicam, num primeiro momento, um caráter caótico e incoerente formador das políticas estatais, sem qualquer possibilidade de uma linha de força geral advinda de um bloco no poder. Para Poulantzas a existência de mecanismos de seletividade estrutural não está dada nem *a priori* nem *a posteriori* da formação do Estado. Segundo ele:

Na complexa relação luta de classes/aparelhos, são as lutas que detém o papel primordial e fundamental, lutas (econômicas, políticas e ideológicas) cujo campo, já visto ao nível da exploração e das relações de produção, não é outro senão o das relações de poder. Deve-se por isso dizer que o Estado tem apenas um papel secundário, desprezível na existência material do poder? [...] Nada disso. O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe. (2000: p. 36)

Por isso para ele era falso criar um dualismo entre estrutura e conflito de classe/fração. As contradições existentes nas estruturas do Estado, dadas como exemplo, eram estruturas distintas em níveis distintos e que, consequentemente, sentiam formas de pressão também distintas, e a essas formas de pressão, articulavam-se as estratégias políticas particulares. Isso significa a ausência de um sentido geral que norteava a ação Estatal? Nesse ponto tanto Poulantzas quanto Jessop, concordavam sobre o Estado ser o agente capaz de

assegurar um sentido geral ou de hegemonia global. Diferente de Jessop, Poulantzas afirma que:

O Estado é compreendido como uma condensação de uma relação: O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem os interesses da classe dominante, não de forma mecânica, mas através e uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes. (2000: p. 132)

Na pesquisa percebeu-se a existência de um sentido geral expresso por políticas de cunho neoextrativista, em que pese a existência de conflitos entre frações burguesas e da alto staff do Estado, como foi o caso dos *royalties* ou da ALPA. Essa determinação que assumia a forma de política estatal era resultante de disputas no âmbito do bloco no poder. No varejo essa política pode assumir vários arranjos, dependendo do nível institucional e principalmente, do contexto das lutas de classe/frações.

Passando a análise dessa força geral atuando na escala municipal, viu-se que Canaã dos Carajás fora criado poucos anos antes do avanço da mineração para a Serra Sul de Carajás, daí a primeira questão, seria identificar a importância da formação de uma estrutura estatal para o avanço do projeto minerário na região.

Quando se pensa em projetos minerários de grande porte, como o S11D, entende-se que a empresa já lida com uma institucionalidade estatal em outras instâncias, mesmo que no local ela fosse inexistente. Por exemplo, o licenciamento ambiental fazia uma série de cobrança à Vale, que precisava ser efetivada no local, de forma que a presença de uma estrutura estatal conferia um padrão institucional a ação privada da empresa, e isso era importantíssimo para sua racionalidade econômica. Para Harvey, o “Estado tem um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para produção e troca capitalista, mas os quais, nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro”. (2001, p.83)

Havia também a importância de se criar estruturas estatais, como de justiça, segurança, secretarias de governo, parlamento, além de ações de planejamento governamental, que respondessem aos desafios da implantação do projeto. Nesse sentido, vem a segunda questão: toda essa estrutura foi criada somente enquanto uma determinação da Vale à revelia da luta de classe local? Para Engels:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela

própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não se consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder nascido da sociedade, mas posto a cima dela é o Estado. (2010, p. 2013)

O Estado não é criado à revelia da luta de classe ele surge dela, e isso torna-se por demasiado claro, quando analisado o processo do surgimento das estruturas de Estado em Canaã a partir da chegada dos grandes projetos minerários. Por luta de classes considera-se todas as formas de conflitos e resistências a estrutura dominante alinhada direta ou indiretamente ao modelo de exclusão da mineração. A cada luta social uma nova estrutura estatal se formava para atuar sobre esses processos.

No entanto, em Canaã essas estruturas eram frágeis, o corpo técnico inexperiente, se contrapondo ao enorme poder da Vale. Isso fazia com que muitas vezes, a empresa assumisse diretamente várias funções do Estado, por exemplo, na construção dos principais planos municipais, como, plano diretor, de habitação, de saneamento, dentre outros, que foram realizados através da Vale. Essa confusão de poderes aparecia para população local:

Aqui nós estamos transitando um ano na nossa avenida bonita, mas que tem um buraco de 50 metros que nunca foi fechado. Entrou eleição saiu eleição e ninguém fechou o buraco. A Vale tapa ou a prefeitura tapa? A prefeitura tapa, ou a Vale tapa? (IBAMA. Audiência pública, 29/10/2010. p. 307)

Os vários depoimentos no trabalho de campo, afirmavam que a Vale não gostava de se meter em política, ou seja, em Canaã o processo de formação do Estado teve a especificidade de tentar se consolidar diante de uma estrutura de poder muito superior a ele, que atentava diretamente contra seu preceito fundamental de autonomia relativa.

A ampliação da arrecadação da CFEM pelos cofres públicos, ao mesmo tempo que garantia ao Estado uma relativa autonomia financeira⁷³, trazia maiores disputas econômicas no seio do Estado, por frações burguesas locais. Isso criava uma instabilidade política, que era inoportuna pra Vale. Vimos nesse sentido, acusações de corrupção sofridas por vários prefeitos, conflitos entre o executivo local e a câmara de vereadores, que envolviam direta e indiretamente a empresa. A política de criação de um fundo de desenvolvimento, indica uma perspectiva de distribuição dos recursos da CFEM, entre as frações da burguesia local, podendo representar

⁷³ Relativa não porque fosse um valor pequeno, mas porque seu uso sofria influência direta da demanda da mineração.

uma estratégia importante para o arrefecimento imediato de suas disputas e formação de uma coalisão para dirigir o aparato administrativo municipal. No entanto, na base desse modelo de desenvolvimento os setores de trabalhadores e população pobre permanecem alijados. Emerge, portanto, um poder local, que mesmo com um complexo próprio de relações sociais, reproduz uma estrutura que legitima a classe dominante no poder estatal local, segundo uma hegemonia econômica da mineração.

Os conflitos com a mineração, tem aparecido, fundamentalmente, pela questão agrária, na medida em que a Vale tem investido ativamente no processo de apropriação de terras no município. A base social dessas lutas por mais que heterogênea tem sua raiz na relação de trabalho na terra, esse modelo de produção econômico que foi completamente desestruturado com a chegada da mineração no município. Essas lutas não se deram no âmbito do Estado ou contra o Estado, mas se refletiu nas ações do Estado, que em nenhum momento atuou de forma neutra.

Em suma, há um Estado em Canaã, que é a expressão aberta de um Estado de classe, de uma classe que domina e sequer encontra-se no município. A gerencia da Vale em Canaã, é parte de um corpo técnico qualificado da empresa, que está longe de se representar como essa expressão dominante. A formação de uma elite local de comerciantes e pecuaristas, também são parcelas pouco expressivas de poder econômico local, ao contrário, são produto da própria necessidade de territorialização da empresa sobre o Estado, pois são esses setores que tem se beneficiado dessa territorialização, e como potenciais aliados da Vale, se credenciam para assumir os postos do Estado no município, sem contudo se configurar como um bloco de poder local.

Esse aparelho estatal local, constituído segundo as necessidades da Vale, tem a função importante para empresa de funcionar como um mediador dos conflitos sociais surgidos no decorrer da implantação dos seus projetos minerários. Dessa forma foi se consolidando principalmente, uma estrutura jurídico/repressivo, bastante tensionado pela empresa para atuar sobre esses conflitos.

CONCLUSÕES

Essa tese objetivou descortinar a ação do Estado diante das demandas de territorialização advindas do processo de implantação do Projeto S11D. Como hipótese ressaltava-se o Estado como o agente legal da territorialização do grande capital minerário em Carajás, agora não mais via interesse estatal direto, como foi através da CVRD, mas, um Estado que legitima a transformação do bem público mineral, em bem privado de uma empresa. Soma-se a isso, a comoditização desse minério, que negociado em centros financeiros mundiais, torna ainda mais intenso seu padrão de exploração. Dentro dessa nova ordem, o controle territorial das áreas de mineração passa a ser prioritariamente da empresa, mas num espaço nacional, cuja institucionalização cabe ao Estado.

Para concretizar essa relação entre Estado, empresa e território, a escolha do projeto S11D da Vale reuniu características peculiares, tais como: ser o maior projeto minerário da empresa Vale, que fora uma grande estatal brasileira; especialmente pela sua dimensão escalar, ao mesmo tempo profundamente dependente do mercado internacional e do enraizamento territorial local; além de que, no período de sua implantação, o Estado brasileiro tinha a frente um governo com forte base social.

A partir da segunda metade do século XX, as principais tendências econômicas apontavam para um fim do ciclo expansivo do capital seguido de uma longa fase de queda da taxa de lucro, que persiste até os dias de hoje. Para compensar essa conjuntura de crise, os grandes monopólios capitalistas, buscaram intensificar o grau de exploração sobre a classe trabalhadora e reduzir ao mínimo os custos de produção, tanto de mão-de-obra quanto de matérias-primas. Isso se traduziu no plano político pelo alinhamento ao modelo neoliberal imposto pelos países imperialistas às nações dependentes. Entre o rol de medidas estava uma profunda financeirização, com boa parte do PIB comprometido com rigoroso pagamento da dívida externa e superávit primário, imposição da venda de estatais estratégicas e um papel na divisão internacional do trabalho de fornecedor de bens primários do extrativismo e agronegócio, que levava a uma reprimarização da economia desses países. No final da década de 1990, o Brasil estava alinhado a essas determinações, e nesse contexto, que em 1996, foi privatizada a CVRD.

Entre as reações a esses planos de austeridade, destaca-se a eleição de vários presidentes de oposição na América Latina, grande parte formada por lideranças e partidos com fortes bases populares. Assim aconteceu com a eleição de Lula do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, em

2004, deixando explícito o hiato existente entre o poder estatal e o aparato do Estado, enquanto conceitos analiticamente distintos (THEOBORN, 1979: p. 176), ou seja, a possibilidade de que forças políticas não diretamente ligadas a classe burguesa, assumissem cargos nesse aparato burguês, sem que isso representasse mudar sua condição de Estado capitalista.

O debate sobre o Estado na tese, pautou-se na perspectiva poulantziana, compreendida no plano das relações de produção capitalista. Assim, o Estado reproduz em seus aparelhos e na sua institucionalidade as contradições da luta de classes e frações.

Com o conceito de bloco no poder, buscou-se traduzir a expressão da aliança de classes nos governos petistas, e que dava sentido as políticas gerais do Estado. O governo Lula, apesar de eleger-se em oposição aos planos neoliberais, conseguiu coadunar grandes monopólios financeiros e de *commodities* no bloco no poder, garantindo aquilo que Jessop traduzia como uma hegemonia econômica (2007: p. 105), nada mais era do que a aceitação geral das demais frações burguesas e da classe dominada, da estratégia de acumulação desses monopólios. Essa hegemonia se traduziu em políticas estatais que, mediada pela forma pessoal de governar do presidente Lula, generalizou a ideia de que vivíamos um novo período desenvolvimentista no país, onde o Estado voltava a ser o condutor do desenvolvimento econômico nacional, potencializando grandes monopólios brasileiros ligados a exportação de *commodities*. Assim, a reprimarização da economia assumiu um perfil neoextrativista, sob a base que ficou conhecida por “consenso de *commodities*”.

Tanto as críticas macroeconômicas⁷⁴ quanto as mais diretamente ligadas ao consenso de *commodities*⁷⁵, mostravam que essa ideologia desenvolvimentista, na verdade, não rompia na essência, com a agenda neoliberal, e colocava o processo de exportação de *commodities* na lógica da financeirização, sob um grau de intensidade de exploração dos recursos naturais, causador de profundos impactos sócio-territoriais nas áreas imediatamente atingidas por esses projetos. Segundo Harvey (2014: p.123), essa era uma das formas típicas dos processos de acumulação por espoliação, por que não tem por base a criação de riqueza, mas apenas a dilapidação predatória dos recursos naturais, o que tornava fundamental para as grandes empresas envolvidas com esse tipo de projeto, o controle territorial do entorno.

A mineração em geral é uma atividade profundamente territorial, pelo grau de interferência no território em que se instala. A mineração industrial, além de territorial encontra-se historicamente ligada a dinâmica do mercado externo. No caso particular do ferro, principal

⁷⁴ Ver Paulani, 2010 e 2013; Oliveira, 2010; Chesnais, 1996; Castelo, 2012; Teixeira e Pinto, 2012; Dias, 2016.

⁷⁵ Consultar Svampa, 2013; Acosta, 2011; Gudynas, 2000,2012; Milanês e Santos, 2013.

produto da pauta de exportação mineral brasileira, viu-se que, a partir dos anos 2000, o efeito da demanda chinesa havia consolidado uma alta no seu preço, mas esse aumento foi além da demanda mundial de produção. Para Milanês (2017: p.12), esse fenômeno representava a entrada decisiva do capital especulativo no setor, que migrava em busca de investimento seguro, determinando não só esse *boom*, mas também o *pós-boom* do preço do ferro a partir de 2012. Esse cenário de instabilidade, devido à perda de referência real de produção, impôs as grandes mineradoras mundiais buscarem estratégias para se adequar a esse novo mercado, que iam desde profundas mudanças nas suas estruturas acionárias internas, até a concorrência acirrada pelo monopólio das minas em todo o mundo. Dessa forma, houve a convergência entre a territorialização e a financeirização, tornando esse setor particularmente estratégico para compreensão dos processos de acumulação por espoliação.

O projeto S11D foi fundamental na estratégia da Vale de disputa oligopolista internacional. Com a crise depois de 2008, o S11D e Carajás como um todo, tornou-se ainda mais importante. A produção de mais renda mineral através da intensificação da exploração em minas de alto teor de pureza, com incorporação de tecnologias inovadoras que reduzem os custos operacionais, permitia a extração a um preço menor, mesmo em relação as mineradoras Australianas e Chinesas. A manutenção de um volume de faturamento (não necessariamente de lucro), num cenário de crise mundial, garante um preço elevado de suas ações no mercado financeiro e menores custos de captação de empréstimos. Afora isso, com os preços mais rebaixados no mercado internacional, as empresas com custo operacional mais elevado, tendem a não conseguir se manter no mercado, fortalecendo mineradoras do porte da Vale, que numa retomada de preços terá melhores condições de determinar seus interesses, inclusive nas negociações com a China.

A Vale se fortalece não só como maior mineradora brasileira, como um dos grandes oligopólios minerários do planeta. Sua história se liga a todo o processo de constituição do Estado brasileiro, enquanto sua primeira grande estatal, que lhe garante até os dias de hoje, mesmo após sua privatização, um status de soberania nacional. Na verdade, ela já nasce atrelada ao capital estrangeiro e ao mercado internacional, numa relação de autonomização simbiótica com o Estado, com independência administrativa, por um lado, e grande injeção de investimentos públicos, por outro.

Com esse poder econômico e diante da perspectiva neoextrativista de desenvolvimento, a Vale tornou-se um importante ator da classe dominante dentro do bloco no poder nos governos do PT. Isso justificava por si só o apoio incondicional do Estado brasileiro ao projeto S11D, no entanto, nos importava os aspectos desse movimento, através da identificação de suas demandas

e principais tensões institucionais. No âmbito nacional, observou-se que uma das principais demandas das grandes mineradoras ao Estado, nesse período, vinculava-se a uma revisão do código mineral brasileiro, visando dar maior agilidade no processo do licenciamento ambiental e flexibilização normativa em áreas consideradas restritas à mineração. Em que pese esta demanda não ser específica do projeto S11D, lhe era muito importante, pois se tratava de um projeto localizado numa Unidade de Conservação na Amazônia paraense, logo, com sérias restrições ambientais ao licenciamento, o que representava um entrave a agilidade que a Vale necessitava para exploração dessa mina.

O movimento de revisão do código iniciou no primeiro governo Lula, teve a maior parte do processo realizado no governo da presidente Dilma, mas só foi concluído no governo Temer. Foi conduzido pelo MME, que tinha à frente o ministro Edson Lobão, que possuía claro favorecimento as mineradoras. No entanto, no detalhamento desse processo viu-se vários conflitos de classe e de frações da classe burguesa, que impuseram algumas derrotas ao que demandava o setor mineral, como por exemplo, a não aprovação da proposta das áreas de relevante interesse mineral- ARIMs e o aumento do percentual da alíquota dos *royalties* cobrados sobre a mineração. Além dessa pressão externa sobre o Estado, houve também uma ação do corpo de funcionários do próprio ministério, que estruturaram um planejamento prévio a revisão do código, que em alguns pontos iam contra os interesses das mineradoras e do próprio ministro Lobão. Dessas várias, mediações foi gestado o Novo código mineral.

Outra demanda esteve em fazer com que o Estado brasileiro se comprometesse com políticas de financiamento e investimentos públicos. Nesse sentido, observou-se o papel chave do BNDES, no fornecimento de crédito a empresa e fomento à constituição de um modal de infraestrutura nos principais eixos de exploração da *commodity*. Ao contrário das disputas de interesses burgueses em torno da aprovação do novo código da mineração, aqui se confirmou uma aliança entre a mineração e outras fações do capital, como foi o caso de grupos da construção civil, que tiveram grande participação nas obras de infraestrutura do PAC. Este programa acabou expressando o planejamento para Amazônia desse período, que estava em condicionar a qualidade de vida da população local ao crescimento das cadeias econômicas na região, dirigidas por grandes grupos privados com a mediação estatal. O resultado dessa política na região tem sido o oposto, o que tornou as lutas dos povos atingidos por esses projetos protagonista das principais divergências com os governos petistas, demonstrando o limite real do consenso em torno das *commodities*.

A Vale e o projeto S11D, foram grandes beneficiários dessas políticas, nos governos petistas, apesar do registro de certo conflito de agência entre o presidente Lula e a direção da

empresa, no primeiro momento de *boom* da *commodity*. Havia por um lado, a necessidade do Estado em fortalecer seu poder na empresa, dando sustentabilidade ao projeto político nacional, de aumentar a captura da renda mineral, enquanto que por outro, havia uma exigência contrária, que vinha do novo mercado de ações, para que as grandes mineradoras implementassem uma nova governança corporativa, onde suas decisões estratégicas ficassem, cada vez mais nas mãos dos investidores financeiros. Esse conflito entre instância logo se arrefeceu com a queda do preço da *commodity* do ferro no mercado mundial, em que a empresa viu o perigo de reduzir sua margem de lucro. O governo, já na gestão da presidente Dilma, tratou de conduzir para a direção da empresa um novo presidente alinhado ao sistema financeiro, com a função de colocá-la dentro das determinações do modelo de governança corporativa, cabendo ao Estado, o papel principal de garantir seu pleno desenvolvimento diante das adversidades do mercado internacional.

Nesse momento, o projeto S11D já ia para seu terceiro ano de tramitação do licenciamento ambiental dentro do IBAMA, ainda sem licença prévia aprovada. No percurso do licenciamento, entrou-se na esfera do aparato do Estado, corpo de funcionários, leis e normas, no que Osório (2014: p. 36) chamou de Estado visível, em contraposição ao Estado invisível que se manifestava nas alianças de classe dentro do bloco no poder. Diante dessa estrutura mais rígida, ainda que não imune as determinações da classe dominante, o movimento aberto do capital por instâncias, departamentos, normas, etc, seguia um caminho complexo e cheio de capilaridades. Nesse percurso, a demanda da empresa pela agilidade no licenciamento conflitava com uma legislação ambiental que servia de parâmetro para atuação dos técnicos do Estado dentro do IBAMA. O resultado disso foi que, em vários momentos do licenciamento ambiental do projeto S11D, houve uma intervenção direta de esferas superiores ligadas ao MMA para agilização da licença de operação do projeto, mesmo sob severas restrições dos pareces técnicos do IBAMA. Essa pressão direta da empresa sobre o aparelho estatal, acabava atentando contra um preceito, caro ao Estado, de sua autonomia, daí a importância de se incidir sobre a mudança das leis e a aprovação de um novo código para mineração brasileira.

Mas o Projeto S11D também trouxe enormes impactos sociais, que foram reduzidos pelo licenciamento ambiental, apenas as áreas diretamente atingidas. Nos outros aspectos, a interpretação era de que a CFEM fosse uma renda de compensação desses impactos. Na verdade, o avanço da mineração para o município de Canaã dos Carajás, a partir de 2004, modificou completamente sua estrutura econômica, que estava baseada na produção agrícola e pecuária leiteira, com forte base familiar, o que gerou enorme exclusão social, na medida em que essa população excluída do campo não conseguiu a inserção no mercado de trabalho da

mineração. A atração dos projetos minerários da Vale se estendia ainda por toda a região, causando grande fluxo populacional no município, e consequências sociais diversas, como: aumento da violência, déficit de moradia e de serviços básicos. Contraditoriamente, o IDH do município apresentou melhorias nos indicadores sociais, que na verdade, refletia a média salarial e de qualidade de vida, feita por setores administrativos da Vale que vieram morar no município.

De fato, o projeto S11D trouxe um aumento substancial da arrecadação financeira municipal advinda da CFEM, no entanto, esta é uma renda de compensação pela exploração privada de um recurso nacional e não de compensação dos danos causados por essa exploração. No caso dos impactos ambientais existem taxas cobradas da empresa para além da CFEM; já em relação ao meio social, trata-se da CFEM como imposto público, descomprometendo a ação da empresa no município, que é, na verdade, a causadora direta das demandas sociais, o que a torna uma parásita do Estado. Em Canaã dos Carajás os recursos da CFEM mantêm a administração municipal completamente refém da empresa, sendo geridos de forma opaca e sem participação popular ativa, apenas através de um conselho que condensa uma pequena elite local, base de sustentação do poder municipal. Assim, a Vale mantém o apoio dessa fração dominante regional e da estrutura do poder municipal, com pouco rebatimento nos déficits sociais, gerados pela própria mineração.

Toda essa exclusão e contradição social tem explodido no município, principalmente através dos conflitos agrários, que se intensificaram após a instalação do projeto S11D. São conflitos diretos com a Vale, protagonizados por moradores de vilas rurais e assentados em luta contra sua expulsão da terra, ou mesmo, por aqueles que buscavam para ela retornar. Em todos esses casos a luta pela terra era o elemento central, apesar da Vale, sempre ter atuado no sentido de negar a existência de tais conflitos, buscando criminalizá-los através da vara cível e não agrária. Na contramão dessa negação, havia todo um movimento interno à empresa no sentido de adequar sua estrutura corporativa para lidar com esse tipo de conflito, dentro das chamadas estratégias sociais de gestão do território. Com relação ao projeto S11D isso ficou muito explícito em seu plano de sustentabilidade.

Tratou-se na tese, particularmente, de dois conflitos com a mineradora Vale que estavam diretamente relacionados ao projeto S11D, o da Vila Mozartinópolis/ Racha-placa e da conformação da Parna dos Campos Ferruginosos. Em síntese, o movimento local dos atingidos pelo projeto, e suas organizações de apoio, conseguiram, no caso da Vila Mozartinópolis, impor à Vale ações de resarcimento dos danos, cobrando de órgãos estatais como INCRA, ICMBIO, IBAMA, com a prefeitura atuando na mediação desses processos. No

caso da área onde viria a se formar a PARNA dos Campos Ferruginosos, houve um claro confronto entre a demanda agrária e ambiental, ambas envolvendo a Vale. Nesse processo foram identificadas áreas griladas de projeto de assentamento que estavam em nome da Vale, e que vinham sendo doadas pela empresa para compensação ambiental do projeto S11D. A mediação principal do Estado, no caso, deu-se através do sistema da justiça, das leis e do aparato militar, terreno pantanoso e de difícil acesso para forças populares. Teve como resultado, a aceitação por parte do IBAMA e ICMBIO da área em disputa para formação da PARNA, mesmo sob o reconhecimento da justiça de que uma parte dela era área grilada, gerando com isso um compromisso de compensação da Vale dessa área, onde seriam assentadas as famílias acampadas. Esse acordo até hoje encontra-se parado no INCRA.

Em síntese, com o projeto S11D pode-se verificar que mesmo diante do neoextrativismo, não houve mudança no paradoxo de expansão da fronteira extrativa mineral na Amazônia: permanece como uma atividade que movimenta muita riqueza, mas com poucas ramificações econômicas, o que gera alta exclusão social. Mantem-se uma dependência econômica local altamente danosa ao município, que faz parte da consolidação do território da mineração, mesmo considerando a finitude da exploração da mina. Nesse sentido o planejamento nacional para Amazônia, em tempos de governo democrático popular, permaneceu voltado para o controle territorial de grupos extrativistas.

Por outro lado, houve avanços na consolidação institucional de áreas protegidas na região, mas que nem por isso encontram-se fora da tensão que o território da mineração exerce sobre as mesmas. Esse foi o caso observado da área da Flona Carajás, onde ficava a maioria das estruturas operacionais do projeto S11D. A Vale pressionava por maior controle sobre essa área, impondo um licenciamento ambiental mais ágil e menos restritivo por parte do IBAMA, que acabou, em muitos momentos, se chocando com o código ambiental que regia a ação técnica desse processo. Em que pese certa blindagem do licenciamento ambiental, operou-se também uma tensão institucional exercida a partir de esferas superiores do poder político estatal sobre os pareceres técnicos em função da demanda da Vale, neste caso, deixando à mostra o conflito entre os interesses econômicos/ políticos do Estado e suas estruturas institucionais.

Na área do entorno, a tensão sobre a terra foi muito marcante na implantação do S11D. Primeiro porque a restrição ambiental do licenciamento impôs muitas compensações ao projeto, e essas requeriam áreas para além da dimensão operacional do mesmo. Segundo, porque diferentemente do período anterior de abertura das primeiras minas em Carajás, onde havia pouco enraizamento populacional, agora tratava-se de um território que fora consolidado para agricultura familiar, com várias vilas rurais e áreas de assentamento. Havia ainda um terceiro

elemento, que era a experiência local com o projeto Sossego da Vale, que em período recente de implantação no município já deixava marcado um rastro de exclusão social, fortalecendo uma crítica contra o S11D.

Diante desse cenário local, a Vale optou pela aquisição de terras no entorno dos projetos, para “limpar” a área. Isso elevou o preço da terra e as disputas agrárias, levando a população camponesa a vender ou abandonar suas terras, seja nas vilas rurais ou nos próprios lotes de reforma agrária. Viu-se que a estratégia da empresa esteve ancorada em todo um plano de sustentabilidade social, que buscava construção de consensos locais em torno da atividade minerária. Por outro lado, ela agia de forma velada, comprando terras griladas e pressionando, com agências contratadas, moradores locais a venderem a terra, que depois era arrendada para fazendeiros locais colocarem seu rebanho, assim evitando ocupações dessas áreas.

No primeiro caso, o movimento do Estado deu-se na forma de parceria em vários eixos do plano de sustentabilidade da empresa. Praticamente o Plano Diretor do município tinha os mesmos eixos da Vale. A expressão dessa relação esteve na formação da Agência Canaã, criada pela prefeitura com recursos da Vale para dinamizar a pequena produção local, mas que na verdade funcionava como operador do consenso social da empresa, sem aparecer como empresa.

Nas áreas de conflito com a Vale, a ação do Estado esteve condicionada ao resultado desses conflitos, que se davam em patamares tão desiguais de negociação. As estruturas do Estado mobilizadas nesses casos foram aquelas da justiça e dos órgãos de repressão. No âmbito do licenciamento, sua postura esteve pautada pela impossibilidade de legislar, diante do vazio regulatório das demandas sociais surgidas desse processo. Nesses casos, mostrou-se nem tanto uma tensão institucional entre esferas do Estado, mas a própria estrutura refratária do Estado diante das demandas populares.

O detalhamento das ações Estatais diante da implantação do projeto S11D, nos possibilitou a visualização mais concreta do desequilíbrio de poder de classe dentro do Estado, mesmo quando esse era conduzido por um governo democrático popular. Permitiu ainda, perceber quais as demandas centrais, operacionalizadas por grandes corporações minerárias, como a Vale, feitas ao Estado em suas várias escalas institucionais. Por fim, a evidência da centralidade do Estado para o processo de territorialização do capital minerário em período recente na Amazônia paraense e em especial no avanço sobre a Serra dos Carajás.

Com isso, concluímos ressaltando a emergência de seguir em novas investigações sobre a relação do capital minerário e o Estado na região, dentro de uma análise mais cuidadosa da questão fundiária, que foi assumindo uma relevância no decorrer desta pesquisa, e que agora

está imersa numa nova conjuntura de direção estatal ultra neoliberal, que vem desestruturando agências reguladoras como INCRA e IBAMA, mas que, por outro lado, também abre a região para o avanço da mineração garimpeira, que de alguma forma pode entrar em conflito com as grandes mineradoras. Essa complexa conjuntura que vive a região, nos motiva a novas investidas de investigação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, Olavo Brasil; ABRANCHES, Sérgio Henrique (coord). *As Origens da Crise. Estado Autoritário e Planejamento no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora revista dos Tribunais, 1987.
- ABERS, Rebeca; OLIVEIRA, Marília. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): Interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Opinião Pública*, Campinas. vol.21. agos, 2015.
- ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y Neoextractivismo**. Dos caras de la misma maldición. In: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo. *Más de desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011
- ADÃO. Sônia Maria. (2006). **Os discursos confrontados no processo de privatização: o caso da Companhia Vale do Rio Doce**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas/ Programa de filosofia e língua portuguesa. (Tese).
- AGÊNCIA CANAÃ. *Realese* (material de divulgação)
- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. *Anuário Mineral*. 2018.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. O Intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÈNNA, F; OLIVEIRA, M. (org). *Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: Direitos territoriais e éticos na mira dos estrategistas do agronegócios. In: ALMEIDA [et all]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: Fronteira da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ARAUJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir. (org) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Bointempo/ Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
- ARAUÚJO, Angela; TAPIA, Jorge. Estado, Classes e Estratégis: Notas sobre um debate. *Crítica e Sociedade*: revista de cultura política. V.1. jan-jul, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ASCELRAD, H. Territórios do Capitalismo Extrativista: A gestão empresarial de “comunidades”. In: ASCELRAD, H. **Políticas Territoriais, empresas e comunidades: o neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- ASCELRAD, H. Ambientação das Lutas Sociais. O caso do Movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. n.24 (68), 2010.
- ASCELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. *Astrolábio*. n.11, 2013

ASCELRAD, H; PINTO, R. A gestão empresarial do risco social e a neutralização da crítica. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro. V.19. n.2. p.51-64. Jul-dez, 2009.

ASCELRAD, H; BEZERRA, G. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: Considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. et all. **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BEBBINGTON, Extractive Industries and Stunted Satates: Conflict, responsibility and institutional change in the Andes. IN. R. Raman (ed). **Corporate Social Responsibility: discourses, practices and perspectives**. London: Palgrave MacMillan

BECKER, Bertha. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.53, n.3, jul-set, 1991.

BELLUZZO, Gonzaga; SARTI, Fernando. Vale: uma empresa financeirizada. **Le Monde Diplomatique Brasil**.(observatório da economia contemporânea). Fev.10,2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/> Acesso em: 27/06/2019.

BIELSCHOVSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da Cepal- Uma resenha In: BIELSCHOVSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, v.1,2000

BNDES. **Livro Verde**. 65 anos nossa história, tal como ela é. Rio de Janeiro, 2017.

BNDES. **Relatório Anual** 2009.

BRAGA, José Carlos de Souza. Os Orçamentos Estatais e a política econômica. In: LESSA, Carlos *et all* (org). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Ensaios sobre a crise. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense. v.1, 1984.

BRANDÃO, Carlos. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la numa estratégia de Estado. **Revista política e planejamento regional**. Rio de Janeiro. v.1. n.2, jul-dez, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n°4352, de 1º de Junho de 1942. **Diário Oficial da União**. 2/6/1942.

BRASIL. Projeto de Lei 5.807. Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração e dá outras providencias. Brasília 18 de junho de 2013.

BRASIL. Decreto n°9406 de 12 de junho de 2018. Dispõe sobre o Novo Código da Mineração.

BRASIL. Decreto n°6440 de 7 de novembro de 2008. Dispõe sobre proteção de cavidades naturais.

BRASIL. Lei n°6938/81. Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente.

BRASIL/MME. **Oficinas Participativas**, 2009.

BRASIL/MME. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica**. Ano base 2016.

BRASIL/MME/PAC. Disponível em: <http://pac.gov.br/infraestrutura-energetica/transmissao-de-energia-eletrica/pa> . Acessado em: 14/09/2018.

BRONZ, Debora. “O Estado não Sou Eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. In: Dossiê antropologia e Desenvolvimento. **Revista Campos**, v.14, 2013.

BORRAS, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions “from below”. In: **Third Word Quaterly**, London. 21 de nov, 2013.

CABRAL, Eugênia, ENRIQUEZ, Maria Amélia; SANTOS, Dalva. **Canaã dos Carajás- do leite ao cobre**: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br>. Acessado em: 13 janeiro de 2017.

CADERNOS 7º CONCUT. Serra Negra/São Paulo, CUT. 15 e 19 de agosto de 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, G. **Amazônia**: Expansão do Capitalismo. (2^a ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1978

CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**. Campinas. v.21 Edição Especial, 2012.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp/Unicamp, 2002.

CARNOY. Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, Marco Antônio de Souza. **Privatização, dívida e déficit público no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 847, 2001.

CARVALHO, Daniela. **A (In) Sustentabilidade na comunicação no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil**: Processo comunicacional organizacional na instalação de uma mina de ferro no Pará. Rio de Janeiro, 2019. (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em informação, comunicação e saúde/ FIOCRUZ).

CARVALHO, Luiz Maklouf. A Vale é verde? **Revista Piauí**. Edição 6. Março, 2007.

CASTELO, Rodrigo. O Novodesenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social**. São Paulo. n.112, dez 2012.

CASTRO, Sabrina; MILANEZ, Bruno. **O Novo Código da Mineração**: Convergências e Divergências. Relatório preliminar. UFJF/Poemas, julho,2015.

CHESNAIS, F. Demain les retraites à merci des marches. **Le Monde Diplomatique**. Paris, abril, 1997

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CRISTO, Laís. **Vulnerabilidade de comunidades no entorno de ferrovias: O caso do ramal ferroviário do Sudeste do Pará**. Belém, 2016.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**. São Paulo. Bointempo. v.1.n.13, 2001.

COELHO, Tádzio. **Noventa por cento de ferro nas calçadas: Mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios mineradores pela Vale S.A.** Rio de Janeiro: UERJ, 2016. (Tese doutorado apresentada ao Programa de pós graduação em Ciências Sociais)

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ. v.15, 1992.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD. Província mineral de Carajás. Litoestratigrafia e principais depósitos minerais. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Geologia**. Belém, 1988.

COSTA, Armando Dalla. A Vale no novo contexto da internacionalização das empresas brasileiras. In: **Revista Entreprises et Histoire**. Paris: Editions Eska. n.54, abril, 2009. p. 86-106.

COSTA, Rodrigo. Política Regional na Amazônia: A PNDR II. In: NETO, Aristides; CASTRO, Cézar; BRADÃO, Antônio. **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas estratégicas e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

COUTINHO, Luciano G; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Política econômica, inflexões e crise: 1974-1981. In: LESSA, Carlos *et all* (org). **Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise**. vol.1. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DARLIAN COMMODITY EXCHANGE- DCE. **Iron Ore Futures Trading Manual**. December, 2015.

DATAVIVA. Disponível em: <http://dataviva.info/>. Acessado em: 21/01/2020

DATALUTA. Banco de Dados da luta pela terra. Relatório Brasil, 2015. Presidente Prudente: Nera/FCt/Unesp, 2016.

DELGADO, Nelson. **O Regime de Bretton Woods para o comércio mundial**. Rio de Janeiro: Mauad X/EDUR, 2009.

DIAGONAL. **Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás**, 2007.
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1. Lei 6.897 de 31 de março de 1981

DIAS, R; CARVALHO,S; MANSUR,I.(org). **Na linha de frente: Criminalização dos defensores de direitos humanos no Brasil (2006-2012)**. 2013.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios para a construção de uma nova ordem social no Brasil dos anos 90. In: SZWAKO, J; MOURA,R.;D'ÁVILA

FILHO, P. (org). **Estado e Sociedade no Brasil**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPQ, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

DNPM. **Sumário Mineral**. 2000-2016.

DNPM. **Portaria n°155** que aprova a consolidação normativa do DNPM e revoga os atos normativos consolidados. 12/05/2016.

DNPM. **Laudo Técnico** para instrução de Servidão. Brasília, 25 de janeiro, 2013. Folha 2252. Processo INCRA. v.10 (CDroom)

DNPM/INCRA. **Portaria Conjunta n°104**. Brasília. 25/03/2009. Folha 73. Processo INCRA. v.11 (CDroom)

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: Um estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil. 1930-1960. 2^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/UFPA, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Maldição ou Dádiva?** Os Dilemas do Desenvolvimento Sustentável a partir de uma base mineira. Brasilia/UNB, 2007.(Tese de doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável).

ENRIQUEZ, Maria Amélia (coord.). **Contradições do Desenvolvimento e o uso da CEFEM em Canaã dos Carajás-Pa**. Rio de Janeiro, IBASE, 2018.

EVANS, Peter. Empresas Multinacionais e relações Brasil-EUA. In **Revista Administração de empresas**. v.19 (3):35-50. Rio de Janeiro. jul-set, 1979

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. Mineração e Violação de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. **Relatório da Missão de Investigação e Incidência**. Açaílândia-Ma, 2013.

FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**.30^aed. São Paulo: Atlas, 2016.

FOIRE, José Luis. Estado e desenvolvimento na américa Latina. **Revista de Economia Contemporânea**. v.24, n. 1, 2020.

FOWERAKER, Joe. **A Luta pela terra. A economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro, 1982.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Agnelli diz que somente controladores devem escolher presidente**. 25/13/2011 (caderno Mercado). Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/03/893858-agnelli-diz-que-somente-controladores-devem-escolher-presidente.shtml>

FUNDAÇÃO VALE. Relatório de Atividade, 2013.

GAGGIATO, Vírgilio Constante. A Competitividade no Mercado Transoceânico de Pelotas de Minério de Ferro, seus delineadores e o posicionamento dos integrantes deste mercado. UFMG, 2010. (Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em engenharia metalúrgica e de minas da Escola de engenharia)

GALHARDO, Ricardo; GIRARDI, Giovana. Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 19/11/2019.

GONÇALVES, Ricardo; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz. Neoextrativismo liberal-conservador. A política mineral e a questão agrária no governo Temer. **OKARA. Geografia em Debate**. v.12, n.2, 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. IPEA. Anais do I ciclo de debates acadêmicos, 2011.

GOMES, Severo. Companhia Vale do Rio Doce. Uma Investigação Truncada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Amélia. No Brasil, 1 milhão de trabalhadores estão na mineração, 80% são terceirizados. In **Brasil de Fato**. Belo Horizonte. 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/04/29/no-brasil-1-milhao-de-trabalhadores-estao-na-mineracao-e-80-sao-terceirizados>

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. In: **Extractivismo, política y sociedadade**. Centro Andino de Acción Popular (CAAP) y Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES). Quito-Ecuador. Nov, 2000

GUDYNAS, Eduardo. Estado Compensador Y nuovos extractivismos. **Nueva Sociedad**. n. 237, 2012.

GRÜN, Roberto. O nó dos Fundos de Pensão. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n.53, novembro de 2005.

HART, Gillian. Desnaturalizar el despojo: uma etnografia crítica em la era del resurgimiento del imperialismo. In **Revista Colombiana de antropología**. Vol. 52. n°2. Jul-diciembre/2016.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. (8ªed.) São Paulo: Edições Loyola, 2014

HARVEY, David. **A Produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEBÉTTE, Jean. Cruzando a Fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, v.1, 2004.

HEBÉTTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, v.3, 2004.

HIRAKUTA, Célio; SARTI, Fernando. **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Brasília: IPEA (texto para discussão 1610), 2011.

HIRAKUTA, Célio; ROCHA, Marco. **Grandes grupos no Brasil**. Estratégias e desempenho nos anos 2000. Brasília: IPEA (texto para discussão 2049), 2015

HOFMEISTER, Naiara; SILVA, José Cícero. Não se paga com milhões a morte de um rio. **Agência Pública**, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/12/nao-se-paga-com-milhoes-a-morte-de-um-rio/>

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. **A Luta pela Terra**: História Social da Terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978

IBAMA. **Mineração CVRD**. Projeto Ferro Carajás S11D. Volume III. (Transcrição de áudio Audiência pública projeto Ferro Carajás S11D). CDroom. 29/11/2010

IBAMA. **Mineração CVRD**. Projeto Ferro Carajás S11D. Volume IV. (Classificação arquivística 419). CDroom. 27/11/2012

IBAMA. **Mineração CVRD**. Projeto Ferro Carajás S11D. Volume XX1. (classificação arquivística 419). CDroom. 23/01/2015.

IBAMA. **Parecer** 02001.002947/2016-46. Dispõe sobre provável contaminação do Rio Cateté pelo projeto S11D. CDrom. Volume XXIX. Pg.65

IBAMA. **Parecer técnico** nº43/2009. Dispõe sobre Termo de Referência para EIA/Rima do projeto S11D. CDrom. Vol.I. p. 84.

IBAMA. **Parecer técnico** nº69/2010. Dispõe sobre Verificação de Estudo para aceitação para análise da segunda versão do EIA/Rima do Projeto S11D. CDroom. Vol.II, p.264.

IBAMA. **Memoria da Reunião** Sobre o Projeto Ferro Carajás S11D. 19/06/2012. CDroom, Vol.IX, p. 1620.

IBAMA. **Licença Prévia do Projeto S11D** nº436/2012. CDroom. Vol. IX. p.1639.

IBAMA. **Licença de Instalação** Projeto S11D n º947/2013. CDroom.Vol. XI, p. 2084.

IBAMA. **Parecer técnico** nº627/2013 Dispõe sobre analise do componente espeleológico do PBA e a análise de compensação espeleológica-Projeto Ferro Carajás S11D. CDroom. Vol. X, p. 2052.

IBAMA. **Minuta** ao MPF em resposta ao Inquérito Civil Público nº1.23.001.000162/2007-62. 12/11/2015. Cdroom. Vol XXIV, p.4644

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/pesquisa/32/28163>. Acessado: em 21/01/2020

IBAMA. Censo agropecuário, 2006.

IBASE. **Contextualizando os investimentos do BNDES no Brasil, no período 2008-2014.** BNDES sem segredos, um olhar da sociedade civil sobre o BNDES, 2015. Disponível em: <https://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>

IBASE. **BNDES e a indústria extractiva mineral.** BNDES sem segredos. n.4, fevereiro, 2015. Disponível em: : <https://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>

IBASE. **Os Investimentos do BNDES nas áreas de infraestrutura, logística e energia.** BNDES sem segredos, um olhar da sociedade civil sobre o BNDES, 2015. Disponível em: <https://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>

IBRAM. **Revista Industria da Mineração.** Ano III, n°4. Março de 2008

IBRAM. **O Setor da Mineração no Brasil:** Fortalecimento institucional para o desenvolvimento Sustentável. Abril, 2013

IBRAM. **Economia Mineral.** Dados sobre o Brasil e Estado do Pará. Fev. 2018.

ICMBIO. **Plano de Manejo Floresta Nacional de Carajás (diagnóstico).** Março, 2016

ICMBIO. **Projeto Cenários.** Conservação de campos ferruginosos diante da mineração em Carajás. Santa Catarina: Copiart, 2018.

ICMBIO. **Plano de Pesquisa Geossistemas Ferruginosos da Floresta Nacional de Carajás.** Brasília, 2017

ICMBIO. **Nota técnica** n°14/2008. Dispõe sobre o Termo de Referência para Serra Sil, Flona Carajás. CDroom. Vol. I, p. 108.

INCRA. **Gerenciamento Social Mozartinópolis.** Registro de Atas e Reuniões. Vol X. Memo. SR27 201/ 2012 (1).

INCRA. **Remanejamento de famílias da Vila Mozartinopolis.** v.1, Memo.SR27 201/2012 (2).

INCRA. **Remanejamento de famílias da Vila Mozartinopolis.** v.2, Memo.SR27 201/2012 (3).

INCRA. **Criação do PA União Américo Santana.** Memo. SR27 146/2014.

INCRA. **Portaria/Mirad** n°1.400 de 25 de outubro de 1988

INCRA. **Processo** 2008.1.003655-6. Sobre Manifestação dominial do Complexo São Luiz, 2009.

INCRA. **Informações Cartográficas**, n°115, v.1, 2016

INCRA. **Protocolo de Intenções entre INCRA e Vale**, v.2, 2016

INCRA. **Despacho** n°50/2016. Informações sobre a área da fazenda São Luiz, v.3, 2016.

INCRA. **Preços referencias de terras e imóveis rurais**. Marabá, 2017.

INCRA. **Ata** da Reunião Vila Mozartinópolis, com a participação da Diagonal, INCRA e grupo rural. 13/12/2011. CDroom. v. X, p. 2145.

INCRA. **Ata** da Reunião sobre o processo de remoção da Vila Mozartinóplois, famílias opção rural: reserva legal da fazenda recreio. 6/12/2011. CDroom. v.X, p. 2194.

INCRA. **Despacho** INCRA a PFE-R. Manifestação sobre o processo de autorização de servidão para mineração. 28/01/2013. CDroom. v.X, p. 2210.

INCRA. **Ofício** à Vale sobre a remoção das famílias da Vila Mozartinópolis. 7/11/2013. Cdroom. v. XI, p. 2331.

INCRA. **Termo de acordo** entre INCRA, MDA, Vale e comunidade da Vila Mozartinópolis com objetivo de concessão de uso para atividade mineraria. 26/12/2013. CDroom, v.XI, p. 2323.

INDEXMUNDI, 2019. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=240> Acesso em: 19/11/2019.

INESC. **Compensação Financeira pela exploração dos recursos minerais (CEFEM)**: O que é, de onde veio, para onde vai? O Caso de Canaã dos Carajás, 2018.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acessado em: 21/01/2020

JESSOP, Bob. **The Capitalist State**. Marxist theories e Methods. Martin Robertson, Oxford, 2013.

JESSOP, Bob. Estratégias de Acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. Campinas: **Idéias**. n.14(1/2), 2007.

LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de Laços**: Os Donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEAL, Aluizio. **Amazônia: O aspecto político da questão mineral**. Belém: NAEA/UFPA. Dissertação de mestrado (mimeo), 1988.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE Unicamp, 2011.

O LIBERAL. **A Mina Sossego não dá tranquilidade ao povoado**. 04/2/2019.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

LULA, Luis Inácio. **Carta ao Povo brasileiro**. Fundação Perseu Abramo, 22 de junho de 2002

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1972

MALHEIRO, Bruno. **O que Vale em Carajás?** Geografias de Exceção e R-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. (tese de doutorado)

MARQUES, Rosa Maria. (2000). Notas sobre a reforma previdenciária brasileira no contexto do Neoliberalismo e da América Latina. **Revista Economia política**. v.20. n.1 77. Jan-mar.

MARQUES, Eduardo César. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, n°43, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. TRASPADINI, Roberta; STEDILLE, João Pedro. (org). **Ruy Mauro Marine vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A Degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Frederico; KAMINO, Luciana; RIBEIRO, Kátia. **Projeto Cenários**. ICMBIO/MMA, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. 2^aed. São Paulo: Nova Cultural,v.I. Tomo 2. (Os economistas) [1867], 1986

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. (7^a ed.).São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã** (1818-1883). São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARTINS, Carlos Estevam. (1977). **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de janeiro: Ed. Graal.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

MEYER, Raúl Gonzalez. **Territorios Corporativos**: desafios teóricos del concepto. In: Revista Geografia del Sur. Chile: Universidad de Concepción. 5 (7), 2014. 35-47.

MESZAROS, G. O MST e o Estado de direito no Brasil. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MILANEZ, Bruno. **Boom ou Bolha?** A influência do mercado financeiro sobre o preço do mercado de ferro no período 2000- 2016. In: Versos (textos para discussão do grupo POEMAS), v.1, n. s2, 2017.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista de pós-graduação em Ciências Sociais**. v.10. n.19, Jan-jun 2013.

MILLIBAND, Ralf. Poulantzas e o Capitalismo de Estado. In: **Revista Crítica Marxista**. n.27. Campinas: Unicamp, 2008

MINAYO, Maria C. S. **Homens de Ferro**: Estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, Minas Gerais. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília. Maio, 2011.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Primeira oficina participativa**: Restrições às atividades minerárias em áreas de proteção permanente e Unidades de conservação de uso sustentável para o Plano duo-decenal de geologia, mineração e transformação mineral. Brasília: 01/10/2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Inquérito Civil Público** nº1.23.001.000162/2007-62. Dispõe sobre o licenciamento ambiental do Projeto S11D. 22/10/2015. CDroom.v. XXIV, p. 4640

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2003-2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br> Acesso em: 2/03/2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Plano Safra da Agricultura familiar**. Brasília 2004-2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> Acesso em: 2/03/2020.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil. In: PINHEIRO, Armando; FUKASAKU, Kiichiro (org). **A privatização no Brasil**: O caso dos serviços de utilidade pública. BNDES (Biblioteca Digital), 2000

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Companhia Vale do Rio Doce. Perfil da empresa**. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C (org). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão dualista**: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro, IBASE, 2013.

ONDETTI, G; WANBERGUE, E; AFONSO, J.B. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

OROZCO, C. A Organização do Cluster Minerador Global para instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. ”. In: ASCELRAD, H. **Políticas Territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. A Sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista Economia e política**. v.36, n.3 (144), jul-set, 2016.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: Observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**. 27(77), 2013.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C (org). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARÁ/SEMA. **Licença de Operação nº8432/2014**. Dispõe sobre licença de operação da linha de transmissão de 230 kw e 32 km de extensão e subestação integradora para atendimento do Projeto Ferro Carajás S11D.

PENNA, Camila. **Conexões e Controvérsias no Incra em Marabá**: O Estado como um ator heterogêneo. Brasília: UNB, 2013. (tese doutorado deptº de sociologia)

PENNA, C; ROSA, M. Estado, Movimentos e Reforma Agrária no Brasil: Reflexões a partir do INCRA. São Paulo: **Lua Nova**, n. 95. p. 57-85, 2015.

PERERA, Airton dos Reis. **A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violência no campo**. Recife: UFPE. (Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História), 2013.

PEREIRA, Osny Duarte. **Ferro e Independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PEREIRA, Thiago; MITERHOF, Marcelo. O Papel do BNDES e o financiamento do desenvolvimento: Considerações sobre a antecipação dos empréstimos do Tesouro Nacional e a criação da TLP. In: **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, UNICAP.IE. v.27, n.3(64). 875-908. Set-dez, 2018.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Extractive Imperialism in the Americas**. Capitalism's New Frontier. Chicago: Haymarket, 2014.

PINHEIRO, João de Freitas. **Companhia Vale do Rio Doce**: O engasgo dos neoliberais. Belo Horizonte: Centro de documentação e informação, 1996.

PINHEIRO, Armando; GIANBIANGI. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: PINHEIRO, Armando; FUKASAKU, Kichiro (org). **A privatização no Brasil**: O caso dos serviços de utilidade pública. BNDES (Biblioteca Digital), 2000

PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD a sigla do enclave na Amazônia.** As mutações da estatal e o estado imutável do Pará. Belém: CEJUP, 2003

PINTO, Lúcio Flávio. **A Vale vai acabar.** Amazônia e mineração, 2017.

PINTO, Eduardo. **Bloco no Poder e Governo Lula:** grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. Rio de Janeiro: UFRJ,2012 (doutorado economia)

PRADO, Sérgio. **Intervenção Estatal, Privatização e Fisicalidade.** Um Estudo sobre a constituição e crise do setor estatal no Brasil e os processos de privatização a nível mundial. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 1994. (tese doutorado)

PMCC/DIAGONAL. **Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás.** V. 1. Canaã dos Carajás, 2007.

PMCC/CLC. **Plano Local de Habitação de Interesse Social.** Canaã dos Carajás, 2013.

PNUD. Disponível em: <https://www.br.undp.org/>. Acessado em: 21/01/2020

PORUTGAL JR, José. **Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea.** São Paulo: FUNDAP/IESP. (Estudos de Economia do setor público,2), 1994.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado Capitalista:** Uma resposta a Miliband e Laclau. Crítica Marxista. São Paulo. Ed. Unesp, n.27, 2008.

POULANTZAS, Nicos. a Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA REGIONAL-PFE/R. **Remanejamento de famílias da Vila Mozartinópolis.** 6/02/2013. Cdrom. v. X, p.2212.

QUARESMA, Luis Felipe. Ferro. In: **Balanço Mineral brasileiro**, 2001.

QUINTANS, Mariana Trotta. **Poder judiciário e conflitos de terra:** a experiência da Vara Agrária do Sudeste Paraense. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, 2011. (Tese apresentada ao Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

REVISTA ÉPOCA. Entrevista com Roger Agnelli. **Não Briguei com Ninguém, talvez tenham brigado comigo.**

ROCHA, Marcos Antônio Martins da. **Grupos econômicos e capital financeiro: Uma história recente do grande capital brasileiro.** Campina: Instituto de economia/Unicamp, 2013. (tese doutorado).

ROJAS, C; PEREIRA, D. Políticas estratégicas empresariais de controle territorial: A Vale S.A. e os embates na Serra do Gandarela/MG. **Novos Cadernos Naea.** v.18, n.3,p.29-49. Set-dez,2015.

RODRIGUES, Roberta. Empresa, company towns, e territorialização em áreas de mineração na área da Amazônia Oriental. In: **XII Encontro Nacional da ANPUR**, Belém, 21-25 maio, 2007.

ROMANO, Jorge. **Política nas Políticas:** Um olhar sobre os Estudos na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2007 (Tese doutorado)

RUSSO, Fátima Ferreira. (2002). **Privatização da Vale do Rio Doce:** Valores, manifestações e implicações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. (dissertação de mestrado).

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantas. **Crítica Marxista.** São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998

SANTO, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependência.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SANTOS, Andréa. **Mineração e Conflitos Fundiários no Sudeste Paraense.** Marabá, 2018. (Dissertação programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia).

SANTOS, Marcelo. A crise no setor siderúrgico do distrito industrial de Marabá e as estratégias empresariais. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2015. (dissertação de mestrado).

SANTOS, Rodrigo Salles. Fundamentos para criação de um fundo social da mineração no Brasil. In: **Cadernos Observatório do Pré-sal e da indústria extrativa mineral**, n°2, março, 2012.

SANTOS, Brenda. **Imissão na posse na servidão minerária:** O Projeto S11D. Marabá, 2017. (Trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Direito da UNIFESSPA)

SANTANA, Matheus. **Fundos de Pensão e estratégia de desenvolvimento nos governos do PT.** Campinas: UNICAMP, 2017 (Dissertação de mestrado)

SENADO FEDERAL. **Simpósio Alternativa para Carajás.** Brasília, 1981.

SEICOM. **Plano de Mineração do Estado do Pará 2014-2030.** Belém, 2013.

SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em: 21/01/2020

SIMINERAL. **8º Anuário Mineral do Pará**, 2019.

SILVA, Marta Zorral e. **A Vale do Rio Doce na Estratégia do Desenvolvimento brasileiro**. Vitória: Edufes, 2004.

SOUZA, Gilberto Shineider. **A Dinâmica do mercado Transoceanico de minério de Ferro: Evolução histórica e perspectiva no ano 2000**. UNICAMP. (Tese apresentada ao Instituto de Geociências).

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL- SRFA-08. Resposta ao ofício INCRA SR27. n° 353/2013. CDroom. v. XI, p. 2332.

SVAMPA, M; BATTARO, L; MARIAN, A. La Problemática de la minería metalífera a cielo abierto: modelo de desarrollo, territorio y discursos dominantes. In: SAVAMPA, M; ANTONELLI, M (ed). **Mineria Transnacional, narrativas del desarrollo y resistências Sociales**. Buenos Aires: Editorial Biblos Sociedad, 2010.

SVAMPA, Maristela. **Las Fronteras del neoextractivismo em América Latina**. Conflitos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: Calas, 2019.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; PINTO, João Roberto; BADIN, Luciana. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro; um debate necessário. In: **BNDES sem segredos**. IBASE, 2015

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo Costa. A Economia política dos governos FHC, Lula e Dilma. Dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, número especial, dez, 2012.

THERBORN, Goran. **¿ Cómo domina la clase dominante?** México: Siglo XXI, 1979.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Ação possessória** 0014461-68.2015.8.14.0136. 1ªVara Cível de Canaã dos Carajás, 2015.

UBIS AMAZÔNIA. **Qual a natureza do urbano na Amazônia Contemporânea?** 3ºRelatório de Acompanhamento de Projeto. Relatório de Campo Canaã dos Carajás. Belém, 2014.

VAINER, Carlos. Planejamento territorial e projeto nacional. Os Desafios da fragmentação. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V.9, n.1, maio-2007.

VALE. **Nossa História**. Verso Brasil Editora. S/I, 2012.

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D**. Um Novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Junho de 2012.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade**. 2006, 2014, 2016.

VALE. **Estatuto Social**. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/corporate-governance/Documents/EstatutoSocial_p.pdf

VALE. Relatório Anual. Formulário 20-F. 2001-2016. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/Paginas/default.aspx>

VALE. Desempenho da Vale em 2016. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/2016%204Q%20Vale%20IFRS%20USD_p.pdf

VALE. Vale a caminho da True Corporate. Teleconferencia com os investidores, 2017. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/presentations-webcast/PresentationsWebCastDocs/170220%20Apresentacao_Institucional_Vale_p.pdf

VALE. Estudo de Impacto Ambiental-EIA. Projeto Ferro Carajás S11D. Canaã dos Carajás/Pará, 2010.

VALE. Estudo de Impacto Ambiental-EIA. Projeto Ferro Carajás S11D. Anexo XXI-A, 2010

VALE. Estudo de Impacto Ambiental-EIA. Projeto Ferro Carajás S11D. VOL.III, 2010

VALE. Estudo de Impacto Ambiental-EIA. Projeto Ferro Carajás S11D. VOL.I-A, 2010

VALE. Rima S11D, 2010

VALE. Plano Básico Ambiental (PBA). Projeto Ferro Carajás S11D. Canaã dos Carajás/Pará, 2012.

VALE. Plano Diretor de Operação, 2014.

VALE. Relatório do Programa de preparação para o mercado de trabalho S11D. Ciclo I, II, III, IV. Canaã dos Carajás/Pará, 2014

VALE. Relatório Anual de Avaliação de Desempenho Ambiental 2014 (Plano de Sustentabilidade Sócio econômica). Canaã dos Carajás, 2015.

VALE. Relatório Anual de Avaliação de Desempenho Ambiental 2015 (Plano de Sustentabilidade Sócio econômica). Canaã dos Carajás, 2016.

VALE. Relatório Anual de Avaliação de Desempenho Ambiental 2016 (Plano de Sustentabilidade Sócio econômica). Canaã dos Carajás, 2017.

VALE. Informativo do Projeto S11D. n° 26, 29, 31. Canaã dos Carajás/Pará. Ano II, 2014.

VALE. Diretoria de planejamento e desenvolvimento. Gerência de meio ambiente. 22/01/2014.

VALE. S11D Novos Caminhos para mineração, 2016

VALE. **Processo 02001.00711/2009-46.** Dispões sobre resposta ao pedido dos Xikrins sobre contaminação do rio Cateté pelo Projeto S11D. Vol. XXX, pg. 250. CDrom

VALE. **Termo de Referência** do Projeto S11D apresentado ao DILIC/IBAMA. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2009. Vol.I, p.12 CDrom

VALE. **Solicitação de Licença ambiental** do Projeto S11D ao IBAMA. Belo Horizonte, 14/12/2009. Vol.II, p.230. CDrom

VALE. **Solicitação de Licença de Instalação** ao Projeto S11D ao IBAMA. Belo Horizonte 21/02/2013. CDroom. Vol. X, p. 1.790.

VALE. **Proposta de compensação ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D**, Estrada de Ferro e Ramal Ferroviário- Serra da Bocaina. Belo Horizonte, março, 2013. Cdroom. Vol. X, p.1.812

VALE. **Projeto S11D.** Liberação para o Termo de Referência para realização de estudos ambientais. Belo Horizonte. 25 de março de 2019. CDroom Vol. I. p. 93

VALE/AMPLO. **Caracterização sócio-econômica dos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e da área proposta para inserção da UC Bocaina.** Belo Horizonte, 2016

VALEPAR. **Acordo de Acionistas**, 2017.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás.** Planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VARA AGRÁRIA CÍVEL DE MARABÁ. **Processo 039447-86.2015.8.14.0136.** 18/01/2018.

YE, Jingzhong; PLOEG, Jan; SHINEIDER, Sergio; SHANIN, Teodor. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. In: **The Journal of Peasant Studies**, 2019 (on Line). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1559834> Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Recursos Minerais na Amazônia Brasileira: Impactos e perspectivas. In: MALERBA, Juliana (org). **Novo Marco Legal da Mineração no Brasil.** Para que? Para Quem? Fase, 2012.

ANEXOS

Anexo 1 - Terra Indígena Xikrin do Cateté



A Sua Senhoria, a Senhora
MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO
 Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC

Assunto: Contaminação das águas da bacia do Rio Cateté na Terra Indígena Xikrin do Cateté.

Senhora Coordenadora Geral,

1. Vimos encaminhar cópias de resultados de análises físico-químicas e microbiológicas de amostras de água e solo coletadas na bacia do Rio Cateté e de água do poço que abastece a aldeia Kateté, na Terra Indígena Xikrin do Cateté, solicitadas à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA pela Associação Indígena Porekrô de Defesa do Povo Xikrin do Cateté.

2. De acordo com laudo técnico preliminar subscrito pelo Professor Doutor Reginaldo Sabóia de Paiva, com base na análise das amostras e sedimentos coletados:

"1. A água do rio Cateté está com alto percentual de sólidos dissolvidos. Destes sólidos, notou-se que alguns íons na água são de metais pesados nocivos à saúde humana, seus teores estão acima das quantidades máximas permitidas para águas de rios. Entre estes se elenca: o ferro, o cobre, o níquel e o cromo.

2. No estado atual que se encontra o rio Cateté em relação à quantidade de sólidos dissolvidos e de metais pesados, conclui-se que é de risco para a saúde humana, tanto no que tange sua utilização para assepsia ou banhos quanto para a retirada de alimentos. Os metais pesados encontrados no rio Cateté são capazes de provocar doenças internas e externas nos humanos e podem ser bioacumulados nos humanos através dos alimentos encontrados no rio" (Grifo nosso).

3. Esses resultados são convergentes com aqueles obtidos por análises de água na bacia do Rio Cateté realizados por empresa contratada pela mineradora Vale, cujo empreendimento de mineração Onça Puma, tem influência direta nesses corpos hidricos:

"Em resumo, o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas indicam, de uma forma geral, a ocorrência sistêmica de alguns parâmetros em concentração acima do padrão notadamente alumínio dissolvido, cloretos, coliformes fecais, coliformes totais, ferro dissolvido, ferro total, manganês total, níquel total, sódio total, sólidos dissolvidos totais, DBO e zinco total" (página 93 do relatório com extraído em anexo, grifo nosso).



Processo n° 2567
Folha 313C
Assinatura: 

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS
Folha 31, Quadra Especial 02, Nova Marabá
CEP 68.507-530 – Marabá – PA
(94) 3322-1799/2628/3183

4. No entanto, a interpretação desses dados pela mineradora e pelos pesquisadores da UNIFESSPA são confrontantes. Enquanto o laudo de responsabilidade da Vale aponta causas naturais para essas ocorrências de concentração de metais pesados fora dos padrões legais ("As concentrações elevadas podem estar associadas a fatores envolvendo a relação água/rocha", página 93 do relatório com extrato em anexo), no laudo técnico preliminar subscrito pelo Professor Reginaldo Sabóia de Paiva, afirma-se que a ocorrência de alguns metais indicam a existência de uma fonte poluidora:

"O aparecimento de óxidos metálicos pesados não comuns em teores consideráveis, cromo e zircônio, este último, metal raro de transição, indicam que a poluição não é natural e sim causada por atividade de desencapsulamento desses metais, denotando que existe uma fonte poluidora potencializada" (Grifo nosso).

5. Independentemente da fonte poluidora, a contaminação do rio Cateté com metais pesados bioacumulativos nocivos à saúde é um fato, que coloca em risco a saúde dos mais de 1.100 indígenas do povo Xikrin que vivem nas duas aldeias situadas em suas margens, demandando, portanto, algum tipo de intervenção que, de um lado, permita identificar e conter a fonte poluidora, bem como promover ações para despoluição do rio, e, de outro, adotar medidas que possibilitem identificar a existência de concentração dos metais em questão no organismo dos indígenas e, nos casos em que se fizer necessário, assegurar tratamento adequado.

6. Nesse sentido, face à gravidade do exposto, ficamos no aguardo de providências e eventuais orientações sobre quais devem ser os procedimentos a serem adotadas pela Coordenação Regional neste caso.

Atenciosamente,


Eric de Belém Oliveira
Coordenador Regional Substituto
Portaria 291/PRES/2013
CR Babo/Tocantins/Marabá-PA

1.2 VALE, 2016. Processo n. 02001.00711/2009-46

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: <u>Carta</u>
Nº. 02001.001613/2015-69
Recebido em 29/01/2015
<u>Jaqueline</u>
Assinatura



Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015.

Carta Vale/Dir. Meio Ambiente- EXT/001/2015.

Ao Senhor
Jonatas Souza da Trindade
Coordenador da COMOC/IBAMA

Ref.: OF 02001.000071/2015-12 COMOC/IBAMA – Projeto Ferro Carajás S11D

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que os desdobramentos da demanda apresentada pelo Ofício 102/2011/DPDS-Funai-MJ de 02/02/2011, foram uma série de tratativas e reuniões entre a Gerência de Relacionamento com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Vale S.A. e a FUNAI, inclusive a reunião solicitada pelo referido ofício, onde entre outros assuntos tratados, foi esclarecido que os empreendimentos Ferro Carajás, Salobo e S11D, estão respectivamente a 50 km, 28 km e 11 km da Terra Indígena Xikrin do Cateté, portanto, fora da área de influencia determinada pela Portaria interministerial 419/2011.

Quanto ao empreendimento Onça Puma, único dentro da área de influencia estabelecida na Portaria acima citada, realizamos o estudo Etnoecológico da Terra Indígena Xikrin do Cateté, protocolado em 2005, bem como o Plano Básico Ambiental, que está em curso e que prevê apoio a projetos de etnodesenvolvimento, pleiteado pelos indígenas e devidamente alinhado com a FUNAI de Brasília. Estes projetos serão apoiados por meio de planos anuais e estamos em formalização de instrumento jurídico.

Não obstante, a Vale possui uma forte relação de parceria com o Povo Xikrin do Cateté e a FUNAI, desde o início da década de 80, firmando convênio e acordos para apoio nas áreas de saúde, educação, atividades produtivas, proteção territorial e demarcação. Entre eles, destacamos os documentos abaixo:

- Convênio 059/82 - Convênio com a FUNAI para atendimento aos povos indígenas localizados numa faixa de 100 km de cada lado da EFC. Prazo de 5 anos com apoio em saúde, educação, atividades produtivas, proteção do território e demarcação.
- Convênio 453/89- Programa Xikrin-CVRD-Funai;
- Termos de Compromissos 01 e 02 de 2004;
- Termos de Compromissos 01 e 02 de 2005;

Em virtude da movimentação de indígenas em Carajás, com consequente paralisação das atividades da Vale em 2006, a empresa cancelou o Termo de Compromisso e denunciou o Convênio. Por decisão

COMOC/DILIC
 Fls.: 4048
 Proc.: 0733799
 Ref.: *[Handwritten signature]*

judicial, em Ação Civil Pública ajuizada pela FUNAI e MPF, a Vale mantém o aporte financeiro mensal, enquanto discute-se, com a participação dos indígenas, FUNAI e Ministério Público Federal, a formalização de acordo com novo modelo de gestão, visando o apoio ao etnodesenvolvimento do Povo Xikrin do Cateté.

Este novo acordo, ainda em fase de formalização, prevê a manutenção do aporte financeiro praticado mensalmente de R\$ 931.992,45 (novecentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos) e ampliar em até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por ano, ambos pelo prazo de 10 anos prorrogável por mais 10 anos, para o desenvolvimento de projetos. Esses recursos serão operacionalizados com base em Plano Anual a ser desenvolvido em conjunto com a FUNAI local de Marabá e será prevista prestação de contas e acompanhamento.

Ao longo deste período de tratativas para a formalização de novo acordo que finalize a Ação Civil Pública em curso, a Vale, além do aporte financeiro mensal, mantém o relacionamento com os indígenas e atividades em várias frentes, entre elas:

1. Apoio à coleta anual de castanha;
2. Instalação de microssistema de abastecimento de água;
3. Articulação junto ao IBAMA, FUNAI, Corpo de Bombeiros Militar e Povo Xikrin, para criação de brigada indígena de combate a incêndios;
4. Parceria com a prefeitura municipal de Parauapebas para reforma da estrada;
5. Formalização de acordo pontual em 2014, para apoio à compra de equipamentos necessários à coleta de castanha, no valor de R\$ 120.000,00 para cada uma das três aldeias.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e apreço, e colocamo-nos à disposição para prestar estes esclarecimentos em reunião, conforme solicitado.

Atenciosamente,

Gleiza Jesué
 Gleiza Jesué
 Vale - Diretora de Meio Ambiente

Luana Andrade
 Luana Martins Andrade
 Ger. de relacionamento povos indígenas

1.3 Parecer IBAMA



NOT. TEC. 02001.000827/2016-12 CGTMO/IBAMA

COMOC/DLIC
Fls.: 5242
Proc.: 051109
Rubr.: *Samuel*

Brasília, 27 de abril de 2016

Assunto: Resposta ao Memorando-Circular (MC) 132/2016/COJUD/PFEIBAMA/PGF/AGU

Origem: Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis

Ementa: Apresenta subsídios a Procuradoria Federal Especializada do Ibama. EApresenta informações de fato quanto ao processo administrativo de licenciamento nº02001.000711/2009-46 - Projeto Ferro Carajás S11D da empresa Vale S.A. Não houve omissão do Ibama.

Introdução

1. Esta Nota Técnica (NT) atende solicitação da Procuradoria Federal Especializada deste Instituto - PFE, que solicita subsídios técnicos com a finalidade de apresentar contestação à Justiça Federal no âmbito da Ação Civil Pública nº 0001254-18.2016.4.01.3901 (ACP) - Vara Federal da Subseção Judiciária de Marabá no Pará. A solicitação de manifestação foi formalizada por meio do Memorando nº 132/2016-COJUD/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU, de 25 de abril de 2016.

2. Resume-se a ação com a informação de que as Associações Indígenas Bayprã de Defesa do Povo Xikrin do O-Odja e a Associação Indígena Porekrô de defesa do Povo Xikrin do Catetê, entraram com o ACP em face da empresa Vale S.A, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Ibama e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a alegação de que não foi elaborado estudo de componente indígena, não foi realizada a oitiva a comunidade indígena Xikrin nos moldes do que estabelece a Convenção da OIT 169 e por terem sido implementados planos de gestão econômica e demais medidas mitigatórias e compensatórias decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Projeto de Ferro Carajás S11D.

3. Como forma de orientar a manifestação técnica desta Diretoria, a PFE apresenta como quesitos a serem respondidos os seguintes:



- a) Por que não houve estudo de componente indígena no processo de licenciamento do empreendimento em questão?
- b) O Ibama foi omissos na avaliação dos impactos ambientais sobre os interesses indígenas no processo de licenciamento em questão? Por que?
- c) Eventuais impactos aos interesses indígenas podem/devem acarretar suspensão no processo de licenciamento ambiental? Por que?
- d) Assiste razão às Comunidades Indígenas no pedido de indenização formulado perante o Ibama? Por quê?

Análise e manifestação

4. Esclarece-se que o componente indígena foi inserido no EIA/RIMA do Projeto Ferro Carajás S11D, conforme indicação do Termo de Referência-TR para que a Vale apresentasse as possíveis implicações do empreendimento sobre os Xikrin do Cateté e suas terras, os recursos ambientais disponíveis e a utilização presente e futura desses recursos.

5. Entende-se que o Ibama não foi omissos na avaliação dos impactos ambientais sobre os interesses indígenas no processo de licenciamento ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D, uma vez que a temática foi inserida no TR e abordada no EIA/RIMMA, e considerando que houve determinação para entrega dos estudos ambientais a FUNAI, que houve também comunicação dos trâmites do licenciamento ambiental por parte deste Instituto a Funai, e que foi dada a devida publicidade ao processo como um todo.

6. Até o presente momento, não foi identificado que o empreendimento se localiza em terra indígena ou em distância inferior a 10 quilômetros, conforme estabelecido em portarias interministeriais nº 60/2015 e nº 419/2011. Deste modo, não se vislumbra nesse momento a suspensão do licenciamento ambiental. Ademais, essas portarias determinam que “A ausência de manifestação dos órgãos e entidades no prazo estabelecido não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença”.

7. Não se vê razão legal para pagamentos de indenizações, considerando que os estudos

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis

COMOC/IBAMA
Fis.: 5243
Proc.: 0711709
Rubr.: Assinatura

ambientais não identificaram impactos diretos sobre comunidades indígenas.

Julevania Alves Olegario
Julevania Alves Olegario
Analista Ambiental da COMOC/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

Jonatas Souza da Trindade
JONATAS SOUZA DA TRINDADE
Coordenador-Geral Substituto da CGTMO/IBAMA

Anexo 2 - Resposta do PFE/R ao INCRA sobre o processo de desafetação da área para constituição do Assentamento de famílias da Vila Mozartinópolis



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-INCRA
MARABÁ – PARÁ

121
F
F

PROCESSO: 54600.000777/2012-86

INTERESSADO: COMPANHIA VALE – MINERADORA S11D

ASSUNTO: REMANEJAMENTO DE FAMÍLIAS DA VILA MOZARTINÓPOLIS

Senhor Procurador Regional,

Trata-se de processo administrativo formalizado tendo como objeto o remanejamento de famílias da Vila Mozartinópolis, inserida no Projeto de Assentamento Carajás II e III, criado pela Portaria n.º 1.400/1988, no Município Canaã dos Carajás/PA.

Todavia, no transcurso do presente procedimento, foi firmado o Instrumento Particular de Servidão e Outras Avenças entre o INCRA, representado por esta Superintendência, e a Vale, em relação ao imóvel onde se localiza a Vila Mozartinópolis, bem como já foi feito o remanejamento das famílias e o pagamento das benfeitorias.

Os presentes autos foram instruídos com os documentos constantes no relatório de fls. 2204/2208.

À fl. 2210 consta despacho do Superintendente Regional Edson Luiz Bonetti solicitando parecer desta PFE “sobre a legalidade da formalização do processo, do instrumento particular de instituição de servidão e outros pactos, da minuta de escritura de doação do imóvel ao INCRA e da conformidade legal da

Pois bem. Após análise perfunctória dos autos, observou-se que o procedimento não seguiu os ditames da lei, haja vista que não foram cumpridas diversas exigências da legislação para a realização da servidão em relação ao bem público objeto do presente processo, a exemplo: ausência de cláusulas

2
Avenida Amazônia, s/nº, Agropólis do Incra - Bairro Amapá – Marabá/PA – CEP :68.502-090
Telefones: (94) 3324-2420 / 1573-

obrigatórias (art. 55 da Lei n.º 8.666/93), de ato que autorizou a lavratura do contrato de servidão (art. 61 da Lei n.º 8.666/93), de publicação do extrato contratual (art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93), ausência de exame prévio do contrato de servidão por órgão de assessoramento jurídico (art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93), inexistência de comprovação de poder para firmar contrato de servidão das pessoas que assinaram representando a Vale etc.

Ainda, no tocante à viabilidade do objeto do processo, também em análise superficial dos autos, foram encontrados alguns empecilhos, os quais elencamos brevemente a seguir: I - Não há estudo da cadeia dominial da Fazenda Recreio. Em princípio, parece tratar-se de bem da União, fazendo com que a Vale estivesse repassando ao INCRA bem que já é de domínio público. II - O contrato entre Vale e Incra quanto à Fazenda Recreio é apenas de cessão de posse, o que impediria que os assentados viessem, no futuro, a adquirir a propriedade da área, nos termos da lei. III - Além disso, como não há transferência da propriedade, não há segurança quanto ao tempo de cessão de posse da área mencionada.

Enfim, estes foram apenas alguns dos problemas encontrados que inviabilizam a realização, ou melhor, a chancela de legalidade, dos atos já efetivados.

Ocorre, contudo, que a análise destas e de outras questões atinentes ao objeto dos autos, bem como dos pontos suscitados no Despacho de fl. 2210, por esta PFE encontra-se prejudicada, uma vez que a Superintendência desta Regional não tem competência legal para decidir sobre a oneração de bens públicos que compõem o acervo patrimonial desta Autarquia e, por consequência, para realizar o seu processamento.

Verifica-se, portanto, que a realização de contratos, em nome do INCRA, e a gestão do seu patrimônio é da competência exclusiva do Presidente desta Entidade.

Com efeito, não poderia esta Superintendência realizar o processamento da demanda do presente processo, bem como ter firmado contrato particular de servidão, haja vista não possuir atribuição para tanto.

Desta feita, os presentes autos devem ser encaminhados para análise pela Presidência do INCRA, por ser este órgão, insista-se, o competente para decidir sobre a realização de contratos e a gestão do patrimônio imobiliário desta Autarquia.

Ao Procurador Regional para ciência e encaminhamentos entender necessários.

Marabá, 06 de fevereiro de 2013.


LILIAN MIRANDA MACHADO
Procuradora Federal


LUIZ MAURÍCIO LEMOS CAVALCANTI WANDERLEY
Procurador Federal


DANTE ESPÍNOLA DE CARVALHO MAIA
Procurador Federal

Anexo 3 - Despacho INCRA/SR27 ao STR de Canaã dos Carajás sobre informação cartográfica da área da Fazenda São Luiz

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ SR(27)
DIVISÃO FUNDIÁRIA/CARTOGRAFIA

INTERESSADO: STR DE CANAÃ DOS CARAJÁS
ASSUNTO: ÁREAS ADQUIRIDAS PELA VALE
SISDOC: SR(27)MBA.1368/2016-73

INFORMAÇÃO F/CARTOGRAFIA N.º 102/2016

A DIVISÃO FUNDIÁRIA:

Em atendimento ao solicitado no requerimento protocolado em 24 de agosto de 2016 pelo Sindicato Rural de Canaã dos Carajás/PA, onde está sendo pedido que o INCRA informe a situação das áreas abaixo discriminadas, o Serviço de Cartografia tem a informar o seguinte:

Sobre o item 1:

- Ocupação da Fazenda São Luiz (acampamento Grotão do Mutum):

O complexo de fazendas que compõem a Fazenda São Luis foram destacadas regularmente pelo extinto GETAT da Gleba federal denominada "Buriti", desconhecemos quaisquer vício nesse destaque, entretanto, no perímetro desta, identificamos 715,5567 ha de terra pública, referentes aos lotes 18 e 19, 22 a 28 e 31 a 37 da Quadra 41, haja vista que destes lotes não foram encontrados a Quitação e a Liberação das Cláusulas Resolutivas. O perímetro da fazenda abrangeu parcialmente os lotes 33 a 38, nos outros, a abrangência foi em toda área do lote, conforme a figura abaixo:

LOTES DO PA CARAJÁS II e III TITULADOS QUE NÃO ENCONTRADA A QUITAÇÃO

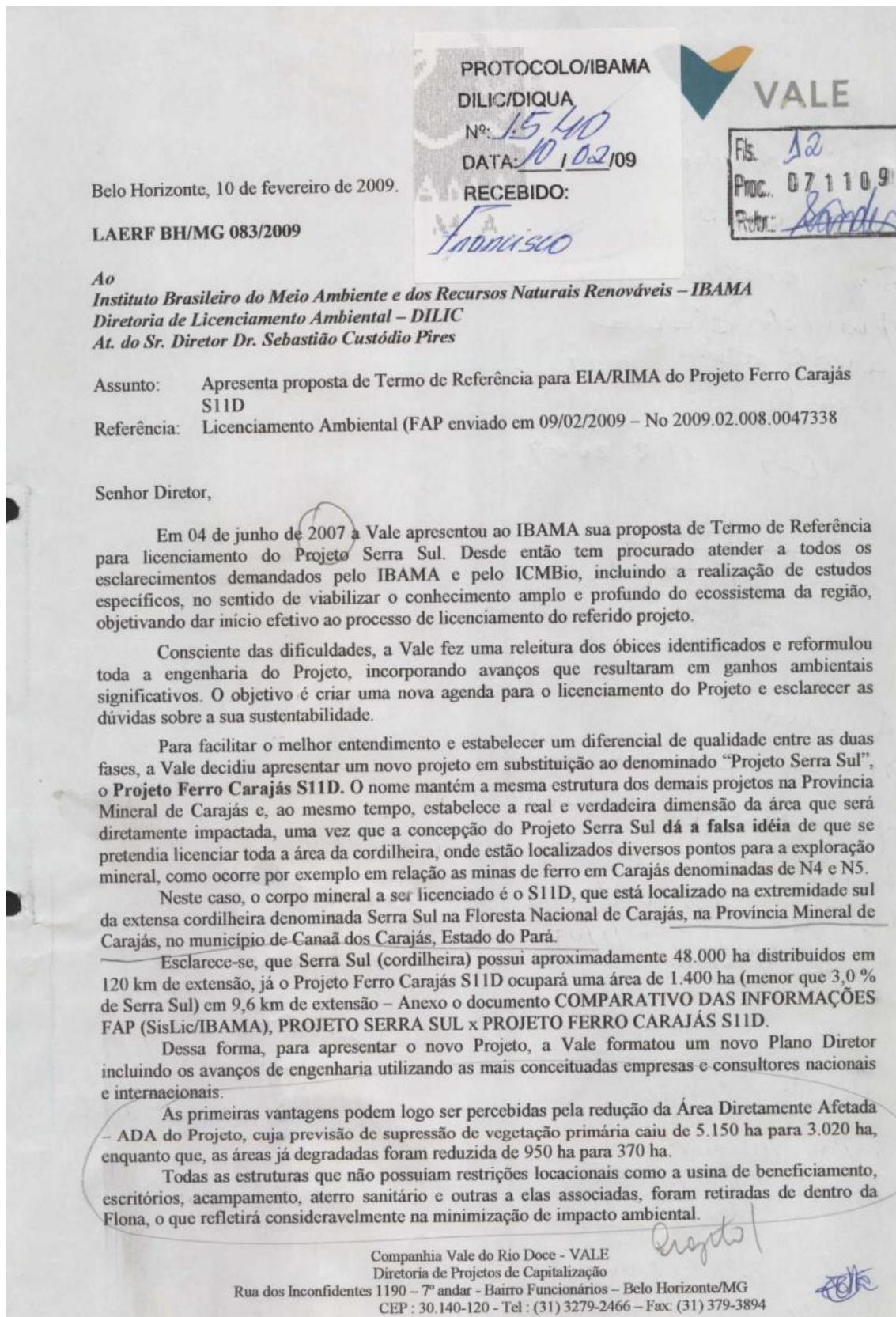
ÁREA = 390,1724 ha

ÁREA = 188,8811 ha

ÁREA = 32,1879 ha

ÁREA = 104,2148 ha

Anexo 4 - Termo de Referência de abertura do Processo de licenciamento do Projeto S11D pela Vale.



Proc. 071109
Rubr. [Signature]

O processo também foi modificado. Tradicionalmente na região, o minério é tratado para produzir *sinter feed* (SF2B) grosso, *sinter feed* (SF2B) fino e *pellet feed* natural, requerendo processo a úmido e barragem específica para destinação final dos rejeitos.

Nosso propósito é que o Projeto Ferro Carajás S11D atenda aos melhores quesitos de qualidade ambiental, priorizando a utilização de um processo capaz de produzir **Finos de Minério de Ferro Comum**, utilizando uma rota à umidade natural e que, desta forma, não irá requerer barragem de rejeito. Isto reduzirá a necessidade de água de 1.659.000 m³/mês previstos para o projeto anterior para 110.160 m³/mês estimados para atender o Projeto Ferro Carajás S11D.

As orientações estratégicas do Ministério do Meio Ambiente, seus órgãos e entidades vinculadas evidenciam o desafio de implementar a sua missão constitucional, incorporando os princípios da sustentabilidade e da transversalidade das ações ambientais, conforme prescreve o seu plano plurianual 2008-2001, (versão 5.1 – 17/07/2007 – final, pág. 04).

Uma empresa responsável socialmente é reconhecida pela sua forma de operar e pelo seu comprometimento com o desenvolvimento de longo prazo das comunidades nas regiões onde ela atua. A consciência das demandas geradas nas regiões possibilita uma atitude madura do reconhecimento da necessidade de atuar diretamente em ações estruturantes que deixem um legado de sustentabilidade. O desafio é transformar crescimento econômico em desenvolvimento para a região.

O estreitamento da cooperação entre a Vale e o poder público, tem enorme potencial de trazer benefícios ambientais para sociedade. Esses benefícios se concretizam pela expansão da área ambientalmente protegida, pelos avanços científicos alavancados pelos estudos ambientais e pela disseminação dos conceitos de educação ambiental, além de melhorias em infra-estrutura, capacitação profissional e inclusão social.

Os benefícios econômicos advindos do projeto excedem os limites regionais ao incluírem vantagens para o país como um todo. A geração de emprego, o incremento no recolhimento de tributos e a multiplicação dos negócios correlatos são alguns dos mais importantes benefícios.

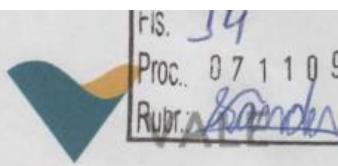
No contexto atual de grave crise econômica, identificada para o ano que se inicia, amplia-se sobremaneira a importância de projetos como o que se apresenta. Essa crise, pela sua gravidade, já anunciada por especialistas e comprovada por indicadores macroeconômicos, impõe novas reflexões, devido aos impactos sociais que terá nas regiões da periferia mundial, provocando retração na economia e nos postos de trabalho.

É fato relevante que a economia dos países desenvolvidos está vivenciando uma grande contração e, nos países em desenvolvimento, que crescem acima da média mundial, está havendo uma desaceleração provocada pela crise financeira dos países centrais. O mercado de trabalho está sofrendo com maior intensidade seus efeitos.

A Vale, em consequência disso, teve que suspender operações em algumas de suas plantas de pelotização, além de dar andamento ao ajuste de produção, o que tem levado à redução da produção de alumínio, manganês, níquel e ferro-ligas no Brasil. Mas não apenas isso. O País precisaria crescer entre 3% a 3,5% em 2009 para combater o desemprego e criar cerca de 1,5 a 1,8 milhão de vagas, necessárias para absorver os que ingressam a cada ano no mercado de trabalho (dados do Dieese).

Certamente, os estímulos ao crescimento econômico são absolutamente necessários para preservar empregos e evitar o aprofundamento da crise no mercado interno. Nas regiões economicamente mais frágeis do interior do país, que não possuem um dinamismo próprio, essa realidade torna-se particularmente mais grave. O Projeto Mina de Ferro Carajás S11D tem grande contribuição a dar, como mecanismo antecíclico, proporcionando emprego e renda, com foco na responsabilidade ambiental como garantia de continuidade à evolução humana.

A sociedade brasileira precisa contar com políticas de governo para minimizar a violência da desaceleração econômica que está em andamento. A agilidade nas ações que visem aumento de investimento deve ser enfaticamente priorizada, em particular quando tais ações não representam qualquer ameaça de danos sérios ou irreversíveis.



Constata-se, nos parágrafos anteriores, a força do projeto como mecanismo de reversão da crise financeira (atualmente) e como fundamental indutor de crescimento econômico regional e nacional.

O Projeto, além das vantagens discutidas acima, tem amparo nos princípios que norteiam a Política Nacional de Meio Ambiente. Em seu artigo 4º, inciso I, a Lei 6.938/81 estabelece: "A política do meio ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico". Logo, a atividade de mineração é legal, como também é racional o aproveitamento dos recursos naturais para potencializar os benefícios que podem ser extraídos dos recursos que a natureza colocou à disposição da humanidade.

A Vale é titular dos direitos minerários sobre o subsolo nas áreas definidas pelos decretos, bem como é detentora da concessão de 429.000 ha, outorgada pelo Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás para atender às necessidades imediatas do Projeto Ferro Carajás, conforme estudos prévios apresentados pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT.

Em 1986 o Senado Federal autorizou o Poder Executivo (Decreto 2.486/98), conceder a Vale o direito real de uso de uma gleba de terras da União com área de 411 mil hectares, abrangendo parte da Província Mineral de Carajás.

A área da referida concessão apresentava a mesma poligonal que apresenta hoje a Floresta Nacional de Carajás. As condicionantes da Resolução foram cumpridas, o que determinou a proteção quase que integral dos recursos naturais, exceto das áreas de infra-estrutura e de lavra. A Vale celebrou convênios com o IBAMA/ICMBio para proteger as áreas e, juntamente com esse órgão, exerceu fiscalização aos possíveis invasores.

O Decreto de criação da Floresta Nacional de Carajás acrescentou uma nova concepção de utilização da superfície e estabeleceu a elaboração do Plano de Manejo pela Vale em conjunto com o IBAMA, como detentoras das informações técnicas da área, estabelecendo o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, em obediência a Lei 9.985, de 2000, arts. 2º, XVII, e 27.

Trata-se de um Plano de Manejo Sustentável, onde o espaço de manejo é submetido a uma proteção parcial dos atributos naturais, admitida a exploração de partes dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentado, a teor do art. 225, § 4º, que prevê a utilização da Floresta Amazônica "dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

Isso significa dizer gestão da utilização da Floresta Amazônica de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e às aspirações das gerações futuras, na forma de utilização sustentada.

Assim, foi criada a denominada Zona de Mineração, que compreende as áreas com exploração assegurada por Decretos ou Portarias de Lavra e áreas de servidão mineral, emitido pelo DNPM para o território da Floresta Nacional de Carajás.

De acordo com esta nova concepção e consideradas as peculiaridades geológicas da área da Floresta Nacional de Carajás, o Plano de Manejo incluiu dentre seus objetivos a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, o transporte e a comercialização de recursos minerais, conforme prescreve o art. 2º do Decreto 2.486/98.

O Manejo atende ao previsto no art. 3º, do Decreto n.º 1298/94, que prevê que "a preservação e o uso racional e sustentável das FLONAS, consentâneas com a destinação e os objetivos mencionados no art. 1º deste Decreto, far-se-ão, em cada caso, de acordo com o respectivo plano de manejo".

Ressalta-se, que a zona de mineração ocupa uma área de 104 mil hectares e é formada por 7 (sete) blocos distintos, os quais estão associados às 7 (sete) áreas existentes na Floresta Nacional de





Carajás que possuem Portaria de Lavra: Ferro da Serra Norte (27,20% da área), Ferro da Serra Sul (49,16%), Manganês do Azul (4,43%), Ouro/Cobre do Igarapé Bahia (12,28%), Ouro do Igarapé Águas Claras (2,38%), e Areia/Brita (0,79%).

Por conseguinte, o Decreto de Lavra 74.509/74 expedido pelo Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) ratifica e autoriza a atividade de mineração, destinando o local à atividade econômica em razão do interesse público.

Nesse aspecto, a Vale também preenche as condições estabelecidas no Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás, aprovado pelo IBAMA em 2004, em consonância com os Art. 3º e 4º do Decreto 2.486/98, que cria a essa UC, que estabelece:

"Art. 3º As atividades de pesquisa e lavra mineral realizadas pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e suas empresas coligadas e controladas, na Floresta Nacional de Carajás, devidamente registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM até a data da publicação deste Decreto, bem como a infra-estrutura existente, deverão ser integralmente consideradas no plano de manejo, sem que venham a sofrer qualquer solução de continuidade, observadas as disposições legais pertinentes."

"Art. 4º Para efeito do zoneamento ecológico-econômico da Floresta Nacional de Carajás, a superfície das áreas correspondentes aos direitos de pesquisa e lavra de depósitos minerais e a área necessária à infra-estrutura serão consideradas zonas de mineração, às quais deverá ser permitido o acesso por estrada de ferro ou de rodagem, respeitadas as disposições legais pertinentes."

Devido às várias e marcantes vantagens e oportunidades oferecidas pelos projetos de mineração, atendendo a todos os pré-requisitos legais e, principalmente, à diligência e razoabilidade nas análises e concessões de licenciamento ambiental, que sempre foram características dos órgãos em epígrafe, a Vale apresenta sua proposta de TR e demais anexos, para o EIA/RIMA do Projeto Ferro Carajás S11D em conformidade com os termos da Instrução Normativa 184/08, da Lei 6.938/81, das Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97, em observância as exigências e requisitos impostos em lei e pelo órgão competente.

A agilidade nas análises do licenciamento ambiental e nas concessões das licenças está diante de um novo contexto. A realidade de crise econômica, identificada para o ano que se inicia, pela gravidade já anunciada por especialistas e comprovada por indicadores macroeconômicos, impõe novas reflexões, pelos impactos sociais que terá nas regiões da periferia mundial, provocando retração nos negócios e nos postos de trabalho.

A Vale, no adequado e seguro direcionamento de seus negócios e nos limites da legislação, vêm enfatizar esses fatos a V.Sa. e, ao mesmo tempo, evidenciar que não pode, em absoluto, prescindir de apoio governamental para prosseguir nos seus investimentos e, assim, também contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Certa do pronto atendimento a esse pleito, a Vale coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Juliana Cota
Juliana Carneiro Cota
 Líder de Projetos e Estudos Regionais Ferrosos

Anexo 5 - Ata da reunião entre IBAMA, ICMBIO e MMA sobre projeto S11D.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Mineração e Obras Civis

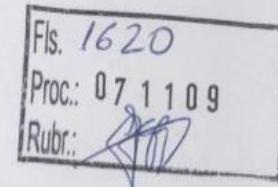


Memória de Reunião

Data: 19/6/2012

Assunto: Projeto Ferro Carajás S11D

Participantes: Representantes do Ibama, ICMBio e MMA (lista em anexo)



A reunião começou com a apresentação dos participantes. Logo em seguida a Sra Marília Marreco solicitou que fosse informado a situação do processo de licenciamento do Projeto ferro Carajás S11D. Os analistas ambientais do Ibama informaram que o EIA do projeto teve o aceite em agosto de 2012 e que antes disso havia sido proposto um projeto para toda a Serra Sul, na Flona de Carajás. Também foi informado sobre a situação do licenciamento ambiental do Terminal Ferroviário do Sudeste do Pará. Os representantes do ICMBio informaram que foram feitos vários questionamentos sobre o desmembramento do licenciamento ambiental das várias estruturas que compõem o Projeto ferro Carajás S11D. Marília questionou o porque da Licença Prévia da ferrovia ter saído antes da licença da Mina. Após este instante, foi informado a situação/andamento do licenciamento do S11D, as questões suscintas relacionadas ao primeiro parecer técnico (nº 73/2011), o segundo parecer (nº 40/2012) e os pareceres individuais desta etapa. Segundo a reunião foi informado e destacado a questão da importância da Savana Metalófila e da condicionante acerca do “Área Mínima de Canga” da licença do Ferro. Foi discutido e afirmado pela Marília que não é possível deixar minerar na Flona sem que haja a delimitação efetiva de uma área mínima de canga, com funcionalidade ecológica garantida. Em seguida foi explicado qual seria a proposta da equipe técnica do Ibama para garantir a viabilidade das lagoas perenes do bloco D da Serra Sul, explicando todas as discussões prévias as análises e debates acerca deste licenciamento. Destacou ainda a importância ecológica e funcional das lagoas, da fauna associada e das cavernas no entorno. Logo após o Bruno Sânder esclareceu as questões ligadas a flora endêmica e nova para ciência, restritas ao bloco D e sobre a atual situação pós complementação e novos levantamentos. Joselir deu continuidade a explicação e justificou a proposta de preservação de toda porção ao redor das lagoas, tendo como borda mínima 500 m (área sob efeito de borda) e da área de contribuição destas lagoas. Em seguida as analistas Valquirias e Ariana destacaram as pendências relacionadas as cavernas. Acerca dos “Estudos de área Mínima de Canga” Jorge e Eugênio esclareceram que a Vale vem apresentando os resultados, mesmo que parcialmente, possivelmente pela complexibilidade do projeto. Ainda foi discutido a possibilidade de se dar um prazo final para entrega dos resultados finais deste estudo. Marilia sugeriu em se dar um prazo improrrogável. Finalizando, foi acordado que os analistas do Ibama e do ICMBio irão trocar informações acerca deste projeto, principalmente no que tange aos pareceres recém entregues. O coordenador Jorge Luiz entregou a representante do ICMBio, Fernanda Bucci, os documentos “resposta ao Parecer 40/2012” - Parte 1- Meio Biótico e o relacionado as cavernas. Ficando acordado de serem entregues os demais estudos complementares. O encaminhamento final foi, segundo Eugênio, que seria avaliado as questões restritivas e impeditivas relacionadas ao projeto, Jorge complementou dizendo que ainda está pedente a autorização do ICMBio, ficando combinado de o Ibama apresentar um posicionamento no dia 20/6/12 (quarta-feira), se possível. A reunião foi finalizada.

Anexo 6 - Laudo Técnico DNPM sobre expansão da área de servidão minerária do Projeto S11D



Departamento Nacional de Produção Mineral



Ministério de Minas e Energia

LAUDO TÉCNICO PARA INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO

REF. DNPM: 813.684/1969 (Decreto de Lavra nº 74.508/1974)

O DIRETOR-GERAL DO DNPM atesta para os efeitos previstos nos artigos 59 e 62 do Decreto-Lei n.º 227, de 28/02/67, alterado pelo Decreto-Lei n.º 318, de 14/03/1967 e Lei n.º 9.314, de 18/11/1996 e artigos 81 a 85, do Regulamento do Código de Mineração (Decreto n.º 62.934, de 02/07/1968), que a empresa VALE S/A, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 671, 7º Andar. Bairro Funcionários. Município de Belo Horizonte – MG, autorizada a funcionar como empresa de mineração pelo Decreto n.º 12.394 publicado na DOU de 14/03/1943, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 33592510/0001-54, com Grupamento Mineiro n.º 43/1979 e autorizado e publicado no DOU de 03/04/1979, o qual o processo DNPM 813.684/1969, com DL n.º 74.508 de 06/09/1974 é parte integrante, e autorizada a lavrar minério de ferro no lugar denominado Serra dos Carajás, Municípios de Curionópolis – PA, Água Azul do Norte – PA, Canaã dos Carajás – PA e Parauapebas – PA está requerendo que sejam constituídas 03 (três) servidões de solo conforme páginas nº 2981 a 3021. Na conformidade do parecer exarado por técnicos da Superintendência do DNPM/PA no processo supracitado, é necessária a instituição de 03 (três) áreas de servidão, que serão constituídas da seguinte forma:

A área de servidão de solo (1) é uma área destinada à construção das seguintes instalações: pilha de minério, pilha de estéril, usina, mina e instalações de apoio à operação de mina, com 29.315,45 há de área o memorial descritivo consta nas páginas nº 2985, 2986, 2993 e 2994. A relação dos superficiários os quais a área de servidão interferirá com suas posses consta nas páginas nº 3017 a 3020 e em planta na página nº 2993. A poligonal do processo em questão contém partes dessa futura servidão, que também devido sua extensão, interferirá com outras poligonais de diversos títulos minerários como demonstrado em planta na página nº 2994.

A área de servidão de solo (2) é uma faixa de domínio para uma linha de transmissão de energia elétrica, com extensão de 17.914,583 m, o memorial descritivo, consta nas páginas nº 3005, 3006, 3009 e 3010. A relação dos superficiários com os quais a área de servidão interferirá com suas posses consta na página nº 3003 e em planta na página nº 3009. A poligonal do processo em questão contém parte dessa futura servidão que também, devido sua extensão, interferirá com outras poligonais de diversos títulos minerários como demonstrado em planta na página nº 3010.

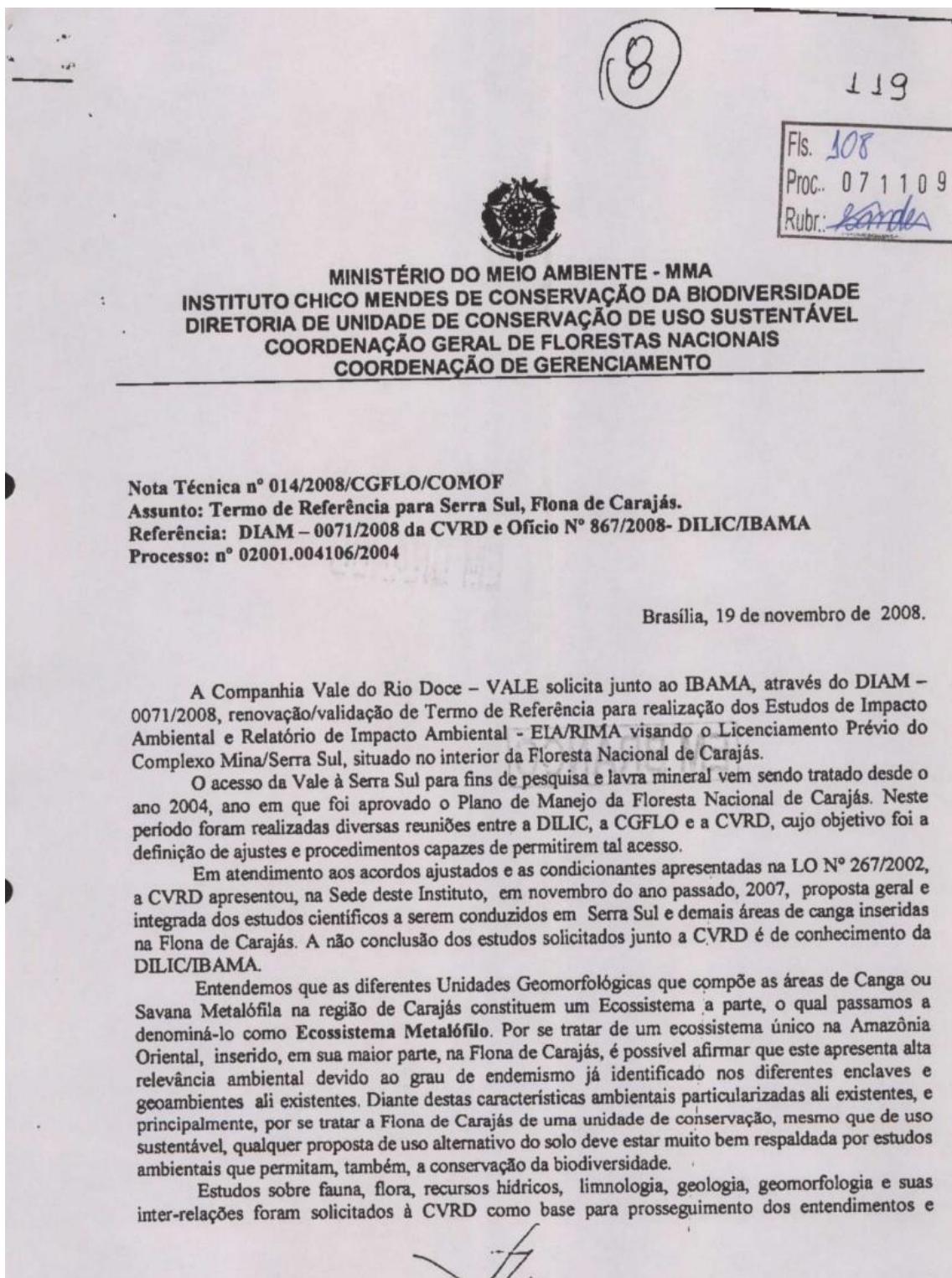
A área de servidão de solo (3) é uma faixa de domínio para uma estrada que ligará a lotarona da Vila Planalto até a portaria da mina, com extensão de 13.055,196 m, o memorial descritivo, consta nas páginas nº 2999 a 3002. A relação dos superficiários com os quais a área de servidão interferirá com suas posses consta na página nº 2997 e em planta na página nº 3011. A poligonal do processo em questão contém parte dessa futura servidão que também, devido sua extensão, interferirá com outras poligonais de diversos títulos minerários como demonstrado em planta na página nº 3008.

As áreas de servidões de solo serão utilizadas para permitir o bom funcionamento da mineração em superfície da mineradora e de terceiros permitindo inclusive a implantação de obras de controle ambiental e segurança dos trabalhos.

Brasília, 25 de 01 de 2013.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA
Diretor Geral do DNPM

Anexo 7 - Nota técnica do ICMBIO negando a aprovação do TR do projeto S11D



Fls. 109
 Proc. 07111
 Rubr. Sander

tomada de decisão quanto ao licenciamento ambiental para fins de lavra mineral em Serra Sul. Desde 2004 a CVRD tem apresentado propostas e conduzidos estudos ambientais na região de Serra Sul e demais áreas de canga situadas no interior da Flona de Carajás. Os Resultados parciais apresentados tem confirmado a relevância ambiental daquele ecossistema, no qual se inclui todas as áreas de canga e seus geoambientes situados na região de Carajás. Estes estudos, mesmo que parciais, já orientam para a necessidade de proteção e conservação do "Ecossistema Metalófilo", mesmo que em parte. Porem, até o presente, ainda não há conhecimento suficiente para permitir a devida tomada de decisão quanto ao processo autorizativo da atividade de mineração em Serra Sul, parte constituinte do Ecossistema Metalófilo situada na Flona de Carajás. Destaca-se nesta questão as particularidades intrínsecas a Serra Sul quando comparada com as demais Unidades Geomorfológicas como Serra do Rabo, Serra do Tarzan, Serra Leste e Serra Norte.

No workshop realizado em Brasília nos dias 18/06 e 19/06/08, a VALE apresentou a 1ª Aproximação dos Estudos de Similaridade das Paisagens de Savana Metalófila, como parte do Projeto Área Mínima de Canga. No citado workshop ficou esclarecido que os estudos se dariam em três etapas com duas excursões de campo ao ano sendo uma no período de estiagem e outra no período das chuvas. Assim, os estudos deverão ser concluídos até 2011.

Após a apresentação dos estudos parciais, no workshop realizado, foram criados três grupos temáticos: um para discutir o meio físico e outros dois para discutir o meio biótico flora e o meio biótico fauna. O objetivo foi identificar as necessidades de ajustes das pesquisas em desenvolvimento visando os assegurar resultados necessários para tomada de decisão quanto ao propósito da liberação da atividade mineração e a conservação de parte da área de canga. As propostas dos Grupos de Trabalhos estão na Ata do Workshop, anexa. Os estudos apresentados e discutidos no workshop foram encaminhados pela VALE ao ICMBio e IBAMA no dia 30/06/08 através da CE CVRD/EXT/GALNF/091/2008, de 30/06/2008.

Quanto ao novo pleito da CVRD

Inicialmente esclarecemos que esta CGFLO/COMOF desconhece qualquer Termo de Referência já emitido anteriormente para início do EIA/RIMA de Serra Sul conforme exposto pela VALE no item 1 do documento DIAM - 0071/2008. Houve, na verdade, uma proposta de TR proposto pela Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a qual foi encaminhada ao ICMBio pelo Ofício Nº 1022/2007 - DILIC/IBAMA. Em resposta esta CGFLOR/COMOF se manifestou de forma contraria, através da Nota Técnica nº 01 /CGFLO/COMOC, de 02 de Janeiro de 2008. Os motivos estão devidamente explicitados na citada Nota Técnica. O TR de 2004 a que a VALE se refere trata da ampliação das atividades de lavra de minério de ferro da mina de NS, uma das minas que integram o escopo da LO IBAMA 267/2002, referente ao Complexo Minerador de Carajás.

Quanto ao item 3 do documento DIAM - 0071/2008, os estudos sobre a "Savana Metalófila" solicitados para balizar a tomada de decisão, por parte deste ICMBio e IBAMA, referente ao processo de licenciamento de Serra Sul e demais áreas de canga já haviam sido solicitados desde 2002, conforme consta na condicionante 2.6 da Licença de Operação Nº 267/2002 e repetidas quando de sua renovação em 2004, condicionantes 2.34 e 2.35, Processo: nº 02001.004106/2004.

Não há dúvida de que o não recebimento, em tempo hábil, das devidas autorizações para captura, coleta e transporte de fauna tenha prejudicado o andamento das pesquisas solicitadas pelo próprio IBAMA e ICMBio. Este empecilho identificado no item 5 da DIAM - 0071/2008 foi

J.J.

Fls. 110
Proc. 0711.4
Rubr. *Sondas*

devidamente solucionado junto ao Setor de Fauna do IBAMA. Analistas Ambientais daquele setor informaram que o atraso se deu devido a não complementação de informações por parte de alguns pesquisadores indicados para desenvolver os estudos previstos.

Nos estudos apresentados no workshop de julho/08 e, após as discussões dos grupos de trabalho, ficou evidente que aqueles resultados parciais necessitariam de complementação e novas campanhas de campo, com vistas a uma análise mais acurada e a devida tomada de decisão, vide Ata anexa, bem como as conclusões dos estudos apresentados. Desta forma, as considerações apresentadas no item seis (6) do expediente DIAM - 0071/2008, não são suficientemente consistentes e são postas de forma açodada.

Quanto aos estudos “1ª Aproximação dos Estudos de Similaridade das Paisagens de Savana Metalófila, como parte do Projeto Área Mínima de Canga”, apresentados pela VALE destaca-se a carência, nos capítulos Resultados e Discussão, de análise comparativa com estudos já realizados anteriormente, os quais tem sido desenvolvidos na Serra de Carajás desde a década de 80 enfocando fauna, flora, geologia, entre outros. Os estudos anteriormente desenvolvidos possuem informações valiosas que poderão, em maior ou menor grau, contribuir no processo de discussão e interpretação dos resultados das pesquisas em desenvolvimento.

A proposta de autorizar o inicio dos estudos de EIA/RIMA somente para o Corpo D de Serra Sul, conforme item 8 do expediente DIAM - 0071/2008, é temerário e descabido. Isto porque a Serra Sul apresenta-se como uma unidade geomorfológica única onde, já foram identificados 04 geoambientes (1º nível) e 10 geofácies (2º nível), os quais compõe uma mesma paisagem, vide figura anexa. A divisão em blocos A, B, C e D é apenas um artifício e um método da área de pesquisa mineral da VALE adotado para o desenvolvimento de suas atividades. Portanto, não podemos tratar o Licenciamento Ambiental para Serra Sul como esta se apresentasse de forma descontínua ou segmentada em quatro blocos distintos, como proposto. Por se tratar de uma unidade geomorfológica continua seu Licenciamento, quando permitido, deverá ser único.

Por outro lado, esta Coordenação Geral de Florestas Nacionais - CGFLO, em 2006 já se manifestou sobre o assunto, onde, de forma transparente mantém sua posição em relação a execução de qualquer atividade de pesquisa ou lavra mineral na região denominada de Serra Sul, conforme pode ser verificar nos autos do Processo Nº 2001.004106/2004-30, fls.: 108; 110 a 155; 250 a 255; 258 a 260; 303 a 322 e considerando, ainda, o que consta no Plano de Manejo da Flona de Carajás, como pode ser verificado na cópia parcial fls. 270 a 291, e Encaminhamento de 12/01/2006, do Coordenador Geral da CGFLO.

Diante do exposto MANTENHO minha posição já manifestada na Nota Técnica nº 01 /CGFLO/COMOC, de 02 de Janeiro de 2008. Isto é, a decisão de autorizar, ou não, o inicio dos processos de Licenciamento Ambiental para Serra Sul só será possível após a conclusão dos estudos em desenvolvimento.

Submeto a Coordenação Geral de Florestas Nacionais a apreciação da decisão acima tomada referente ao pleito da Companhia VALE solicitada através do expediente DIAM - 0071/2008, e encaminhado pelo Ofício Nº 867/2008- DILIC/IBAMA de 23 de outubro de 2008.

Jaime Andrade França
Analista Ambiental
ICMBio

Anexo 8 - Despacho Incra nº 050/2016

0502 - 17/07/2016
CARIOCA

Assunto: VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CANAÁ DOS CARAJÁS/PA.
Processo: 54600.001037/2016-91

DESPACHO N° 050/2016

À DIVISÃO FUNDIÁRIA/SR-27,

Em atendimento ao item 2 do Ofício/Memorando - DOC: 20160270425002, que solicita quais as frações integrantes da Fazenda São Luis (croqui anexo), pertencem a União ou que já foi destacado do patrimônio público, devendo esclarecer se existe questionamento administrativo a respeito de vícios na concessão de quaisquer das áreas outorgadas a particulares, informando sua precisa localização e qual a situação do bem, esta Cartografia tem a informar que:

1. Primeiramente avisamos que a demora no atendimento da resposta, deve-se a ocupação do INCRA pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocorrida nos dias 21/07 a 12/08, que causou um acúmulo no atendimento dos ofícios dos órgãos estaduais e federais;

2. A fazenda São Luis, segundo nosso levantamento, é formada pelo complexo de fazendas e lotes (quadra 41) titulados pelo extinto GETAT conforme a tabela abaixo:

N.º	IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	ÁREA (ha)	OBS.
1	FAZ SÃO GERALDO	GERALDO QUEIROZ	353,3587	TD 129 871/96
2	FAZ NOVA ESPERANÇA	MARIA SELMA COUTINHO DA COSTA	469,4151	TD N° 129 869/96
3	FAZENDA ITÁIA	ROBERTO BONDI	475,0787	TD 129 868/96
4	FAZ UNIÃO	CRISTOVÃO FILHO	450,0000	CPCV
5	FAZ OLINDA	DERMIVAL PEREIRA GODOY	493,6430	TD N° 129 872/96
6	FAZ POMPEIA	MILTON CARRION	473,7612	TD 129 870/96
7	FAZ BOA ESPERANÇA	EPAMIMONDAS ANDRADE DA MOTA	1.242,2853	TD N° 100 043/91
8	FAZ BASILEIA	SINESIO BASILIO SOBRINHO	237,6624	TD N° 833
9	FAZ SÃO LUIZ	LÁZARO JOSE VELOSO	2.763,3734	TD
10	FAZ RIO BRANCO	MARIA DE LOURDES GARCIA	2.939,0997	TD
11	FAZ BELEM	ERIVALDO SOARES DOS SANTOS	483,3956	TD
12	FAZ CÓRREGO D'ÁGUA	IRONMAR SANTOS NEVES	941,9181	TD
13	LOTE 01	GESSY CARLOS DE ALMEIDA	514,2262	TD
	FAZ HALEY	FÁTIMA LÚCIA COUTINHO DA COSTA	1.659,1413	TD
		TOTAL	13.499,3587	

1	QUADRA 41	LOTE 13	61.4705	TP 071522
2	QUADRA 41	LOTE 14	53.8136	TD

Scanned by

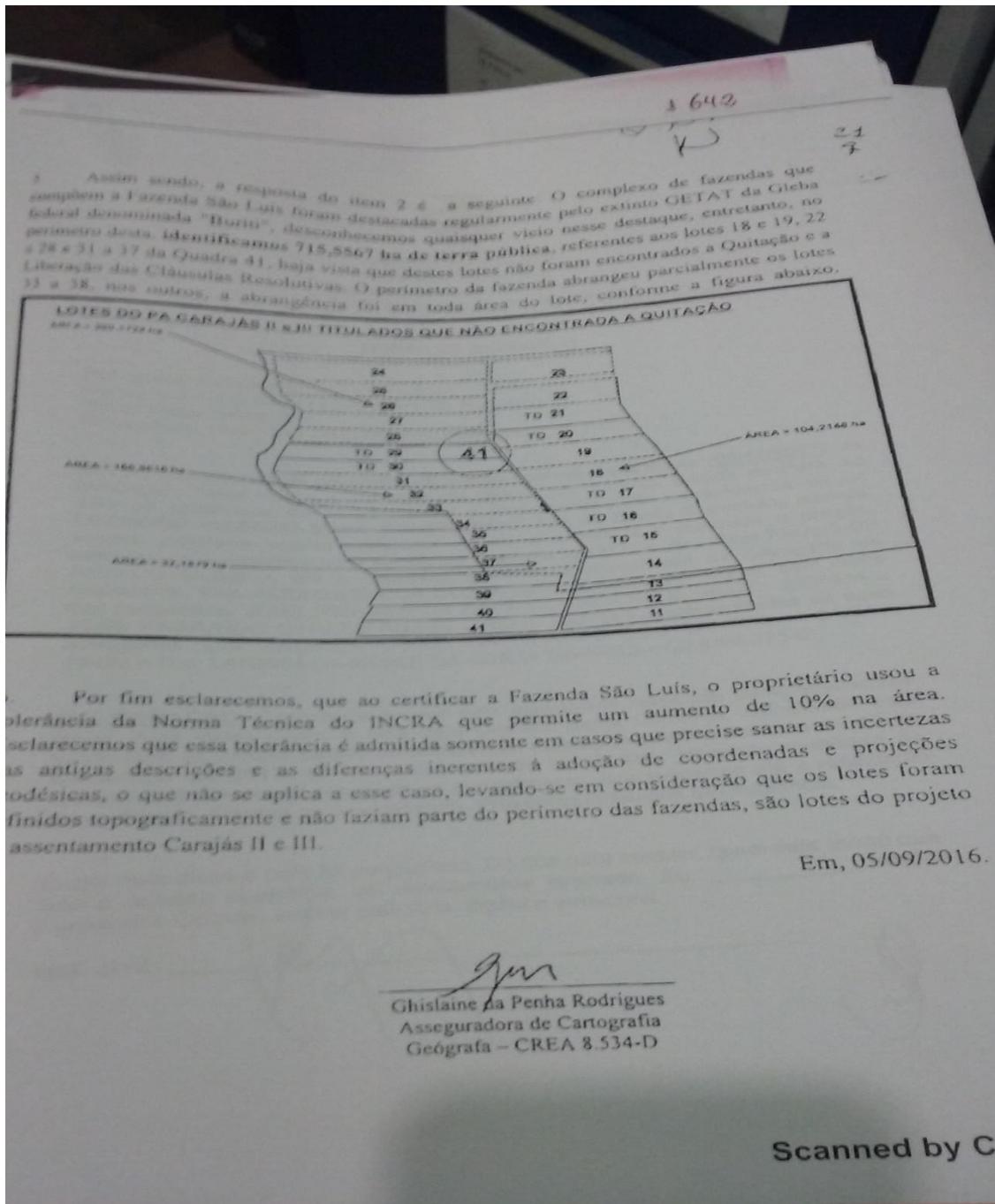
3 QUADRA 41	LOTE 15	50.1918	TD
4 QUADRA 41	LOTE 16	52.7381	TD
5 QUADRA 41	LOTE 17	57.6737	TD N° 541
6 QUADRA 41	LOTE 18	59.6496	POSSE
7 QUADRA 41	LOTE 19	51.3232	POSSE
8 QUADRA 41	LOTE 20	47.8405	TD N° 528
9 QUADRA 41	LOTE 21	46.4652	TD N° 487
10 QUADRA 41	LOTE 22	45.6647	POSSE
11 QUADRA 41	LOTE 23	45.8194	POSSE
12 QUADRA 41	LOTE 24	72.8969	POSSE
13 QUADRA 41	LOTE 25	61.7996	POSSE
14 QUADRA 41	LOTE 26	54.0997	POSSE
15 QUADRA 41	LOTE 27	47.7803	POSSE
16 QUADRA 41	LOTE 28	47.9903	POSSE
17 QUADRA 41	LOTE 29	51.8135	TD N° 491
18 QUADRA 41	LOTE 30	51.8840	TD N° 479
19 QUADRA 41	LOTE 31	52.3726	TD N° 549
20 QUADRA 41	LOTE 32	53.9690	POSSE
21 QUADRA 41	LOTE 33	51.6162	POSSE
22 QUADRA 41	LOTE 34	50.6587	POSSE
23 QUADRA 41	LOTE 35 (PARTE)	49.0417	TD
24 QUADRA 41	LOTE 36 (PARTE)	50.0223	TD
25 QUADRA 41	LOTE 37 (PARTE)	52.8808	POSSE
26 QUADRA 41	LOTE 38 (PARTE)	35.3974	TD
27 QUADRA 41	LOTE 39 (PARTE)	43.0625	TD
28 QUADRA 32	LOTE 1	79.5952	POSSE
29 QUADRA 32	LOTE 2	52.6484	TD
30 QUADRA 32	LOTE 3	48.4796	POSSE
31 QUADRA 32	LOTE 4	49.7360	TD
32 QUADRA 32	LOTE 5	54.4136	TD
TOTAL		1.674.3886	

Dessa forma as fazendas tituladas totalizam 13.499,3587 ha; os lotes titulados e titulados somam 860,5834 ha e os lotes que não encontramos a titulação totalizam 813.8052

Em levantamento junto ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, encontramos os imóveis certificados. Estes compõem o perímetro da Fazenda São Luis, e abrange os imóveis das tabelas 1 e 2. Informamos que os lotes da Quadra 41 foram certificados conjunto como fazenda São Luis, ficando apenas o lote 14 fora do perímetro:

ELA 3 - IMÓVEIS CERTIFICADOS NO SIGEF	FAZENDA	ÁREA (ha)	PROPRIETÁRIO
BOA ESPERANÇA		1.818,9566	ESPÓLIO DE LÁZARO JOSÉ VELOSO
GODOY		557,1148	SABRINA ALMEIDA VELOSO
TÁLIA		1.756,1269	SABRINA ALMEIDA VELOSO
RIO VERDE		451,5897	ESPÓLIO DE OENISON MARIANO SOARES
JOÃO LUIZ		10.922,0118	ESPÓLIO DE LÁZARO JOSÉ VELOSO
OTAL		15.505,7998	

Scanne



Anexo 9 - Solicitações de documentos



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Marabá, 10 de abril de 2019

Ao Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA-SR (27)

Prezado Senhor ,

Sou professora na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, atualmente licenciada para cursar o doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desenvolvo pesquisa sobre a região, particularmente sobre a implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, buscando identificar nesse processo a relação de conflitos e confluências existente entre o Estado e a Vale, que possibilitou a conformação deste que é o maior projeto de mineração de ferro do mundo e da história da empresa.

Em virtude do exposto, gostaria de solicitar deste órgão os seguintes documentos:

- 1) Ata de reuniões do INCRA, referente ao processo de desapropriação da área referente a antiga vila Mozartinópolis, no município de Canaã dos Carajás.
- 2) O documento de criação do Projeto de Assentamento União Américo Santana.
- 3) Processo de desafetação e reassentamento dos assentados do Projeto de Assentamento Cosme Damião.
- 4) Documento de criação do projeto de Assentamento Nova Jerusalém
- 5) Localização da área titulada pela empresa Vale no município de Canaã dos Carajás.

Desde já meus agradecimentos pela disponibilidade de contribuir com este trabalho. No mais colo-me a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Contentte



Marabá, 22 de julho de 2019

A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

Prezado(a) Senhor (a),

Sou professora na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, atualmente licenciada para cursar o doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desenvolvo pesquisa sobre a região, particularmente sobre a implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, buscando identificar nesse processo a relação de conflitos e confluências existente entre o Estado e a Vale, que possibilitou a conformação deste que é o maior projeto de mineração de ferro do mundo e da história da empresa.

Em virtude do exposto, gostaria de solicitar deste órgão as atas disponíveis de sessão da Câmara entre os anos de 2013-2016.

Desde já meus agradecimentos pela disponibilidade de contribuir com este trabalho. No mais colo-me a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Contente

Formulário para pedido de acesso à informação
Pessoa natural



Dados do requerente - obrigatórios

Nome: Simone Cristina Contente Padilha

CPF: 391.731.272-72

Endereço físico: Rua Natal, 30

Cidade: Marabá **Estado:** Pará

CEP: 60502340

Endereço eletrônico (e-mail): simonecontente@bol.com.br

Dados do requerente – não obrigatórios

ATENÇÃO: Os dados não obrigatórios serão utilizados apenas de forma agregada e para fins estatísticos.

Telefone (DDD + número): (94) 981397916

Endereço eletrônico (e-mail): simonecontente@bol.com.br

Sexo: Masculino Feminino

Data de nascimento: 09/11/1971

Escolaridade (completa)

Sem instrução formal
 Ensino superior

Ensino fundamental
 Pós-graduação

Ensino Médio
 x Mestrado/Doutorado

Ocupação principal

Empregado - setor privado
 Jornalista
 Estudante
 Membro de partido político
 Representante de sindicato
 Outras

Profis. Liberal/autônomo
 Pesquisador
 Professor
 Membro de ONG nacional
 Membro de ONG internacional
 Nenhuma

Empresário/empreendedor
 Servidor público federal
 Servidor público estadual
 Servidor público municipal

Especificação do pedido de acesso à informação

Órgão/Entidade Destinatário(a) do Pedido:

Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM

Forma preferencial de recebimento da resposta:

Correspondência eletrônica (e-mail)

Correspondência física (com custo)

Buscar/Consultar pessoalmente

Especificação do pedido:

1. Títulos minerários e requerimento de lavra concedidos a Vale S/A no município de Canaã dos Carajás Estado do Pará.
2. Área de servidão minerária concedida a Vale S/A para o projeto S11D



Marabá, 10 de agosto de 2019

A SEMA

Prezado(a) Senhor (a),

Sou professora na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, atualmente licenciada para cursar o doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desenvolvo pesquisa sobre a região, particularmente sobre a implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, buscando identificar nesse processo a relação de conflitos e confluências existente entre o Estado e a Vale, que possibilitou a conformação deste que é o maior projeto de mineração de ferro do mundo e da história da empresa.

Em virtude do exposto, gostaria de solicitar deste órgão os seguintes documentos:

1. O processo de licença das instalações de apoio do Sudeste Paraense (alojamento), vinculado ao projeto S11D, LO de número 5987/2011.
2. O processo de licença do sistema de Transmissão S11D. LO 8438/2014
3. O processo de licenciamento da rodovia VL 40 (rodovia de acesso ao projeto Sossego e S11D em Canaã dos Carajás). LI 1609/2011, 1610/2011, 1467/2011 e LO 9058/2015
4. O processo de licenciamento do posto de abastecimento. LI 2127/2014 e LO 9311/2015 e 4347/2010.
5. O processo sobre o Distrito Industrial de Canaã dos Carajás. Processo de número: 2010/0000025400

Desde já meus agradecimentos pela disponibilidade de contribuir com este trabalho. No mais colo-me a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Contente

De: Simone Cristina Contente Padilhe
 Para: DILIC / IBAMA

28/05/2019

MMA/IBAMA/GEREX/MB/PA	Socorro
Processo:	5385229
Data:	28.06.2019

Prezado Sr(a):

Sou pesquisadora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, realizando tese de doutorado no programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura - CPDA / UFRJ. Minha tese versa sobre o projeto SIIID da empresa Vale S/A em Canaã dos Carajás.

Dessa forma, solicito à esse órgão os registros das audiências públicas do projeto SIIID (anexo ao EIA/Rima do projeto), que está no protocolo do IBAMA nº 02001.003258/2011-44 de 13 de Janeiro de 2011. Também solicito outro anexo referente ao Plano diretor do Projeto SIIID.

Certa de contar com vossa colaboração, desde já meus cordiais agradecimentos.

Manaus, 28 de junho de 2019

Simone B. Contente Padilhe

CJ-2009334
 CPF. 391731272-72



Marabá, 22 de agosto de 2019

A SINE Canaã dos Carajás

Prezado (a) Senhor (a),

Sou professora na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, atualmente licenciada para cursar o doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desenvolvo pesquisa sobre a região, particularmente sobre a implantação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, buscando identificar nesse processo a relação de conflitos e confluências existente entre o Estado e a Vale, que possibilitou a conformação deste que é o maior projeto de mineração de ferro do mundo e da história da empresa.

Em virtude do exposto, gostaria de solicitar deste órgão os seguintes documentos:

1. Relatórios de posto de produção do Sine, entre os anos de 2008-2017
2. Banco de dados sobre mão-de-obra formada e aproveitada para o projeto S11D.
3. Banco de dados de empresas ativas e desativadas, entre os anos de 2008-2017

Desde já meus agradecimentos pela disponibilidade de contribuir com este trabalho. No mais colo-me a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Contentte

ANEXO 10: ROTEIRO DE ENTREVISTAS⁷⁶

10.1 Atores do Estado

Modelo 1: Governo

1. Trajetória da Informante até assumir o cargo
2. Quando no cargo, quais os principais debates, sobre a questão mineraria que você enfrentou?
3. Como você pode descrever a relação da Vale com o governo?
4. Como o governo acompanhou as ações de implantação do projeto S11D?
5. Quais principais demandas relacionadas a esse projeto, que foram encaminhadas para o governo? Quem as trazia?
6. Em que medida o governo atendeu essas demandas?
7. O projeto S11D, de alguma forma forçou uma interação com outras instâncias de governo (municipal, estadual e nacional) e órgãos públicos? Cite exemplos?
8. A empresa Vale chegou a procurar o governo para discutir sobre o projeto S11D? Se sim, explice em que condição (reunião privada, Fóruns públicos, dentre outros).
9. Como o governo acompanhou o processo de licenciamento ambiental para autorização de instalação do projeto?
10. Saberia informar se houve algum programa governamental de aquisição de terras, ou desapropriação, por conta do projeto S11D em Canaã dos Carajás?
11. O que você atribui o fato do projeto ALPA laminados ter refluído, quando se pressupunha como projeto importante de desenvolvimento para região Sudeste do Pará?
12. Durante seu mandato, você acompanhou, os debates em torno do novo marco legal da mineração (Novo Código da Mineração)? De que forma?
13. O que você acha do aumento da CEFEM cobrada pela exploração minerária no país, e seu recente aumento de sua taxa de royalties de 2% para até 3,5%? Você saberia informar como a Vale reagiu a esse aumento?

⁷⁶ Esse é um roteiro base. A dinâmica de cada entrevista poderia conduzir para outras questões.

14. Você acha justo a forma de distribuição da CEFEM, entre a Nação, Estados e Municípios, por que?
15. Quais estratégias de gestão de gastos desses recursos que têm sido implementadas pelo governo? Qual a dificuldade enfrentada para utilização desse recurso?
16. Você saberia informar sobre as ações da Frente Parlamentar de Mineração do Estado do Pará, constituída em 2012?
17. Você saberia informar algumas mudanças em leis (estadual ou municipal), que estiveram relacionadas com a mineração?
18. Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados pelo Estado do Pará e município de Canaã, em relação a atividade mineraria em seu território?

Modelo 2: Funcionário público

1. Conte sobre as ações do órgão, o tempo que você atua no cargo, sua função, etc.
2. Você é capaz de informar sobre a vocação agrícola e estrutura fundiária do município de Canaã antes da chegada da mineração? (exclusivo para órgãos agrários)
3. Qual o balanço da forma de gestão compartilhada entre o órgão e a Vale na Flona Carajás? (exclusivo para ICMBIO)
4. O que mudou no trabalho do órgão dentro dessa nova dinâmica econômica da mineração no município de Canaã?
5. O órgão acompanhou, de alguma forma, o processo de implantação do projeto S11D? Se sim, explice o nível de acompanhamento.
6. Você saberia informar se existe alguma forma de parceria do órgão com a prefeitura de Canaã que surgiu a partir da demanda da mineração?
7. O município de Canaã tem enormes extensões de áreas formadas por projetos de assentamento. Você observou algum tipo de impacto nessas áreas pós a chegada da mineração? Se sim, que tipo? (exclusivo para órgãos agrários)
8. Como você observa a dinâmica dos processos de assistência técnica e regularização fundiária no município a partir dos anos 2000? (exclusivo para órgãos agrários)

9. Como o órgão acompanhou os processos de desapropriação e reassentamento dos moradores da vila Mozartinópolis?
10. Como você avalia o processo do licenciamento ambiental do projeto S11D?
11. Você sentiu alguma forma de pressão da empresa sobre o órgão, por conta do licenciamento ambiental? (exclusivo pra órgão ambiental)
12. Você participou das audiências públicas sobre o projeto? Se sim comente sobre elas?
13. Você acha que houve alguma mudança na forma de implantação do projeto S11D para o anterior, o projeto Sossego? (tais como: relação com a comunidade, impactos ambientais, etc)
14. Qual sua opinião sobre o processo de compensação ambiental do projeto S11D, que resultou na formação da Parna dos Campos ferruginosos?
15. Foi efetivado pela justiça, um termo de acordo entre a Vale com ocupantes nas áreas da Serra da Bocaína, para reassentamento dessas famílias, que deveria ser mediado pelo INCRA. Como anda esse processo? (Exclusivo ao INCRA)
16. Como se dá a relação do órgão com organizações da sociedade civil no município?
17. Como se dá a relação do órgão com a Vale?
18. O que você acha do pedido da Vale para configuração de um CAR específico para mineração? (exclusivo para órgãos ambientais)
19. Como legislação ambiental pude as mineradoras em caso de desmatamento ilegal? (exclusivo para órgãos ambientais)
20. Você acha que pode haver uma nova dinâmica produtiva ligada a agricultura e pecuária no município, mesmo com a grande mineração? Se sim, em que sentido?

Modelo 3: Judiciário

1. Explanar sobre sua experiência na Vara
2. Quais os municípios atendidos na sua instância?
3. Explicite sobre a demanda para Vara, de conflitos com a mineração
4. Você identifica algum tipo de distinção dos processos chegados na Vara, quando advindos de conflitos agrários com a mineração, em relação daqueles estabelecidos com fazendeiros?
5. O que está Vara tem acompanhado de processos agrários com posseiros em Canaã dos Carajás?

6. Como se deu o acompanhamento pela Vara, do processo em torno dos conflitos fundiários gerados na Serra da Bocaina, área doada pela Vale, como condicionante ambiental do projeto S11D?
7. Na sua experiência como juiz você saberia informar se a mineração trouxe para região uma nova questão agrária? Se sim, em que sentido?

10.2 Atores patronais.

Modelo 1:Organizações patronais regional e local

1. Fale um pouco de sua trajetória até chegar a sua gestão
2. Fale um pouco sobre essa organização: data de fundação, objetivos e sua importância para o cenário regional
3. Para você como a atividade minerária tem fomentado a economia na região?
4. Fale sobre a relação da sua organização com a Vale
5. Qual a expectativa gerada no seio da organização, quando da notícia de instalação do projeto S11D na região?
6. Como vocês acompanharam o processo de implantação do projeto S11D?
7. Vocês participaram das audiências públicas que aconteceram por conta do projeto S11D?
8. Como se deu o envolvimento de fornecedores locais com as demandas do projeto? (exclusivo para associação comercial)
9. E você acha que esses projetos minerários têm favorecido o produtor agropecuarista do município? De que forma?
10. O que você acha da CEFEM cobrada pela exploração minerária no país, e seu recente aumento de sua taxa de royalties de 2% para até 3,5%?
11. Você acha que esses recursos da CEFEM têm servido ao município?
12. Qual a visão sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento, recentemente criado no município?
13. Quais as principais dificuldades que as atividades ligadas a seu órgão tem enfrentado?
14. Recentemente foi inaugurado uma área chamada de Distrito Industrial em Canaã? Que você acha desse projeto?

15. Quais as principais demandas do seu órgão para o poder público local, estadual e Federal?
16. Na sua opinião, o que precisa se fazer no município para o fortalecimento da agricultura e pecuária? O PROCAMPO, seria uma solução?
17. Como você avalia o aumento do preço da terra (urabana e rural) no município a partir da chegada da mineração?
18. Você acredita na possibilidade de desenvolvimento regional advindo da mineração?

Modelo 2: Vale⁷⁷

1. Fale um pouco sobre sua atuação na Vale e como você considera importante essa empresa para o cenário regional.
2. Qual o significado do projeto S11D para o município?
3. Você acompanhou a implantação do projeto S11D, no município de Canaã dos Carajás? Se sim, fale um pouco sobre os desafios enfrentados com essa experiência.
4. Como a Vale se relacionou com o IBAMA/ICMBIO aqui na região de Carajás durante o processo de licenciamento do projeto S11D e do ramal ferroviário?
5. Como tem sido a relação da Vale com a gestão do ICMBIO na Flona Carajás?
6. No EIA do ramal ferroviário (pg 105), a Vale fala de um programa de aquisição e negociação de terras, que seria implementado pela empresa, para combater o impacto causado pela especulação imobiliária. Você saberia informar sobre esse programa?
7. Como a Vale tem se relacionado com fornecedores locais para atender demanda relacionada ao projeto S11D? Quais os principais setores de atividade, fazem parte dessa demanda?
8. Um outro programa citado no mesmo EIA (pg 105), foi o de Monitoramento sócio-econômico e apoio ao desenvolvimento institucional. Você poderia informar sobre esse programa?
9. Como a Vale tem estabelecido seu relacionamento com a população local de Canaã, principalmente em relação a implantação do projeto S11D?

⁷⁷ Conforme exposto na Introdução da tese, não conseguimos efetivar a entrevista com a empresa Vale. Consideramos colocar aqui este roteiro, porque chegamos a enviar para empresa.

10. Que parcerias têm sido estratégicas no município, para relação com a comunidade local?
11. Como você descreve a relação da Vale com a prefeitura de Canaã?
12. Foi criado em Canaã um Fundo Municipal do Desenvolvimento econômico, que é um fundo de financiamento com juros subsidiados, garantido através do valor de 5% da arrecadação total do CEFEM do município. Qual a visão da Vale sobre essa iniciativa? Vocês têm participado do debate em torno desse Fundo, de que forma?
13. Para instalação do projeto S11D houve necessidade de deslocamento da Vila Mozartinópolis e do Projeto de Assentamento Cosme Damião, para outras áreas. Como a empresa acompanhou esses processos?
14. Você pode citar alguns projetos da Vale com a comunidade local?
15. Para a Vale, qual o principal desafio à ser superado para melhor desenvolvimento econômico, social e ambiental do município? E como você acha que a empresa pode contribuir com isso?

10.3 Organização de trabalhadores, Assessorias e moradores

Modelo 1: Lideranças

1. Fale um pouco sobre sua trajetória aqui na região
2. E sobre a organização que você faz parte?
3. Quais as áreas vocês atuam no município?
4. O que vocês têm conseguido produzir nessas áreas?
5. Existe algum apoio para essa produção ou mesmo para comercialização?
6. Como vocês tem lidado com a questão da mineração e qual a diferença das lutas desenvolvidas com esse setor, das que vocês costumavam desenvolver com fazendeiros na região?
7. Como é a relação da Vale com a sua organização?
8. A Vale já procurou vocês para realização de algum projeto?
9. Qual a expectativa de vocês em relação a instalação do projeto S11D?
10. Vocês participaram das audiências públicas do projeto? Se sim, o que acharam das mesmas?
11. O que vocês observam em relação a aplicação da CEFEM no município?
12. Vocês podem descrever algum impacto do PROCAMPO ou do Fundo de Desenvolvimento, para o pequeno produtor do município?

13. Existe algum apoio da prefeitura ou de algum órgão público, nas áreas de ocupação?
14. Como é a relação de vocês com a Agência Canaã?
15. Vocês já sofreram algum tipo de violência por serem lideranças? Que tipo de violência? Sabem identificar quem as cometeu?
16. Vocês acompanharam o processo da Vila Mozartinópolis? Como vocês avaliam o mesmo?
17. Em que pé está o processo de negociação com a empresa Vale com relação a remoção das famílias acampadas na área da Serra da Bocaina?
18. Existe alguma estratégia de unidade de luta (local, regional ou nacional) dos atingidos pela mineração? Se sim, pode falar de algumas dessas ações em conjunto?
19. Como vocês observam o setor pecuarista no município? Eles também tem áreas de conflito com a mineração ou estão mais para parcerias?
20. Como esse setor age em relação a sua organização no município?

Modelo 2: Assessorias

1. Qual tipo de assessoria vocês prestam (ou prestaram) aos movimentos sociais em Canaã dos Carajás?
2. Quantas destas estiveram relacionadas a conflitos com a Vale?
3. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela sua assessoria com relação a esse tipo de conflito com a Vale?
4. Qual a característica desses conflitos?
5. Vocês já sofreram alguma forma de violência, por atuarem nesses conflitos com a mineração? Se sim, de que forma e vindo de quem?
6. Como se deu o acompanhamento do processo em torno da remoção da Vila Mozartinópolis?
7. Como vocês observaram a mediação do INCRA neste caso específico?
8. Como foi o acompanhamento em torno dos conflitos fundiários na Serra da Bocaina?
9. Como você observa o comportamento da justiça em relação aos julgamentos dos conflitos fundiários com a mineração? (Vara agrária, Vara Cível, MPF, etc)

10. Vocês acompanharam as audiências públicas do projeto S11D? O que observaram delas?

11. Vocês acompanharam algum dos processos de reintegração de área? Geralmente como se dava?

Modelo 3: Moradores

1. Conte um pouco sua trajetória até chegar na área ou município
2. Qual sua atividade principal?
3. Você comercializa a produção? De que forma? Onde? Qual a principal dificuldade?
4. Como você acessa os serviços básicos de saúde e escola? Há algum tipo de apoio da prefeitura nesse sentido?
5. O que você acha que mudou na sua vida com a chegada da Vale no município?
6. Conte um pouco do que você viveu no processo de remoção da vila Mozartinópolis? E como está sua vida aqui no assentamento? (só para os moradores da Vila)
7. Vocês sofreram algum tipo de pressão (direta ou indireta) da empresa Vale na área da Vila ou do acampamento? De que tipo? (exclusivo para moradores dessas áreas)
8. Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam aqui (Vila/ acampamento, PA)?
9. Algum membro da família trabalhou nas obras de algum projeto da Vale? Ou trabalha na Vale?
10. O que você acha da atuação da Vale no município?
11. Você já ouviu falar do projeto S11D? Se sim, através de que/quem? E o que representa esse projeto pra você?
12. Você participou de alguma audiência pública para tratar do projeto? Se sim, como foi?
13. Você participou de algum projeto da Agência Canaã ou da Fundação Vale na sua comunidade/ PA/Acampamento? Se sim, de que tipo? Esse projeto lhe ajudou de alguma forma?